



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE - PPGES

MÁRCIO SOARES SANTOS

**A FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1974):
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE**

PORTO SEGURO-BA

2022

MÁRCIO SOARES SANTOS

**A FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1974):
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins.

PORTO SEGURO-BA

2022

Catlogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S237f Santos, Márcio Soares, 1976 -
A formação regional do extremo Sul da Bahia (1948-1974): desenvolvimento econômico, sociedade e meio-ambiente. / Márcio Soares Santos. – Porto Seguro, 2022.
395 f.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Campus Sosígenes Costa.

1. Extremo Sul da Bahia. 2. Exploração Madeireira. 3. Pecuária Bovina Extensiva. 4. Desenvolvimento Econômico. 5. Degradação Ambiental. I. Martins, Herbert Toledo. II. Título.

CDD – 981.420904

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

MÁRCIO SOARES SANTOS

A FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1974):
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

Aprovada em: 28 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (UFSB)
Presidente



Prof. Dr. Francisco Cancela (UNEB)
Membro titular



Profa. Dra. Zanaína Zito Losada (UFSB)
Membro titular



Prof. Dr. André de Almeida Rego (UFSB)
Membro titular



Prof. Dr. Frederico Monteiro Neves (UFSB)
Membro titular



Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (Unimontes)
Membro titular

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado nunca é o resultado do esforço de uma única pessoa. Por esta razão temos a necessidade agradecer àqueles que de alguma forma colaboraram na sua realização. De antemão faz-se necessário dois breves avisos. O primeiro deles é uma postura acadêmica já amplamente conhecida, e se refere ao fato de que ninguém que tenha colaborado com a tessitura do texto deve ser responsabilizado pelo seu conteúdo, cabendo esta condição apenas ao seu autor. Segundo, é quase certo que esta seção deixará de recordar alguém cuja contribuição foi relevante para o trabalho. Isso se dará, devo dizer, não por má fé ou clara intenção. Caso alguém que um dia venha a ler este trabalho perceba-se aqui omitido, peço neste momento sinceras desculpas.

De partida quero agradecer ao meu orientador Herbert Toledo Martins. De todos os meus professores neste programa procurei extrair algo que me fosse útil aqui. Mas o orientador é uma espécie de guia. Não por acaso foi necessário manter às vezes algum nível de afastamento estimulante, em nome do respeito ao vínculo que mantém unidos orientador e orientando. Penso que, com a possível exceção do autor, ninguém mais do que ele foi forçosamente submetido a acompanhar o vai-e-vem da escrita deste tese. Acredito que sua tenaz paciência no cumprimento desta tarefa possa ser corretamente definida como sabedoria. A sabedoria daqueles de larga experiência, adquirida no curso da vida e do labor, mas que não chegaram até aqui sem exercitar a sensibilidade e dar atenção à ciência do refinamento intersubjetivo. Ao Herbert sou enormemente grato. Aprendi muito com ele não apenas com suas objetivas correções, que nem sempre incorporei plenamente, mas também ao observá-lo na execução do seu trabalho.

Ainda no âmbito das relações intersubjetivas no âmbito do PPGES, devo dizer que fiz bons amigos. Tive a prazer de conviver nas salas de aulas e nos espaços de sociabilidade com colegas encantadores, generosos e inteligentes. A convivência reforçou em mim um entendimento: o de que estar com parecidos e diferentes é um primoroso estímulo ao aprimoramento da percepção, tornando-nos mais permeáveis às muitas dimensões da vida. Cada um dos colegas, de alguma forma, acompanhou-me neste trajeto. Diversos colegas se tornaram meus amigos, e dentre estes eu não poderia deixar de nomear aqueles que me foram mais próximos, por obra do acaso tanto quanto da minha vontade: Igor Dantas, Éden Barreto, Ivonete e Tiago Susmickat. Estes amigos me ensinaram a atravessar com mais leveza alguns momentos tristes, difíceis e mesmo desestimulantes ao longo desta minha jornada acadêmica e

peçoal. Quando reflito sobre os vínculos de amizade, e de como estes costumam ser duradouros, me conforto e tenho consciência de que mais uma vez valeu à pena.

Seria impensável para mim chegar até aqui sem dizer daqueles com quem divido a minha intimidade cotidianamente. À minha esposa Liziane Martins devo tanto que nem sei como poderia retribuir no curso de uma vida juntos. Sua própria trajetória profissional é fonte de inspiração para o que ainda desejo para a minha. Como companheira de todas as horas jamais deixou de estar ao meu lado. Me apoiou no que pode, e naquilo que para ela não foi possível digo aqui que a desculpo completamente. Mais do que isso, abriu mão muitas vezes de suas próprias vontades e desejos e fez com que tudo ao redor me fosse mais favorável. Devo a ela mais do que posso saber. Mas sei que sem ela todo o meu empenho seria menos gratificante.

Quanto ao meu filho, o pequeno Lorenzo, não consigo manifestar com palavras o quanto a sua existência alimenta a minha vontade de concluir com dignidade, assim penso, este trabalho e tantos outros trabalhos. Ele é a fonte onde eu procuro, não poucas vezes, força para atravessar os desafios da vida. A ele dedico este trabalho, que procurei fazer da melhor forma que me foi possível, tendo-o sempre em meus pensamentos, por mais incomum que possa ser fazer associação entre o amor de um pai pelo seu filho e a realização de uma pesquisa acadêmica.

Não poderia finalizar este momento de retribuição aos meus familiares sem recordar aquele que foi a primeira pessoa a me dizer da importância de seguir estudando e fazer um curso universitário, o meu pai Cassiano Andrade Santos. Tenho a felicidade de poder lhe fazer essa dedicatória ainda em vida dele. Meu pai, ele próprio alguém com não muito tempo de estudo formal, é um estudante eterno da vida. Um homem dedicado. Ao observá-lo fui me dando conta, aos poucos, de como poderia ser a minha postura não apenas diante na vida, mas também no meio científico. Eu seria insincero se escrevesse aqui que sigo exatamente os seus passos ou que com ele estou sempre de acordo. Hoje algumas vezes estamos em campos diferentes, e embora eu não saiba explicar bem, eu sinto que de alguma forma ele me ensinou (e continua a ensinar) muito do que eu preciso ser. A meu pai também dedico este trabalho.

Agradeço especialmente aos amigos Daniel Rocha, Domingos Cajueiro e Aílton Júnior (Bob), que abdicaram de parte do seu precioso tempo para me auxiliar na realização desta pesquisa. Amigos generosos que tive a felicidade de fazer na cidade que tão bem me acolheu. Através deles conheci pessoas que viveram no extremo sul da Bahia em diferentes momentos de sua formação inicial e detém preciosa memória do período. Aproveito para agradecer Antônio dos Santos, Edésio Bonadiman, Ivanildo Correia, João Manuel dos Santos, Luiz

Checon e Dona Biza por terem se disponibilizado para conversar comigo sobre o seu passado e o da região.

Por fim, agradeço aos professores que aceitaram participar desta minha jornada rumo ao conhecimento e ao autoconhecimento como integrantes da minha banca de defesa: Francisco Cancela, André Rego, Janaina Losada, Frederico Monteiro, Rômulo Barbosa e Álamo Pimentel. A cada um de vocês os meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Esta tese trata da formação regional do Extremo Sul da Bahia entre o final da década de 1940 e a primeira metade dos anos 1970, período no qual a exploração madeireira e a expansão da pecuária bovina se constituíram como as principais atividades econômicas regionais, superando na região a tradicional, porém pouco difundida, economia do cacau. Em torno disto a investigação avança sobre outros assuntos associados ao desenvolvimento socioeconômico e aos impactos ambientais por este provocado ocorridos durante o período formativo da região. Nesta direção, destacam-se o declínio econômico da cacauicultura, a forma relativa do desenvolvimento social e econômico (população, economia, infraestrutura), a emergência do interior regional, as políticas desenvolvimentistas nacional e estadual, a complexidade e as fragilidades do meio natural e a degradação ambiental promovida pelo avanço das atividades econômicas durante o período de formação e consolidação da região. Procurando compreender o complexo de mediações entre sociedade e natureza por meio de uma abordagem teórico-metodológica que considera as interações e observa os processos naturais, a produção econômica e a organização social. A análise socioambiental tem por perspectiva teórica realizar uma síntese das forças produtivas, relações sociais de produção e condições ambientais de produção. Além da observância da economia, da demografia, faz-se necessário investigar também os componentes ambientais morfoclimáticos e fitogeográficos: vegetação, solo, fauna, recursos hídricos, atmosfera, clima. A observação dos solos, do clima, dos recursos hídricos e do relevo nos permitirá avaliar não apenas o desflorestamento, como também perdas de solos, degradação do bioma, redução da biodiversidade, diminuição dos fluxos e estoques hídricos e mudança climática. Em suma, buscar compreender na região as interações contraditórias entre sociedade, economia e meio ambiente.

Palavras-chave: Extremo Sul da Bahia. Exploração madeireira. Pecuária bovina extensiva. Desenvolvimento econômico. Degradação ambiental.

ABSTRACT

This thesis deals with the regional formation of the Extreme South of Bahia between the end of the 1940s and the first half of the 1970s, period in which logging and the expansion of cattle ranching became the main regional economic activities, surpassing in the region the traditional, but not very widespread, cocoa economy. Around this, the investigation advances on other issues associated with socioeconomic development and the environmental impacts caused by it that occurred during the formative period of the region. In this direction, the economic decline of cocoa farming, the relative form of social and economic development (population, economy, infrastructure), the emergence of the regional interior, national and state development policies, the complexity and weaknesses of the natural and the environmental degradation promoted by the advance of economic activities during the period of formation and consolidation of the region. Seeking to understand the complex of mediations between society and nature through a theoretical-methodological approach that considers interactions and observes natural processes, economic production and social organization. The socio-environmental analysis intended here has as its theoretical perspective a synthesis of the productive forces, the social relations of production and the environmental conditions of production. In addition to observing the

economy and demography, it is also necessary to investigate the morphoclimatic and phytogeographic environmental components: vegetation, soil, fauna, water resources, atmosphere, climate. The observation of soils, climate, water resources and relief will allow us to assess not only deforestation, but also soil losses, biome degradation, reduction of biodiversity, decrease in water flows and stocks and climate change. In short, seeking to understand in the region the contradictory interactions between society, economy and environment.

Keywords: Extreme South of Bahia. Logging. Extensive cattle ranching. Economic development. Environmental degradation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Biomas Brasileiros.....	33
Figura 2 – Domínios Morfoclimáticos Brasileiros (Áreas Nucleares – 1965).....	48
Figura 3 – Cobertura florestal do extremo sul da Bahia – 1945.....	56
Figura 4 – Geologia simplificada da Bahia.....	58
Figura 5 – Principais recursos minerais da Bahia.....	59
Figura 6 – Relevo da Bahia.....	60
Figura 7 – Solos da Bahia.....	63
Figura 8 – Solos do Extremo Sul da Bahia.....	66
Figura 9 – Principais Bacias Hidrográficas da Bahia.....	68
Figura 10 – Tipos de clima da Bahia.....	71
Figura 11 – Sistemas climáticos (tipologia <i>Thornthwaite-Mather</i>).....	73
Figura 12 – Vegetação predominante da Bahia.....	74
Figura 13 – Município de Santa Cruz Cabrália (1950).....	95
Figura 14 – Município de Porto Seguro (1950).....	101
Figura 15 – Município de Prado (1950).....	106
Figura 16 – Município de Alcobaça (1950).....	110
Figura 17 – Município de Caravelas (1950).....	115
Figura 18 – Município de Mucuri (1950).....	121
Figura 19 – Zona Fisiográfica do Extremo Sul da Bahia (1940-1959).....	132
Figura 20 – Estrada de Ferro Bahia-Minas (578 km).....	146
Figura 21 – Mata Atlântica da Bahia em 1500.....	290
Figura 22 – Cobertura vegetal primitiva/formações florestais do Extremo Sul da Bahia (1973).....	335
Figura 23 – Mapa de vegetação remanescente do Extremo Sul da Bahia (1973): “Folha de Porto Seguro”.....	339
Figura 24 – Mapa de vegetação remanescente do Extremo Sul da Bahia (1973): “Folha de Itamaraju”.....	341
Figura 25 – Cobertura florestal do Extremo Sul da Bahia (1974).....	357

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Extremo Sul da Bahia (habitantes).....	174
Tabela 2 – População Rural.....	175
Tabela 3 – Propriedades Rurais e Área Ocupada.....	178
Tabela 4 – Criação de Animais (cabeça).....	182
Tabela 5 – Estabelecimentos Econômicos (unidade).....	193
Tabela 6 – População em Idade Ativa - PIA.....	199
Tabela 7 – População Ocupada - PO (por setor econômico).....	200

LISTA DE ABREVIATURAS

CNE – Conselho Nacional de Estatística.

CNG – Conselho Nacional de Geografia.

Cr\$ - Cruzeiro (moeda nacional).

EFBM – Estrada de Ferro Bahia-Minas.

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

IBF – Instituto Brasileiro de Florestas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MME – Ministério do Meio Ambiente do Brasil

PEA – População Economicamente Ativa.

PIA – População em Idade Ativa.

PO – População Ocupada.

SEI – Superintendência de Assuntos Econômicos e Sociais da Bahia.

SNR – Serviço Nacional de Recenseamento

UC – Unidade de Conservação da Natureza

UFs – Unidades da Federação.

À memória de meu pai, *Cassiano Andrade Santos*, com quem aprendi a seguir em frente. Ele foi para mim – e continua sendo – fonte de inspiração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O DOMÍNIO AMBIENTAL DA MATA ATLÂNTICA	24
O Espaço Natural e as Interações Socioambientais.....	24
O Bioma Mata Atlântica.....	31
Domínios de Natureza.....	48
CAPÍTULO 2 – A REGIÃO NATURAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA	56
Componentes Ambientais do Extremo Sul da Bahia.....	57
A Situação da Mata Atlântica do Extremo Sul em 1950.....	78
CAPÍTULO 3 – UMA NOVA REGIÃO E SEUS MUNICÍPIOS (1950)	81
Comentário sobre as fontes censitárias e seus limites.....	81
A Zona Fisiográfica do Extremo Sul da Bahia (1950).....	88
Os Municípios do Extremo Sul da Bahia em 1950.....	94
Santa Cruz Cabralia.....	94
Porto Seguro.....	101
Prado.....	106
Alcobaça.....	110
Caravelas.....	115
Mucuri.....	120
CAPÍTULO 4 – A FORMAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA (1945-1960)	126
Zonas Fisiográficas e Integração Econômica.....	126
O Extremo Sul da Bahia em 1950: População, economia e infraestrutura.....	132
Forças Produtivas Locais.....	152
A Formação do Extremo Sul da Bahia (1950-1960).....	154
CAPÍTULO 5 – A FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL (1960-1970)	169
De Zona Fisiográfica à Microrregião Homogênea: Superando a Região Natural.....	169
População, Economia, Infraestrutura.....	171
A Interiorização do Extremo Sul da Bahia.....	202

CAPÍTULO 6 – DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO.....	216
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina.....	218
O Ciclo Desenvolvimentista e Repercussões no Extremo Sul da Bahia.....	227
CAPÍTULO 7 – A BAHIA NA ERA DO DESENVOLVIMENTISMO.....	240
O desenvolvimentismo em governos baianos (1950-1975).....	240
Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul da Bahia.....	264
A Integração da Bahia e do Extremo Sul à Economia do Sudeste.....	276
CAPÍTULO 8 – O PROCESSO DE DEVASTAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	287
Os Agentes da Devastação da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia.....	290
A Grilagem de Terras.....	303
O Avanço da Pecuária Bovina.....	314
O Jacarandá da Bahia.....	317
Da Exuberância Florestal à Devastação Sistemática.....	322
CAPÍTULO 9 – EXPANSÃO ECONÔMICA E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	333
A Situação das Florestas do Extremo Sul da Bahia no Início dos anos 1970.....	333
Fragilidades Ambientais.....	345
Acumulação de Capital e Devastação Ambiental no Extremo Sul da Bahia.....	357
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	370
REFERÊNCIAS.....	378

INTRODUÇÃO

Procurando compreender o complexo de relações entre sociedade e natureza, propomos uma abordagem teórico-metodológica que considere as interações e observe os processos naturais, a produção econômica e a organização social. Em linhas gerais, este é o programa metodológico da ecologia e da história ambiental. A intenção neste trabalho foi associar a abordagem ecológica com o materialismo dialético. Materialismo no sentido em que se considera nesta investigação os fatores da realidade material. Dialético porque procura não apenas relacionar fatores distintos de um determinado fenômeno, como também perceber em cada um dos elementos de distinção contradições e oposições internas. Neste sentido, a categoria *interação* passa a ser disposta como *interação dialética*. A história ambiental, por exemplo, não abstrai a dimensão social do seu objeto de estudo, mas o relativiza ao nomeá-lo. Ao procurar combinar contribuições destes dois campos teóricos para a formulação de uma perspectiva teórico-metodológica, nos parece então mais adequado referirmos ao nosso campo como *estudo socioambiental* à luz da história.

As dimensões social, econômica, ambiental, política, cultural, etc. compõem a totalidade espaço temporal. Dito isso, é uma simplificação teórica admitir a natureza como elemento estático e passivo – atitude cada vez menos aceita. O meio ambiente natural impõe restrições à organização social, assim como se reconhece que ele seja impactado pela atividade humana. No caso do extremo sul da Bahia, significa abordar a ação dos agentes sociais sobre os ecossistemas no interior do domínio ecológico da Mata Atlântica regional, bem como os limites impostos a estes pelas condições ambientais de produção e reprodução.

A expansão das forças produtivas na região levou a mudanças significativas em um período de tempo relativamente curto:

Ao longo de duas décadas (1950-1970), o território do extremo sul vai se integrando aos circuitos mercantis da economia nacional. A vinculação crescente neste período com núcleos de maior desenvolvimento econômico do país na região Sudeste estimulará o desenvolvimento econômico, o crescimento populacional e a formação territorial do extremo sul. O incremento da extração madeireira e a expansão regional da fronteira agropecuária são os principais fatores socioeconômicos de transformação do extremo sul, integrando crescentemente à antiga faixa litorânea o interior ainda pouco explorado em termos mercantis em 1950 (SANTOS, MARTINS, 2021).

Não poderemos compreender este processo abstraído a sua dimensão ambiental. A questão ambiental não é nova no campo da reflexão científica¹. Mas desde o desenvolvimento

¹ A crítica ambiental como ciência começava a aparecer na passagem do século XVIII para o XIX no mundo ocidental/ocidentalizado. A ciência iluminista começava a falar em “sistemas naturais” interdependentes. Em 1760

inicial da História Ambiental como saber científico, entre o final dos anos 1960 e início da década de 1970, o campo tem oferecido um flexível instrumental teórico-metodológico para a compreensão da relação dinâmica entre as sociedades e o mundo natural (PÁDUA, 2012). A preocupação epistemológica central é compreender e explicar interações complexas entre as variadas comunidades humanas e a natureza, as reciprocidades e o alcance das mudanças no tempo (DRUMMOND, 1991; WORTER, 1991; PÁDUA, 2010). Deve-se indagar a influência das ações humanas sobre o meio ambiente natural e sobre os condicionamentos do meio natural às comunidades humanas². Atualmente, parte significativa das ciências (sociais e naturais) vem tentando superar não necessariamente as distinções conceituais entre “natureza” e “sociedade”, mas a dicotomia que se instaurou entre ambas, propondo em seu lugar uma articulação/diferenciação dialética dos termos (WORTER, 1991). Trata-se de não admitir a natureza como limite absoluto à ação humana, nem considerar apenas a atividade humana como potência ativa (como mudança).

A análise socioambiental pretendida aqui tem por perspectiva teórica uma síntese não apenas das forças produtivas e das relações sociais de produção, mas considerar também a aquilo que foi negligenciado pelas concepções produtivistas: as *condições ambientais de produção*³. É o exame destas condições que nos permite compreender que “existem limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas” (LOWY, 2014, p.27). Esta é a grande descoberta do pensamento ecológico contemporâneo. O exemplo histórico da formação do extremo sul baiano é emblemático nessa direção, pois a integração desta região à economia capitalista nacional resultou em impactos ambientais e sociais que não podem ser desconsiderados. Em suma, não será possível compreender adequadamente a formação socioeconômica, política e cultural da região sem examinarmos o ambiente natural no qual esta

o naturalista sueco Lineu já afirmavam ser possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza. O livro de 1864 de George Perkins Marsh, *Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action*, procurava sistematizar as transformações provocadas pela ação humana. Outro precursor foi o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, que escreveu já em 1815 sobre o problema ambiental da perda de bosques em Portugal (PÁDUA, 2010).

² Os impactos da ação humana sobre a natureza são muito conhecidos e dispensam exemplos. Mas a determinação ambiental é menos considerada. São exemplos: “colheitas boas ou ruins [...] puseram fim ou iniciaram epidemias, contribuíram para o crescimento ou a diminuição da população. [...] grandes fomes que se seguem às secas. [...] os rios determinam o fluxo de ocupação de um território” (WORTER, 1991, p.4).

³ Löwy retoma esta preocupação teórica (e política) do marxista estadunidense James O’Connor, para fazer a crítica do marxismo produtivista. Nesse sentido, são *forças produtivas* tudo aquilo que se coloca entre a necessidade social do trabalho humano e a natureza – terra, matérias primas, força de trabalho, equipamentos, etc.; as *relações sociais de produção* são condicionadas pela propriedade, pelas formas de dominação, pelos conflitos, etc.; enquanto as *condições ambientais* estabelecem as condições de possibilidade real de produção e reprodução da vida social, inserindo a dimensão do meio-ambiente (LÖWY, 2014, p.41).

região foi produzida. A história socioeconômica do extremo sul da Bahia é simultaneamente história socioambiental (SANTOS, MARTINS, 2021).

Trata-se de abandonar perspectivas exclusivistas, como a “homem devastador” ou a da “natureza intocável”, tanto quanto a versão apologética do progresso. Tomados isoladamente, são modelos interpretativos incompletos, insuficientes e equivocados. Contudo, admitir o potencial criador da intervenção humana no meio ambiente não significa desconsiderar os seus possíveis efeitos perturbadores sobre os recursos e serviços oferecidos pela natureza. O estudo integrado do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico possibilita apreender a diversidade dos fenômenos sociais interligados e em movimento (MÉSZÁROS, 2008, p.59). Permite-nos saber do papel que as condições naturais tiveram na modelagem dos métodos produtivos adotados e, inversamente, os impactos ambientais que a adoção desses métodos produziu.

A perspectiva da *totalidade socioambiental* permite perceber os tipos diferentes de sociedade que se formaram em torno do acesso aos recursos naturais específicos disponíveis em um território particular, no qual as pessoas socialmente produzem e reproduzem a vida material e espiritual. Assim como é necessário atentar para as particularidades temporais, não se deve abstrair das particularidades espaciais. Não se trata, portanto, de uma diluição do particular no geral, nem de atomização, mas de uma síntese de processos que acontecem no tempo e no espaço, que tem particularidade, mas expressam também regularidades.

A sociedade e a economia do extremo sul forjaram-se, em grande medida, em meio ao assédio a terra e, por extensão, à floresta. Isso porque nem todas os indivíduos e grupos sociais encaravam a terra, a floresta, os recursos como bens a ser apropriados privadamente. O forte incremento da extração madeireira sistemática e da pecuária bovina extensiva no extremo sul da Bahia darão sustentação material ao surgimento e desenvolvimento da região do extremo sul da Bahia. A exploração da natureza em escala inédita em toda a região, a conversão crescente dos seus produtos naturais em mercadorias, a concentração cada vez maior das terras e a acumulação de capital são as linhas mestras da formação do extremo sul da Bahia entre o final dos anos de 1940 e o início da década de 1970. As relações sociais de produção criam condições para o desenvolvimento de forças produtivas, organização do trabalho, exercício do poder, hierarquias sociais, urbanização, modos de refletir e realizar a vida.

Outro desafio teórico foi a compreensão de como as interações que envolvem a natureza e a sociedade produzem alterações e continuidades históricas. O tempo histórico humano é parte integrante do tempo biológico mais abrangente que compreende a presença da vida na Terra.

Há distintos ritmos temporais, a depender da perspectiva assumida, se centrada em comunidades humanas ou no mundo natural. Essa consideração, entretanto, não implica abandonar a compreensão da história como “tempo do humano”. Como a vida humana não totaliza a passagem do tempo, a natureza tem o “seu tempo”, independentemente daquela. Importa saber as diferenças e as conexões entre as temporalidades.

A dinâmica da vida humana costuma contrastar com a regularidade relativa ou aparente do mundo natural. Natureza e sociedade não apenas possuem tempos distintos, como também ritmos de mudança variados (WORSTER, 2012). O que importa fundamentalmente não é essa constatação em si, mas sim como os sistemas podem ser alterados em razão do tipo de contato realizado. O ritmo do consumo humano dos recursos naturais e a resiliência dos sistemas naturais nos permitem explicar a dinâmica da mudança. Disso decorre o emprego de categorias ecológicas como “perturbação”, “degradação”, “destruição”, etc.

Além da observância da produção e reprodução da vida, da demografia, etc., faz-se necessário investigar também os “sistemas naturais” (ou componentes ambientais): vegetação, solo, fauna, recursos hídricos, atmosfera, clima. Estes componentes são aqui reunidos nos fatores morfoclimáticos e fitogeográficos⁴. O estudo socioambiental precisa incluir em seu repertório temas como biosfera, ecossistema, bioma, domínio ecológico, fluxo energético, formação florestal, bacia hidrográfica, etc. Atenção aos fatores bióticos e abióticos, às forças antropogênicas, aos recursos naturais – água, madeira, estoque alimentar, etc. –, aos habitats, à matéria e energia, as condições biofísicas, ao metabolismo orgânico, entropia, etc. O investigador pode ter de informar-se de potenciais perturbações ambientais, como escassez hídrica, extinção de espécies, poluição (solo, água, ar), desmatamento, aumento populacional, elevação das temperaturas, desequilíbrios ecológicos, apenas para citar alguns exemplos.

Dessa forma, o estudo socioambiental do extremo sul da Bahia, além dos temas conhecidos das ciências sociais para pesquisas sobre território e região, tais como povos, ocupação, produção, circulação, comunicação e transporte, etc., precisa incorporar também elementos da biogeografia (CARVALHO, 2012). O estudo da cobertura florestal dominante no extremo sul, a Mata Atlântica, deve considerar além do bioma constituinte, os tipos e subtipos de florestas, as características peculiares a cada um e a relação que mantém entre si e com o meio circundante. A hidrografia, com suas fontes, fluxos e reservas de água associadas, devem constar das preocupações da pesquisa, dada a interação com a floresta, assim como a topografia,

⁴ O fator morfoclimático implica a relação entre relevo, solo, clima e hidrografia; enquanto a fitogeografia se encarrega de descrever como a vegetação se distribui no espaço ambiental.

o solo e a fauna, em razão tanto da composição e dos nutrientes que estes sistemas ambientais produzem, quanto da dependência que mantêm da floresta. Em suma, a história socioambiental da formação do extremo sul da Bahia precisa integrar às dimensões sociais, econômicas e culturais as componentes ambientais que conformam este espaço territorial.

Aspectos físicos e químicos correlacionados, como clima, massa, energia, luz, etc., produzem a floresta, sendo, portanto, aspectos para sua compreensão. Estudos recentes sobre florestas, dentro e fora do Brasil, têm chamado atenção para interações menos perceptíveis, que ultrapassam fronteiras geográficas e sistemas ecológicos (BORBA, NOBRE, 2013). Estas pesquisas têm confirmado hipóteses que afirmam o papel das florestas no equilíbrio climático global, com destaque para os regimes pluviométricos e as temperaturas.

O território do extremo sul da Bahia é caracterizado por fragilidades ecossistêmicas. A diversidade ambiental da floresta tropical atlântica requer grande troca energética em razão da reciclagem natural dos nutrientes do solo e da ação filtradora do tipo de vegetação (AMORIM, OLIVEIRA, 2007). Essa fragilidade se agrava com a ação humana desregulada, podendo atingir níveis alarmantes. O equilíbrio ecológico pode sofrer diversas formas e graus de perturbação. Por isso importa saber como era a paisagem anterior, o que foi possível conhecer do modificado e o que se perdeu ao longo do processo histórico de ocupação e povoamento humano.

Será preciso investigar a floresta remanescente, mas cuidando de considerar outros componentes ambientais fundamentais, importantes para a caracterização, inclusive, das condições de ocupação e produção humanas. A observação dos solos, do clima, dos recursos hídricos e do relevo nos permitirá avaliar não apenas o desflorestamento, como também perdas de solos, degradação do bioma, redução da biodiversidade, diminuição dos fluxos e estoques hídricos e até mesmo alterações climáticas (regime de chuvas, elevação de temperatura, etc.).

O incremento populacional e a diversificação econômica que se verificou no extremo sul entre 1950 e 1970 levaram a ocupação predatória e intensiva de áreas de mata, com impactos ambientais novos sobre os solos, sobre as nascentes, cursos e reservas de água. As paisagens regionais sofreram alterações profundas e o consumo humano dos recursos naturais se ampliou consideravelmente. Por outro lado, o ambiente natural condicionou o fluxo das ocupações do território e os modos de organizar a vida social e cultural na região. As urgências desta sociedade em formação se ligam ao avanço da atividade madeireira predatória e da agropecuária extensiva. O desenvolvimento acentuou o desequilíbrio ambiental no extremo sul da Bahia na época de sua formação territorial.

É preciso perguntar sobre os danos. Alguns impactos ao meio ambiente natural podem se tornar irreparáveis, o que significa que não se poderá mais retornar ao equilíbrio ecossistêmico originário, tendo sido certos bens e serviços naturais predados de forma mais rápida do que a natureza é capaz de produzi-los e regenerá-los⁵. A ruptura ecológica indica quando alterações ambientais de um ecossistema não permitem mais retorno ao seu equilíbrio anterior. A impossibilidade de retorno ecossistêmico pode gerar também danos à organização social. Exemplo disso é a dificuldade de manutenção de comunidades humanas em áreas ambientais gravemente degradadas.

Por fim, deve-se considerar as razões intrínsecas da intervenção humana sobre a natureza (PÁDUA, 2010). A espécie humana, como qualquer outra, não poderia sobreviver se a natureza da qual é parte integrante fosse uma entidade impenetrável. Qualquer que seja o movimento das comunidades humanas, ele implicará em trocas metabólicas – matéria e energia – e consumo de recursos, de muitas formas. A extração madeireira e a implantação de muitas e grandes pastagens e lavouras no extremo sul dinamizaram a economia local, produziram riqueza, geraram emprego e rendas, atraíram pessoas, fomentaram modos de vida, estimularam e emularam instituições, geraram conhecimentos, etc. Tudo isso foi alimentado por contatos econômicos, políticos e culturais mais amplos, nos níveis estadual, nacional e internacional.

Observada à luz da história, a interação complexa ser social-meio natural no capitalismo tem sim sua dimensão criadora. Mas esta não pode se apartada dos seus potenciais destrutivos. À medida que o ser social vai se tornando menos dependente das forças e mais senhor dos recursos da natureza tanto mais ele modifica as paisagens. A produção humana de paisagens avança modificando e reduzindo paisagens naturais. Dada a vontade imperiosa de acumular e valorizar capital incessantemente, o impulso vital da concorrência e a inovação técnica imprescindível, tudo isso para poder escapar às situações disruptivas e para tornar a produção crescente e mais eficiente, a tendência ao desenvolvimento no modo de produção e reprodução capitalista tem sido dilapidar para poder realizar novamente; ou, numa expressão consagrada: o capitalismo como processo incessante de “destruição criadora”⁶

⁵ É possível que a irreversibilidade não seja uma condição permanente em todos os casos, ou que um sistema possa se modificar e ainda assim continuar a existir com outro grau de estabilidade, ou que desapareça por falta de ação de reversão, com todas as reações em cadeia que poderia provocar, não necessariamente conhecidas *a priori*. Mas dificilmente um novo equilíbrio ecológico recupera todas as dimensões perdidas da formação ecológica anterior.

⁶ Sobre *acumulação e valorização* capitalista ver: MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1; MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, 2002. Sobre *destruição criadora* ver: SCHUMPETTER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Coleção Os Economistas); e *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Por fim, este trabalho foi dividido em nove capítulos. No Capítulo 1 é apresentado um breve panorama do domínio morfoclimático e fitogeográfico da Mata Atlântica nacional, considerando neste espaço natural também os elementos encontrados na classificação de bioma. O objetivo é compreender, em linhas gerais, a Mata Atlântica nacional e aspectos comuns deste domínio de natureza que podem ser encontrados em diferentes regiões do país, dada a regularidade dos componentes ambientais de um bioma e ou domínio de natureza (morfoclimático e fitogeográfico). Nessa direção, a categoria “domínio de natureza” nos oferece um campo de observação mais complexo e diversificado das paisagens naturais, pois acentua em igual medida os principais componentes ambientais: relevo, solo, clima, vegetação, hidrografia. A partir deste quadro é possível avaliar a biodiversidade vegetal e animal destes espaços naturais.

No Capítulo 2 busca-se perceber continuidades e especificidades da Mata Atlântica a partir de como esta se apresenta no extremo sul da Bahia. Será dada atenção aos fatores geomorfológicos, fitogeográficos, pedológicos, hidrológicos e climáticos desta região natural. Embora considerando estes aspectos naturais, em termos metodológicos, contudo, não se pretende fazer uma separação do espaço natural em relação à região social, entre “natureza” e “sociedade”, como pode parecer à primeira vista com a leitura desconexa deste capítulo. O que se deseja aqui é informar o leitor sobre as particularidades do meio ambiente natural e sua complexa materialidade. Não por outra razão a noção de temporalidade nestes capítulos é um pouco distinta da do restante do texto, sendo o tempo verbal do passado não necessariamente a regra na exposição. Tendo por base aspectos de história e ciência ambiental, este capítulo procura fazer uma exposição sumária das capacidades ambientais do extremo sul da Bahia, notadamente a força dos ecossistemas florestais, ao mesmo tempo em que indica fragilidades ambientais que serão retomadas mais adiante no texto, quando a ação antrópica for devidamente tratada nos capítulos posteriores.

O terceiro capítulo inicia-se como uma breve reflexão sobre as principais fontes utilizadas para a sua elaboração, indicando tantos as possibilidades, quantos os limites da fonte censitária para se pensar processos históricos. Aborda a criação da Zona Fisiográfica do Extremo Sul da Bahia e faz uma descrição histórica sumária dos municípios que compuseram na origem esta nova região da Bahia, que acabava de se separar oficialmente do sul do estado. São destacados diversos aspectos básicos, como população, economia, infraestrutura, divisão territorial e aspectos geográficos naturais. Não se trata tanto de exposição analítica, pois o

objetivo é basicamente apresentar um pouco da história destes lugares quando passaram a formar, de acordo com o IBGE, o “Extremo Sul da Bahia”.

Nos dois capítulos seguintes o foco sairá do estritamente local para tomar a dimensão regional, com objetivo de acompanhar a evolução socioeconômica e territorial do extremo sul baiano a partir de final dos anos 1940. Os capítulos 4 e 5 tratam do desenvolvimento socioeconômico de uma das menos integradas e populosas regiões da Bahia até 1970, muito embora estas condições se modifiquem ao longo do período iniciado por volta de 1950.

O Capítulo 4 trata da formação da região fisiográfica do Extremo Sul entre 1945 e 1960. Inicia-se com a discussão sobre a política nacional de divisão territorial das regiões internas às Unidades de Federação (UF) em “zonas fisiográficas”, e o papel que estas teriam no interior do projeto nacional desenvolvimentista de integração territorial e econômica do país. Apesar da componente tradicional da concepção política de divisão territorial implicado na adoção do conceito de “fisiografia”, ou seja, a ênfase nos aspectos físicos na definição das regiões, os formuladores não descuidaram da atenção à economia das regiões, dimensão cada vez mais fundamental para a política territorial e administrativa do Estado.

Também neste capítulo da formação do extremo sul a ênfase recai sobre os aspectos socioeconômicos de população, economia, infraestrutura. Pode-se dizer que em 1950 há surgimento oficial do extremo sul. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, com a nova dinâmica econômica da industrialização do país sobre as zonas fisiográficas brasileiras, não estava ainda assegurada a consolidação do extremo sul da Bahia como região. Busca-se, então, compreender o início do avanço populacional e econômico da região, e como o nascente extremo sul foi se integrando gradualmente a outras regiões mais dinâmicas da economia nacional, como Sudeste do país. Fica apenas sinalizado que este início de integração ocorrerá em função da expansão no extremo sul, em primeiro lugar, da exploração madeireira e, logo em seguida, das atividades agropecuárias. O capítulo apresenta ainda um brevíssimo panorama do desenvolvimento das forças produtivas regionais, estimulado pelo avanço das economias nacional e mundial, que será depois, em outros capítulos, melhor detalhado.

O Capítulo 5 retoma a discussão socioeconômica do capítulo anterior, mas a situa entre os anos 1960 e o início da década seguinte, período que marca o desenvolvimento que levou o extremo sul a se consolidar como região no interior da Bahia. O capítulo aborda de saída a superação política do conceito de zona fisiográfica e sua substituição pela noção de “microrregiões homogêneas”, fortemente definidas pela dinâmica social e econômica dos espaços regionais. É neste contexto que se vai observar o relativo avanço das forças produtivas

e das trocas comerciais, a estabilização geográfica e a importante emergência socioeconômica do interior do extremo sul.

Nos capítulos 6 e 7 procuramos aprofundar o que até então comparecia apenas incidentalmente na explicação da formação do extremo sul baiano: a “economia do desenvolvimento” mundial e o desenvolvimentismo nacional do período ocorrida entre os anos de 1940 até por volta de 1974/5. Primeiro a origem mundial do debate econômico e das políticas para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (Capítulo 6). Como essas discussões foram trazidas e abordadas particularmente no Brasil, com destaque para o ciclo do desenvolvimentismo nacional e o início da repercussão na Bahia e no extremo sul do estado. No capítulo seguinte procuramos indicar como a Bahia, por meio de todos os seus governos estaduais desde 1950, principalmente no primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), experienciou a “era do desenvolvimentismo nacional”.

A história da formação do extremo sul da Bahia, assim como de outras tantas regiões nacionais, não pode ser bem compreendida sem o impacto da economia do desenvolvimento no Brasil e no mundo. No período que vai da instalação das primeiras grandes madeireiras na região ainda dos final dos anos 1940, até a conclusão das obras da BR 101 e os primeiros movimentos de implantação da política de “reflorestamento” (plântio de eucalipto) com vistas a produção de celulose já nos anos 1970, ocorreu a formação, o desenvolvimento e a consolidação regional do extremo. Nenhum destes processos podem ser adequadamente explicados abstraindo-se do contexto mais amplo da economia do desenvolvimento e do desenvolvimentismo nacional. O desenvolvimento social e econômico relativo e o processo de integração do extremo sul da Bahia à economia do Sudeste do país são partes integrantes desta conjuntura geral de desenvolvimento dos países capitalistas centrais e periféricos⁷.

A degradação ambiental provocada pela expansão da atividade madeireira e da agropecuária sobre florestas, outros ecossistemas e terras no extremo sul é o tema articulador dos dois últimos capítulos. Temas como os agentes da devastação, a grilagem de terras, o avanço da pecuária bovina, a exploração de madeiras nobres, como a notável “jacarandá-da-bahia”, a exuberância dos ecossistemas e a devastação das florestas fazem parte do capítulo 8. No último capítulo procuramos revelar como o processo capitalista de valorização/acumulação de capital, cristalizada na região nas atividades madeireira, agrícola, pecuária e comercial,

⁷ Após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil – e na América Latina – o substancial do debate econômico girava em torno das estruturas exitosas das economias capitalistas “desenvolvidas”, basicamente EUA, Canadá e países da Europa Ocidental, e das possibilidades particulares de desenvolvimento abertas aos países “subdesenvolvidos” ou “periféricos” da economia mundial num contexto de expansão econômica global.

resultou em graves consequências ambientais já evidentes no final dos anos 1960. A acumulação de capital na região, sobretudo dos capitais fundiário e comercial, é o dinamizador do progresso socioeconômico do extremo sul no período de sua formação. Um progresso, diga-se de passagem, bastante limitado.

A afirmação histórica contraditória do desenvolvimento socioeconômico relativo da região produziu conflitos sociais, notadamente em torno da disputa violenta pela terra, bem como a degradação do meio ambiente e a exploração de camponeses e trabalhadores. O potencial ambiental da Mata Atlântica defrontou-se com o ímpeto expansionista da fronteira agrícola, produzindo este a negação daquele. Na região a degradação ambiental tornou-se destruição ambiental no curso de menos de três décadas. Os efeitos do desenvolvimento sobre o meio natural afetam não apenas este último, mas também as comunidades humanas regionais, pois natureza e sociedade são partes de uma totalidade socioambiental.

CAPÍTULO 1 – O DOMÍNIO AMBIENTAL DA MATA ATLÂNTICA

O Espaço Natural e as Interações Socioambientais

O mistério, o temor e a exuberância da Mata Atlântica produziram uma imagem idílica deste espaço natural. A Mata Atlântica constitui uma região natural, ocupada por formações vegetais e animais, no interior da qual convergem e concorrem ecossistemas diversos, onde a vida está em permanente estado de agitação. A floresta, na verdade os seus diferentes tipos, é a fisionomia característica deste bioma. Mas há muito mais. Além dos arvoredos, há uma complexa formação de estratos de vegetação de menor porte protegida pela sobreposição altaneira de galhos e folhagem das grandes árvores atlânticas. A vegetação se distribui por todo o seu território, formando setores diversos. Por causa da grande densidade de suas florestas a Mata Atlântica se apresenta aos nossos olhos como um espaço uniforme e homogêneo. Mas esta é apenas uma impressão enganosa. A distribuição natural da vegetação no interior da Mata Atlântica vai aos poucos desfazendo a sua aparente uniformidade fisionômica, ao tempo em que revela variações, sobreposições, transições e associações com outros ecossistemas: restingas, mangues, brejos, vegetações de transição, várzeas, rios, estuários, mar, etc. A vegetação não se forma sozinha, ao contrário, resulta da convivência temporal no espaço de outros componentes e sistemas naturais. Por isso são tão importantes quanto a fitogeografia para a compreensão da Mata Atlântica as formações edáficas, as condições morfoclimáticas e a hidrografia. Vegetação, clima, relevo, solo, cursos d'água e fauna são componentes ambientais essenciais de todo domínio de natureza.

Mas assim como a Mata Atlântica não se limita à sua vegetação, também não deve ser compreendida como um espaço puramente natural, muito menos imutável. A Mata Atlântica vem sendo ocupada pelos humanos, com ritmos distintos ao longo do tempo, há pelo menos 12 mil anos. Durante todo esse tempo os contatos e as interações socioambientais foram constituindo meio ambientes sociais e naturais que não podem ser percebidos como um par dicotômico. Nenhum meio social humano construído, como uma grande cidade por exemplo, pode existir sem algum contato com a natureza. Nesse sentido, desde a chegada das primeiras comunidades humanas à Mata Atlântica, com suas fronteiras permeáveis, o espaço natural foi se constituindo também como espaço cultural.

No interior do espaço geográfico (totalidade), região (espaço administrado), território (espaço apropriado), lugar (espaço vivido), paisagem (espaço representado), ambiente (espaço

interação) não se encontram vazios, mesmo quando neles não se verifique a presença humana por qualquer duração de tempo⁸. Com ou sem os seres humanos “os espaços onde as sociedades humanas se desenvolvem são sempre cheios”⁹. O preenchimento dos espaços não ocorre apenas através do estabelecimento nestes de processos sociais, a exemplo da ocupação humana, seja ela pioneira ou recorrente. Processos geológicos, elementos biofísicos, ciclos biogeoquímicos, ecossistemas, biomas, áreas de transição ambiental, seres não humanos, dentre outros, são todos fatores constitutivos e constituídos do espaço.

Quando em momento adiantado da evolução do período Quaternário surgiu a última espécie humana, entre 300 e 250 mil anos atrás, as comunidades de *Homo sapiens* se desenvolveram em ambientes ecológicos que os precederam em milhões de anos. O *Homo sapiens* foi precedido em mais de 1,5 milhões de anos – talvez 2 milhões – por outros ancestrais humanos (*homo*)¹⁰. As comunidades humanas passaram a ser parte do complexo dinâmico de interações e entrecruzamentos socioambientais, e durante muito tempo sua existência social foi fortemente modelada pelas “forças da natureza”. Até a invenção da agricultura, há cerca de 12 mil anos atrás, a capacidade das comunidades humanas de modificarem o ambiente natural à sua volta era bastante reduzida, e ainda assim sua ação ficou durante séculos circunscrita a pequenos espaços particulares do planeta, em momentos históricos convergentes e divergentes.

O ser humano, que podemos denominar também “ser social”, é ele próprio parte da natureza; mas, simultaneamente dela se difere. Ao longo do processo evolutivo geral há sempre

⁸ Para uma discussão atualizada sobre os conceitos geográficos de espaço, região, território, lugar, etc. ver: Fuini, Mello, 2017.

⁹ Exposição realizada pelo historiador José Augusto Pádua (UFRJ), intitulada “Biomás Brasileiros”, para a mesa *Os Biomás Brasileiros*, da disciplina História Ambiental do Cerrado, do Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar coordenado pelo Laboratório de História Ambiental dos Cerrados do Centro Universitário de Anápolis, realizado em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás. O evento foi transmitido ao vivo em 12 de novembro de 2020 e publicado no canal da Revista Ambiental Latinoamericana y Caribeña (Halac Solcha) no *You Tube*.

¹⁰ Segundo os cálculos mais recentes o planeta Terra possui mais de 4,5 bilhões de anos. Para cobrir todo esse período os cientistas que estudam a estrutura e as mudanças do planeta desde a sua origem desenvolveram a concepção de tempo geológico. A escala do tempo geológico foi dividida em intervalos, chamados “unidades cronoestratigráficas”. Esta escala define três intervalos geológicos paralelos: *éons*, *eras* e *períodos*. Cada intervalo possui divisões internas de tempo, que se sucedem. Atualmente nos encontramos no período Quaternário da era Cenozóica, no *éon* Fanerozóico. O período Quaternário na escala geológica da Terra inicia-se por volta de 2,6 milhões de anos atrás, quando as condições morfoclimáticas, fitogeográficas, hidrológicas e biológicas da Terra se tornaram semelhantes as que temos hoje. Por esta razão continuamos no período Quaternário. O Quaternário é costumeiramente dividido em duas épocas distintas, o Pleistoceno e o Holoceno; na atualidade, alguns cientistas discutem a possibilidade da abertura de uma terceira época do Quaternário, o “Antropoceno”, sem haver, contudo, consenso sobre quando esta teria se iniciado. Muito mais extenso em duração, o Pleistoceno (de 2,6 milhões até por volta de 12 mil anos atrás) foi atravessado por dezenas de ciclos de glaciação e interglaciação, que provocaram intensas mudanças ambientais no planeta, modificando climas, superfícies de continentes, níveis dos oceanos, ambientes naturais e formas de vida. Após o término do último período de glaciação, ocorrido no Pleistoceno tardio, entre aproximadamente 21 mil e 12 mil anos atrás, as condições ambientais e as formas de vida se estabilizaram na Terra. No alvorecer do Holoceno se conformaram as condições geológica, climática, fitológica e biológica da Terra como elas se apresentam hoje.

o intercâmbio orgânico produtivo entre o ser social e a natureza fora dele (MARX, 1983, p. 50; MÉSZÁROS, 2002, p. 96). Podemos dizer, então, que a emergência da espécie humana significou o momento em que a natureza adquiriu consciência de si mesma (ENGELS, 2020).

De um lado, estamos informados que a organização da vida social das comunidades humanas mais antigas foi profundamente determinada pelas condições ambientais. De outra parte, admite-se que os processos naturais geológicos, biológicos, físicos e químicos, em suma os sistemas ecológicos, têm sido gravemente modificados pela ação humana há mais de um século e meio, porém mais intensamente nos últimos setenta anos, tendo surgido, segundo alguns especialistas, uma nova época geológica, o “Antropoceno” (PÁDUA, 2015; MARQUES, 2016)¹¹. Não há como deixar de lado, portanto, da noção de interação socioambiental.

A hiperespecialização do saber segue tendendo ao abandono das concepções interacionistas e dialéticas do real, criando conceitos recortados, a exemplo de “sociedade” e “natureza”. Investigar apenas os condicionamentos naturais da ação humana ou, de outra perspectiva, abstrair as imposições ambientais dos processos de organização socioeconômica e político-cultural humanas, só é admissível no campo lógico-conceitual do isolamento disciplinar, com setores do conhecimento rigorosamente separados. Porém, fazer a crítica da abordagem isolacionista não implica ter de plasmar sociedade e natureza. Por esta razão precisamos falar em interação dialética, ainda que a expressão possa soar redundante, pois nem toda definição de interação é também dialética. Seres humanos e não humanos mantêm com os processos naturais biofísicos/geoquímicos interação permanente no interior da totalidade socioecológica, na qual tudo está integrado. Exatamente por serem diferentes afirmam-se e opõem-se entre si. Compõem uma unidade de contrários. Da interação contraditória deriva o movimento que caracteriza a relação do ser social, que é parte da natureza, com a natureza fora dele. Portanto, distinguir não significa dicotomizar, e especificar não nos obriga a isolar os distintos fatores. A interação contraditória não isola nem impede a unidade do ser social com a

¹¹ Enquanto uma nova era geológica, sucessora no período geológico Quaternário da época do Holoceno, a concepção de Antropoceno começou a ser difundida na literatura especializada pelo cientista holandês Paul Crutzen, ganhador do Nobel de Química de 1995. A marca do Antropoceno seria o “papel central da humanidade na geologia e na ecologia” (CRUTZEN, 2000 apud PÁDUA, 2015). A categoria foi adotada pela Subcomissão sobre Estratigrafia do Quaternário, que assim a define: “[...] o intervalo de tempo presente no qual muitas condições e processos geológicos significativos são profundamente alterados pelas atividades humanas” (cf. MARQUES, 2018, p. 461). Segundo seus especialistas, o Antropoceno se caracteriza pela potência da ação humana, sem precedentes, sobre a Terra; assim, no “Antropoceno expõe-se a exorbitância das forças antrópicas em relação às demais forças que intervêm na moldagem do sistema Terra. [...] causando desmatamento, desequilíbrios profundos no sistema climático e extinções em massa de espécies vegetais e animais numa escala crescente” (MARQUES, 2016, p. 455).

natureza, pois diferença e identidade compõem a oposição dialética no interior da unidade mesma.

A realidade material do espaço que compreende o atual extremo sul da Bahia, por exemplo, não passou a existir com a emergência histórica desta região baiana. Os movimentos de territorialização ocorrem em espaços específicos, diversos em paisagens e sistemas ecológicos. A origem biológica do ser social é resultado do movimento natural que o precedeu. Mas as sociedades não são o mesmo que a natureza, tanto em sua materialidade, quanto em seu conteúdo cognitivo. Logo, reconhecer um e outro como diferentes não significa necessariamente afirmar uma separação, mas uma relação dialética, em que algo “é” e “não é”. O espaço em si mesmo não se confunde com o território ou a região. Tais diferenciações do espaço geográfico resultam de sua transformação ao longo do tempo. A região, por exemplo, não é atemporal, pois não estivera “sempre lá”, sendo produto da divisão administrativa do espaço, definida por critérios de homogeneização/diversidade econômica, social, cultural e ambiental. O puro espaço, entendido estritamente como concreção geográfica, biofísica, etc., precedido de toda a existência nele da atividade humana, se modifica naturalmente (tempo geológico); a intervenção humana no espaço produz modificações específicas (tempo histórico). O espaço em si não existe em função da presença humana, e neste sentido não é histórico, assim como não é imutável. Nem tudo é história, da mesma forma que nada é imutável, assim como aquilo que não é histórico seja também mutável. Territórios, regiões, lugares e ambientes são espaços sociais, produtos de processos históricos de transformação resultantes da interação do ser social com a natureza, mas nem por isso estas diferenciações do espaço geográfico deixam de apresentar aspectos naturais. Não podemos esquecer que estes recortes espaciais são também produtos da ação humana sobre o espaço, assim como da evolução da vida (não necessariamente humana).

O espaço natural sobre o qual o “extremo sul da Bahia” pôde existir objetivamente em dado momento é anterior ao extremo sul como região (sociedade, economia, cultura, política, etc.). O nascimento é um evento objetivo, que costuma ser datado pela cultura humana. Mas a determinação da origem de um evento histórico é questão problemática, pois pode comportar diferentes interpretações sobre o seu surgimento, condições de origem e evolução. Como região o extremo sul da Bahia tem origem histórica particular, mas dificilmente haverá consenso sobre o exato momento em que ela floresceu, determinando com absoluta precisão “um antes e um depois”. O evento histórico de surgimento é multifatorial, e cada componente, podendo ser acompanhado isoladamente, apresenta seu próprio ritmo. Porém, com mais rigor, há de se

admitir que não exista fator que se possa isolar, pois seu próprio movimento é dado por um complexo de interações e entrecruzamentos com outros fatores. O particular só “é” na medida da mútua interação. O novo traz em si a continuidade com o precedente, mas afirma, de muitos modos, sua diferença. A diferença define a particularidade histórica.

O extremo sul baiano como região começou a se formar em algum momento, não totalmente precisado, que acreditamos tenha ocorrido na virada da primeira para a segunda metade do século XX. Isso não significa que algo completamente diferente tenha surgido. Em larga medida, a “região fisiográfica do extremo sul”, como foi denominada oficialmente, trazia em si muito do seu passado. Esta emergência, o “evento inaugural”, por si só seria insuficiente, pois o “novo” precisa completar a transição que iniciou diante do “velho”. O novo que se confirma não se desliga completamente do modo de existir anterior, conservando em si algo daquilo que superou (e continua a superar). Trata-se de acompanhar o processo, no interior do qual a escolha de aspectos distintos pode justificar em qual momento se deu a emergência do novo. A afirmação do extremo sul da Bahia é a negação do sul baiano ao qual esteve vinculada anteriormente. Mas ao se realizar historicamente como região particular o extremo sul conservou do sul algo.

Oficialmente o extremo sul da Bahia tem uma “certidão de nascimento”. Como região apareceu, com este nome, pela primeira vez no Recenseamento Geral de 1950, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que adotou o conceito de “zona fisiográfica”, inicialmente considerado pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) para a divisão regional oficial de 1942¹². Surgia, então, a Região Fisiográfica Extremo Sul da Bahia. O termo “extremo sul” já havia sido usado antes deste período, para se referir à parte mais meridional do estado da Bahia, contudo, apenas como demarcação cartográfica de uso geral e corrente, como por exemplo “extremo norte”, “extremo oeste”, etc. Como região demarcada pelo Estado, o Extremo Sul da Bahia data de 1950, juntamente com outras tantas regiões fisiográficas internas às Unidades da Federação (UF), criadas para permitir aos governos organizar, planejar e executar políticas de desenvolvimento. A partir de então o “extremo sul baiano” passa a ser assim referido nos documentos oficiais, e cada vez mais na imprensa e no âmbito das conversas privadas.

¹² Após revisão do texto da Divisão Regional de 1942, feita em 1945, o IBGE dividiu o território brasileiro em 228 zonas fisiográficas, estabelecidas no interior das Unidades da Federação, para fins da pesquisa censitária (LIMA, 2002). Para definição de região, e particularmente para o estabelecimento das zonas fisiográficas, os técnicos e especialistas levaram em consideração a noção geográfica de “fator dominante” (MAGNAGO, 1995). Nessa direção, foram considerados nucleares os aspectos naturais e a posição geográfica. Critérios secundários, como os socioeconômicos, também foram considerados para a definição das zonas fisiográficas do país.

É preciso dizer que aqui não se pretende proceder a uma investigação do nascimento formal do extremo sul baiano, mas do movimento de formação regional iniciado a certa altura do final dos anos 1940, quando certos processos socioeconômicos deram início a uma nova fase de extração do excedente produtivo, de apropriação dos recursos e de acumulação e circulação da riqueza produzida. De certa forma, a ciência estatística do Estado desenvolvimentista brasileiro do período captou estes processos internos de mudança socioeconômica, com o que definiu as regiões do país¹³. Como veremos mais adiante, os censos nacionais de 1950 já separavam o “extremo sul” do “sul” baiano. Contudo, delimitar oficialmente uma região não é suficiente para explicá-la. A definição regional não prescinde do processo de sua formação histórica, ao contrário esta é uma tentativa de acompanhar a dinâmica das interações humano-naturais. Nos anos 1940 a ciência geográfica brasileira já se defrontava com a questão da dinâmica socioespacial e os limites de critérios de estabilidade natural para definir as estratificações regionais (MAGNAGO, 1995).

Torna-se preciso, ademais, investigar as forças que criaram e desenvolveram o extremo sul da Bahia como região¹⁴. Em suma, a delimitação e o levantamento censitário do extremo sul da Bahia, assim como o de qualquer outra região ou sub-região, não explicam, mas apenas buscam acomodar processos transcorridos, permitindo ao aparelho técnico do Estado definir a região a partir de certos aspectos estudados. Regiões são espaços destinados à administração pública.

Região é um conceito operativo, nesse sentido uma categoria abstrata, elaborada no âmbito da linguagem humana, para dar sentido a uma situação espacial que se apresenta concretamente. Uma abstração extraída do mundo concreto, portanto uma abstração real. Assim definida como uma categoria dialética em movimento, a região como abstração real não significa oposição ao concreto, mas agência de constituição deste, tanto quanto produto do pensamento que interage com o mundo real. Como conceito, região é uma abstração, forjada para fins administrativos; como lugar de vivência de indivíduos, populações e comunidades é

¹³ Em 1950 era seis as Grandes Regiões do país: Norte, Centro-Oeste, Noroeste, Nordeste, Leste e Sul. As circunscrições políticas médias eram as UFs (Estados e Distrito Federal), e as menores eram as regiões internas às UFs, denominadas zonas fisiográficas.

¹⁴ Foram formuladas posteriormente outras divisões regionais referindo-se ao extremo sul da Bahia. Adotando a regionalização de 1990 do IBGE, baseada em “mesorregiões e microrregiões”, as microrregiões *costa sul* e *extremo sul* foram integradas à *Mesorregião Sul*. No ano seguinte a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) formulou uma divisão regional própria. Com isso a Bahia passou a contar também com 15 regiões econômicas, uma delas denominada *Região Econômica do Extremo Sul*. Por fim, com a Lei 10.7015/2007 a regionalização do estado passa a contar ainda com “territórios de identidade”. Nasce, então, o Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia (ver: SEI. *Cartografia temática – Regionalizações*).

mais um dos espaços delimitados de interação entre os seres vivos, e destes com o meio ambiente. Podemos definir região de modo a servir para englobar espaços comuns. Mas toda região é particularizada para poder operar concretamente, ainda que seja necessário definir seus aspectos internos comuns. Nesse sentido, as regiões se distinguem ao receber, cada uma delas, uma denominação particular¹⁵. A interação de seres humanos, não-humanos e processos biofísicos e químicos faz da região uma unidade comum (CABRAL, 2014), mas que se particulariza tanto na adoção de critérios definidores (Estado), quanto pela dinâmica interna e suas relações (história).

A forma com a qual uma região qualquer se apresenta concretamente à observação não é imediatamente transparente, pois o “concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. [...] o concreto aparece no pensamento como resultado” (MARX, 1999, p.39-40). Os objetos do conhecimento se apresentam a nós como imediatos postos, captados pelo pensamento como o resultado de processos anteriores não imediatamente revelados. A forma é a expressão aparente do conteúdo dos objetos, mas não o conteúdo mesmo. Se por um lado a forma imediata é a expressão do seu conteúdo, por outro, ela oculta algo em sua imediatez aparente. Portanto, todo objeto é conhecido no primeiro momento pelo seu ser mais simples, abstrato. É desta forma que qualquer pessoa passa a conhecer algo, como saber imediato, mas que tem atrás de si muitas determinações não imediatas. Assim também precisamos proceder na investigação científica. Começemos, então, pelo espaço e com este se apresenta.

O espaço ocupado quase sempre recebe uma denominação, por exemplo, “território”. Há territórios humanos e não-humanos. Os territórios humanos configuram e definem o espaço por meio de relações de dominação. Os espaços definidos apenas por processos naturais, nesse sentido estrito, portanto, conformados exclusivamente por seres não humanos e processos biofísicos, são de outra espécie: “territórios naturais”. Como produto da interação humana com os seres não humanos e os elementos abióticos de um ecossistema ou de uma comunidade de ecossistemas, o território tende a aparecer como um recorte mais amplo da organização espacial humana (continente, país, etc.). A região, por seu lado, “é uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território” (GEISER, 1969 apud MAGNAGO, 1995, p.76). No interior de um dado território são produzidas subdivisões: regiões, lugares, ambientes. Por outro lado, em uma região podem ocorrer processos internos de territorialização¹⁶.

¹⁵ Norte do Espírito Santo; nordeste mineiro, extremo sul da Bahia, etc.

¹⁶ “Nas concepções associativas [ou integradoras] é possível pensar na região como dimensão espacial mais ampla que o território, sendo que as diversas formas de controle espacial (territorialidades) se inserem no interior dos

O território e a região se modificam no tempo, e sua existência não é dada exclusivamente por seu movimento endógeno. As mudanças em um território particular vinculam-se também às dinâmicas exógenas, tanto para os ecossistemas naturais, quanto para os humanos. A região, embora uma espécie diferente de espaço, da mesma forma. A “região” do extremo sul da Bahia surgiu em meio às movimentações internas e externas ao seu espaço territorial configurado. O surgimento particular desta região no interior de um estado da Federação brasileira não escapa às determinações exógenas dos acontecimentos nacionais e internacionais, como veremos. Mas antes de tratar da formação histórica do extremo sul da Bahia, falemos brevemente do seu espaço natural.

O Bioma Mata Atlântica

A área de abrangência da floresta tropical atlântica está contida no bioma Mata Atlântica. A Mata Atlântica é um dos seis biomas terrestres brasileiros, sendo o terceiro em área de extensão¹⁷. Além dos seis biomas terrestres distintos, o território brasileiro apresenta também biomas aquáticos¹⁸. Bioma é uma definição que contempla grandes unidades geográficas ambientais, onde se apresentam as maiores regiões naturais. Segundo o IBGE, bioma é um:

[...] conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e identificáveis em escala regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofrem os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria.¹⁹

O bioma é um unidade no interior da qual vivem comunidades vegetais e animais, ambas modeladoras do espaço, sob a ação de processos naturais físicos, químicos e geológicos. Nesse sentido os biomas são complexos bio-físico-químico. Em um bioma estão agrupados tipos semelhantes de vegetação, que se distribuem regionalmente, embora ele seja particularmente “definido por um tipo principal de vegetação”²⁰, por exemplo, a Mata Atlântica. Além das comunidades animais e vegetais, outros componentes ambientais comuns definem um bioma: clima, geologia, solo. Organismos vivos (fatores bióticos) e componentes não-vivos (fatores

espaços regionais. É possível pensar também no território como esfera mais ampla que a região, sobretudo quando se trata da jurisdição do Estado-nação que contém em seu interior diversas formas de regionalismos e regionalização” (FUINI, MELLO, 2017, p. 70).

¹⁷ Os seis biomas terrestres brasileiros são: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal.

¹⁸ Biomas aquáticos: Marinho (mares e oceanos) e Água Doce (rios, lagos, lagoas, igarapés, etc.). Assim como o bioma terrestre, ou continental, os biomas aquáticos apresentam diversos ecossistemas internos.

¹⁹ Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article.html?catid=0&id=1465>>.

²⁰ O que é ecossistema e um bioma. Dicionário Ambiental. ((o))eco. Rio de Janeiro, jul. 2014. Disponível em: <<https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28516-o-que-e-um-ecossistema-e-um-bioma/>>

abióticos) estão presentes e atuantes, embora estes últimos estejam implícitos em sua definição²¹. A relativa homogeneidade dos fatores ambientais naturais – relevo, solo, hidrografia, clima, vegetação, etc. – resulta de longos processos formativos comuns de interação/integração. Apesar da maior estabilidade dos fatores abióticos, também estes estão sujeitos à mudanças ao longo do tempo (“tempo geológico”). Contudo, mesmo apresentando padrões de estabilidade ambiental, os biomas são unidades dinâmicas, pois os processos biofísicos estão suscetíveis à mudança, podendo haver alterações dos regimes pluviométricos, das temperaturas, das reservas hídricas, etc. Embora os fatores não-vivos sejam considerados, materializados no ar, nas rochas, nos solos, na água, na temperatura, etc., no bioma acentua-se o “conjunto da vida”, em particular a vegetação natural²². Além do que, a definição de bioma não se ocupa primordialmente com os processos de interação entre os componentes vivos e não vivos, como é fundamental, por exemplo, na definição de ecossistema.

Embora semelhantes, bioma e ecossistema são definições distintas. A começar pela extensão geográfica. Enquanto os biomas se estendem por centenas de milhares, ou mesmo milhões de quilômetros quadrados, os ecossistemas são unidades de menor abrangência. Nesse sentido, no interior de um bioma podem existir diferentes ecossistemas. A Mata Atlântica, por exemplo, integra um conjunto diversos de ecossistemas florestais, como a floresta ombrófila (densa, aberta, mista), a floresta estacional (decidual, semidecidual), dentre outras, além de outros ecossistemas: restingas, mangues, brejos, campos de altitude, enclaves de vegetação, etc. Um ecossistema se define, fundamentalmente, pelas interações entre os seres vivos (plantas e animais) e os componentes não-vivos, por meio das trocas energéticas entre os organismos vivos, e entre estes e os demais componentes do ambiente. Sua abrangência é determinada pela extensão de sua rede de interações, podendo ser, assim, de tamanhos muito variados, pois são os processos integrativos dos componentes ambientais que dão forma e limites aos ecossistemas. Mas determinar os limites de um ecossistema não é tarefa simples. Há também, como já dito, diferença de abordagem sobre os componentes ambientais, embora também nos ecossistemas maior ênfase seja dada nos fatores bióticos, mas não necessariamente na vegetação. Os ecossistemas são essenciais para a preservação da biodiversidade (animal, vegetal e de paisagens) e a manutenção de todas as formas de vida (terrestres e aquáticas).

²¹ Qual a diferença entre e ecossistema e bioma. **Diferença** (Ciência). Disponível em: <<https://www.diferenca.com/ecossistema-e-bioma/#:~:text=Qual%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20ecossistema,um%20tipo%20de%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20dominante>>.

²² Os nomes dados aos biomas terrestres brasileiros foram todos derivados da fisionomia geral da sua vegetação.

Por serem diferentes, bioma e ecossistemas se completam, se sobrepõem e se condicionam mutuamente. Também por essa razão eles não se esgotam um no outro. Por exemplo, os enclaves florestais, ou tipos de floresta que podem ser encontrados em diferentes biomas, demonstrando como um ecossistema florestal não está restrito às fronteiras de um único bioma, indicando, ademais, pontos de contato anteriores. Em suma, bioma e ecossistema são definições complementares do meio ambiente, com destaque para os organismos vivos e seus processos de transmissão interna de energia.

A floresta tropical atlântica brasileira é parte do bioma Mata Atlântica e integra uma gama de ecossistemas florestais. Mata Atlântica é o nome comumente dado tanto para o bioma, quanto para a vegetação predominante. A floresta atlântica “engloba um diversificado mosaico de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando a diversidade de solos, relevo e características climáticas da vasta região onde ocorre, tendo como elemento comum a exposição de ventos úmidos que sopram do oceano” (RÊGO, HOEFLICH, 2001, p.14). A floresta não pode existir autonomamente, e só sobrevive enquanto tal graças a uma teia de interações. Além de integrar um conjunto diferenciado de ecossistemas florestais, com predomínio da floresta pluvial, e ecossistemas associados²³, o bioma refere-se também à vida animal (fauna). Mata Atlântica é, portanto, uma definição genérica, e como tal não diz respeito exclusivamente à cobertura vegetal e suas interações ambientais.

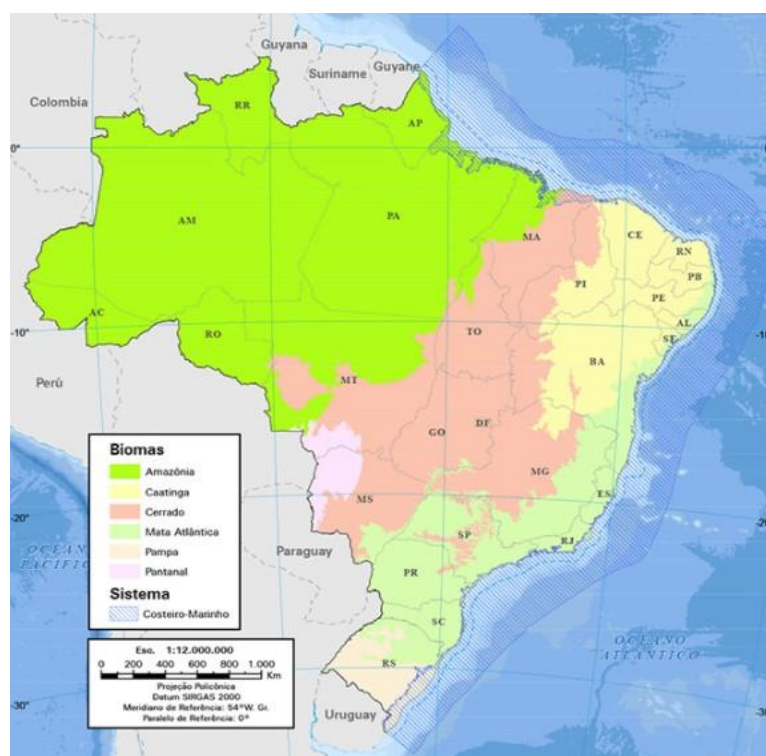
Os biomas como unidades espaciais biofísicas são resilientes. A completa descaracterização de um bioma, por meio de mudanças drásticas que levam ao seu colapso, não ocorre em curtos espaços de tempo. Há cerca de dois séculos, mais intensamente nos últimos setenta anos, quando uma nova era geológica parece se afirmar, o Antropoceno, ou, em termos econômicos, a partir de por volta de 1950, quando a economia capitalista mundial ingressou na era da “grande aceleração”²⁴ – crescimento estrondoso da produção industrial e agrícola, do crescimento econômico, do consumo de massa, da urbanização, etc. –, a atividade antrópica, tornada decisiva na alteração de processos geológicos e condições ambientais, impôs novos riscos à existência dos biomas naturais. Desde então, teme-se por mudanças ambientais, notadamente climáticas, de alcance global e potencial indeterminado.

Antes da estabilização da vida como a conhecemos na Terra, os colapsos ambientais foram resultado de mudanças geotérmicas e geológicas de milhares de anos. Algumas centenas

²⁴ Ver: UNESCO. *Um glossário para o Antropoceno*. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/courier/2018-2/um-glossario-o-antropoceno>>.

de milhares de anos após a grande estabilização da Terra, a organização social humana complexa produziu também os seus próprios colapsos ambientais (DIAMOND, 2007). Mas estes, onde e quando ocorreram, tiveram efeitos locais. No Antropoceno, diferentemente, os colapsos poderão se aproximar em extensão daqueles dos períodos geológicos anteriores ao surgimento da espécie humana, mas desta vez provocados por processos antropogênicos. As ciências ambientais – e crescentemente as sociais – ainda discutem as capacidades potenciais destrutivas ambientais da atual fase de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Mas hoje praticamente já não há dúvidas sérias sobre a influência das grandes atividades econômicas humanas na alteração dos sistemas de equilíbrios ecológicos globais: redução florestal, poluição (ar, água, solo), colapso da biodiversidade, mudança climática, acidificação dos oceanos, produção e acúmulo alarmantes de lixo, etc. (MARQUES, 2018).

Figura 1 – Biomas Brasileiros



Fonte: IBGE. Disponível em: https://geofpt.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_e_sistema_costeiro_marinho_250mil.pdf.

Biomas brasileiros como o Cerrado e a Mata Atlântica são exemplos de unidades naturais muito comprometidas na atualidade, mas que não foram ainda convertidas em bioma diferentes daqueles que os originou. Transformações desta envergadura resultam de demorados processos na escala do tempo natural (tempo geológico). Os ecossistemas, diferentemente, por

seus arranjos internos e equilíbrio endo-exógeno delicado, podem ser radicalmente alterados, e mesmo colapsados, pela capacidade produtiva e de intervenção humana em sistemas naturais. A interferência antrópica pode, ademais, submeter um ecossistema a situações disruptivas em um curto período de tempo.

A paisagem natural, por assim dizer “original”, da Mata Atlântica brasileira, é aquela que se consolidou, com muita semelhança ao que temos hoje em dia, entre 12 e 20 mil anos atrás (GALINDO-LEAL, CÂMARA, 2005)²⁵. O espaço original do bioma Mata Atlântica é denominado por especialistas “área de domínio”. Isso, não significa, mesmo nos seus primeiros tempos, que toda a área de domínio da Mata Atlântica fosse ocupada exclusivamente por florestas. No Brasil, a cobertura florestal original do bioma já foi de aproximadamente 75%, sendo o restante do seu território ocupado por outros ecossistemas (“ecossistemas associados”). Mesmo com a perda de biodiversidade ao longo de sua história, com a vegetação primária tendo sofrido intensa redução e fragmentação, a área de domínio continua a delimitar o território da Mata Atlântica, dado que um bioma não se define exclusivamente pelo predomínio da vegetação.

Em 1500 a floresta atlântica original, calcula-se, abrangia mais de 1,3 milhões de quilômetros quadrados²⁶. Na atualidade, a área total do bioma Mata Atlântica é praticamente a mesma, precisamente 1.315.460 km²; contudo a área florestada reduziu-se grandemente, como veremos. Partindo do norte, na “altura do Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, [...] começa a estreita faixa de Floresta Atlântica, que no sul da barra do rio São Francisco começa a aumentar [...] e oferece perfeita continuidade até o Estado do Rio Grande do Sul” (RÊGO, HOEFLICH, 2001, p.12). De norte a sul a floresta é margeada por sucessivas cadeias montanhosas e escarpas, formando a encosta que separa o bioma do planalto interior do Brasil (Planalto Central). Bioma regulado pela Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, conhecida como “Lei da Mata Atlântica”, desde então a proteção da biodiversidade e a regulação do uso dos recursos naturais é atribuição do Estado, ao menos na letra da lei.

Antes da chegada e invasão dos portugueses no século XVI, primeira civilização urbanizada a adentrar a Mata Atlântica brasileira, a floresta já se apresentava como “resultado de diferentes paisagens originais, forjadas pelos processos naturais, e também de diferentes momentos de ocupação, exploração e manejo”²⁷. Os povos nativos que a habitaram desde muito

²⁵ Porém, os processos naturais de diferenciação que levaram a constituição da biota da Mata Atlântica são muito mais antigos, recuando a pelo menos 3 milhões de anos atrás, durante o Plioceno

²⁶ Ministério do Meio (MMA). *Mata Atlântica*. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento.html>.

²⁷ Apremavi, *Biodiversidade*. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/mata-atlantica/biodiversidade/>>.

tempo antes da chegada portuguesa a chamavam “*caá-etê*”, algo como a “mata verdadeira” (DEAN, 2018, p. 20). A floresta atlântica original não é exatamente aquela que os europeus encontraram quando aportaram pela primeira vez com suas embarcações em terras desconhecidas, habitada por povos nativos até então por eles ignorados. Quando da expansão do colonizador europeu sobre a floresta atlântica, esta já havia passado por milhares de anos de ocupação humana, e alterada de muitos modos, principalmente com derrubadas e queimadas. Mas a floresta continuava praticamente toda ela ainda de pé em 1500, ainda que seja hoje difícil dizer o que era mata primária e secundária àquela altura.

A floresta atlântica anterior à conquista portuguesa só é “original” em um sentido muito específico, aquele que faz dela, acredita-se, um complexo natural em boa medida preservado em relação à sua extensão e diversidade alcançada após a última era glacial, ao final do Pleistoceno, entre 20 e 12 mil anos atrás, quando, se especula, a floresta tenha atingido seu clímax²⁸. Desde então, o acréscimo das chuvas e a elevação das temperaturas, ao que tudo indica, favoreceram muito a complexidade da Mata Atlântica (DEAN, 2028, p.37). Era este o complexo florestal vivo que os primeiros humanos conheceram, e passaram com ele a interagir.

Sendo árdua a tarefa de dar a conhecer a floresta atlântica antes da invasão dos europeus, mais difícil ainda torna-se decifrar sua condição na atualidade em relação ao seu passado primevo. Ao longo dos últimos cinco séculos o nível de intervenção humana foi crescente, apesar de alguns momentos pontuais de tentativa de preservação, quando o Estado procurou legislar em defesa de certos setores da grande floresta. Por cerca de duzentos anos o “povoamento concentrado” ocorreu apenas na região da Mata Atlântica (CABRAL, 2014, p.25). Quanto mais progredia a civilização, tanto mais avançava a redução da biodiversidade e a degradação da floresta. A Mata Atlântica contemporânea permanece sendo, sob certo aspecto, um mistério para a ciência:

É difícil dizer se é correto referir-se à Mata Atlântica no tempo presente. Certa extensão de cobertura vegetal ainda existe na região e, embora a maior parte seja identificável como secundária, algumas pequenas faixas podem jamais ter sido derrubadas ou queimadas pelo homem. A maioria delas, contudo, talvez todas, sofreu algum grau de intervenção [...] Esses arvoredos sobreviventes exibem muitas das características da floresta primitiva, mas persiste uma dúvida preocupante quanto à possibilidade de que já tenham ocorrido extinções locais, de que esta floresta não seja mais exatamente o que era no passado (DEAN, 2018, p.31).

²⁸ Mas os primeiros organismos vivos, formativos da futura floresta costeira do continente sul-americano, começaram a se formar muito tempo antes, provavelmente há cerca de 50 milhões de anos atrás, quando as titânicas perturbações geológicas definiam as primitivas formações geomorfológicas dos continentes atuais (DEAN, 2018).

Graças a heterogeneidade de ambientes, expressão de uma enorme variedade fitofisionômica de paisagens naturais, as florestas tropicais são as “mais ricas reservas de diversidade biológica do globo” (SANTOS, OLIVEIRA, HELLMEINSTER-FILHO, 2009, p.01). Acima de 50% de toda a biodiversidade (animal e vegetal) do nosso planeta está localizada nas florestas tropicais²⁹. As maiores florestas deste tipo no mundo estão localizadas nas Américas Central e do Sul, na África Central e no Sudeste Asiático. As florestas tropicais são ecossistemas situados no interior da zona climática equatorial da Terra, portanto em proximidade com a Linha do Equador, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio. Esta é uma região do globo de baixas latitudes, elevada pluviosidade e clima quente. É justamente a presença das florestas Atlântica, ainda que degradada, e Amazônica, que fazem do Brasil ainda hoje o país de maior biodiversidade do planeta (BRASIL, 2017, p.21). Ademais o Brasil, tomado isoladamente, tem a maior floresta tropical do mundo, a Amazônica, e a maior área florestada tropical entre todos os países. Juntas, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica brasileiras, são algo em torno de 30% das florestas tropicais mundiais.

Tentar descrever a floresta atlântica brasileira é caracterizar muito imperfeitamente um dos espaços mais biodiversos, endêmicos e ambientalmente complexos da Terra. Estimativas indicam que a Mata Atlântica ainda abriga mais de 1,6 milhões de espécies animais, obviamente incluindo os insetos. Cálculos recentes dão conta que a área total do bioma não chega a compreender 1% da superfície terrestre do planeta, porém abriga aproximadamente 5% de toda a flora mundial, e algo em torno deste mesmo percentual de espécies vertebradas de todo o planeta. A floresta atlântica brasileira chega a superar em biodiversidade o espaço integral de países territorialmente maiores que o Brasil, e ricos em recursos naturais, como os EUA, ou mesmo um continente inteiro, como é o caso da Europa.

A extensão da floresta atlântica nativa correspondia a aproximadamente 15% de todo o território brasileiro atual quando da chegada dos portugueses em 1500, e assim permaneceu por um algum tempo após o processo de conquista. Nesta época, praticamente toda a área de domínio estava recoberta por matas de diferentes ecossistemas florestais. Nos setores onde a floresta não predominava, a exemplo das áreas costeiras de areia, ela estava, todavia, ao redor. Mas além da variedade de formações florestais, a Mata Atlântica abriga ecossistemas

²⁹ Claire Salisbury. *Estudo descobre que diversidade da floresta tropical e riqueza em carbono não estão relacionadas*. Artigo publicado no site da agência de notícias independente Mongabay (Brasil) em agosto de 2017. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2017/08/estudo-descobre-diversidade-da-floresta-tropical-riqueza-carbono-nao-estao-relacionadas/>>.

associados, como as restingas, os mangues, as dunas e as lagoas. Discute-se hoje se a área de cobertura da floresta atlântica anterior ao “descobrimento europeu” teria sido ainda mais extensa do que à época de sua chegada, podendo ela ter cedido terreno às savanas ao longo de séculos anteriores (DEAN, 2018, 41). Possivelmente, parte dos campos abertos que margeavam a floresta teria abrigado vegetação mais intensa. Intervenções humanas anteriores podem ter legado estes grandes campos gramados, pois a prática caçadora recorrente de queimar as matas para encurralar e mortificar animais pode ter sido a causa maior da savanização destes segmentos. Seja como for, a floresta que a civilização europeia tomou contato pela primeira vez era extensa, contínua, complexa, densa e luxuriante, e certamente não substancialmente diferente daquela que os povos humanos originários haviam pioneiramente penetrado 12 mil anos antes³⁰. Ao longo da conquista o espaço natural da Mata Atlântica foi se convertendo crescentemente em espaço humano construído, seja na condição de propriedades rurais, seja como espaços urbanos.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, considerando apenas os remanescentes de matas bem preservadas com área acima de 100 hectares, a vegetação atlântica ocupa hoje aproximadamente 9% da sua área original, sendo, portanto, um dos biomas mais degradados do mundo. Para estes mesmos órgãos o percentual sobe um pouco, para 12,4%, se consideradas todas os fragmentos florestais da Mata Atlântica acima de três hectares com boa preservação (SOSMA, 2018; SOSMA, 2021). Os resultados a que se chega sobre o que restou da Mata Atlântica brasileira na atualidade podem ser diferentes a depender do órgão de pesquisa considerado. Isso ocorre, fundamentalmente, por causa de diferenças nas metodologias aplicadas (SOSMA, 2019)³¹. Em 2019 um mapeamento realizado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) apresentou números diferentes sobre os remanescentes da Mata Atlântica. Os percentuais variavam de 24,4%, considerando todos os tipos de vegetação nativa acima de três hectares, independentemente do grau de conservação dos fragmentos de mata, até 28,7%, neste caso sendo considerados todos os tipos de vegetação sem qualquer limite

³⁰ Quanto ao extermínio da megafauna da América do Sul, se admite hoje que ela desapareceu em parte também na floresta atlântica. A megafauna sulamericana praticamente foi extinta entre 11 mil e 8 mil anos atrás, em um período de tempo relativamente longo de ocupação humana, se comparado com o que ocorreu na África, América do Norte, Ásia e Austrália. Contudo, a maior parte das espécies exterminadas vivia entre os campos abertos (savanas) e as bordas florestais. Em certos casos, a dificuldade de penetração na densa floresta atlântica do sul evitou que algumas espécies e muitos espécimes fossem dizimados, como parece ser o caso da onça brasileira (FERNANDEZ, ARAÚJO, 2012, p.107-8; DEAN, 2018, p. 39).

³¹ SOSMA. *Qual é a área de cobertura da Mata Atlântica?* Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/artigos/qual-e-area-de-cobertura-da-mata-atlantica/>>. Acessado em: 11/01/2022.

de tamanho do fragmento. Outro exemplo, o projeto MapBiomas, uma iniciativa do Sistema de Estimativas de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, apresentou outros dados. Por meio de mapeamentos que incorporam aspectos das diferentes metodologias de classificação das áreas de remanescentes, o MAPBiomas chegou a resultados ligeiramente superiores aos produzidos pelo INPE/SOSMA para fragmentos de área delimitada, e próximos dos levantamentos realizados pela FBDS para áreas sem nenhuma limitação de tamanho.

De nossa parte, considerar para contagem de área um remanescente de floresta de qualquer tamanho, por menor que seja, e abstrair completamente o grau de degradação a que este está submetido, o que, nos parece, relativiza o acentuado nível de devastação e fragmentação que se verifica na Mata Atlântica, sobretudo nos últimos 500 anos de ocupação humana. Além do que, tende a minimizar o problema da capacidade de regeneração ecossistêmica de certos fragmentos de vegetação muito pequenos e isolados. Assim, consideramos mais atinentes às questões ecológicas a metodologia adotado pelo INPE/SOSMA. Contudo, em meio às divergências quanto ao tamanho da Mata Atlântica atual, é consenso que os processos históricos que levaram ao seu hodierno grau de devastação e fragmentação a colocam na condição de *hotspot*. Esta definição significa que este ecossistema é mundialmente considerado uma área de grande biodiversidade do planeta, mas ao mesmo tempo perigosamente ameaçada e potencialmente geradora de colapsos ambientais (e por que não dizer também, sociais).

Mesmo antes da invasão portuguesa, o litoral atlântico já era o principal setor de ocupação territorial das comunidades humanas. As estimativas demográficas do número de habitantes nativos antes da chegada dos portugueses variam bastante, indo de 800 mil a cinco milhões de habitantes (PAGLIARIO, AZEVEDO, SANTOS, 2005). Em meio à controvérsia, um levantamento estimulado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estimou em três milhões o total da população indígena por volta de 1500³². Desta cifra, a fração de população nativa que vivia na área do litoral atlântico neste período correspondia a dois terços. Portanto, na área da Mata Atlântica, entre planícies, baixadas e altiplanos costeiros vivia a maioria absoluta da população indígena. Mas as comunidades de povos originários em contato direto com a floresta desde a descoberta da agricultura evitava habitar o seu denso interior (DEAN, 2018). As condições ambientais indesejáveis e os perigos obrigavam os grupos maiores, que se estabeleciam próximos a reservas hídricas e fontes de alimento, como estuários, manguezais e

³² FUNAI. *Povos Indígenas: Quem são?* Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>>. Acessado em: 07/11/2022.

o mar, a abrir clareiras na mata para estabelecer e guarnecer as aldeias, criar área de plantio (mandioca, milho) e formar novos sítios. Parte significativa das comunidades vivia no litoral, principalmente ao redor de estuários, mantendo proximidade com a floresta.

Embora seja ainda alvo de controvérsias, a floresta primária, como dissemos, já havia sido alterada antes da chegada dos portugueses, apesar da incerteza científica sobre a extensão e o grau das modificações. Mas a civilização europeia que a transformou rapidamente em vegetação sucessória, ao longo dos séculos posteriores de ocupação e exploração, além do que a substituiu muitos setores por paisagens completamente diferentes: monoculturas intensivas – cana-de-açúcar, trigo, algodão, café –, grandes pastagens, áreas de mineração, núcleos urbanos – vilas, cidades –, em suma, algo que não se conheceu antes.

A Mata Atlântica segue sendo o bioma mais habitado e modificado do Brasil, com enorme concentração demográfica na atualidade³³. A floresta primária, com sua biodiversidade superior, não ocupa hoje 50% da área remanescente total. Considerando todos os remanescentes acima de três hectares com boa preservação há em torno de 162.000 km² de mata originária preservada, porém a grande maioria dispersa em unidades fragmentadas e de modo irregular pelo país e entre os estados da Federação (SOSMA, s/d, 2019, 2021).

Como dito anteriormente, tomando os remanescentes florestais com área contígua considerada acima três hectares, a extensão preservada da Mata Atlântica atinge 12,4% do seu tamanho original. Mas três quartos desta área estão hoje na condição jurídica de propriedades privadas. Estes remanescentes são “pequenos fragmentos de floresta em diferentes estágios sucessionais” (FREITAS et al, 2013, p. 101), em graus variados de regeneração pelo país. Originalmente, a cobertura vegetal atlântica percorria toda a costa leste brasileira, metade do atual Sudeste e quase todo o Sul do país, adentrando o interior e alcançando partes de Mato Grosso do Sul e Goiás. A Mata Atlântica avançava ainda para setores de países vizinhos, como Paraguai e Argentina.

³³ 17 estados brasileiros estão na Mata Atlântica: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A área de domínio compreende 61% dos municípios do Brasil (mais de 3.400), entre eles as mais populosas cidades do país e 16 capitais estaduais. Na área do bioma vivem mais de 72% da população brasileira, onde está concentrado mais de 70% do PIB nacional. Espaço de vivência de diferentes populações urbanas e rurais, conta com a presença de comunidades ditas tradicionais: indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhas. Por sua condição natural, o bioma sustenta atividades sociais essenciais às comunidades humanas, como a agricultura, o extrativismo, a produção industrial, o turismo, a geração de energia, o lazer, a fruição estética, dentre outras.

Considerando o Holoceno, pode-se afirmar com bastante precisão a extensão original da floresta tropical atlântica. Mas quanto à sua biodiversidade anterior ao longo processo de degradação iniciado com a colonização europeia não há, mesmo hoje, como afirmar com precisão o que se manteve ou se perdeu da fauna e da flora brasileiras ao longo dos últimos cinco séculos. Pois, como sabiamente escreveu o historiador Warren Dean (2018, p.23): “[...] o inventário de uma floresta tropical fica bem além de nossos recursos, atuais ou no futuro próximo”. No Brasil, o estudo socioambiental das florestas é relativamente recente e ainda pouco difundido.

Por outro lado, sabe-se que o número atual de espécies vertebradas se mantém próximo ao que era antes da devastação empreendida pela conquista portuguesa da América: “[...] apesar da enorme redução da cobertura florestal, poucas espécies tenham sido realmente extintas na região” (GALINDO-LEAL, CÂMARA, 2005, p.43). A dispersão geográfica heterogênea das espécies, a distribuição natural de populações e os possíveis padrões são temas ainda pouco conhecidos da biogeografia (AMORIM, 2009). Parece improvável que conheçamos com precisão as plantas e animais, incluindo os insetos, extintos durante esse período na floresta tropical. A floresta legada nos diz algo sobre a sua biodiversidade e do seu potencial físico-químico (matéria e energia) de outrora. A diversidade biológica da Mata Atlântica pode ser melhor compreendida pela situação como se encontra na atualidade este bioma, por sua paisagem amplamente modificada e sua biodiversidade ameaçada ao longo de sua história³⁴.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MME), o número de espécies de plantas identificadas na Mata Atlântica brasileira mais recentemente é de 17.150, o que representa algo entre 30% e 35% de todas as espécies vegetais do país³⁵. Oito mil destas

³⁴ O mais atual mapeamento das espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção no Brasil foi publicado pelo IBGE (IBGE, 2020). O estudo tomou por base as mais recentes avaliações do risco de extinção das espécies animais e vegetais realizadas no país pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNCFlora/JBRJ), instituições brasileiras parceiras autorizadas da *International Union for Conservation of Nature's* (IUCN), órgão internacional que desde 1965 coordena a avaliação global do risco de extinção das espécies, e que publica e atualiza os resultados na *Red List of Threatened Species (Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção)*. O IBGE mapeou 600 espécies animais ameaçadas de extinção na Mata Atlântica (IBGE, 2020, p. 62). Os dados da pesquisa do IBGE corroboraram o levantamento anterior publicado no *Livro Vermelho da Fauna Brasileira* que havia identificado a Mata Atlântica como o bioma com mais espécies ameaçadas do Brasil, acima de 50% do total nacional, sendo 38% de todos os animais ameaçados do país endêmicos deste bioma (ICMBio, 2018, p.66). Segundo o IBGE, 171 espécies encontravam-se “criticamente em perigo”, 232 “em perigo” e 197 “vulneráveis”. Entre as espécies vegetais ameaçadas de extinção somente na Mata Atlântica foram listadas 1.389 (292 criticamente em perigo, 758 em perigo e 339 vulneráveis). Antes da publicação do estudo do IBGE o *Livro Vermelho da Fauna Brasileira* havia identificado 593 espécies animais ameaçadas de extinção em toda a Mata Atlântica (ICMBIO, 2018, p. 67).

³⁵ MME. *Mata Atlântica*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/mata-atlantica>>, acessado em: 01/10/2022.

espécies vegetais são encontradas exclusivamente neste bioma. Diferentemente da floresta Amazônica, na Mata Atlântica as espécies comuns de árvores encontram-se, em geral, distribuídas espaçadamente em áreas maiores, portanto menos concentradas em unidades espaciais referenciadas. Por causa dessa distribuição menos padronizada, aliada à variabilidade dos organismos vivos, a floresta atlântica abriga a maior diversidade de árvores por unidade de espaço do mundo, além de alto grau de espécies somente presentes neste bioma (endemismo). Em torno de 55% das espécies arbóreas e 40% das não arbóreas da Mata Atlântica são encontradas apenas neste bioma, o que revela a sua enorme importância como habitat e espaço de proteção da biodiversidade nacional (e mundial)³⁶. Entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo a Mata Atlântica apresenta a mais alta biodiversidade do Brasil (ARAÚJO et al, 1998)³⁷.

Ainda existe no Brasil um número elevado de espécies, animais e vegetais, ainda não detalhadamente estudadas. Ainda assim, existem na Mata Atlântica 4.637 espécies reconhecidas de animais (ICMBIO, 2018)³⁸. Em relação à grande família dos animais vertebrados, vivem neste bioma atualmente mais de três mil espécies oficialmente reconhecidas e estudadas (IBGE, 2020)³⁹. Entre os animais, os peixes e as aves são as mais numerosas, com respectivamente 991 e 907 espécies reconhecidas. Em seguida vêm os anfíbios, com 537 espécies catalogadas, os répteis, com 299 espécies, e os mamíferos, com 297 espécies. Em média, os vertebrados presentes apenas na Mata Atlântica correspondem a 30% das espécies nacionais. A exceção são os anfíbios brasileiros, cujo número de espécies endêmicas pode chegar a 90% do total somente neste bioma.

O Brasil é primeiro lugar em biodiversidade mundial, não apenas vegetal, mas também animal: “O Brasil é o país com a maior diversidade biológica do mundo, com aproximadamente 120 mil espécies animais” (ICMBIO, 2016, p. 26). Isso se deve, sobremaneira, pela presença

³⁶ Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Petrópolis. *História da Mata Atlântica*. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/sma/index.php/mata-atlantica/historia-da-mata-atlantica.html>>.

³⁷ O levantamento realizado em uma UC localizada no sul da Bahia (Ilhéus, Itacaré, Uruçuca) indicou a local como tendo um dos mais elevados índices de diversidades arbóreas do planeta. Nesta área, em apenas um hectare de floresta (10.000 m²) pode ser encontradas mais de 450 espécies diferentes de árvores (INEMA, *Parque Estadual da Serra do Conduru*. Disponível em <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/parque-estadual/parque-estadual-da-serra-do-conduru/>>). Um outro estudo anterior, este mais específico, revelou que em uma pequena área de remanescente de Mata Atlântica localizada nas proximidades do município de Buerarema, no sul da Bahia, entre 600 árvores estudadas foram encontradas impressionantes 178 espécies arbóreas distintas (ver: MORI et al. *Southern Bahian moist forests (Abstract)*. *The Botanical Review*, 49, April/1983, p.155-232. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/BF02861011>>).

³⁸ Segundo informa o Ministério do Meio Ambiente do Brasil o número de espécies animais consideradas para a Mata Atlântica é um pouco diferente, 4.944, considerando animais vertebrado e invertebrados, excluindo insetos (MMA. *Mata Atlântica*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/mata-atlantica>>. Acessado em 01/10/2022).

³⁹ Há em todo o bioma 134 espécies de invertebrados aquáticos e 1.447 de invertebrados terrestres.

em nosso país das florestas tropicais e, em particular, da Mata Atlântica. Entre nós também ocorre a maior diversidade de mamíferos do planeta⁴⁰. Somente na Mata Atlântica são encontradas quase 300 espécies de mamíferos (IBGE, 2020). Em relação a ordem dos primatas, onde são classificados os símios (macacos), lêmures e os seres humanos, o Brasil abriga o maior número de espécies da Terra. A floresta é o *habitat* de preferência dos primatas. Das mais de 110 espécies brasileiras de primatas, 23 estão presentes na Mata Atlântica, e destas 18 são endêmicas⁴¹. Os primatas símios estão presentes por toda parte na Mata Atlântica, apesar dos riscos à manutenção da espécie a que estão submetidos por força das pressões antrópicas e da condição de fragmentação das matas. Espécies como saguis (*Callithrix*), micos (*Leontopithecus*), macacos-prego (*Cebus*), suás (*Callicebus*), barbados (*Alouatta*) e muriquis (*Brachyteles*), apesar de ameaçados, estão entre os habitantes mais vistos das matas brasileiras. Essa presença marcante acabou por colaborar, nas últimas décadas, na formação de uma opinião pública favorável a necessidade da proteção destes animais, de que é demonstração a relativamente bem sucedida campanha de preservação do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), encontrado antigamente ao longo de toda a costa do estado do Rio de Janeiro até o Espírito Santo. Ainda assim, esta espécie vive hoje, em sua maioria, em áreas de proteção ambiental públicas ou privadas, e embora tenha deixado a classificação de “perigo crítico” para animais ameaçados, continua sendo considerada uma espécie “em perigo”⁴².

A quantidade de espécies (e ordens) de insetos, assim como a sua distribuição geográfica, é assunto em aberto entre os estudiosos, dificultando qualquer estimativa razoável sobre estes animais invertebrados povoando a floresta atlântica. Não se conhece amplamente nem mesmo as espécies que ainda vivem na mata. Recorrentemente pesquisas entomológicas

⁴⁰ De acordo com o “Sumário Executivo” do *Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Mamíferos da Mata Atlântica Central* são “mais de 530 espécies [de mamíferos] descritas” (ICMBIO, s/d, s/p). O Plano de Ação, produzido pelo Instituto Chico Mendes e pelo Ministério do Meio Ambiente, foi publicado em 2016 na *Série Espécies Ameaçadas* (nº 23). Porém, o número de espécies brasileiras de mamíferos conhecidas variou para cima nos últimos anos. Por meio de levantamento realizado pelo IBGE até 2014, mas publicado em 2020, o número total de espécie de mamíferos no Brasil era de 703 (IBGE, 2020). Sobre as razões para as variações no cálculo das espécies ver: GRAIPEL, Maurício et al. Mamíferos da Mata Atlântica. In. MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (Orgs.). *Revisões em Zoologia – Mata Atlântica*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 391-482.

⁴¹ MACHADO, Flávia. *Primatas da Mata Atlântica* (Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/primatas-mata-atlantica.htm>>. Acessado em: 12/01/2022).

⁴² Categorias de classificação de risco para as espécies animais segundo a IUCN (em português: União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais). A IUCN é uma organização civil internacional, fundada ainda em 1948, no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, sob a influência da Unesco/ONU. A partir de 1964 a organização começou a desenvolver o maior banco de dados sobre o estado de conservação da biodiversidade mundial, intitulado *Red Data List* ou *Red List of Threatened Species* (a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN). Foram criadas sete categorias de classificação de risco para as espécies, variando de “segura” a “extinta”, definidos com base em critérios como taxa de declínio, tamanho e distribuição das populações, área de distribuição e fragmentação geográfica.

produzem muitas novas descobertas, modificando frequentemente o quadro de espécies conhecidas oficialmente no Brasil.

Devido à variabilidade de relevo, solo, vegetação, clima e hidrografia a Mata Atlântica apresenta muitos ecossistemas diferentes. Os principais ecossistemas são os florestais. Apesar da aparente homogeneidade desta paisagem, as formações florestais são diversificadas, apresentando diferentes composições florísticas. No bioma encontramos formações florestais distintas. Três dos principais tipos florestais da Mata Atlântica brasileira são a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional (IBGE, 2012). Mas há outras formações florestais, compondo o Sistema Fisionômico-Ecológico de classificação da vegetação brasileira⁴³. Neste “sistema”, além de se caracterizar os tipos e subtipos florestais e florísticos em geral, as distintas fisionomias e o endemismo das espécies, também a distribuição espacial (Regiões Fitoecológicas) da vegetação brasileira é objeto de estudo. Para tanto são estabelecidas “Regiões Florísticas”, no interior das quais são apresentadas as formações vegetais e suas interações ecossistêmicas no interior daquela região. Como se vê, o ambiente natural também pode ser tratado em termos da ocupação e distribuição regional de suas espécies vegetais. Tal como o meio ambiente humano, construído por nossa espécie, o meio ambiente natural pode ser definido como produtor não apenas de território, mas também de regiões.

Mais comum na faixa estendida do litoral brasileiro, entre a planície costeira e as encostas montanhosas, se estendendo no sentido norte/sul dos estados do Rio Grande do Norte ao do Rio de Janeiro, a floresta ombrófila densa é a paisagem mais conhecida da Mata Atlântica, inclusive mais até do que a “floresta de araucárias” (floresta ombrófila mista) predominante na região Sul do país. A floresta ombrófila densa é também conhecida como “Floresta Tropical Pluvial”, em razão da elevada pluviosidade que a define. Ao lado de sua diversidade, densidade e complexidade esse ecossistema tem como característica se desenvolver em ambientes climáticos que conjugam elevada temperatura (média de 25⁰ C), alta precipitação (acima de 1.000/1.500 mm) e grande umidade microclimática (interior da floresta). Além das altas taxas

⁴³ O “tipo vegetacional Floresta Ombrófila Densa” pode ser classificado em cinco formações florestais com fitofisionomias distintas, de acordo com sua posição na topográfica (relevo), as chamadas “faixas altimétricas”. Na Mata Atlântica, entre o nível do mar e “o cume das altas montanhas” encontramos além da Floresta Ombrófila Densa, também: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila de Terras Baixas, Floresta Ombrófila Submontana, Floresta Ombrófila Montana e Floresta Ombrófila Alto-Montana. A formação Ombrófila Mista (“Floresta de Araucária”), por exemplo, também se subdivide em termos de altitude em Aluvial, Submontana, Montana e Alto-Montana. A Floresta Estacional é outro tipo que apresenta formações distintas, primeiro classificadas como Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, e cada uma destas com suas próprias divisões internas: Estacional Semidecidual das Terras Baixas, Estacional Semidecidual Submontana, Estacional Semidecidual Montana, Estacional Decidual Aluvial, Estacional Decidual das Terras baixas, Estacional Decidual Submontana e Montana (IBGE, 2012, s/p).

de precipitação, as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, não costumando haver mais do que 60 dias sem precipitação. O arvoredo apresenta copas altas, cujo extrato superior, chamado dossel ou arbóreo, pode ter árvores ultrapassando 40 metros de altura⁴⁴. Em geral, o dossel impede a incidência direta de radiação solar e da chuva nos extratos inferiores da vegetação, filtrando a luz e a água que chegam aos níveis mais baixos, formados por arbustos e herbáceas. O extrato médio, arbustivo, costuma ser tão denso que o conjunto de plantas que reúne são também chamados de “sub-bosques”. Envolvendo os extratos arbóreo (dossel) e arbustivo e revestindo os trocos das árvores há uma profusão de lianas, trepadeiras, bromélias, epífitas, gavinhas, etc. A vegetação nada tem de uniforme, sendo cerrada e bastante diversificada em seus setores. A água das chuvas depositada na vegetação em contato com os raios filtrados do sol criam o deslumbrante efeito de paisagem cintilante no interior da floresta. Na proximidade da costa e nas encostas do planalto litorâneo a umidade que vem do oceano assegura chuvas regulares ao longo do ano. Esta vegetação predomina em toda a costa atlântica do Nordeste, sendo particularmente ainda mais diversificada no sul da Bahia.

A floresta ombrófila mista é mais comum em regiões mais frias, portanto também em geral mais secas. Menos fechada e diversificada, porém densa, predominando na região Sul do Brasil e em setores dos planaltos litorâneos do Sudeste. A espécie arbórea típica desse ecossistema é a araucária, árvore alta, com copa em formato cônico, de onde vem a sua denominação de “conífera”. Nela também temos a presença de árvores com copas altas e fechadas. Esta floresta pode ser encontrada em áreas e setores dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Alagoas.

Já nos ecossistemas de floresta estacional há a ocorrência de estações secas bem demarcadas. A característica distintiva maior é a perda de folhagem em certos períodos do ano. Na floresta estacional semidecidual algumas árvores podem perder as folhas durante o outono e o inverno. Enquanto na estacional decidual grande parte das árvores perde suas folhas durante o inverno. Nestas regiões há basicamente duas estações bem definidas, uma úmida e outra seca. Por causa do inverno seco e frio há a perda de umidade dos solos, e em geral as árvores perdem suas folhas. São formações florestais complexas, mas em geral com precipitação média ao longo do ano menor do que aquela que comumente ocorre na ombrófila densa.

Os solos da floresta tropical são, em geral, úmidos e mal ventilados, em virtude da quantidade de chuvas e da reduzida incidência da luz solar direta. Em geral são solos arenosos,

⁴⁴ Na bioma Amazônia as grandes árvores atingem alturas maiores do que na Mata Atlântica. Enquanto nesta última as maiores espécies podem passar dos 30, às vezes 40 metros de altura, na Amazônia elas podem ultrapassar os 50 metros. As maiores árvores, verdadeiros gigantes, chamadas “emergentes” irrompem o dossel.

cujos níveis de fertilidade decorrem da enorme quantidade de matéria orgânica produzida nos ecossistemas, forração que se deposita na camada superior do solo, para ser decomposta em diferentes estágios por insetos, fungos e bactérias, fazendo com que os materiais reciclados fixem nutrientes no solo. O material acumulado é conhecido tecnicamente como “serrapilheira”. Quanto mais densa a mata, mais rica em matéria orgânica. Nas florestas a camada de serrapilheira é composta, sobretudo, por folhas, pedaços de árvores e arbustos.

Os ecossistemas associados às florestas atlânticas são, basicamente, campos de altitude, brejos interioranos, manguezais, restingas, lagunas, enclaves de vegetação (semiárida e semiúmida) e vegetação fixadora de dunas. Eles apresentam parte significativa da variabilidade vegetal da Mata Atlântica, resultando de fatores ambientais combinados, radiação solar, transição entre biomas, mescla de ecossistemas distintos, etc. A paisagem típica da costa florestada brasileira é marcada por uma combinação particular de elementos do relevo, do clima e da vegetação. A configuração geomorfológica mais comum do bioma é dada por uma sucessão desordenada de morros arredondados, coberto de vegetação, em meio a planaltos, planícies, tabuleiros litorâneos e depressões⁴⁵.

Devido a sua extensão geográfica e variabilidade regional a Mata Atlântica também apresenta variações climáticas internas. O clima predominante na faixa litorânea é o tropical úmido. A regularidade pluviométrica e a temperatura elevada – média anual de 25 °C ou acima disto – ocorrem, entre outros processos, pela ação das massas de ar úmidas que vêm do Oceano Atlântico. Os verões costumam ser chuvosos, enquanto os invernos são mais secos. No interior da região Sudeste, por exemplo, a predominância é do tropical de altitude, onde temperaturas mais baixas, entre 18 e 22 °C, se combinam com elevados níveis pluviométricos nas áreas montanhosas. Na Sul do país o bioma apresenta o clima subtropical úmido. As temperaturas médias anuais são menores, por volta de 18°, do que nas outras partes do bioma, pois massas de ar polar da Antártida se combinam com as massas quentes do Atlântico durante o inverno. Regularidade pluviométrica e chuvas bem distribuídas completam a caracterização do clima subtropical atlântico brasileiro. Há a ocorrência de geadas no inverno.

Por fim, a região apresenta muitas pequenas áreas climáticas destoantes do clima geral predominante. Esses “microclimas” naturais e urbanos se formam onde as condições atmosféricas sofrem alterações, mantendo-os confinados, a exemplo de fundo de vales, cavernas, jardins naturais, etc. Na natureza, a existência de relevos e barreiras agindo como

⁴⁵ Essa configuração de paisagem, que combina relevo, solo, clima e vegetação, é denominada de “mares de morros” (ver: AB’SÁBER, 2012).

obstáculos locais, associadas à vegetação e cursos d'água pode gerar microclimas no interior de uma zona climática.

A hidrografia da Mata Atlântica se beneficia da presença abundante de formações de relevo e da pluviosidade provocada pela umidade dos ventos do Oceano Atlântico, o que permitiu o aparecimento de inúmeras nascentes e garantiu a perenidade de inúmeros rios, muitos deles caudalosos. Há situações em que a intensidade das chuvas chega a modificar o curso regular de alguns leitos fluviais. Grandes rios passam pelo bioma, como o São Francisco, o Jaguaribe, o Jequitinhonha, o Doce, o Paraíba do Sul, o Tietê, o Paraná, o Ribeira de Iguape, o Paranapanema, dentre outros. Há leitos navegáveis e muitas usinas de geração de energia foram instaladas ao longo das bacias⁴⁶. A infiltração dos solos alimenta grandes lençóis freáticos, encontrados a poucos metros de profundidade nas planícies costeiras (RÊGO, HOEFLICH, 2001). As reservas hídricas na região abastecem mais de 70% da população brasileira, e seus rios estão presentes em sete das doze regiões hidrográficas do país.

Por fim os benefícios imprescindíveis que o meio natural nos concede e que são razão de parte fundamental de nossa existência e bem estar coletivos, os chamados “serviços ambientais” (ou ecossistêmicos). Os serviços ambientais oferecem diferentes partilhas na sua relação com as comunidades humanas, podendo atender múltiplas necessidades, como o provimento de alimentos e outros recursos energéticos, a regulação de processos ecossistêmicos necessários à manutenção da vida, a fruição educativa, estética, espiritual e de conforto, e a garantia de reprodução dos processos naturais. São estes serviços, em conjunto, que asseguram a polinização, a purificação da atmosfera, a distribuição e o acesso à água, a fertilidade dos solos, a reprodução dos vegetais, a regulação climática, a proteção contra desastres naturais, a reciclagem da matéria, dentre outras capacidades.

Os ecossistemas integrados da Mata Atlântica caucionam a qualidade do ar, a conservação e a oferta de água, a regulação das chuvas, o equilíbrio térmico, a fertilidade e a preservação dos solos contra erosão, enchentes e deslizamentos, a polinização das culturas, o fornecimento de biomassa, a fixação de carbono, a biodiversidade. Estes e outros serviços naturais são benefícios diretos à vida em sociedade. Grande parte dos serviços ecossistêmicos necessários à manutenção da vida é fornecida pelas florestas. Além da singular biodiversidade e dos vitais serviços ambientais oferecidos os ecossistemas florestais asseguram melhores condições não apenas no seu interior, mas também em locais afastados do seu domínio

⁴⁶ A bacia do rio Paraná, por exemplo, que atravessa os estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, é pródiga em usinas hidrelétricas em funcionamento: Itaipu Binacional, Ilha Solteira, Itumbiara, São Simão, Foz do Areia, Jupiá, Marimbondo, Salto Santiago, Furnas, dentre várias outras.

florestado. Parte significativa do nível de chuvas que ocorre na região Sudeste do país é devida a passagem da água retida nos solos e nas árvores para a atmosfera (evapotranspiração) na densa floresta amazônica no Norte do país e aos fluxos atmosféricos de massas desta região em direção àquela, apenas para ficarmos em um exemplo hoje conhecido⁴⁷.

Domínios de Natureza

As paisagens naturais brasileiras podem ser observadas também da perspectiva dos “domínios de natureza”, ou “grandes domínios paisagísticos” (AB’SÁBER, 2012, p. 09). Domínios naturais são regiões macroecológicas, definidos em termos morfoclimáticos e fitogeográficos⁴⁸. Sintetizam padrões climáticos, características pedológicas, hidrográficas e topográficas, distribuição da vegetação e da fauna. As temperaturas, as chuvas, os ventos, os solos, os corpos hídricos, o relevo, as plantas e os animais são componentes naturais que são determinados pela dinâmica ambiental intradomínios e interdomínios.

No Brasil foram verificados seis grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos (Figura 2), além de identificadas áreas de transição, enclaves e um ponto de contato direto entre os grandes domínios (AB’SÁBER, 2003)⁴⁹. Entre biomas e domínios de natureza a diferença fundamental não está na escala dos processos, como ocorre, por exemplo, em relação aos ecossistemas⁵⁰. Naturalmente, biomas, domínios e ecossistemas diferem em dimensões, pois a extensão espacial é definida pelo território abarcado em razão de critérios objetivos de demarcação. Cada uma destas categorias geográficas refere-se a um espaço definido distintamente. A área de um domínio morfoclimático e fitogeográfico, assim como a de um bioma, além de ser reconhecida por sua longa extensão e contornos espaciais gerais, apresenta relativa homogeneidade, assim como variações intraespaciais e interespaiais, com outros

⁴⁷ Parte da água “bombeada” pela floresta amazônica converte-se em de massas de ar quentes carregadas de vapor d’água, se deslocando pela atmosfera em direção a região Sudeste do Brasil, num fenômeno natural conhecido como “rios voadores” (ver: LEONEL, 2020, p.06).

⁴⁸ O domínio morfoclimático e fitogeográfico é uma unidade paisagística definida a partir da conjunção de componentes naturais, tais como relevo, solo, clima, hidrografia e vegetação.

⁴⁹ O grande responsável pela adoção desta classificação do complexo de paisagens naturais do Brasil é o geógrafo brasileiro Aziz Ab’Sáber (1924-2012). De acordo com Ab’Sáber são seis os grandes domínios de natureza brasileiros: (i) terras baixas florestadas equatoriais (Domínio da Amazônia); (ii) depressões intermontanas e interplanálticas semiáridas (Domínio das Caatingas); (iii) áreas mamelonares tropical-atlânticas florestadas (Domínio dos Mares de Morros); (iv) chapadões tropicais interiores e florestas-galeria (Domínio dos Cerrados); (v) planaltos subtropicais com araucárias (Domínio das Florestas de Araucárias); (vi) coxilhas subtropicais com pradarias mistas (Domínio das Pradarias do Rio Grande do Sul) (AB’SÁBER, 2012).

⁵⁰ O ecossistema é um sistema natural contínuo, com processos internos e trocas com fatores exteriores, composto de um conjunto variado de organismos, meios físicos e químicos, interagindo mutuamente. Alguns exemplos de ecossistemas: florestas, savanas, estuário, etc. (ver: RICKLEFS, 2003, p.2). Portanto, os ecossistemas são formações naturais incontáveis, variegadas e de extensão muito distintas.

domínios e regiões de transição. A área nuclear particular total de um domínio é denominada tecnicamente “área *core*”, sendo esta demarcada por sua contiguidade.

Figura 2 – Domínios Morfoclimáticos Brasileiros (Áreas Nucleares – 1965)



Fonte: AB’SÁBER, Aziz. “Potencialidades paisagísticas brasileiras”. In. _____. Os domínios de natureza no Brasil. 7 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.16.

Porém, diferentemente da divisão em biomas, os grandes domínios de natureza não mantem entre si contato territorial direto, ocorrendo entre eles áreas naturais de transição geográfica. Entre um grande domínio e outro não há linhas demarcatórias, e sim faixas de transição, com paisagens muitas vezes bastante incomuns em relação aos domínios. Ademais, devida à variabilidade pode ser encontrado no interior de um domínio particular enclaves típicos de outro(s) domínio(s), assim como subdomínios interno. Em suma, o conceito de *domínio morfoclimático e fitogeográfico* permite expressar mais ricamente a combinação variegada das paisagens naturais, os contatos, os afastamentos, as interpenetrações e as diferenciações dentro e fora das áreas *core*.

Quanto à distribuição espacial, os grandes domínios brasileiros não correspondem exatamente à cartografia dos biomas nacionais. Compartilham sim grande parte dos mesmos macroespaços, mas devida à maior atenção dada à diversificação dos fatores morfoclimáticos na espacialização dos territórios naturais, o domínio de natureza observa diferenciações em certos segmentos que o bioma trata como elementos integrados em sua circunscrição. A classificação dos domínios brasileiros, por exemplo, levou em conta estudos de compartimentação topográfica, estrutura geológica e formação de solos e climas regionais, além

de como estes processos interagem entre si para compor um domínio ecológico. Em comum, tanto o bioma, quanto o domínio de natureza, identificam ecossistemas predominantes: florestas, caatingas, cerrados, etc.

A existência e a distribuição espacial da Mata Atlântica brasileira (fitogeografia) se devem a processos morfoclimáticos: “A Floresta ocorreu ao longo desta costa devido a relevo, regimes de vento e correntes oceânicas” (DEAN, 2018, p.25). Diferente também da definição de bioma, que acentua a função da cobertura vegetal e a distribuição da fauna em um território natural, nos domínios de natureza o que se procura verificar é mais a interação entre os componentes ambientais estruturantes. Nesse sentido, o domínio se aproxima dos ecossistemas. A diferença fundamental é que os ecossistemas traduzem a integração ecológica de um local⁵¹, enquanto o domínio existe como uma espécie de “território” onde são encontrados ecossistemas (AB’SÁBER, 2012, p.137). Todavia, um domínio não é composto apenas por sistemas ecológicos integrados dos ecossistemas predominantes, mas também de áreas de enclave, redutos e refúgios de outros sistemas ecológicos, bem como de ecossistemas presentes em outros domínios de natureza.

Assim como o bioma, o domínio de natureza mantém a percepção do espaço por meio de seus componentes fisiográficos, portanto, como território natural. Mas importa esclarecer que a adoção de conceitos como bioma, ecossistema ou domínio ecológico não significa considerar os aspectos naturais como mais decisivos do que os fatores sociais na definição conceitual do espaço, como fora tão recorrente na ciência geográfica brasileira até a década de 1960, quando se procurou na noção de “região natural” o conceito articulador de região. Significa, isto sim, o reconhecimento da especificidade da condição natural e de sua interação com o meio social.

O espaço natural apresenta muitas combinações. Um bom exemplo é a “superposição muito expressiva” entre três grandes domínios morfoclimáticos brasileiros: o cerrado, a caatinga e o tropical atlântico florestado (ou Mata Atlântica)⁵². Este último, como veremos, também é curiosamente chamado de “mares de morros” (AB’SÁBER, 2012). Embora sejam domínios distintos, há ocorrências de paisagens típicas de um domínio em setores de outros, a exemplo da existência de caatinga e de cerrado no domínio tropical atlântico florestado. Isso

⁵¹ Apesar de ser um sistema natural integrado, os ecossistemas comportam diferenças internas, denominadas “geofácies”.

⁵² Esta imensa área o relevo relativamente homogêneo – entre 300 e 900 metros de altitude – filia três unidades morfoclimáticas regionais (sub-domínios): i) regiões serranas da zona sul-oriental tropical atlântica; ii) regiões de depressão intermontana e interplanáltica das caatingas; iii) chapadões centrais dos cerrados (AB’SÁBER, 2012, p.28).

ocorre porque nem todos os componentes dos processos ambientais que acontecem num domínio particular são exclusivamente endógenos, ou ainda porque no interior das enormes áreas nucleares pode haver significativa variabilidade fisiográfica e ecossistêmica.

Cada domínio de paisagem é “um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centena de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área [...]” (AB’SÁBER, 2012, p. 11-12). Assim como os biomas, os domínios de natureza abarcam imensas áreas territoriais e diferentes ecossistemas; mas diferentemente daqueles, os domínios não priorizam os fatores bióticos, dando igual importância aos fatores abióticos dos sistemas naturais (relevo, clima, rocha, água). Apesar disso, a maioria dos domínios morfoclimáticos ostenta um nome secundário de identificação que remete a um ecossistema predominantemente biótico, por exemplo, vegetação⁵³.

A área *core* de cada domínio é integral e contínua, expressa regularidade: “um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas”, e se apresenta, portanto, como relativamente homogêneo “do ponto de vista fisiográfico e ecológico” (AB’SÁBER, 2012, p.23). A ênfase analítica recai sobre a interação/integração dos aspectos morfoclimáticos e fitogeográficos presentes nas paisagens naturais.

Os grandes territórios morfoclimáticos podem ser descritas como paisagens de enorme variedade. Resultado de combinações naturais, os domínios apresentam internamente paisagens diferenciadas, em razão dos tipos solo, das formas topográficas, da incidência pluviométrica, da distribuição das plantas e da estrutura hidrográfica. Em suma, a área nuclear de um domínio apresenta “padrões de paisagem sensivelmente diferenciados”, variados ecossistemas, mas apesar disto sua homogeneidade é dada pela dominância de um ecossistema em particular: “cerrados, caatingas, araucárias, matas” (AB’SÁBER, 2012, p.23).

Entre os domínios existem longos cinturões, denominados “faixas de transição”. A variedade fisiográfica e ecológica encontrada nas faixas é superior àquela encontrada nas áreas *core*. Nos setores de transição ocorrem diferenciações paisagísticas mais pronunciadas e variegadas combinações ecológicas. Os componentes ambientais se combinam em diversos setores e de diferentes formas. As faixas de transição podem reunir e combinar elementos de diferentes paisagens, formando novos espaços naturais. Por isso a maior riqueza em variações.

No Brasil, há apenas um exemplo em que um domínio de natureza está em contato direto com outro, portanto, sem o entremeio de uma área de transição. Trata-se da filiação do domínio

⁵³ São exemplo os seguintes domínios: Cerrados, Caatingas, Araucárias, Pradarias.

dos Mares de Morros Florestados com os Planaltos Subtropicais de Araucárias. Já na classificação por biomas estes dois espaços estão integrados na Mata Atlântica. Como domínios de natureza, entretanto, são espaços naturais distintos, a despeito da predominância do ecossistema florestal tropical atlântico. O que mais importa é a compreensão mais diversa das paisagens naturais presente nos grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Em seu conjunto, os interespaços entre os domínios são definidos, portanto, como “faixas de transição e contato” (AB’SÁBER, 2012, p.11-12). As faixas de transição não constituem espaços particularizados, como os domínios, mas ligam-se uma a outra de forma contínua por todo o território brasileiro.

Áreas nucleares, faixas de transição e contato, além destes espaços são analisados também nos domínios paisagísticos os “quadros de exceção”. Pequenos ecossistemas naturais presentes como enclaves, “reconhecidos um pouco por toda parte, no interior das áreas *core*, cada qual com sua própria natureza, suas vinculações genéticas e suas implicações socioeconômicas regionais” (AB’SÁBER, 2012, p.23). Os enclaves apresentam contrastes em meio ao complexo natural integrado, o que mais uma vez aponta na direção da complexidade das paisagens naturais.

Os domínios de natureza permitem revelar como os espaços são atravessados por processos naturais compondo mosaicos que a natureza ao longo de milhares, às vezes, milhões de anos, produziu a partir da especialização. A observância dos fatores morfoclimáticos e fitogeográficos possibilita perceber mais claramente como o espaço natural não é estático, ao contrário, mas de como este é resultado de movimentações. Áreas nucleares (*core*), faixas de transição (e contato) e enclaves configuram, assim, mosaicos fisiográficos e ecológicos de paisagens naturais complexas. Há muito mais na Mata Atlântica do que a sua exuberante cobertura vegetal, que a tantos encanta e a outros tantos aguça a ambição.

O domínio de natureza que compreende a Mata Atlântica é também denominado pelos especialistas de “mares de morros”⁵⁴. Compreende toda a planície costeira brasileira, até o planalto costeiro, se estendendo de forma contínua do litoral do Rio Grande do Norte à costa Rio Grande do Sul, penetrando mais profundamente, além da faixa litorânea, na altura do estado de São Paulo e norte do Paraná. Esta estranha nomenclatura, “mares de morros”, se deu em razão de sua feição topográfica. Boa parte deste território natural, sobretudo ao longo do litoral, apresenta uma sucessão de morros arredondados, recobertos por vegetação, identificados

⁵⁴ O domínio dos Mares de Morros é uma região florestada, tendo tido originalmente 85% de sua área coberta por matas úmidas.

tecnicamente como “morros mamelonares”. Esse “mar de morros”, como chamou pela primeira vez o geógrafo francês Pierre Deffontaine (1894-1978), é a formação geomorfológica, pedológica e fitogeográfica de paisagem mais comum deste extenso espaço natural, desde a zona da mata nordestina até a costa cristalina do Rio Grande do Sul (AB’SÁBER, 2012, p.56). Mas esta unidade de paisagem apresenta variabilidades. Os mares de morros são recorrentes nas áreas litorâneas e sublitorâneas de formação rochosa cristalina⁵⁵, como em muitos setores florestados do litoral no Sudeste do Brasil. Em terrenos menos cristalinos a paisagem mamelonar atenua-se, como nos casos do norte do Paraná, interior de São Paulo, etc.

No domínio tropical atlântico as massas de ar quente oceânicas, tropicais e equatoriais, ao se deslocarem em direção à costa empurram continente adentro grandes massas úmidas de calor, que ao se depararem mais à frente com os obstáculos que lhes impõem as longas e relativamente elevadas cadeias de montanhas que acompanham o litoral, resultam em elevados níveis de precipitação a partir das encostas, em direção à costa (também chuvosa)⁵⁶. Este fenômeno geoclimático é conhecido como chuva orográfica. No domínio dos mares de morros configuram-se climas quentes e úmidos, regulares ao longo de todo o ano.

O domínio tropical atlântico florestado compreende toda a faixa litorânea de planícies costeiras e planaltos interiores, incluindo depressões, entre o Nordeste e o Sul do Brasil, até o limite com as áreas de transição que o separa do semiárido nordestino e do cerrado planaltino do Centro-Oeste, atingindo, e algumas vezes, ultrapassando, as formações geomorfológicas de escudos cristalinos expostos das cadeias de montanhas, serras e morros, conhecidas como “Serra do Mar”, “Serra da Mantiqueira”, “Serra do Espinhaço”, “Serra da Borborema”, dentre outras. Em certos setores os morros menores são intercalados por formações rochosas mais elevadas, a exemplo do que se observa na costa do Rio de Janeiro, no interior do Espírito Santo e no nordeste de Minas Gerais. Este último, em contato direto com o extremo sul da Bahia.

Domínio florestado, os mares de morros compreendem um dos dois complexos florestais tropicais biodiversos do país: a Mata Atlântica⁵⁷. A vegetação recobre os morros costeiros, encostas íngremes das serras do mar e setores de regiões serranas; enclaves de bosques de araucárias e de cerrado aparecem em subdomínios florestados na Serra da Mantiqueira e no norte do estado do Paraná (AB’SÁBER, 2012, p.16-7). A extensão total do domínio tropical atlântico florestado é de aproximadamente 650 mil quilômetros quadrados.

⁵⁵ Terrenos constituídos por rochas magmáticas, formadas por magma terrestre, e metamórficas, estas últimas derivadas das magmáticas.

⁵⁶ A altitude máxima a que chegam os escudos cristalinos compostos de rochas magmáticas e metamórficas do período inicial da formação da crosta terrestre (era Pre-Cambriana) não ultrapassa os 600 metros.

⁵⁷ O outro domínio biodiverso florestado é o Amazônico.

Com grande área topográfica tomada por inúmeras sequências de morros, a superfície intramontana passou por intensa decomposição de rochas cristalinas. O material sedimentar, que a milhões de anos se desloca das encostas, passando por flutuações climáticas acentuadas em certos períodos geológicos, constituem solos superpostos, embora em momentos diferentes, sendo, por isso, solos de variadas idades (AB'SÁBER, 2012, p.16; 28). A região possui bons níveis de precipitação, que variam, em geral, de 1.000 a 1.500 mm anuais, podendo ultrapassar os 2.200 mm em certos setores, com baixa taxa de evaporação⁵⁸.

Apesar da variabilidade ambiental, melhor percebida com a noção de domínio de natureza, a Mata Atlântica compõem um quadro morfoclimático e fitogeográfico homogêneo. As formas do relevo, a regularidade climática, a vitalidade da vegetação, a estrutura dos solos, estão presentes por toda a extensão no domínio ecológico da Mata Atlântica. Neste espaço de natureza a vida produz suas maravilhas enquanto com ele interage. Mas a intervenção humana compulsiva tende a modificar drasticamente, e às vezes para sempre, toda a dinâmica natural deste espaço.

Os potenciais que a Mata Atlântica brasileira exibem ainda hoje, resiliência, diversidade, variedade, beleza, etc., continuam ameaçados, a despeito dos esforços realizados nos últimos 40 anos. Pois longo e intenso foi o período de sua exploração predatória na modernidade, guiada pela dinâmica incessante da acumulação de capital, que crescentemente a partir do final do século XVI vai integrando as economias nacionais, ainda que de modo subordinado, aos circuitos mundiais de valorização do capital, fazendo-as agentes da formação do modo de produção capitalista. Séculos de devastação sistemática transformaram a floresta atlântica americana e os ecossistemas associados em sombras fragmentárias do que foram no passado. As suas riquezas, que hoje são, mal ou bem, quase todas calculáveis, já foram incalculáveis, mesmo se pudéssemos empregar para elas os rigorosos e testados métodos científicos contemporâneos. Mas esta reflexão hipotética não passa de um sonho, irrealizável, pois a grande Mata Atlântica que se constituiu por volta de 12 mil anos atrás está perdida para nós. Para isto contribuiu muito os desenvolvimentos econômicos dos séculos XVIII, XIX e XX, como evidenciou sobejamente o historiador Warren Dean (2018). O século XX, notadamente os trinta anos após o término da Segunda Guerra Mundial, com seu credo de teorias e políticas para o desenvolvimento econômico, tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, apressaram a dilapidação do que ainda restava da Mata Atlântica brasileira. Nem mesmo a

⁵⁸ Na região da Serra do Mar de São Paulo o nível pluviométrico pode chegar a atingir 4.000 mm, o mais alto de todo domínio dos mares de morros.

manutenção da floresta amazônica, outrora contígua com a floresta atlântica, pode sanar esta ausência, haja vista o fenômeno do endemismo, para ficarmos apenas neste aspecto. Não temos conhecimento do que se perdeu, mas de alguma coisa daquilo que restou. E as pesquisas prosseguem.

Alguns disseram, e outros continuam a dizer, uns afetados outros indiferentes, que a devastação da Mata Atlântica foi uma das contas a se pagar pelo progresso da nação. Nesta abstração, a presença da floresta era a negação da modernidade e da civilização ocidentais. Outros, lamentam a constatação. No meio destes uns lutam, de muitas maneiras, para defender o que restou e ampliar o que for possível. Para eles o preservacionismo, o conservacionismo, a “consciência ambiental”, a ecologia profunda, o ecossocialismo etc., são movimentos aliados, embora diferentes entre si, por vezes inconciliáveis. Outros tantos, certamente a maioria, ignoram a situação, portanto a história da destruição ambiental e de como a vida social humana, rural e urbana, mantém com esta alguma relação, seja no passado, seja no presente. Talvez alguns ao menos possam reter daquilo que circula amplamente como informação ambiental algo útil para o futuro. Seja como for, a Mata Atlântica não oferece mais capacidade ambiental para atender as demandas humanas por energia, água, minerais preciosos, minerais, solos para lavouras, biomassa (madeira, fibras, alimento, combustível, etc.) e equilíbrio climático. Não sem razão as pressões socioeconômicas já se alastraram para outras formações morfoclimáticas e fitogeográficas nacionais: Amazônia, Pantanal e Cerrado. Esta última, juntamente com a Mata Atlântica, são os dois *hotspots* mundiais brasileiros. Os remanescentes que temos continuam requerendo daqueles preocupados e/ou ocupados com o seu futuro sensibilidade, atenção e esforços para com os seus potenciais ecológicos, sua conservação e preservação. Disso depende a qualidade de vida de milhões de pessoas, no Brasil de hoje a maioria da população, e a preservação de inúmeros seres não humanos que dependem ainda mais dos ecossistemas atlânticos.

CAPÍTULO 2 – A REGIÃO NATURAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Quando criada, a Zona Fisiográfica Extremo Sul da Bahia, como foi denominada a região entre 1950 e 1969 pelos institutos oficiais de geografia e pesquisa estatística, esta estava integralmente localizada no interior da Mata Atlântica. Situado no âmbito do Domínio dos Mares de Morros, o extremo sul da Bahia compartilha as condições ambientais gerais deste. Como as subdivisões territoriais e administrativas posteriores não acrescentaram nenhuma nova área ao extremo sul do estado, a região segue totalmente inserida neste domínio natural⁵⁹.

Até por volta de meados do século XX o povoamento do extremo sul da Bahia estava basicamente concentrado na orla marítima e seu entorno. Já não se tratava mais de uma ocupação tão rarefeita como aquela do final do século XIX, em razão da expansão das atividades econômica das décadas seguintes, sobretudo cacaueteira, o que colaborou no acréscimo do povoamento na região. Em todo caso, a cacauicultura avançou relativamente pouco na área entre os vales dos rios Jequitinhonha e Doce, se concentrando na faixa litorânea do extremo sul, da mesma forma como era praticada no sul do estado.

Até 1950 praticamente todo o extremo sul da Bahia estava coberto pela floresta atlântica e outros sistemas fitogeográficos associados, de norte a sul, entre o litoral e o interior (Figura 3). Tendo sido o espaço mais antigo de ocupação colonial, a faixa litorânea manteve-se como a área mais densamente povoada da Bahia. A partir de então, à medida que a atividade econômica expandia-se, perscrutando para além do litoral, ampliava-se a sua capacidade de acumular recursos financeiros. A contrapartida deste processo de acumulação de capitais foi o avanço sobre a floresta e os ecossistemas associados, desde a borda oriental até a fronteira oeste com o estado de Minas Gerais. Gradualmente a degradação ambiental do extremo sul foi avançando entre os dois polos socioeconômicos regionais do período, situados em Porto Seguro (ao norte) e em Caravelas/Mucuri (ao sul)⁶⁰.

⁵⁹ A delimitação territorial do extremo sul atual, enquanto região administrativa, política, econômica e cultural, não corresponde mais ao espaço geográfico do período de 1950 a 1970. Na atualidade, a região compreende dois territórios distintos: (i) o Território de Identidade do Extremo Sul, composto atualmente de 13 municípios; (ii) o Território de Identidade da Costa do Descobrimento, com nove municípios autônomos.

⁶⁰ A esta altura as florestas do norte do Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais estavam em estágio mais avançado de degradação. No passado estas áreas foram alvo de voluntárias intervenções político-administrativas da Coroa portuguesa (PARAISO, 2014). Até 1784 as regiões que hoje correspondem ao norte/nordeste de Minas Gerais, norte do Espírito Santo e sul/extremo sul da Bahia configuraram uma espécie de setor colonial legalmente protegido, visando impedir que exploradores privados vindos do litoral avançassem por este território de “matas fechadas” em direção às regiões auríferas no coração da rica capitania mineira (MARTINS, 2018, p.82). Essa “área proibida à colonização e circulação de pessoas e mercadorias”, que se transformaria também em área de refúgio de vários grupos indígenas ameaçados, cobriria a partir do litoral os territórios entre as bacias dos rios de Contas (norte), Jequitinhonha (oeste) e Doce (sul), estabelecendo um cinturão de proteção contra a penetração indesejada da grande zona de mineração colonial (PARAISO, 2014, p.21-22). Ao longo de mais de um século de interdição

Figura 3 – Cobertura florestal do extremo sul da Bahia - 1945



Fonte: SILVA, Barbara-Christine (Coord.). **Atlas Escolar Bahia**. 2 ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2004, p.70.

Componentes Ambientais do Extremo Sul da Bahia

Especificamente em relação à vegetação, o ecossistema florestal predominante na região é a Floresta Ombrófila Densa. A floresta atlântica se estende por todo o litoral brasileiro, algumas vezes compondo uma estreita faixa norte-sul, ora se alargando a oeste das planícies costeiras, alcançando planaltos e serras no interior. Descendo o litoral, o sul da Bahia é uma espécie de corredor de abertura, a partir do qual o domínio morfoclimático e fitogeográfico penetra mais profundamente o interior, atingindo e, às vezes, ultrapassando, a borda ocidental das cadeias montanhosas que acompanham, com distâncias variáveis, a floresta. A partir do sul baiano a Mata Atlântica se expande muito além da costa, até as formações vegetais do norte e, sobretudo, nordeste mineiro. O mesmo ocorre a sudeste, com o bioma atravessando os estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, até novamente se estreitar mais adiante, na altura da fronteira entre São Paulo e Paraná, mas logo voltando a se estender majestoso pelo interior do território nacional, no Sul do país, agora mais profundamente do que antes. As regiões baianas

(1700-1808) além de resguardo de povos indígenas resistentes à exploração, escravização e morte, este território constituiu-se também como espaço de conservação ambiental.

do sul, sudoeste (que poderia ser mais adequadamente descrita como sudeste baiano) e extremo sul mantém com o nordeste mineiro e o norte do Espírito Santo uma clara identidade ambiental, condicionada pelas condições climáticas, de relevo, de solo e vegetação comuns, entre o Oceano Atlântico e as elevações montanhosas que percorrem o interior dos estados da Bahia e Minas Gerais, denominada genericamente de “Serra do Espinhaço”⁶¹.

O território do extremo sul da Bahia está localizado entre os vales dos rios Jequitinhonha, ao norte, e Mucuri, ao sul. Como circunscrição do estado a região é relativamente nova, datando de 1950, quando o IBGE adotou para o Recenseamento Nacional as divisões territoriais que havia sido aprovadas em 1945 no âmbito do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Contudo, em termos geológicos (Figura 4), metade da superfície do extremo sul figura entre as mais antigas superfícies do estado e do país (BAHIA, 2014)⁶². Na banda ocidental predominam superfícies conhecidas como “terrenos granulíticos”. Estes são coberturas geológicas de formação muito antiga, iniciadas na era Neoarqueana⁶³, e que se constituíram entre 2,6 e 1,6 bilhões de anos atrás. Os terrenos granulíticos correspondem aproximadamente à metade da cobertura do extremo sul, chegando a avançar sobre a porção centro-leste da região. Em geral, os processos geológicos de degradação das rochas formativas dos solos destas superfícies muito antigas apresentam baixa concentração de minerais eficientes ao desenvolvimento das plantas, sendo comum conterem elevadas taxas de alumínio tóxico.

Partindo do litoral, e se estendendo mais ou menos em direção ao interior, a depender do setor, a banda geológica leste está sobre terrenos constituídos por rochas sedimentares da era Cenozoica⁶⁴, sendo bem mais recentes do que os granulíticos. Trata-se de cobertura geológica com não muito mais do que 66 milhões de anos de consolidação.

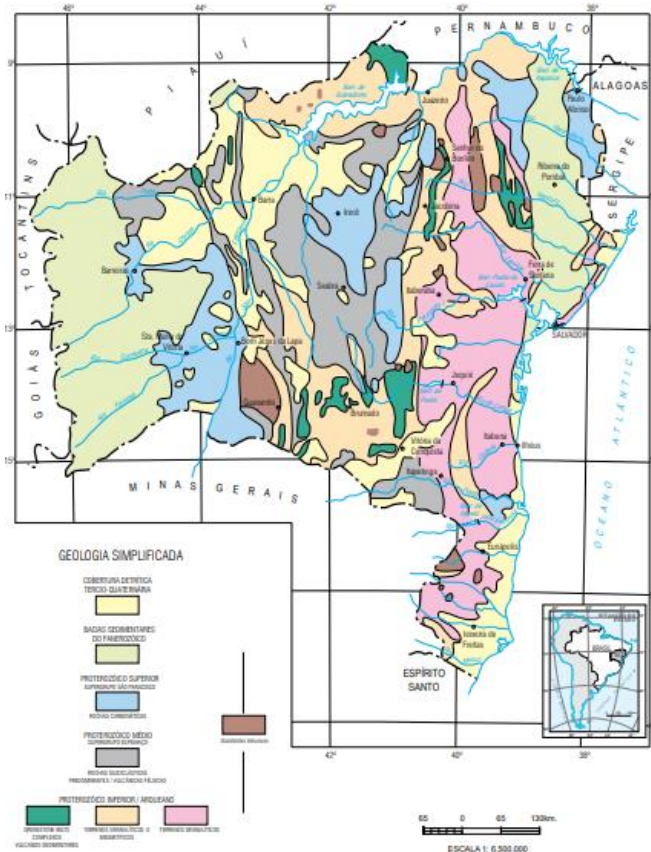
⁶¹ A “Serra do Espinhaço” é mais corretamente definida como uma cadeia de montanhas, além de serras, morros e vales, que integra um conjunto de formações geológicas particulares: a Cadeia do Espinhaço. A Cadeia se estende longitudinalmente de norte a sul por mais de 1.000 km, mas com interrupções, entre os estados da Bahia e de Minas Gerais. Apresenta altitudes médias por volta de 1.000 m e largura variando entre 50 e 100 km. Originalmente, toda a área entre o leste da Cadeia do Espinhaço e o Oceano Atlântico estava completamente coberto por florestas. A porção setentrional da Cadeia se estende do norte (Juazeiro-Ba) à região central da Bahia (Chapada Diamantina), enquanto a sua porção meridional situa-se entre o norte e centro-leste de Minas Gerais (até Ouro Preto). Além do subgrupo da Chapada Diamantina, a Cadeia do Espinhaço abriga ainda outras formações geológicas também nomeadas, como a Serra do Cipó, Serra do Caraça, Serra das Cambotas, Serra de Ouro Preto, dentre outras. Contudo, parte de suas porções centrais ainda é pouco conhecida. Dada a sua geomorfologia alguns estudiosos definem a “Serra do Espinhaço” como “planalto” (SAADI, 1995), enquanto outros a ela se referem como “cordilheira” (ESCHWEGE, 2005 (1822); RENGER, KNAUER, 1995; RENGER, 2005).

⁶² Ver: Serviço Geológico do Brasil. *Breve história da Terra*. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Breve-Historia-da-Terra-1094.html>>.

⁶³ E era Neoarqueana foi o último período do éon Arqueano, e se estendeu de 2,8 a 2,5 bilhões de anos atrás, período em que a Terra passava por forte atividade geológica.

⁶⁴ Ao longo da era Cenozoica (65,5 milhões de anos atrás) a superfície da Terra atingiu praticamente a atual configuração continental das terras emersas, com a redução do nível dos oceanos (Plioceno). A era Cenozoica se

Figura 4 – Geologia simplificada da Bahia



Fonte: BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia. SEI: Salvador, 2014, v. 27, p. 64.

No setor oeste há a ocorrência de enclaves geológicos, em geral mais próximos dos planaltos mineiros, mas não apenas. Estes terrenos apresentam cobertura granitoide intrusiva, com idades geológicas primitivas próximas dos antiquíssimos terrenos granulíticos, embora o processo de sua consolidação possa se estender por um tempo muito mais longo, até por volta de 300 milhões de anos atrás.

Entre os tipos de recursos minerais (Figura 5) há a ocorrência no extremo sul de pedras preciosas, minerais não metálicos e minerais metálicos⁶⁵. Mas não se trata de recursos minerais abundantes na região, a exceção da areia monazítica. A partícula mineral monazítica é encontrada em boa quantidade em vários trechos ao longo do litoral brasileiro, mas com grande ocorrência entre o litoral sul da Bahia e o norte do Espírito Santo. Nenhuma dos materiais

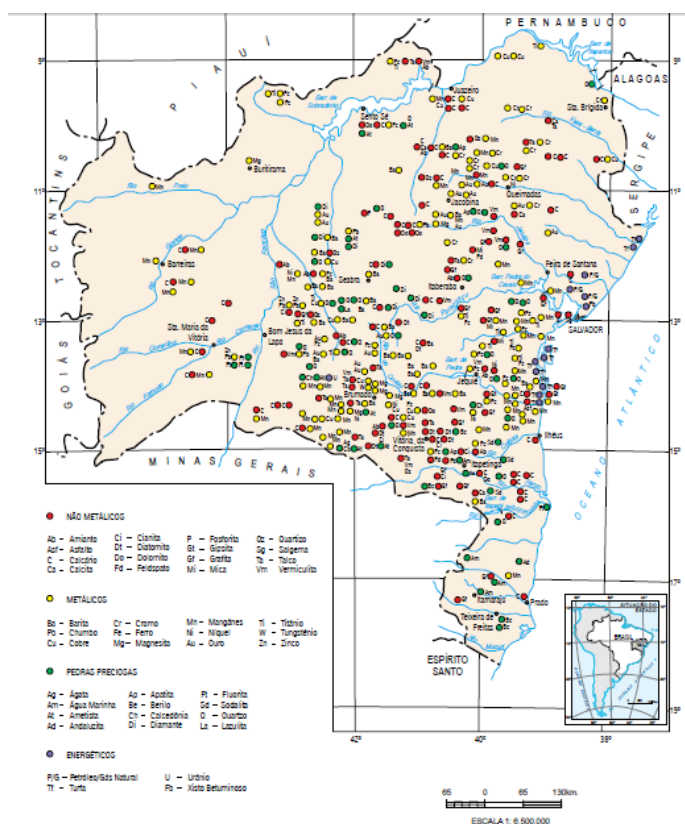
divide em três períodos geológicos sucessivos, Paleogeno, Neogeno e Quaternário, cada um subdividido em épocas e idades.

⁶⁵ Pedras preciosas: água marinha, quartzo, andaluzita, fluorita e berilo; minerais não metálicos: calcário e grafita; minerais metálicos: manganês (SEI, 2014).

minerais encontrados é de grande valor comercial, e o único mineral metálico conhecido é o manganês, encontrado áreas de mineração entre os municípios de Prado e Itamaraju.

O relevo continental é uma formação natural ambiental aparentemente fixa. Em geral, as mudanças só poderiam ser percebidas no longuíssimo tempo das durações geológicas. Mas a geomorfologia, como toda configuração ambiental, se modifica naturalmente e constantemente. Tectonismo, ventos, chuvas, processos erosivos, etc., são exemplos de forças capazes de modificar o relevo. Em geral as transformações do relevo são pouco percebidas pelo “olho humano”, não raro são imperceptíveis. Mas o ritmo da alteração morfológica pode ser severamente comprimido por ação antrópica. Processos erosivos provocados pela ação humana podem, por exemplo, alterar aspectos da paisagem geomorfológica, na medida em que interferem na estrutura do relevo, podendo ocorrer significativa degradação em abreviado espaço de tempo. Não obstante, ao longo da era geológica atual, Cenozoica, a atividade geológica foi se estabilizando, e as grandes cadeias montanhosas que conhecemos foram formadas.

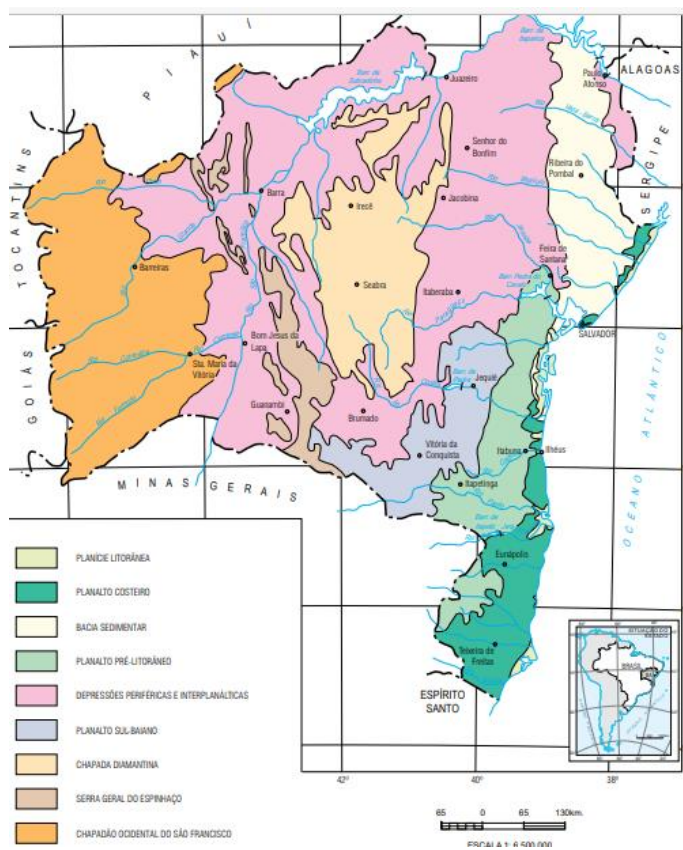
Figura 5 – Principais recursos minerais da Bahia



Fonte: BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia. SEI: Salvador, 2014, v. 27, p.65.

O relevo do extremo sul baiano (Figura 6) é basicamente composto de altiplanos costeiros (litorâneo e pré-litorâneo) e patamares de planícies litorâneas. Considerando o mapeamento de 1940 do extremo sul, a planície litorânea limitava-se a uma curta e estreita faixa, iniciada no município de Santa Cruz Cabrália e logo interrompida na altura de Porto Seguro, para ressurgir em Alcobaça e seguir até a altura da cidade de Mucuri (BAHIA, 2014). Ao longo de todo o litoral a altitude máxima não ultrapassa os 200 metros, embora ocorram na região desníveis abruptos, formando costões rochosos de até 60 metros, formando falésias em localidades como Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Prado (SILVA et al, 2004).

Figura 6 – Relevo da Bahia



Fonte: BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia. SEI: Salvador, 2014, v. 27, p.68.

Nas planícies costeiras estão as desembocaduras dos rios, onde ocorrem ambientes aquáticos cuja foz se apresenta com a forma de estuários ou delta. No extremo sul as desembocaduras são todas do tipo estuários, locais onde a água dos rios de encontra com a água do mar por meio de um único canal, sob a influência do regime de maré. Nas planícies litorâneas são comuns os solos pouco consolidados, de textura arenosa e ácidos, apresentando baixa fertilidade natural. O relevo e os solos sofrem forte ação dos ventos. A interação da estrutura

geológica dos solos com ambientes marinhos, fluviais e fluviomarinhos e com os regimes de chuva produzem a vegetação peculiar que caracteriza a planície costeira, com a ocorrência de ecossistemas associados de restinga, mangue, floresta aluvial, dentre outras formações⁶⁶. Áreas de restinga e mangue se estendem por todo o litoral baiano. No extremo sul são exemplos os manguezais localizados em Santa Cruz Cabralia (desembocadura do rio João de Tiba), Alcobaça (desembocadura do rio Itanhém), Caravelas e Nova Viçosa (desembocadura do rio Peruípe).

Paralelo, ligado, próximo ou mesmo distante da costa, em ambientes marinhos, encontramos os ecossistemas de recife. Sua estrutura porosa tanto pode ser constituída em base calcária e óssea (recifal de coral) ou por rocha sedimentar granular agregada (recifal de arenito). Os recifes podem ser encontrados em diversos pontos na costa do extremo sul, com depósitos mais desenvolvidos entre Alcobaça e Nova Viçosa⁶⁷. Certamente entre os mais conhecidos estão o recife de arenito localizado em frente à praia em Santa Cruz Cabralia, formando um longilíneo banco de areia paralelo à orla, e o mais biodiverso recife de coral do Oceano Atlântico Sul, situado na região marinha de Abrolhos, em Caravelas (LEÃO, OLIVEIRA, KIKUCHI, 2008). Em seu conjunto os recifes de coral abrigam grande parte da vida nos oceanos, aproximadamente um quarto das espécies marinhas (CALDEIRA, 2012 apud MARQUES, 2018, p.449). Não há *habitat* marinho mais complexo e biodiverso do que os recifes de coral, sendo estes comparados neste quesito aos ecossistemas florestais tropicais⁶⁸. O conjunto de recifes de corais abrigados no entorno das ilhas do Arquipélago de Abrolhos é “um dos maiores patrimônios naturais do Brasil” (NETTO, 2008, p. 4). O Complexo Recifal de Abrolhos é o único recife de coral de todo extremo sul da Bahia.

Após as breves planícies erguem-se os altiplanos costeiros. O primeiro setor é o dos planaltos rebaixados ou planalto costeiro. Esta formação se estende por praticamente todo o extremo sul da Bahia, no sentido norte-sul. O planalto costeiro alterna-se em formações de relevo, desde formas aplanadas até serras e maciços montanhosos. Sua hipsometria varia entre 300 até 600 metros de altitude. É neste setor que são encontrados os “mares de morros” do extremo sul baiano. Neste setor os solos são em geral menos arenosos, podendo ser mais

⁶⁶ Formada sobre os solos arenosos da planície costeira a paisagem de restinga apresenta formações vegetais de ambiente marinho. Os mangues “são resultantes do trabalho de acúmulo de sedimentos produzidos pelos rios e marés (ambiente fluviomarinho). São encontrados em todo o litoral baiano, próximos das desembocaduras dos rios” (SILVA et al, 2004, p.57).

⁶⁷ Alguns dos recifes da região: Santa Cruz Cabralia, Prado, Guaratiba, Timbebas, Recife da Areia, Recife da Lixa, Pedra de Leste, Sebastião Gomes, Coroa Vermelha, Viçosa (ver: NETTO, 2008, p. 5).

⁶⁸ Ministério de Meio Ambiente do Brasil (MMA). *Recifes de Coral*. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/processo-eletronico/item/397-recifes-de-corais.html>

profundos e argilosos, em razão da combinação da umidade litorânea com a rica cobertura vegetal do interior. Até meados dos anos 1960 as condições morfoclimáticas e, sobretudo, fitogeográficas na região não haviam passado por perturbações antrópicas consideráveis, com isso os solos mantinham com a vegetação equilíbrio ecológico.

Na direção centro-leste a superfície se modifica em alguns trechos contínuos, levanta-se um segundo patamar de altiplanos, afastados da costa, mas ainda submetido aos efeitos morfoclimáticos dos mares de morros. Aqui os grandes maciços rochosos podem ultrapassar os 600 metros de altitude. Esta faixa de altura pode ser encontrada apenas em alguns lugares, basicamente no extremo-oeste de Porto Seguro, Prado e Alcobaça, conforme situação administrativa de 1940. Mas de modo geral esta topografia compõe um tabuleiro mais uniforme e menos recortado por vales. Se em 1940 esse planalto pós-litorâneo era encontrado nos municípios de Porto Seguro, Prado e Alcobaça, na configuração político-administrativa de 1970 foram incluídos os municípios de Guaratinga, Itamaraju e Itanhém (BAHIA, 2014, p.67).

A formação de solos liga-se aos fluxos permanentes de troca de matéria e energia, e dependem do tipo de rocha original que lhes dão forma. Por ser um sistema ambiental altamente dinâmico, o solo se apresenta como o “resultado [provisório] de adições, perdas, translocações e transformações de energia e matéria, que ocorrem ao longo do tempo e sob a influência dos fatores clima, organismos e relevo” (EMBRAPA, 2018, p. 27). Em virtude da rica variabilidade física, química, biológica e morfológica dos solos do Brasil, estes foram classificados em 13 classes distintas⁶⁹. A diversidade dos solos depende de fatores variados, sendo o mais crucial deles o intemperismo, processo natural de desintegração/decomposição de rochas e minerais, levando à formação de sedimentos de tamanho variado. Além dos processos intempéricos, os solos estão expostos a outros fatores ambientais, como clima (temperatura, pluviosidade, ventos), relevo e vegetação.

No estado da Bahia se encontra uma grande variedade de solos, ao menos dez dos treze tipos gerais estabelecidos na classificação nacional feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (Figura 7). Até 1950 a maior parte dos solos do extremo sul da Bahia estava protegida por vegetação nativa. Ao longo do litoral e na parte meridional do extremo sul predominam os argissolos (BAHIA, 2014, p.69). À medida que nos afastamos da linha da costa diminui o grau de salinidade dos solos. Em boa parte do interior regional encontramos os latossolos. Juntos, argissolos e latossolos são os tipos de solos predominantes no estado da

⁶⁹ EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-solos-brasileiros/solos-do-brasil>>.

Bahia⁷⁰. Estes solos são encontrados em ecorregiões com diferentes configurações climáticas, de relevo e vegetação, e caracterizam-se, de modo geral, por serem profundos, mas com variações. Intensamente intemperizados, estes solos podem sofrer bruscas alterações físicas e químicas de seus sedimentos minerais constituintes, sobretudo quando privados de sua cobertura natural. Muito permeáveis, apresentam limitações de retenção de água e nutrientes, além do que costuma ser ácidos e carregados de minerais tóxicos para as plantas, como o alumínio (DEAN, 2018, p.27). Por tudo isso, são considerados terrenos sensíveis.

Figura 7 – Solos da Bahia



Fonte: BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia. SEI: Salvador, 2014, v. 27, p.69.

Os argissolos dominam a faixa litorânea e a porção sul do extremo sul da Bahia, com ocorrência em todos os municípios da região até 1950. Podem apresentar composições distintas, a depender do tipo de rochas a partir da qual foram produzidos e das condições do relevo a que estão associados. Como o próprio nome revela, são solos com formação e mobilização de argilas, basicamente das camadas superficiais para as camadas mais profundas

⁷⁰ Representam cerca de 60% da superfície nacional.

(subsuperficiais). Porém apresentam diferentes densidades superficiais, podendo ser solos arenosos, de média textura ou argilosos. Nas áreas em que são suporte da vegetação florestal, os argissolos apresentam grande suscetibilidade à erosão, provocada por desproporção na infiltração de água entre suas camadas⁷¹.

A fertilidade natural dos argissolos é variável, estando associada à sua composição material e mineral, as condições do relevo, tipo de vegetação e regime de chuvas. Mas em geral ela é baixa, sobretudo os tipos de textura arenosa. São solos costumeiramente ácidos, e podem apresentar saturação de alumínio, chamados solos alíticos. Mas os argissolos encontrados nas regiões de relevo mais suave do planalto atlântico, em geral de composição médio-argilosa ou argilosa, recebem mais água e matéria orgânica, sendo relativamente mais férteis (solos eutróficos). Contudo, sua profundidade é menor, e em sua superfície são encontrados mais fragmentos de rocha, os seixos, à medida que se localizam em regiões mais elevadas. Os argissolos destas regiões são, portanto, mais favoráveis à exploração agrícola.

Os latossolos são solos altamente intemperizadas, de formação bastante antiga, portanto considerados “evoluídos”, por isso neles são encontrados poucos e pequenos grânulos de rocha. São solos uniformes em suas camadas, ou “horizontes”. Normalmente profundos, apresentam textura médio-argilosa ou argilosa. Típicos de regiões tropicais, embora possam ocorrer também nas sub-tropicais, são os solos mais recorrentes no Brasil, distribuindo-se por cerca de 40% de todo o território nacional⁷². Encontrados em todas as regiões do país, são mais comuns em superfícies planas ou de baixo relevo, embora possam ocorrer em áreas mais elevadas, e até mesmo em sistemas montanhosos (EMBRAPA, 2018, p.94). Dada à variabilidade ambiental de localização, os latossolos diferem quanto a sua permeabilidade, podendo ser solos tanto de drenagem elevada, quanto moderada ou imperfeita. Costumam ser naturalmente bastante ácidos, principalmente os situados em locais de umidade permanente, portanto apresentam deficiência de nutrientes, principalmente cálcio, magnésio, potássio e sódio.

No extremo sul da Bahia os latossolos se estendem por ampla e contínua área territorial. Trata-se do tipo geral de solo predominante no sul e litoral extremo sul (SILVA et al, 2004; PÓVOAS et al, 2013; BAHIA, 2014). De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), com base em levantamento realizado pelo IBGE e estudo empreendido pela Embrapa, os latossolos estavam presentes em quatro dos seis municípios do

⁷¹ A retenção de água é maior nas camadas subsuperficiais, fazendo com que a textura argilosa ocorra predominantemente nos horizontes mais profundos. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/solospdf/Argissolos.pdf>>, acessado em 06/04/2021.

⁷² EMBRAPA. *Solos brasileiros: latossolos*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-solos-brasileiros/solos-do-brasil>>.

extremo sul baiano até 1950: Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Prado e Alcobaça (BAHIA, 2014). Mas em um breve artigo, publicado por pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) para o XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, ocorrido em 2013, foi apresentado um quadro diferente da distribuição dos solos do extremo sul (PÓVOAS et al, 2013). A pesquisa valeu-se da comparação de mapas pedológicos produzidos no âmbito do Projeto RADAMBRASIL e publicados entre os anos de 1981 e 1987⁷³. De acordo com o mapa de classe de solos produzido pelos autores (Figura 8), os latossolos podiam ser encontrados em todos os municípios da região, contudo cobrindo uma área relativamente pequena. Um espaço contíguo de latossolos só era observado entre Caravelas e Mucuri, municípios não indicados com este solo no mapa da SEI.

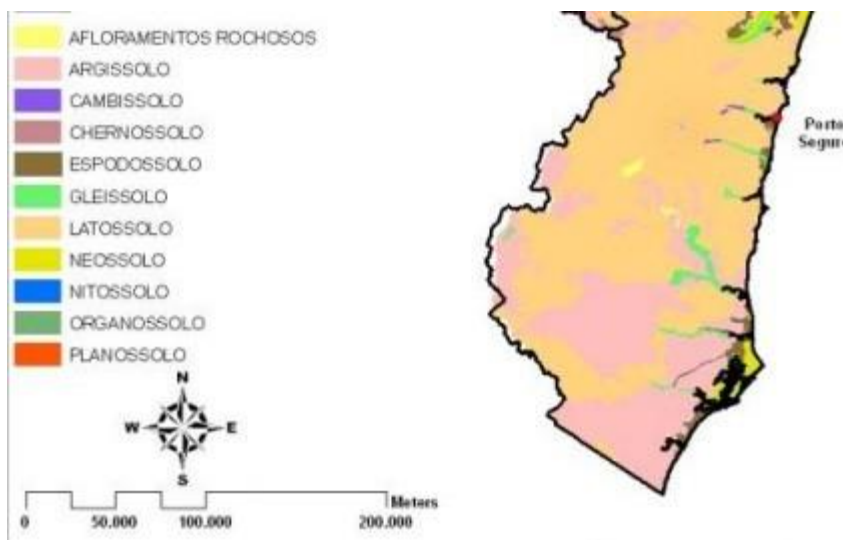
Além disso, no mapa de Póvoas não há área exclusivas dos tipos de solos, como acontece no levantamento do órgão baiano. O que se vê é um quadro mais detalhado da presença de outros tipos de solos na área do solo predominante. Exatamente por isso, o mapa da SEI corresponde mais à demarcação da região de dominância de cada um dos solos. Em todo caso, as diferenças não parecem ser tão fundamentais, a exceção de uma: o mapa da SEI não indica a ocorrência de latossolos na área da costa atlântica e imediações, ao passo que em Póvoas estes são encontrados no litoral atlântico, sendo os argissolos menos frequentes nesta orla do que atesta a SEI. Em comum nos dois estudos o fato de não haver latossolos no município de Mucuri.

Certamente novos estudos pedológicos mais detalhados do extremo sul oferecerão resultados mais precisos em relação aos dois estudos aqui citados, apresentando um mosaico mais complexo dos solos da região e sub-regiões internas⁷⁴. Mas o fundamental aqui é apresentar um quadro geral do sistema de solos do extremo sul baiano, indicativo da condição natural que se apresenta para a exploração econômica, notadamente a agricultura e a pecuária.

⁷³ O projeto Radar da Amazônia (RADAM) foi criado em 1970, com o objetivo de proceder à coleta de dados para subsidiar a pesquisa nacional sobre os recursos naturais da Amazônia e áreas adjacentes do Nordeste brasileiro, no âmbito do Plano de Integração Nacional do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia. A partir de julho de 1975 o levantamento de dados foi estendido para todo o país, passando o projeto a se chamar RADAMBRASIL. Em 1985 a equipe técnica do projeto foi incorporada ao IBGE. Dados sobre vegetação, solo, uso da terra e recursos minerais eram captados por sensoriamento remoto por meio do uso de avião, através de radares instalados na aeronave (aerolevanteamento). Os registros de imagens eram em seguida transformados em materiais cartográficos digitalizados (mapas temáticos) e disponibilizados ao público, tendo sido posteriormente armazenados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). O primeiro levantamento dos recursos naturais do projeto foi publicado em 1973, tendo sido publicados mais de três dezenas de outros levantamentos de mesma natureza até o final dos anos 1980, cobrindo todos os estados da federação.

⁷⁴ O Atlas Geográfico, Histórico e Cultural da Bahia, elaborado por uma equipe de pesquisadores e acadêmicos, voltado para o público escolar mais amplo de professores e estudantes, baseia-se nas mesmas fontes utilizadas pela SEI, que tomou por base dados fornecidas pelo IBGE e pela Embrapa (ver: SILVA et al, 2004, p. 56).

Figura 8 – Solos do Extremo Sul da Bahia



Fonte: PÓVOAS, H. et al. Usos da terra do Litoral Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Florianópolis, 2013.

Outras classes de solos encontradas no extremo sul da Bahia são os gleissolos, os espodossolos, os chernossolos e os afloramentos rochosos (PÓVOAS et al, 2013). Nenhum destes recobre parte muito significativa do território, encontrando-se distribuídos em poucas áreas da parte leste da região, particularmente no litoral, com exceção dos afloramentos rochosos, que se situam entre o leste e o oeste. Na sequência de ocorrência para termos os gleissolos, encontrados na superfície dos municípios de Alcoçaba e Prado (1940) (BAHIA, 2014). Numa área um pouco menor, porém mais concentrada, são encontrados os espodossolos, nos municípios de Caravelas e Mucuri. São verificadas a ocorrência de gleissolos também na região de Porto Seguro e de espodossolos em Alcoçaba (PÓVOAS, 2013). Outra classe com ocorrência no extremo sul da Bahia são os chernossolos. De todos os tipos de solos identificados, os chernossolos são os de menor ocorrência, localizados basicamente no município de Porto Seguro, seguidos dos gleissolos litorâneos.

As bacias hidrográficas são áreas hidrológicas específicas, no interior das quais acontece a drenagem e a infiltração da água proveniente das precipitações pluviométricas, abastecendo as reservas hídricas, como nascentes, lençóis freáticos e corpos d'água superficiais (rios, afluentes, córregos, riachos, etc.). A água das chuvas que atinge o solo desloca-se e se distribui através da estrutura topográfica e da força gravitacional na direção terminal do rio coletor, chamado "rio principal", alimentando no percurso os rios menores (afluentes). Outra parte da água é absorvida no solo e pode atingir as reservas hídricas subterrâneas ("lençol freático").

Outra parte da chuva atinge diretamente os leitos d'água. As bacias hidrográficas são separadas entre si por divisores de água, ou seja, pontos mais altos na estrutura do relevo que separam as redes hidrográficas de cada bacia.

Como já apontado anteriormente, todo o território do extremo sul baiano está compreendido entre duas grandes bacias hidrográficas, dos rios nucleares Jequitinhonha e Mucuri. Historicamente, os processos humanos de ocupação territorial nesta região se deram em torno dos rios, no interior de uma bacia hidrográfica ou entre bacias. Índios, estrangeiros e brasileiros têm em comum essa história de ocupação e organização da vida social. As duas grandes bacias que definiram no passado as fronteiras norte e sul da região hoje são parte do agrupamento de grandes bacias hidrográficas brasileiras do Atlântico Leste⁷⁵. Se considerarmos a bacia do Jequitinhonha como parte do complexo de bacias hidrográficas do extremo sul da Bahia, temos, então, para esta região uma área hidrográfica total de mais 31 mil km² (BAHIA, 2008b, p.15). Trata-se de um complexo hídrico de significativa capacidade.

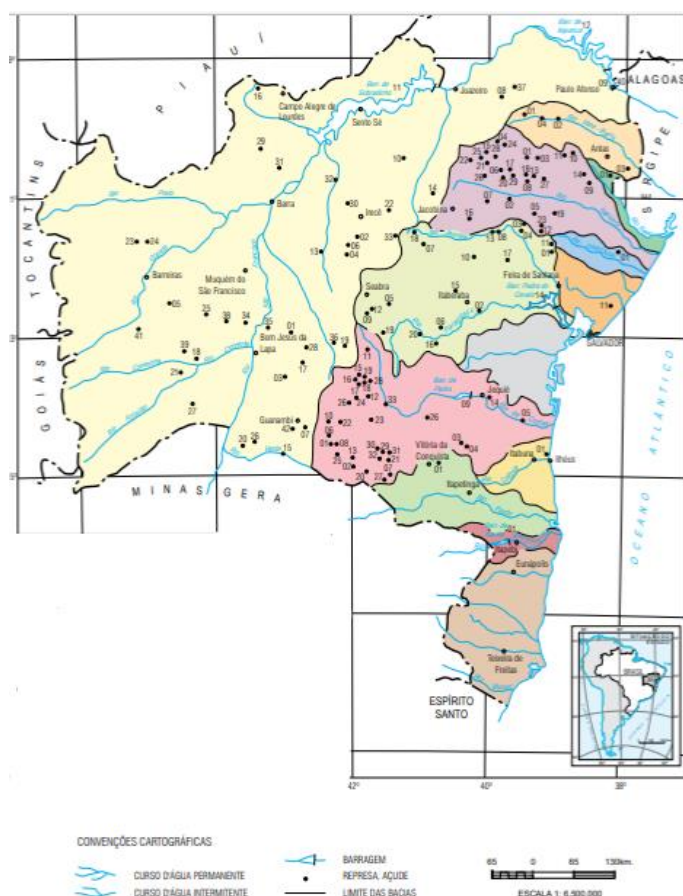
A bacia do Jequitinhonha localiza-se imediatamente acima do limite norte do extremo sul aqui considerado, situando-se na região sul do estado. O Jequitinhonha atravessa e desemboca no município de Belmonte. Como de costume o rio principal deu nome à bacia. O Jequitinhonha nasce na Serra do Espinhaço, na cidade mineira de Serro, e desagua no mar no município baiano de Belmonte. Assim, os seus rios afluentes, nem o rio principal, penetram o território do extremo sul da Bahia. Contudo, na primeira metade do século XIX o vale do Jequitinhonha foi uma importante rota para escoamento de produtos e movimentação de pessoas entre o norte/nordeste mineiro e o sul (e extremo sul) baiano. Ademais, as águas desta bacia também atendem a necessidades de núcleos urbanos do extremo sul. Fica patente, então, que as fronteiras regionais se mostram marcadores insuficientes para avaliar a complexidade de um espaço socioambiental integrado.

Assim como o Jequitinhonha, o rio Mucuri nasce no estado de Minas Gerais, entre as cidades de Ladainha e Malacacheta, até a sua desembocadura no Oceano Atlântico, na costa baiana. A área total da bacia do Mucuri abrange 15 mil km². Mas apenas 5% desta área encontra-se na Bahia. Nenhum dos seus principais afluentes chega ao território do estado, apenas o leito do rio principal. Diferentemente do rio Jequitinhonha, o Mucuri penetra o território do extremo sul, até chegar ao município mais ao sul do estado, Mucuri.

⁷⁵ A Região Hidrográfica Atlântico Leste possui a segunda maior disponibilidade hídrica do país dentre as 12 regiões hidrográficas existentes, abrangendo quase todo o estado de Sergipe, a faixa norte-sul e centro-leste da Bahia, norte/nordeste de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). *Região Hidrográfica Atlântico Leste*. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/atlantico-leste>>.

Considerando a classificação atual das bacias hidrográficas e principais rios do estado da Bahia (Figura 9) três grandes bacias hidrográficas atravessavam o território do extremo sul da Bahia entre os anos 1950 e 1970: Buranhém, Itanhém (ou Alcobaça) e Mucuri (SILVA, 2004; BAHIA, 2008b). Excetuando o Jequitinhonha, localizada na região sul do estado, são sete os principais rios que percorrem o extremo sul: João de Tiba (antigo Sernampetiba), Buranhém, Caraíva, Jucuruçu, Itanhém, Peruípe e Mucuri. Três destes têm sua nascente na Bahia – João de Tiba, Caraíva e Peruípe –, enquanto os outros quatro nascem no estado de Minas Gerais.

Figura 9 – Principais Bacias Hidrográficas da Bahia



Fonte: BAHIA. *Anuário Estatístico da Bahia*. SEI: Salvador, 2014, v. 27, p. 71.

Com 4.780 km² de área total de drenagem, a bacia do rio Peruípe conta com boa rede hidrográfica, com rios perenes e intermitentes (SANTOS et al, 2004)⁷⁶. Com bacia situada na

⁷⁶ A área total de uma bacia pode variar, às vezes bastante, a depender da fonte da informação. Por exemplo, em uma publicação de 2016 da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Planejamento da Bahia a bacia do rio Peruípe apresentava área de cobertura de 5.603 km² (BAHIA, 2016, p.18).

área do município de Caravelas, o leito do rio Peruípe se estende por 58 km até sua foz no Atlântico. Além do rio principal, a bacia conta com os rios formativos dos “braços” Norte e Sul, além dos afluentes Pau Alto e Rio do Meio (ou rio Pato). Em 1970 a bacia do Peruípe se estendia pelos municípios de Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Nova Viçosa e Mucuri. Ao longo desta década a área da bacia do Peruípe foi largamente ocupada, com vistas à introdução de atividades agropecuárias.

Surgindo na parte baiana da Serra dos Aimorés, o antigo rio Sernambetiba, hoje João de Tiba, é mais extenso do que o Peruípe, contando 135 km até a foz, no município de Santa Cruz Cabrália. Juntamente com a bacia do rio Buranhém, o João de Tiba forma a principal rede hidrográfica da microrregião Santa Cruz Cabrália-Porto Seguro (EMBRAPA, 2003). Quando da chegada da BR-101, no início da década de 1970, o rio ainda tinha importante papel na circulação do extrativismo local, sendo também fonte de recursos para os pescadores locais, e abrigando ainda, em seu estuário, um grande manguezal, onde os podia coletar crustáceos.

O rio Caraíva é menor, com seus 61 quilômetros de extensão, entre a sua nascente, no então povoado de Itabela, município de Porto Seguro, e sua desembocadura no Oceano Atlântico no povoado de Caraíva, também localidade de Porto Seguro em 1970 (SARMENTO-SOARES, MASZONI, MARTINS-PINHEIRO, 2009). Assim como o João de Tiba, na orla da foz do rio Caraíva forma-se uma área de mangue. Até por volta de meados do século XX o rio foi bastante utilizado por embarcações, como canoas e barcos, para o transporte de mercadorias variadas, principalmente produtos extraídos da Mata Atlântica, como cacau e madeiras, estas últimas transformadas em tábuas nas serrarias locais (MENEZES, 2006).

O Buranhém brota na superfície na divisa da Bahia com Minas Gerais, mas do lado mineiro. O rio nasce na Serra dos Aimorés, com suas principais nascentes localizadas no município de Santo Antonio de Jacinto, e desagua na Bahia, na cidade de Porto Seguro (AZEVEDO, 2014). Mas ao longo da área total de drenagem da bacia, de pouco mais de 2.500 km², apenas 12% dela está situada em território mineiro. Dos 148 quilômetros de seu curso, 128 deles percorrem território baiano. O rio Buranhém limita-se com o Jequitinhonha e João de Tiba ao norte, e com o Jucuruçu ao sul, compondo com estes o conjunto de bacias que abastece a porção setentrional do extremo sul do estado. Em 1970, os rios Buranhém e João de Tiba eram

os principais responsáveis pelo abastecimento hídrico dos municípios de Santa Cruz Cabrália, Guaratinga e Porto Seguro.

Outro rio mineiro que nasce próximo à divisa com a Bahia é o Jucuruçu, atravessando o centro do território do extremo sul até a sua foz no Oceano Atlântico no município baiano de Prado. Sua principal nascente está localizada no município mineiro de Felisburgo, mas o curso do rio se completa com o seu “braço sul”, este já no estado da Bahia, na altura do atual município de Jucuruçu. Com um leito se estendendo por 240 quilômetros, aproximadamente 85% da área da bacia do Jucuruçu situa-se no estado da Bahia. A área de drenagem total da bacia do Jucuruçu é de quase 6.000 km², e suas águas percorriam no final dos anos 1960 os municípios baianos de Itamaraju e Prado.

Por fim, o rio Itanhém, também conhecido como rio Alcobaça. O rio principal, de aproximadamente 250 quilômetros de extensão, é parte da bacia do Itanhém que, juntamente com as bacias dos rios Peruípe e Mucuri, abrangem os municípios da faixa meridional do extremo sul da Bahia, até o limite com o Espírito Santo. O Itanhém nasce nas proximidades do município mineiro de Fronteira dos Vales e deságua no município baiano de Alcobaça. Bacia hidrográfica expressiva, sua área de drenagem se aproxima dos 6.500 km², 80% dela situada no estado da Bahia (BAHIA, 2008b). Até 1970 a bacia do Itanhém atendia aos municípios de Alcobaça, Medeiros Neto e Itanhém.

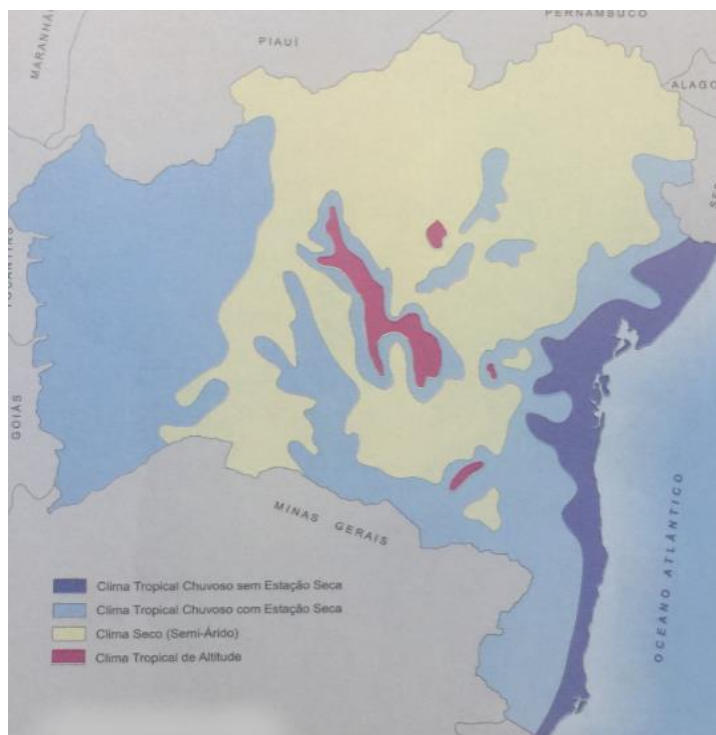
Como se vê a rede hidrográfica que percorre toda a região do extremo sul da Bahia estava bem distribuída e apresentava grande potencial hídrico no início dos anos 1970. As condições de relevo, clima e vegetação favoreciam a hidrografia, abundante não apenas em leitos superficiais, mas também em lençóis freáticos. Há pelo menos quatro redes hidrográficas setoriais fundamentais para o abastecimento de água da região: Jequitinhonha, João de Tiba/Buranhém, Jucuruçu/Itanhém/Peruípe e Mucuri. Os rios que cortam transversalmente o extremo sul da Bahia nascem todos no planalto mineiro, a partir da borda leste da cadeia de montanhas da Serra do Espinhaço, entre o norte/nordeste de Minas Gerais e o sul da Bahia. A Cadeia do Espinhaço é considerada “o grande divisor hidrográfico na região Sudeste brasileira entre as bacias do rio São Francisco, à oeste, e dos rios que desaguam à leste no Oceano Atlântico” (VERDI et al, 2015, p.19).

A constâncias das chuvas, mais regulares e melhor distribuídas na faixa litorânea, cuidava de recarregar os estoques hídricos, enquanto a vegetação nativa oferecia segurança contra desastres naturais como a erosão dos solos. A rede de ecossistemas naturais assegurava o consumo de água das populações que cresciam rapidamente desde 1950, sem que houvesse

ocorrência de crises hídricas. As maiores preocupações relacionavam-se com a precariedade da infraestrutura de captação e fornecimento de água, e não com a escassez do recurso hídrico.

A fisiografia e a dinâmica ecossistêmica do extremo sul da Bahia se completam com o clima e a sua vegetação, ou seja, os seus aspectos propriamente fitogeográficos. O *clima* predominante na região é o tropical úmido, que se verifica tanto ao longo da faixa litorânea, quanto em todo o interior regional. Este “clima regional” não é particular do extremo sul da Bahia, mas parte de um *continuum* que se estende antes e para além das fronteiras político-administrativas da região (Figura 10). Mas existem diferenças, tanto entre as regiões do estado, quanto internamente (SILVA et al, 2004).

Figura 10 – Tipos de clima da Bahia



Fonte: SILVA et al. *Atlas da Bahia*. João Pessoa: Grafset, 2004, p.61.

Ao longo da faixa costeira temos o clima tropical úmido sem estação seca, o mesmo que percorre todo o litoral baiano. Trata-se de um tipo climático em que há ocorrência de chuvas ao longo de todo o ano, com distribuição bastante regular entre os seus setores intra-regionais. A média pluviométrica anual ficava acima dos 1.400mm, e a temperatura média anual é superior aos 22°C. É o tipo de clima favorável ao desenvolvimento da Floresta Ombrófila Densa, com árvores altas de folhas grandes e verdejantes, por isso também chamada “floresta latifoliada”. Não são identificadas estações frias. Todas as sedes municipais do extremo sul em 1950 se localizavam sob este regime climático. Somente no final da década de 1950, com a emancipação

de municípios no oeste do extremo sul, as primeiras sedes municipais ficam de fora desta zona climática mais úmida.

Além da faixa litorânea mais úmida, têm-se o clima tropical úmido com estação seca. Este tipo de clima apresenta subclassificações internas no estado, com modificação também da vegetação predominante, podendo ocorrer tanto no cerrado baiano quanto na Mata Atlântica⁷⁷. No extremo sul o tropical úmido com estação seca acontece em aproximadamente três quartos do seu território. Nele há a ocorrência ao longo do ano de altas temperaturas, sendo o clima, portanto, além de úmido, quente. Contudo, ao lado das estações chuvosas verifica-se uma estação seca anual. E à medida que vai se afastando do litoral ocorre uma queda gradual da temperatura média anual.

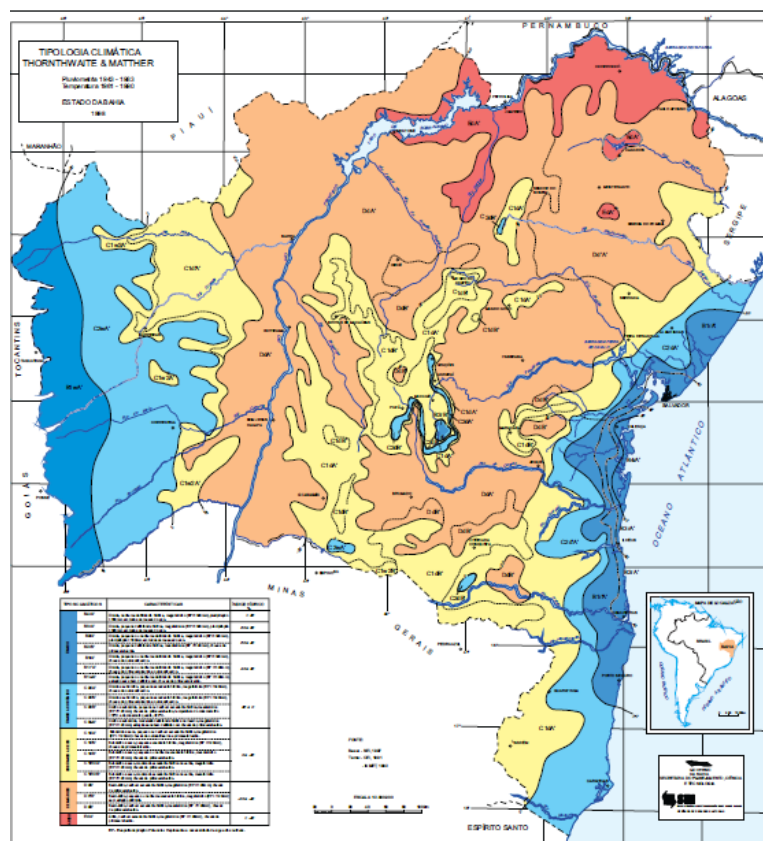
Em todo o extremo sul são identificados ao menos quatro níveis pluviométricos, com precipitações médias anuais que vão de 1.000mm, a mais baixa em termos estritamente regionais, até 1.600mm (às vezes acima) ao longo de uma unidade anual de tempo (SILVA et al, p.62). Entre 1940 e 1950 as sedes municipais de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro eram as localidades administrativas mais chuvosas do extremo sul, enquanto toda a faixa interiorana oeste apresentava as mais baixas médias pluviométricas regionais. O município de Mucuri apresentava o índice médio anual da região: 1.400mm. Mas apesar das diferenças pluviométricas, o extremo sul até 1970 foi uma região climática inteiramente chuvosa.

Com base na escala climática *Thornthwaite-Mather* (Figura 11), a SEI elaborou um balanço hídrico com medições pluviométricas e de temperatura em uma escala contínua⁷⁸. Nesta classificação mais detalhada o extremo sul apresentou três diferentes tipos climáticos: (i) úmido, (ii) úmido a subúmido e (iii) subúmido a seco. No interior de cada tipo há gradações por setor definidas em função de gradientes de índice hídrico. Cada tipo climático do extremo sul apresenta total regularidade, não havendo outros subtipos em nenhum dos tipos principais. Também aqui os tipos climáticos mantêm unidade com o de outras regiões do estado e de fora da Bahia. O tipo úmido varia de “nenhuma deficiência hídrica”, com chuvas acontecendo todos os meses do ano, gerando bons excedentes hídricos, até uma “pequena deficiência hídrica”, na qual ocorre uma estação seca bem definida. Neste tipo climático, as chuvas são mais intensas na primavera e no verão.

⁷⁷ No cerrado do oeste baiano o clima tropical úmido com estação seca pode ser mais bem definido como tropical subúmido (SILVA, 2004, p. 62).

⁷⁸ A tipologia foi proposta inicialmente pelo climatologista estadunidense Charles Warren Thornthwaite, tendo sido em seguida aperfeiçoado pelo geógrafo, também estadunidense, John Russ Mather, em 1955. O cartograma preparado pela SEI, publicado em 1998, considera duas variáveis climáticas, examinadas em períodos de 40 anos: pluviometria (1943-1983) e temperatura (1961-1990) (SEI, 2008c, p. 60).

Figura 11 – Sistemas climáticos (tipologia *Thornthwaite-Mather*)



Fonte: BAHIA. *Anuário Estatístico da Bahia*. SEI: Salvador, 2014, v. 27, p. 66. (Adaptado pelo autor).

O clima úmido a subúmido é um subtipo que abrange áreas de “pequeno excedente hídrico” até “níveis moderados” de deficiência hídrica. Ocorrem chuvas em todas as estações, mas durante o outono e, sobretudo, no inverno, as chuvas escasseiam. Por fim, o clima subúmido a seco. Neste, a variação se estabelece entre um “pequeno ou nenhum excedente hídrico”, mas com chuvas ao longo de todas as estações, até situações de excedente hídrico apenas no verão.

No início da década de 1970 o clima úmido era encontrado apenas da faixa leste dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. O clima úmido a subúmido atinge a maior porção territorial da região, desde o centro-oeste ao sul de Porto Seguro, e ao longo de praticamente toda faixa central. Nesta área situavam-se os municípios de Guaratinga, Itamaraju, Ibirapuã, Caravelas, Alcobaça, Prado e também áreas de Porto Seguro. A partir daí, até a fronteira mineira, ocorre o clima tropical subúmido a seco, atingindo áreas dos municípios de Guaratinga, Itamaraju, Prado, Itanhém, Medeiros Neto, Lajedão, Ibirapuã e Caravelas.

Em linhas gerais, apesar da diferença metodológica, a tipologia climática de *Thornthwaite-Mather* não apresenta resultados substancialmente diferentes da verificação

anterior aqui apresentada. Por outro lado, se pôde observar o fenômeno climático regionalizado, destacando pluviosidade e temperatura, por meio de uma escala contínua de tempo, neste caso de 40 anos.

A *vegetação* de qualquer região é resultado da combinação de fatores ambientais distintos: “A cobertura vegetal está condicionada principalmente à diversidade de clima, solos e relevo. A interação destes fatores resulta ora em vegetação densa e exuberante, [...] ora em vegetação com árvores raquíticas e espinhentas” (SILVA et al, 2004, p.66). A Mata Atlântica é originalmente uma paisagem vegetal complexa e exuberante, embora com variações de densidade. Quando da chegada dos portugueses à costa atlântica continental em 1500 a floresta nativa já havia passado por perturbações e degradações, causadas por exploração, assentamentos, agricultura, guerras, etc. (DEAN, 2018). Contudo, a floresta tropical atlântica brasileira permaneceu uniforme e densa até a invasão europeia.

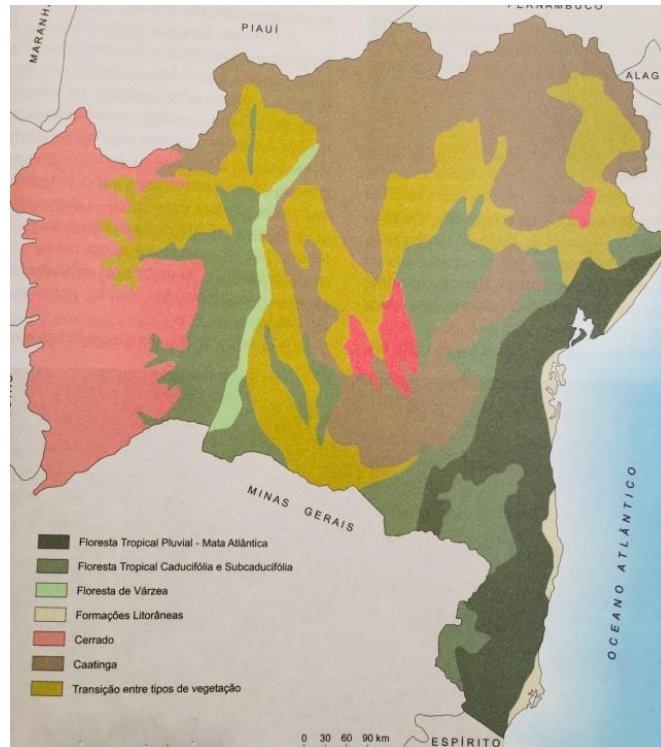
Em 1500 a área de domínio da Mata Atlântica ocupava cerca de um terço do território do atual estado da Bahia⁷⁹. Assim como todo o litoral brasileiro, praticamente toda a costa do extremo sul da Bahia foi originalmente tomada pela floresta. Mas foi a confluência do relevo, com sua longa cadeia longitudinal norte-sul de montanhas que atravessa os territórios mineiro e baiano, temperaturas elevadas e pluviosidade regular que fizeram do extremo sul um espaço natural exuberante em vegetação florestal.

Considerando a área de domínio da Mata Atlântica regional são encontrados três tipos de ecossistemas de vegetação no extremo sul baiano (Figura 12). Nos termos do Atlas Escolar da Bahia estes tipos são denominados: Floresta Tropical Pluvial; Floresta Caducifólia e Subcaducifólia; Formações Litorâneas (SILVA et al, 2004). A floresta tropical pluvial é o tipo mais úmido, compacto, grandioso e denso em vegetação. Atualmente é mais conhecido como Floresta Ombrófila Densa (IBGE, 2012; BAHIA, 2014)⁸⁰.

Figura 12 – Vegetação predominante da Bahia

⁷⁹ Instituto Brasileiro de Florestas (IBF). *Bioma Mata Atlântica*. Disponível em: <<https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica>>.

⁸⁰ A nomenclatura Floresta Ombrófila Densa foi criada pelos botânicos alemães Heinz Ellenberg e Dieter Mueller-Dombois em 1967, e acabou por substituir em parte da literatura o consagrado termo anterior “Floresta Tropical Pluvial”, adotado pela primeira vez em 1903 em um relatório produzido por outro botânico, o franco-alemão Andreas Franz Wilhelm Schimper, e publicado postumamente. Apesar disto, as duas expressões têm basicamente o mesmo significado de “floresta amiga da chuva” (IBGE, 2012, s/p).



Fonte: SILVA, Barbara-Christine et al. *Atlas Escolar Bahia*. 2 ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2004, p. 67.

As formações florestais caducifólia e subcaducifólia são atualmente mais conhecidas como Floresta Estacional Decidual e Floresta Estacional Semidecidual. São ambientes menos úmidos do que o da Ombrófila Densa, apresentando demarcados períodos de estiagem. A redução da incidência dos raios solares, a diminuição das chuvas nos períodos secos mais prolongados e o ressecamento dos solos em função da estiagem fazem com que as árvores percam parte (espécies sub-caducifólias) ou toda (espécies caducifólias) a sua folhagem, atingindo mais o dossel. A perda de folhagem varia, dependendo do nível de chuvas ao longo do ano e do grau de ressecamento dos solos nos período de estiagem, em geral maiores no inverno. Em geral estas formações florestais se desenvolvem sobre solos mais pobres, como os argissolos e latossolos vermelho-amarelos, contribuindo para que a sua fisionomia vegetal exiba árvores mais baixas.

Originalmente 100% da área que o extremo sul ocupou entre 1950 e 1970 situava-se no bioma Mata Atlântica, tendo a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Estacional Semidecidual como suas principais formações florestais. Há diferentes considerações sobre a extensão da cobertura de cada uma delas na região. Tomando por referência mapas de vegetação elaborados no âmbito da agência espacial dos EUA, NASA, pela missão *Land Remote Sensing Satellite* (LANDSAT), Kulmannn, Pereira e Silva (1983) indicam que a floresta mais úmida,

denominada “higrófila”, ocupava aproximadamente metade do território (faixa leste). Já para os elaboradores do Atlas do Espaço Geo-Histórico e Cultural da Bahia (SILVA et al, 2004, p.67), embasados em imagens e informações extraídas do Projeto RADAMBRASIL, produziram um mapa de vegetação no qual a Floresta Estacional não se estendia por mais do que 30% da superfície florestada do extremo sul. A Floresta Estacional Semidecidual desenvolveu-se ao longo da faixa oeste. Quanto aos subtipos florestais, dado o relevo não muito elevado da região, estes são basicamente dois: formações de terras baixas e formações submontanas. Praticamente todas as florestas estavam localizadas em planícies e terraços inundados (aluviais), e em encostas de serras e planaltos, distribuídas em faixas de altitudes que variam entre poucos metros do nível do mar até por volta de 600 metros acima deste.

À medida que a floresta atlântica do extremo sul vai se aproximando das cadeias montanhosas a oeste, em direção a Minas Gerais, os níveis de pluviosidade diminuem e a vegetação vai apresentando variações em sua fisionomia. No extremo sul, a maior ocorrência da ombrófila densa se dá na linha dos tabuleiros litorâneos, portanto nos platôs costeiros de baixa altitude, onde a precipitação anual é em geral mais alta, acima de 1.000mm. Nestes setores não há estação seca ao longo do ano. As árvores, muitas delas com alto grau de dureza, podem atingir até 40 metros de altura. O estrato intermediário (arbustivo) também costuma ser alto, enquanto o herbáceo é relativamente menos denso, com baixa presença de epífitas, líquens, musgos, cipós, etc. Já a Floresta Estacional ocorre em setores com precipitação média em torno de 1.000mm anuais, havendo, em geral, uma estação seca definida ao longo do ano, com duração média de três a quatro meses. Esta formação ocorre em diversos tipos de relevo e altitude, podendo ser encontrada também em áreas de planície costeira (“tabuleiros”). O seu estrato arbóreo é menos denso do que o observado na floresta mais úmida, mas suas árvores seguem sendo altas, embora com caules mais finos. O estrato arbustivo também é menos denso. Apesar de menos luxuriante do que a ombrófila densa, a floresta estacional do extremo sul se apresenta também como um ecossistema denso.

Tomando a divisão territorial do extremo sul de 1970, a floresta latifoliada mais densa e úmida se estendia da proximidade da costa até mais ou menos o centro do território regional, penetrando mais o interior na área entre os municípios de Guaratinga e Itanhém (KUHLMANN, 1983). A zona de ocorrência da floresta estacional densa do interior se estende a partir do oeste de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju, Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa em direção das encostas montanhosas mineiras. À época, Mucuri era o único município litorâneo com predomínio da “floresta mesófila” própria desta formação, enquanto no interior

os novos municípios de Itanhém, Medeiros Neto, Lajedão e Ibirapuã estavam totalmente situados na zona de domínio natural da Floresta Estacional. O município de Guaratinga apresentava uma ponta de floresta úmida de tipo costeira, mas a maior parte do seu território estava situado em área de ocorrência da floresta estacional. Guaratinga e o povoado de Eunápolis, na parte setentrional, e o povoado de Teixeira de Freitas, na meridional, definiam uma espécie de linha demarcatória entre os dois subtipos florestais. Curiosamente, este é o traçado que percorrerá a BR-101 no extremo sul, de certa maneira indicando a zona de separação dos dois subtipos florestais densos.

Por fim, nas áreas setentrional e meridional da costa do extremo sul encontram-se as Formações Litorâneas. Neste ambiente se verifica a combinação dos ecossistemas marinhos e fluviais, designados como “formação pioneira”. Além dos ecossistemas florestais, a região apresenta outros tipos e subtipos de vegetação: mangue (vegetação fluviomarinha), restinga (vegetação de praia), várzeas (campos alagadiços), brejo (terreno pantanoso), mata-de-cipó (floresta de transição), etc. Mangues, restingas e brejos se estendem por toda a orla. Em todo o extremo sul os ecossistemas de mangue e restinga ocupavam em 1975 cerca de 3% da área total do bioma, enquanto brejos e várzeas se estendem por outros 2,8% (BLINDER, 2005, p. 2121). As maiores áreas de mangue e restingas são encontradas entre Alcobaça e Caravelas. Por se tratar de ecossistemas associados à floresta atlântica, o equilíbrio e a resiliência destes dependem das condições apresentadas pelos ecossistemas florestais. Devido as interações que mantêm com a floresta, mas também por suas características próprias, são unidades ambientais instáveis, portanto frágeis. As faixas de mangues e restingas que percorrem a costa, por exemplo, são ecossistemas sob forte pressão depredatória, pois além da limitação fitogeográfica e de sua natural dependência ecológica, sofrem ainda com a pressão socioeconômica das populações permanentes que vivem no seu entorno.

A Situação da Mata Atlântica do Extremo Sul em 1950

Apesar de sua relativa homogeneidade a Mata Atlântica baiana apresenta distintas feições ecológicas, distribuindo-se por regiões que ao longo do tempo passaram por diferentes processos de ocupação humana, produção econômica e uso dos solos (RBMA, 2008). A parte central da Mata Atlântica baiana, cerca de 75% do domínio, se estende entre os rios Paraguaçu e Mucuri, situando-se na direção da linha do litoral do estado, ao sul da Baía de Todos os Santos, compreendendo as regiões do microrregiões do “Baixo Sul”, “Sul” e “Extremo Sul”, formando

o “Corredor Central da Mata Atlântica” (CCMA). A paisagem baiana apresenta diferentes tipos de floresta – ombrófila densa, ombrófila aberta, estacional semidecidual – bem como ecossistemas associados, com destaque para os manguezais e as restingas. As matas baianas se notabilizavam pelas elevadas taxas de diversidade biológica e endemismo. Para se ter um exemplo da biodiversidade da Mata Atlântica baiana, particularmente do sul e extremo sul, podem ser encontrados todos os seis gêneros de primatas (símios) catalogados para o Brasil, com algumas espécies de suás sendo encontradas exclusivamente aqui⁸¹; ou ainda, algo como 30% das aves e 10% dos anfíbios são endêmicos do território do estado. O índice médio de endemismo de vertebrados calculado para a região, entre 26% e 28%, é considerado bastante alto (RBMA, 2008). O sul e extremo sul da Bahia são as regiões mais biodiversas do estado, e, juntamente com o norte do Espírito Santo, apresentam a maior variedade de espécies vegetais do país, onde são encontradas as maiores concentrações de árvores por hectare, com grande diversidade de espécies.

Em 1950 praticamente todo extremo sul baiano ainda estava coberto por rica vegetação atlântica, fosse ela primária ou secundária. As florestas densas cobriam a maior porção do território de todos os municípios da região. Estendia-se como uma longa e larga faixa contínua, de norte a sul, de leste a oeste. A floresta estacional inicia-se com o término do domínio da floresta ombrófila, cobrindo uma área menor, que se estendia continuamente da ponta oeste-sul de Porto Seguro, passando pelo meio-oeste de Prado, oeste de Alcobaça e Caravelas, até a fronteira com Mucuri. Enquanto na costa litorânea de Prado, Alcobaça e Caravelas encontrava-se a variedade vegetal das formações litorâneas, ocupando a menor área entre os três espaços fitogeográficos do extremo sul. Apesar disso, o conjunto de florestas, restingas e mangues entre Prado, Alcobaça e Caravelas, também encontrados entre Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, é representativo deste tipo de vegetação no extremo sul⁸².

Em linhas gerais estas são as feições fisiográficas e as condições morfoclimáticas e fitogeográficas da região que passará a ser denominada nos anos 1950 como Extremo Sul da Bahia (IBGE, 1955). Até por volta de meados do século passado os ecossistemas naturais da região conseguiram se manter conservadas, apesar dos três mil anos anteriores de permanente ocupação e exploração humanas, mais acentuadas nos últimos 500 anos. Todavia, o domínio de

⁸¹ Saguí: sagui-do-nordeste, sagui-da-cara-branca. Mico: mico-leão-da-cara-dourada. Macaco-prego: macaco-prego, macaco-prego-do-peito-amarelo. Suá: guigó. Barbado: barbado. Muriqui: muriqui-do-norte (MACHADO, Flávia. Primatas da Mata Atlântica. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/primatas-mata-atlantica.htm>>. Acessado em: 12/01/2022.

⁸² Alguns autores incluem o litoral do município de Santa Cruz Cabrália como parte das formações pioneiras de influência fluviomarinha (SILVA et al, 2004, p. 67).

natureza da Mata Atlântica em geral, e da floresta tropical pluvial em particular, apresenta um equilíbrio ecossistêmico delicado, forjado ao longo de milhões de anos, dos quais apenas uma ínfima parte contou com a presença humana. É esta natureza, a um só tempo exuberante e potencialmente frágil, que a mudança econômica que ocorrerá no extremo sul da Bahia entre o final dos anos 1940 e o início da década de 1970 irá modificar profundamente. E este também o período em que ocorrerá a constituição do extremo sul como região.

CAPÍTULO 3 – UMA NOVA REGIÃO E SEUS MUNICÍPIOS (1950)

Comentário sobre as Fontes Censitárias e seus Limites

O objetivo deste capítulo não é fazer um estudo histórico rigoroso e inovador dos municípios que integraram inicialmente a região do estado da Bahia denominada de Zona Extremo Sul, quando esta veio a lume, pela primeira vez, no Recenseamento Geral do IBGE de 1950. Mas, tão somente apresentar ao leitor um breve quadro histórico dos municípios da região. Trata-se, portanto, do panorama dos municípios do extremo sul da Bahia até por volta de 1950. As novas divisões regionais adotadas pelo IBGE agrupa as informações oriundas de levantamentos estatísticos anteriores e dos trabalhos de realização dos censos nacionais daquele decênio, cujos primeiros resultados foram publicados em 1955 (Censo Demográfico). Para o Recenseamento Nacional o órgão adotou, entre outras divisões territoriais, o conceito de “zona fisiográfica”, noção geográfica que vinha sendo debatida antes por especialistas, acadêmicos e técnicos do governo (MAGNANO, 1995; IBGE, 2011; CONTEL, 2014). Mas, antes de prosseguirmos, cabe alguns esclarecimentos sobre as fontes utilizadas na produção deste – e do próximo – capítulo.

Para a preparação do texto são utilizados material bibliográfico, como livros, artigos, trabalhos acadêmicos, mapas, etc., assim como documentos oficiais, a maior parte materiais elaborados e publicados pelo IBGE, ou órgãos a ele vinculados, como o CNG, entre os anos de 1940 e 1950. São, portanto, fontes produzidas no âmbito da administração pública. Trata-se, em essência, de levantamentos estatísticos. Pode parecer para alguns que esta documentação, a despeito de ter sido preparada no âmbito dos aparelhos de Estado, teria caráter puramente técnico, pois apresenta apenas dados coletados na forma de levantamentos estatísticos realizados diretamente com a população brasileira, e não interpretações sobre as informações coletadas. Portanto, não haveria viés neste tipo de fonte empregada. O viés só ocorrerá quando for oferecida a estes dados objetivos interpretações. Por outro lado, é sensato pensarmos que mesmo dados estatísticos coletados e sistematizados em quadros, tabelas, etc. por sofisticadas metodologias estatísticas não são plenamente objetivos. Não porque os números sejam favoráveis a este governo ou aquele governo, a esta ou aquela ideologia, a este ou aquele grupo, ou mesmo passíveis de manipulação por parte de técnicos e agentes políticos de ocasião, mas porque como todo e qualquer documento os dados estatísticos são produzidas em determinado contexto histórico e seus princípios, pressupostos e balizas estão condicionados a concepções

vigentes nestes momentos, ainda que sejam informações objetivas. Em suma, não se trata de forjar teorias conspirativas ou alimentar subjetivismos, mas de compreender toda e qualquer informação de pesquisa, sem juízo de superioridade desta ou daquela fonte, à crítica do tempo ao qual ela é produtora e produto histórico. À crítica das fontes se alia a crítica dos contextos históricos, para assim apontarmos as lacunas e os limites daquilo que os levantamentos estatísticos pretendem tornar fonte de interesse nacional. Da mesma forma, tal procedimento é válido para outras fontes de informação e pesquisa supostamente imparciais, como os registros feitos pelos meios de comunicação. Estes, inclusive, mais claramente suscetíveis à interpretações parciais, como, por exemplo, a dimensão de classe. Objetividade não significa imparcialidade.

O primeiro conjunto de fontes são os levantamentos censitários (estatísticos) do *VI Recenseamento Geral do Brasil*, relativos ao ano de 1950, especificamente os censos do estado da Bahia⁸³. Trata-se de informações retiradas dos Censos Demográfico, Agrícola e Comercial-Industrial-Serviços. Outro documento fundamental para esta investigação foi a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, também produzida no âmbito do IBGE. Primeiro, a própria Enciclopédia dos Municípios valeu-se de informações apuradas e sistematizadas para os referidos Censos e Inquéritos Especiais (Transportes e Comunicação) do Recenseamento Geral de 1950. Em certo aspecto a Enciclopédia foi além dos censos, pois além de debruçar-se sobre os resultados do último Recenseamento Geral (1950), ela beneficiou-se de outros materiais, inclusive séries de dados levantados e compilados por agências regionais de estatística sediadas nos estados da federação e utilizadas para a elaboração dos censos nacionais.

Nos anos 1950 o IBGE coordenou o detalhado levantamento sobre os municípios brasileiros, preparado conjuntamente pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) e pelo Conselho Nacional de Estatística (CNE), que culminou na publicação integral da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. A obra começou a ser publicada em 1957, e o seu último volume saiu em 1964. Ao ser concluída a coleção apresentava 36 volumes. Contudo, apesar de ampla em termos de cobertura geográfica, a Enciclopédia foi basicamente uma publicação de tipo corográfico, apoiado em levantamentos censitários realizados pelos diversos órgãos estatísticos do Brasil à época⁸⁴. Além de volumes integrais dedicados às Grandes regiões Brasileiras, foi

⁸³ A atribuição de planejar, executar e publicar os resultados definitivos das apurações censitárias nacionais passou à responsabilidade do IBGE com o Recenseamento Geral de 1940. A execução dos recenseamentos nacionais de 1950 e 1960 ficou a cargo do Serviço Nacional de Recenseamento, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Estatística e integrado no IBGE. Já a execução do Recenseamento Geral de 1970 foi atribuída à Fundação IBGE.

⁸⁴ A corografia difundiu-se no Brasil no século XIX, por influência, sobretudo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Contudo, continuava a ser um gênero bastante influente no país até a primeira metade do século XX. Pode-se dizer dos textos corográficos que eram “monografias municipais e regionais, que misturavam história,

publicado um volume (às vezes mais de um) para cada uma das Unidades da Federação (UF), com informações sobre todos os municípios brasileiros reconhecidos até por volta de meados da década de 1950⁸⁵. O estado da Bahia foi tratado em dois tomos consecutivos, os volumes XX e XXI, em razão da grande quantidade de municípios que o compunham⁸⁶. Nos termos clássicos de uma enciclopédia os volumes traziam a relação dos municípios brasileiros em ordem alfabética, por estado.

A Enciclopédia foi planejada e orientada pelo então presidente do IBGE, o engenheiro e político carioca Jurandyr Pires Ferreira, que presidiu o órgão entre 1957 e 1961. O objetivo maior da Enciclopédia era disponibilizar breves sínteses de informações históricas, geográficas, econômicas, jurídico-administrativas, políticas, culturais dos municípios, coligidas pelas divisões estatísticas dos órgãos públicos ligados ao Serviço Nacional de Recenseamento (SNR) – CNE, CNG, IBGE – para subsidiar pesquisas consideradas necessárias ao conhecimento, planejamento e progresso do país⁸⁷. A partir de uma ampla base estatística de dados coletados para a época, levantada ao longo dos anos 1940 e a primeira metade da década de 1950, a Enciclopédia ofereceu material suficiente para minorar a flagrante carência de informações sobre as regiões e as municipalidades brasileiras, colocando-as à disposição de autoridades

tradição e memória coletiva” (MARTINS, 2018, p.48). A corografia tem por método separar os aspectos físicos (fisiográficos) e sociais (históricos) do objeto pesquisado, realizada à base de descrições dos acontecimentos e das paisagens. Apresentada em seções estanques, a narrativa organiza-se como uma espécie de inventários de diversos aspectos – história, geografia, economia, administração, religião, etc. –, e quase sempre desemboca nas realizações de personagens tidas como de destaque na localidade ou na região. Herdeira do positivismo, a corografia dá assento aos “grandes personagens” políticos, nomeando-os com nome e sobrenome, além de sua descendência. Não raro as personagens destacáveis provinham das elites política, jurídica e econômica.

⁸⁵ De modo um pouco distinto de como eram apresentadas as Grandes Regiões brasileiras segundo a Divisão Regional de 1942, a Enciclopédia dos Municípios dedicou volumes inteiros às Grandes Regiões do país à época: Norte, Centro-Oeste, Noroeste, Nordeste, Leste e Sul.

⁸⁶ Eram 169 as localidades baianas descritas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros nos dois volumes publicados em 1958. O último levantamento estatístico nacional divulgado antes da publicação da Enciclopédia foi o Recenseamento Geral de 1950, que serviu também de base de dados para a elaboração da Enciclopédia. Neste, o Censo Demográfico havia registrado 150 municípios emancipados na Bahia.

⁸⁷ A ideia de se criar um novo órgão estatístico de Estado, não apenas para levantar dados quantitativos, mas também realizar estudos qualitativos sobre o território nacional e a população brasileira data de 1931, ainda no início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Neste ano, a antiga Diretoria Geral de Estatística, criada no Império pela Lei 1.829 de 9 de setembro de 1870, foi extinta e em seu lugar foi estabelecido o Departamento Nacional de Estatística (DNE). Dada a dispersão dos órgãos estatísticos federais, funcionado paralelamente nos ministérios da Agricultura, da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores, foi instituída uma comissão para reorganizar os serviços estatísticos nacionais. Em 1933 a comissão entregou o anteprojeto do decreto de criação do Instituto Nacional de Estatística (INE). No ano seguinte foi extinto o DNE e em seu lugar estabeleceu-se o Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O INE só seria instalado em 1936, como órgão implantador do sistema estatístico nacional e coordenador das estatísticas do país, vinculado ao Conselho Nacional de Estatística criado naquele ano. No ano seguinte, ao INE juntou-se ao Conselho Brasileiro de Geografia (CBG). Com o Decreto-Lei nº 218, de 26 de fevereiro de 1938, foram integrados o CBG (a partir de então Conselho Nacional de Geografia - CNG) e o INE (que passou a se chamar Conselho Nacional de Estatística-CNE), nascendo assim o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Autarquia federal, o IBGE passou a coordenar órgãos geográficos e estatísticos federais, estaduais e municipais.

públicas, de pesquisadores e da memória nacional⁸⁸. Todavia, não deixou a Enciclopédia de reforçar a velha tradição intelectual de trabalhos descritivos e pouco analíticos. De qualquer sorte, outra iniciativa desta natureza não seria repetida no país, dados que os próximos recenseamentos gerais pareciam cumprir bem esta função informativa, tornando o esforço de atualizações sucessivas da Enciclopédia dos Municípios desnecessário. Isso significava não a conclusão dos trabalhos de divulgação da situação dos municípios brasileiros a cada período e sua atualização permanente, mas apenas que o formato enciclopédico estava superado para tratar deste assunto de grande importância nacional, juntamente com os estudos corográficos. Era preciso agora vasculhar os monótonos recenseamentos e seus censos, inquéritos, etc.

Na abertura da Enciclopédia, o presidente do IBGE não se furtou de tecer justificativas políticas ao projeto nacional com desenvolvimento regional. A concepção era de que o desenvolvimento do Brasil dependeria do desenvolvimento de suas regiões. As publicações do IBGE deveriam atender, portanto, aos novos objetivos do desenvolvimento, e este era cada vez mais definido pelo avanço da economia, assim como cada vez mais pautada pelo capitalismo era a economia brasileira. Não apenas a economia nacional, mas a economia dos estados, das regiões. Sobre o potencial da Bahia para o desenvolvimento e a sua centralidade para o processo de integração econômica e de comunicação nacional, lê-se no Prefácio de Enciclopédia: “[...] a Bahia como canalizadora de um novo campo econômico, é de destacar-se que, mesmo no momento atual, a Bahia tem para o Nordeste o papel de articuladora de seus meios de transporte” (BRASIL, 1958a, p. 09). O estado da Bahia é compreendido não apenas pelo potencial econômico que pode realizar, sobretudo com a produção de petróleo no Recôncavo, mas também de sua posição geográfica de ligação entre o centro mais dinâmico da economia nacional, a “Grande Região Sul”, e os promissores mercados da “Grande Região Nordeste”. Soluções nessa direção poderiam então ser encontradas com a racionalização dos diferentes meios de transporte encontrados no estado, como a navegação fluvial, ferrovias e rodovias, dado o potencial de integração. Por seu lado, o extremo sul da Bahia situava-se em uma área absolutamente central, ponto de passagem inescapável do desenvolvimento socioeconômico e do projeto de integração territorial da Grande Região Leste do país. A passagem da BR-101 margeando toda a costa da Bahia e, conseqüentemente, o extremo sul do estado, é reveladora desta diretriz nacional.

⁸⁸ A publicação de 1962 da divisão territorial oficial do Brasil reduziu de seis para cinco as Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Foram definidas também 25 Unidades de Federação (incluindo o Distrito Federal), 2.766 municípios e 237 zonas fisiográficas (IBGE, 1962; Lima, 2010).

O prefaciador não olvidou, entretanto, os obstáculos econômicos diante dos quais a Bahia ainda se encontrava vinculada, caudatária de um passado atávico que devia ser superado em favor do progresso, bem ao espírito da época. Anotava Jurandyr Pereira: “Mas o quadro baiano é ainda o clássico no pórtico de sua transformação econômica: o Sul com os cacauzeiros; o Norte com o açúcar e com todo o Vale do São Francisco, semi-abandonado” (IBGE, 1958a, p. 07). Uma vez constatado o óbice ao desenvolvimento futuro da econômica baiana, com seus evidentes constrangimentos presentes, a solução, no entanto, já se apresentava aos progressistas:

O açúcar, o cacau e o côco foram suas esperanças [da Bahia]; agora, tôdas as vistas se voltam para o sucesso que vem alcançando a conquista do petróleo. Todo o ambiente baiano hoje se apresenta sobre o influxo das duas características que lhe alteram a fisionomia: o ouro negro que jorra de seu solo [Recôncavo] e a energia de Paulo Afonso, que se tornou uma realidade. (IBGE, 1958a, p. 07).

É preciso dizer que a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros procedeu a diagnósticos e esforçou-se por instigar nos homens públicos tomadores de decisão a vontade do desenvolvimento socioeconômico, em prol de um futuro promissor comum para o país. Ela se valeu amplamente do Recenseamento de 1950, embora não apenas. Nesse sentido, a Enciclopédia cobria-se também com o manto do desenvolvimentismo brasileiro. Herdeira intelectual do positivismo republicano, dotada de anseios nacionalistas e militante em favor de um projeto de desenvolvimento modernizador para o Brasil, a Enciclopédia revelava o “espírito do seu tempo”, aliás, como todo documento, oficial ou não. Como documento histórico, por outro lado, a investigação do seu conteúdo apresenta-se como necessária ao historiador, pelas informações contidas, pela perspectiva oficial do período, pelo grau de detalhamento, pela síntese que conseguiu empreender, mas também por suas lacunas e omissões. Como qualquer das fontes de pesquisa aqui adotada, sobretudo os Recenseamentos Gerais e a Enciclopédia, estas são produtos de circunstâncias históricas particulares, integrados a uma rede infindável de relações de interesse de classe e frações de classe, dispositivos de poder, e passível de servir a diferentes tipos de interpretação, que podem ser, inclusive, estranhas às intenções originalmente atribuídas quando estas foram produzidas pela burocracia de Estado.

Independentemente do tipo de abordagem a que se propunha, a Enciclopédia dos Municípios foi uma realização intelectual notável, que só foi possível em razão dos levantamentos estatísticos anteriormente realizados, mas nem sempre publicados, além do avanço da ciência estatística, com a organização sistemática dos seus dados, que o Brasil em grande parte importou. Antes da publicação da Enciclopédia havia pouquíssima informação

disponível sobre a maioria dos municípios brasileiros, e mesmo os levantamentos censitários anteriores do IBGE não costumam apresentar dados estatísticos desagregados para os municípios brasileiros. A coleta, tratamento, organização e publicação de informações estatísticas para todos os municípios brasileiros, compiladas com os recenseamentos nacionais depois de 1950 tornaria, como dito antes, o empenho de atualização da Enciclopédia dispensável. Desde então os censos estatísticos decenais do IBGE traziam dados desagregados para os estados, as regiões e os municípios, embora inicialmente com diferenças na quantidade de quesitos avaliados para cada uma destas unidades recenseadas.

Os Recenseamentos Gerais nacionais, por seu lado, não eram estudos corográficos. Apesar das mudanças de concepção ao longo da sua história, o objetivo de um recenseamento sempre foi prover levantamento censitário para conhecimento nacional, e a partir daí melhor instruir tomada de decisão no âmbito do Estado. A importância da informação censitária para a administração pública do país já havia sido estabelecida na Lei 1.829 de 09 de setembro de 1870, no período imediatamente anterior à proclamação da República. A lei apontou a necessidade da organização política das regiões brasileiras e definiu princípios para a realização de recenseamentos nacionais. Ficou estabelecida a obrigatoriedade da realização periódica de censos nacionais a cada dez anos. Determinou a realização do primeiro recenseamento nacional do Brasil e criou a Diretoria Geral de Estatística⁸⁹. O primeiro levantamento estatístico nacional foi o “Recenseamento do Brasil” (1872), limitado à investigação do quadro geral da população, por meio das províncias do Império.

A Lei 1.829 foi depois complementada pelo Decreto-Lei nº 969 de 1938, criando a partir deste ano o Serviço Nacional de Recenseamento (SND), órgão central responsável pela execução dos trabalhos censitários no Brasil. O SND disciplinou os levantamentos censitários nacionais e manteve a regra da periodicidade decenal para a realização dos recenseamentos gerais, tendo por referência a partir de então os “anos de milésimo zero” (IBGE, 1955, p. VIII). A realização do recenseamento geral era obrigatoriamente antecedida da aprovação de lei ou decreto próprio. Seguindo determinados procedimentos metodológicos, boa parte deles desenvolvidos em colaboração com comunidades de produção estatística internacionais. A partir de 1940 os recenseamentos gerais da nação se subdividem em levantamentos temáticos

⁸⁹ Em razão de dificuldades administrativas não foi realizado o recenseamento nacional de 1880. Já na República, não ocorreu o recenseamento geral de 1930. O motivo desta vez foi a agitação política provocada pela Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder central do país (FGV/CPDOC. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica-ibge>>).

denominados “censos” – demografia, agropecuária, comércio, indústria, serviços –, declarados de interesse nacional, além de “inquéritos” gerais sobre infraestruturas, educação, saúde, etc.

As etapas iniciais do recenseamento nacional eram a seleção, elaboração e emprego dos instrumentos de coleta. Estes instrumentos eram aplicados juntos a segmentos previamente definidos – pessoas, famílias, domicílios, estabelecimentos, etc. –, com adoção de categorias censitárias variando de acordo às necessidades de cada censo em particular (população residente, idade, condição legal, gênero de indústria, capital aplicado, etc.). A investigação censitária tinha data estabelecida para começar em todo o país e previa um período para a conclusão dos trabalhos e a divulgação dos resultados, que costumava ocorrer em momentos diferentes. O ponto de partida dos levantamentos dava-se com o preenchimento de determinado número de quesitos presentes em formulários aplicados ao universo pesquisado da população brasileira. Concluída a coleta, passava-se à compilação e diagramação dos dados, transformando-os em tabelas (ou quadros) estatísticas. A última etapa era a publicação dos resultados, organizados em séries: Nacional (resultados para o conjunto do país); Regional (resultado para os estados da federação); Especial (aspectos específicos de cada censo). A partir do Recenseamento Geral de 1950 foram produzidas estatísticas para estados e municípios.

Ao longo da história houve mudanças na organização dos censos estatísticos brasileiros. Os três primeiros recenseamentos gerais (1872, 1890 e 1900) trataram apenas de população. Para o Recenseamento Geral de 1920 foram publicados, além do censo demográfico, os censos da agricultura e da indústria. Com o Recenseamento Geral de 1940, mas publicado somente em 1950, tivemos os seguintes censos: Demográfico; Agrícola; Indústria, Comércio e Serviços; Transportes e Comunicações; Social. Também foram disponibilizados Inquéritos Complementares⁹⁰. O recenseamento nacional seguinte, de 1950, trouxe além dos censos já referidos no anterior, os Inquéritos Especiais sobre Transportes e Comunicações⁹¹. A realização de inquéritos continuou no Recenseamento Geral de 1960, desta vez trataram de construção civil, energia elétrica e imóveis. As necessidades do desenvolvimento econômico do país definiam o alcance e as inovações contidas nos censos nacionais.

Os resultados para a Bahia do *Recenseamento Geral de 1950* foram publicados nos anos de 1955 e 1956, e apresentou novidades operacionais e organizativas em relação aos anteriores. Permitiu descentralizar a coleta de dados e aprimorar o alcance da informação estatística.

⁹⁰ Os Inquéritos Complementares eram levantamentos estatísticos sobre matérias-primas utilizadas na atividade econômica, clima, epidemiologia, custo de vida, além de retrospectos econômicos e culturais, e prospecção econômica e social dos municípios (IBGE, 1950).

⁹¹ Viação férrea, navegação marítima e fluvial, navegação aérea, autoaviação, carris urbanos e meios de comunicação (IBGE, 1955).

Orientado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, a execução dos trabalhos censitários coube às Inspetorias Regionais de Estatística. As inspetorias organizavam em cada Unidade da Federação as Agências Municipais de Estatística, por meio das quais escritórios locais se ocupavam de proceder à coleta municipal (IBGE, 1955, p. IX). Pela primeira vez foram levantadas informações estatísticas sobre os estados, os municípios e as regiões internas aos municípios, denominadas zonas fisiográficas. Estas áreas reuniam as municipalidades das regiões. Além dos resultados estatísticos obtidos para o estado, foram apresentados resultados para as regiões e os municípios. Contudo, nem todos os quesitos pesquisados para uma unidade federal eram replicados para as regiões internas e os municípios. Apesar da discrepância da informação estatística, impedindo uma avaliação completa de todos os dados para estados, regiões e municípios, a inovação permitiu saber como parte dos resultados gerais encontrados para um estado se apresentavam distribuídos entre suas regiões internas e municipalidades. Isso permitiu levantar informações que estavam disponíveis antes apenas para as UFs, na condição de dado estatístico agregado.

Indicadas as fontes e decidido o seu lugar na exposição deste trabalho, passemos agora ao objeto da investigação, o extremo sul da Bahia como região espacialmente delimitada e historicamente situada.

A Zona Fisiográfica do Extremo Sul da Bahia (1950)

Desde criação do IBGE em 1938 os técnicos do órgão, juntamente com os especialistas do CNG, se ocuparam de pensar uma nova divisão regional para Brasil⁹². O aparelho de Estado brasileiro estava empenhado em ampliar o conhecimento sobre o território nacional. Julgava-se que o quadro geográfico territorial e o conhecimento estatístico brasileiros estavam defasados em relação à realidade das regiões, comprometendo a boa gestão do território nacional e o desenvolvimento econômico do país. No início dos anos 1940 o CNG baixou resolução interna na qual o território do Brasil aparecia dividido em cinco “Grandes Regiões”⁹³. Faltava agora promover a divisão regional no interior das UFs. Em 1942 o IBGE, por meio de nova resolução,

⁹² Com o Decreto-Lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938, o até então Instituto Nacional de Estatística (INE), órgão público responsável pela execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos do Brasil, criado em 1934, e que incorporava em sua estrutura o Conselho Nacional de Estatística (CNE), criado em 1936, e o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), criado em 1937, passa a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁹³ Resolução n. 72, publicada em 14 de julho de 1941. Esta resolução instruiu a Divisão Regional de 1942 do IBGE (IBGE. 1942: *Zonas Fisiográficas. Divisão regional do Brasil*. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/24863-zonas-fisiograficas-1942-divisao-regional-do-brasil.html>>).

estabeleceu as diretrizes para a divisão dos Estados da Federação e do Distrito Federal (DF)⁹⁴. Neste ano entrava em vigor a “primeira divisão regional oficial do Brasil” produzida pelo IBGE (CONTEL, 2014). Logo em seguida foram incorporadas à nova divisão brasileira as novas unidades político-administrativas denominadas “Territórios Federais”, criados entre 1942 e 1943⁹⁵.

Decidiu-se por adotar o conceito geográfico de “zona fisiográfica”. Neste contexto ainda predominava no interior da ciência geográfica oficial a concepção do “meio físico” como elemento definidor principal de uma região. O território traçado surgia, fundamentalmente, como “região natural”. Por outro lado, os novos técnicos manifestaram reservas quanto a pertinência conceitual deste modelo na definição das novas regiões para o país, e procuraram atualizar o quadro natural de divisão regional com informações demográficas e, sobretudo, econômicas, além de evitar justificar a criação de zonas fisiográficas com base em determinismos ambientais. Em todo caso, o conceito então adotado revelava as contradições da administração estatal dos territórios, com a permanência de aspectos dos velhos modelos conceituais. Aspectos muitas vezes extraídos da longa e penosa experiência histórica de colonização do que viria a ser o território brasileiro, na qual os aspectos físicos podiam assumir grande importância prática.

As regiões seriam definidas por elementos conformadores regulares, principalmente de paisagem, como relevo, vegetação, clima, etc., considerados mais duradouros. Esta concepção apontava para uma compreensão da região como um espaço definido pela estabilidade. Por outro lado, aspectos socioeconômicos comuns começavam a receber maior destaque na política territorial brasileira. Mas independente do acento no meio físico ou na ordem econômica os elementos regulares de conformação regional deveriam, ao mesmo tempo, diferenciar as regiões. Neste ponto residia o grande esforço técnico de dividir o país em regiões com escalas de extensão variadas, apresentando cada uma delas, ao mesmo tempo, fatores integradores e elementos diferenciadores. Para estabelecer a divisão regional a metodologia empregada pelo CNG partia do “todo” para “as partes” (MAGNANO, 1995). Por esta razão a divisão territorial nacional de 1942 estabeleceu as “Grandes Regiões”. Para estas os traços homogeneizadores foram procurados nas características ambientais comuns. Seguindo a lógica da subdivisão

⁹⁴ CNG. *Resolução n. 77*, de 17/07/1942.

⁹⁵ Os Territórios Federais foram divisões administrativas geridas pela União. O Território Federal de Fernando de Noronha foi criado pelo Decreto-lei federal n. 4.102, de 09/02/1942; já os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu foram criados por força do Decreto-Lei federal n. 5.512 de 13/09/1943. Os Territórios Federais de Iguaçu e Ponta Porã foram extintos em 1946 (cf. MAGNANO, 1995), o de Guaporé passou a se chamar Rondônia a partir de 1956 e o do Rio Branco foi rebatizado de Roraima em 1962.

sucessiva do espaço foram derivadas das grandes regiões 79 sub-divisões internas, também agrupadas em função do componente natural. A partir das sub-regiões, e considerando as fronteiras estaduais como limite, foram criadas as zonas fisiográficas, totalizando inicialmente 228 zonas.

Dada a dinâmica logo observada das principais zonas fisiográficas, em um contexto de franco desenvolvimento econômico nacional, alimentado pela industrialização do país, logo ficaria claro que a noção de “região natural” e o critério dominante de estabilidade geográfica seriam insuficientes, quando não inadequados, para estabelecer a política regional brasileira nos anos 1950. A dinâmica socioeconômica no interior das nascentes zonas fisiográficas colocaram problemas novos para os formuladores de política territorial, e mesmo antes da terminologia ser substituída por outra mais coerente com a movimentação interna das principais microrregiões econômicas, o debate sobre a inadequação da dominância dos fatores ambientais na definição das regiões se instalara com vigor no país.

Desde então fatores socioeconômicos mais dinâmicos começaram a ser estabelecidos como critérios oficiais de regionalização. Essa orientação não se deu sem contradições econômicas, políticas e metodológicas. Para a demarcação das zonas fisiográficas brasileiras não foi suficiente considerar apenas os aspectos e fenômenos naturais, tendo sido levados em conta, sobretudo, fatores socioeconômicos. Ficava evidente que as metodologias de classificação espacial estavam se abrindo mais para os aspectos propriamente econômicos, dada a sua centralidade na definição dos novos espaços geográficos, todavia sem abandonar a antiga tradição centrada nos aspectos naturais do espaço, em especial a consideração de rios e serras como marcos divisores territoriais⁹⁶. Contudo, nem sempre havia ótima correspondência entre a dinâmica socioeconômica de um espaço e as premissas da estabilidade natural requeridas. Era de se esperar que desmembramentos regionais pudessem ulteriormente reconfigurar recortes fisiográficos inicialmente estabelecidos, fazendo da ciência do espaço uma prática cada vez mais dinâmica, a despeito da dimensão mais conservadora das tradições humanas.

Embora desejassem renovar o conhecimento da geografia brasileira, inclusive visando contribuir para a renovação do ensino da disciplina nas escolas do país, os principais órgãos da administração do espaço enfrentavam desafios teórico-práticos persistentes. As novas zonas fisiográficas nos estados apareceram como uma primeira resposta ao desafio territorial imposto

⁹⁶ A tradição colonial brasileira de adoção de marcadores naturais de fronteira, tais como rios, serras, lagos, etc. não era motivada por critérios puramente ambientais, mas também em razão destes favorecerem melhores condições para a reprodução material das populações, assumindo, portanto, um clara função econômica, assim como também poderia permitir a proteção de povoados recém criados, tendo neste caso função de defesa, além de outras motivações.

pela modernização do estado brasileiro. A renovação da divisão regional do país se apresentava como uma das tarefas fundamentais do Estado desenvolvimentista estabelecido no país após o golpe de 1930⁹⁷. Circulando desde então no âmbito da administração pública e adotada como terminologia pelos departamentos de governo desde os anos 1940 o conceito de zona fisiográfica se tornou amplamente conhecido com a publicações pelo IBGE dos censos e inquéritos especiais do Recenseamento Geral de 1950, o sexto levantamento estatístico realizado pelo Estado brasileiro.

A Zona Fisiográfica Extremo Sul aparece pela primeira vez no Recenseamento Geral de 1950. A nova região baiana contava com poucos municípios autônomos, todos com sua cidade-sede instalada no litoral, de frente para o Atlântico. Àquela altura a nova região baiana, apartada do “grande sul” baiano, mantinha uma população majoritariamente rural, a maior parte dela vivendo na faixa litorânea ou próxima a ela. Em 1950 cada município do extremo sul possuía apenas uma única cidade, e alguns apenas um distrito, o distrito-sede. Além das cidades, que constituíam os distritos sede municipais, havia também vilas, povoados e distritos de vila.

O território destinado ao extremo sul se assemelhava em área ao da antiga Capitania de Porto Seguro⁹⁸. Durante todo o período colonial foi custoso para a administração portuguesa

⁹⁷ O golpe de estado civil-militar de outubro de 1930 dado por grupos políticos insurgentes e tropas armadas, sob a liderança do presidente do estado do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas, prendeu e depôs o então presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito meses antes Júlio Prestes. Após a tomada do Palácio da Guanabara os revoltosos vitoriosos estabeleceram no poder uma Junta Militar governativa provisória. Em 3 de novembro Vargas tomava posse como chefe do governo provisório. Para muitos o movimento insurrecional de 1930 foi uma revolução, dando início à modernização burguesa do Brasil.

⁹⁸ As Capitâneas Hereditárias foram sendo criadas a partir de 10 de março de 1534 pelo rei D. João III. Advertido por conselheiros e pessoas influentes o rei fundou as capitâneas com vistas a dar continuidade à conquista portuguesa da América por meio da colonização do território. A doação de capitâneas, contudo, não foi um inovação desta época, sendo um instituto já conhecido em Portugal. A posse e o controle das terras americanas se apresentam como condições cruciais para a monarquia portuguesa poder estabelecer-se nas “terras do Brasil” e poder conter a expansão da atividade econômica de outras nações europeias concorrentes na América recém “descoberta”, o que implicava não apenas ter reconhecido o seu direito, mas efetivamente ocupar o território português previsto no Tratado de Tordesilhas (1494). Toda a costa, inicialmente do atual Pernambuco até o Rio da Prata, foi dividida em faixas horizontais retilíneas de terra, partindo do litoral até o limite entre os domínios de Portugal e Espanha estabelecido no Tratado de Tordesilhas. A doação das capitâneas era feita à particulares escolhidos pelo rei. O Capitão-donatário recebia a Carta de Doação de sua capitania para que pudesse explorar e desenvolver com recursos próprios, ficando obrigado a conceder lotes de terra a cristãos solicitantes e pagar tributos à Monarquia e à Ordem de Cristo. Com a posse, assegurada pela carta, o donatário passava a ter certos direitos sobre o território, mas também era submetido a obrigações, definidas em um outro documento oficial, o Foral. A Capitania de Porto Seguro foi logo doada ao negociante português Pero do Campo Tourinho, em 27 de maio de 1534. Sua extensão costeira era de aproximadamente 50 léguas, entre a Capitania de Ilhéus, ao norte, e a do Espírito Santo, ao sul. Após a revolução liberal ocorrida em Portugal em 1820 as autoridades coloniais foram pressionadas pela nova Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, instalada em Portugal, a aderir às Cortes portuguesa. A partir de então as capitâneas foram sendo designadas como províncias do Reino, capazes agora de eleger seus próprios representantes. A Província da Bahia, uma fusão de territórios das anteriores capitâneas da Baía de Todos os Santos, de Ilhéus e de Porto Seguro, foi anunciada poucos dias após a junta de governo provisório da Bahia aderir às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa instaladas em Lisboa em 26 de janeiro de 1821 (Sobre Capitâneas Hereditárias: TAVARES, L. H. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo/Salvador: Editora da Unesp/Edufba, 2001. Sobre Capitania de Porto Seguro: CANCELA, 2016. Sobre a passagem das capitâneas à

precisar as fronteiras territoriais internas à colônia, dado o incipiente conhecimento geográfico do território colonial, motivado por diferentes razões: dificuldades da expansão econômica, instabilidade dos povoamentos, fluxo imigratório inconsistente, conflitos com os povos indígenas e disputas político-administrativas internas (CANCELA, 2016). Apesar das lacunas, dúvidas e imprecisão registradas por quem tratou de delimitar as fronteiras da Capitania de Porto Seguro durante o período colonial sabia-se que esta, além de integrar a atual porção meridional da Bahia, incluía também em sua circunscrição os atuais norte do Espírito Santo e oeste de Minas Gerais⁹⁹. Ao longo da costa a Capitania de Porto Seguro, assim como outras capitanias, se estendia por cerca de 50 léguas¹⁰⁰. À medida que as frentes de povoamento e expansão econômica avançavam e se estabeleciam, as necessidades prementes de abastecimento se impunham e a correta informação geográfica ia se tornando mais importante para a tomada de decisões administrativas – as reformas da administração pombalina (1750-1777), o estabelecimento da política comercial, a defesa dos povoamentos contra os grupos indígenas, etc. – as fronteiras foram sendo melhor precisadas. No início do século XVIII as autoridades portuguesas já tinham bom conhecimento dos limites da Capitania de Porto Seguro. Ao longo da costa Porto Seguro se estendia entre as capitanias vizinhas de Ilhéus e Espírito Santo, mais precisamente entre o vale do rio Jequitinhonha (à época chamado de Rio Grande) e a margem esquerda do rio Doce. Tendo por fronteira leste o próprio oceano, a fronteira oeste, embora não muito bem definida, era encontrada nos limites com as localidades mineiras de Minas Novas, ao norte, e Serro Frio, ao sul.

Em relação ao território da antiga Capitania de Porto Seguro a Região Fisiográfica do Extremo Sul da Bahia era comparativamente menor. Não só não fizeram parte da nova região a área do oeste mineiro, em geral distantes mais de 350 quilômetros em linha reta da costa baiana, o norte do capixaba, a exemplo São Mateus, que no passado foi povoamento e depois vila da capitania de Porto Seguro, cujo território alcançava a atual cidade de Linhares, assim como também ficaria de fora a área do então município baiano de Belmonte¹⁰¹. O nascente

Província da Bahia: SOUSA, M. A. *Bahia: de capitania à província, 1808-1823*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 302. 2008)

⁹⁹ Entre cronistas, historiadores e funcionários de estado que escreveram sobre os limites geográficos da Capitania de Porto Seguro estão: Pero de Magalhães Gandavo (1570), Frei Vicente de Salvador (1627), Diogo Moreno (1612), João Teixeira Albernaz (1640), Tomé Couceiro de Abreu (1764), Anastácio de Santana (1817) (Cf. CANCELA, 2016)

¹⁰⁰ A légua era uma unidade de medida de distância comum entre os portugueses da época. No período colonial uma légua de distância podiam variar entre aproximadamente 5.500 e 6.000 metros (Cf. CANCELA, 2012). Atualmente no Brasil uma légua corresponde a uma distância equivalente a seis quilômetros, embora ainda persistam tradições de cálculo distintas sobre esta unidade herdada dos europeus.

¹⁰¹ Com a nova divisão regional o município de Belmonte foi mantido na Zona Cacaueira do estado, apesar de a cacauicultura ser praticada também em outros municípios do extremo sul da Bahia.

extremo sul da Bahia era integrado por seis municípios, a saber: Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri (IBGE, 1955).

Apesar da menor extensão territorial a nova região compreendia basicamente a área “baiana” da antiga capitania, a exceção de Belmonte¹⁰². Essa condição territorial duradoura revela certa permanência de estruturas socioeconômicas e político-administrativas na região até por volta de meados do século XX, cuja principal característica era a concentração econômica e de povoamento na zona costeira. A partir de então a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico se acentua e os “vazios humanos” do extremo sul vão sendo ocupados no interior de fronteiras já delimitadas pelo Estado. Isso vai se dá inicialmente não tanto em função do surgimento de inovações econômicas de alcance regional, mas em razão da expansão e da aceleração do ritmo que vão tomar daí por diante tradicionais atividades econômicas regionais, como a extração madeireira e a agricultura, além da pecuária bovina, embora esta última fosse ainda incipiente e espacialmente restrita no extremo sul no início dos anos 1950.

Os efeitos do dinamismo econômico por que passava o Brasil desde os anos 1930 não deixaram de ser captados pelos órgãos da administração territorial do país. Estes podiam ser observados na renovação metodológica posta em prática pelo IBGE, órgão estatístico criado ainda em 1938 para auxiliar na formulação da política de reorganização administrativa e territorial do Brasil. Os limites da zona do extremo sul baiano – e da própria Bahia – não eram mais definidos pelo leito de rios regionais, onde outrora povoados humanos se estabeleceram ao redor, mas sim em razão de territórios municipais com atividades socioeconômicas, organização social e vida cultura bem estabelecidas. Nos anos 1940 a linha de fronteira que separava os estados da Bahia e do Espírito Santo deixava de lado o contorno sinuoso do rio Mucuri e passava a ser basicamente uma linha reta. A fronteira meridional baiana foi traçada dezenas de quilômetros abaixo do Mucuri. Na porção setentrional o vale do grande rio Jequitinhonha não seria mais uma referência para a definição da fronteira entre o sul – agora denominado Zona Cacaueira – e o extremo sul da Bahia.

Em meados do século passado o “grande sul” baiano foi oficialmente dividido em duas regiões: a Zona Cacaueira e a Zona Extremo Sul. O terminologia oficial empregada para classificar a primeira revela a importância do critério econômico na definição territorial no contexto político-econômico do desenvolvimentismo nacional, muito embora a prática administrativa de nomear importantes regiões com base na atividade econômica mais

¹⁰² No contexto das reformas pombalinas, entre 1764 e 1772 a nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro instalou em lugar de antigas povoações indígenas seis novas vilas para se juntarem à sede Porto Seguro e a vila de Caravelas: Prado; São Mateus; Belmonte; Viçosa; Porto Alegre (Mucuri); Alcobaça (CANCELA, 2012).

expressiva não tivesse sido inaugurada nestes tempos, conforme já podemos observar muito tempo antes, por exemplo, com a criação em 1720 da Capitania das Minas¹⁰³.

A zona cacauera foi a única região baiana que recebeu uma denominação não ligada a fatores naturais típicos, tais como pontos cardeais, topônimo de cidades importantes, vegetação e relevo predominantes. Dada a importância econômica do cacau à época para a economia baiana (e brasileira) a região de Ilhéus-Itabuna e entorno obteve esta concessão terminológica diante do velho jargão geográfico. Mas, por outro lado, a existência separada das regiões indicava a percepção da diferença socioeconômica entre elas, ainda que em ambas a cultura agrícola do cacau se fizesse presente. Mas era evidente que na Zona Cacauera o cacauicultura havia penetrado com muito mais força; enquanto na Zona Extremo Sul a realidade econômica apresentava-se de modo um tanto mais incerto. A separação político-territorial dos seis municípios baianos abaixo de Belmonte da zona do cacau era um indicativo de que a administração territorial começava a observar no extremo sul o desenvolvimento de uma economia diferenciada, “vocacionada” para as atividades madeireira e pecuária.

Os distritos mais populosos do extremo sul da Bahia estavam localizados na imediata faixa litorânea, enquanto outros ficavam mais afastados da costa, no interior regional. O quantitativo populacional do extremo sul na virada da primeira para a segunda metade do século XX era pequeno, se comparado a outras regiões da Bahia. A nova cartografia da Bahia dividiu a antiga unidade macrorregional sul, historicamente conformada por condições fisiográficas comuns, formas de ocupação territorial e desenvolvimento de uma economia agrícola relativamente compartilhada entre os municípios, notadamente a cacauicultura, passando a existir desde então o sul cacauero e o extremo sul madeireiro. A partir de então a nascente região passa a ter a sua própria configuração espacial.

Os Municípios do Extremo Sul da Bahia em 1950

Santa Cruz Cabralia

Embora o povoado que deu origem à Santa Cruz Cabralia que conhecemos hoje tenha sido um dos primeiros a se formar na região, ainda no século XVI, até 1833 Santa Cruz será

¹⁰³ Antes da criação da Capitania das Minas a região mineradora fazia parte da Capitania de São Paulo e Minas, nome que expressava as duas maiores preocupações da colonização da América portuguesa: a fé cristã-católica e a economia mercantil.

distrito de Porto Seguro, sede da capitania¹⁰⁴. Em 1795 a Assembleia Provincial assinou o decreto que tornava o povoado de Santa Cruz uma freguesia (IBGE, 2011). A condição de freguesia permitia à comunidade local organizar de modo mais autônomo a sua vida civil, militar e religiosa. Em 23 de julho de 1833 a freguesia obteve a sua autonomia político-administrativa desmembrando-se da Vila de Porto Seguro, momento em que foi instalada a câmara municipal, passando a localidade se chamar a partir de então Vila de Santa Cruz. Santa Cruz assim se manteve até 1931 quando a vila foi extinta e seu território foi novamente integrado ao município de Porto Seguro. Mas a perda de autonomia durou pouco, e em 30 de março de 1938 o então distrito – desde 1933 denominado de Santa Cruz Cabralia – passou à condição de cidade, mantendo o mesmo topônimo¹⁰⁵.

Com a instalação da República o Estado brasileiro passou, gradativamente, a ocupar-se mais diretamente das questões ligadas à organização e autonomia dos territórios regionais, neste caso, as comarcas¹⁰⁶, os municípios e os estados da União. A República estabeleceu os 20 Estados membros da Federação e o Distrito Federal para substituir as antigas províncias e o Município Neutro do período imperial. Como consequência do dramático fim da “Primeira República” (1889-1930), o período da “Segunda República” (1930-1937) foi de constantes alterações no quadro das circunscrições judiciárias e administrativas. Com a “Terceira República” (1937-1945) teve início no país uma sequência planejada de divisões territoriais e político-administrativas. No “Quadro Territorial Administrativo e Jurídico” fixado para o quinquênio 1939-1943 o município de Santa Cruz Cabralia contava apenas com o distrito sede (IBGE, 1942, p.81). Apenas uma década depois seria instalado no município um segundo distrito, denominado Gabiarra¹⁰⁷.

¹⁰⁴ A primeira povoação começou a surgir ainda na primeira metade do século XVI, às margens do curso final do rio Mutari, local onde hoje se encontra o município de Coroa Vermelha, distante pouco mais de 10 km da vila de Porto Seguro. Com a criação da Capitania de Porto Seguro em 1534 a localidade passaria a integrar o seu território. Em 1536 o governador da capitania fundou o povoado de Vera Cruz. Relatos dão conta de que o arraial foi atacado e arrasado no ano de 1564 por índios denominados à época de “aimorés”. Há registro de que alguns moradores teriam morrido em decorrência da razia. A investida indígena teria sido decisiva para a mudança de local da povoação. Pouco tempo depois os habitantes de Vera Cruz se mudariam para as margens do rio Sernampetiba (atual João de Tiba), local tido como mais seguro. Data desta época a fundação do novo povoado, denominado “Santa Cruz” (IBGE, 1958b; 2011).

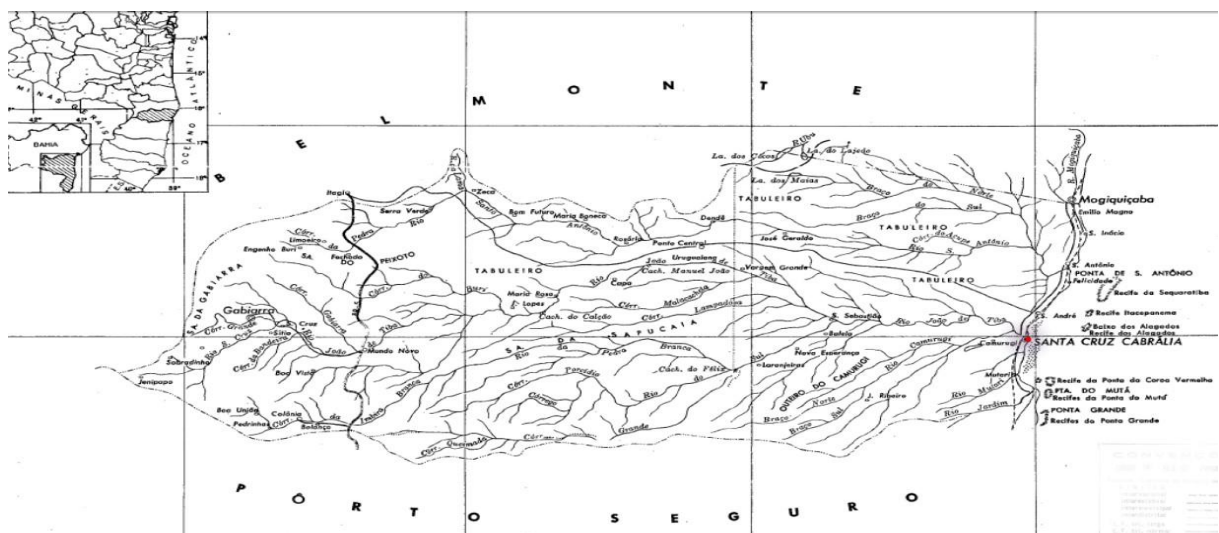
¹⁰⁵ Decreto-Lei estadual n. 10.724 de 30 de março de 1938 (IBGE. *Santa Cruz Cabralia: História e fotos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-cruz-cabralia/historico>>.

¹⁰⁶ Na divisão jurídico-territorial as comarcas são classificadas pelo seu porte jurídico, variando cada uma delas de acordo com o número de repartições que integram, as chamadas varas de justiça ou varas judiciárias. Comarca é a área de atuação jurisdicional de um ou mais juízes, podendo corresponder ao território de uma ou mais cidades, podendo ser considerados os critérios de tamanho da população, quantidade de eleitores, extensão territorial, movimentação jurídica nos fóruns municipais, dentre outros.

¹⁰⁷ O distrito de Gabiarra foi criado pelo Decreto-Lei estadual nº 141 de 31 de dezembro de 1943 (IBGE, 1958b, p. 273-4).

O estabelecimento das zonas fisiográficas da Bahia fez de Santa Cruz Cabrália o primeiro município ao norte da Zona do Extremo Sul. Situava-se na Baía de Cabrália, entre o rio João de Tiba e o “quebra-mar”. Fazia fronteira com os municípios baianos de Belmonte, na Zona Cacaueira, com Porto Seguro a oeste e com o Oceano Atlântico a leste (Figura 13). É o único dos municípios baianos do extremo sul que não mantinha ao final dos anos 1940 divisa com o estado de Minas Gerais. A sede municipal ficava à distância de 351 km, em linha reta, da capital do estado, Salvador. A área total do município era de 2.892 km². Praticamente todo o território apresentava topografia acidentada, com área do planalto próximo à barra do rio Santo André. Suas serras eram “contrafortes da Serra dos Aimorés” (IBGE, 1958b, p.274). A Serra da Gabiarrá era seu ponto geográfico mais elevado, atingindo altitude máxima em torno de 400 metros.

Figura 13 – Município de Santa Cruz Cabrália (1950)S



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958c, v. VI, p. 91.

Santa Cruz Cabrália compartilhava basicamente as mesmas condições ambientais dos demais municípios litorâneos do extremo sul da Bahia. A faixa costeira do extremo sul pode ser considerada estreita para os padrões brasileiros, variando entre 30 e 60 quilômetros de extensão (CERIS, 1966, p.106). O clima costeiro é quente e úmido, sem uma estação seca definida, apresentando elevada e regular pluviosidade. Já no interior da região o clima permanece quente e úmido, porém com temperaturas mais amenas, e é possível observar períodos secos. Os meses secos são mais pronunciados na porção sudoeste ocorrendo, em geral, entre o final do outono e durante todo o inverno. Os períodos secos são compensados, no interior, por intensas precipitações durante as estações chuvosas.

A maior parte do município era coberto por solos arenosos, bastante antigos, formados ainda no final do período “Terciário” da era Cenozóica¹⁰⁸. A média térmica na sede auferida em 1956 foi de 26°C. Os rios João de Tiba, Santo Antônio, Mutari, Gabiarra, e os afluentes Sul e Camorogi, banhavam o então município. O principal rio era o João de Tiba, com muitos afluentes. Mas os outros rios eram também importantes, como o Santo Antônio, o Sul e o Mutari, que nasciam a 85, 64 e 20 km da cidade-sede, respectivamente.

No final da década de 1940 não havia exploração mineral no município, embora se soubesse da “existência de mica, grafite, calcário, areia monazítica e cristal de rocha” (IBGE, 1958b, p. 275). Confirmando a grande variabilidade da Mata Atlântica entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, a florística local era exuberante, apresentando enorme variedade vegetal, distribuídas entre árvores, arbustos e gramíneas, onde se podia encontrar muitas espécies tidas como “medicinais”, além de plantas fibrosas, aromáticas, dentre outros tipos. Grande quantidade de árvores de valor comercial, de diferentes espécies, poderia ser encontrada no território, tais como cedro, baraúna, canela preta, aderno, pau-ferro, peroba, jacarandá, vinhático, putumuju, jequitibá, sapucaia, louro, dentre outras “madeiras nobres”. Também a fauna do município era bastante variada.

Em 1950 a população total de Santa Cruz Cabrália era de 5.612 habitantes, com um número ligeiramente maior de homens (2.865) em relação ao de mulheres (2.747). De acordo com o Censo Demográfico do período, os registros segundo a composição étnica podem ser assim descritos: 1.852 indivíduos listados como brancos, 978 como pretos, 2.761 como pardos e 21 sem declaração de cor. Portanto, temos 33% da população do município formada por brancos, 17,4% de pretos e 49,2% de pardos.

A cidade-sede reunia a maior população do município, mas possuía apenas 465 habitantes, sendo 198 homens e 267 mulheres. A área urbana do município pode ser considerada pequena, mesmo para os padrões da região na época. Além da sede, outro núcleo urbano era a vila de Gabiarra, onde o IBGE recenseou 303 moradores (IBGE, 1955). A imensa maioria das pessoas vivia no campo. No início dos anos 1950 a área rural abrigava 86% da população total do município (IBGE, 1958b). Esse percentual de população rural era parecido com a situação geral Zona do Extremo Sul, cuja taxa média de população rural era de 88% no mesmo período, segundo dados do censo demográfico (IBGE, 1955).

¹⁰⁸ Período mais antigo da pedogênese, com solos formados há cerca de cinco milhões de anos atrás, ou mesmo antes. Recentemente a classificação “Terciário”, muito adotado nos registros geológicos sobre solos, foi extinta, e em seu lugar foi estabelecido dois outros período geológico: Paleogeno e Neogeno. Foi neste último período que ocorreu a formação mais antiga dos solos da Terra que chegaram até nós.

Segundo estimativa a população do município de Santa Cruz Cabrália atingiria a cifra de seis mil habitantes em curto período de tempo (IBGE, 1958b, p.274). No começo da década de 1950 Santa Cruz Cabrália era a quarta menor cidade do estado da Bahia. Os povoados concentravam, relativamente, pequenas populações: em Santo André havia 150 habitantes, no Santo Antônio outras 60 e em Laranjeiras 40 moradores. O povoado de Mundo Novo podia ser considerado uma exceção, pois com uma população oficial de cerca de 300 habitantes se aproximava em tamanho da sede e da maior vila municipal. A maior parte da população dos distritos distribuía-se pelas áreas rurais do município.

De acordo com o censo demográfico a População em Idade Ativa (PIA) de Santa Cruz Cabrália era de 3.640 pessoas em 1950. Segundo concepção do IBGE à época os indivíduos com 10 ou mais anos de idade faziam parte deste grupo, fase etária que em geral se costumava exercer atividade de trabalho remunerada, não necessariamente formalizada. Os homens contavam 1.873 indivíduos, e as mulheres 1.767. Já a população economicamente ativa (PEA), aquela que agrupava “tôdas as pessoas ocupadas, *exclusive* as que exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, *sem possuírem ocupação suplementar* em outro ramo de atividade (IBGE, 1955, p. XIX. Grifos nossos), vivia basicamente das atividades agrícola, pecuária e extrativista. Nestas atividades foram registradas 1.478 pessoas em efetiva atividade laboral, o que representava algo próximo de 41% da PIA. Trabalhavam nestes principais setores da economia 1.423 homens e apenas 55 mulheres.

Nas atividades remuneradas do campo e da cidade as mulheres compareciam em bem menor número do que os homens. A maior parte das mulheres em idade produtiva exerciam atividades ligadas ao trabalho doméstico, em geral em seu próprio domicílio. Sem receber qualquer remuneração, as mulheres em exercício de funções domésticas em suas moradias, denominadas “donas de casa”, realizavam atividades necessárias no interior da unidade familiar, portanto na esfera da reprodução social. As donas de casa eram, seguramente, o maior contingente laboral ligado a uma mesma atividade, dispendendo energia física e mental não apenas em Santa Cruz Cabrália, mas em todo o extremo sul desse período.

A vida econômica do município girava em torno da agropecuária e do extrativismo. A agricultura aparecia como o principal ramo de atividade. A atividade econômica de maior destaque em Santa Cruz Cabrália era a lavoura do cacau. A cacauicultura, no entanto, era praticada em pequenas áreas relativamente isoladas no interior do município. De Santa Cruz a pequena lavoura do cacau se estendeu em direção a Porto Seguro, Prado, Alcobaça e Mucuri (CERIS, 1966). Outras lavouras relevantes eram o coco (conhecido como “coco-da-baía”), a

cana-de-açúcar e o feijão. Em 1950 havia 605 propriedades rurais no município, considerando estabelecimentos individuais, empreendimentos em sociedade, cooperativas rurais, terras públicas e eclesiásticas. Comparativamente, a pecuária tinha pouca expressão no município. O rebanho era composto basicamente de suínos, com total de 25 mil cabeças. O gado bovino vinha bem atrás, com pouco mais de 10 mil reses. Por fim, crescente destaque econômico vinha obtendo a extração de árvores e a coleta de lenha na área da Mata Atlântica.

A produção de manufatureira era limitada no município, tendo por principal produto a fabricação de piaçava. A maior parte da produção de piaçava destinava-se à venda fora do município, sobretudo para o mercado de Salvador. A piaçava iniciava sua viagem para a capital baiana por meio do porto local instalado na sede. Santa Cruz Cabralia mantinha trocas comerciais relevantes não apenas com a capital do estado, mas particularmente com os municípios baianos de Ilhéus e Itabuna. Em 1958 estavam funcionando em todo o município 11 estabelecimentos comerciais varejistas e apenas um atacadista, todos no distrito-sede.

A comunicação com outros municípios e regiões era bastante precária. Havia poucas estradas de acesso, e a maioria não possuíam qualquer tipo de pavimentação, tornava as viagens mais longas demoradas, sobretudo em períodos de intensa chuva. A precariedade das estradas de acesso e dos meios de transporte era uma realidade comum a todos os municípios do extremo sul da Bahia nos anos 1950. Santa Cruz Cabralia ligava-se com o município de Belmonte no sul do estado por via marítima, por meio de canoas, por via aérea, através de táxi-aéreo e por estradas vicinais, em geral percorridas à cavalo. Com a cidade de Porto Seguro a comunicação se dava de igual maneira, porém havia ainda uma rota rodoviária de acesso. Ligava-se à capital federal, na época a cidade do Rio de Janeiro, por meios marítimo e rodoviário. O percurso rodoviário era feito pela da rodovia federal BR-5 – mais tarde ampliada e rebatizada de BR-101 –, que à época ligava a cidade do Rio de Janeiro ao município baiano de Feira de Santana. Esta estrada também era utilizada para se chegar à capital do estado. Além da utilização de trechos de rodovia (federal e estadual) para se chegar à capital do estado, podia-se chegar a Salvador por meio de avião e transporte marítimo. Este último era, muitas vezes, o meio escolhido para se levar à capital Salvador tanto pessoas, quanto mercadorias.

Até meados dos anos 1950 a infraestrutura de transporte do município contava com dois pequenos campos de pouso, um público e outro privado, dois portos fluviais e algumas rotas vicinais. Além do escoamento da produção local, era também pelo porto que chegava ao município parte do abastecimento de gêneros que atendia os comerciantes e as famílias. Santa Cruz Cabralia contava com 18 logradouros, todos eles servidos por luz elétrica. Até aquele ano

havia sido construídas 171 edificações prediais, de todos os tipos, sendo que apenas 60 destas eram eletrificadas. Além das casas comerciais, existiam duas pensões e uma agência de envios e recebimentos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A infraestrutura de saúde e assistência social foi também precária ao longo de toda a década de 1950. Funcionavam no município apenas um posto de saúde, na cidade-sede, e uma farmácia, no distrito de Gabiarra. Nenhuma outra instituição médico-sanitária havia para atender a população municipal. Isso explica o constante deslocamento de habitantes locais à procura de atendimento médico em outros municípios. O atendimento médico era o último recurso de auxílio à saúde das pessoas do lugar, em razão da dificuldade de acesso a procedimentos de saúde. A consulta como um médico profissional, quando ocorria, podia acontecer quando práticas populares de sucessivos tratamentos e administração de substâncias curativas caseiras, preparadas à base de plantas, ervas, raízes e, às vezes, rituais, falhavam. Não raro pessoas seguiam por algum tempo apresentando sintomas e sofrendo desconfortos variados em razão de doenças não devidamente tratadas ou curadas. Podia-se, inclusive, conviver por longo tempo com as moléstias. Até se atingir um limite extremo, quando a morte decorrente da enfermidade ocorria sem que antes tenha o moribundo sido atendido por um médico. Nunca ter ido a um consultório médico não era algo incomum na vida de boa parte dos locais. Todavia, a carência de atendimento à saúde em geral, e de consulta médica em particular, não fazia parte apenas da realidade de boa parte da população de Santa Cruz Cabrália, mas dizia respeito a toda a região do extremo sul baiano neste período.

Nesse contexto de escassez de recursos públicos e enorme carência de infraestrutura de saúde, ficava mais agravada em Santa Cruz Cabrália com a contratação de apenas um médico para atender toda a população do município. O médico solitário atendia exclusivamente na cidade-sede. Afora isso, duas associações, a Sociedade Cultural e Beneficente Santa Cruz Cabrália e a Associação dos Estivadores, também com unidades funcionando apenas na sede municipal, prestavam algum tipo de assistência sanitária à comunidade local, preferencialmente aos seus membros integrantes. Tratava-se, portanto, de uma cobertura de assistência à saúde mais ligada a um modelo sindical de apoio corporativo do que de um serviço prestado pelo Estado ou por unidades privadas.

Para a época, a população em idade escolar era aquela que ingressava nas unidades de ensino a partir dos cinco ou mais anos de idade. Em Santa Cruz Cabrália havia 4.550 pessoas em idade escolar no ano de 1956. Destas, 2.338 eram do sexo masculino e 2.212 do sexo feminino. Os alfabetizados totalizavam 596 pessoas, o que correspondia a 13% da população

em processo educativo total. A população masculina alfabetizada era de 330 indivíduos, enquanto a feminina somava 266 pessoas. Os alfabetizados estavam, em sua maioria, matriculados na sede municipal. Havia nove unidades escolares do “ensino fundamental comum”, sendo uma estadual, seis municipais e duas associadas à Campanha de Alfabetização de Adultos. Para o ano de 1956 foram matriculados no município aproximadamente 300 alunos. Além das poucas escolas, os equipamentos públicos de instrução era bem poucos. Na sede encontrava-se, ademais, uma pequena biblioteca municipal pública.

Porto Seguro

Porto Seguro é a mais antiga das vilas do sul da Bahia. Foi sede político-administrativa da Capitania de Porto Seguro desde a sua criação em 1534¹⁰⁹. Após a proclamação da República do Brasil a vila passou à condição de cidade em 1891¹¹⁰. A partir de então importantes mudanças político-administrativas e territoriais ocorreram no município. Até 1911 o município de Porto Seguro será formado apenas pelo distrito sede. Alguns anos mais tarde, em 1917, por força de uma lei estadual, foi integrado ao município de Porto Seguro a Vila Verde. A anexação de um segundo município vizinho, Trancoso, ocorreria poucos anos depois, em 1921. Um ano depois seria criado mais um distrito, chamado de São José do Buranhém. Em 1931 será a vez do então município de Santa Cruz Cabrália ser incorporado ao território de Porto Seguro, mas logo em seguida, em 1933, este retorna à sua condição de município autônomo. Na divisão administrativa que vigorou até 1943 ocorreram apenas mudanças de topônimos: São José do Buranhém passaria a se chamar apenas Buranhém (1938) e Vila Verde alteraria o seu nome para Vale Verde¹¹¹. No início dos anos 1950 foi criado um novo distrito, Guaratinga, desmembrado do distrito de Buranhém, fazendo com que nesta data o município de Porto Seguro fosse formado por cinco distritos.

Em 1950 o município de Porto Seguro fazia fronteiras com os municípios baianos de Santa Cruz Cabrália e Prado, além do município mineiro de Jacinto (Figura 14). A distância da sede municipal em relação à capital do estado era de 370 km, em linha reta. Sua extensão territorial total era de 6.819 km². Sendo a região uma espécie de continuação, em termos

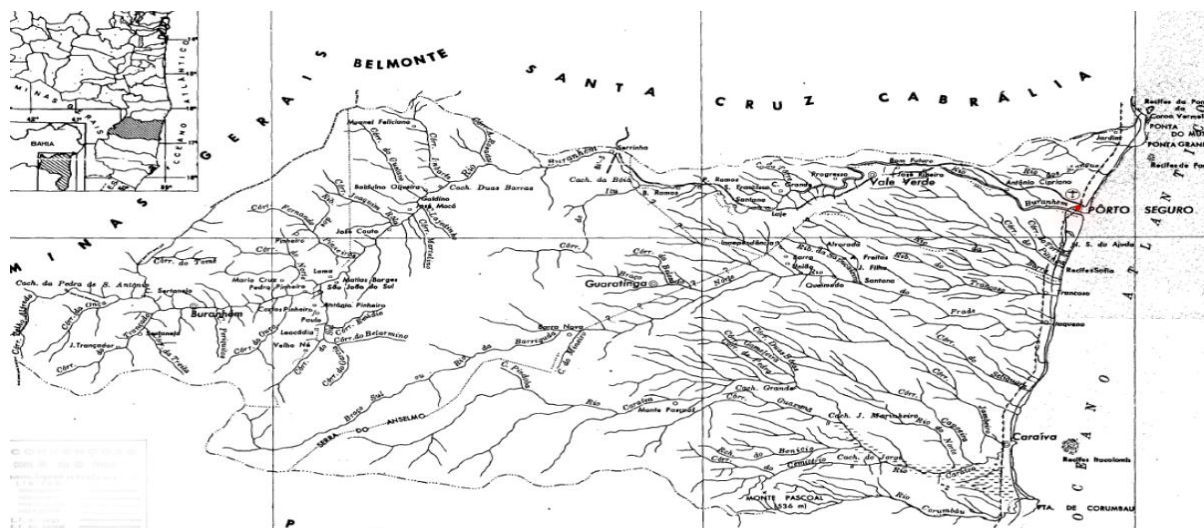
¹⁰⁹ O povoamento é elevado à categoria de vila, denominada de Porto Seguro, por determinação de Carta Régia datada de 27 de maio de 1534 (IBGE. *Porto Seguro: História e fotos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/historico>>.

¹¹⁰ *Ato nº 499*, de 30 de junho de 1891 (IBGE, 1958b, p. 133).

¹¹¹ De acordo com os decretos estaduais nº 11.089, de 30 de novembro de 1938, e nº 141, de 31 de dezembro de 1943 (IBGE, 1942, pp. 277; 281; 443).

geológicos, da Serra dos Aimorés, no vale do rio Mucuri, seu território era quase todo montanhoso. O elevado natural mais famoso do “descobrimento”, o monte Pascoal, é o seu cume, chegando a atingir 536 metros de altura.

Figura 14 – Município de Porto Seguro (1950)



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958c, v. VI, p. 93.

O território era servido por boa hidrografia. O rio Buranhém, um dos mais caudalosos, e também o mais piscoso, cortava todo o território do município até chegar à sede, na costa atlântica. O rio Caraíva banhava boa parte do sul do então município. Havia ainda o rio do Frade. Estes três rios eram à época navegáveis em alguns trechos por pequenas embarcações, a exemplo de saveiros e canoas. Também podiam ser encontrados rios menores, como o Corumbau, o Jardim, o Barra e o Vila, dentre outros.

No município de Porto Seguro são encontrados solos primários e secundários. Na faixa costeira predomina o solo arenoso, do período terciário. A vegetação costeira costuma ser rala, portanto pobre em árvores de grande porte. Em direção ao interior, ultrapassando os platôs costeiros (“tabuleiros”), os solos vão se tornando mais cristalinos, portanto menos arenosos. Essa mudança gradual decorre da aproximação das formações montanhosas do nordeste mineiro. Neste setor são encontradas as florestas mais densas (CERIS, 1966, p. 106). O clima municipal se caracteriza pela variação regional, e pode ser considerado temperado. No litoral os verões são quentes e os invernos mais frios e úmidos. A temperaturas médias, medida em 1956, variaram entre 15° e 30°C, a depender do setor climático, com média geral anual em torno de 22°C.

A costa era bastante rica em areia monazítica, encontrada nas praias da região até o norte do Espírito Santo. A areia monazítica foi (e ainda é) popularmente conhecida por ser um produto natural com propriedades terapêuticas para o tratamento de doenças inflamatórias. Esse suposto “poder terapêutico” da areia monazítica fez com que as praias dotadas deste recurso fossem muito procuradas no passado por turistas e pessoas em busca de tratamento. Mas a principal razão por trás da exploração da areia monazítica era industrial. O material apresenta compostos químicos e propriedades de grande interesse para a indústria de metais e tinturas, como a monazita, a ilmenita, a ziconita, dentre outros. A areia, de cor cinza escuro, apresenta elementos químicos que a colocaram na lista dos metais de “terras raras”, ou seja, substâncias químicas naturais muito requisitadas pela indústria de transformação por causa de sua alta ductibilidade, permitindo que indústria faça dela variados usos, sobretudo na produção de ligas e barras metálicas e de componentes de equipamentos eletrônicos. Nos anos 1950 a indústria brasileira estava entre as maiores exploradores de terras raras, chegando a produzir óxidos puros a partir de compostos extraídos destas terras (LAPIDO-LOUREIRO, 2013).

Além da areia monazítica também podiam ser encontradas no município jazidas de água marinha, ametista, grafite e depósitos de pedra calcária. Em meados dos anos 1950 foram registradas grande quantidade de árvores nas matas de Porto Seguro, apreciadas tanto pela sua beleza, quanto pelo valor comercial. Apesar do declínio do número de indivíduos, o pau-brasil era ainda encontrado com alguma regularidade na localidade ao final da década.

O Censo demográfico de 1950 registrou uma população total para o município de Porto Seguro de 25.826 habitantes. Uma pequena maioria, 13.112 indivíduos, era de pessoas do sexo masculino, enquanto 12.714 eram mulheres. Os pardos eram 13.524, os brancos 8.782 e os pretos 3.520 pessoas. Na área rural vivia por volta de 88% da população total, um percentual elevado para o estado, embora não para a região. O IBGE estimou em 35 mil a população de Porto Seguro para o ano de 1957.

Havia núcleos urbanos espalhados por todos os distritos, o maior deles na cidade de Porto Seguro, com população de 1.888 habitantes. O distrito de Guaratinga tinha um núcleo urbano com cerca de 1.000 habitantes, enquanto Buranhém tinha com por volta de 600, Caraíva 500, Vale Verde 374 e o pequeno povoado de Trancoso 157 pessoas. Além da cidade e das vilas haviam os povoados: Nossa Senhora d'Ajuda, São João do Sul, Quilômetro, Laje, Monte Pascoal, Itaquena e Trancoso (desde 1953).

A PIA totalizava 16.745 pessoas. Os homens formavam uma pequena maioria, com 8.450 indivíduos ante 8.295 mulheres. Tal qual Santa Cruz Cabralia, os principais ramos de

atividade econômica eram a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Nestes três setores estavam ocupadas 37,7% da população. Porém, o maior número de pessoas ocupadas exercia trabalho doméstico, composto, como já sabemos, basicamente por mulheres. A população ocupada (PO) em atividade agropecuária e extrativista, auferindo algum tipo de renda ou remuneração, era de 6.324 pessoas. Deste universo apenas uma diminuta parcela, de 224 pessoas, era de mulheres, enquanto a imensa maioria, as outros 6.100 pessoas, era composta de homens.

A agricultura tinha no cacau sua maior expressão econômica. Além da planta do cacau, havia cultivo de mandioca, café, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, coco, milho e frutas. O cacau e a mandioca geraram mais de 75% do valor total da produção agrícola de Porto Seguro, de acordo o Censo Agrícola de 1950. O total de imóveis rurais era de 2.205 propriedades, o que correspondia a 237.977 hectares de área ocupada.

Menos central para a economia de Porto Seguro, mas ainda assim importante para a economia do município, era a pecuária. Diversificada, embora com planteis pequenos, os rebanhos foram calculados em 1955 com a seguinte composição e distribuição: bovinos (20.000 cabeças), suínos (10.000), equinos (3.000), muares (2.600), asininos (800), ovinos (500) e caprinos (300). Em Porto Seguro a pecuária bovina já se destacava frente às demais.

Quanto à atividade manufatureira, esta gozava de pouco destaque, considerando os números agregados relativos para o município. Mas certamente tinham mais importância quando o assunto era a sua capacidade em empregar pessoas. O setor era composto de diversas fabriquetas, com produção de aguardentes, farinha, rapadura, telhas, tijolos, além de torrefação de café e beneficiamento de arroz, polvilho e “massas alimentícias”. O extrativismo e os serviços completavam a lista de atividades econômicas do município. A extração madeireira, a pesca e demais atividades geravam importantes recursos financeiros para o município. A pesca rendeu sozinha mais da metade do valor total do setor extrativista em 1950. Nas trocas comerciais, os agentes econômicos de Porto Seguro realizava as suas principais transações com as praças de Belmonte, Ilhéus e Salvador, bem como com municípios do norte/nordeste de Minas Gerais. Na sede municipal existiam 30 estabelecimentos comerciais varejistas e oito atacadistas segundo dados do Censo Comercial publicado em 1956. Assim como o comércio de mercadorias, a prestação de serviços se destacava na economia da localidade. Esse relativo avanço econômico, notadamente nos núcleos urbanos, certamente tem como fator as emancipações políticas dos distritos mais populosos após 1950.

Tradicionalmente, a cidade de Porto Seguro dividia-se em “cidade baixa” e “cidade alta”, modelo herdado do seu passado colonial. Uma e outra estavam ligadas por uma estrada

carroçável de cerca de dois km de extensão. A “cidade alta”, mais antiga, recebeu este nome em razão de situar-se em uma colina. Abrigava o Paço Municipal, construído em 1772, além das ruínas da mais antiga igreja do Brasil, a Igreja da Glória, construída provavelmente em 1503. Neste setor da cidade estava localizado o marco que assinala o “descobrimento do Brasil”, “edificado por Gonçalo Coelho, de ordem do rei de Portugal” (IBGE, 1958b, p. 136). Gradativamente o povoamento foi se estendendo em direção a orla municipal, situada na “cidade baixa”. Na baixada foram sendo instaladas as repartições públicas e os segmentos mais significativos do ramo comercial.

Em meados dos anos 1950 havia na cidade aproximadamente 50 logradouros públicos, dos quais 38 possuíam iluminação elétrica. As edificações eletrificadas totalizavam 150 unidades. Na sede podiam ser encontradas três pensões, um cinema, uma agência de correios e telégrafos e dois correspondentes bancários. A cidade sede ligava-se diretamente com a Capital Federal por meio de um rodovia com 1.868 km de extensão. A ligação com Salvador se dava por vias aérea, marítima e rodoviária. Com a cidade vizinha de Prado a ligação podia ser aérea ou marítima; quanto à cidade de Santa Cruz Cabralia, a ela se chegava pelas vias aérea, marítima e rodovia. O contato com as cidades mineiras, a exemplo de Jacinto e de Rubim, era feito exclusivamente por rota rodoviária. No mais eram caminhos vicinais ligando propriedades rurais entre si e núcleos urbanos.

Em 1950 havia um campo de aviação para aeronaves comerciais, oferecendo uma boa pista de pouso, com 1.250 metros de extensão, além de seis campos de aterrissagem menores nos distritos, para uso de pequenas aeronaves. Porto Seguro dispunha ainda de um porto marítimo e outros três fluviais. Os portos fluviais podiam ser acessados por barcos a vela. O município era atendido por uma agência postal-telegráfica à serviço do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A infraestrutura de saúde também era modesta. Contava apenas com dois postos de atendimento ao público, um “de higiene”, e outro de endemias. Havia tão somente uma farmácia. Para atender a todo o município havia apenas um médico, dois farmacêuticos e dois dentistas. Assim como em Santa Cruz Cabralia, parte importante da assistência social aos mais necessitados era prestada por entidade da sociedade civil, como a Sociedade Auxiliadora dos Artistas e pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Atuavam também no município dois sindicatos profissionais, um de trabalhadores urbanos e outro rural, este último denominado “Núcleo Colonial Agrícola”.

Segundo dados do Censo Demográfico de 1950 a população em idade escolar no município era de 21.186 pessoas, sendo 10.751 do sexo masculino e 10.435 do sexo feminino. Os alfabetizados eram 15,7% do total, ou seja, 3.322 pessoas sabiam ler e escrever. Entre as pessoas letradas havia uma expressiva vantagem dos homens (1.993) em relação ao número de mulheres (1.329). Em 1956 o município de Porto Seguro contava com 11 unidades de ensino “primário fundamental comum”, sendo três escolas estaduais, sete municipais e uma particular (IBGE, 1958b). Para este ano foram matriculados 579 estudantes. Além das escolas, havia uma biblioteca, que era mantida pela Agência de Estatística instalada na cidade de Porto Seguro, e uma orquestra filarmônica, fundada em 1949¹¹².

Prado

A Vila do Prado foi estabelecida em 1764, no contexto da nova política de administração territorial e de povoamento da coroa portuguesa no período pombalino (1750-1777). A nova vila nasceu da “arregimentação de ‘índios vadios’ que viviam dispersos nos vastos territórios da capitania, assim como por um grande número de degredados” extraditados de outras parte da Bahia e do Rio de Janeiro (CANCELA, 2012, p. 163)¹¹³. A Nova Vila de Prado limitava-se a oeste com a Capitania de Minas Gerais, delimitada ao norte pelo rio Corumbau e ao sul pelo rio Itanhém. Em 1772 o município desmembra-se e passa a existir também o município de Alcobaça. Com a República, passa a categoria de cidade (1896), integrada por três distritos: Prado (distrito sede), Cumuruxatiba e Escondido. Tempos mais tarde, na reorganização administrativa nacional do quinquênio 1934-1938, o município passa a ter dois outros distritos: Jequitaia e Santo Antônio. Na divisão administrativa que vigorou de 1939 a 1943 o distrito de Santo Antônio passou e ser denominado Trindade. Na divisão seguinte (1944-1948) ocorreu uma nova reorganização municipal, passando o Prado a ser constituído, além do distrito-sede, pelos distritos de Cumuruxatiba, Escondido, Jiquitaia e Jucuru (antes denominado Trindade) (IBGE, 1951, p. 49). Uma lei estadual de 1953 extingue o distrito de Jequitaia e em seu lugar cria o distrito de São José do Prado¹¹⁴. Com esta última mudança, a composição distrital do município ficou assim estabelecida até meados da década de 1950: Prado (sede), Cumuruxatiba, Escondido, Jucuruçu (não mais Jucuru) e São José do Prado.

¹¹² Curiosamente, a biblioteca pública recebeu o nome do colonizador português, Biblioteca Pedro Álvares Cabral, enquanto o da filarmônica homenageava a independência da Bahia: Filarmônica Dois de Julho.

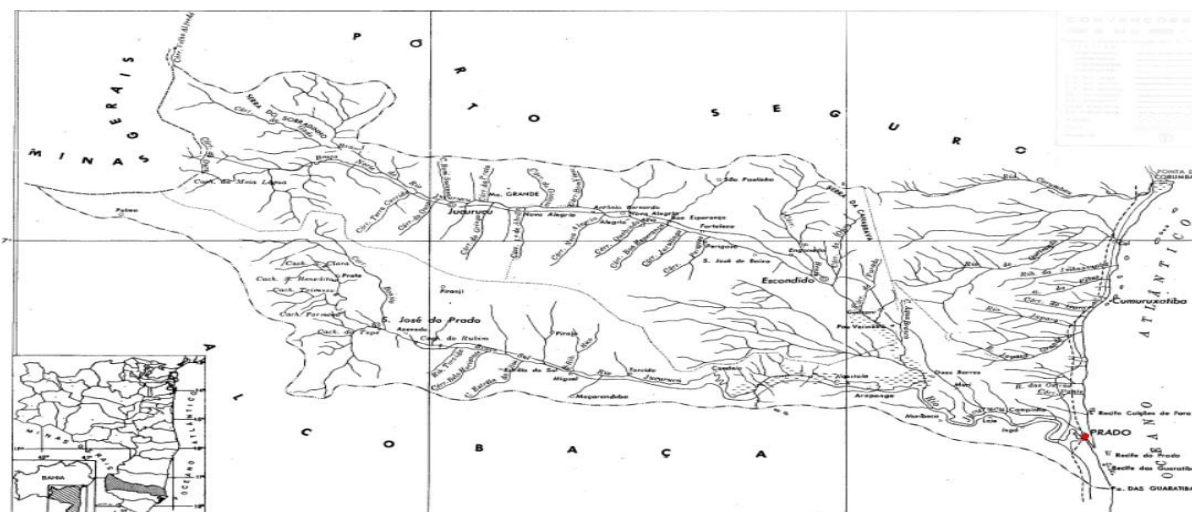
¹¹³ A vila foi estabelecida próximo ao mar, na margem esquerda do rio Jucuruçu, onde antes havia uma pequena aldeia indígena (Ver: IBGE, 1958b; CANCELA, 2012).

¹¹⁴ Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953 (IBGE, 1958b, p. 145).

Além da sede e das vilas havia os povoados de Farol, Alegria, Pau d'Alho, Maçaranduba, Futuca, Guarani, Varedas e Almeida.

Em 1950 o município de Prado divisava com Alcobaça e Porto Seguro, além dos antigos limites já estabelecidos com Minas Gerais (Figura 15). Distava 469 km da capital do estado. O território de Prado abarcava 5.461 km². Sua sede localiza-se em terreno plano, ao longo da costa, com formação de baixo relevo mais a oeste. Território de clima temperado, no litoral os verões são quentes e os invernos relativamente frios. Na sede a temperatura média anual registrada em 1955 foi de 25 °C. Cercado por boa rede hidrográfica, o município era cortado pelos rios Jucuruçu, Caí e Corumbau. O Jucuruçu era navegável em certos setores.

Figura 15 – Município de Prado (1950)



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958c, v. VI, p. 95.

Com clima regularmente quente e úmido, a exceção dos meses de seca mais a oeste na área que depois dará origem ao município de Itamaraju, o município era dotado de rica floresta, onde se podia encontrar grande variedade de árvores nativas, algumas das mais apreciadas para o comércio, a exemplo do cedro, do jacarandá, do vinhático, da peroba e do pau-d'arco. O território também detinha recursos minerais acessíveis à exploração, a exemplo da abundante areia monazítica. Desde o final do século XIX o município de Prado se destacava no Brasil pela extração de monazita e ilmenita, minerais empregados pela indústria na composição de lastro de embarcações (LAPIDO-LOUREIRO, 2013). Além da areia monazítica e seus componentes minerais, em Prado explorava-se também a pedra calcária para fins industriais.

No ano de 1950 a população do Prado atingira 33.104 habitantes. A população masculina era mais numerosa, apresentando 17.187 homens, enquanto as mulheres perfaziam

15.917 pessoas. Predominavam na população os pardos. Eram 15.947 os que assim se declararam, segundo o Censo Demográfico de 1950. Os pardos correspondiam a 48,2% da população total, seguidos de longe pelos brancos, que contavam 9.416 indivíduos (28,4%) e pelos pretos, que correspondiam a 7.741 pessoas (23,4%). A população rural do município era bastante grande, com cerca de 90% dela vivendo no campo. O IBGE estimou em mais de 42 mil pessoas a população para o de 1957. A maior concentração urbana era encontrada na sede municipal, contando 1.589 habitantes. Em seguida vinham as vilas de Escondido (756 habitantes), Cumuruxatiba (483), Jucuruçu (326) e a pequena Jiquitaia (52).

A PIA compreendia 21.625 moradores, sendo 11.295 homens e 10.330 mulheres. O número de pessoas ligadas aos três principais ramos econômicos da localidade, agricultura, pecuária e extrativismo, perfaziam 8.671 indivíduos, representando 40% do total da população em idade produtiva. Assim como nas outras localidades, um número maior de pessoas ocupações somente era encontrado no cumprimento de atividades domésticas, englobando praticamente todas as mulheres da municipalidade. O município exportava um pouco de cacau. A produção cacauzeira correspondia a mais de 78% do total do produto agrícola de Prado. O café, que havia sido a base econômica do município por certo tempo, chegou a “quase a desaparecer” da região como cultura econômica em virtude da pequena escala produtiva e dos preços constantemente baixos nos mercados nacional e internacional. Outras lavouras, como cana-de-açúcar, a mandioca, o coco, a banana e o arroz eram de menor escala. Em 1950 havia em Prado 2.345 propriedades rurais reconhecidas, ocupando 323.463 hectares de terra.

O peso da pecuária era modesto no município na década de 1950. A estimativa do IBGE para 1956 era de 11.460 cabeças o rebanho total de animais mamíferos de criação do município. O maior rebanho era o de suínos, contando aproximadamente 4.800 cabeças, seguindo de 2.900 mil de gado bovino, 2.000 equinos, 1.500 muars, 200 asininos e 60 ovinos. Uma parcela pequena do excedente da produção local de proteína animal era comercializada com as municipalidades mineiras. Isso demonstra que o extremo sul não era apenas comprador do gado mineiro, mas que também consumidores mineiros adquiriam carne de produtores baianos (IBGE, 1956a).

A produção manufatureira anual total do município foi modesta até o final da década¹¹⁵. O fabrico da farinha de mandioca rendeu, sozinha, quase a metade do valor agrícola anual total. Além da farinha, no município havia a fabricação de aguardentes, massas alimentícias e itens de construção, como telhas, tijolos e cal. Ao lado da pequena manufatura,

¹¹⁵ Alcançou pouco mais de três milhões de cruzeiros em 1956.

destacava-se o beneficiamento de madeiras nativas. Após a extração de árvores no interior da Mata Atlântica, a madeira tombada recebia um tratamento inicial, realizado em pequenas oficinas de beneficiamento, as “serrarias”. Ainda não chegamos ao período das incontáveis serrarias, que pulularam e cresciam muito rapidamente em toda parte da região, mas já existem serrarias menores, capazes de atender a demanda extrativista que começava a se incrementar no extremo sul, muito por força da chegada das primeiras madeiras, e da demanda externa pelo cobiçado produto florestal.

Prado se destacava mesmo era pelo seu comércio, realizando transações com outras localidades e regiões¹¹⁶. Muitas trocas comerciais se davam com cidades economicamente importantes, a exemplo de Vitória, no Espírito Santo, Aracaju, no estado de Sergipe, e com Salvador. Também fazia negócios importantes com o município vizinho de Caravelas e outras localidades na área de fronteira com Minas Gerais. Em 1950 Prado contava com dez lojas atacadistas, sendo quatro instaladas na sede, além de 121 outros estabelecimentos varejistas. Na praça financeira, o município abrigava um escritório do Banco da Bahia, aberto em 1956. O serviço mais destacado na cidade do Prado ao final da década era o de hospedagens, havendo quatro pensões na cidade. Na sede também podia ser encontrada uma agência postal-telegráfica.

Nesta época, o trânsito de pessoas e mercadorias para a capital Federal se dava pelos meios rodoviário e aéreo. A movimentação em direção à capital do estado era realizada pela rodovia BR-5, mas também podia acontecer por transporte marítimo e aéreo. Com Alcobaça a comunicação se dava tanto por via marítima, quando rodoviária, enquanto para Porto Seguro era pelas vias aérea e marítima. Os tipos de transporte evidenciavam a precariedade das ligações intra-rodoviárias na região. As ligações com as cidades e localidades mineiras eram por estradas de rodagem, não necessariamente pavimentadas, a exemplo do percurso até Jacinto, distante 300 km, Rubim (354 km) e Machacalis (260 km). No começo dos anos 1950 Prado possuía um porto marítimo e dois fluviais, por onde transitavam além de barcos a velas e canoas também navios. Havia alguns campos de pouco, instalados na sede e em outros distritos.

Apesar de pequeno, o município contava com razoável cobertura de serviços urbanos. A sede municipal tinha 19 logradouros, com 18 deles dotados de rede elétrica. Com 404 edificações prediais, Prado tinha metade de suas casas, residenciais e comerciais, servidas com luz elétrica, destacando-se entre os outros municípios da região.

O mesmo não se podia dizer da estrutura e da cobertura em saúde. Sem possuir hospitais, e nem mesmo postos especializados, havia cinco farmácias, uma funcionando na

¹¹⁶ O comércio movimentou mais de 53 milhões de cruzeiros em 1956.

sede, duas na vila Escondido e outras duas em povoados menores. Apenas um médico estava em efetivo exercício de sua atividade em todo o município, segundo dados de 1950. Além deste profissional da saúde, dois dentistas, um farmacêutico e duas parteiras prestavam assistência na localidade (IBGE, 1958b).

A educação tampouco era destaque. Em Prado havia 24 unidades de ensino “primário fundamental comum” em funcionamento, com algo em torno de 750 alunos matriculados para o ano letivo de 1956. Quatro escolas eram estaduais, três delas abertas na sede. O município possuía uma pequena biblioteca. As pessoas em idade escolar eram de pouco mais 27 mil, precisamente 14.158 do sexo masculino e 12.880 do sexo feminino. Os alfabetizados contavam 3.132 indivíduos, ou 12% da população escolar. A grande maioria dos alfabetizados era de homens, totalizando 2.021 indivíduos. Na sede a população em idade escolar era de 1.342 e os alfabetizado 699, sendo a proporção de alfabetização entre homem e mulheres mais equilibrada: 338 homens para 361 mulheres.

Alcobaça

No mesmo contexto no qual foi instituída pela ouvidoria da antiga Capitania de Porto Seguro a Vila Nova de Prado foi criada, anos mais tarde, em 1772, a Vila Nova de Alcobaça (CANCELA, 2012)¹¹⁷. Alcobaça tornou-se cidade em 1896, por força de lei estadual¹¹⁸. Até 1933 o município de Alcobaça era formado somente pelo distrito sede. Essa condição vigorou até 1943, quando novas divisões internas ocorreram no âmbito do estado da Bahia e no interior dos municípios, na esteira das reformas regionais brasileiras do início da década de 1940. Com o Quadro Territorial de 1944-1948 passou a existir um segundo distrito, Itanhém (IBGE, 1951, p. 43). A partir de 1953 foram oficializados outros cinco outros: Batinga, Cachoeira do Mato, Ibirajá, Itupeva e Medeiros Neto¹¹⁹. Ao final da década compunham o território de Alcobaça além do distrito sede, cinco vilas distritais e vários povoados (Jardinópolis, Água Limpa, Lagoa Dourada, Salvação e Santa Fé).

Alcobaça, Prado e Caravelas mantinham entre si vínculos estreitos, tanto jurídicos, quanto comerciais, políticos e culturais. De certa forma essa tríade municipal compunha uma sub-região interna no extremo sul, cujos vínculos com outra sub-região, Santa Cruz Cabralia-

¹¹⁷ A Nova Vila de Alcobaça substituiu o antigo Arraial de Itanhém que havia se instalado na década de 1740 na margem esquerda do rio Itanhém, ocupando territórios desmembrados das vilas de Caravelas e Prado.

¹¹⁸ Lei nº 122, decretada em 20 de julho de 1896 (IBGE. *Alcobaça: História e fotos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alcobaca/historico>>).

¹¹⁹ Lei nº 628, de 30 de setembro de 1953 (IBGE, 1958a, p. 26).

Porto Seguro, eram menos acentuados. Isso não quer dizer que estas duas sub-regiões informais não mantivessem entre si relações importantes, sobretudo comerciais, mas apenas que apresentava aproximações culturais diferentes. Talvez possamos mesmo identificar uma terceira sub-região do extremo sul, Caravelas-Mucuri (incluindo municípios do nordeste mineiro), muito definida pelas operações da Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM)¹²⁰.

Com área territorial de 5.273 km² o município de Alcobaça ficava localizado entre Prado e Caravelas (Figura 16). A partir da costa, o seu território se estendia até a fronteira com o estado de Minas Gerais. A sede municipal estava linearmente separada da capital baiana por 488 quilômetros. A topografia era definida pela planície litorânea e pelo relevo mais montanhoso a oeste, na direção das serras gerais da região. O território municipal era atravessado por rios, lagoas, ribeirões e córregos. O curso d'água mais importante era o rio Itanhém, conhecido também como rio Alcobaça. Mas havia outros rios dignos de nota, como o Itanhentina, o Água Preta e o Água Fria.

Figura 16 – Município de Alcobaça (1950)



Fonte: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1958c, v. VI, p. 97.

Os solos da região também variavam. Podiam ser arenosos nas baixadas do Itanhém, argilosos nos segmentos médios e de coloração roxa nos setores mais altos. O clima seguia o padrão da costa atlântica nesta latitude, marcado por dias quentes no litoral e dias

¹²⁰ O direito de estabelecer uma estrada de ferro que ligasse o vale do Mucuri à cidade de Caravelas na Bahia foi concedido inicialmente a particulares mineiros. A autorização da concessão, prevista inicialmente para ser por um prazo de 80 anos, se deu pela Lei Provincial n. 2.475 de 1878. O primeiro trilho da futura EFBM foi assentado em 1881, no litoral baiano (MARTINS, 2018, p.200-1).

comparativamente mais frios no interior. Havia estação seca no interior, mais intensa na área do distrito de Itanhém. A temperatura média medida na sede, medida em 1956, foi de 26°C.

O território de Alcobaça detinha riquezas naturais expressivas. A floresta atlântica abundava, e abrigava muitas e variadas espécies de árvores: peroba, jacarandá, vinhático, pau-ferro, jequitibá, cedro, entre outras espécies bastante procuradas. Havia também muitas plantas consideradas pelas populações locais com propriedades curativas, além de uma rica fauna¹²¹. No território foram encontradas minas de pedras preciosas e semi-preciosas, a exemplo de águas marinhas, ametistas, topázios e cristais de rocha. Também era encontrada com abundância a areia monazítica, de onde se extraía a ilmenita.

Entre os 34.358 habitantes registrados no Censo Demográfico de 1950 havia mais homens do que mulheres no município (IBGE, 1955). A população masculina era de 17.739 indivíduos, frente às 16.619 mulheres recenseadas. Os declarados brancos totalizavam 16.161 indivíduos, os pretos 12.849 e os pardos 5.348 indivíduos. Segundo o censo os pretos e pardos representavam 53% da população de Alcobaça, enquanto as mulheres eram 48% do total da população.

Havia mais de 32 mil pessoas vivendo no campo, assim por volta de 94% de população do município era rural. Alcobaça apresentava um percentual bastante elevado de população rural, mesmo para os padrões da região no período. Aglomerações urbanas podiam ser encontradas apenas na cidade de Alcobaça e no distrito de Itanhém. Juntos, estes dois núcleos urbanos congregavam pouco mais de 2.000 pessoas.

A cidade de Alcobaça possuía algo como duas dezenas de logradouros, a imensa maioria deles sem qualquer tipo de pavimentação. A sede era atendida por iluminação termoeétrica, e contava com 495 casas construídas, das quais apenas 87 eram servidas com luz elétrica. Em 1950 havia na cidade um pequeno porto. A sede apresentava uma modesta vida urbana, com estabelecimentos diversos, a exemplo de casas comerciais, dois hotéis, três pensões, uma agência postal-telegráfica e um cinema. A população em idade produtiva era de 22.590 pessoas, sendo 11.598 homens e 10.992 mulheres. As mulheres exerciam basicamente funções domésticas, embora os “homens de negócio” costumassem dispor dos seus serviços em seus estabelecimentos, sobretudo nos ramos de alimentação e hospedagem, assim como acontecia nos outros municípios da região.

¹²¹ Nas matas de Alcobaça se encontravam animais como “anta, onça pintada, suturica, canguçu, gato-do-mato, jaguatirica, veado, capivara, paca, cutia, tatu, tamanduá e macacos”, além de cobras, pássaros, peixes, etc. (IBGE, 1958a, p.27).

A agricultura, a pecuária e o extrativismo eram as principais atividades econômicas de 8.722 trabalhadores em todo o município, ou seja, 38,6% das pessoas em idade produtiva. A imensa maioria dos postos de trabalho nestes setores eram ocupados de homens, 8.292 indivíduos, e somente 430 mulheres cumpriam atividades nos principais ramos da economia local. Por outro lado, a atividade que mais ocupava pessoas no município era a dos afazeres domésticos, atividade que, como sabemos, não era remunerada. A agricultura, mais especificamente o cultivo do cacau, era o mais pronunciado dos ramos da atividade econômica do município em 1950¹²². Mas não apenas o fruto do cacau brotava das terras agrícolas de Alcobça. Também outras culturas eram vitais para economia local, sobretudo para o abastecimento interno. Cultivos em geral, associados a pequenos estabelecimentos agrícolas, porém diversificados e relevantes em seu conjunto: feijão, coco, milho, arroz, cana-de-açúcar, banana, batata doce, mandioca, café, alho, dentre outros plantios. O total de propriedades rurais era de 1.605 estabelecimentos em 1950 (IBGE, 1956a). Estas propriedades rurais cobriam uma área de 280.228 hectares de extensão de terra. A pecuária tinha considerável papel econômico no município, o que pode ser demonstrado pelo tamanho dos rebanhos, relativamente aos outros municípios do extremo sul baiano. Somente o rebanho de suínos poderia atingir algo em torno de 90.000 cabeças em 1956, enquanto o de bovinos chegaria a 50 mil reses, seguido dos plantéis de 3.000 muares, 1.800 asininos, 2.300 ovinos, 1.300 equinos e aproximadamente 1.000 caprinos.

Em ordem de importância na econômica local vinha em seguida a manufatura¹²³. O principal produto era obtido da floresta. A madeira retirada das matas era beneficiada em pequenas serrarias locais¹²⁴. O extrativismo vegetal alimentava as oficinas de produção. Mas não se tratava de uma indústria moveleira local, mas basicamente da fabricação de artefatos de madeira semi-acabados, em geral peças de apoio usadas na construção civil. Evidentemente, também móveis eram produzidos para consumo dos grupos econômicos mais abastados do lugar, mas a maior parte da madeira nesta época seguia serrada, quando não em toras, para os grandes mercados consumidores da esfera alta de bens suntuosos fora do município e do estado. Parte da biomassa florestal era retirada como lenha. Este recurso energético era central para a sobrevivência das famílias, num contexto em que a maior parte da população vivia e trabalhava

¹²² No conjunto, a produção anual de cacau anual gerou receita acima de 14,5 milhões de cruzeiros, segundo cálculos realizados em 1955. O valor de toda a produção agrícola atingiu 24,3 milhões de cruzeiros neste mesmo ano (IBGE, 1958a, p.27)

¹²³ O valor total da produção manufatureira foi de 18,1 milhões de cruzeiros anual (1950).

¹²⁴ A extração madeireira registrada, sozinha, gerou mais de 8,7 milhões de cruzeiros.

no campo. Nesta época, a lenha queimava diariamente em fogões e fornalhas, em grande quantidade, não apenas em Alcobaça ou na Bahia, mas por todo o país.

O pescado era outro produto extrativo expressivo para a localidade. Junto à madeira retirada da Mata Atlântica, a atividade pesqueira comercial gerava substancial fonte de renda para parte da população local, e alguma receita para a administração municipal, direta ou indiretamente. Numa região em que não estava clara na contabilidade a separação formal ao nível econômico dos ramos extrativista, manufatureiro e comercial, mercadorias como aguardentes, massas alimentares, farinha, manteiga, rapadura, telhas, tijolos e calçados despontavam como outros tantos produtos fabricados em Alcobaça em meados do século XX.

Particularmente, o comércio alcobacense registrava quase duas centenas de estabelecimentos de varejo e quatro atacadistas no início da década de 1950. Estes últimos com endereço na sede municipal. Além do comércio local interno e intermunicipal, havia trocas comerciais com cidades maiores, como Vitória no Espírito Santo, e com municípios polos do nordeste mineiro, como Carlos Chagas e Nanuque, com a cidade de Campos no estado do Rio de Janeiro, além de trocas comerciais com a capital Salvador. As transações comerciais com estes centros urbanos importantes, embora ocupasse relativamente poucas pessoas no município, quando somadas à renda financeira municipal, respondia por mais de três vezes a receita gerada pela agricultura, ramo de atividade que por sua vez mais empregava pessoas em Alcobaça no período.

Quanto às condições de transporte e comunicação, de pessoas e mercadorias, não havia substancial diferença em relação aos outros municípios da região. Da sede para a cidade do Rio de Janeiro poderia se utilizar o transporte misto (rodoviário e aéreo), da mesma forma para a capital estadual. Para as cidades de Prado, Caravelas e Carlos Chagas o deslocamento era feito por rodovia pavimentada, assim como para o município de Águas Formosas. O transporte ferroviário tornava-se uma opção quando o destino era a cidade mineira de Nanuque. No mais, as estradas eram poucas e vicinais, sem pavimentação.

Cidades do nordeste mineiro, como Carlos Chagas e, notadamente, Nanuque, funcionavam como importantes centros de troca e distribuição para este amplo setor do extremo sul da Bahia – Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri –, fornecendo boa parte dos gêneros de abastecimento regional, além de servir de mercado consumidor aos produtos locais. Nanuque, bem poderia ser considerada um polo urbano de desenvolvimento econômico regional, não apenas do nordeste de Minas Gerais, mas de parte importante do extremo sul da Bahia. A cidade de Alcobaça, em particular, mantinha forte ligação com praças comerciais mineiras.

Aproximação que aumentará ainda mais nas décadas seguintes, quando o interior do extremo sul se autonomizar frente ao litoral baiano, com o surgimento e o crescimento dos municípios interioranos, em geral por causa da expansão da pecuária bovina nesta sub-região.

Não havia hospital em Alcobaça em 1950. Toda a assistência médico-sanitária ficava à cargo de uma única unidade de saúde municipal, o Posto Municipal de Saúde e Assistência aos Desvalidos, e à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, entidade oriunda da sociedade civil. Apesar do prédio que abrigaria a saúde materno-infantil ter sido construído em 1956, ele permaneceu sem funcionamento até o final da década (IBGE, 1958a). O município contava com três médicos e dois profissionais dentistas. A estrutura de saúde municipal era completada com uma farmácia privada, funcionando apenas na sede municipal.

A população de cinco ou mais anos de idade formava um universo de 28.414 indivíduos em idade escolar, segundo dados de 1956 (IBGE, 1958a). Desse total, 14.613 eram de pessoas do sexo masculino e 13.801 do sexo feminino. Os alfabetizados eram 17,7% das pessoas em idade escolar, ou seja, pouco mais de cinco mil pessoas sabiam ler e escrever. Havia 31 escolas de ensino primário-fundamental funcionando em todo o município, sendo dez estaduais e 20 municipais. Havia também uma escola particular. A população alfabetizada distribuía-se entre 3.172 homens e um número bem menor de mulheres, apenas 1.858. Para o ano de 1956 foram matriculados 1.394 estudantes em toda a rede de ensino instalada no município.

Além das escolas primárias de Alcobaça, as outras instituições que de alguma forma correspondiam, se não diretamente à educação, ao menos ao nível cultural da vida social, eram as bibliotecas, os clubes sociais, cinemas e as filarmônicas. Não raro as cidades do extremo sul possuíam ao menos uma biblioteca de acesso público e algum centro recreativo, embora não necessariamente mantidas por recursos públicos. Por regra as bibliotecas da região detinham acervos limitados, o que se pode se explicar, em parte, pela baixa escolaridade das pessoas. Alcobaça mantinha duas bibliotecas públicas. Havia ainda dois clubes para a prática do futebol, este sim um divertimento bastante difundido na localidade, e um cinema.

Caravelas

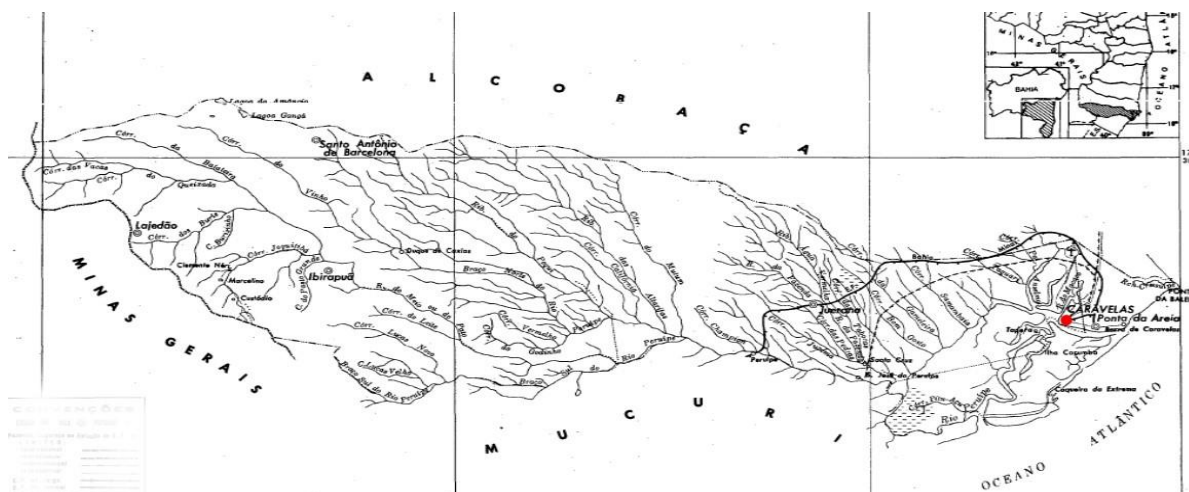
Uma dos mais antigos povoamentos da Capitania de Porto Seguro, Santo Antônio do Rio das Caravelas¹²⁵ se tornou vila relativamente cedo, no ano de 1701, a partir de quando

¹²⁵ Em 1503 uma expedição portuguesa em direção ao novo continente chegou a uma baía. Neste local foi logo instalada uma feitoria, que existiu por pouco tempo, possivelmente desfeita pelos ataques dos povos nativos. Com a instalação do Governo-Geral colonial foram retomadas expedições exploratórias à região com vistas a

iniciou sua expansão territorial em direção dos vales dos rios Peruípe, Mucuri, São Mateus e Doce, em direção a territórios que atualmente se situam no norte do estado do Espírito Santo (RALILE, SOUZA, SOUZA, 2006, p.18). Ainda no Império, a vila vai se tornar cidade, passando a se chamar apenas Caravelas¹²⁶. O território de Caravelas se estendia até a vila da Conceição da Barra, no Espírito Santo, e incluía todo o território que futuramente irá se desmembrar para dar lugar à vila de Mucuri. Da emancipação até 1938 o município contou apenas com o distrito-sede. Em novembro deste ano foi decretou um novo distrito, de nome Juerana. Com esta configuração territorial permaneceu o município de Caravelas até a divisão de 1953, quando passou o município a contar com o distrito-sede de Caravelas e os distritos de Juerana, Ibirapuã, Lajedão, Santo Antonio de Barcelona e Ponta de Areia. Esta configuração administrativa e territorial vigorou entre 1958.

Situado na margem esquerda do rio Caravelas, próximo à barra de um largo estuário, o município se estendia linearmente até a divisa com Minas Gerais, cobrindo uma área de aproximadamente de 100 km de extensão (Figura 17). Em 1950 fazia fronteira na Bahia com os municípios de Alcobaça e Mucuri, e sua sede municipal encontrava-se a uma distância de pouco mais de 500 quilômetros da capital baiana.

Figura 17 – Município de Caravelas (1950)



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958c, v. VI, p. 99.

colonização do litoral. Navegando pelo grande rio das Caravelas o litoral do extremo sul foi alvo da expedição liderada pelo bandeirante espanhol Francisco Bruzza Espinoza, que chegou ao local que se tornaria Caravelas em por volta de 1553. Logo se seguiram outras expedições ao longo do curso do rio Caravelas em busca de ouro e pedras preciosas. Mas somente em 1581 se deu início à primeira povoação no local (IBGE, 1958a, p.137; RALILE, SOUZA, SOUZA, 2006, p. 14-16).

¹²⁶ *Lei Imperial nº 521*, de 23 de abril de 1855 (cf. IBGE, 1958a, p.138).

Com área total de 3.773 km² em 1950, a sede municipal ficava em um trecho costeiro bastante recortado, na Ponta da Baleia. Instalada num extensa planície, cujo ponto mais elevado não atingia altitude superior a 150 metros, a área do município só se tornava montanhosa na zona limítrofe com o estado de Minas Gerais. A sede municipal era banhada pelo rio Caravelas. A caracterização da “bacia hidrográfica” do rio Caravelas é complexa. Composta de rios de pequena extensão (IBGE, 1958a, p.139), a bacia por outro lado é integrada pelo rio Caravelas. Este, embora não seja extenso ao longo de seu percurso forma um largo estuário em direção à foz, sendo navegável por grandes embarcações. A pequena bacia do Caravelas é alimentada também pela bacia mais extensa do Rio Peruípe situada ao sul. O rio Caravelas além de ser um importante acesso marítimo para o interior do território, abriga grande extensão de manguezais e envolve importantes trechos da Mata Atlântica local. Compunham a hidrografia do município em 1950, além do rio Caravelas, os rios Marombá, Pindoba, Macaco, Fazenda e o próprio Peruípe. Atualmente é mais comum se referir ao Caravelas como rio-estuário integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Peruípe¹²⁷.

A população de Caravelas elevou-se a 20.820 habitantes em 1950, sendo 10.516 os homens e 10.304 as mulheres (IBGE, 1955). Preponderavam os pretos e pardos, contando 6.052 e 8.548 indivíduos respectivamente. Pretos e pardos representavam algo em torno de 70% da população municipal. Os declarados brancos perfaziam 6.205 indivíduos¹²⁸. Em Caravelas a população rural era proporcionalmente numerosa, composta por mais de 18 mil pessoas vivendo no campo, ou seja, próxima de 87% do total de habitantes do município.

Como em toda a região, o clima no município mostrava-se bastante quente e úmido no verão, porém muito chuvoso no inverno, condição climática não comum entre os demais municípios costeiros do extremo sul. Um tanto incomum também era a situação climática no interior. Em distritos mais afastados do litoral, como Ibirapuã e Lajedão, a estação mais chuvosa ocorria não no verão, mas no outono, estação que precedia o inverno, período este no qual os meses eram os mais secos do ano. Assim, meses de grandes chuvas eram seguidas por prolonga seca. Tomando por referência o ano de 1956 a temperatura média anual medida na sede municipal de 32,7°C foi elevada para os padrões regionais (IBGE, 1958a). Além de município mais desenvolvido da região, Caravelas era também o mais ambientalmente frágil.

¹²⁷ SANTOS, Michele et al. Bacia do rio Peruípe (extremo sul da Bahia): aspectos físicos e sócio-econômicos. V *Simpósio Nacional de Geomorfologia/I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia*. Santa Maria-RS: UFSM, 02 a 07 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/2/Michele%20Silva%20Santos.pdf>>.

¹²⁸ Segundo o Censo Demográfico de 1950 somente 15 pessoas não declararam a sua cor de pele em todo o município de Caravelas.

Caravelas não tinha qualquer destaque em reservas minerais, podendo ser encontrado para extração minérios como manganês e ferro. Diferentemente de outros municípios do extremo sul baiano, na extensa planície onde se encontra o município de Caravelas havia relativamente pouca floresta densa (CERIS, 1966, p.175). Ainda assim, por lá eram encontradas boas madeiras para construção e movelaria, como peroba, cedro, pau paraíba e jatobá. Além da atividade de extração madeireira, as principais atividades econômicas se concentravam na agricultura, na pecuária e no extrativismo pesqueiro, ocupando juntas cerca de 30% da população local em idade produtiva. No início da década de 1950 o ramo de atividade com maior papel na economia local era a agricultura, com destaque para as produções de mandioca e coco seco¹²⁹. A produção de banana era também uma cultura bastante difundida na região. Em 1950 foram listadas 1.344 propriedades rurais em todo o município de Caravelas, ocupando uma área total de 130.542 hectares.

A exploração de madeira nativa ocupava lugar central. Ainda assim, o extrativismo vegetal teve importância econômica menor do que a agricultura e o comércio ao final dos anos 1940, ao menos em números oficiais. Por meio da EFBM chegava até o porto de Caravelas grande quantidade de madeira extraída das matas mineiras e baianas, de onde partia também parte da produção de cacau do vale do Mucuri. A maior parcela dos rendimentos do extrativismo era proveniente da extração de madeiras em área de floresta, seguida de perto pela atividade pesqueira. Já a pecuária não era muito expressiva em Caravelas nesse período, porém o gado bovino já era o maior plantel. O Censo Agrícola de 1950 calculou o rebanho de bovinos do município em 19.200 cabeças (IBGE, 1956). Em seguida vinham os suínos, contando pouco mais de cinco mil cabeças. As demais criações de grandes animais eram pequenas, como a de equinos, muares, ovinos e caprinos.

Quanto à infraestrutura de transporte e comunicação, Caravelas ligava-se a capital do estado por via marítima e aérea, podendo acessá-la também por rodovia. Às cidades vizinhas de Alcobaça e Mucuri chegava por via marítima e rodoviária, e ao município mineiro de Nanuque por meio de rodovia e ferrovia. O município era atendido por companhias nacionais de aviação comercial, pela Companhia de Navegação Baiana e pela EFBM. O aeroporto era considerado razoável para os padrões baianos da época, com duas grandes pistas de voo.

A presença da EFBM na região fez com que a infraestrutura de estradas fosse um pouco melhor no município de Caravelas. A ferrovia mantinha três estações em meados do século passado, em Ponta de Areia, Aparaju e Juerana, além de outros três pontos de parada. A

¹²⁹ Em 1955 a agricultura gerou ao município receita de aproximadamente 11 milhões de cruzeiros.

extensão total da rede de tráfego ferroviário era de 578 km, dos quais 143 se estendiam em território baiano e 435 no mineiro (MARTINS, 2018, p.201). Com a conclusão da estrada de ferro em 1942 o ponto de partida da linha férrea foi a estação situada no município mineiro de Araçuaí, em direção ao terminal portuário instalado no distrito caravelense de Ponta de Areia. Em Caravelas havia um porto fluvial acessível a navios de médio porte.

Em 1950 havia tão somente duas aglomerações urbanas em todo o município, estando a maior delas na cidade de Caravelas, onde viviam pouco mais 2.600 habitantes. Outra ficava na vila de Juerana, contabilizando perto de 600 pessoas residentes. A sede contava com 20 logradouros, 18 deles servidos por iluminação elétrica e dois por rede de esgoto, reunindo um total de 581 edificações prediais. Apenas duas ruas estavam pavimentadas, sendo uma delas a avenida principal. Contudo, com 490 unidades eletrificadas, Caravelas tinha 84% de suas edificações servidas de luz elétrica, um índice elevado se considerarmos os outros municípios da região. Enquanto isso, apenas 53 unidades prediais estavam conectadas à rede de esgoto, um número bastante baixo. Contudo, o baixíssimo índice do saneamento básico da cidade de Caravelas não era uma situação estranha aos demais municípios do extremo sul baiano. Apesar disso, podiam ser encontrados na cidade de Caravelas cinco hotéis, além de algumas pensões menores, o que indicava, ainda que modestamente, a sede do município como destino de turistas.

Dotado do maior porto da região, a receita comercial total de Caravelas atingiu pouco mais de 68,6 milhões de cruzeiro em 1956. Os principais contatos comerciais de Caravelas se davam, por essa época, com municípios não vizinhos, em sua maioria de fora do estado: Nanuque-MG, Vitória-ES, Rio de Janeiro-RJ, Belo Horizonte-MG e Salvador-Ba. Muitos produtos de consumo local também chegavam de outros estados, como itens de vestuário, calçados, ferragens, louças, secos e molhados e alguns manufaturados. De Caravelas partiam para outros municípios, sobretudo, madeiras nativas. O comércio local compunha-se de sete estabelecimentos atacadistas e 16 outros estabelecimentos varejistas. Os anos 1950 foram de expansão do mercado financeiro nacional, com alguma repercussão na região. A sede municipal de Caravelas dispunha de duas agências bancárias, instaladas na década de 1950: o Banco Econômico da Bahia (1953) e o Banco da Bahia (1956).

Para a execução da assistência médico-sanitária foram instalados um posto de atendimento em saúde, o Posto de Higiene do Estado, três ambulatórios e duas farmácias. Um hospital, o único da região, estava em fase de construção, e até 1950 não se encontrava em operação no município. A estrutura médico-hospitalar de saúde, se assim podemos denominar,

empregava no município três médicos, um dentista e dois farmacêuticos, todos atendendo na sede municipal. A Caixa de Aposentadoria, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas prestavam no município, geralmente aos seus respectivos associados, auxílio financeiro, incluindo apoio à saúde. Ademais, a assistência social era praticada por sindicatos profissionais, que somavam três entidades profissionais socialmente reconhecidas.

A população em idade escolar no município era de 17.300 pessoas. Mas apenas 3.588 pessoas sabiam ler e escrever, ou seja, 20,74% do total. Em 1955 o município contava com 38 estabelecimentos de ensino primário fundamental – 10 escolas estaduais, 23 municipais e cinco particulares – onde estudavam 1.200 alunos. Na cidade de Caravelas havia uma única instituição de instrução de “segundo grau”, o Ginásio Santo Antônio. Nele estavam matriculados apenas 52 alunos, conforme levantamento realizado em 1957 (BRASIL, 1958a). Duas pequenas bibliotecas, três sociedades culturais e recreativas, uma artístico-musical e três cinemas, sendo um funcionando na sede e outros dois em diferentes vilas, completavam o sistema de formação cultural de Caravelas. É digno de nota o fato de que em 1956 começava a circular na localidade um periódico semanal, intitulado *A Tribuna da Fronteira*.

Caravelas talvez fosse a mais promissora cidade do extremo sul da Bahia no início dos anos 1950, embora apresentasse basicamente os mesmos problemas encontrados em toda parte na região. A produção material da existência e a reprodução social da vida não diferiam substancialmente em Caravelas em relação às outras municipalidades, indicando no período fortes similitudes entre as localidades no interior da região.

Mucuri

O município de Mucuri também surgiu no contexto das reformas pombalinas, instalada em 15 de outubro de 1769 com o nome de Nova Vila de Porto Alegre (CANCELA, 2012)¹³⁰. Assim como as demais vilas, Porto Alegre surgiu próxima a um leito de rio, neste caso na margem esquerda do rio Mucuri, com finalidades de povoamento, desenvolvimento econômico, proteção e controle do território e da rota comercial (“Estrada Real da Costa”) contra a ação

¹³⁰ Cerca de um ano antes fora criada a Vila Viçosa, distante 5 léguas ao sul do local onde se instalaria em seguida a Vila de Porto Alegre, futuramente Mucuri. Mas em 1931 o município de Viçosa foi extinto por lei estadual e seu território foi anexado ao município de Mucuri como distrito. Até a divisão territorial de 1960 o distrito seguiu pertencendo a Mucuri. Nova Viçosa só voltaria e ter autonomia político-administrativa e territorial quando em 1962 o seu território foi oficialmente desmembrado de Mucuri e Caravelas, constituindo assim um novo município, com sede em Nova Viçosa, reunindo ainda dois outros distritos: Argôlo e Helvécia (IBGE. *Nova Viçosa: História e fotos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-vicosa/historico>>).

dos muitos “botocudos” que habitavam o sertão e por ali circulavam. Assim como a Vila de Prado, Porto Alegre foi formada do agrupamento de viajantes que para se deslocaram em razão da formação do arraial, degredados e índios amistosos dispersos, encontrados entre Porto Seguro e Caravelas, e dirigidos até à nova vila (CANCELA, 2012, p. 197)¹³¹. Um século mais tarde começaria a ser instalada no município os trilhos da EFBM. A partir do final da década de 1880 se acelerou o povoamento de Mucuri, gerando um razoável desenvolvimento local, sobretudo no distrito de Aimorés, que recebeu uma das estações da nova ferrovia. Fruto ainda da atratividade gerada pelo funcionamento da EFBM estabeleceu-se na região a lavoura do cacau, obtendo algum sucesso inicial.

No contexto das transformações políticas, econômicas, sociais e territoriais iniciadas desde os primeiros anos do primeiro governo Vargas, o município emancipa-se em 1931, deixando de se chamar Pôrto Alegre para retoma o seu pioneiro nome, de origem indígena, Mucuri, em homenagem ao rio principal da bacia hidrográfica que banha a região. Na oportunidade o município passou a incorporar ainda o território do então extinto município de Viçosa e o distrito da Colônia Leopoldina¹³². Depois, em 1933, o território municipal foi dividido em quatro distritos: Mucuri (sede), Viçosa, Riacho Doce e Colônia Leopoldina. Na divisão administrativa seguinte, que vigeu de 1939 a 1943, o distrito da Colônia Leopoldina voltou a se chamar Helvécia, e reaparece o distrito de Aimorés. Na divisão de 1944-48 ocorreu uma nova configuração administrativa dos distritos municipais, e Mucuri passa a apresentar a seguinte composição: Mucuri, Helvécia, Ibiranhém (ex-Aimorés), Marobá (ex-Viçosa) e Riacho Doce. Por fim, na divisão de 1954-1958 o município ficaria assim definido: Argôlo, Helvécia, Ibiranhém, Nova Viçosa (ex-Marobá), Taquarinha e Mucuri (distrito-sede)¹³³.

O território de Mucuri fazia divisa com os estados de Minas Gerais (Oeste) e Espírito Santo (sul) (Figura 18)¹³⁴. Limitava-se com os municípios de Caravelas, Conceição da Barra, no Espírito Santo, e a cidade mineira de Nanuque. Assim como os demais municípios baianos do extremo sul a sede administrativa de Mucuri estava situada na costa atlântica. A cidade de Mucuri distava de Salvador 567 quilômetros. O território municipal possuía área total de 3.328 km².

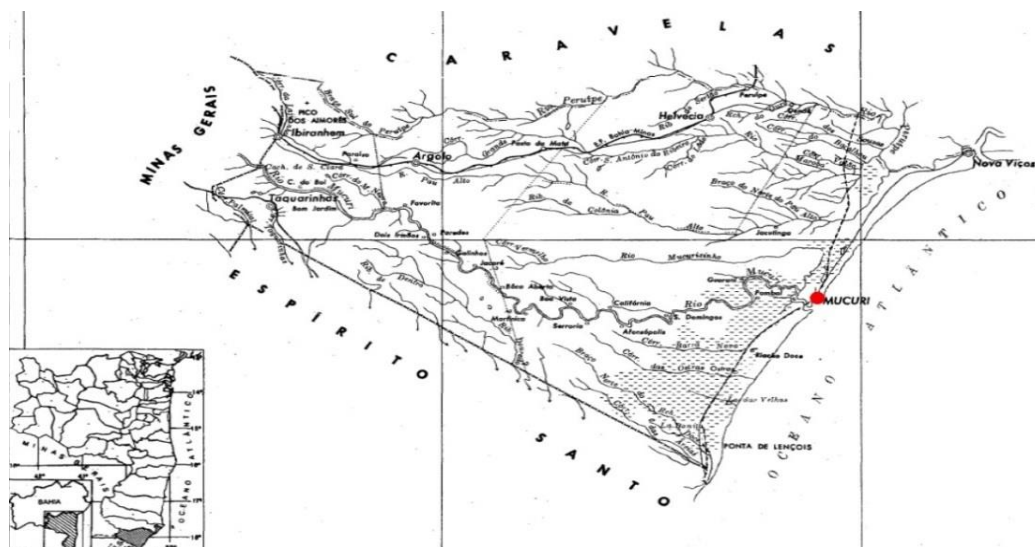
¹³¹ De acordo as ambições do novo projeto de colonização da administração pombalina a ocupação e controle da bacia do Mucuri se fazia fundamental para a administração colonial, ligando-a à ocupação da bacia do rio Doce, ainda mais ao sul da então Capitania de Porto Seguro.

¹³² A reorganização administrativa e territorial do município de Mucuri e a extinção do município de Viçosa foram estabelecidas pelo Decreto estadual 7.191, de 13 de janeiro de 1931 (IBGE, 1958b, p.56).

¹³³ Lei estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1953 (BRASIL, 1958b, p.56).

¹³⁴ O atual município capixaba de São Mateus foi outrora território pertencente à Capitania de Porto Seguro.

Figura 18 – Município de Mucuri (1950)



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958c, v. VI, p. 101.

Situado ao nível do mar, Mucuri inseria-se na área típica de clima temperado da costa baiana, quente no verão e sujeito a chuvas no inverno. A temperatura média ficou em torno de 22°C (registro de 1956). A topografia costeira era plana e regular, com solos arenosos. Na direção do interior surgiam as primeiras elevações, com destaque para a serra dos Topázios, no limite com o Espírito Santo, e a serra dos Aimorés, na fronteira sul como o estado de Minas Gerais. Todavia, em nenhum ponto a altitude ultrapassa os 300 metros. O território de Mucuri era constituído basicamente de extensa planície com vegetação relativamente variada. Em 1950 as florestas úmidas da bacia do rio Mucuri estavam entre as mais bem preservadas do extremo sul (CERIS, 1966, p.106). A restinga era encontrada em boa parte do território.

O mais importante rio a percorrer o município é o Mucuri. Nascido em Minas Gerais, na Serra do Chifre, o rio atravessava terras muito férteis, chegando a ser navegável no território baiano. Em torno do vale do Mucuri constitui-se uma importante bacia hidrográfica, que no passado foi uma das primeiras regiões naturais a ser vasculhada pelos colonizadores em busca de ouro e pedras preciosas. Além do Mucuri, corriam também os rios Mucurizinho, Pau Alto e Peruípe, com seus afluentes, lagoas e pequenos córregos (IBGE, 1958b, p. 56-7). Das riquezas naturais que a região dispunha certamente a mais abundante eram as árvores nativas. Nas florestas do município podia-se encontrar “quase tôdas as qualidades de madeira de lei, distinguindo-se, porém, as seguintes: peroba-do-campo, cedro e vinhático” (IBGE, 1958b, p.57). Com boa rede hidrográfica, os recursos piscosos eram naturalmente abundantes. A pesca era central para a economia local. Outro recurso encontrado em grande quantidade na região foi a areia monazítica, comum ao longo do mar e nos rios da bacia do Mucuri.

Quanto ao tamanho de sua população, Mucuri ultrapassou os 10 mil habitantes em por volta de 1950 (IBGE, 1955; 1958b). Os homens eram em maior número, com 5.247 indivíduos recenseados, enquanto as mulheres somavam 5.071. Projeções do IBGE indicaram que a população se elevaria para algo entre 12 e 13 mil habitantes no ano de 1957. No interior da população 4.613 pessoas foram declaradas pretos, 4.072 pardos e 1.622 brancos. Mucuri apresentava uma população rural da ordem de 86%. O centro urbano de Mucuri registrava apenas 402 habitantes, sendo, portanto, a segunda menor cidade do estado. Curiosamente, estimou-se que o povoado de Posto da Mata tivesse mais de 600 habitantes (1957), podendo ter, portanto, maior população do que a cidade sede. A PIA contava 7.256 habitantes, representando 70% de toda a população.

O Censo Demográfico revelou que 2.852 pessoas formavam a população economicamente ativa (PEA) nos ramos agropecuário e extrativista, ou seja, a PEA agrícola era 39,3% da PIP. Com 965 estabelecimentos agropecuários relacionados se estendendo por uma área de 104.798 hectares, a produção agrícola teve renda anual de 41 milhões de cruzeiros, segundo dados de 1955. A maior parcela desse montante decorreu da venda do cacau, seguindo da cana-de-açúcar e o coco. A pecuária não mostrava o mesmo vigor da agricultura, com exceção talvez da criação de suínos, com um rebanho de aproximadamente 25 mil cabeças de porcos. Em seguida vinham os rebanhos de gado bovino, com 8.000 cabeças, depois equinos (3.500) e muares (800).

A manufatura, por sua vez, gerou valor bem inferior, perto de sete milhões de cruzeiros em 1950. A farinha de mandioca foi o principal produto manufaturado de todo o Mucuri, seguida do beneficiamento de produtos oriundos da atividade extrativista. Tal qual nos outros municípios do extremo sul baiano, em Mucuri o extrativismo madeireiro e a pesca geravam as maiores receitas do segmento. Destaque pode ser dado ao comércio. Transacionando parte significativa de suas mercadorias com Caravelas, Salvador e Belo Horizonte, Mucuri tinha no cacau e nas “madeiras de lei” dois dos seus principais produtos comerciais. Parte destes chegava ao seu destino comercial através do porto de Mucuri. Na sede municipal foram registrados três estabelecimentos atacadistas e seis varejistas. De acordo com o censo de 1950 a receita comercial total para o ano de foi de 34,5 milhões de cruzeiros, em números oficiais abaixo apenas da produção agrícola (IBGE, 1956b).

Deve ser destacada a importância econômica da EFBM para a sub-região de Mucuri/Caravelas. Ao longo dos anos 1950 foram estabelecidas estações em Mucuri nos distritos de Helvécia, Argolo e Ibiranhém, além de pontos de parada em Posto da Mata e na

altura do “Km 87” da BR-418. A ferrovia dinamizou a circulação e produção de mercadorias, tanto diretamente, como naquelas áreas do município por onde a locomotiva estabeleceu paradas, quanto indiretamente, na medida em que estabeleceu pontos de distribuição de mercadorias capazes de atender a demanda de agentes econômicos, inclusive de localidades mais afastadas da ferrovia.

Apesar da EFBM, a infraestrutura de transporte de pessoas e mercadorias se mostrava bastante deficiente nos anos 1950. As operações de transporte da ferrovia passavam por dificuldades neste momento, com a crise de financiamento das estradas de ferro. Mucuri ligava-se a cidade de Caravelas por via rodoviária, até Nova Viçosa, seguindo daí por diante por meio fluvial; à Salvador ligava-se por via marítima e aérea, passando por Caravelas, além do acesso por rodovia federal (BR-5); da mesma forma se dava o acesso à capital federal. As viagens para as áreas meridionais mais longínquas eram ainda mais demoradas e penosas. Por outro lado, dentro do município as ligações locais poderiam ser dar por via exclusivamente rodoviária, como, por exemplo, para Nova Viçosa e Helvécia, ou de trem, como para se chegar aos distritos Ibiranhém e Argôlo. Para os destinos externos, como para o importante município mineiro de Carlos Chagas o penoso transcurso envolvia viagens por rodovia, ferrovia e estradas vicinais; para se atingir Conceição da Barra, no Espírito Santo, era preciso acessar uma rodovia e diferentes estradas vicinais; para seguir em direção da Barra de São Francisco, considerada nesta época uma “zona litigiosa”, a viagem incluía percorrer por rodovia e transporte fluvial. Em Mucuri, não sem razão, havia em 1950 um pequeno porto para embarcações à vela.

A infraestrutura de transporte e comunicação locais beneficiavam-se do comércio possibilitado pela ferrovia pois contava com uma agência postal-telegráfica, instalada na sede municipal, e cinco agências telegráficas em serviço, todas mantidas pela EFBM. Em meados da década de 1950 a pequena cidade de Mucuri tinha oficialmente apenas cinco logradouros públicos. Embora todos estes contassem com energia elétrica, somente em 52 edificações chegava energia elétrica.

Até meados dos anos 1950 não havia qualquer estrutura de saúde no município. A população de Mucuri em tudo que fosse relativo às questões médico-sanitárias e hospitalares dependia dos municípios vizinhos, seja os situados na Bahia, como Caravelas, ou os do norte do Espírito Santo. Na educação a situação local era apenas um pouco melhor. Dados do Recenseamento de 1950 revelaram que Mucuri contava com 23 unidades de ensino em funcionamento. Eram todas escolas do ensino primário fundamental comum, cinco delas estaduais e 18 municipais. Das 8.734 pessoas em idade escolar, 1.625 pessoas eram

consideradas alfabetizadas, ou seja, 19% do total. Dentre os alfabetizados, 1.006 pessoas eram do sexo masculino e apenas 619 do sexo feminino. Em 1956 foram matriculados 771 alunos em todas as escolas de Mucuri.

Como se viu acima, os municípios do extremo baiano encontravam-se em situação bastante parecida entre si no começo dos anos 1950. Em um contexto brasileiro e estadual de constantes reconfigurações territoriais podia-se ainda observar em todos as municipalidades a concentração de pessoas e recursos na faixa litorânea e em áreas próximas a esta. De outra parte, as populações estavam em expansão em todo o extremo sul. Em termos econômicos regionais nenhum município destoava dos demais, e todos eram, basicamente, economias agrícolas tradicionais, dependentes quase completamente da agricultura, do extrativismo nativo predatório, da pecuária e do pequeno comércio. Embora houvesse muitas pequenas propriedades, a terra, e sobretudo a renda, estavam concentradas nas mãos de poucos fazendeiros. A produtividade do trabalho rural era bastante baixa. A cacauicultura não conseguia avançar com vigor, enquanto outras atividades econômicas pareciam despontar, notadamente a extração madeireira e a pecuária extensiva. Os serviços oferecidos, estatais e privados, eram poucos e o acesso das pessoas a eles era bastante limitado. Não havia indústria regional, e as pequenas manufaturas locais eram basicamente as mesmas do período anterior, com um ligeiro aumento na produção tradicional de alimentos e bebidas, como farinha de mandioca, rapadura, aguardente, piaçava e congêneres, em resposta a uma população em crescimento. A produção local em geral era vendida em pequenos estabelecimentos, trocadas em feiras ou distribuídas nas cidades circunvizinhas, e apenas uma pequena parcela era enviada a centros urbanos maiores. Destes núcleos urbanos, a maioria sediados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais, provinham boa parte das mercadorias que atendiam à demanda básicas das populações locais, principalmente os poucos artigos industrializados.

Porém, os setores mais claudicantes eram a infraestrutura de estradas e transportes e os serviços públicos de educação e saúde. A região ainda não havia sido palco da integração rodoviária exigida para a realização do desenvolvimento regional, condição do desenvolvimento nacional segundo a ótica da política econômica desenvolvimentista brasileira vigente no período.

CAPÍTULO 4 – A FORMAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA (1945-1960)

Zonas Fisiográficas e Integração Econômica

Por muito tempo no Brasil o problema da delimitação dos territórios coloniais deveu-se ao progresso real dos movimentos de ocupação em direção ao espaço natural escolhido para se estabelecer as primeiras povoações e aldeias¹³⁵. Nesse sentido, o ambiente natural teve forte influência na escolha dos terrenos pelos colonizadores europeus. Estes sabiam se tratar de áreas que não lhes pertenciam originalmente, pois nelas viviam antes outros povos, mas sobre as quais se assenhoravam dos territórios alvo de sua expansão. Era imprescindível, todavia, instalar-se em lugares dotados de condições ambientais favoráveis à organização da vida, portanto sem maiores transtornos, o que nem sempre foi possível.

Não demoraria muito e os diversos povos nativos iniciaram obstinada resistência à invasão e tomada de seus territórios. Os ataques indígenas às “ocupações brancas” se estenderam na Bahia até o século XIX. Foi corriqueiro a observadores *in loco* e estudiosos do povoamento colonial e imperial tratar as investidas dos povos nativos contra os colonos portugueses como atos incidentais ao processo de colonização, quando muito como reações desesperadas dos povos à perda de seus territórios. As narrativas históricas da invasão, conquista e colonização europeias ao longo do tempo acompanharam a percepção que delas tinham os conquistadores. Essa “leitura” persistiu por longo tempo. A historiografia tratou o território ocupado por povos que os colonizadores em geral não se preocupavam em tratar como iguais como “descoberta”. Assim que desembarcaram no território que desconheciam os portugueses entraram em contatos com os nativos. Eram muitos e diferentes os povos daquele imenso lugar, como logo descobriria não apenas os portugueses, mas outros povos europeus. Os europeus denominaram genericamente de “índios” os autóctones com os quais fizeram os primeiros contatos e, partir de então, todos os outros grupos que iam sendo conhecidos, e em seguida de “América” o território com o qual tiveram real conhecimento e fizeram contato conhecimento àquela altura. Tratava-se de nomenclaturas etnocêntricas, genéricas e imprecisas, bem ao gosto da cultura europeia. Todavia, os incontáveis “povos da América” estavam conscientes de suas divisões étnicas, reconheciam-se por suas particularidades e diferenciavam-

¹³⁵ Como espaço natural, o território no qual se constituirá o extremo sul da Bahia antecede em milhões de anos qualquer presença humana. Como espaço humano (que não deixa de ser também natural) precedeu em milhares de anos a chegada dos portugueses. Foi lugar de vivência milenar de incontáveis povos primevos, que por aqui se desenvolveram de muitos modos. Mas como região geográfica e, especificamente, como zona fisiográfica, o extremo sul data de meados do século XX.

se de outros grupos. Muitos destes povos estavam em conflito entre si, com diferentes graus de adversidade, assim como se relacionavam entre si de outros modos. Os povos originários do continente que o Ocidente denominou América em homenagem ao navegador italiano a serviço dos Reinos espanhóis e de Portugal Américo Vespúcio, compunham-se de “diferentes grupos etno-lingüísticos [...] tais como os Tamoios, Tupiniquim, Aimoré, Goitacaz, etc.”¹³⁶.

Para se estabelecer, os colonizadores foram em busca de terrenos para ocupar, colonizar e organizar suas povoações. A conquista do espaço, da biota, portanto a afirmação territorial de um povo contra outros e sobre a natureza, tornou-se condição à organização social, econômica, cultural e política da vida em comunidade, assim como a conquista da “nova terra” fora o desdobramento do desenvolvimento socioeconômico e político-cultural dos povos colonizadores do “velho mundo”. Não raro, os primeiros núcleos de povoamento europeus na América se estabeleceram no interior de bacias hidrográficas, portanto próximos a rios, afluentes, etc. Merecida atenção dos colonizadores recebeu também outros fatores ambientais, como clima, solo e relevo.

A colonização portuguesa da América legou muitas heranças, entre estas um certo tipo de formação espacial. À medida que se venciam a luta contra a resistência nativa mais feroz, não sem a ajuda do Estado monárquico, os territórios foram sendo colonizados e organizados em suas dimensões social, econômica, política, cultural e ambiental¹³⁷. Essa atribulada experiência histórica de colonização acabou por ser reconhecida, séculos depois, nos procedimentos científicos de delimitação territorial, pautados basicamente por critérios fisiográficos, ainda em

¹³⁶ Biblioteca Nacional Digital. *Povos indígenas no Brasil* (Maria Regina Celestino de Almeida). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/povos-indigenas-no-brasil/>>.

Até bem pouco tempo a historiografia incluía os povos indígenas na história do Brasil de modo parcial: “Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, *grosso modo*, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos” (ALMEIDA, 2017, p. 18-19). Não podendo ser omitidos, pois sem sua presença não haveria qualquer sentido de compreensão histórica, os povos originários do que veio a ser para o Ocidente a América foram percebidos como elemento acessório da narrativa da colonização, ora como seres bestiais, ora como criaturas dignas de piedade e carentes da cultura cristã. Estes muitos povos não apareciam como agentes a serem compreendidos por si mesmos, ou então como protagonistas capazes de modificar o sentido da compreensão histórica do que se contava, mas quase sempre eram tratados como óbices ao desenvolvimento da civilização ocidental que, a certa altura, se procurou erigir nos trópicos americanos. É verdade que ao longo de quase todo o século XX esta imagem parcial da presença indígena na formação nacional foi questionada por pesquisadores críticos, de que são prova as obras de Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, dentre outros. Mas por volta da década de 1990 alguns pesquisadores ainda estavam insatisfeitos com os limites interpretativos da presença indígena na historiografia (ALMEIDA, 2017). Atentos aos debates em torno das Ciências Sociais em curso no mundo, e atuantes no Brasil, estes pesquisadores seguiram na crítica da visão reducionista dos povos originários para a compreensão da história brasileira, procurando afirmar a real dimensão histórica destes seres humanos e suas organizações sociais. A diversidade e o protagonismo dos povos originários foram reforçados como traços centrais para a compreensão histórica das sociedades americanas. Um estudo sobre os povos indígenas do extremo sul da Bahia à luz desta perspectiva histórica encontramos em Cancela (2012).

¹³⁷ Essa vitória da colonização portuguesa está na base da visão acessória dos povos indígenas para a formação do povo brasileiro.

voga entre especialistas brasileiros nas décadas de 1940 e 1950. Na renovação do pensamento geográfico brasileiro dos anos 1940 a noção de zona fisiográfica foi aceita, apesar das críticas de que se limitava a expressar fundamentalmente fatores do meio ambiente natural (MAGNANO, 1995). De certa forma, o conceito de zona fisiográfica conseguia ainda exprimir a forma como, em geral, se deu na origem a formação os territórios coloniais no Brasil, quase sempre condicionados por “fatores da natureza”, como a proximidade a um rio e/ou uma formação geológica de barra na desembocadura de um rio (estuário), a função estratégica da topografia, a percepção da paisagem, etc. Mas haveria também uma atualização metodológica, pautada na compreensão de que o desenvolvimento das regiões estabelecidas ao longo da história da colonização não poderiam mais ser definidas basicamente com base e critérios físicos. Foi desta forma que o *stablishment* geográfico e os serviços estatísticos do Estado renovaram em meados do século XX a dimensão espaço-temporal para a compreensão dos territórios nacionais, afirmando crescentemente a centralidade dos interesses econômicos na definição da política regional. Não que estes não fossem levados em consideração antes, mas agora eles passavam para o primeiro plano da política territorial do país. Ademais, estes fatores econômicos eram cada vez mais assumidos como dependentes do avanço da industrialização.

Após a “Revolução de 1930” novos impulsos à organização administrativa e territorial do Brasil tomaram forma política, no encaixe dos objetivos de reorganização institucional e integração nacional, o que levou, entre outros caminhos, à adoção de metodologias científicas consideradas avançadas para a época. O início de uma nova “era de modernização” no Brasil foi também de retomada, e atualização, da “questão regional”. A criação do IBGE integra a estratégia nacional-desenvolvimentista da presidência de Getúlio Vargas de fundar ou aprimorar as instituições de Estado, visando melhor conhecimento do país para orientar a política planejamento em novas bases¹³⁸. O objetivo maior era promover o desenvolvimento econômico por meio da industrialização nacional (PORTUGAL, SILVA, 2020, p. 35). Juntamente com o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938, o IBGE foi parte do esforço de qualificação da informação estatística e aperfeiçoamento do corpo técnico de servidores públicos por meio de inovações nos procedimentos científicos de

¹³⁸ Antes da criação do IBGE em 1938, o órgão responsável pelo desenvolvimento estatístico do Brasil era o Instituto Nacional de Estatística (INE), criado em 06 de julho de 1934 (cf. Decreto nº 24.609). Mas somente em 1936 foi regulada, celebrada, aprovada e ratificada a Convenção Nacional de Estatística, que definia as “bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessárias à integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística” (INE. *Convenção Nacional de Estatística*. MTIC: Rio de Janeiro, 1936). Com a Convenção Estatística o Estado brasileiro buscava atender às necessidades políticas de coordenação e uniformização da estatística nacional, bem como estabelecer uma divisão equilibrada do trabalho administrativo neste setor entre os entes federativos.

investigação estatística e do aprimoramento de tecnologias de gestão do Estado. Novas maneiras de perceber o espaço foram sendo postas em prática. Em 1942 o país aprovou o seu “primeiro modelo oficial” de organização territorial, a *Divisão Regional de 1942*, mas tarde completada com a inclusão de dispositivos territoriais nas cartas constitucionais de 1943 e 1946 (MAGNAGO, 1995).

No contexto da centralização do poder e dos anseios políticos por integração nacional dos anos 1930 a Divisão de 1942 definiu as “Grandes Regiões” e as “Zonas Fisiográficas” da política territorial brasileira. A divisão forjou o modelo regional que faria convergir a historicidade dos processos de ocupação da terra no Brasil e a geografia administrativa oficial. A mescla da influência europeia das escolas geográficas do “Determinismo Ambiental” e do “Possibilismo” na Geografia brasileira resultou na centralidade dos fatores naturais para a definição das grandes regiões do país, ao mesmo tempo em que se defendeu a adoção de critérios socioeconômicos como necessários à delimitação e compreensão das regiões de menor extensão territorial, como as zonas fisiográficas. À observação das paisagens naturais comuns – apenas começava a se falar em “regiões homogêneas” – que animavam os debates em torno da “geografia física” na conjuntura do desenvolvimento nacional se somaram outros aspectos, mais dinâmicos, do desenvolvimento socioeconômico. As zonas fisiográficas acabaram por assumir uma existência ambígua, pois ao mesmo tempo em que apareciam como herança da preponderância do meio físico na delimitação das regiões, portanto caracterizados pela estabilidade espacial, por outro lado eram tratadas no âmbito da política de regionalização do país e da ciência geográfica brasileira como espaços dinâmicos, abertos às alterações em suas fronteiras. O Recenseamento Geral de 1950 e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros são alguns dos primeiros resultados oficiais da nova política espacial brasileira.

O Brasil não ficou de fora dos movimentos mundiais do pós-guerra, ao contrário. Os caminhos econômicos e geopolíticos iniciados ainda durante a parte final da Segunda Guerra Mundial levaram a remodelagem do sistema institucional mundial e a reorganização da divisão internacional do trabalho. A reconstrução das economias nacionais arrasadas pela guerra, o afluxo de capitais para financiar países e empresas, os esforços de integração econômica mundial no interior do “bloco capitalista”, os investimentos em ciência e tecnologia, tudo isso levou às políticas de estímulo ao desenvolvimento. Os desenvolvimentistas acreditavam que os “países subdesenvolvidos” poderiam aprender as lições que as experiências históricas dos países capitalistas “desenvolvidos” tinham a lhes ensinar. O ambiente de reconstrução econômica e otimismo mundial geraram boas condições para a retomada econômica. A partir

de 1945 o capitalismo mundial iniciou uma fase de reestruturação e reformas que duraria até por volta de 1975 (HOBABAWM, 1997). Os massivos investimentos em indústria, ciência e tecnologia, a forte expansão do crédito e as intervenções mais amplas do Estado na economia desenvolveram as forças produtivas. A pesquisa científica passava a ser incorporada no sistema de produção de mercadorias com uma força até então inédita na história. A concorrência no mercado mundial se encarregava de disseminar os novos processos, meios e fatores de produção, e a economia política do desenvolvimento fez acreditar ser possível a equalização econômica gradual entre as nações integradas no interior daquela “globalização”. Teve início a fase do *Development economics*, como ficou conhecido no original em inglês, ou a era da “economia do desenvolvimento”, teoricamente aberta a todos as nações do globo.

No Brasil os anos 1950 podem ser observados como uma corrida para o desenvolvimento, preferencialmente urbano-industrial, e de avanços em direção à democracia política. A partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) o desenvolvimentismo brasileiro avançou como “nacional-desenvolvimentismo” (FONSECA, SALOMÃO, 2019). A expansão econômica e o incremento científico agitaram a política nos países e serviu de estímulo para a renovação de ideias. A integração territorial era um dos desafios postos ao progresso econômico e social do país. Sem a real dimensão do potencial natural e econômico das regiões brasileiras, necessária aos projetos de integração espacial do país, acreditava-se que o desenvolvimento nacional não poderia se sustentar, podendo ocorrer até mesmo o agravamento de conflitos regionais existentes, caso soluções políticas e econômicas não fossem tomadas. Em meio a esta atmosfera carregada de estímulos, desafios e possibilidades, mas também de obstáculos, surgiram novos conceitos para a reorganização espacial. Com o avanço dos estudos regionais desde o final dos anos 1940, a região passou a ser politicamente pensada cada vez mais como “espaço econômico”. O importante geógrafo Jorge Zarur definiu região como a “combinação de fatores ambientais e demográficos que criam uma estrutura econômica e social homogênea” (ZARUR, 1946 apud MAGNAGO, 1995). O início da mudança de percepção, no entanto, está na ênfase que o autor dá ao dinamismo socioeconômico como fator principal para a definição regional (“microrregiões”). A região passa a ser tratada, essencialmente, como um espaço dinâmico que se conforma em torno de aspectos naturais, sociais e econômicos. Mas essa mudança de perspectiva só será plenamente acatada anos mais tarde, já na década de 1960.

A acentuação da dimensão socioeconômica das regiões nos debates dos anos 1940 será captada nos censos de 1950 e 1960 do IBGE¹³⁹. Outra vez mais, os debates acadêmicos e os órgãos de pesquisa do Estado procuraram acompanhar as ebulições no interior da sociedade para formular a política de divisão regional do país. Se uma nova divisão regional do Brasil representou, por um lado, maior densidade e atualização dos conhecimentos objetivos relativos ao território nacional num dado momento, por outro lado, ela também implicou no relacionamento da evolução destes conhecimentos com a evolução teórica do conceito de região (GEISER, 1967 apud IBGE, 2017). Com isso as regiões internas às UF foram reconfiguradas no Brasil.

A divisão regional segundo zonas fisiográficas foi fixada pela primeira vez em 1945, durante a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia (BRASIL, 1955, p. IX)¹⁴⁰. A divisão proposta pelo departamento de Geografia do IBGE teve “por base principal os aspectos naturais e a posição geográfica, mas também considerando os aspectos socioeconômicos” (LIMA, 2002). Para o Recenseamento Geral de 1950 o conceito de região fisiográfica foi adotado para orientar a política nacional de reorganização regional. Ainda assim, os componentes naturais foram considerados fundamentais na definição regional, pois à época a concepção teórica dominante no país ainda era a da estabilidade geográfica dos territórios. Para a classificação das “grandes regiões”, por exemplo, os fatores ambientais eram tidos como determinantes centrais.

As regiões internas ao estado Bahia foram reconfiguradas, da mesma forma como ocorreu com as demais UFs. De acordo com o Censo Demográfico de 1950 “havia no estado da Bahia 150 municípios, 552 distritos, 150 cidades e 402 vilas”, distribuídos entre 15 “zonas fisiográficas” (IBGE, 1955, p. IX). No que se refere especificamente ao antigo sul do estado houve mudanças. A área territorial que antes compreendia o sudeste litorâneo e toda a ponta sul do estado foi dividida em duas regiões fisiográficas distintas: “Zona Cacaueira” e “Zona Extremo Sul”¹⁴¹.

¹³⁹ Mas o conceito de “zonas fisiográfica” só será abandonado no Recenseamento Geral de 1970. Em seu lugar foi adotado o conceito de “microrregião homogênea”, fazendo eco às discussões dos anos 1940 de geógrafos como Jorge Zarur e Pedro Geiser (MAGNAGO, 1995).

¹⁴⁰ Cf. *Resolução 143*, publicada em 13 de julho de 1945. O modelo de zonas fisiográficas foi depois revisado no início dos anos 1960, mantendo, todavia, a nomenclatura anterior. Visou atender às novas exigências de planejamento e integração do mercado nacional, retomadas fortemente durante o governo JK (IBGE, 2017).

¹⁴¹ Faziam parte da Zona Cacaueira Belmonte, Cairu, Camamu, Canavieiras, Ilhéus, Ipiáú, Itabuna, Itacaré, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá, Ubaitaba, Una e Valença. Enquanto a Zona Extremo Sul era composta pelos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Pôrto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália (IBGE, 1955).

Quanto ao traçado das fronteiras intrarregionais, até 1950 houve poucas alterações em relação à situação territorial da região desde o final do século XIX (IBGE, 1958a; BAHIA, 2008). O registro administrativo de 1889, por exemplo, listava nove municípios compondo o território (SEI, 2005, p.30). Cinquenta anos mais tarde estes haviam sido reduzidos a seis, embora a região mantivesse a mesma área de antes. Trancoso e Vila Verde, outrora aldeias indígenas, que se tornaram vilas no século XVIII após a expulsão dos jesuítas do Brasil, foram incorporadas, no início da República, a Porto Seguro. E as vilas imperiais de São José do Porto Alegre e Viçosa unificaram-se, formando o município de Mucuri, definindo, assim, os limites entre os estados da Bahia e do Espírito Santo. Essa redução do número de municípios ao longo de meio século pode indicar baixo dinamismo socioeconômico da região até por volta de 1940. Em meados do século XX, o espaço sobre o qual se instalou o extremo sul apresentava quietação territorial e administrativa.

Com o seu território situado entre os vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri, a Zona do Extremo Sul da Bahia foi delimitada, ao norte, na fronteira entre os municípios baianos de Belmonte e Santa Cruz Cabrália. Belmonte se manteve como município da Zona Cacaueira, enquanto Santa Cruz Cabrália tornava-se a “porta de entrada”, ao norte, da Zona Extremo Sul (IBGE, 1955). Como visto no capítulo anterior, além de Santa Cruz Cabrália, integravam a região os municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Porto Seguro e Prado. Os limites do município de Mucuri definiam não apenas a fronteira sul da região, como também a divisa da Bahia com o estado do Espírito Santo. Todos os municípios do extremo sul tinham cidades sedes situadas no litoral atlântico, e à exceção de Santa Cruz Cabrália, todos os demais mantinham fronteira com Minas Gerais. Os territórios dos municípios do extremo sul até 1950 formavam longas faixas no sentido leste-oeste.

O Extremo Sul da Bahia em 1950: População, Economia e Infraestrutura

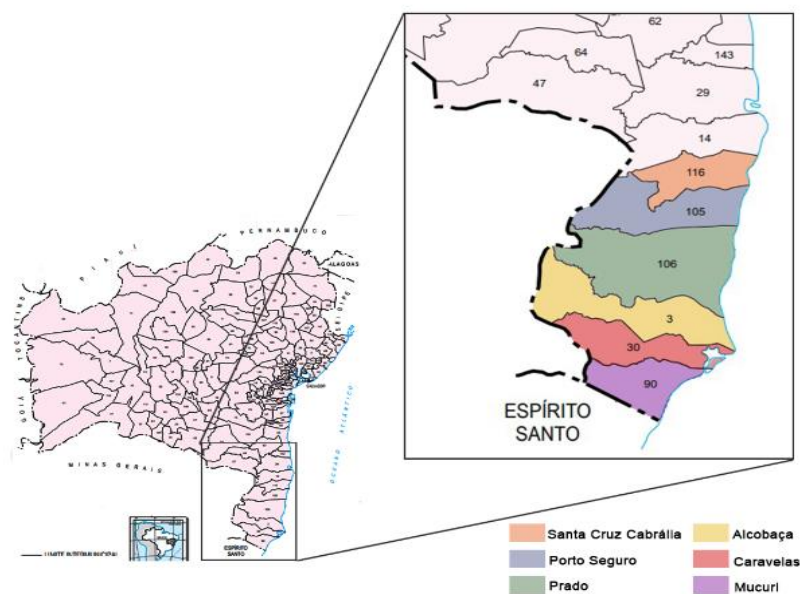
O estado da Bahia possuía em meados do século XX área total de aproximadamente 560.000 km², segundo cálculos à época¹⁴². Os seis municípios que compunham a Zona Extremo Sul ocupavam juntos uma área de 27.546 km² (Figura 19). Estes municípios contavam com uma população presente de 130.038 habitantes em 1950, enquanto na Bahia viviam 4.834.575

¹⁴² O cálculo da área total da Bahia pode variar a depender da fonte e do período. Na Enciclopédia dos Municípios a Bahia aparece com 563.762 km² (IBGE, 1958a; 1958b). Já o Censo Demográfico de 1960 calculou a área total do estado em 559.921 km², sendo o tamanho da área territorial do extremo sul a mesma de 1950. Atualmente a área territorial do estado da Bahia é calcula pelo IBGE em pouco mais de 564.760 km² (Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>>).

pessoas (BRASIL, 1955, p.01). O extremo sul neste período se estendia por 4,9% do território baiano, mas possuía apenas 2,7% da população do estado.

O extremo sul apresentava a segunda menor população entre as zonas fisiográficas da Bahia, sendo mais populosa apenas que o Médio São Francisco¹⁴³. Em termos do tamanho populacional e extremo sul era comparável também com o Planalto Ocidental da Bahia, que detinha a terceira menor população regional do estado (179.347 habitantes)¹⁴⁴. Estas três regiões, todavia, possuíam áreas territoriais de tamanhos muito distintos. Enquanto o Médio São Francisco era em extensão mais do que o dobro do Extremo Sul, com 63.937 km², o Planalto Ocidental possuía mais de uma vez e meia o tamanho do Médio São Francisco.

Figura 19 – Zona Fisiográfica do Extremo Sul da Bahia (1940-1959)



Fonte: BAHIA. *Anuário Estatístico da Bahia*. SEI: Salvador, 2014, p. 41. (Adaptado pelo autor).

Apesar das diferenças de tamanho territorial eram áreas relativamente extensas para os padrões baianos da época. O extremo sul baiano, por exemplo, era dividido em poucos municípios e se caracterizava pela ocupação humana rarefeita, cujas as populações se dedicavam, em larga medida ao autoconsumo (KOOPMANS, 2005)¹⁴⁵. Cada uma destas

¹⁴³ Municípios do Médio São Francisco: Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhonha, Paratinga e Xique-Xique.

¹⁴⁴ A zona do Planalto Ocidental era formada pelos municípios de Angelical, Barreiras, Correntina, Cotegipe, Ibipetuba, Santa Maria da Vitória e Santana.

¹⁴⁵ A dimensão marcadamente regional das trocas econômicas, com populações esparsamente distribuídas, entremeadas de “espaços vazios”, com grande contingente de pessoas dedicadas às atividades agrícolas de subsistência, não era uma situação específica do extremo sul da Bahia, sendo antes uma ocorrência comum a todos os estados da federação na maior parte de suas regiões internas (CASTRO, 1969). Países dependentes, de economia

regiões, à sua maneira, poderia ser considerada próxima dos “vazios humanos”, ao menos fora das suas respectivas faixas de maior concentração populacional, nos distritos-sede e adjacências. O Médio São Francisco, pertencente ao semiárido baiano, tinha grande parte de suas terras incluída no “polígono da seca” da política federal. Isso torna compreensível a baixa ocupação desta região no período, dado que não havia desenvolvimento técnico aplicado à região que pudesse compensar as deficiências de se produzir e reproduzir a vida material com clima e solo desfavoráveis. Isso não é razão suficiente, com sabemos, para que as populações não cresçam a taxas razoáveis, mas apresenta dificuldades evidentes que obstaculizam sua expansão.

O Planalto Ocidental, localizado entre o centro-oeste e o “distante” extremo-oeste baiano, era por essa época região de baixíssimo crescimento vegetativo, para onde não acorriam ainda fluxos migratórios de qualquer natureza. Situação diferente encontrava-se no Extremo Sul da metade do século passado. Território de antiga colonização branca, nascido imediatamente do processo colonizador pioneiro do litoral, com disposição de grandes reservas de recursos naturais ainda praticamente inexplorados, com chuvas abundantes e regulares. Enquanto a faixa litorânea foi desde o início do século XVI alvo de fluxos imigratórios, o interior permanecia esparsamente ocupado em meados do século XX, apesar das movimentações anteriores, notadamente com o reordenamento territorial da Capitania de Porto Seguro na segunda metade do século XVIII, e da penetração dos “sertões” para desenvolver a agricultura e o comércio (CANCELA, 2012). Na primeira metade dos anos 1950 o extremo sul da Bahia, em termos socioeconômicos, era ainda basicamente aquilo que produzia, distribuía e adquiria o seu litoral. As povoações do interior dependiam fortemente da costa.

Até as três primeiras décadas do século XX a área que posteriormente corresponderá ao extremo sul detinha 11 distritos (incluindo os distritos-sede). Ao final da década de 1950, mais precisamente até 1958, o número havia triplicado, passando a existir 32 distritos, embora o número de municípios tenha se mantido o mesmo. Este nos parece ser um claro sinal de crescimento populacional, acompanhado de uma expansão dos distritos mais urbanizados, ainda que estes fossem modestos. A expansão social dos distritos interioranos levaria a mudanças administrativo-territoriais no interior dos municípios da região, no sentido de buscar a sua autonomia política.

primário-exportadoras, como o Brasil, mantinham a maior parte de suas regiões internas nesta condição em meados do século XX. Mesmo a proximidade a centros econômicos dinâmicos do país não era garantia de um desenvolvimento muito diferente desta condição predominante de autoconsumo.

O Censo Demográfico de 1940 registrou para todo o extremo sul uma população total de 83.793 residentes. Uma década depois esta mesma região havia superado os 130 mil habitantes, ou seja, um crescimento de 55%. Em 1950 os homens eram mais da metade da população (51,3%). Em toda a região, havia 3.294 homens a mais do que mulheres, ou 2,5% do total da população do extremo sul àquela altura. Em cada um dos municípios a população masculina era maior do que a feminina. Embora continuasse a expressar a presença em maior número de homens na região, situação que vinha de longa data, este percentual apresentou um leve movimento em direção à equalização sexual. Na passagem da primeira para a segunda metade do século XX o extremo sul começava a apresentar uma composição populacional mais equilibrada entre os sexos.

O Censo Demográfico de 1950 tratou da composição racial da sociedade brasileira. O conceito censitário adotado então definiu quatro grupos de classificação racial para a população brasileira: “brancos, pretos, amarelos e pardos” (IBGE, 1955, p. XIV). O censo não caracterizou o indivíduo de cor “parda”, apenas o nomeou genericamente. Como a declaração da cor era pessoal, no grupo dos “pardos” os recenseadores foram instruídos a incluírem todas as pessoas que se declarassem “mulatos”, “caboclos”, “cafusos”, etc., além dos indígenas. Os indivíduos identificados como indígenas parecia aos olhos dos observadores do período uma minoria em franco desaparecimento no interior das populações locais em crescimento. Mas é preciso levar em conta o longo processo de tentativas de dizimação dos diferentes povos indígenas e apagamento de sua igualmente variada cultura.

Não é absurdo pensar nas limitações do critério classificatório adotado e da autodeclaração de indivíduos de cor “parda” pelo IBGE considerando o contexto da época. O modelo de autodeclaração do sistema nacional de pesquisas estatísticas poderia levar, no contexto então vigente, a distorções, tanto mais profundas quando mais uma época deixava de dotar de legitimidade e reconhecimento social o direito à livre escolha da cor de pele pelos indivíduos. Nos anos 1950 o racismo estava presente nas concepções que fundamentavam os pressupostos dos órgãos de Estado. Em meados do século XX a tese eugenista do “branqueamento da nação” ainda gozava de prestígio no Brasil, inclusive no meio institucional. No interior mesmo dos órgãos de pesquisa oficiais manifestavam-se concepções ainda lamuriasas, como podemos ler no Prefácio da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, escrito pelo então presidente do IBGE, Jurandyr Pires. A esse respeito Pires anotou:

Os cultos indo-africanos, seus costumes e suas festas, ficaram um pouco na índole e no sentimento do povo baiano. O ‘candomblé’ e os próprios fetichismos, envolvendo o culto cristão, como a ‘Medida do Senhor do Bonfim’, a lavagem de suas escadarias

e tantas outras vieram dar à fisionomia do povo baiano êsse espírito fantasioso e essas superstições e lendas que o moldam, no encanto poético que o caracteriza” (IBGE, 1958a, p. 10).

Nos anos 1950 declarar-se “preto” certamente era uma atitude de autoconsciência que uma parte considerável da população negra não estava confortável em fazer, por razões diversas. Por certo, entre os pardos incluía-se parte dos pretos da população, e entre os autodeclarados brancos possivelmente havia pardos. E com mais certeza foram os índios e descendentes indígenas abstraídos completamente pelo método de classificação, pois os recenseadores foram instruídos a colocar os índios entre os pardos. Para os índios não assimilados, aqueles grupos que ainda insistiam em viver como “selvagens”, a técnica censitária do período sequer os procurava alcançar¹⁴⁶.

A impossibilidade oficial de visualizar os indígenas e seus descendentes no interior das populações locais não se explica apenas pela limitação dos métodos censitários empregados e pelas concepções ideológicas adotadas pelo IBGE em meados do século passado, mas sobretudo pelo histórico de violências, descaracterização da cultura e miscigenação étnica destes povos. Apenas para fazer uma avaliação sumária da situação na qual se encontravam os índios do extremo sul da Bahia, é preciso lembrar que desde o primeiro momento os povos indígenas sofreram o ataque do colonizar branco. Em meados do século XVI já era comum na Capitania de Porto Seguro a realização de “entradas” no interior do território, em busca de metais preciosos e captura de índios (PARAISO, 2009). No rastro das primeiras aldeias jesuítas vieram também as primeiras fortificações militares para expulsar e seguir combatendo o indígena hostil. Em meados do século XVIII a nova política de administração territorial e povoamento da coroa portuguesa do período pombalino fez com que na antiga Capitania de Porto Seguro se fundasse novas vilas, para poder incorporar os índios “mansos” e “aliados” aos novos povoamentos e assim cumprir uma série de funções consideradas vitais pelos administradores

¹⁴⁶ Nos anos 1950 o IBGE veiculava a perspectiva histórica reducionista dos povos indígenas. Somente após a afirmação dos estudos sobre as formas e resistência e protagonismo indígena a partir dos anos 1990 é que o órgão foi modificando o modo de tratar a contribuição destes povos para a história nacional: “Os índios reagiram de formas diversas à presença dos colonizadores e à chegada de invasores [...] as lideranças indígenas tinham seus próprios objetivos” IBGE. *Território brasileiro e povoamento*, 2020. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/relacoes-entre-nativos-e-colonizadores.html>>. De certa forma, o órgão foi conduzido a isso pelo alcance da mudança de orientação da comunidade científica que lidava com o assunto. Desde então, não apenas se reconhece as diferentes estratégias dos povos originários na sua luta contra a dominação, a exploração e o extermínio, com referências recorrentes às históricas alianças com e contra os colonizadores, às resistências variadas aos colonizadores, etc., mas também a presença incontornável e o protagonismo histórico destes povos constituintes da população brasileira. Coube, então, as ciências sociais avançarem em uma nova direção interpretativa e política daquilo que os povos originários vinham fazendo desde o primeiro momento de sua luta pela existência física e cultural.

para a continuidade da colonização dos territórios (CANCELA, 2012; 2020). Além de “postos de combate” estas “novas vilas” serviam também de “zona de contato” (CANCELA, 2012, p.167). No final do século XVIII a crise da mineração levou à expansão dos povoamentos “brancos”, entre o nordeste norte/mineiro e o sul/extremo sul da Bahia, por sobre as reservas de floresta para estabelecer agricultura, pecuária e comércio. Dado a ausência de política indigenista da administração portuguesa os grupos indígenas refugiados nas matas isoladas foram alvo de “descimentos”, trabalho compulsório, “guerra justa” (depois de 1808) e novas investidas sobre seus territórios, tudo com apoio das autoridades de governo (PARAISO, 2009).

Não é de admirar que com este longo histórico de perseguições, escravização, mortes e tentativas de assimilação os índios do extremo sul da Bahia tenham “desaparecido” das estatísticas oficiais do período. Mas era apenas um sumiço aparente, pois os indivíduos ainda se encontravam lá, diluídos entre os pardos e mestiços, mas também vivendo dispersos pelas matas. Evidentemente, mudanças significativas foram impostas aos indígenas ao longo deste histórico de violências contra os povos que viviam na região e seu entorno. As reiteradas tentativas de negação de sua identidade levaram a assimilações, hibridizações e perdas irreparáveis. Apesar de tudo, não haviam desaparecido como cultura. Certos costumes, valores, referências, etc. se mantinham presentes, ainda que modificados, no cotidiano das populações com as quais se envolveram. Vivendo no interior da “sociedade nacional” os grupos procuravam preservar em alguma medida possível o seu modo de vida. Tampouco desapareceu como povo cioso de viver à sua maneira, em suas próprios territórios e aldeias, conscientemente afastados – porém não necessariamente em isolamento – do modo de produção e reprodução das sociabilidades capitalistas, buscando produzir, reproduzir e valorizar coletivamente, e com autonomia, as suas tradições imemoriais¹⁴⁷.

Apesar das limitações apontadas, o critério de “classificação racial” do IBGE ao menos nos oferece indicações que nos permitem refletir sobre como e porque certas condições étnico-raciais são assumidas, ou não, pelos sujeitos sociais. Contudo, sem deixar de reconhecer a

¹⁴⁷ Alguns anos mais tarde a antropóloga Maria do Rosário Carvalho registrou que viviam em 1977, apenas nas comunidades no entorno do Parque Nacional do Monte Pascoal, 666 índios, além de um número desconhecido de outros indígenas que viviam dispersos pela região, compondo um “significativo contingente” (CARVALHO, 2009, p. 510). Há evidências da presença dos Pataxó na Capitania de Porto Seguro desde o século XVI. Após longo período de agressões os grupos Pataxó teriam se misturado como as populações locais não índias ou se dispersado territorialmente. No século XIX os grupos indígenas do extremo sul, em sua maioria Pataxó, viviam entre os rios João de Tiba e São Mateus quando em 1887 os aldeamentos indígenas foram oficialmente extintos na Bahia, porém não deixaram de existir concretamente (SOTTO-MAIOR, GAIA, 2012). Ao longo do século XX os grupos indígenas Pataxó da região vinham novamente se concentrando no que consideram seu território tradicional, espalhados entre as comunidades de Barra Velha e Cumuruxatiba, área situada no município de Prado. Em 2010 haviam seis Terras Indígenas oficialmente reconhecidas na região – Barra Velha, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Imbiriba, Aldeia Velha e Comexatibá (SOTTO-MAIOR, GAIA, 2012, p. 38).

importância deste assunto, cuja relação com o racismo constitutivo de nossa formação enquanto sociedade é inescapável, o tema não é um dos objetivos deste estudo.

Ainda sobre a composição étnica da população regional, excetuando as pessoas que não declararam a sua cor de pele¹⁴⁸, de acordo com a metodologia adotada pelo IBGE tivemos a seguinte distribuição racial no extremo sul em 1950: 50.200 pardos (38,6%), 44.038 brancos (33,9%) e 35.690 pretos (27,4%). A população parda era, então, maioria relativa na região. Se somarmos à categoria mais imprecisa dos pardos os declarados pretos, então dois terços da população regional era composta de não brancos.

Em 1950 a imensa maioria da população morava e trabalhava nas áreas rurais dos municípios. Em média mais de 88% das pessoas viviam no campo no extremo sul da Bahia. Prado, com 90% de população fixada no campo, e Alcobaça, com mais de 94%, eram os territórios mais rurais do extremo sul baiano. Por outro lado, Santa Cruz Cabralia e Mucuri eram os municípios com menor taxa de pessoas vivendo no campo, ambas com 86% de população rural. O Censo Agrícola de 1950 registrou 9.069 propriedades rurais, de todos os tipos¹⁴⁹. Juntas, estas ocupavam uma área bastante extensa, de 1.245.457 hectares.

Considerando a base de cálculo do IBGE para os indivíduos com 10 ou mais anos de idade aptos para o trabalho, segundo a realidade da época, a PIA do extremo sul era composta por 85.910 pessoas. Estas desempenhavam atividades econômicas remuneradas (produtivas e improdutivas) e não remuneradas (reprodutivas). Em 1950 a PIA correspondia a 66% da população total da região. Os homens eram maioria, aproximadamente 51% desta força de trabalho à disposição. No interior da PIA nem todos os ocupados são remunerados. No extremo sul, ao contrário, a maior parcela da população ativa está fora do mercado de trabalho. Na região, os que estavam ocupados e recebendo pelo seu trabalho uma remuneração, seja com vínculo formal de emprego ou não, eram basicamente homens que trabalham no campo¹⁵⁰.

Numa sociedade tão marcadamente rural é de se esperar que a maior parte da população ocupada exercesse suas funções profissionais na agropecuária. Enquanto a população rural correspondia a 88,6% da população total do extremo sul em 1950, 85% dos trabalhadores do extremo sul estavam no campo. As pessoas ocupadas e remuneradas em todos os setores da

¹⁴⁸ Não houve declaração sobre a cor da pele de 110 indivíduos residentes do extremo sul da Bahia (BRASIL, 1955).

¹⁴⁹ Tipos de propriedade: individual, em sociedade, cooperativa, religiosa, etc.

¹⁵⁰ Não confundir aqui as pessoas ocupadas e remuneradas com o conceito de população ocupada (PO). Este último, juntamente com o conceito de população economicamente ativa (PEA), é uma definição criada no âmbito do comitê estatístico da Liga das Nações (1918-1946), que se popularizaria mundialmente quando os técnicos da Organização das Nações Unidas (ONU), órgão que sucedeu a Liga, o aplicaram cada vez mais aos levantamentos econômicos que produziam para informar a era de ouro do capitalismo (“*Development Economics*”).

economia regional, no campo e nos núcleos urbanos, totalizavam 37.577. Deste universo, 31.957 eram trabalhadores rurais empregadas na agricultura, na pecuária e no extrativismo (IBGE, 1955, p. 88-9). O número de pessoas empregadas no campo seria maior caso fosse considerada a parcela de pessoas empregadas nas atividades da “indústria extrativa”, do comércio de mercadorias e da prestação de serviços exercidas no meio rural. O IBGE recenseou 990 pessoas – 977 homens e 13 mulheres – ocupadas apenas na manufatura rural em 1950. Em suma, as oportunidades de emprego e colocação profissional eram encontradas basicamente na área rural do extremo sul da Bahia, e mesmo os empregos urbanos dependiam da dinâmica econômica do campo.

Por outro lado, considerando a totalidade da população presente no campo, o que inclui quem exercia atividade doméstica não remunerada e pessoas inativas, o coeficiente de pessoas empregadas nos três setores principais da economia regional correspondia a 37,2% da população economicamente ocupada (PEA)¹⁵¹. Podemos comparar este índice com a proporção do trabalho doméstico frente ao tamanho da população ocupada, neste caso, nos principais setores econômicos do extremo sul no período. Descontando os inativos e os homens em atividade não remunerada (doméstica ou escolar), o número de mulheres em atividades domésticas não remuneradas no meio rural foi superior ao da população trabalhando na agricultura, na pecuária e no extrativismo. Em todo o extremo sul, o número de mulheres ocupadas em atividades domésticas não remuneradas era superior ao total de pessoas que tiravam seus rendimentos da agricultura, pecuária e extrativismo, respectivamente 35.819 e 31.957 pessoas (IBGE, 1955, p.89). As mulheres que tinham nas tarefas doméstica a sua principal atividade atingiam 41,7% da população total em 1950. Nesse sentido, a maior parte da população em idade produtiva do extremo sul não era remunerada.

Estes dados estatísticos, apesar da limitação deste tipo de fonte, demonstram que a população considerada apta para o trabalho à época residia e trabalhava basicamente no campo. Embora fossem um pouco mais da metade da população do extremo sul, os homens eram a imensa maioria entre os trabalhadores rurais remunerados. Quanto a metade da população

¹⁵¹ A expressão “população economicamente ativa” (PEA) aparece nos censos do IBGE pela primeira vez no Recenseamento Geral de 1950 (IBGE, 1955, p. XI), mas com um sentido um tanto distinto daquele com o qual iria se firmar posteriormente como conceito econômico. Nos censos do período a PEA não é descrita pelo IBGE como a soma da população ocupada (PO) e da população desocupada (PD). Distinta também é a concepção de PO. No recenseamento de 1950 a PO é apenas o conjunto da população ativa remunerada. Na Introdução do Censo Demográfico da Bahia de 1950 o órgão fala de “pessoas economicamente ativas”, onde não está presente a PD. Nesse sentido, para o IBGE da época “economicamente ativas” são “todas as pessoas ocupadas, *exclusive as que exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes [...] Excluíram-se também as pessoas classificadas no ramo Condições inativas, compreendendo, além dos desempregados, aposentados, pensionistas, detentos, as pessoas que vivem exclusivamente de rendas*” (Grifos nossos).

composta por mulheres (49%), a maior parcela estava fora do mercado de trabalho, exercendo atividades domésticas sem remuneração como sua principal função, enquanto outra parte, bem menos expressiva, exercia alguma atividade remunerada, em sua maioria no campo. Um parcela pequena de mulheres estava ocupada em funções remuneradas e não remuneradas urbanas, como empregadas domésticas e trabalhadoras do comércio, dos serviços etc. A população trabalhadora masculina do campo correspondia a mais de 95% do universo de trabalhadores remunerados no meio rural¹⁵². Por outro lado, a população sem remuneração era superior à parcela de trabalhadores rurais remunerados, isso porque a quase totalidade das mulheres estava fora no mercado de trabalho. Essa condição, definida pelo peso da população rural, pelo baixo rendimento do trabalho remunerado no campo e pela amplitude do trabalho doméstico não remunerado, fazia com que a renda per capita na região fosse muito baixa.

Sobre o trabalho doméstico não remunerado faz-se necessário algumas distinções importantes. No extremo sul o trabalho doméstico era praticamente todo ele exercido por mulheres. O trabalho doméstico exercido pela “dona de casa” a rigor não produzia praticamente nenhum bem ou serviço que pudesse ser levado à circulação de mercadorias para que, por meio da troca, resultasse na obtenção de lucro. Exatamente por isso essas pessoas não recebiam qualquer tipo de remuneração. Não sendo uma tarefa remunerada, não era oficialmente considerada “atividade profissional”. O produto deste trabalho, os seus serviços executados, é consumido imediatamente, não entrando no circuito da troca, onde se valoriza o capital. Mas não podemos deixar de considerar que o trabalho doméstico não remunerado, embora fora do circuito de valorização das mercadorias, foi sustentáculo do trabalho remunerado. Para se reproduzir a força de trabalho depende não apenas dos meios de trabalho, mas também dos cuidados realizados no âmbito doméstico. Na forma de atividade social não remunerada, o trabalho doméstico não remunerado torna-se condição de reprodução do trabalho remunerado, seja este produtivo ou improdutivo. Sem o trabalho doméstico não remunerado ficaria prejudicado o trabalho remunerado. A saída que os economistas encontraram para esta contradição era considerar o trabalho doméstico como não trabalho.

A atividade doméstica podia ser remunerada. Neste caso, ele se exercia em duas esferas distintas. No âmbito das empresa, espaço no interior do qual o trabalho doméstico é produtivo, dado que participa dos custos do capital empregado e, neste caso, constitui-se como trabalho que participa da geração do valor. Havia também o trabalho doméstico remunerado

¹⁵² Em 1950, 30.497 homens exerciam alguma atividade profissional no campo, enquanto as mulheres eram neste espaço somente 1.460 trabalhadoras (IBGE, 1955, p. 88).

realizado na residência de terceiros (“casa de família”). Nesta forma social o trabalho é considerado improdutivo, pois o serviço que resulta da sua realização é remunerado não com capital-dinheiro, mas com dinheiro retirado de renda pessoal do contratante. O que determina se um trabalho é produtivo ou improdutivo não é o seu conteúdo em si, mas a relação social da qual participa. Ademais, essa compreensão vale para todas as modalidades de trabalho e não apenas para o trabalho doméstico remunerado.

Os poucos postos de trabalho remunerados direcionados às mulheres em geral estavam muito próximos das atividades domésticas que as mulheres tradicionalmente executavam em seus lares como “donas de casa”. Ocorria principalmente no cumprimento de tarefas de limpeza, higiene e preparação de alimentação em estabelecimentos comerciais e de serviços e, em menor medida, na residência de terceiros. Mais comum era o emprego das mulheres, mormente as casadas, nos negócios familiares, sem que houvesse necessariamente o pagamento de um salário em troca do trabalho prestado. Podia-se encontrar mulheres trabalhando em bares, restaurantes, mercados, lojas, pensões, hotéis, dentre outros setores do comércio e dos serviços em geral. Muitas trabalhavam em troca basicamente daquilo ao que já teriam direito se exercessem exclusivamente funções como “donas de casa”. Funções muitas vezes difíceis de mapear na teia complexa de relações sociais de trabalho e renda, com fronteiras difusas entre a atividade doméstica e o exercício profissional de apoio aos empreendimentos familiares. Contudo, é certo que as mulheres também aproveitaram suas colocações no âmbito do trabalho familiar para avançar interesses, definir demandas pessoais e procurar escapar um pouco da estrutura econômica da dominação masculina. Mas mesmo estas mulheres não estavam desobrigadas de exercer as tradicionais funções de “donas de casa”.

Na agricultura, as principais lavouras do extremo sul produziam cacau, coco, cana-de-açúcar, mandioca e banana. Segundo o Censo Agrícola a agropecuária e as atividades a ela ligadas empregavam o maior número de trabalhadores acima de 15 anos da região. Pouco mais de 37 mil pessoas eram empregadas pelo setor nesta data (IBGE, 1956a, p.66). Foram recenseadas ainda outras 1.034 pessoas ocupadas no campo no regime de “parceria”, residentes e não residentes nos estabelecimentos rurais. O conjunto das receitas obtidas com a venda da produção agropecuária – origem animal, culturas permanentes e temporárias, etc. – figuravam entre as maiores em todos os municípios da região. Destaque para o cacau, que por esta época era de longe o produto com maior geração de valor anual. As fazendas de cacau estavam presentes em todos os municípios da região, com a possível exceção de Caravelas. Prado, em particular, obtinha com a venda do cacau quase 80% de suas receitas agrícolas.

Não é simples mapear a arrecadação do setor neste período, pois na troca de mercadorias agrícolas muitas transações passavam facilmente despercebidas pelo precário controle fiscal do estado, sobretudo no extremo sul, tão distante que estava da administração central, embora jamais tivesse sido uma região econômica isolada. Nesse sentido, os dados oficiais sobre arrecadação fiscal do setor primário da economia certamente estão distantes da realidade da época. Valores referentes à circulação de gêneros agrícolas, animais comercializáveis, madeiras oriundas da floresta, etc., são difíceis de estabelecer nos registros estatísticos, sendo estes muito mais referenciais aproximados. Indicam as dimensões, se tanto, mas não precisam o volume e o número de trocas realizadas pelos agentes econômicos reais, em permanente movimentação.

A pecuária era menos desenvolvida. Tomando por referência os dados do Censo Agrícola de 1950, o rebanho de suínos era de longe o maior, com pouco mais de 250.000 cabeças, ou dois terços do total de grandes animais de criação. O rebanho bovino tinha menos da metade do número de animais, com de 108.436 cabeças de gado. Em seguida vinham os rebanhos de ovinos (8.737 cabeças), equinos e “animais de carga” (4.381)¹⁵³, e pouco mais de duas centenas de caprinos. Considerando os maiores rebanhos, como se vê, havia mais animais na pecuária suína do que na bovina em 1950. O domínio da suinocultura no interior das criações de mamíferos domésticos para a venda, tudo indica, se devia, inicialmente, à conjunção de vantagens expressas em fatores de ordem puramente econômica: custo de produção, sendo praticamente desnecessários cuidados especiais com o plantel, e menores as despesas com alimentação e benfeitorias para a criação; preço de mercado local e regional, em razão da demanda por carne e gordura deste animal; facilidade de deslocamento de unidades do rebanho às feiras ou a outros locais de comércio e abate.

A composição da suinocultura indica limitado estímulo à expansão territorial em função da atividade, dadas às características particulares da criação de animais. A criação de porcos não demandava expansão crescente da área das propriedades, diferentemente do que ocorre no regime de pecuária extensiva, próprio da bovinocultura na região, cuja expansão do número de reses se dá paralelamente ao avanço sobre as terras, formando crescentes pastagens para estabelecer e manter os plantéis. A expansão do mercado de consumo da carne bovina, mais do que a suinocultura, estimulará também a apropriação de terras como reserva de valor, independentemente da quantidade da espaço tecnicamente necessária à manutenção do gado.

A pecuária bovina extensiva não apenas dispersava o gado por sobre áreas proporcionalmente grandes, como também concentrava terras, capital e poder, além de

¹⁵³ Asininos (jumentos/as) e muares (burros, mulas, bardotos).

potencialmente reduzir a diversidade agrícola do campo e gerar ou acelerar o desmatamento agressivo (DEAN, 2018). Não bastasse isso, a dinâmica provocada por esta modalidade de atividade, típica de forças produtivas com baixa aplicação tecnológica, é por definição expansionista, portanto, de avanço permanente da fronteira agrícola enquanto houver terra para a sua satisfação. Desta expansão surgem muitos e variados conflitos em torno da posse da terra. Não se quer dizer com isso que somente a pecuária extensiva, mormente a bovina, leva a tais efeitos, mas sim que esta atividade foi a mais agressiva de todas as culturas rurais em desenvolvimento na região na segunda metade do século XX, por seus correspondentes impactos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais.

Completando as atividades realizadas na “fronteira rural” temos o extrativismo. A silvicultura e a extração vegetal podem ser definidas pela ligação que guardam entre si, contudo são práticas realizadas em meios distintos. Em termos gerais se referem à “exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados”¹⁵⁴. Particularmente, o extrativismo vegetal se dá em áreas nativas de vegetação, enquanto a silvicultura se desenvolve com o manejo em áreas de vegetação plantada (“reflorestamento”)¹⁵⁵. Não é simples distinguir nas estatísticas do extremo sul deste período entre aqueles trabalhadores dedicados às atividades de extração vegetal e os da silvicultura. A metodologia empregada não colabora muito, e os números são pouco claros a esse respeito, tanto pela dificuldade de identificar os trabalhadores e os locais de exercício de suas funções, seja na mata natural ou em área plantada, quanto pela possível sobreposição de atividades realizadas pelos trabalhadores. Em geral, os trabalhadores não tinham registro oficial de trabalho.

A floresta atlântica abastecia as populações locais com lenha, madeira e alimentos. Essa biomassa era o principal recurso energético para a satisfação das necessidades básicas no âmbito das famílias e dos empreendimentos em todo o extremo sul, na Bahia e mesmo no Brasil (BRANNSTROM, 2012). Os produtos extrativos de maior importância econômica no extremo sul eram “a lenha, a madeira e o pescado” (IBGE, 1958b, p.146)¹⁵⁶. Em suma, em meados da década de 1950 o extrativismo tinha peso econômico maior no extremo sul da Bahia do que a atividade manufatureira (IBGE, 1958a; 1958b).

¹⁵⁴ IBGE. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=o-que-e>>.

¹⁵⁵ Ao longo dos anos 1970 ocorreu a expansão de programas de reflorestamento, em razão do incremento na demanda industrial por projetos desta natureza para implantação de plantas produtivas ligadas aos setores de papel e celulose e siderurgia.

¹⁵⁶ O montante de produção anual do extrativismo foi de Cr\$ 836 mil, tendo a extração de árvores gerado Cr\$ 346 mil.

A silvicultura foi uma atividade pouco representativa na região neste período. A maior parte das pessoas ocupadas no extrativismo lidava diretamente com a extração vegetal ou com a pesca. O extrativismo madeireiro compreendia a retirada de árvores das áreas de floresta, dentro e fora das fazendas, o comércio da madeira e a coleta de lenha. A retirada de madeira e a pesca empregavam o grosso da capacidade de trabalho do setor. Oficialmente, porém, a renda anual obtida com a realização destes recursos extraídos da natureza teve menor importância frente a outros ramos econômicos, tais como a agricultura, o comércio e a pecuária. A “era” da atividade madeireira predatória e sistemática apenas começava a dar os seus primeiros passos no extremo sul da Bahia ao final dos anos 1940.

Embora o comércio de mercadorias não seja por definição um setor produtivo da economia, ele foi muito importante para a economia do extremo sul da Bahia. O segmento comercial não ocupava tantas pessoas quanto a agricultura, mas por outro lado fez circular maior receita monetária do que esta, conforme números oficiais de meados dos anos 1950 (IBGE, 1958a; 1958b)¹⁵⁷. Alcobaça, Caravelas, Prado e Porto Seguro eram importantes praças comerciais e, com exceção desta última, alcançaram com a venda de seus produtos valor anual mais elevado do que o auferido pelo setor agrícola em 1950. Somente com o comércio os municípios de Prado, Alcobaça e Caravelas dobraram a renda obtida com a agricultura¹⁵⁸.

Os estabelecimentos comerciais se dividiam em varejistas e atacadistas. O comércio varejista estava bem distribuído nos municípios, enquanto o atacadista estava basicamente situado nas cidades sedes, portanto no litoral. De acordo com o Censo Comercial de 1950, em todo o extremo sul foram contabilizados 453 estabelecimentos varejistas, empregando aproximadamente 600 pessoas, e 20 atacadistas, onde trabalhavam cerca de 50 pessoas (IBGE, 1956b). Alcobaça chegou a registrar 190 estabelecimentos varejistas, de longe o município com o maior número de casas comerciais do extremo sul. Enquanto Mucuri registrou apenas seis estabelecimentos da mesma natureza, sendo o município com menor número de lojas. Quanto ao comércio atacadista, em nenhum dos municípios o número de estabelecimentos em funcionamento ultrapassavam uma dezena. Caravelas registrava metade dos atacados de todo o extremo sul. O comércio atacadista era pequeno em número de estabelecimentos, capital

¹⁵⁷ A receita obtida com as vendas comerciais nos seis municípios do extremo sul foi de pouco mais de Cr\$ 287 milhões em 1955, enquanto o arrecadado com a venda da produção agrícola da região ficou em torno de Cr\$ 160 milhões. Contudo, uma receita comercial maior em relação à agrícola verificou-se apenas em Alcobaça, Caravelas e Prado (IBGE, 1958a; 1958b).

¹⁵⁸ Em 1955 a circulação comercial gerou em Prado algo em torno de Cr\$ 53 milhões, frente a pouco mais de Cr\$ 21 milhões gerados da agricultura no mesmo ano; em Alcobaça, no mesmo período, foram quase Cr\$ 80 milhões contra Cr\$ 24 milhões da agricultura; e em Caravelas a proporção foi ainda alta em favor do comércio: 68,6 milhões contra Cr\$ 10,8 milhões (IBGE, 1956a; 1956b).

empregado e empregos gerados. Os dados do comércio atacadista demonstram a sua pequenez na região em 1950. O faturamento do varejo foi oito vezes o valor das vendas do atacado.

O ramo dos serviços prestados não tinha o mesmo peso econômico do comércio. Seu faturamento foi de pouco mais de 25% do faturamento do comércio de mercadorias (IBGE, 1956b). Os estabelecimentos privados prestadores de serviço se ligavam basicamente aos setores de confecção, reparação em geral, alojamento, alimentação, higiene e diversão. Serviços de alimentação, beleza e higiene, hospedarias, espaços de lazer e divertimento, lojas de reparos (têxtil, mecânico etc.) podiam ser encontrados em todo o extremo sul. Em geral eram empresas de pequeno porte. Em toda a região havia um pequeno universo de 105 estabelecimentos prestadores de serviços, gerando apenas 232 postos de trabalho, segundo os dados oficiais do censo comercial de 1950 (IBGE, 1956b, p. 172, 190, 198, 210).

O transporte de pessoas e mercadorias e a estrutura física necessária para sua consecução integram os setores econômicos de produção, comércio, serviços. A dinamização socioeconômica permitiria melhorias dos meios e infraestrutura de transportes, tornando melhores as condições da integração regional, e o mercado interno poderia se expandir. Mas em meados do século passado no extremo sul da Bahia a infraestrutura de comunicação e transporte era caracterizada pela insuficiência e precariedade das vias de acesso aos distritos e localidades da região. O transporte de longa distância era bastante limitado e a infraestrutura regional não estava em melhores condições. A maior parte das estradas entre as localidades eram apenas carroçáveis, portanto sem pavimentação eficiente e durável. Uma simples viagem entre municípios podia levar muitas horas e mesmo dias. As chuvas severas podiam tornar os contatos ainda mais difíceis, demorados e custosos. A precariedade das ligações internas e da disponibilidade de transporte e infraestrutura colaborava, inclusive, para manter praticamente intocada a divisão do trabalho na agricultura.

Contudo, entre Caravelas e Mucuri há que se dar destaque ao papel que desempenhou a ferrovia¹⁵⁹. A EFBM foi responsável por pelo menos sete décadas de acentuada movimentação de pessoas e mercadorias entre a sub-região baiana e os principais municípios do nordeste de

¹⁵⁹ As ferrovias começaram a ser implantadas no Brasil no início da segunda metade do século XIX. As primeiras estradas de ferro operavam para escoar a grande produção nacional de café para a exportação. A primeira ferrovia do país foi a Estrada de Ferro Mauá, que começou a funcionar em 1854. Ela transportava o café produzido na região do Vale do Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, até o porto de Magé, daí o produto seguia de barco em direção à capital federal. Os trilhos foram chegando a cada vez mais lugares, e os trens passaram a transportar também passageiros. Em 1920 a malha ferroviária brasileira atingiu 30 mil km de extensão, embora pouco integrada. Apesar do declínio do modal ferroviário brasileiro, iniciado com os efeitos econômicos da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, que se estenderam por toda a primeira metade dos anos 1930, em 1960 o Brasil possuía uma malha ferroviária de aproximadamente 38 mil quilômetros de estradas de ferro (MOTA, 2021).

Minas Gerais. A “revolução dos transportes” com a implantação e a expansão dos sistemas ferroviários no Brasil fez com que os tentáculos do comércio internacional chegassem aos mercados regionais instalados nas zonas litorâneas do Atlântico brasileiro, tornando viável o custo dos transportes de mercadorias de longa distância e conformando o mercado interno dos países, com regiões integradas desigualmente. As ferrovias tinham também a função de incrementar o intercâmbio com diversas regiões, até mesmo algumas daquelas cuja vinculação com o comércio internacional não fossem substancial. Distribuir as produções locais e receber de fora mercadorias demandadas numa dimensão até então desconhecida, fazia com que as estradas de ferro fossem, em geral, extremamente populares, a despeito de todo o sofrimento humano que suas construções impuseram às pessoas que a ela se dedicaram como trabalhadores. As ferrovias eram ainda fonte de rendimentos para muitas pessoas nas localidades por onde passava. O seu fechamento, muitas vezes, resultava na paralisia ou declínio econômico dos postos, distritos, municípios e regiões.

A existência da sub-região de Caravelas/Mucuri se deu em razão da integração que a ferrovia realizava, ligando aos dois municípios costeiros baianos a importantes praças comerciais do antigo norte/nordeste mineiro, na altura do vale do rio Jequitinhonha: Araçuaí (à época Arassuaí), Teófilo Otoni, Carlos Chagas e Nanuque. Formou-se uma hinterlândia entre os núcleos comerciais urbanos mineiros e o terminal portuário instalado no povoado de Ponta de Areia, no município baiano de Caravelas.

Idealizada pela elite mineira ainda em meados do século XIX para fomentar o progresso e levar ao desenvolvimento da região dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, integrando o território mineiro ao litoral baiano, a EFBM iniciou suas operações nos primeiros anos da década de 1880, pouco tempo depois da autorização de concessão da estrada de ferro a particulares mineiros estabelecida pela Lei Provincial 2.475 de 1878 (MARTINS, 2018)¹⁶⁰. A instalação da EFBM contou como o apoio do governo mineiro. Iniciada as obras de construção no litoral baiano em 1881, a ferrovia levou 60 anos para completar os seus quase 600 km de trilhos assentados, atingindo o seu ponto terminal – na verdade o seu início oficial – no município mineiro de Araçuaí em 1942 (Figura 20).

¹⁶⁰ Parte representativa da classe dominante do velho “norte mineiro”, personificada em uma aristocracia agrária rica, influente e modernizante, instalada, sobretudo, nas cidades de Serro e Diamantina, almejava “explorar as possibilidades abertas pela navegação do rio São Francisco [via Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri] e pela construção de uma ligação com o litoral baiano, de modo a dotar o ‘Norte’ de seu porto marítimo” (MARTINS, 2018, p. 200).

Figura 20 – Estrada de Ferro Bahia-Minas (578 km)



Fonte: IBGE. *I Centenário das Ferrovias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954 (Dado da extensão da ferrovia atualizado pelo autor).

O almejado futuro promissor para a região, que a palavra “desenvolvimento” apenas consegue expressar de forma abstrata, cristalizou-se na produção, circulação e distribuição de mercadorias do norte-nordeste mineiro. Esta região apresentava à época potencial econômico expansivo capaz de estimular outros espaços econômicos, ao longo das linhas do trem. A ferrovia foi pensada inicialmente para transportar madeiras e pessoas. Os recursos vegetais regionais da floresta atlântica ainda à disposição da exploração econômica eram enormes. No início, a expansão da indústria das ferrovias no Brasil demandou quantidades absurdas de madeira nativa, sobretudo para a fabricação de dormentes. Mas desde cedo os operadores da ferrovia se comprometeram também com a expansão da colonização de imensas áreas florestadas e de povoamento restrito, e o aproveitamento econômico das vastas áreas no norte e nordeste mineiro, antigas e novas, e do vale do rio Mucuri, até litoral meridional da Bahia.

Em relação aos serviços de comunicação estes se limitavam no período às agências de correios e telégrafos. Os postos podiam ser encontradas em todos os municípios do extremo sul baiano. Mas eram serviços concentrados, e que podemos chamados de urbanos, pois estavam sempre sediadas nas cidades. Destaque para o município de Mucuri, que contava com cinco agências telegráficas. À época este era um número expressivo de agências em um único município, e se explica em razão da demanda gerada a partir das atividades da EFBM.

Os serviços financeiros intermediados por bancos estavam ausentes do extremo sul até 1953, a partir de quando se instalou na cidade de Caravelas o primeiro correspondente bancário da região. Em seguida outros escritórios bancários chegaram ao extremo sul. Mas até o final dos anos 1950 o segmento continuava inexpressivo para a economia regional, razão pela qual

não se encontrava nenhuma agência bancária de maior porte em toda a região. A renda per capita baixa e o parco dinamismo dos negócios explicam a pequenez do mercado de dinheiro na região em 1950. Assim como o mercado de crédito, o mercado imobiliário praticamente não existia no extremo sul, salvo a compra e venda de propriedades rurais (IBGE, 1956b, p.152; 157). Se, por um lado, a carência de agências locais de financiamento indicava a reduzida circulação monetária na região, por outro, o início de sua presença sinaliza a tendência de aumento das operações do setor na segunda metade dos anos 1950. Por exemplo, Porto Seguro, Prado e Caravelas contavam com a ativação de serviços financeiros em suas sedes municipais já no início dos anos 1950.

Em meio aos poucos serviços privados oferecidos à população do extremo sul, o entretenimento comparecia com algum destaque. Salas de cinema, por exemplo, podiam ser encontradas em Porto Seguro, Alcobaça e Caravelas¹⁶¹. O mesmo pode ser dito sobre os clubes sociais e as entidades de desporto, completando a cena urbana de serviços privados na região. O futebol amador era muito popular entre os homens jovens, chegando a existir clubes de futebol organizados, como em Alcobaça (IBGE, 1958a). Para os grupos com melhor renda o clube social se apresentava como uma opção de recreação, encontros e práticas esportivas. Nos municípios do extremo sul, ao que parece, não há ocorrência até 1950 de nenhum clube social funcionando (IBGE, 1958a). Mas em Belmonte, município vizinho ao norte, havia um clube social, além de duas filarmônicas. As orquestras municipais era uma manifestação cultural encontrada à época em muitos municípios baianos, mesmo em pequenas localidades, juntamente com bandas e fanfarras. O levantamento censitário de 1950 listou uma filarmônica no extremo sul da Bahia, na cidade de Porto Seguro (IBGE, 1958b). A sociedade filarmônica era denominada “Dois de Julho”, tendo sido criada em 1949.

A maior parte dos festejos sociais aconteciam ao ar livre, em praças e logradouros públicos. Essas manifestações da cultura regional contavam com grande participação popular. Não raro as pessoas se deslocavam de um município a outro para participar dos festejos. As festas religiosas, diante das quais derivavam festejos seculares (“profanos”), detinham ainda prestígio social e mobilizavam grande número de participantes em toda a região (IBGE, 1958a; 1958b).

Não havia no extremo sul baiano um ramo de atividade econômica que pudesse ser compreendido propriamente como indústria, embora esta seja a terminologia adotada nas

¹⁶¹ Destaque para o município de Caravelas, que por essa época possuía três salas de cinema, duas delas situadas em vilas (IBGE, 1958a, p. 140).

pesquisas estatísticas da época, em razão de sua generalidade. O primeiro esboço de um parque industrial do extremo sul da Bahia só irá ocorrer anos depois, no início da década de 1970, quando a administração do então governador Antônio Carlos Magalhães, eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa da Bahia, pretendeu reformular as estruturas administrativas e financeiras visando promover o desenvolvimento também do interior do estado. No caso do extremo sul, o governador foi ainda premido por notícias cada vez mais intensas de contrabando de madeira nativa extraída das matas baianas e evasão fiscal na fronteira com os estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

Quase insignificante, a atividade econômica de transformação referia-se no extremo sul basicamente à manufatura. Estava basicamente ligada às atividades agrícolas tradicionais da região, e não demandava o emprego de maquinaria e ferramentaria incomuns ao nível médio de desenvolvimento técnico e destreza operacional típicos das localidades. Muitas manufaturas eram instaladas no interior das residências ou próximas a elas, e o investimento de capital privado era mínimo. As manufaturas eram unidades baseadas no trabalho artesanal, a relação de assalariamento era precária e não exigiam aplicações crescentes de capital e força de trabalho. A pequena produção manufatureira da região concentrava-se basicamente na fabricação de produtos como piaçava, materiais básicos de construção, aguardentes, alimentos preparados e madeira beneficiada. Entre os alimentos, produzia-se farinhas, manteiga, rapadura e massas.

Com baixa demanda externa para os seus produtos, e incapaz de atrair para a região capitais para investimento produtivo, a dinâmica interna e o poder aquisitivo das populações locais se mostravam insuficientes para desenvolver, por si só, as manufaturas locais, para além dos níveis aos quais estava tradicionalmente orientada. Em suma, carecia o extremo sul de condições favoráveis, observadas historicamente nas economias primário-exportadoras, para o desenvolvimento da indústria regional: (i) mercados rurais dotados de grandes populações empregadas, recebendo remunerações; (ii) mercados urbanos em expansão situados em regiões agrícolas deprimidas pelo esgotamento dos recursos naturais (CASTRO, 1969). Apesar da indústria ter crescido acima da agricultura desde 1930 no Brasil, esta não era a realidade produtiva do extremo sul baiano¹⁶².

A infraestrutura urbana era outro fator determinante da precária urbanização do extremo sul. Em toda a região havia pouco mais de 130 logradouros públicos registrados nas sedes

¹⁶² Enquanto a agricultura nacional cresceu, em média, 3,5% entre 1930 e 1946, a indústria brasileira teve uma expansão acima de 6,2% no mesmo período (CASTRO, 1969, p.100).

municipais, com não mais do que duas mil edificações construídas, entre residências, estabelecimentos comerciais e de serviços, oficinas e prédios públicos. O acesso à luz elétrica variava bastante de município para município. Com mais de 80% de suas casas eletrificadas, a cidade de Caravelas se destacava positivamente na região, enquanto Alcobaça não possuía 20% de suas edificações com luz elétrica (IBGE, 1958a, p. 28).

Praticamente não existiam vias pavimentadas internas aos distritos urbanos. Em geral, as ruas pavimentadas se limitavam aquelas onde estavam situados os prédios de serviços públicos e adjacências. Mesmo o acesso por rodovias entre os municípios da região era limitado, tornado os deslocamentos, como dissemos antes, tarefa difícil. Havia campos de aviação, espalhados por toda a região, alguns para aviões comerciais, como em Porto Seguro e Caravelas. Mas, na maior parte, eram campos de pouso e aterrissagem para aeronaves de pequeno porte, espalhados entre Santa Cruz Cabralia, Prado, Porto Seguro e Caravelas.

Os portos haviam em bom número, embora geralmente de pequeno porte. Podiam ser fluviais e marítimos. Os portos fluviais davam acesso desde canoas até embarcações um pouco maiores, como barcos à vela. Todas as cidades sede do extremo sul possuíam ao menos um porto fluvial. Os terminais marítimos podiam ser encontradas em Porto Seguro, Prado e Caravelas. Além dos transportes rodoviário, aeronáutico e marítimo, o extremo sul contava também com pontos de passagem ferroviária. Na direção de Caravelas e Mucuri, a EFBM contava com sete pontos de parada.

A educação, por seu lado, não apresentava maior destaque no extremo sul, embora houvesse relativamente um bom número de unidades de ensino instaladas, algo próximo de 140 escolas em funcionamento em toda a zona fisiográfica, entre públicas (a maioria) e privadas. Praticamente todas elas ofereciam as primeiras etapas do ensino formal, chamado à época “fundamental comum”, agrupando o “primário” e o “ginásio”. Em todo o extremo sul havia uma única escola secundária, sediada na cidade de Caravelas. Também havia duas unidades de ensino integrantes da Campanha de Alfabetização de Adultos, organizada no país na década de 1950. As escolas municipais eram em torno de 70% do total das unidades de ensino no extremo sul. Em seguida vinham as escolas estaduais, com 24%. As escolas privadas eram algo em torno de 5% do total.

Se o número de unidades de ensino à disposição não fosse em si insatisfatório para as circunstâncias do período, ao menos no ensino fundamental inicial, o mesmo não se poderia dizer do número de estudantes frequentando unidades escolares e da taxa de alfabetizados. Segundo a metodologia da época, a população em idade escolar era aquela com cinco ou mais

anos de idade, e a compreensão de pessoa alfabetizada dizia respeito a todo aquele ou aquela que sabia ler e escrever com alguma desenvoltura¹⁶³. A população em idade escolar em todos os municípios do extremo sul era de 107.222 pessoas, sendo 55.009 do sexo masculino e 52.213 do sexo feminino. A taxa média de alfabetizados era de 16,2%, portanto, um percentual de analfabetismo de quase 84% da população em idade escolar. O quadro educacional mais favorável era encontrado no município de Caravelas, com 20,7% de sua população alfabetizada. Enquanto em Prado as pessoas que sabiam ler e escrever só atingia 11,6% da população acima de cinco anos. Em 1956 o número de pessoas matriculadas foi pequeno, não chegando a 5.000 matrículas, demonstrando que no decorrer dos anos 1950 a precária situação educacional da região não havia mudado (IBGE, 1958a, 1958b).

Excetuando as escolas, estavam à disposição para a formação cultural da população local, em alguns municípios, bibliotecas públicas, todas de pequeno porte. Eram bibliotecas municipais ou de associações¹⁶⁴. Além destas, grupos culturais e musicais, clubes recreativos, cinemas e atividades do desporto completavam o cenário educativo-cultural da região¹⁶⁵.

Mas nenhum setor social era relativamente mais precário no extremo sul do que a assistência à saúde. Até a primeira metade da década de 1950 o extremo sul não contava com qualquer hospital funcionado. Em 1956 o único hospital da região, em Caravelas, ainda se encontrava em fase final de construção. Ademais, toda a estrutura médico-sanitária regional restringia-se a cinco postos de atendimento de saúde, higiene ou endemias, uma unidade de assistência à maternidade e a infância, três ambulatórios (todos oferecidos por serviços de entidades profissionais) e 10 farmácias privadas. Apenas estas últimas podiam ser encontradas fora dos distritos sede.

A carência de infraestrutura de saúde fazia com que, mesmo nos casos de agravamento das doenças, as pessoas tivessem enorme dificuldade de encontrar atendimento médico profissional. A clínica, o diagnóstico e o tratamento médicos podiam nem mesmo comparecer como recursos últimos no auxílio à saúde em situações extremas, sobretudo para as classes de menor renda. Ademais, a disseminada crença popular no poder curativo das espécies vegetais

¹⁶³ A comprovação de alfabetizado(a) se dava por meio de teste, exigindo-se a leitura de um bilhete (BRASIL, 1965, p. XIV). Este critério de definição da população alfabetizada foi adotado tanto para o Censo Demográfico de 1950, quanto para o de 1960.

¹⁶⁴ Bibliotecas públicas podiam ser encontradas em Porto Seguro, Prado, Alcobaça e Caravelas.

¹⁶⁵ As manifestações e festejos sacros e populares também colaboravam para a formação educativa e cultural do povo. Dentre as muitas manifestações desta natureza no extremo sul baiano, destacamos as comemorações de datas sagradas do calendário católico, como a Semana Santa, o São João, Divino Espírito Santo e o Natal, os festejos consagrados, como a “festa de São Sebastião”, as procissões, as comemorações em honra de padroeiras(os) e os folguedos populares.

naturais, das substâncias e das entidades da natureza, embora um saber não despropositado, remontava ao conhecimento ancestral dos povos que formaram àquela sociedade. Nesse sentido, a consulta com um profissional médico, quando ocorria, costumava se dá após sucessivas tentativas de restabelecimento por administração de curativos caseiros, geralmente preparados líquidos à base de plantas, raízes e, às vezes, complementadas por rituais. Não raro pessoas seguiam por algum tempo apresentando sintomas e sofrendo desconfortos variados em razão de doenças não curadas. Era comum conviver com as moléstias. Podia-se, inclusive, chegar a um limite extremo, quando a enfermidade levava à morte, sem que antes o moribundo fosse atendido por um profissional técnico da área da saúde, independentemente de haver ou não para a enfermidade em questão uma cura conhecida e possível nas circunstâncias dadas.

Não se tratava, portanto, de casos e situações incomuns. As carências do “sistema de saúde” não se limitavam a um ou outro município. A escassez dos serviços de promoção, prevenção e tratamento em saúde eram generalizadas na região. Evidentemente, tal situação não era consequência da boa saúde dos seus habitantes. Era expressão, isso sim, das precárias condições socioeconômicas e da situação política do extremo sul da Bahia no período.

Forças Produtivas Locais

Na virada dos anos 1940 para os 1950 a porção meridional da Bahia passou uma nova etapa de sua formação histórica. Surgia o oficialmente o Extremo Sul como região fisiográfica da Bahia. No Brasil, entrava em vigor a nova política de regionalização territorial, com a precisão de circunscrições geográficas de todos os estados da Federação. Este empenho do Estado foi realizado para atender as condições necessárias ao desenvolvimento econômico que vinha sendo proposto para o país, segundo o qual a regionalização completa do território nacional era uma importante condição da administração política do desenvolvimento socioeconômico (“desenvolvimentismo”).

Embora as novas regiões, como dissemos anteriormente, não incorporassem em sua concepção apenas a dimensão, por assim dizer, físico-natural, mas também preocupações políticas de caráter social e, sobretudo, econômico, não se trata tão somente de caracterizá-las genericamente como invenção do Estado. Em certa medida a definição territorial oficial destas circunscrições não escapa à história de desenvolvimento particular das próprias regiões. Este percurso não pôde ser desconsiderado quando a política territorial do Estado brasileiro em meados do século XX traçou as linhas de demarcação das novas regiões. Por outro lado, revela

a intenção da administração política em fomentar, a partir de uma definição técnico-científica das regiões, o desenvolvimento dos territórios, dotando o aparelho de estado e os gestores públicos de alguns instrumentos importantes de gestão política. Os formuladores territoriais estavam cientes de que deviam, inclusive, estar preparados para novas mudanças territoriais no curto prazo. Neste sentido, a regionalização posta em prática nos anos 1950 foi uma formulação do Estado desenvolvimentista. Uma produção geográfica claramente desenhada para o país segundo a lógica de modernização industrial capitalista. Desenvolvimento regional ligava-se, então, a produção, a atração, a acumulação, a valorização do capital. Definir fronteiras técnicas tornava esta tarefa mais eficiente, segundo se acreditava.

A oficialização regional apenas buscou acompanhar as mudanças que já estavam em curso em muitos lugares do Brasil. Ainda nos anos 1940 as zonas fisiográficas da divisão geográfica oficial foram consideradas por critérios socioeconômicos não por acaso, mas em função das dinâmicas regionais que começavam a se explicitar no país naqueles anos de desenvolvimento econômico. No contexto das políticas desenvolvimentistas de industrialização e integração nacional serão criadas as condições materiais para o desenvolvimento econômico do extremo sul da Bahia. Ao longo das décadas de 1950 e 1970 a indústria madeireira e a pecuária extensiva vão avançar na região, e serão as principais atividades a estruturarem economicamente. Mas em 1950 essa nova fase da acumulação capitalista está apenas começando a organizar o extremo sul da Bahia. No início da segunda metade do século XX o a região dará seus primeiros passos nessa direção. A extração madeireira predatória passará a ser também sistemática, portanto permanentemente em expansão; e a pecuária será cada vez mais expansiva, dominada pela “cultura do boi”. Para isso colaborarão tanto estímulos internos, quanto externos. O movimento de capitais oriundos de outros estados, a expansão da fronteira agrícola regional, as políticas estaduais de desenvolvimento e a expansão da rede rodoviária federal nas décadas seguintes irão consolidar o extremo sul como região do estado ainda na primeira metade dos anos 1970¹⁶⁶.

As mudanças no interior da estrutura econômica observadas a partir do final dos anos 1940 na região não serão profundas, mas suficientes para o avanço gradual de forças produtivas locais, capazes de modificar a paisagem humana e natural deste espaço em pouco mais de duas décadas num ritmo até então desconhecido. No início da década de 1970 a economia regional continuará sendo basicamente agrária, mas ocorrerá o incremento da produção e distribuição

¹⁶⁶ Em 1972 o trecho da BR-101 que atravessa o extremo sul da Bahia já se encontrava concluído e em funcionamento, embora ainda não inaugurado oficialmente. A rodovia federal que ligava o Sul, o Sudeste e o Nordeste brasileiros, aumentou exponencialmente, a cada ano, o trânsito de pessoas e mercadorias na região.

de mercadorias. O contínuo avanço sobre as terras do território, a exploração sistemática da Mata Atlântica em toda a região e o aumento vegetativo significativo da população levarão o extremo sul a sofrer alterações sociais, econômicas e, sobretudo, ambientais.

Em 1950 a Zona Extremo Sul, agora apartada do sul do estado, ainda se parecia bastante com a antiga Capitania de Porto Seguro, tanto em termos territoriais, quanto econômicos, culturais e ambientais. Com um território apenas um pouco menor, e um complexo de ecossistemas florestais e associados ainda pouco perturbados, o horizonte para o desenvolvimento econômico regional era basicamente aquela herdado dos períodos históricos anteriores (colonial e imperial). Contudo, mudanças socioeconômicas e socioambientais estavam em curso.

A constituição das novas regiões fisiográficas foi a resposta oferecida pela política de administração do espaço do Estado brasileiro à nova fase de desenvolvimento das forças produtivas nacionais iniciadas ainda nos anos 1930, mas expandidas com vigor ao longo das décadas seguintes. A expansão do capital, que se verifica em determinados momentos, encontra no Estado a sua principal agência de regulação. Sendo as regiões espaços politicamente administrados para avançar a acumulação, passa a ser tarefa central do Estado colaborar tecnicamente para organizá-las e desenvolvê-las.

A Formação do Extremo Sul da Bahia (1950-1960)

Enquanto em 1960 a população do estado da Bahia cresceu pouco mais de 22% em relação ao decênio anterior, no mesmo período o crescimento vegetativo do extremo sul foi de quase 104%, passando a região a contar com 264.811 habitantes permanentes (IBGE, 1965). Aumentou também o número de municípios instalados na região, passando de seis para oito: Alcobaça, Caravelas, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália. Em 1960 Porto Seguro era o município mais populoso da região, seguido muito de perto por Caravelas¹⁶⁷. Alcobaça, um dos municípios mais antigos, e outrora um dos mais populosos, teve sua área e população bastante reduzidas em 1958, quando ocorreu a emancipação de dois dos seus distritos: Itanhém e Medeiros Neto¹⁶⁸. Itanhém havia surgido como povoado de Alcobaça nos anos 1920, na fronteira da Bahia com Minas Gerais. Com a

¹⁶⁷ O município de Porto Seguro apresentou uma população de 46.213 habitantes em 1960, enquanto Caravelas registrava população residente ligeiramente menor: 45.854 habitantes.

¹⁶⁸ A população oficial de Alcobaça passou de 34.358 habitantes em 1950, para 21.697 dez anos depois. As antigas vilas, agora como municípios emancipados de Itanhém e Medeiros Neto, possuíam 29.117 e 24.430 habitantes respectivamente (IBGE, 1965).

emancipação de Itanhém, desmembraram-se também de Alcobaça outros dois povoados, Batinga e Ibirajá, que passaram à condição de distritos do recém criado município de Itanhém. Quanto a Medeiros Neto, povoado fundado em 1915 e distrito de Alcobaça desde 1953, era uma localidade de terras férteis, onde a agropecuária avançou bastante. Em 1960 o novo município passou a contar com três distritos: Medeiros Neto (sede), Itupeva e Nova Lídice.

Em 1960 os homens continuavam a compor a maior parcela da população do extremo sul, constituindo 51,2% do total de habitantes residentes. Embora tenha dobrado de tamanho, a população do extremo sul manteve-se a mesma proporcionalidade entre homens e mulheres verificada no censo demográfico anterior¹⁶⁹. Infelizmente o Censo Nacional de 1960 não incluiu no levantamento o quesito “cor” para as regiões fisiográficas, indicando-o apenas para o conjunto da população do estado, o que não nos permitiu estabelecer qualquer dado preciso desta natureza por meio desta fonte.

A população empregada correspondia a 28,1% da população total, estando quase 72% dos residentes não participantes fora no mercado formal de trabalho (incluindo as mulheres). Isso significava, evidentemente, que quase três quartos da população não exercia uma atividade profissional remunerada. A PIA não remunerada era composta basicamente por mulheres. Nesse sentido, não houve modificação em relação ao período anterior, mantendo-se as mulheres a função reprodutiva de “cuidar da casa, do marido e dos filhos”. As mulheres seguiam como o grupo social com o maior número de indivíduos exercendo uma mesma atividade laborativa. Isso não significava que as mulheres se limitassem ao trabalho doméstico não remunerado. Possivelmente muitas delas buscavam o suplementar a renda da família trabalhando em pequenos negócios, atividades agrícolas, residências de particulares, serviços eventuais, etc.

A população vivendo no campo cresceu em números absolutos, saltando para mais de 210 mil pessoas, considerando homens e mulheres. Porém, o peso demográfico do meio rural na população geral reduziu-se quase nove pontos percentuais, comparativamente com a década anterior, caindo para 79,4%, um decréscimo considerável. Conquanto o Censo Demográfico de 1960 registrou para todo o extremo sul 74.539 indivíduos ocupados, a força de trabalho em efetivo exercício no meio rural correspondia a pouco mais de 62 mil pessoas. Embora a proporção de pessoas trabalhando no campo tenha se reduzido desde 1950, ainda mais de 80% de toda a população ocupada no extremo sul concentrava-se no campo (IBGE, 1965a)¹⁷⁰. Sem contar os trabalhadores que desempenhavam atividades ligadas ao “setor industrial” da

¹⁶⁹ Em 1950 eram 135.719 as pessoas do sexo masculino e 129.092 as do feminino.

¹⁷⁰ 88,1% da PO encontrava-se na agropecuária e no extrativismo em 1950 (IBGE, 1955). Em 1960 o percentual declinou para 83,2% (IBGE, 1965).

economia local, mas que muito provavelmente exerciam seu ofício em locais afastados das aglomerações urbanas, nas áreas suburbanas, e até mesmo no meio rural, dada a origem geográfica da manufatura na região, a exemplo da fabricação de aguardentes, farinhas e outros produtos processados. Em todo o extremo sul da Bahia a população ocupada em atividades industriais era composta de 2.185 pessoas em condição de trabalhar em 1960 (IBGE, 1965a, p. 89). Mas apenas 641 pessoas exerciam funções profissionais no ramo de “atividades industriais”, sendo o restante, 489, o número oficial de operários (IBGE, 1966, p. 49). Os operários eram os trabalhadores responsáveis pela realização da produção, portanto, os produtores diretos do valor das mercadorias.

Em suma, o extremo sul da Bahia mantinha-se com grande parte do sua população vivendo e trabalhando no campo, muito embora o tamanho relativo da sua população rural tenha decrescido, embora não o suficiente para alterar a elevada taxa de concentração populacional no ambiente rural, próxima a 80%¹⁷¹. O maior volume de ocupados era encontrado na agricultura perene, basicamente desempenhando atividades de manutenção das lavouras e colheita, mas também gente ligada ao beneficiamento de culturas. O avanço demográfico expressa o crescimento da economia regional, sobretudo das atividades agropecuárias. A pecuária ocupava relativamente poucas pessoas. Os números revelam um desenvolvimento socioeconômico mais intenso na segunda metade do século XX, como tendência à urbanização na região, ainda que modesta.

A certa altura do seu desenvolvimento a agropecuária adquiriu potencial para realizar incrementos urbanos, na medida em que a centralização da renda gerada pelas atividades do setor estimulava a formação de núcleos econômicos e a concentração espacial de pessoas e recursos, mesmo diante do avanço espacial da fronteira agropecuária. A centralização de recursos e a concentração de pessoas levaram à formação, ainda que gradual, de núcleos urbanos, e o seu ulterior desenvolvimento reforçou a tendência de concentração urbana. A novidade decorria da expansão urbana modesta que o desenvolvimento econômico, mais rural do que urbano, vinha produzindo em toda a região. Por outro lado, essa dinâmica particular de acumulação de capital não permitiu forte intensificação da urbanização regional, dados os seus

¹⁷¹ No Brasil, foi somente na segunda metade da década de 1960 que a população urbana ultrapassou a rural em tamanho, ainda assim por força da dinâmica diferenciada da região Sudeste do país, que combinava forte incremento da modernização agrária e aceleração industrial com intensificação do êxodo rural. O Nordeste só começará a registrar alterações substantivas na distribuição de suas populações nesta direção a partir da década de 1980 (GIRARDI, Eduardo. *Atlas da questão agrária brasileira: características socioeconômicas gerais*. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subsubcat/vazio_15>). Em 1960 a população rural da Bahia era 65% da população do estado, e em 1970 esta ainda representava 59% de sua população (IBGE, 1967; 1973a).

limites estruturais. Em suma, o aumento da acumulação e a centralização de recursos nas mãos de alguns agentes econômicos regionais fez emergir oportunidades econômicas, levando uma moderada e gradual urbanização do extremo sul em certas localidades no período, mesmo com o campo apresentando bom desempenho econômico relativo, com expansão de sua área.

Como investigou o economista e historiador Antônio Barros de Castro ainda nos anos 1960, ao longo da história dos países agrário exportadores, quando a atividade econômica básica de uma pequena localidade era a pecuária costumavam crescer em importância os centros urbanos (CASTRO, 1969). Isso acontecia porque a extração de grande excedente de trabalho sobre poucos trabalhadores, assumindo a forma de capital-dinheiro, e a conversão, também em capital-dinheiro, do valor acumulado em rebanhos cada vez maiores, acabou por estimular investimentos em novos negócios comerciais e financeiros, dinâmicos o suficiente para atrair para as localidades numerosos migrantes e até mesmo outros capitais. As cidades, ainda que modestas em tamanho de sua população, se convertiam imediatamente no centro das atividades político-administrativas, financeiras e comerciais, mesmo que rodeadas por unidades rurais fortes. Este foi precisamente o caso da emancipação política do município de Medeiros Neto e Itanhém, que se beneficiaram, fundamentalmente, da atividade pecuária¹⁷². A oeste da então BR-5, onde predominava a pecuária extensiva, verificou-se, ademais, o aparecimento de novas vilas e o crescimento de outras já existentes (CERIS, 1966, p. 90)

Também Itanhém, o outro município criado na década de 1950 no extremo sul baiano, deveu-se, economicamente, ao avanço da sua atividade pecuária. De acordo com os dados do Censo Agrícola de 1960, o predomínio desta atividade sobre a agricultura no município se dava em favor do número de propriedades exclusivamente dedicadas à pecuária bovina, em relação às propriedades de produção mista – onde as lavouras conviviam com a pecuária em geral –, mas também em relação ao tamanho total da área ocupada e ao valor anual produzido com a vendas dos produtos agrícolas (IBGE, 1969). Em Itanhém, embora o número de propriedades predominantemente dedicadas ao gado bovino fossem menor, a área territorial ocupada por elas era maior. Em todos os outros municípios do extremo sul esta não era a situação observada no interior da divisão da terra entre agricultura e pecuária, com exceção de Caravelas. Não sem razão o território do município de Caravelas também irá se dividir no início da década seguinte, como ocorreu com Alcobaça que deu origem aos municípios de Medeiros Neto e Itanhém.

¹⁷² Em Medeiros Neto, o número de propriedade rurais mistas, ou seja, que combinavam na mesma unidade agricultura e pecuária, mas com predomínio da agricultura, perfazia 205 estabelecimentos, enquanto as fazendas voltadas exclusivamente à pecuária no município totalizavam 385 unidades. As propriedades exclusivamente dedicadas à pecuária ocupavam mais área rural do que o conjunto daquelas com ocupação mista, respectivamente 83.858 e 27.717 hectares (IBGE, 1969).

Em dez anos o número de propriedades rurais cresceu. Foram constituídas mais de 4.200 novas propriedades rurais, passando a 13.281 o número total de estabelecimentos em 1960. Um aumento de mais de 46% em relação a 1950. Destes, quase 95% eram propriedades privadas individuais. Apenas 155 estabelecimentos foram registrados como propriedades públicas¹⁷³. Os responsáveis podiam ser tanto os proprietários de fato, quanto arrendatários, ocupantes, administradores ou qualquer outro tipo, desde que previamente combinado. A área total de terra utilizada pelos estabelecimentos rurais aumentou nesse período em 282 mil hectares, chegando a 1.528.408 ha, considerando também as matas “naturais” e “reflorestadas” no interior das propriedades¹⁷⁴. Comparativamente ao decênio anterior, ao longo da década de 1950 a ocupação de terras no extremo sul cresceu na ordem de 23%.

Apesar da expansão as propriedades rurais do extremo sul não eram ainda grandes unidades em 1960 (IBGE, 1967b). Em todo o extremo sul o número de grandes fazendas, aquelas com área entre cinco e sete mil hectares, não havia alcançado duas dezenas de unidades. Para os padrões da época na região, propriedades com esta extensão podiam ser consideradas grandes. A maior parte das propriedades rurais era de pequenas e médias unidades, combinando pecuária e agricultura. Por outro lado, a tendência à expansão rápida do tamanho das fazendas já havia se iniciado.

Uma mudança substancial, contudo, ocorreu no tamanho e na composição dos rebanhos animais. O gado bovino alcançou quase 300 mil cabeças, ultrapassando o rebanho de suínos, que predominou anteriormente (IBGE, 1967b). Composto de aproximadamente 123 mil animais, o rebanho suíno ficava agora em segundo lugar, bem atrás do gado bovino. A expansão que levou ao predomínio da pecuária bovina já ao final dos anos 1950 pode ser explicada por alguns dos fatores que levaram anteriormente a pecuária suína a prevalecer até meados do século, como custos de produção relativamente baixos e uma demanda potencial crescente provocada pelo aumento do consumo deste tipo de carne. Mas o salto da bovinocultura se deve, fundamentalmente, à adaptação do gado aos pastos nascidos do avanço humano sobre a floresta, e a sua função econômica de ocupação produtiva das terras abertas com a expansão da fronteira agrícola. O sistema de produção da pecuária bovina permitiu ao fazendeiro espalhar a “boiada” por sobre áreas de terra crescentemente adquiridas, ocupando propriedades inteiras, numa escala maior do que a agricultura intensiva na região permitiria. A expansão da agricultura

¹⁷³ As propriedades rurais individuais privadas ocupavam 1.428.688 ha de terra, enquanto as públicas 11.709 ha. Todas as outras formas de posse atingiam 88.011 ha.

¹⁷⁴ Do total da área de terras ocupada no extremo sul da Bahia apenas 34.182 ha (ou 2,2%) foram registrados como improdutivas no Censo Agrícola de 1960 (IBGE, 1967b, p.36).

tradicional, por seu lado, costuma deixar atrás de si terras imprestáveis, levando o produtor a continuar a atividade em um outro lugar e, conseqüentemente, desvalorizando as terras “cansadas”. A pecuária bovina extensiva exigia, relativamente, reduzido emprego de força de trabalho, sendo, portanto, uma atividade de baixo custo, além de apresentar menor risco econômico em relação à agricultura tradicional. Grandes áreas de terra degradadas, pouco favoráveis à agricultura, também foram alvo de ocupação com o gado bovino. A expansão da fronteira agrícola significou o avanço da fazenda e da bovinocultura voltada para o consumo humano de proteína animal, pecuária popularmente conhecida como “gado de corte”.

Em seguida vinham as criações de cavalos e animais de carga, que juntos totalizavam 47.228 cabeças. Caprinos, ovinos e aves também tiveram seus rebanhos aumentados, com destaque para os ovinos; estes, mal constavam no censo agropecuário de 1950. Para o bem da verdade, o maior plantel de animais para criação, consumo e comercialização sempre havia sido, e continuava a ser, o de aves domésticas, principalmente o *gallus gallus domesticus* (galinha). De baixo custo, a galinha era amplamente apreciada na culinária local, tanto entre os pobres, quanto entre os mais aquinhoados. A facilidade, o estímulo econômico e a dinâmica da criação de galinhas tornavam inigualável a criação deste animal à época. Porém, a criação de galinhas, pintos e galos, além de outros galináceos, não são economicamente comparáveis à criação de animais de rebanho, sobretudo o gado vacum, dada a diferença de valor comercial dos planteis, assim como as funções específicas que este ocupa juntos aos meios de produção. Nesse sentido, qualquer analogia com base meramente numérica é inócua. Isso só teria sentido, pode-se dizer, caso o extremo sul fosse um destacado polo produtor e comercial de aves, o que não foi o caso à época. Por outro lado, galinhas e outras aves serviam tão bem à alimentação dos habitantes locais quanto vacas, bois, bezerros, novilhos, etc., porém a um custo menor.

Segundo a repartição territorial dos rebanhos, os novos municípios de Medeiros Neto e Itanhém se destacavam por possuíam os maiores rebanhos de gado bovino do extremo sul, respectivamente. Não meramente em números relativos, mas em números absolutos. Juntos, os dois jovens municípios concentravam 43% do gado bovino de toda a região¹⁷⁵.

Ao final dos anos 1950 a maior parte das terras do extremo sul ocupadas por atividades primárias estava direcionadas às pastagens. A área de pasto, seja ela natural ou artificial, ultrapassava em muito a área total dedicada exclusivamente às lavouras, o que evidencia uma franca expansão da pecuária ao longo dos anos 1950, superando pela primeira vez na região a

¹⁷⁵ Medeiros Neto detinha 64.170 cabeças, enquanto Itanhém possuía um rebanho de 63.176 animais domésticos. Em terceiro lugar vinha Caravelas, com um rebanho bovino de 58.378 (IBGE, 1969).

agricultura. Em 1960 na região a área utilizada para formação de pastos (artificiais e naturais) nas propriedades rurais era maior do que aquela destinada às lavouras (artificiais e naturais), principalmente em Itanhém e Medeiros Neto. Todavia, no interior das propriedades a área destinada aos campos de gado era menor do que aquela que permanecia coberta por “matas nativas”¹⁷⁶. Para o conjunto do estado, ao contrário, a ocupação das terras pela agropecuária excedia em quase duas vezes o tamanho total das matas naturais existentes na Bahia em 1960. Isso demonstra que a Mata Atlântica do extremo sul baiano estava consideravelmente conservada em 1960, embora já não apresentasse mais a paisagem pouco explorada da década anterior. O avanço da fronteira agrícola, mormente da pecuária bovina, começava a modificar rapidamente esse quadro de conservação florestal, dentro e fora das propriedades rurais.

A produção agrícola total, considerando culturas permanentes e sazonais, ampliou-se em ocupação de área e capacidade produtiva, além de se diversificar em relação ao período anterior. A taxa de investimento é um indicativo desta expansão. No total foram investidos quase 410 milhões de cruzeiros no campo, incluindo os valores destinados à pecuária. Esse dinheiro foi dispendido com benfeitorias, aquisição de veículos – notadamente tratores –, compra de maquinário, equipamentos, animais e sementes, entre outros investimentos. Somente no município de Prado foram investidos algo em torno de Cr\$ 154 milhões. Contudo, a expansão econômica da agropecuária não se fez acompanhar no extremo sul de mudanças na estrutura da propriedade e de melhorias no mercado de trabalho no campo, continuando a imensa maioria dos trabalhadores rurais e camponeses a levar uma vida material rudimentar e sem formalização de suas atividades.

Apesar de manter sua importância econômica, a cacaicultura vinha cedendo terreno no extremo sul para outras lavouras. Culturas como o café, a cana-de-açúcar, a mandioca e o milho vinham apresentando maior número de propriedades do que o cacau, segundo informação levantada pelo Censo Agrícola de 1960, que tomou por referência os dados de colheitas realizadas no ano 1959 (IBGE, 1969). Em tonelagem produzida o cacau ficava atrás da cana-de-açúcar, da mandioca e do aipim. Ainda assim, a sua importância econômica foi assegurada em razão do maior valor obtido pela venda da safra do produto do cacau no mercado internacional¹⁷⁷. Além da demanda pelo produto e os preços mais favoráveis alcançados pela cacau no mercado internacional, sua produtividade podia ser considerada boa na região ao final

¹⁷⁶ Em todo o extremo sul as pastagens cobriam uma área total de 516.131 ha, frente a 188.220 ha de lavoura (permanente e temporária). A “mata natural” se estendia por outros 654.161 ha. Havia ainda outros 12.869 ha de “matas reflorestadas” e 122.845 ha de terra “incultas” e “irrigadas” (IBGE, 1967b, p.36-7).

¹⁷⁷ O cacau do sul da Bahia obteve um espaço importante para transações comerciais junto ao grande mercado consumidor dos EUA (DEAN, 2018, p. 263).

os anos 1950. A título de comparação, enquanto a cafeicultura no extremo sul registrou 6.345 propriedades, com produção total de 6.232 toneladas, a lavoura do cacau, com bem menos estabelecimentos produtivo (2.664 unidades) obteve, no entanto, produção superior, alcançando 7.323 toneladas no ano de 1959. É verdade que o tamanho médio de uma propriedade produtora de café era bem inferior ao da fazenda de cacau, respectivamente 3 e 11 hectares. Mas o cálculo aqui executado tem como base a unidade produtiva e não a extensão da propriedade, ainda que o reduzido tamanho médio dos estabelecimentos cafeicultores seja indicativo de uma cultura agrícola bastante incipiente¹⁷⁸. Por outro lado, a condição da plantação do cacau na região, por meio da adoção do chamado “sistema cabruca”, fez com que o cultivo fosse realizado ao abrigo da floresta parcialmente reduzida, pois nos setores onde as plantas do cacau eram mantidas o extrato mais alto, o arbóreo, era preservado, visando sombrear e proteger o cacauzeiro que se formava na altura do patamar mais baixo, o arbustivo, da mata nativa. Este método, dada a dispersão do plantio, praticamente impossibilitava que a safra do cacau fosse satisfatória em propriedades muito pequenas.

De maior valor absoluto entre as culturas do período na região, a cacauicultura contava, portanto, com boa produtividade. Mas a fazenda lucrativa não estava aberta a todos os produtores, em parte pela elevação do valor das terras e pelos custos de formação de estrutura física (caixas de madeira, barcaças, armazéns, acomodações para os trabalhadores, etc.), aquisição de equipamentos e manutenção da lavoura. No extremo sul, a essa altura, o cacau já não podia fazer frente ao suntuoso e crescente “mercado de madeiras nobres”, ou a rápida expansão da pecuária bovina no extremo sul do estado. Na verdade, a cacauicultura não obteve no extremo sul da Bahia a mesma difusão que conseguiu no sul do estado, embora tenha tido por um tempo importância econômica relativa na região. Os prognósticos otimistas sobre a crescente expansão e importância econômica desta cultura agrícola para esta parte da Bahia, feitos nos anos 1950, não se confirmaram (SANTOS, 1957)

O mercado de madeira não se restringia às “madeiras nobres”, conhecidas de longa data como “madeiras de lei”, devido ao seu estatuto legal estabelecido ainda no período colonial, expressão depois incorporada à linguagem corrente para se referir às melhores madeiras das florestas brasileiras. A madeira nobre extraída da Mata Atlântica era transformada em móveis e objetos de decoração de valor expressivamente elevado. A demanda por madeira era alta e estava em expansão no país e no mundo, o que levava a escassez. Os produtos de luxo

¹⁷⁸ Por outro lado, o cálculo estatístico de médias pode induzir a erro, pois a média aritmética é basicamente uma abstração, formulada para tornar mais cômodo o entendimento da realidade que se investiga.

fabricados a partir da madeira nativa conferia aos seus detentores prestígio econômico e social. O consumo suntuoso dessas mercadorias foi frenético. Contudo, a madeira retirada das florestas da região ia para outros estados, onde era beneficiada e transformada em bens de consumo.

Mas boa parte da renda produzida com a venda da madeira foi obtida pela demanda de outros estados por madeiras de menor valor comercial, chamadas “madeiras leves” (ou “brancas”), principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os três estados da industrialização brasileira do período. Em meio a retomada do desenvolvimento econômico do pós Segunda Guerra Mundial no mundo, e também no Brasil, a procura por matérias-primas, insumos e materiais que permitissem colocar de pé, e a todo vapor, as obras do desenvolvimentismo, foi intensa e crescente. As madeiras leves, necessárias, sobretudo, a construção civil e as grandes obras de engenharia, fizeram parte do rol dos bens de consumo produtivo. A Mata Atlântica do sul da Bahia passou a sofrer então uma enorme pressão. A segunda metade do século XX foi de franco avanço sobre as florestas remanescentes do sul e extremo sul do estado. A madeira da floresta era convertidas nas prestigiadas mercadorias do consumo de luxo, na matéria-prima consumida na construção civil das grandes obras nacionais – pontes, edifícios, estações, indústrias –, nas habitações de todos os tipos, na biomassa combustível que alimentava as siderúrgicas, etc. Além disso, a floresta continuava sendo fonte de recursos imprescindível, como de hábito, para as populações locais que dela retiravam a lenha, alimentos, etc., bens necessários a sua sobrevivência. Os usos da madeira da floresta atlântica eram incontáveis, e a procura por eles, que desde a colonização portuguesa nunca cessou, passou por mais uma fase de aceleração depois dos anos 1950.

A lista de produtos agrícolas com importância regional ficou maior ao final da década de 1950 e início dos anos 1960. Ao lado do cacau, da cana-de-açúcar, do coco, da mandioca, da banana, ganharam projeção o café, o feijão, o arroz, o milho, o dendê, o tomate, a aipim, o abacate, o caju, a goiaba, a laranja, a lima, o limão, a manga, o abacaxi e a melancia (IBGE, 1969). A produção de café mostrava-se importante, porém inconstante, enquanto a cana-de-açúcar, o milho e a mandioca avançavam.

O número de empresas comerciais declaradas correspondeu a 3,6% do total de estabelecimentos comerciais baianos em 1960, embora em termos de capital empregado no setor o percentual tenha sido menor: 2,3% (IBGE, 1967a). Desde a década anterior o setor comercial registrava um expressivo crescimento do número de estabelecimentos no extremo sul baiano. Em 1950 haviam sido declaradas em todo o território 407 empresas comerciais, sendo

374 delas de tipo varejistas e outras 33 atacadistas. Em 1960 o número total quase triplicou, saltando para 1.138 empresas comerciais.

Surpreende, no entanto, que o Censo Comercial de 1960 tenha registrado apenas sete estabelecimentos comerciais atacadistas para o extremo sul, um número praticamente quatro vezes inferior ao registrado no censo anterior (IBGE, 1967a). De toda sorte, o segmento atacadista não era muito representativo em capital investido. Se compararmos o capital aplicado em cada um dos segmentos veremos que o comércio varejista recebeu no período aplicações que chegam próximo de Cr\$ 96 milhões, enquanto no comércio atacadista foi investido pouco mais de Cr\$ 760 mil, compreendendo este apenas 0,8% do total dos investimentos no setor comercial.

Em todo caso houve o incremento da renda comercial na região. O total do capital aplicado se aproximou dos Cr\$ 100 milhões. Os agentes econômicos sediados nas três maiores praças comerciais, Prado, Medeiros Neto e Caravelas, com 184, 121 e 238 estabelecimentos comerciais respectivamente, investiram juntos Cr\$ 62 milhões, o que corresponde a 64,8% do total de capital empregado no setor (IBGE, 1967a). O município de Medeiros Neto surgia como uma destacada praça comercial no início dos anos 1960. Seus estabelecimentos varejistas, embora em número relativamente pequeno, promoveram o segundo maior investimento de capital do extremo sul no período, com mais de 16 milhões de cruzeiros, atrás apenas dos mais de 31 milhões realizados no município do Prado. Porto Seguro, por seu lado, apresentou uma dinâmica diferente, pois embora detivesse comparativamente o maior número de negócios comerciais do extremo sul, 252 empresas, o comércio varejista no município realizou baixo investimento na circulação de mercadorias, apenas 5,2 milhões¹⁷⁹.

As atividades econômicas no âmbito do comércio foram distinguidas dos serviços nos censos de 1950 e 1960 (e 1970). Os censos comerciais tomaram como referência a definição econômica de comércio como troca de mercadorias palpáveis, diferentemente da imaterialidade dos serviços. Esta é uma compreensão adequada da atividade comercial, e corresponde à noção atual de troca comercial na economia capitalista. O comércio compreende simplesmente a troca de mercadorias tangíveis com intermediação monetária, produzidas em qualquer parte, mas realizadas localmente, ainda que os bens circulem posteriormente em outras praças.

Os serviços, embora sejam atividades econômicas ligadas à circulação de mercadorias, se distinguem especificamente do comércio em razão de promoverem a troca de mercadorias –

¹⁷⁹ Em 1960 foram declarados apenas cinco empreendimentos comerciais atacadistas em todo o município de Porto Seguro (IBGE, 1967b, p.55).

serviços, dinheiro –, mas sem que para isso sejam os bens trocados tangíveis. Por isso é comum na terminologia econômica a definição das mercadorias tangíveis como “produtos” e das intangíveis como “serviços prestados”. O consumo dos produtos não cessa no momento em que eles são realizados na venda, diferentemente dos serviços, cujo consumo termina imediatamente com a realização do serviço prestado. Por outro lado, serviços e comércio são partes da circulação de mercadorias, e assim como a prática comercial estimula a atividade dos serviços, a realização destes movimentam o comércio de produtos. Os dois segmentos específicos têm em comum serem processos da circulação.

O Censo dos Serviços de 1960 refere-se às atividades de alojamento (pensões, hotéis, etc.), alimentação (bares, lanchonetes, restaurantes, etc.), reparação e conserto (artefatos, equipamentos, máquinas, roupas, etc.), higiene pessoal (barbearias, cabeleireiros femininos, etc.), diversão (cinemas, clubes, jogos de bilhar, etc.) e comunicação (radiodifusão, correios e telégrafos) (IBGE, 1967a). Em todo o extremo sul foram recenseados 444 estabelecimentos desta natureza. Em 1950 estes somavam 105 estabelecimentos declarados, ou seja, menos de um quarto do total de empreendimentos do decênio seguinte. Em termos do número de estabelecimentos criados houve um crescimento de mais de 400% em uma década.

Assim como a agricultura e o comércio, também os serviços tiveram acelerado crescimento no transcorrer da primeira década da segunda metade do século XX, apresentando um dinamismo até então inédito. Nos serviços, Caravelas e Prado eram os municípios com os mais elevados números de estabelecimentos registrados, os maiores contingentes de pessoal ocupado em tarefas profissionais (proprietários, sócios e trabalhadores) e as mais altas taxas de capital empregado. Consequentemente, auferiam as maiores receitas municipais do setor¹⁸⁰.

Se somarmos à população ocupada no comércio e na prestação de serviços os empregados em setores correlacionados e assemelhados, como as atividades sociais e administrativas, o número dos trabalhadores do setor de circulação de mercadorias, bens e serviços eleva-se proporcionalmente de 9,3% para 13,8% em 1960. Entre 1950 e 1960 verifica-se ainda uma leve diversificação das mercadorias que circulavam na região. O ainda incipiente mercado interno reforçava-se com o aumento da população, cuja demanda estimulava a produção e o abastecimento da população com bens e serviços. A expansão da fronteira agrícola, com as inversões de capital que dela derivam, foi capaz de gerar rendimentos para a força de trabalho em crescimento, parte substancial desta empregada na agropecuária, mas

¹⁸⁰ Caravelas e Prado obtiveram em receitas com os serviços de Cr\$ 20 milhões e 16,7 milhões, respectivamente, segundo dados obtidos para o ano de 1959 (BRASIL, 1965c).

também no comércio e nos serviços. Isso explica a modesta diversificação observada nestes setores. O fortalecimento da agropecuária também assegurou que o aumento da população não resultasse na elevação dos níveis de pobreza e de miséria, muito embora a condição material de vida da força de trabalho na região não tivesse se modificado.

A atividade de transformação se ampliou. Na Bahia, em 1949, o censo industrial registrava 3.910 “estabelecimentos industriais”. Dez anos depois estes elevaram-se a 5.950 em todo o estado. A maior parte das indústrias e manufaturas baianas estava situada no meio urbano (4.129 estabelecimentos). A produção industrial empregava oficialmente 50 mil pessoas no estado ao final dos anos 1950, sendo 35.313 o número declarado de operários. Na indústria, a classe operária formava o maior universo de trabalhadores entre todos os ocupados no setor. Mas apesar do número de estabelecimentos industriais em expansão, em toda a Bahia não mais do que meia centena de indústrias empregavam mais de 100 operários por unidade/complexo fabril. No estado, a imensa maioria dos estabelecimentos era de pequeno porte, contratando diretamente entre um e dez empregados. A Bahia não era um estado onde a industrialização fosse destacada, e a indústria mais vigorosa estava toda ela concentrada em Salvador, Região Metropolitana de Salvador (RMS) e na área do “recôncavo baiano” (ANDRADE, 2000).

Não podemos dizer que ocorreu na economia baiana uma expansão industrial excepcional entre 1950 e 1960. Longe disso, foi um crescimento apenas moderado. De acordo com o censo industrial, a média mensal de operários baianos empregados girava em torno de 39 mil trabalhadores (IBGE, 1966). A Bahia neste período não era um estado que se pudesse definir como industrial, muito embora estivesse passando desde os anos 1950 por mudanças significativas em sua indústria interna fortemente concentrada, impulsionadas pelo avanço da industrialização nacional, notadamente no Sudeste do país (ANDRADE, 2000). O capital industrial retomava o impulso de integração do mercado nacional, redefinindo, com decisivo apoio do Estado, o papel das regiões brasileiras na divisão do trabalho¹⁸¹.

No extremo sul do estado a indústria não era uma realidade. Os estabelecimentos mantinham-se como manufaturas simples. Foram recenseados tão somente 142 estabelecimentos em toda a região, entre manufaturas e oficinas (IBGE, 1966). O IBGE identificou 641 trabalhadores diretamente empregados nas manufaturas, 489 deles com vínculo

¹⁸¹ Na década de 1950 tem início um novo processo de industrialização na Bahia, e, com ele, a expansão do capital industrial no estado. Iniciava-se a instalação da grande indústria de bens intermediários, intensiva em capital, e espacialmente muito concentrada. Em 1950 entrou em funcionamento a primeira refinaria de petróleo do Brasil, no município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano. Na década de 1960 serão implantados na RMS o parque industrial petrolífero e o Centro Industrial de Aratu (CIA), culminando, nos anos 1970, com a implantação e funcionamento do Polo Petroquímico baiano, este instalado no município de Camaçari (RMS).

operário. Mas de acordo com o Censo Demográfico de 1960 a população ocupada em atividades industriais no período era maior: 2.185 pessoas estavam empregadas, de alguma maneira, no setor manufatureiro (IBGE, 1965).

A baixa demanda, o lento desenvolvimento das forças produtivas e as precárias condições de organização da produção e do processo de trabalho explicam o pequeno número de contratados da atividade de transformação industrial no extremo sul da Bahia¹⁸². Por isso não nos referimos propriamente a existência de uma indústria, ou de uma classe operária, no extremo sul da Bahia ao final dos anos 1950. Em muitos estabelecimentos a forma da atividade desenvolvida tinha pouca relação com a divisão do trabalho na fábrica. As unidades produtivas apresentavam diferentes estágios: oficinas, unidades artesanais, manufaturas e pequenas fábricas. Os trabalhadores, talvez mesmo a maioria deles, continuavam a desempenhar suas funções profissionais em circunstância muito próximas àquela que caracterizam a atividade do artesanato. Era assim antes, e continuava a sê-lo, ainda que o número de estabelecimentos e de trabalhadores houvesse crescido um pouco, mas não significativamente. Evidentemente não se tratava de um “mundo de artesãos”, pois os proprietários destas fábricas não eram como os velhos “mestres” das corporações de ofício, nem eram os seus trabalhadores pessoas não remunerados e submetidos à regras de disciplina definidas por meio da intersubjetividade e da pessoalidade, embora os membros da família pudessem atuar juntos na produção. Tampouco predominavam as oficinas cuja direção da força de trabalho fosse rigidamente conduzida por laços familiares e organizada por regramentos puramente pessoais.

Mas seria igualmente incorreto afirmar que nada havia mudado na condição produtiva da região. É bom lembrar que o Censo Industrial de 1960 deixou de fora do cálculo do produto industrial a “construção civil” e a “geração de energia”, dois importantes segmentos produtivos, ligados ao setor industrial. No início dos anos 1960 ocorreu uma diversificação dos setores industriais no extremo sul, embora com bem poucos estabelecimentos dedicados aos novos ramos. Metalurgia, química e material gráfico apareciam com uma unidade produtiva cada. Mas o segmento mobiliário (móveis, utensílios, etc.) sinalizou ao menos uma mudança de maior alcance na paisagem produtiva regional, aumentado em 23 o número de seus estabelecimentos. Somente seis foram os empreendimentos associados à atividade de transformação da madeira listados, excluindo o já citado ramo mobiliário (IBGE, 1966). Este dado não expressava a importância que a atividade madeireira tinha para a região, certamente porque a maior parte das

¹⁸² Entre por volta de 1950 e 1960 praticamente não houve crescimento no percentual de população empregada na manufatura do extremo sul da Bahia. Em 1950 a população relativa ocupada nas atividades manufatureiras foi de 2,6%, enquanto dez anos depois ultrapassara 2,9% da PO.

atividades deste setor acontecia “às costas” dos registros oficiais e ao largo da atividade industrial. Sabe-se que a exploração madeireira, por sua condição de atividade amplamente clandestina no país, que acontece “longe dos olhos” das autoridades, é muito marcada pela subnotificação, com consciente ocultação de suas atividades, processos e agentes envolvidos (DEAN, 2018).

Processos de transformação de alimentos, a exemplo da produção de massas processadas foram aperfeiçoados desde o último registro estatístico de 1949, assim como vestuário, calçado, couro e similares. Juntos, estes setores de transformação eram metade das unidades de manufaturas registradas no extremo sul em 1960. Mas o ramo, tomado isoladamente, que mais estabelecimentos registrou foi o de minerais não metálicos, extraídos na própria região e arredores. Isso demonstra que tal qual a riqueza agropecuária em expansão no extremo sul, também a produção manufatureira estava associada aos produtos obtidos da terra, ou a ela vinculados, como é o caso também da pecuária. Sem maior capacidade de importar insumos e equipamentos, a manufatura do extremo sul era fortemente dependente dos recursos naturais extraídos do seu solo.

Em todo caso, o setor secundário no extremo sul da Bahia já não se limitava, basicamente, à produção de aguardentes, alimentos e artigos simples de vestuários, como nos anos 1940 e 1950. As oficinas localizadas no meio rural e nas franjas urbanas cediam espaço para atividades produtivas mais complexas, como a metalurgia e a movelaria, materializadas em manufaturas e pequenas fábricas. Mas as oficinas não desapareceram da região.

O incremento populacional, a urbanização e a diversificação produtiva requerem novos espaços para acomodação das famílias no meio urbano. Em relação ao campo, nas cidades do extremo sul o número de pessoas vivendo em uma mesma habitação era praticamente o mesmo na metade do século passado. Nas residências rurais e urbanas a taxa foi de aproximadamente cinco moradores por domicílio recenseado em 1950 (IBGE, 1955). O censo demográfico de 1960 não estabeleceu para as zonas fisiográficas e os municípios a mesma distinção entre meio rural e urbano do censo anterior. Todavia, não temos fortes razões para acreditar que em 1960 a situação domiciliar entre campo e cidade tivesse se modificado muito no extremo sul. Como se sabe, as casas urbanas estão espacialmente mais concentradas no que na área rural. A tendência no longo prazo é de que as famílias urbanas constituam núcleos familiares mais restrito do que no campo, muito embora situações de pobreza e miséria crescente nas cidades possam reforçar a concentração de moradores em uma mesma residência. Mas este não era o caso das cidades do extremo sul à época. As taxas de natalidade e mortalidade relativas, e o

gradiente de fluxo provocado pelo êxodo rural jogam também um papel importante no entendimento dessa relação. Além do mais, os domicílios situados e as famílias residentes no espaço dito “suburbano”, que nesta época não são desprezíveis, tornam mais complexo o quadro da concentração de indivíduos e famílias por domicílio.

Seja como for, na entrada dos anos 1960 era cada vez maior a demanda construtiva por novas residências, sobretudo nas cidades, a esta altura vetor do crescimento vegetativo no extremo sul. Os domicílios particulares permanentes passaram, em toda a região, de 25 mil unidades, em 1950, para quase 46 mil em 1960. As residências eram próprias, alugadas, ou “de outro tipo”. Alguns domicílios contavam com serviço de iluminação elétrica, apenas 1.655 unidades residenciais, o que representava 3,6% do total dos domicílios (IBGE, 1965)¹⁸³. A cidade de Caravelas era uma exceção, com 32,5% dos seus domicílios eletrificados. O abastecimento de água com ligação à rede geral era praticamente inexistente na região, e apenas em duas dezenas de casas este serviço estava em funcionamento. A lenha seguia sendo o principal recurso combustível e energético das famílias em todas as cidades, vilas e povoados do extremo sul da Bahia. Os números são eloquentes a esse respeito. Dos 42.642 domicílios identificados pelo censo de 1960, 42.375, ou seja, 99,4%, tinham nesta biomassa a sua principal fonte de energia e transferência de calor. Somente 114 domicílios obtinham do gás industrial a sua principal fonte de energia residencial. Em toda a região era alta a carência de instalações residenciais típicas de sociedades industriais.

Em suma, tomando apenas o quadro socioeconômico geral do extremo sul baiano para o período, as características estruturais básicas da região, com predomínio absoluto da agropecuária tradicional, de poucas rotas e transportes precários, ausência de verdadeiras indústrias e manufaturas basicamente limitadas à produção de bens de consumo básico (alimentos e vestuário), coloca todo extremo sul numa condição social, econômica, política e cultural muito similar àquela das sociedades pré-capitalistas anteriores ao século XIX (FALCON, 2000). A industrialização brasileira dos anos 1940-60, a despeito de sua expansão territorial no país, ainda passava ao largo do extremo sul da Bahia.

¹⁸³ Em 1950 o percentual de casas dotadas de instalações elétricas no extremo sul era ainda menor, não passando de 1,2% (IBGE, 1955, 152).

CAPÍTULO 5 – A FORMAÇÃO REGIONAL DO EXTREMO SUL (1960-1970)

De Zona Fisiográfica à Microrregião Homogênea: Superando a Região Natural

Em 1966 um grupo de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia começou a envidar esforços na elaboração de uma nova divisão regional para o país, reformulando a divisão regional do Brasil estabelecida desde os anos 1940 (IBGE, 1968). O conceito de zona fisiográfica estava sendo alvo de novas críticas em razão de suas limitações metodológicas para a compreensão do momento pelo qual passava a nação: “O desenvolvimento do país nas últimas décadas, expresso no forte crescimento da população, na expansão urbana e industrial, na ampliação da rede rodoviária, tornava superada a realidade regional apontada no documento oficial” (IBGE, 1970, p. VII). Tratava-se, portanto, de um conceito geográfico ainda muito vinculado aos critérios físico-naturais, sem a plasticidade necessária para acomodar às mudanças socioeconômicas em curso na sociedade brasileira. A solução, segundo os técnicos, seria a demarcação de “espaços homogêneos e polarizados”. Veio a lume, de forma preliminar, as “Regiões Homogêneas” e os “Espaços Polarizados”. O espaço homogêneo deveria ser conformado pela “organização da produção”. Mas apesar do acento econômico, a proposição incluía ainda aspectos sociais e físicos. A partir de 1967 os trabalhos de preparação da nova divisão regional tiveram seguimento.

Foram realizados estudos sobre regionalização e os limites do “espaço homogêneo”, com discussões sobre geografia, demografia, economia, etc., de onde extraíram conceitos como tais como “domínios ecológicos”, “áreas de população”, “regiões agrícolas”, “atividades industriais”, “atividades terciárias”, dentre outras. Foram investigados inquéritos municipais, cartas e mapas (rocha, solo, vegetação, clima), cartogramas (população, estrutura fundiária, agricultura, pecuária, indústria), estatísticas, dentre outros instrumentos informativos. Novos cartogramas e tabelas foram produzidos (IBGE, 1970).

Em meio a discussões científicas sobre “teorias das localizações [...] e dos Pólos de Desenvolvimento”, contribuições de geógrafos brasileiros como Rubens Pereira e Pedro Geiser avançaram uma nova perspectiva para o trabalho de classificação territorial (MAGNAGO, 1995, p. 75-6). São debatidos temas fundamentais, tanto teóricos, quanto práticos, tais como problemas de escala regional (macro/microrregião), desenvolvimento econômico (homogeneidade, diversificação e hierarquização), dominância regional (cidade e campo), polarização (pólo, área metropolitana, cidade-satélite, áreas rurais), etc. Para além da

homogeneidade, a atenção ainda se voltou para a “descrição de extensões diferenciadas do espaço” (GEISER, 1967 apud MAGNAGO, 1995, p.75). Para os técnicos importava para a divisão regional verificar o elemento mais dinâmico da organização regional, ou ao menos aquele que mais interferisse na evolução dos fenômenos geográficos.

Começa a se evidenciar que a região é “uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território” (GEISER, 1969 apud MAGNAGO, 1995, p. 76). Este entendimento promoveu a superação definitiva do domínio teórico da noção de região natural na delimitação e definição das regiões geográficas. Dada a importância atribuída à época a industrialização, e a observação empírica da capacidade dinâmica desta em modificar as paisagens humanas e naturais em certos lugares, a dimensão econômica ganhava peso na definição de região. Escapando do aprisionamento fisiográfico, o passo lógico seguinte foi conceituar região como “espaço organizado pelo homem” (MAGNAGO, 1995). Os espaços homogêneos e polarizados pensados ao final dos anos 1960 significaram a consolidação de um movimento iniciado cerca de vinte anos antes quando, apesar das críticas feitas à época, se manteve o conceito de zona fisiográfica. Quando da adoção das zonas fisiográficas buscou-se relativizar a determinação de fatores naturais na definição do espaço geográfico e indicar certos condicionamentos socioeconômicos. Mas era ainda um movimento circunspeto, em um contexto de comedido modernização econômica e social do país.

Os órgãos do Estado não estavam alheios às discussões acadêmicas, ao contrário, estimulam o debate público promovendo eventos e seminários, pois tinham ciência do potencial destes desenvolvimentos para as políticas de planejamento e integração regional e nacional. Ademais, estes intelectuais realizavam seus estudos em contato com os interesses nacionais manifestos do período. No contexto dos esforços nacionais de integração econômica regional, o DNG definiria uma nova divisão regional do país para fins estatísticos e de planejamento. Nascia a “Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas - 1968” (IBGE, 1970). O Brasil foi então redividido em 361 micro-regiões homogêneas, distribuídas entre as cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul¹⁸⁴.

No final dos anos 1960 as divisões político-administrativas do extremo sul foram modificadas em relação ao último levantamento censitário realizado pelo IBGE. O objetivo dos técnicos era proceder ao mapeamento das diferenças regionais, principalmente os aspectos

¹⁸⁴ A nova classificação das grandes regiões do Brasil havia sido produzida em 1968 para fins exclusivamente estatísticos. Em 1969 foi revisada no âmbito da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas. Em 24 de novembro de 1970 a Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas foi publicada no Diário Oficial da União, conforme Decreto nº 67.647 (LIMA, 2002).

socioeconômicos e institucionais, com o apoio dos modernos serviços censitários do país. Para estabelecimento da base geográfica do VIII Recenseamento Geral do Brasil de 1970 os mapas municipais do recenseamento anterior foram atualizados e ampliados, e as regiões no interior das UFs foram definidas como “Microrregiões Homogêneas”¹⁸⁵.

Com a nova divisão a Zona Extremo Sul deixou de existir, e os municípios que a integravam foram distribuídos inicialmente entre as “Micro-Regiões 155 e 156” (IBGE, 1970, p.257-8). Contudo, para fins do recenseamento nacional de 1970, houve mudança da nomenclatura das microrregiões conforme estabelecidas inicialmente pela nova divisão regional. A Micro-Região 155 passou a ser denominada *Microrregião Interiorana do Extremo Sul da Bahia*, enquanto a Micro-Região 156 foi denominada de *Microrregião Litorânea do Extremo Sul da Bahia* (IBGE, 1973a; 1973b; 1974a; 1974b; 1975). Mudanças ocorreram também nas demais regiões baianas.

Na Bahia, a Zona Fisiográfica do Extremo Sul dava lugar, então, a duas microrregiões: Litorânea e Interiorana. Afora essa mudança metodológica de classificação regional, ademais aplicada oficialmente em toda a geografia territorial nacional, não houve qualquer alteração na área territorial do extremo sul, nenhum acréscimo ou supressão. Quando da realização do recenseamento de 1970 o extremo sul passou a contar então com 13 municípios. Integraram a Microrregião Litorânea do Extremo Sul os municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália; enquanto Guaratinga, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Lajedão e Medeiros Neto faziam parte da Microrregião Interiorana.

Mais tarde, as microrregiões homogêneas foram revisadas pelo IBGE, que as agrupou, segundo novos critérios: “homogeneidade intragrupos”, “setores básicos da economia” e “indicadores de desenvolvimento urbano e rural” (MAGNAGO, 1995, p.83). Com a nova redefinição surgiriam as *Mesorregiões Homogêneas* (BRASIL, 1977)¹⁸⁶.

População, Economia, Infraestrutura

¹⁸⁵ Os censos do VIII Recenseamento Geral foram publicados a partir de 1973. Antes da publicação dos censos a Fundação IBGE publicou, entre 1971 e 1973, vinte e cinco volumes de Sinopses Preliminares, correspondendo às UFs (IBGE, 1973a, s/p). Para o Recenseamento Nacional do IBGE de 1970 o IBGE preparou e publicou separadamente os censos Demográfico, Agropecuário, Industrial, Comercial e de Serviços.

¹⁸⁶ Na divisão regional subsequente, *Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*, o sul e o extremo sul se integraram na *Mesorregião Sul da Bahia*, contudo com três microrregiões distintas: (i) Valença, (ii) Ilhéus/Itabuna e (iii) Porto Seguro (IBGE, 1990); os municípios anteriores do Extremo Sul passam a fazer parte da *Microrregião de Porto Seguro*. A divisão do IBGE em Mesorregiões e Microrregiões perdurou até 2017, quando o órgão atualizou estas classificações regionais e estabeleceu as *Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias* (IBGE, 2017). Na Bahia, com a publicação do Decreto estadual nº 12.354 em 28 de agosto de 2010, passou a vigorar também a divisão do estado em *Territórios de Identidade* (TI), tendo sido instituído o Território de Identidade Extremo Sul (13 municípios).

No início dos anos 1960 surgiram novos distritos sedes e outras divisões internas menores no extremo sul da Bahia. Entre agosto e outubro de 1961 emanciparam-se dois distritos, Itamaraju e Guaratinga. O primeiro desmembrou-se do município de Prado, e o segundo de Porto Seguro. No ano seguinte deu-se a emancipação política de Lajedão, Ibirapuã e Nova Viçosa. Este último desmembrou-se do município de Mucuri, enquanto Lajedão e Ibirapuã separaram-se de Caravelas. A criação de um novo município podia não significar tão somente o seu desmembramento territorial frente ao anterior distrito sede, mas gerava também outras reconfigurações territoriais internas. A mudança de situação política de simples distrito a distrito sede podia se dá com o acréscimo de parte de áreas territoriais de outros distritos que, embora continuassem pertencentes ao município sede anterior, perdiam área para a formação do novo. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Ibirapuã. Ao tornar-se independente de Caravelas integrou à sua área territorial original porções dos territórios dos distritos caravelenses de Juerana e Santo Antônio de Barcelona.

Para além das cidades, as novas circunscrições administrativas contavam com distritos e povoados. Os distritos estavam assim distribuídos entre os municípios no início dos anos 1970: Cachoeira do Mato (Alcobaça); Juerana, Ponta de Areia e Santo Antônio de Barcelona (Caravelas); Buranhém (Guaratinga); Jucuruçu (Itamaraju); Batinga e Ibirajá (Itanhém); Itupeva e Nova Lídice (Medeiros Neto); Ibiranhém e Taquarinha (Mucuri); Argolo e Helvécia (Nova Viçosa); Caraíva e Vale Verde (Porto Seguro); Cumuruxatiba e São José do Prado (Prado); Gabiarra (Santa Cruz Cabralia). Os municípios de Ibirapuã e Lajedão não possuíam outros distritos além dos distritos-sede.

Em 1970 a população residente total do extremo sul já ultrapassava os 370 mil habitantes, distribuídos por aproximadamente 66 mil unidades familiares compostas por um ou mais membros¹⁸⁷. Um crescimento populacional na última década da ordem de 40%. Embora não fosse uma variação percentual tão elevada quanto a que ocorreu ao longo da década de 1950, na década de 1960 houve um crescimento vegetativo também expressivo. Certamente contribuiu para a desaceleração do ritmo de crescimento da população regional a atração que grandes centros urbanos do Sudeste, sobretudo as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em pujante crescimento econômico industrializante desde a década anterior. Estes centros de irradiação de vislumbrado progresso atraíram grandes levas de trabalhadores de

¹⁸⁷ O número da população residente do extremo sul medido pelo Censo Demográfico de 1970 foi de 370.365 habitantes. Já o estado da Bahia registrava então uma população residente de 7.493.470.

outros estados, a maior parte deles do Nordeste brasileiro, e em boa medida da Bahia. Mas foi a diminuição da atividade econômica e o reduzido nível de investimentos no período que sucedeu a expansão demográfica ocorrida nos anos anteriores o que melhor explica a redução da taxa de crescimento da população. Na conjuntura anterior de expansão da economia nacional o extremo sul da Bahia, com muitos recursos florestais à disposição e uma grande fronteira agrícola a explorar, se tornou região alvo da expansão do capital. Porém, apesar dos fatores internos de desenvolvimento socioeconômico, a dinâmica da acumulação na região era comandada por capitais vindos de fora, fundamentalmente o capital comercial. A consequência da dominância do capital comercial externo foi a não realização na região de investimentos, públicos e privados, capazes de dar sustentação prolongada à dinâmica anterior. Não houve no período que vai de 1950 a 1975 a constituição de uma indústria regional, nem a instalação de infraestrutura adequada – educação, saúde, estradas, energia, etc. – necessárias à continuação da expansão econômica e a sustentação do crescimento demográfico vigoroso. Apesar da expansão da atividade econômica no período, ela não foi suficiente para fazer do extremo sul um polo de atração de pessoas de outras regiões.

Em regiões e localidades basicamente agrárias, onde ocorreram crescimento demográfico significativo com forte concentração da terra, incremento do latifúndio e, ao mesmo tempo, se encontravam a certa distância dos núcleos dinâmicos de desenvolvimento econômico, é comum observamos no período ondas de migração, ou êxodo rural. No Brasil estes fatores levaram a uma tendência histórica de “pulverização da pequena propriedade e o êxodo em direção às capitais regionais ou em busca de terras mais longínquas” (CASTRO, 1969, p. 73)¹⁸⁸. Mas esta não parece ser, na altura dos anos 1960, a condição socioeconômica fundamental do extremo sul da Bahia, a despeito de seu baixo dinamismo econômico e sua relativa proximidade aos centros econômicos mais dinâmicos estabelecidos no Sudeste do país. Isso porque a fronteira agrícola na região estava ainda em expansão e os capitais começavam a ser mais empregados nas atividades lucrativas emergentes, a exemplo da exploração madeireira e da pecuária bovina. Neste sentido, as possibilidades de ocupação da terra e o emprego em atividades produtivas ainda estavam relativamente abertas a um contingente crescente de pessoas. Evidentemente, as condições de estabelecimento não eram iguais para todos, pois o valor das terras estava subindo, a violência no campo certamente aumentando e os capitais

¹⁸⁸ Desde os anos 1930 observa-se, no Brasil, um crescente êxodo campo-cidade, simultaneamente a um crescimento consistente das populações no campo – entre 1940 e 1960 cerca de 1,5% aa. A PEA neste período cresceu na agricultura, em termos absolutos, mais do que na indústria (CASTRO, 1969).

investidos eram limitados. Neste contexto uma frente de pessoas pobres vai se estabelecendo gradualmente, sobretudo quando o acesso à terra fica dificultado para certos grupos, o que pode gerar alguma migração para outros lugares. Contudo, para os anos 1960 os dados disponíveis apontam mais chegadas do que partidas para o extremo sul baiano.

Não se pode, portanto, exagerar o fluxo interestadual, num contexto de abertura da fronteira agropecuária na ampla área do vale do Mucuri, norte do Espírito Santo e extremo sul baiano. Havia, ao contrário, ativas frentes de povoamento e francas possibilidades de exploração econômica na agricultura, na pecuária, na extração madeireira, no comércio, nos serviços, além de consideráveis reservas de recursos naturais. Ademais, o tamanho da população residente era ainda relativamente pequeno, se comparado com outras regiões do estado em situação econômica similar. Ainda assim, a busca por oportunidades e empregos melhores, ou pelo menos melhor remunerados, não pode ser desconsiderada como fator de atratividade da região Sudeste do país, incentivando a migração de parcelas da população regional de menor renda.

Tabela 1 – População do Extremo Sul da Bahia (habitantes)

Ano	Homem	Mulher	Total
1950	66.666	63.372	130.038
1960	135.719	129.092	264.811
1970	188.413	181.952	370.365

Fonte: IBGE (1955; 1965; 1973a). Elaboração do autor.

O extremo sul manteve a tendência, observada anteriormente, de crescimento populacional acima do estado. Entre 1960 e 1970 enquanto a população do extremo sul havia crescido 40%, a população baiana aumentou 26,6% (IBGE, 1973a). A distribuição por sexo estava equilibrada no estado e na região. Em 1970 pouco mais da metade da população baiana era composta por mulheres (51%). Já no extremo sul os homens continuavam em maior número. A população masculina era composta de 188.413 indivíduos (50,9%), em relação a 181.952 mulheres (49,1%). Mantinha-se praticamente inalterada a proporcionalidade por sexo da população registrada no decênio anterior. A novidade ficou por conta da distribuição da população entre o “litoral” e o “interior”. Os levantamentos estatísticos oficiais anteriores, embora não distinguissem internamente as áreas “litorânea” e “interiorana” do extremo sul, nos

possibilitam ainda assim calcular a presença geográfica destas populações, em razão dos dados se apresentarem desagregados para os municípios, o que permitiu inferir a localização dos habitantes. Em grande parte dos casos a maior concentração de pessoas ocorria nas áreas urbanas e rurais dos distritos sede e em distritos próximos às sedes. Em dado momento ao longo dos anos 1960 essa conhecida tendência histórica de concentração da população natural se inverteu no extremo sul da Bahia. Com 186.687 habitantes a “microrregião interiorana” passava a ser mais populosa do que a “microrregião litorânea”, esta então com 183.687 residentes (IBGE, 1973a). A proporção e a distribuição entre mulheres e homens nas duas microrregiões era basicamente similar¹⁸⁹.

A população rural correspondia a 79,3% da população residente total em 1970. Manteve-se praticamente inalterada em relação ao período anterior. Isso demonstra que o impulso levemente urbanizador observado ao longo dos anos 1950 perdeu força, e o campo seguiu sendo o espaço de residência da grande maioria da população, onde viviam 293.796 pessoas. Nos núcleos urbanos das duas sub-regiões (litorânea e interiorana) viviam outros 76.569 habitantes. Na microrregião litorânea a população rural era proporcionalmente maior, com 85,2% dos seus habitantes vivendo no campo. Índice um pouco inferior ao observado para o conjunto do extremo em 1950, que foi de aproximadamente 88,5% de população rural. A região interiorana, ao contrário, apresentou taxa de ruralização inferior ao extremo sul e bem abaixo do litoral: 73,5%. Isso demonstra que os novos municípios, além de surgirem apartados do litoral, a exceção de Nova Viçosa, apresentavam populações mais urbanizadas. Ainda assim, o predomínio do meio rural seguiu inabalável em todo o extremo sul da Bahia no início dos anos 1970.

Tabela 2 – População Rural

Ano	Habitantes (aprox.)	% da população total
1950	115.000	88,60%
1960	210.000	79,45%
1970	294,000	79,30%

Fonte: IBGE (1955; 1965; 1973a). Elaboração do autor.

¹⁸⁹ A razão da população feminina (91.426) em relação à masculina (95.261) na microrregião interiorana foi de 96%, enquanto que na microrregião litorânea esta foi de 97,2% (93.152 homens e 90.526 mulheres). No interior os homens eram 51% e as mulheres 49% da população total; na microrregião litorânea, por seu lado, a população masculina representava 50,7% do total, enquanto a de mulheres 49,3%.

Em 1973 foram concluídas na região as obras da rodovia federal BR-101. A estrada federal foi a principal infraestrutura pública do extremo sul desde a EFMB. A rodovia atravessou o extremo sul de ponta a ponta, substituiu a antiga rodovia BR-5 que havia sido pavimentada apenas até a altura do distrito de Barra Nova em Porto Seguro, no sentido norte-sul (CERIS, 1966, p.107)¹⁹⁰. Portanto, a maior parte da rodovia que cortava o extremo sul da Bahia continuava não concluída ao final da década de 1960. A BR-5 fez parte do anterior sistema de numeração de rodovias federais do país. Conhecida como rodovia “Rio-Vitória”, a radial ligava o município do Rio de Janeiro à cidade de Feira de Santana na Bahia. Iniciada ainda nos anos 1950, a BR-101 irá incorporar a estrutura da BR-5 e passará a ser uma rodovia longitudinal (sentido norte-sul do país). A prodigiosa rodovia federal translitorânea margeará quase todo o litoral brasileiro, atravessando doze estados, desde a cidade de Touros no Rio Grande do Norte até o município de São José do Norte no Rio Grande do Sul¹⁹¹. A BR-101 foi o maior exemplo, no extremo sul, do empenho político nacional da integração do Brasil, gerando novos impulsos socioeconômico, conseqüentemente urbanizadores, em toda a região. As mudanças decorrentes das atividades incentivadas pelo funcionamento da BR-101 não ocorreriam de um ano para o outro, mas tiveram importante papel na configuração da região com a expansão de suas atividades.

As rodovias federais tiveram papel central na integração nacional, maior do que aquele conseguido no passado com implantação das ferrovias na segunda metade do século XIX. Na prática o modal rodoviário não complementou e sim substituiu o sistema de transportes ferroviários no Brasil. As rodovias federais e estaduais – radiais, longitudinais, transversais, diversas – tanto estimularam, quanto foram estimuladas pela nova fase de industrialização por que passava o país no pós Segunda Guerra Mundial. A “rede de transportes” aumentava à medida que se intensificavam as transações comerciais e o avanço sobre novas regiões. Em certas regiões a ampliação era também fomentada pela participação do capital estrangeiro no negócio (CASTRO, 1969). O grau de integração regional dependia do crescimento da demanda, em geral no longo prazo. Resultava no fortalecimento dos centros urbanos mais antigos e na formação de novos.

Em todos os municípios do extremo sul havia mais pessoas vivendo no campo do que nas áreas urbanas. A imensa maioria dos habitantes da região estava distribuída em áreas rurais.

¹⁹⁰ Ver Mapa 6.

¹⁹¹ Ver: *Gestão Ambiental BR-101/NE*. Disponível em: <<https://www.br101nordeste.com/>>.

Na maior cidade do extremo sul em 1970, Itamaraju, com quase 64 mil habitantes, a população urbana não atingia 24% do total de habitantes do município. Nos demais municípios a população residente concentrava-se nos distritos rurais. No interior deste espaço marcadamente rural, as cidades de Medeiros Neto, Caravelas e Mucuri concentravam, respectivamente, 67,2%, 54,9% e 46,4% das populações urbana dos seus municípios. Nestas, portanto, o grau de dispersão dos aglomerados urbanos era menor. Contudo, em toda a região apenas no município de Medeiros Neto a população urbana rivalizava de igual para igual, em tamanho, com a população rural em 1970 (IBGE, 1973a)¹⁹².

Apesar do predomínio da vida rural, as nucleações urbanas continuavam em expansão. A substituição de parte da agricultura pela pecuária extensiva acabou por estimular o deslocamento de pessoas do campo para as áreas urbanas, em processos de transferência de capital e liberação de força de trabalho para mercados consumidores que vinham sendo constituídos, ou reforçados, nas cidades e distritos maiores. Mas a agricultura continuava a exercer a sua função vital de fornecer excedentes de alimentos e matérias-primas, inclusive para as manufaturas locais. Como bem demonstrou Castro (1969) a agricultura teve papel fundamental mesmo nos lugares onde a indústria se desenvolveu bem, não sendo, portanto, um óbice ao desenvolvimento industrial. No extremo sul, onde praticamente não havia indústria, ela continuava sendo a principal atividade a absorver a força de trabalho, embora já não fosse mais o centro da economia regional.

Na Bahia a situação não era muito diferente. Em 1970 a maior parcela da população do estado residia no campo. Quase 60% do povo baiano extraía seu sustento de atividades ligadas ao meio rural. Mas diferentemente do extremo sul do estado, assim também como de outras microrregiões tomadas isoladamente, a economia baiana dependia menos da riqueza produzida nas fazendas, sítios e posses, muito embora as trocas entre cidade e campo fossem fundamentais. O meio rural como espaço produtivo não detinha mais o predomínio da produção no estado. O que não significava que a Bahia fosse um estado amplamente industrializado. O que havia de indústria baiana estava amplamente concentrada no entorno da capital do estado. Fora desta zona nucleada muito pouco havia que se pudesse chamar, sem despertar justa polêmica, de indústria. Mas é preciso que se diga, em favor dos processos de urbanização em andamento no estado, que estes não estiveram exclusivamente vinculados à expansão industrial.

¹⁹² Em Medeiros Neto 14.534 pessoas residiam em núcleos urbanos (49,5%) em 1970, enquanto outras 14.802 (50,5%) viviam em área rurais do município.

As propriedades rurais no extremo sul continuavam a crescer, tanto em número de unidades quanto em área cercada. Todas juntas somavam 17.366 estabelecimentos rurais declarados, cobrindo uma área total de 1.898.006 hectares. A área rural declarada apresentou um percentual bastante elevado de terras produtivas, em torno de 98%, considerando as microrregiões litorânea e interiorana (IBGE, 1973b). Houve crescimento de 31% do número de propriedades e de aproximadamente 24% de área ocupada. Acima de 92% desses estabelecimentos rurais foram declarados propriedades privadas individuais, ocupando juntas uma área de 1.729.518 hectares. As propriedades públicas, ou seja, aquelas que não eram privadas individuais, privadas em sociedade, cooperativas, etc., correspondiam a 335 estabelecimentos, com posse total de 11.600 hectares.

São diferentes as situações de posse em que se encontravam os responsáveis rurais. Havia proprietários, arrendatários, ocupantes, administradores e outras condições que o recenseador agrupou como sendo “sem declaração”. Estas condições de direção da produção agrária expressavam a diversidade de usos fundiários e as formas de extração da renda da terra na região. Bem à frente dos demais municípios em número de propriedades e extensão de área rural ocupada, Itamaraju registrou 337.459 hectares de terra, distribuída entre 3.266 estabelecimentos rurais¹⁹³.

Tabela 3 – Propriedades Rurais e Área Ocupada

Ano	Estabelecimentos	Área ocupada (ha)
1950	9.069	1.245.457
1960	13.281	1.528.408
1970	17.366	1.898.006

Fonte: IBGE (1956a; 1969; 1973b). Elaboração do autor.

Na microrregião litorânea ficava a maior parte dos estabelecimentos rurais do extremo sul, ou seja 9.359 propriedades. Os estabelecimentos abarcavam uma área também maior na região, com 985.194 hectares de terra sob seu controle. Na microrregião interiorana a área apropriada era um pouco menor, 912.812 hectares, e distribuída entre 8.007 estabelecimentos

¹⁹³ Os demais municípios, por ordem de maior área total ocupada, sob regime de propriedade rural, em 1970: Prado, 219.870 ha (1.233 estabelecimentos); Porto Seguro, 186.813 ha (1.990); Guaratinga, 182.364 ha (1.285); Santa Cruz Cabrália, 165.634 ha (1.193); Alcobaça, 145.685 ha (1.503); Medeiros Neto, 131.586 ha (1.090); Itanhém, 128.172 ha (1.058); Caravelas, 103.178 ha (1.637); Mucuri, 98.326 ha (858); Ibirapuã, 76.334 ha (1.046); Nova Viçosa, 65.689 ha (945); Lajedão, 56.896 ha (262).

rurais. O tamanho médio de uma propriedade rural na microrregião interiorana era de 114 hectares, enquanto que na litorânea era de pouco mais de 105 hectares. O valor mercantil das terras produtivas do extremo sul da Bahia foi calculado pelo IBGE em Cr\$ 347,6 milhões (a preço de 1970). A maior parte, aproximadamente 200 milhões, expressava monetariamente o valor das terras situadas na microrregião interiorana, enquanto as terras da microrregião litorânea valiam Cr\$ 148 milhões, em números arredondados. O conjunto das terras municipais de maior valor monetário foi avaliado em Itamaraju. Se as propriedades fossem todas vendidas ao preço avaliado pelo Censo Agropecuário de 1970, conforme padrão monetário vigente à época, o valor auferido pela venda destes imóveis seria de Cr\$ 60,4 milhões. Somente as propriedades rurais de Itamaraju, o mais populoso dos municípios, correspondiam a 17,4% do valor das terras de todo o extremo sul baiano.

Evidentemente que a comparação da produção agrícola tomando por referência as colheitas realizadas em datas distintas, separadas por dez anos entre uma medição e outra, não é um procedimento metodológico rigoroso, dados as situações econômicas e as condições ambientais, quase sempre irregulares da agricultura com baixa inversão tecnológica, aliada às intercorrências climáticas. O mais adequado seria observar os dados em uma série longa de colheitas sucessivas. Ainda assim, os dados do Censo Agrícola de 1960, coletados na colheita de 1959, e do Censo Agropecuário de 1970, com base na colheita de 1970, nos permitem indicar algumas mudanças do cenário rural do extremo sul da Bahia. Cacau, café, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, coco e frutas seguiam como os principais produtos agrícolas em termos de produção total. Dados de 1970 apontam a mandioca como a cultura que ocupou a maior área territorial total por gênero de produção, possuindo também o maior número de estabelecimentos dedicados à sua lavoura. A produção de mandioca foi a que mais cresceu em números absolutos. Ocupando 29.600 hectares de terra, contra 22.500 da lavoura do cacau, foram produzidas 219.000 toneladas da raiz em 1970, tendo a lavoura dobrado o número de propriedades e sua capacidade produtiva, comparativamente a colheita de 1959. E as maiores colheitas foram obtidas na microrregião litorânea¹⁹⁴.

A cacauicultura era a segunda maior cultura em extensão de terra ocupada. Apesar de ter aumentado sua participação total na região em 23% em dez anos, negociando nove mil toneladas de amêndoas em 1970, teve sua área de produção reduzida em mais de seis mil hectares, bem como diminuído o número de empreendimentos rurais dedicados à produção do cacau. Se, por um lado, isso demonstra uma elevação da produtividade deste segmento agrícola,

¹⁹⁴ Produção de mandioca por microrregião: 134.867 toneladas (litorânea); 84.177 toneladas (interiorana).

por outro indica, em certa medida, a perda da centralidade do cacau para a economia da região, diante da expansão de outras culturas, como a cana-de-açúcar. A expansão da pecuária como fator de redução da área produtiva do cacau é algo a ser verificado, pois a cultura do gado era mais vibrante no interior da região, onde o cacau não era plantado. No litoral a bovinocultura era pouco expressiva até 1970. Seja como for, a redução das lavouras teve consequências negativas para a floresta natural, pois o cacau era em boa medida cultivado no interior da mata, com corte seletivo de árvores, preservando o dossel para permitir o regime de sombreamento da planta do cacau.

O declínio relativo da cacauicultura parece confirmar o gradual afastamento econômico do extremo sul do “sul cacaueiro”, liderado por Ilhéus e Itabuna, onde a cultura havia se tornado uma referência econômica, política e social dominante. A vetusta vinculação econômica da região com o Atlântico Sul vinha perdendo força, emergindo, digamos assim, uma nova região, que se integrava crescentemente ao circuito mercantil do Sudeste do país, sem abandonar vínculos econômicos e culturais anteriores. O extremo sul, portanto, demarcava-se cada vez mais claramente, não apenas espacialmente, mas social e economicamente.

A atividade canavieira chamava a atenção em 1970. Com 778 estabelecimentos rurais produzindo mais de 22.000 toneladas de açúcar, registrou crescimento de 70%. Por outro lado, a cafeicultura continuava seu amargo declínio produtivo no extremo sul baiano, despencando em dez anos a quantidade de propriedades dedicadas ao café. Não sem razão, verificou-se uma queda brutal do rendimento produtivo e a redução dos ganhos financeiros do café (IBGE, 1973b).

Já as frutas seguiam a diversificação do período anterior. O censo agropecuário listou estabelecimentos produtores de abacate, abacaxi, caju, fruta-do-conde, jaca, lima, limão, mamão, manga, melancia, tangerina, uva e laranja, além das tradicionais produções de banana e coco-da-baía¹⁹⁵. Destaque para a lavoura da laranja, que sozinha extraiu do solo mais frutos do que todas as outras culturas da fruticultura reunidas, excetuando o coco e a banana. Outras pequenas culturas foram mapeadas, a saber: batata inglesa, batata doce, chuchu, inhame, pimentão, quiabo, repolho, couve, alho, alface, fumo de folha, tomate (IBGE, 1973b). Além das lavouras, são relacionadas as produções de leite, ovos, mel, cera de abelha e lã. Esta última, uma novidade em relação ao Censo Agrícola de 1960.

¹⁹⁵ Banana e coco-da-baía, duas das mais frequentes produções agrícola do extremo sul, reduziram consideravelmente sua produção se compararmos a colheita de 1970 com a de 1959.

A ampliação e a diversificação da produção alimentar na região, incluído aqui a proteína animal, com destaque para a carne de gado, sustentou o crescimento vegetativo verificado na região. Embora o melhor momento dos produtos agropecuários brasileiros no comércio internacional desde o pós-guerra já tivesse ficado para trás (1946-1953), a expansão da agricultura nacional até o início dos anos 1970 se explica também pelo que ainda restava do dinamismo da economia mundial, de que se aproveitaram as economias agrário-exportadores. No extremo sul certamente algumas culturas obtiveram benefício deste cenário favorável, como café, cacau e cana-de-açúcar. Assim como a pecuária bovina, estas atividades agrícolas eram formadoras de estoques, o que exigia considerável aplicação de capital, sobretudo se tivessem como alvo, em alguma medida, o mercado internacional. É preciso dizer também que o crescimento do comércio internacional estimulou a produção nacional de alimentos que circulava internamente, como efeitos diversos entre as economias regionais envolvidas no circuito de acumulação. A expansão do comércio internacional pode reduzir em certas regiões o potencial de reconversão ao mercado interno de produtos direcionados ao mercado externo. Mas é preciso considerar que a pauta de alimentos nacionais destinada ao mercado internacional era pequena, e a maior parte dos alimentos que chegam à mesa das pessoas eram provenientes da pequena lavoura. Trata-se, portanto, de situação complexas que precisam ser melhor examinadas na região.

As propriedades que dedicavam à pecuária o principal de sua atividade produtiva eram aquelas que mais terras mantinham sob sua posse. Somente a área voltada às pastagens ocupava 1.026.965 hectares, classificadas como produtivas no território, naturais ou de gramínea plantada. Em seguida vinham as áreas prioritariamente agrícolas, permanentes e temporárias, que cobriam 115.516 hectares. Entre pastos e lavouras, havia ainda no interior das propriedades outros 516.183 hectares de matas naturais e pouco mais de 2.800 hectares destinados a silvicultura (“floresta plantada”). Uma ínfima parcela era de terras irrigadas, menos de 50 hectares em todo o extremo sul. As terras consideradas incultas, portanto “em descanso” ou não utilizadas, somavam 202.652 hectares. Por fim, outros 34.220 hectares (2%) foram classificados como terras propriamente improdutivas.

A criação de animais mais uma vez foi expandida. Em termos gerais, considerando o registro feito dos gados bovino, equino, suíno, caprino, ovino, bufalino, asinino e muar, a região registrou 709.503 cabeças em 1970. Perto de 68% desse universo, ou 480.979 animais, era composto de vacas e bois. O número de animais do plantel bovino no período chegou a ser superior mesmo ao de aves de criação declaradas na microrregião interiorana. Se tomarmos

apenas esta sub-região, o percentual do gado bovino ultrapassava 74% dos rebanhos¹⁹⁶. A novidade foi o registro de bufalinos, feito pela primeira vez no Censo Agropecuário de 1970. Todavia, a soma dos pequenos rebanhos do gado bufalino não representava mais do que 0,07% do universo de animais mamíferos de criação. Rebanhos de búfalos podiam ser encontrados nos municípios de Itamaraju (181 cabeças), Prado (141), Mucuri (70), Porto Seguro (39), Itanhém (17) e Lajedão (14).

Tabela 4 – Criação de Animais (cabeça)

Rebanho	1950	1960	1970
Bovino	108.436	296.040	480.979
Suíno	250.009	122.888	145.728
Cavalo/carga	4.381	47.228	70.265
Ovino	8.737	13.247	8.624
Caprino	228	1.804	3.445
Bufalino	---	---	462
Total	371.791	481.207	709.503

Fonte: IBGE (1956a; 1969; 1973b). Elaboração do autor.

Os números da economia rural evidenciam que ao lado do extrativismo vegetal a pecuária bovina foi o segmento econômico que mais se expandiu no extremo sul desde o final dos anos 1940, tanto em ocupação de novas áreas para estabelecimento de pastagens, quanto em investimento nos fatores de produção (terra, capital e trabalho). A área de campo destinada à pecuária foi três vezes maior do que a dirigida à agricultura como um todo¹⁹⁷. A expansão de posses, sítios e fazendas não se dava exclusivamente por meio da compra da terra. Embora a primeira fase, digamos assim, da colonização das terras e formação das primeiras fazendas no interior do extremo sul já estivesse avançada na década de 1940, tendo ocorrido mais intensamente no passado entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, a onda seguinte de colonização, com ocupações, povoamento e exploração de novos espaços se

¹⁹⁶ Na microrregião litorânea o percentual de gado bovino em relação aos demais rebanhos no período foi de 57,5% (IBGE, 1973b, pp. 336, 346, 356, 366)

¹⁹⁷ As lavouras permanentes e temporárias ocupavam 115.516 hectares, enquanto as pastagens, naturais e plantadas, uma área total de terra bem maior, 355.252 hectares (IBGE, 1973b, p.156-7).

deu basicamente pelo avanço da fronteira agrícola por sobre áreas de floresta. Nesse ponto, a “economia do boi” se encontrou com a “economia da madeira”, fazendo com que o avanço da segunda fomentasse o incremento da primeira. Mas como veremos mais adiante, uma e outra não se alimentaram exclusivamente, nem necessariamente.

A pecuária extensiva avançou mais rápida e intensamente do que a agricultura no extremo sul depois de 1940. Em duas décadas o gado bovino se tornou o centro da acumulação regional, concentrando riqueza, poder e prestígio social. Somente a exploração madeireira lhe fazia frente, ainda assim por pouco tempo. A apropriação capitalista dos recursos naturais por meio do extrativismo madeireiro sistemático teve vida menos longa, com a renda sendo extraída diretamente da “terra nua”¹⁹⁸. A floresta do extremo sul ao longo dos anos 1960 começava a encolher em extensão em relação à junção dos campos destinados à pecuária bovina. A pecuária avançava quando a floresta recuava. O pasto sucedia a floresta, os bois ocupavam o lugar antes destinado às árvores.

É possível também que alguns ruralistas fossem em busca de novas terras a certa distância do local de suas instalações assentadas, como havia sido comum anteriormente em outras frentes de expansão agropecuária brasileiras, a exemplo do vizinho vale do Mucuri (MARTINS, 2018). No nordeste mineiro a grande floresta se foi antes do que no extremo sul baiano em pelo menos meio século. Não foi incomum ao impulso colonizador sobre grandes territórios pouco povoados a geração de muitas formas de tensão e violência, particularmente contra as comunidades de ocupação anterior, como grupos indígenas¹⁹⁹, comunidades remanescentes de quilombolas²⁰⁰, posseiros, antigos fazendeiros, etc. O controle da administração pública do estado praticamente não se fez presente nos “sertões do leste” baianos

¹⁹⁸ Por “terra nua” compreendemos áreas terras onde o solo não havia recebido qualquer tratamento humano e a vegetação mantinha-se nativa,

¹⁹⁹ A partir de indícios arqueológicos, linguísticos e socioculturais, Paraiso (1992) levantou a hipótese de que os muitos grupos indígenas dos territórios entre o norte do Espírito Santo, nordeste de Minas Gerais e sul da Bahia, Kamakã, Komanaxó, Kutatoi, Maxakali, Pataxó, Monoxó, Malali, Makon, Copoxó, dentre outros, apresentavam certa unidade sociocultural, sendo, portanto, “sub-grupos” de uma nação. Durante o aldeamento compulsório da segunda metade do século XIX esses sub-grupos teriam sido agrupados pelos observadores sob duas identificações genéricas: “Maxakali” e “Pataxó”. Para Sampaio (2000) estes povos pertencem a duas famílias linguísticas distintas, os Maxakali e os Pataxó. Eles vinham ocupando o território do atual extremo sul da Bahia desde pelo menos o século XVI (SOTTO-MAIOR, GAIA, 2012). Possivelmente os Pataxó se concentravam nas proximidades da costa, enquanto os Maxakali mantinham concentrações no interior, nas proximidades da Serra dos Aimorés, divisa atual da Bahia com Minas Gerais. Por volta de meados do século XIX grupos Pataxó sobreviventes desta região e, possivelmente, alguns Maxakali, já estavam convivendo com as populações das vilas litorâneas. Certamente grupos menores de outros povos indígenas vieram se instalar no território, sobretudo após o aldeamento compulsório único realizado pelo presidente da Província da Bahia a partir de 1861.

²⁰⁰ Algumas comunidades remanescentes do extremo sul da Bahia: Rio do Sul, Volta Miúda, Mutum, Naiá, Cândido Mariano, Helvécia, Maitá (Nova Viçosa), Bacalhau, Espora Gato (Caravelas) e Vila Juazeiro (Ibirapuã) (BAHIA, 2008b)

até 1970, o que tornava a migração fato corriqueiro e a grilagem de terra prática bastante difundida e pouco combatida.

Quanto ao extrativismo, distingue-se no interior do setor a produção extrativa vegetal e a silvicultura (IBGE, 1973b). A produção extrativa de origem vegetal é aquela na qual “é investigada toda formação florestal natural e espontânea existente no município e da qual são coletados produtos, abrangendo alimentos, borrachas, ceras, fibras, madeiras, oleaginosos, entre outros”²⁰¹. Eram classificados como produtos oriundos do extrativismo o pescado e a caça. A extração mineral é um segmento próprio, o da mineração.

No extremo sul a produção extrativista vegetal abrangia a exploração econômica de árvores, lenha, carvão e piaçava (IBGE, 1973b). Em 1969 o consumo de lenha calculado praticamente decuplicou em relação à medição feita dez anos antes, enquanto o de madeira em tora deu um salto impressionante, passando de 120 m³ para 26.000 m³. Neste ponto não é mais possível tratar a extração madeireira como extrativismo. Tratava-se de uma atividade organizada em moldes industriais, a partir de serrarias e madeireiras. A demanda crescente pelo recurso provinha em larga medida de fora da região, de estados onde a indústria madeireira e o consumo permanente de madeira já estavam consolidados. O extrativismo limitava-se basicamente à extração para a produção do carvão vegetal, para atender o consumo cotidiano das famílias locais. Ainda assim, a madeira queimada nos “fogões à lenha” caseiros saltou de modestas 24 toneladas para quase 1.800 em 1970. O mesmo se deu com a fabricação da piaçava.

O avanço sobre as matas não era nenhuma novidade no extremo sul baiano. Desde a exploração do pau-brasil no primeiro momento da colonização, passando pela legislação florestal de finais do século XVIII que procurou proteger as “florestas reais” da exploração desenfreada dos colonos e criar para a coroa portuguesa reservas de madeira nativa para a construção de embarcações e prover outros usos estratégicos, a nação se vê diante de investidas sobre a sua grande floresta atlântica. A exploração madeireira do vasto território sempre se apresentou como uma alternativa econômica para as populações nacionais e para os governos colonial, imperial e republicano. Contudo, não houve no passado desta região nada parecido com a degradação florestal que se verificou entre os anos de 1960 e 1980. Mapas da Mata Atlântica mostram que em 1974 mais de 80% da floresta havia desaparecido da região,

²⁰¹ IBGE. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=o-que-e>>.

comparativamente ao que havia em 1946, ano em que a paisagem florestal ainda se apresentava como dominante no extremo sul da Bahia²⁰².

Os dados oficiais demonstram, primeiro, que o consumo de material combustível de origem vegetal retirado das matas continuou crescendo vigorosamente no extremo sul. Segundo, houve demanda crescente por biomassa a partir da década de 1950, se tornando mais intensa à medida que se aproximava os anos 1970. São razões para o crescimento vigoroso do consumo de biomassa das matas regionais o incremento populacional, a intensificação da apropriação econômica dos recursos naturais e o avanço da fronteira agrícola. Como veremos adiante, a acelerada degradação da Mata Atlântica no extremo sul baiano se deve ao desenvolvimento econômico regional, nacional e internacional, que fez das árvores abundantes mercadorias de alto valor econômico, da rica floresta imensas pastagens e dos seus recursos vegetais insumos para a expansão da indústria nacional²⁰³. A siderurgia e a indústria da construção civil vinham em acelerada expansão em regiões de Minas Gerais e, sobretudo, nas grandes cidades dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Obviamente, parte da madeira extraída e do carvão vegetal produzido no extremo sul baiano era destinada a outros usos econômicos, não diretamente vinculados à indústria pesada, como a fabricação de móveis, objetos decorativos, artigo de luxo, geração de energia, dentre outros usos. Atendia também a diferentes demandas (residenciais, comerciais, outras), em diferentes espacialidades (local, regional, nacional e internacional)²⁰⁴. Já a produção de dormentes de madeira como peças de reposição da infraestrutura de ferrovias, por exemplo, praticamente desapareceu do cenário econômico do extremo sul em razão do declínio nacional das ferrovias.

A progressiva substituição da ferrovias por rodovias não deixou de impactar o extremo sul da Bahia. A EFBM cumpria um relevante papel no desenvolvimento econômico da região, integrando a porção mais ao sul, Caravelas, Nova Vicososa e Mucuri, aos principais municípios do nordeste mineiro. A ferrovia constituiu uma sub-região socioeconômica e político-cultural que conectou por décadas produtores e consumidores mineiros e baianos a mercados mais dinâmicos. Mas em 1966 as operações da ferrovia foram completamente encerradas, pouco

²⁰² Mapas produzidos por J. R. Mendonça para o projeto *Mata Atlântica Nordeste*, realizado pelo Convênio Ceplac/Jardim Botânico de Nova Iorque (cf. RICKLEFS, 2003, p.45).

²⁰³ Além da comercialização crescente das madeiras nobres da Mata Atlântica, com o envio de milhares de toneladas de toras de árvores e madeiras pré-beneficiadas para outros estados da federação e até para outros países, grande quantidade da madeira atlântica retirada das matas do extremo sul foi queimada em fornos siderúrgicos, ou serviu como material de apoio em grandes obras de construção civil no Sudeste do país.

²⁰⁴ Além do grande interesse nacional pelo “jacarandá-da-bahia”, retirado das florestas do extremo sul, a matéria prima voltada para a produção de bens de luxo era também bastante apreciada pelas camadas mais abastadas em países como França, EUA, Grã-Bretanha, dentre outros (PASSOS, 23/10/1966; GUIMARÃES, 20/11/1971).

antes da realização do Recenseamento Geral de 1970. A EFBM já vinha perdendo importância econômica antes do seu fechamento, muito em função de dificuldades financeiras de operação, ou como afirmam alguns pesquisadores, em razão dos baixos investimentos governamentais realizados na ferrovia (MARTINS, 2018).

Mas a desativação da EFBM nos anos 1960 não foi um fato isolado na história dos transportes no Brasil. Assim como em certo momento, a partir de meados do século XIX, o surgimento e a expansão das ferrovias brasileiras foram puxados pelo crescimento das exportações de café, um século depois, com o avanço da industrialização nacional do pós Segunda Guerra, as estradas de ferro foram perdendo espaço para as rodovias automotivas, e o trem foi gradualmente sendo substituído por caminhões e automóveis no transporte de mercadorias e pessoas.

Num breve, porém esclarecedor artigo, a jornalista Camila Mota traça um panorama objetivo sobre a história do declínio das ferrovias brasileiras²⁰⁵. Seu texto é baseado nas entrevistas que realizou com reconhecidos estudiosos do transporte ferroviário no Brasil, de diferentes áreas do conhecimento²⁰⁶. O artigo aponta quatro momentos históricos principais que marcaram a prolongada agonia do transporte ferroviário brasileiro: o primeiro teve início com a grande depressão econômica dos anos 1930; o segundo, foi afetado pela emergência da indústria automotiva no Brasil no governo JK (1957-1961); em seguida, nos anos 1960, com a extinção da maioria das linhas de transporte de passageiros; e, por último, o sucateamento da infraestrutura ferroviária, que culminaria na privatização do setor iniciada nos anos 1990. O segundo, o terceiro, e parte do quarto momento são eventos fundamentais para entender o contexto de crise e fechamento definitivo da EFBM.

A acelerada transformação da economia brasileira dos anos 1940 foi motivada pela expansão da industrialização nacional sob a lógica da substituição de importações. Os principais formuladores econômicos brasileiros se voltaram mais para a indústria, procurando meios de reduzir a dependência do país em relação as exportações de produtos primários, notadamente,

²⁰⁵ O texto *4 momentos que contam a história da destruição das ferrovias no Brasil* serviu de base para a publicação posterior de um vídeo sobre o tema. O texto está disponível no “Ficheiro” do website da BBC Brasil, disponível em:

file:///C:/Users/user/Downloads/4%20momentos%20que%20contam%20a%20hist%C3%B3ria%20da%20destru%C3%A7%C3%A3o%20das%20ferrovias%20no%20Brasil%20-%20BBC%20News%20Brasil_211225_011042.pdf

²⁰⁶ Hostilio Xavier Rattton Neto, professor e pesquisador de engenharia de transportes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); os historiadores Welber Luiz dos Santos, pesquisador da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), e Eduardo Romero de Oliveira, pesquisador do projeto Memória Ferroviária da Universidade Estadual Paulista (Unesp); Ralph Menucci Giesbrecht, estudioso de longa data das ferrovias brasileiras, também ligado a ABPF.

neste período, do café. Sem desconsiderar a importância potencial da iniciativa privada, são criadas no país as primeiras grandes indústrias estatais: a Companhia Siderúrgica Nacional (1940) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942). No governo Kubistchek, a indústria automobilística foi escolhida pelo Estado para puxar o desenvolvimento econômico do país. A iniciativa do governo federal não fora fortuita, despropositada ou carente de pretensões e planos futuros. A indústria automobilística tinha a seu favor uma pronunciada e complexa cadeia de produção que se apresentava como um espaço econômico de efeitos multiplicadores para a economia nacional. Era tratada como particularmente estimulante para investimentos intensivos em capital, tecnologia e força de trabalho, o que possibilitaria ao país criar e desenvolver novos setores produtivos, reforçar outros, estabelecer um mercado de trabalho mais qualificado e um mercado consumidor potencialmente comprador de mercadorias, inclusive para os automóveis nacionais. A indústria automobilística parecia oferecer condições adequadas aos esforços governamentais de diversificação industrial, consolidação da indústria de bens duráveis e novo estímulo à instalação de uma indústria viável de bens de capital. Tudo isso incensado pelo ambiente colaboracionista da Guerra Fria. Os EUA decidiram participar do esforço brasileiro prometendo investimentos produtivos e acordos de cooperação técnica com o Brasil, destacando as vantagens da indústria automobilística, dada a já conhecida experiência do país no norte com este setor. Já em 1956 era criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), e o Brasil passaria a fabricar no país veículos automotores: carros urbanos, jipes e caminhões.

Ademais, as rodovias eram mais baratas de se construir do que as ferrovias. Os quilômetros de rodovias foram aumentando sistematicamente durante o governo JK, enquanto as ferrovias continuavam seus processos de encolhimento e acentuação da degradação física de sua infraestrutura, decréscimo do número de passageiros e transporte de cargas, queda da lucratividade e déficits, piorando à medida que os contratos de concessão pública iam se aproximando do fim, com ferrovias sendo devolvidas uma a uma à administração do Estado. Em 1957, em resposta, foi criada a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), uma concessionária estatal que passaria a administrar 18 ferrovias devolvidas ao Estado após o fim dos contratos de concessão.

De acordo com o historiador Welber Santos (cf. Mota, 2021), o plano inicial do governo JK não era substituir o modal ferroviário pelo rodoviário, mas buscar uma integração possível entre eles. Os planos iniciais de recuperação ferroviária, produzidos no âmbito da RFFSA, estabeleciam medidas de modernização tecnológica e organização administrativa, tendo por

horizonte a integração entre os modais ferroviário e rodoviário. Todavia, eram previstas desativações de algumas linhas e ramais ferroviários deficitários. Apesar dos planos, no último ano do governo JK a malha ferroviária brasileira começava, concretamente, a diminuir em extensão. Ao longo dos anos 1960, com a expansão da indústria automobilística e o início das operações da aviação comercial no Brasil, as ferrovias foram perdendo ainda mais espaço no segmento de transporte de passageiros. O Decreto Federal nº 59.992/1966, que dispunha “sobre a implementação da política governamental de supressão de trechos ferroviários antieconômicos” suprimiu 99 ramais ferroviários de 32 estradas de ferro brasileiras, todos considerados “antieconômicos”²⁰⁷. Nesta data foram oficialmente desativados os dois ramais da EFBM – Ponta de Areia-Arassuaí e Ponta de Areia-Caravelas –, o que significava desativar a totalidade da ferrovia de cerce de 582 km de extensão.

O decreto tratava ainda das condições de substituição por rodovias dos trechos e ramais ferroviários suprimidos, observando estimativas e disponibilidade financeira. Estabeleceu a programação e a ordem de prioridade para a construção das rodovias substitutivas. A EFBM fazia parte do 2º Grupo (Relação II) de ramais e trechos ferroviários a serem substituídos por rodovias. Ficava determinado que a substituição dos trechos ferroviários por rodovias passaria por um escalonamento (“ordem de prioridade”). Para a EFBM ficava estabelecido o constante do item “b” Art. 2º: “2º Grupo - Ramais ou trechos ferroviários, cujas rodovias substitutivas se acham em execução, de acordo com os projetos e especificações aprovados (Relação II)”. A referida rodovia em execução era a BR-5, chamada à época de “Rio-Bahia Litorânea”, que ligaria a cidade do Rio de Janeiro à Feira de Santana na Bahia. Parte desta rodovia, o trecho de 102 quilômetros entre Eunápolis e Itamaraju, foi construída com recursos do governo Baiano, durante o mandato do governador Lomanto Júnior, através do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DER-BA), em parceria com o Governo Federal (TEMPOS..., 01/04/1967). O trecho foi inaugurado em 1967.

Antônio Lomanto Júnior foi o último governador eleito por sufrágio universal antes que o Ato Institucional nº 3 (AI-3) determinasse, em fevereiro de 1966, eleições indiretas nacionais,

²⁰⁷ Ao entrar em vigor em 04 de agosto de 1966 o Decreto 58.992 revogou o disposto no texto do decreto anterior sobre o mesmo assunto (Decreto nº 58.341, de 03 de maio de 1966), suprimindo a Relação IV de “classificação e ordem de prioridade para os ramais e trechos ferroviários antieconômicos a serem suprimidos e substituídos por rodovias”. (BRASIL. *Decreto nº 58.992/66*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58992.htm>). Para as “Relações” de ferrovias e ramais ferroviários suprimidos constantes dos decretos ver: BRASIL. *Decreto nº 58.341/66*, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58341-3-maio-1966-398851-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

estaduais e municipais. Por essa época, já estava claro para o governo federal que não havia mais futuro possível para as ferrovias no Brasil. De agora em diante os investimentos deveriam ser feitos em favor da expansão do modal rodoviário de transporte. Evidentemente que a “substituição” da EFBM pela BR-5 não atenderia a todos as demandas dos diferentes grupos sociais, econômicos e políticos instalados no extremo sul da Bahia. Muito menos contentaria àqueles diretamente situados na microrregião Mucuri-Caravelas-Teófilo Otoni da EFBM, como se pôde verificar durante os preparativos para realização de um congresso de “representantes de classe dos municípios do Vale do Mucuri”, ao final do mês de julho de 1966, para discutir e traçar estratégias políticas para a construção da “Estrada do Boi” como real alternativa para substituir o papel que desempenhava na região a Bahia-Minas (A EXTINÇÃO..., 16/07/1966). Na oportunidade o diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, alertando para o possível isolamento econômico com o fim da Bahia-Minas, fez questão de lembrar à sua audiência que os dispositivos legais de regulação da extinção de ramais ferroviários deficitários previam, como compensação, a construção de estradas de rodagem²⁰⁸.

Em 1966 não apenas a EFBM fora definitivamente desativada, mas quase uma centena de ramais e outras ferrovias, a exemplo de um trecho da conhecida Estrada de Ferro Sorocabana, que ligava as cidades paulistas de Piracicaba e São Pedro. Em 1971, foi a vez da própria companhia ferroviária Sorocabana ser completamente extinta. No final da década de 1970 já haviam sido fechadas “praticamente todas as ferrovias menores” (GIESBRESCHT, 2017 apud MOTA, 2021, s/p). Ao longo das três décadas seguintes as principais linhas ferroviárias do país foram pouco a pouco sendo desativadas ou incorporadas por empresas privadas vinculadas ao agronegócio exportador, basicamente minério de ferro e soja.

A substituição das ferrovias por rodovias, por assim dizer, o quase completo desaparecimento do trem como meio de transporte de passageiros, a utilização da estrada de ferro para o deslocamento de alguns poucos produtos – embora ainda considerável em quantidade carreada –, não foi um calculado plano estatal, mas resultado da incapacidade e ineficiência dos agentes econômicos, tendo à frente o Estado brasileiro, de promover a integração dos dois modais, em favor do desenvolvimento econômico capitalista do Brasil. Os

²⁰⁸ A “Estrada do Boi”, como ficou conhecida popularmente a rodovia Minas-Bahia, pretendia manter a ligação do nordeste mineiro com o litoral do extremo sul baiano. Saindo da mineira Teófilo Otoni até alcançar Caravelas na Bahia, permitiria o acesso da região às duas “Rio-Bahias”, a litorânea BR-4 e a interiorana BR-5. A Estrada do Boi começaria a ser construída no final dos anos 1960 (DIRETOR..., 04/05/1968; SILÊNCIO..., 25/05/1968). Cruzaria a BR-101, antiga BR-5, no início dos anos 1970, até atingir o seu ponto terminal em Caravelas (TANTO..., 12/06/1972). Encampada pelo Governo Federal, passou a ser oficialmente denominada BR-418, no mesmo momento em que as rodovias BR-4 e BR-5 passaram a se chamar BR-116 e BR-101, respectivamente. Não sem razão a estrada ficou também conhecida como “rodovia Bahia-Minas”, revivendo o nome da saudosa ferrovia.

investimentos para recuperação das ferrovias não se concretizaram conforme o previsto e, para piorar, para os governos federais várias ferrovias e ramais eram deficitários. Após a primeira crise mundial do petróleo em 1973 a relativa facilidade de obter fontes internacionais de financiamento para grandes projetos nacionais desapareceu do horizonte. Nesta quadra histórica o Estado brasileiro, maior investidor do país em transportes, vinha avançando na decisão de implantar novos projetos de desenvolvimento e integração nacionais, mas acabou por ser incapaz de administrar mudanças não inteiramente previstas no plano de modernização do país, como parece evidente no caso na expansão do transporte de mercadorias e de pessoas²⁰⁹. O mundo havia mudado, e os planos de desenvolvimento brasileiros não conseguiram acompanhar na exata medida os projetos de integração nacional, tal como ocorreu com outras nações²¹⁰. Durante os primeiros anos de ditadura militar o Estado brasileiro levava à frente a construção de novas vias de transporte rodoviário, em substituição aos trechos ferroviários desativados em 1966, a exemplo da BR-5 (depois BR-101), assim como a retomada de obras de construção de outras grandes rodovias nacionais, como a longitudinal BR-4 (posteriormente BR-116). A EFBM não pôde escapar à sua morte anunciada.

Em 1970, o Censo Agropecuário registrava pela primeira vez a “indústria rural” (IBGE, 1973b, p. 595). Anteriormente, a seção “Indústria” englobava indistintamente as atividades de transformação que aconteciam nos meios rural, suburbano e urbano. A partir de 1970 o IBGE procurou indicar mais precisamente os locais da produção industrial, para fazer jus aos novos tempos e aos termos definidores das microrregiões homogêneas. No extremo sul da Bahia a indústria rural ligava-se às culturas da cana-de-açúcar, da mandioca e, em menor medida, da pecuária bovina.

A indústria rural derivada da cana de açúcar se encarregava da fabricação de produtos como açúcar, aguardente e rapadura. Com 179 estabelecimentos declarados na região, este setor havia produzido no último ano de registro do censo agropecuário 12.713 toneladas de produtos feitos à base de cana. Era de longe o segmento manufatureiro com maior concentração de mercadorias por empresa. Pouco mais da metade do que se fabricou naquele ano (54%) foi produzido na microrregião interiorana, demonstrando o papel significativo do interior na produção manufatureira regional.

²⁰⁹ O abandono pelos governos nacionais desenvolvimentistas dos anos 1950-70 da integração territorial por meio da extensão da malha ferroviária nacional se deu menos em razão dos sucessivos *déficits* financeiros das velhas ferrovias do que em função do elevado custo de implantação desta infraestrutura no país, num contexto em que os recursos disponíveis eram limitados, como fica demonstrado no Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico – CMBEDE, publicado em 1953 (PAIM, 2019).

²¹⁰ EUA, Alemanha, França, Espanha, etc., foram países que conseguiram manter seus sistemas ferroviários como meio de transporte ainda rentáveis e eficientes ao desenvolvimento econômico.

A transformação da mandioca gerou maior volume de mercadorias manufaturadas. Foram 114.335 toneladas, divididas entre farinha, polvilho e tapioca. Mas enquanto na manufatura do açúcar o número de estabelecimentos não atingia duas centenas, na fabricação de mercadorias a base da mandioca o número de empreendimentos atingiu 8.000 unidades produtoras. Outra diferença, a manufatura da mandioca foi mais comum na zona litorânea, chegando a participar com quase 67% da produção total do segmento.

Em seguida vinham os derivados de leite – creme, manteiga e queijo – e as produções fumageira e oleaginosa²¹¹. Considerando o número de estabelecimentos produtivos, a quantidade de mercadorias colocadas em circulação e o contingente de pessoal ocupado no setor, a “indústria rural” permanecia como núcleo da atividade de transformação no extremo sul baiano no limiar da década de 1970. Evidenciava a centralidade do “mundo rural” para a produção manufatureira da região. Porém, a produção derivada da cana-de-açúcar, da mandioca, do leite, do fumo e outros vegetais não indicava propriamente a instalação de uma indústria no extremo sul da Bahia, mas sim o incremento do setor manufatureiro sediado na área rural ou na orla urbana.

Enfim, considerando o valor comercializado pela indústria rural do extremo sul, verifica-se um equilíbrio entre as microrregiões interiorana e litorânea, com uma ligeira vantagem econômica para os municípios do litoral. Em 1970 a microrregião interiorana foi responsável por gerar Cr\$ 33,4 milhões, enquanto a circunscrição litorânea arrecadou outros Cr\$ 34,7 milhões. Todavia, o município com maior volume de produção, Itamaraju, situava-se na zona interiorana. Santa Cruz Cabrália, no litoral, e Itamaraju, no interior, eram os dois municípios com maior produção rural manufatureira ao final dos anos 1960, gerando o município interiorano o maior produto bruto do extremo sul, arrecadando em 1970 pouco mais de Cr\$ 13 milhões com bens manufaturados comercializados.

A indústria (rural e urbana) continuava a se expandir na Bahia. Os estabelecimentos industriais passaram de 5.950 unidades, em 1959, para 8.038 em 1970, perfazendo um crescimento de 35% em pouco mais de uma década (IBGE, 1974a). No estado, o número de indústrias urbanas era maior do que o de indústrias rurais, embora tivesse ocorrido uma diminuição da proporção ao longo dos anos 1960. Em 1959 a indústria urbana representava 69,4% do total de estabelecimentos industriais na Bahia. Esse percentual reduziu-se para 65,4% em 1970. No mesmo período a indústria rural cresceu em número de unidades quatro pontos

²¹¹ Em grandezas produtivas, os 97 laticínios beneficiaram 939 mil litros de leite, as 153 oficinas de fumo de corda geraram 21 toneladas do produto e os dendezeiros 272 toneladas do óleo de dendê (BRASIL, 1973b).

percentuais, saindo de 30,6% (1959) para 34,6% (1970). Em certa medida, isso demonstra o crescimento proporcional do número de estabelecimentos industriais rurais na Bahia em relação ao urbano. Mas, por outro lado esse peso numérico, portanto relativo, da indústria rural é contrabalanceado pelo valor do produto bruto industrial gerado. Considerando, sobretudo, a dimensão da indústria sediada na RMS, o vetor do desenvolvimento industrial se volta para a indústria urbana do estado.

O pessoal ocupado na indústria baiana como um todo se elevou de 50.023 para 59.329 em 1970, estando 41.769 destes ocupados no meio urbano. Agora, diferentemente do que se verificou com o número de estabelecimentos industriais, a ocupação aumentava sua participação na indústria localizada no meio urbano, muito embora o aumento possa ser considerado pequeno, apenas 1,8%. Em 1959 os trabalhadores operários e não operários ocupados na indústria urbana da Bahia representavam 68,6%, enquanto que em 1970 eles eram 70,4% do total de trabalhadores industriais.

Outro critério de avaliação é o número de trabalhadores em atividade por estabelecimentos fabris. Dos mais de oito mil estabelecimentos, menos de 24%, ou seja, 1.901 empresas empregavam mais de cinco pessoas em suas unidades fabris. Porém, juntas estas fábricas maiores empregavam 46.608 funcionários. A maioria deles, próximo de 38 mil, era formada por operários, ou seja, trabalhadores que exerciam suas funções diretamente no “chão da fábrica”. Os estabelecimentos industriais que empregavam menos de cinco pessoas por unidade eram em número bem maior, somando 6.137 unidades fabris, 76,3% do total das fábricas do estado. Por sua vez, estas empregaram 12.721 funcionários em geral, sendo 5.034 o número de operários.

Tomando como referência os anos de 1959 e 1970, pois são estes os últimos anos de cálculo do produto industrial dos censos industriais de 1960 e 1970, o exame do IBGE dos três indicadores acima mostra que o crescimento da indústria baiana não era assim tão significativo quanto à taxa de aumento de 35% do número de estabelecimentos industriais pode indicar à primeira vista, com o crescimento da abertura de empresas de aproximadamente 3,5% a cada ano. O aumento do número de trabalhadores industriais, contrariamente, pode ser considerado pequeno. As ocupações no setor elevaram-se pouco acima de 9.300 trabalhadores em cerca de dez anos, ou seja, um crescimento de 18,6% no período. O mesmo se pode dizer em relação ao número especificamente de operários. O crescimento no período foi de pouco mais de 21,5%, todavia com uma redução percentual dos operários empregados na indústria urbana frente à

indústria rural²¹². Estes índices indicam, por um lado, uma estabilidade da indústria mais avançada do estado, basicamente sediada na RMS, no Recôncavo e em enclaves regionais, e, por outro lado, um crescimento modesto da indústria manufatureira no interior do estado entre 1960 e 1970. Mas a confirmação de tais tendências depende de estudos sobre cada uma das 26 microrregiões homogêneas do estado da Bahia, o que não é o caso aqui.

Em 1970, além das manufaturas tradicionais já citadas, mais produtivas, no extremo sul da Bahia havia outros segmentos da ramo industrial (IBGE, 1974a). As duas microrregiões registraram 231 estabelecimentos industriais, divididos em dez segmentos: (1) minerais não metálicos; (2) metalurgia; (3) material editorial e gráfico; (4) material elétrico e comunicações; (5) mecânica; (6) madeira; (7) mobiliário; (8) produtos alimentares; (9) vestuário e calçados; (10) couro, peles e similares. O setor com maior número de unidades era o de minerais não metálicos, com 94 oficinas declaradas. Em seguida vinham produtos alimentares e a indústria madeireira, com 64 e 33 unidades, respectivamente²¹³. Destes setores, apenas a atividade de transformação madeireira tinha grande relevância econômica e social para a região, maior até do que as manufaturas tradicionais.

A microrregião litorânea estava bem à frente em número de estabelecimentos industriais (156), com pouco mais que o dobro da microrregião interiorana. Essa superioridade da produção industrial litorânea era confirmada pelo valor da produção anual do setor. Em 1970, o valor da produção industrial anual total litorânea foi de cinco milhões de cruzeiros, enquanto a microrregião interiorana gerou pouco mais de um milhão. Quando se toma especificamente o valor da transformação industrial o mesmo se verifica. Da obtenção de pouco mais de 3,3 milhões em matérias-primas transformadas, a região litorânea do extremo sul compareceu com quase 2,8 milhões de cruzeiros, enquanto a interiorana com pouco mais de 0,5 milhões.

Tabela 5 – Estabelecimentos econômicos (unidade)

Ano	Comércio (varej. e atac.)	Serviço	Manufatura	Total Geral
1950	407	105	41	553
1960	1.138	444	142	1.724
1970	2.637	723	231	3.591

²¹² Em 1959 havia 26.347 operários urbanos e 8.966 rurais; em 1970 eram 30.938 e 12.022, respectivamente. Em resumo, os operários urbanos caíram de 74,6% para 72% do total de trabalhadores diretamente ligados à produção industrial na Bahia (BRASIL, 1974a).

²¹³ Em seguida: mobiliário (23 unidades); couro, peles e similares (11 unidades); vestuário e calçados (02 unidades); metalurgia (01 unidade); mecânica (01 unidade); material gráfico (01 unidade); material elétrico (01 unidade).

Fonte: IBGE (1956b; 1966; 1967a; 1974a; 1974b; 1975). Elaboração do autor.

Os estabelecimentos industriais empregavam 959 pessoas (IBGE, 1974a)²¹⁴. Destas, 475 foram classificadas como operários. Mas o Censo Demográfico de 1970 registra um total de 6.563 pessoas ocupadas na manufatura no extremo sul da Bahia²¹⁵. É uma cifra importante, pois representou 6,3% de toda a população com ocupação na região. Em 1960 o percentual industrial não havia atingido 3%. Este dado revela um aumento da participação socioeconômica das atividades industriais na formação da massa de salários, num período em que a agropecuária e o extrativismo reduziram o seu peso relativo²¹⁶.

A microrregião litorânea empregava 86% da capacidade total de trabalho e 76% da força de trabalho operária. Portanto, o setor considerado industrial pelo censo de 1970, sem maiores detalhes sobre sua organização social do trabalho e o grau de desenvolvimento tecnológico das unidades industriais, estava mais concentrado na antiga região litorânea do extremo sul da Bahia. Apesar disso, quanto ao número de estabelecimentos industriais Itamaraju, tomado isoladamente, era o principal município da região²¹⁷. Depois vinham Alcobaça, Santa Cruz Cabrália, Prado e Caravelas, todos eles sediados na microrregião litorânea. Mas o município de maior destaque foi Nova Viçosa, em virtude da relação entre a geração de valor industrial e o número de pessoas ocupadas. Em 1970 somente a sua produção correspondeu a 37% do total da região (somando as sub-regiões litorânea e interiorana). A significativa indústria madeireira do município deveu-se à expansão da atuação de grandes empresas madeireira como a Elecunha e a Bralanda. Nova Viçosa apresentou um produto industrial discrepante em relação aos demais municípios, o que se explicava pela presença destas empresas de maior porte na localidade. Verdadeiras fábricas de madeira, seu funcionamento fez com que a exploração madeireira na região extrapolasse de sua condição tradicional de atividade extrativista para a de produção industrial. No município de Nova Viçosa 97% do produto considerado industrial provinha da transformação da madeira. A indústria gerou no ano de 1970 quase 200 empregos diretos no

²¹⁴ O registro do Censo Industrial da Bahia apresentou uma pequena divergência: das 959 pessoas empregadas na indústria em todo o extremo sul, 949 foram registrados em seus municípios integrantes. Isso ocorreu, possivelmente, em razão de dificuldades de identificação após a fase de coleta de dados.

²¹⁵ De acordo com o Censo Demográfico estavam ocupadas na manufatura do extremo sul 6.563 pessoas, em atividades diretas e indiretas (IBGE, 1973a)

²¹⁶ A PO nas atividades agropecuárias e extrativistas era de 88,6% em 1950 (IBGE, 1955). Em números aproximados, esse percentual caiu nas décadas seguintes para 83% (1960) e 77% (1970) (IBGE, 1965; 1973a).

²¹⁷ Em 1970 Itamaraju registrou 52 estabelecimentos industriais, mais da metade deles, 30 unidades, do segmento de minerais não metálicos. Na localidade o setor industrial ocupava o segundo maior contingente de pessoal, 154 pessoas, sendo 33 destes propriamente de operários. O valor da produção na área do município foi de 429 mil cruzeiros, a sexta maior da região, atingindo apenas 7% do valor total para o extremo sul.

município, seguida por Itamaraju (154), Alcobaça (147), Prado (106) e Santa Cruz Cabrália (85).

A despeito do peso crescente da indústria madeireira, é patente que os estabelecimentos industriais do extremo sul da Bahia na abertura dos anos 1970 eram basicamente pequenas oficinas, com poucos empregados formalizados. Considerando as dez unidades sediadas nos municípios do extremo sul para as quais há registro oficial do número de pessoas empregadas no setor industrial, excetuando Nova Viçosa, pois se tratava de um “ponto fora da curva”, temos uma média de 3,4 pessoas ocupadas por estabelecimento industrial (manufatura). Apenas Nova Viçosa obteve média de ocupação de dois dígitos, bastante superior, inclusive, a dos outros municípios. Nova Viçosa tinha, por unidade produtiva, em média 33,7 pessoas ocupadas em atividades gerais e 28 especificamente em funções operárias.

Quanto ao ramo comercial, a situação no estado é apenas ligeiramente distinta da indústria (IBGE, 1974b). No comércio a relação entre o número de estabelecimentos urbanos e rurais praticamente se manteve entre 1960 e 1970. Isso demonstra a resiliência das trocas rurais na atividade econômica baiana. Em todo caso, em média, não mais do que 25% dos estabelecimentos comerciais estavam localizados nas áreas rurais do estado. Porém eram distintas as situações no interior do estado. Tal como a indústria, as transações comerciais internas à Bahia estavam fortemente concentradas na capital Salvador e em seu entorno. Não bastasse a dinâmica criada pela produção e circulação de mercadorias interna a esta região, econômica e demograficamente a mais adensada do estado, foi também lugar de passagem de mercadorias vindas de outras regiões da Bahia. Em muitos casos, essa vinculação econômica interna das regiões baianas, com seus ritmos variegados no tempo e no espaço, vinha de períodos históricos muito anteriores, sobretudo durante o Império do Brasil, com a abertura de rotas terrestres e aquáticas mais potentes (SAMPAIO, 2006).

No extremo sul do estado a receita comercial do varejo e atacado era de apenas 1,3% da receita comercial baiana (IBGE, 1974b). Essa taxa demonstra como ainda era pouco significativa para o conjunto da economia baiana as trocas comerciais do extremo sul. Ela era baixa mesmo para o nível da população interna à região, cuja taxa de crescimento vegetativo vinha, como dissemos, crescendo significativamente desde pelo menos o final dos anos 1940. Isso é um indicativo de que o excedente econômico agrícola era limitado, as trocas comerciais restritas e a renda interna baixa. Boa parte da produção agrícola era consumida no âmbito das unidades produtivas e familiares, e parte substancial do excedente levado ao comércio abastecia as pessoas das próprias localidades. As atividades agrícolas formadoras de estoques

direcionavam parte de seus excedentes para outros mercados. O extremo sul da Bahia no começo da década de 1970 ainda tinha uma economia muito voltada para a subsistência, com pequena circulação de mercadorias.

Porém, o comércio de mercadorias não se restringe, mesmo em regiões economicamente pouco desenvolvidas, às trocas de alimentos. Muitos outros produtos comercializados são resultado da conversão do capital internamente produzido em dinheiro. O dinheiro, por sua vez, tem a capacidade de intermediar a aquisição das mercadorias demandadas pelas pessoas, pois sua função nas sociedades capitalistas é expressar o valor de todos os produtos levados ao mercado. Por esta razão, nem tudo o que se comercializa em um local precisa ser nele produzido, bastando que chegue até ele por meio da circulação de mercadorias. Com a venda das mercadorias mais dinheiro entra em circulação. O capitalismo é o regime econômico que potencializou ao limite a circulação de capitais e mercadorias (entre estas o dinheiro), que se distribuem desigualmente nos espaços sociais e em distintas temporalidades.

De acordo com o Censo Comercial e dos Serviços de 1960 havia 1.138 estabelecimentos comerciais no extremo sul em 1959, sendo 1.130 lojas de varejo e apenas oito de vendas por atacado. Dez anos depois, os estabelecimentos varejistas mais do que dobraram e os atacadistas quintuplicaram em unidades, enquanto o número de ocupações no setor respondeu por um aumento de 100%. Os 2.637 estabelecimentos comerciais recenseados pelo IBGE em toda região em 1970, entre atividades varejistas e atacadistas, mantinham ocupadas 23.781 pessoas nas duas microrregiões. A microrregião litorânea possuía maior número de estabelecimentos, mais contingente empregado e gerava maior receita comercial do que a microrregião interiorana. A única exceção era a receita total do comércio atacadista, maior na microrregião interiorana do que na litorânea, algo em torno de 23% acima desta. Isso se deu muito em função da receita do município de Itamaraju, a maior para o período na região, bem à frente da demais tomadas isoladamente²¹⁸.

O comércio varejista oferecia produtos dos segmentos de ferragens, metalurgia, artigos sanitários, materiais de construção, veículos e seus acessórios, móveis, utilidade doméstica, produtos químicos e farmacêuticos, combustíveis e lubrificantes, artigos de vestuário, artigos de armarinho, produtos alimentícios e bebidas em geral (mercados, supermercados, etc.), máquinas, equipamentos e material elétrico, itens de escritório, bem como outros tantos artigos

²¹⁸ A receita total do comércio atacadista da microrregião litorânea foi de Cr\$ 6.059.000, enquanto na microrregião interiorana esta ficou em Cr\$ 7.440.000 (IBGE, 1974b). A renda comercial do município de Itamaraju foi de aproximadamente Cr\$ 7.370.000, seguida por Santa Cruz Cabralia, com receita de Cr\$ 5.439.000 registrada para o último ano do censo comercial de 1970.

diversos. As mercadorias oferecidas pelo comércio atacadista eram menos variadas: produtos alimentícios em geral (incluindo bebidas), produtos agropecuários e extrativos, ferragens, combustíveis e lubrificantes, produtos metalúrgicos e de recuperação industrial²¹⁹. Uma parcela bem maior dos estabelecimentos comerciais varejistas dirigia-se ao atendimento das necessidades básicas das populações locais, alimentação e vestuário, como era de se esperar. Em seguida vinham as lojas de calçado, produtos farmacêuticos e ferragens diversas.

O comércio atacadista também se concentrava no oferecimento de produtos para alimentação das famílias, embora fossem também expressivos os negócios ligados aos ramos agropecuário e extrativista, os dois setores econômicos mais importantes da economia regional até então. O montante arrecadado em 1970 com as vendas do varejo foi quase quatro vezes maior do que aquele arrecadado com as transações do comércio atacadista. Comparativamente, as vendas do comércio atacadista na Bahia chegaram a alcançar 73% do total das receitas do comércio varejista para o mesmo ano; ou seja, no extremo sul o grande comércio de mercadorias tinha peso relativo muito inferior ao da média deste para o conjunto do estado. Com efeito, predominava amplamente no extremo sul do estado o pequeno comércio de mercadorias, voltado para a satisfação das necessidades básicas das famílias. Mas, tanto o varejo, quanto o atacado, estavam sujeitos à grande instabilidade, podendo o negócio se tornar inviável no decurso de pouco tempo, devido ao baixo dinamismo do mercado intrarregional, apesar do crescimento das populações locais.

A economia de serviços que em 1959 correspondia a menos de 450 estabelecimentos, chegava a 723 empreendimentos no extremo sul no final dos anos 1960, apresentando um crescimento de 63% (IBGE, 1975). Somente a microrregião litorânea registrou 459 estabelecimentos, número maior do que apresentava toda a região dez anos atrás. Santa Cruz Cabrália e Alcobaça possuíam o maior número de empresas ligadas ao setor, 232 no total. O município de Cabrália respondia sozinho por quase 27% do número de unidades prestadores de serviços em todo o extremo sul, e Alcobaça outros 24%. Em terceiro lugar vinha um município da microrregião interiorana, Itamaraju, com 96 unidades recenseadas. O município de Caravelas, um dos mais antigos da região, aparecia na quinta posição em número de estabelecimentos, atrás ainda de Nova Viçosa; e Porto Seguro, o mais antigo, encontrava-se

²¹⁹ O Censo Comercial de 1970, que não incluiu as atividades de serviços, como faz anteriormente, não registrou estabelecimentos atacadistas em quase metade dos municípios do extremo sul: Guaratinga, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Porto Seguro e Prado. Curiosamente, o município de Porto Seguro, que no censo anterior aparecia com cinco empresas comerciais atacadistas, uma década depois não listava uma única empresa deste segmento; Prado, que em 1959 teve uma empresa atacadista recenseada, em 1970 também não possuía mais nenhuma.

apenas na décima colocação²²⁰. Foi baixo o desempenho econômico de Porto Seguro observado ao final dos anos 1960, sobretudo no que se refere à circulação de mercadorias e serviços. Indicadores de produção excedente, distribuição e circulação de mercadorias e serviços são referenciais importantes de desempenho econômico, e o recuo destes, confirmado por dados do IBGE para Porto Seguro nos últimos anos, indica um declínio econômico deste município na região.

Na microrregião interiorana as unidades prestadoras de serviço correspondiam a pouco mais de 36% do total. Assim como o comércio, os serviços afastados da costa atlântica tinham menor expressão regional. A interiorana empregava 40% do total de pessoas e arrecadava menos da metade da receita de serviços. Em todos os municípios do extremo sul a soma do pessoal ocupado no setor de serviços em 1970 era de 1.388 pessoas. Um número relativamente pequeno, porém três vezes maior do que fora uma década antes. Em geral, um desenvolvimento produtivo restrito inibe a expansão da prestação de serviços.

Assim como no comércio, na prestação de serviços, na agropecuária, na indústria, no extrativismo e nos serviços auxiliares, os ocupados compreendiam pessoas trabalhando em tempo integral ou parcial de trabalho. Assim, estavam incluídos os “patrões”, portanto os proprietários e sócios (quando havia), desde que dispendessem energia laboral em atividades realizadas no interior de suas empresas privadas, bem como empregados remunerados, com ou sem contratos registrados, e também os membros não remunerados das famílias dos proprietários e dos sócios. Portanto, em 1970 os ocupados nos empreendimentos comerciais e de serviços não se limitavam às pessoas remuneradas. Como na manufatura, cresceu a proporção de indivíduos ocupados na distribuição de mercadorias e serviços ao final dos anos 1960. Comércio e serviços em geral (privados e públicos) empregavam 16,5% do conjunto dos ocupadas²²¹.

Nota-se que a interiorização do extremo sul continuava a se acentuar, porém sem ter a microrregião interiorana ultrapassado em importância econômica o conjunto dos municípios litorâneos na altura do final dos anos 1960 e nos anos iniciais da década seguinte. Mas a diferença reduzia-se a cada ano que se passava. A BR-101 promoverá, gradualmente, a reconfiguração socioeconômica do território do extremo sul da Bahia, com maior destaque para as áreas do interior regional. É verdade que boa parte deste interior em crescimento não se

²²⁰ Em ordem decrescente de unidades prestadores de serviço (UPSs), listamos para o extremo sul da Bahia em 1970: Santa Cruz Cabrália (122), Alcobaça (110), Itamaraju (96), Nova Viçosa (68), Caravelas (67), Medeiros Neto (61), Itanhém (57), Prado (45), Guaratinga (32), Porto Seguro (25), Mucuri (22), Lajedão (10 UPSs) e Ibirapuã (08).

²²¹ Estes setores correspondiam a 9,3% e 13,8% da PO do extremo sul, respectivamente em 1950 e 1960.

distancia muito do litoral atlântico, o que demonstra a franca interação entre as duas sub-regiões do extremo sul baiano.

Segundo informações do Censo Demográfico de 1970, com seus 241.492 indivíduos, a PIA correspondia a 65,2% da população total da região (Tabela 6)²²². Os homens em idade produtiva somavam 122.824 indivíduos, enquanto as mulheres totalizavam 118.668 pessoas. Mas a maior parte da população feminina continuava não ocupada em atividade profissional, fosse esta assalariada ou não assalariada. Portanto, não ocorreu qualquer mudança relevante quanto à posição econômica das mulheres em relação aos períodos anteriores. Agora, como antes, se dirigiam para os afazeres doméstico-familiares a grande maioria das mulheres quando atingiam a idade produtiva (acima de 10 anos). Na altura dos anos 1970 o início da idade produtiva da mulher antecedia em alguns anos a sua idade reprodutiva. Era uma espécie de “treinamento familiar para o casamento” que, se esperava, acontecesse cedo na vida das jovens. As atividades regulares do trabalho doméstico para a maioria das mulheres se iniciavam muito cedo, antes mesmo de atingirem os 10 anos de idade ou de se casar. Essa estrutura de domínio patriarcal de divisão social dos papéis sexuais mantinha-se firme no extremo sul, como de resto em toda estado da Bahia (IBGE, 1970a).

Tabela 6 – População em Idade Ativa (PIA)

Ano	Homem	Mulher	Total	População total (%)
1950	43.881	42.029	85.910	66,0%
1960	86.052	81.358	167.410	63,2%
1970	122.824	118.668	241.492	65,2%

Fonte: IBGE (1956a; 1956b; 1966; 1967a; 1967b; 1969; 1973b; 1974a; 1974b; 1975). Elaboração do autor.

A pessoas com ocupação definida (Tabela 7) no extremo sul foi calculada em 104.165 pessoas em 1970, com 77,2% exercendo alguma atividade nos ramos da agricultura, da pecuária e do extrativismo²²³ (IBGE, 1973a). A quase totalidade da força de trabalho nessa época era masculina, atingindo 95,7%. Exceções podiam ser observadas na prestação de serviços e nas atividades sociais, setores onde havia mais mulheres empregadas do que homens. Contudo, estas duas atividades empregavam tão somente 7% da população ocupada. Quando se observa a partir das microrregiões são encontrados percentuais semelhantes. Na microrregião

²²² Em 1950 e 1960 esse percentual foi de 66% e 63,2% respectivamente.

²²³ Extração vegetal, pesca, caça, etc.

interiorana 95,4% das pessoas ocupadas era do sexo masculino, enquanto na litorânea esse percentual era levemente mais alto: 96,2%.

Já o Censo Agropecuário de 1970 computou 94.126 pessoas exercendo algum ofício profissional no campo, o que incluía não apenas os trabalhadores da agricultura, da pecuária e do extrativismo, mais também aqueles ligados à “indústria rural”, prestação de serviços, transporte, armazenagem, etc., ou seja, todos aqueles situados profissionalmente de algum modo no meio rural (IBGE, 1973b). Tratou-se de um número diferente daquele registrado pelo Censo Demográfico, que dividia as populações por setores da economia, mas sem distinguir rigorosamente campo e cidade. Assim, o Censo Agropecuário indicou que 90% da população economicamente ativa estava ligada ao campo pelo trabalho. O meio rural permanecia sendo de longe o espaço nuclear da economia do extremo sul, ainda que a população do campo viesse relativamente decrescendo em termos demográficos nas últimas décadas, embora, é preciso que se acrescente, lentamente.

Por outro lado, o número de empregados rurais com algum tipo de registro formal era de apenas 15% do total, contando aproximadamente 12.000 homens e pouco menos de 2.000 mulheres. A maioria dos vínculos de trabalho era temporário, com 9.235 ocorrências, contra 4.795 contratados permanentes. Nos ofícios permanentes as mulheres respondiam por um percentual de emprego duas vezes mais elevado do que aquele dos trabalhos temporários femininos. O mesmo não se observa nos ofícios masculinos, o que aponta no sentido de confirmar a força de trabalho masculina como fortemente vinculada aos trabalhos sazonais e congêneres. Mas na média dos trabalhos temporário e permanente, as mulheres compareciam com não mais do que 16% do total ao final da década de 1960, segundo dados do IBGE.

Tabela 7 – Pessoas Ocupadas (p/ setor econômico)

Setor	1950		1960		1970	
	Ocupados	%	Ocupados	%	Ocupados	%
Agropecuária / Extrativismo	32.947	88,1%	62.029	83,22%	80.454	77,2%
Comércio / Serviços / Outros	3.478	9,3%	10.325	13,85%	17.148	16,5%
Manufatura	978	2,6%	2.185	2,93%	6.563	6,3%
Total	37.403	100%	74.539	100%	104.165	100%

Fonte: IBGE (1956a; 1956b; 1966; 1967a; 1967b; 1973b; 1974a; 1974b; 1975). Elaboração do autor.

Ao compararmos os censos agropecuários de 1960 e 1970 é curioso notar que ocorreu uma ligeira redução do número total de empregados com registro formal em 1970. Por outro lado, o número total de “responsáveis e membros não remunerados da família” em atividade no campo cresceu, confirmando a tendência apresentada pelo estado da Bahia para o mesmo período.

Fora do campo, aqueles que percebiam remuneração eram empregados, basicamente, no comércio, nos serviços e nas manufaturas urbanas. Os servidores públicos eram pouco e as atividades sociais escassas. No meio urbano, as atividades de comércio, prestação de serviço e indústria compareciam com 17% dos empregos diretos totais, claramente um percentual ainda muito abaixo do emprego rural. Mas se somarmos a estas o pessoal ocupado nas manufaturas, chegamos a 23% da população ocupada total na região em 1970 (23.711 pessoas). Ademais, pela primeira vez a atividade industrial ocupou mais pessoas na região do que o comércio isoladamente²²⁴. Os serviços privados, as atividades sociais e administrativas, por sua vez, ocupavam outras 6.000 pessoas aproximadamente.

Entretanto, não se trata de um dinâmico setor propriamente industrial emergindo na aurora da década de 1970 no extremo sul da Bahia, mas de setores manufatureiros e proto-industriais, com maior ou menor grau de especialização produtiva e organização técnica do trabalho. Houve, certamente, a expansão da produção industrial. Mas a maior parcela da produção mantinha-se mais próximo da antiga manufatura local, com adoção de procedimentos, técnicas e operações de natureza artesanal.

A expansão irrefreável da fronteira agropecuária, sobretudo com a disseminação da pecuária de base bovina, consolidou uma paisagem de fazendas de pastos e, em menor medida, de lavouras. A afirmação de fazendas cada vez mais expansivas na ocupação de novas terras, a adoção de máquinas e equipamentos de baixo incremento técnico e o emprego ainda modesto de trabalhadores no setor de transformação, são indicativos de que não ocorrera no extremo sul da Bahia neste período uma afirmação da indústria, ou mesmo da agroindústria. A economia agrícola não era capaz de gerar mercado consumidor capaz de fomentar a industrialização na região, mesmo com a aceleração demográfica ocorrida no meio rural. Já foi observado na história econômica do Brasil que o estabelecimento da agroindústria até os anos 1960 levava ao emprego moderado e não necessariamente intensivo de capital, porém crescente (CASTRO, 1969). Mas o relativo dinamismo econômico observado no extremo sul entre as décadas de 1940 e 1970 não se deve à acumulação local de capital industrial, muito embora este fosse parte

²²⁴ As manufaturas ocupavam 6.563 pessoas, frente 5.236 empregados do comércio (IBGE, 1974a).

do movimento de acumulação. Localmente, o extremo sul ainda estava submetido à hegemonia dos capitais agrário e comercial vinculados.

Em certas regiões do país a abundância de recursos naturais funcionou como fator adicional para a geração de crescente excedente de alimentos e matérias-primas, liberação de força de trabalho para os centros urbanos e transferência de capital necessários à formação de uma indústria regional pujante. Estas foram as regiões mais dinâmicas do desenvolvimento agrário brasileiro, que conseguiram mais cedo do que as demais avançar para a indústria e agroindústria, com impactos diversos sobre outras áreas com as quais mantinham contato econômico. Não foi o caso, no período aqui tratado, do extremo sul da Bahia, que embora gerasse excedente, expandisse a força de trabalho e formasse capital internamente não chegou a se industrializar. Nem mesmo o capital proveniente de fora, como veremos, foi suficiente para o salto em direção à industrialização regional.

Além de postos de trabalho e vagas de ocupação nos setores chaves da economia regional, oportunidades de emprego surgiam, como de costume, em ramos menos representativos, mas nem por isso desimportantes. Ainda assim, era reduzido o número de ocupações oferecidas fora do universo rural. Transporte e armazenagem de mercadorias empregavam por volta de 1.200 pessoas em todo o extremo sul, as atividades sociais em geral outras 1.300, enquanto a administração pública contratava aproximadamente 800 servidores para atuar em todas as suas áreas. As diversas outras atividades juntas garantiam a renda de pelo menos outras 2.500 pessoas na região. Vê-se que são números modestos, porém representativos dos modos de vida local e da dinâmica regional. Por outro lado, os dados são insuficientes para se proceder ao cálculo diligente do desemprego nos municípios e nas microrregiões. É de se supor que o número de desocupados permanentes da população economicamente ativa fosse baixo, ou pelo menos que não ficasse o trabalhador longo período de tempo sem renda proveniente do trabalho, com ou sem registro em carteira. Porém, as ocupações regulares com registro formal não compunham a tônica desta economia regional, ainda fundamentalmente rural, extensiva em recursos naturais e tecnicamente atrasada.

A Interiorização do Extremo Sul da Bahia

O processo de formação regional, econômica e social do extremo sul da Bahia ocorreu entre a segunda metade da década de 1940 quando teve início a exploração industrial da Mata Atlântica em toda a região, se estendendo até a primeira metade da década de 1970, quando são

concluídas as obras de construção e passa a funcionar a BR-101. A partir de então o território passará por uma nova fase de operações de transporte, comunicação, produção, distribuição e circulação de mercadorias. Já em 1974 o Estado desenvolvimentista, na sua forma institucional autoritária, toma as primeiras iniciativas para a criação dos “Distritos Florestais” no Norte/Nordeste do país²²⁵. Três anos depois o governo da Bahia apresentava ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) o seu plano de zoneamento, indicando regiões no estado para a implantação de dois Distritos Florestais: Extremo Sul e Litoral Norte. Para o extremo sul foi prevista a implantação da agroindústria da celulose (plantação, extração e beneficiamento). Em suma, a operação da rodovia federal e o início dos grandes negócios de plantação/extração de eucalipto e produção de celulose demarcam o término do período inicial da formação do extremo sul, ao tempo em que se abre uma nova etapa do desenvolvimento socioeconômico para a região. No Brasil, o Programa Nacional de Desenvolvimento de 1974 (II PND) será o corolário deste novo momento. Neste ponto encerramos este nosso estudo do extremo sul, indicando o período que vai de 1948 a 1974, aproximadamente, como a fase inicial de desenvolvimento desta região, e que fora instituída no Recenseamento Geral de 1950 pela política nacional desenvolvimentista de organização territorial.

O período que vai do pós Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970 corresponde ao progresso do *Development Economics* (Economia do Desenvolvimento), que no Brasil vai associar-se à “segunda onda” do desenvolvimentismo²²⁶. A partir de então o desenvolvimento socioeconômico do extremo sul assumirá uma nova dinâmica social e novos movimentos espaciais. Nesse sentido, o que ocorria neste período no extremo sul da Bahia foi condicionado, em certa medida, pelo que vinha ocorrendo no âmbito da divisão internacional do trabalho e pelo ajustamento da economia nacional aos novos movimentos de acumulação e valorização do capital, notadamente as inversões de capital industrial e o avanço do capital financeiro.

A demarcação da Zona Fisiográfica do Extremo Sul nos anos 1950, não sem alguma arbitrariedade, se deu frente às demais regiões do estado. O extremo sul como região nasceu,

²²⁵ As informações constam de artigo intitulada *Grilagem Terceirizada*, escrita pelo jornalista Theoney Araújo Guerra, publicado originalmente em 2013 no site do World Rainforest Movement (WRM). Disponível em: <<https://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/grilagem-terceirizada/>>.

²²⁶ Na prática o desenvolvimentismo brasileiro tem início no tempo do primeiro governo de Getúlio Vargas (BIELSCHOWKY, 2000). A sua primeira fase, digamos assim, vai de 1930 até 1945/7, e seu estertor é marcado pelo término da Segunda Guerra Mundial, pela deposição do presidente Vargas e pelo fim do Estado Novo. Uma “segunda onda” de desenvolvimentismo não demora a chegar ao país, com o regresso democrático de Getúlio Vargas ao governo do Brasil em 1951. De certo modo o desenvolvimentismo nacional não foi completamente abandonado no interregno de 1946 a 1950, período de governo do general Eurico Gaspar Dutra, pois o desenvolvimentismo não era essencialmente um programa de governo, mas uma ideologia nacional.

se desenvolveu e se consolidou. Mas a emergência histórica não se deveu a fatores de ordem puramente formais. Em 1950 os critérios de definição territorial não se limitavam à constatações puramente naturais que, como se supunha anteriormente, definiram no passado a formação dos primeiros territórios de “colonização branca”. A região, qualquer que fosse ela, não era devida à livre escolha racional ou ao pendor pelo “natural” que as populações, em seu movimento de estabelecimento nos lugares, precisam se ater para a organização da vida social possível. Evidente que os primeiros territórios de ocupação portuguesa e, depois, neo-portuguesa, tinham no espaço físico uma base material indiscutível. Mas os espaços se modificam no tempo, e novas determinações são a eles acrescidas à medida que cresce o domínio humano sobre a natureza, muitas vezes ultrapassando em importância as determinações primeiras. A dimensão natural é parte da tomada de decisão dos grupos que povoam os espaços e os transformam, assim como são por estes também transformados. E o foi ainda mais nas duras condições iniciais da colonização do território que se tornaria o Brasil.

O território é o espaço modificado, e embora não seja, em si, uma região, é o ponto de partida espacial desta. Uma perspectiva meramente fisiográfica para as regiões oficiais depois de 1950 acabaria por naturalizar, como no passado, a correspondência histórica entre espaço físico e a história regional, e ao fazê-lo, de certa forma, eternizaria as regiões. Por isso o desenho fisiográfico feito pelo Estado abrigou novas concepções teóricas de região administrativa. Em meados do século XX, no mundo ocidental e no Brasil desenvolvimentista, a definição e a demarcação de uma região passaria também pelo reconhecimento explícito da sua dimensão socioeconômica, além da aceitação do potencial de mudança inscrito em todo espaço assim definido.

Evidentemente, como já foi assinalado, regiões são espaços produzidos. São variados os fatores que determinam a relação espacial, e distintas são as interações entre eles. A complexidade da formação regional deve ser entendida à luz da história dos espaços particulares e suas relações com os outros espaços no tempo: o extremo sul com a Bahia, ou os municípios com o extremo sul baiano, por exemplo. Em suma, a perspectiva cartográfica e a “geografia física” tendem a naturalizar a região. Cabe à história iniciar sua desnaturalização. A institucionalidade geográfica brasileira, seus modernos órgãos, sua *intelligentia*, acabaram por incorporar em suas definições o movimento histórico que as sociedades capitalistas tornava explícito em seus processos de desenvolvimento. Mas mesmo este reconhecimento é impróprio para justificar os espaços humanos com base em definições oficiais. Os espaços humanos têm história, e no interior desta está a história de suas definições. Antes da nomenclatura dado pelo

IBGE para o ano de 1950, o extremo sul da Bahia já vinha se processando como espaço singular. Por outro lado, não havia o extremo sul baiano enquanto o seu território ainda amalgamava-se com outros no interior de uma única região sul da Bahia, a não ser como denominativo cardeal genérico (extremo sul, extremo norte, extremo oeste, etc.). Sem desconhecer as continuidades históricas que constituíram este espaço como um ser, em termos espaciais, sociais, econômicos, culturais, ambientais, o extremo sul tornou-se uma particularidade histórica, e como tal surgiu em algum momento. Este momento, segundo nosso entendimento, apresenta uma interação de fatores sociais, econômicos, ambientais e políticos, que se expressa no avanço do capital e no incremento da força de trabalho da região por meio da exploração madeireira predatória e sistemática e da pecuária bovina extensiva, com consequências destrutivas para o meio ambiente. A demarcação política do espaço, na forma da região administrativa, portanto sua determinação estatal e de classe, corresponde ao movimento de acumulação de capital que avança sobre os territórios.

O extremo sul da Bahia sobreviveu à morte geográfica das zonas fisiográficas e das microrregiões homogêneas, e segue como região até os dias que correm. Mas não se trata mais do mesmo extremo sul baiano, da mesma região, como se pode notar facilmente em conversas com antigos moradores, que ao se recordarem de “como era essa terra” nos anos 1960-1970 se referem a ela como “lugar de outrora”, ou como “um lugar bem diferente do que é hoje”²²⁷; assim como, para alguém da região vivendo em 1975, os anos anteriores a 1940 bem podiam ser de antanho.

O surgimento concreto deste território também não se deveu a uma necessária nova reorganização administrativa, portanto política, de fronteiras e competências territoriais. Em 1950 a reorganização dos territórios estaduais foi feita com base nas delimitações espaciais das zonas fisiográficas. Como o próprio nome revela, a ênfase recaiu fundamentalmente sobre as características físicas. Mas a reorientação metodológica não escapava à esfera política. As zonas fisiográficas foram classificações técnicas, preparadas para servir à tomada de decisões políticas em um contexto de expectativa de desenvolvimento econômico. O processo político decisório é parte da história das regiões, mas não é ele que define a historicidade destas. Definições cartográficas atendem a interesses político-administrativos, assim como a política territorial

²²⁷ Em entrevistas com antigos moradores de Teixeira de Freitas, município que atualmente é um dos mais economicamente desenvolvidos do extremo sul da Bahia, mas quando este ainda era um distrito dividido entre dois municípios – Alcobaça e Caravelas –, o autor ouviu algumas vezes reflexões sobre como as “coisas mudaram”. Recordações do lugar trazidas à nós pelo Sr. Antônio dos Santos (“Antônio de Sôla”), pela Sra. Lelita Rodrigues de Almeida (“Dona Biza”), pelo Sr. Edésio Bonadiman, pelo Sr. Ivanildo Ivo do Nascimento Correia, pelo Sr. João Manoel dos Santos, pelo Sr. Luiz Checon e pelo Sr. Domingos Cajueiro.

pode ter de reconhecer certas imposições espaciais. Contudo, estes são fatores históricos da formação de uma região e não forças comandantes externas a ela. O espaço delimitado é formação social e histórica, portanto um complexo socioeconômico, cultural, político e ambiental. A classificação em regiões é tarefa do Estado, visando atender fins administrativos e econômicos.

O extremo sul da Bahia não estava formado em 1950, nesta data ele foi anunciado. Sua origem, digamos assim, não se deve à sua definição cartográfica e registro nominal, nem a preocupações políticas oficiais. A criação oficial da região conseguiu captar, mas sem explicar, a mudança que começava a definir com fronteiras precisas duas regiões internas ao estado: o Litoral Sul (região cacauzeira) e o Extremo Sul; em seguida, a Microrregião Litorânea e a Microrregião Interiorana. O fator decisivo da formação do extremo sul foi o seu afastamento socioeconômico e espacial do antigo “grande sul” do estado. Um afastamento condicionado por forças externas e internas à região nascente. Antes da reconfiguração do espaço meridional da Bahia em meados do século XX em zona fisiográfica as forças socioeconômicas externas internas à região já estavam em movimento. A necessidade de reorganização estatal do território nacional, no seio da qual surgiram as novas zonas fisiográficas, as regiões homogêneas, etc., não foi o motivo principal para as divisões territoriais realizada entre as décadas de 1940 e 1960. A renovação da política territorial deste período foi antes a consequência (e o estímulo) político-administrativa para a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção capitalistas no Brasil.

Destacado do sul geográfico, o jovem extremo sul ao longo dos anos foi se autonomizando em relação ao “sul econômico”, ou seja, em relação ao núcleo da região cacauzeira, dominada e dirigida pelos grandes fazendeiros, os notabilizados “coronéis do cacau”. Evidentemente que esta gradual desvinculação não implicou a substituição da lógica latifundiária ou o fim do domínio da extração da renda da terra no extremo sul. Separar-se da região cacauzeira da Bahia seria apenas o primeiro passo na constituição do extremo sul. Outros seriam dados nesta direção, notadamente o estabelecimento de microrregiões internas.

A nascente Zona Extremo Sul da Bahia foi se integrando internamente como região homogênea, ao longo das duas décadas seguintes. Inicialmente por meio da expansão da agropecuária regional, notadamente da pecuária bovina extensiva, e do avassalador crescimento da exploração madeireira da Mata Atlântica. Nos primeiros anos as administrações locais permaneceram grandemente voltadas para o litoral, pelo menos até por volta do final da década de 1950 e início dos anos 1960. A partir de então se observou o avanço contínuo em direção ao

interior regional, sobre o velho “sertão despovoado”²²⁸. A certa altura da década de 1960 essa centenária centralidade litorânea seria mais prontamente abalada do que em qualquer momento anterior. O influxo que modificou séculos de unificação nesta região do estado em torno da faixa litorânea sul.

Entre o final dos anos 1940 e os primeiros anos da década de 1950 a atividade madeireira na região foi estimulada, por um lado, pelo crescimento econômico do país e do mundo, e, por outro lado, pela abundância e variedade de madeiras encontradas na Mata Atlântica regional, uma das áreas mais biodiversas de toda a floresta atlântica brasileira. Ademais, a região foi parcamente controlada pelo poder público estadual até por volta de meados da década de 1970. Tendo sido desde o começo uma área de ocupação colonial, é sabido que o extremo sul jamais esteve totalmente isolado do centro político e administrativo da Bahia, ou ausente dos circuitos de trocas econômicas dentro do estado, mas fora precária a supervisão administrativa do estado sobre a região ao longo de todo o período de sua formação histórica. A integração econômica do extremo sul aos centros mais dinâmicos da economia baiana também foi limitada até pelo menos a plena ativação da rodovia federal BR-101.

Com a expansão da economia nacional o extremo sul da Bahia cresceu rapidamente em população. Para os padrões da época no estado o aumento do número de habitantes foi mais intenso na passagem para os anos 1960, embora tenha sido também considerável na década seguinte. Em 1970 a população absoluta da região havia expandido praticamente uma vez e meia em relação ao seu tamanho em 1950.

Apesar disso, não houve alteração significativa na distribuição por sexo na população. Manteve-se a proporção ligeiramente maior de indivíduos do sexo masculino na composição populacional. Esta estabilidade poderia indicar, entre outras coisas, que o aumento da população regional não se explica pela imigração, sendo antes o resultado do crescimento vegetativo interno à região. Por certo, a grande disponibilidade de “terras sem dono” atraiu muitos forasteiros, sobretudo homens. Aliado a isso, entre 1950 e 1970 a região passou por relativo crescimento econômico, seguindo a tendência nacional da época. A movimentação de pessoas vindas de outras regiões para o extremo sul foi uma realidade deste período. Ocorre que o crescimento econômico em nível nacional limita o fenômeno do êxodo social. Além do mais, quando ocorrem processos migratórios a tendência é a desestabilização da composição sexual

²²⁸ Só há algum sentido na aceitação da afirmação histórica de “sertão despovoado” se consideramos espaço povoado exclusivamente aquele feito por “colonos brancos”, estruturado em povoações capazes de evoluir em formas jurídicas novas: aldeias, vilas, cidades, etc. Trata-se, portanto, de mais uma afirmação eurocêntrica. A verdade é que o interior do extremo sul era área de vivência e ocupação de muitos povos há séculos, talvez milênios, embora com formas de ocupação do espaço distintas daquelas dos povos europeu na América.

das populações regionais e locais. Naturalmente esta pode ser contrabalanceada, mas apenas posteriormente, e um período de desproporção numérica entre os sexos tende a se estabelecer no interior das populações.

Outro fator relevante para desconsiderar o crescimento populacional como resultado da imigração para a região é o fato demonstrado de que o crescimento econômico regional foi tímido no período, portanto pouco estimulante para promover qualquer onda de migração relevante para o extremo sul. A melhora econômica apresentada explica as taxas de crescimento populacional internas à região, pois gerou condições de existência econômica mais favoráveis à reprodução da vida social. A expansão da produção agrícola, manufatureira, comercial e dos serviços no período colaborou não apenas para a incremento da renda total na região, como também na oferta de alimentos e, portanto, para a redução do custo de vida nas localidades.

Se a dinâmica econômica do extremo sul entre 1950 e 1970 não foi bastante para atrair grandes levas de pessoas de outras partes do estado, ou de fora dele, ela foi, ao menos, suficiente para garantir a reprodução das populações que cresciam em tamanho na região. O que não quer dizer que não acorriam para lá migrantes em busca de oportunidades. Ao final da década de 1960 um bom número de pessoas chegou à região (IBGE, 1965). Era gente interessada nos recursos da floresta, basicamente a madeira, na propriedade da terra, na abertura de negócios – serrarias, lojas, etc. –, em trabalho, sobretudo nas incontáveis serrarias que começaram a se instalar no extremo sul ainda nos anos 1960, sobretudo no interior regional.

O dinamismo social atraiu pessoas com interesse em aproveitar as possibilidades econômicas que se apresentavam. O movimento atingiu tanto a porção setentrional, quanto a meridional da região, o litoral e o interior. Em 1948, chegou a Nova Viçosa, distrito de Mucuri, a madeireira Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, oriunda da cidade de São Mateus, no Espírito Santo. Em 1952 o então distrito de Medeiros Neto recebeu uma grande unidade de produção madeireira, a Bralanda, multinacional de origem holandesa (GARCEZ, 1975, p.46). A *holding* holandesa foi uma empresa de grande porte de extração e beneficiamento de madeira, que havia implantado anteriormente uma importante unidade fabril no município mineiro de Nanuque, a partir de onde expandiu suas atividades para o extremo sul baiano (CERQUEIRA-NETO, 2001). Ao longo dos anos a Bralanda montou operações nos municípios de Mucuri, Prado e Porto Seguro. Outras empresas madeireiras de porte também se instalaram entre Santa Cruz Cabrália e Prado.

É sintomático que no início da década de 1970 o então governador do estado da Bahia, Antonio Carlos Magalhães (ACM), tenha manifestado incômodo com os rumores de que o

extremo sul do estado estava entregue aos interesses de madeireiros de Minas Gerais e do Espírito Santo (PÓLO..., 1974, p.20). Até aquele período a atividade madeireira empreendida no extremo sul estava distante do controle fiscal do estado, e negociantes importantes estavam instalados em municípios não baianos, a exemplo de Nanuque e Viçosa em Minas Gerais, e Linhares, no Espírito Santo (PÓLOS, 1974, p.18). Governadores baianos do período, como Roberto Santos e ACM, passaram a atentar para a necessária melhoria da infraestrutura regional. ACM sinalizou com a intenção criar um pólo madeireiro regional, a ser instalado no distrito de Itabela, à época pertencente ao município de Porto Seguro (PÓLOS, 1974, p.18). No governo de Roberto Santos foi concluído o “Zoneamento dos Distritos Florestais do Estado da Bahia” (BAHIA, 1977; MAGALHÃES, et al., 2015). Pretendia-se criar no estado um complexo agroindustrial florestal, com o estabelecimento de dois distritos florestais, um deles a ser instalado no extremo sul. O objetivo era fazer com que os distritos madeireiros fossem o pontapé inicial da organização de uma agroindústria ligada às atividades madeireiras na Bahia. Começava a ser difundido pelos governos estaduais que o extremo sul do estado estava “vocacionado” para as atividades ligadas ao beneficiamento madeireiro.

A presença na região de “forasteiros” à procura de terras, madeiras e outras “riquezas” não era em si uma novidade, mas a partir dos anos 1960 a movimentação deixou de ter caráter esporádico. Viu-se explodir o número de serrarias montadas em toda a região, a maior parte delas de propriedades de indivíduos oriundos de outros estados, particularmente do Espírito Santo. Além de madeireiros, trabalhadores chegavam do norte do Espírito Santo para ocupar postos de trabalhos nas serrarias de propriedade de capixabas instalados no extremo sul, e mineiros vinham “tentar a sorte”, montando pequenos negócios, adquirindo pedaços de terra, etc.

Como se viu, novos municípios foram criados no extremo sul, indicando não apenas o crescimento das antigas cidades sede, mas também dos distritos. A urbanização avançou também a partir dos anos 1960. Antigos núcleos urbanos se adensaram, e outros novos surgiram. Ao mesmo tempo houve considerável expansão do número de propriedades rurais, fazendas, sítios e posses, maior na microrregião litorânea do que na interiorana. Se associarmos ao reforço da economia agrícola na antiga região litorânea a tendência observada no período de concentração latifundiária da terra, isso pode indicar o papel ainda dominante das velhas oligarquias rurais na região. Na microrregião interiorana, por outro lado, tudo indica a formação de uma nova oligarquia assentada na pecuária bovina.

A pecuária extensiva foi, de longe, o principal estímulo à expansão da fronteira agrícola. A partir de 1960 já se observa nitidamente o predomínio dos rebanhos bovinos no conjunto da criação de animais de grande porte na região. A formação de pastos dava sequência ao trabalho de desflorestamento que havia sido iniciado com a extração e comercialização madeireira em incontáveis pontos do território. O desenvolvimento demográfico e econômico é indissociável da acelerada devastação e fragmentação da Mata Atlântica e da avassaladora ascensão da pecuária bovina extensiva. A pecuária foi o principal fator concentrador de terras e gerador de violência no campo (KOOPMANS, 2005). A formação do extremo sul não pode ser compreendida sem considerar o avanço da pecuária sobre a floresta, sobre a terra. Entre os anos 1950 a 1970 o desenvolvimento socioeconômico regional não foi apenas coetâneo da devastação ambiental e da concentração de terras e poder, ele foi antes o seu resultado, tendo sido, simultaneamente, seu principal estimulador.

Embora a produção industrial tenha avançado pouco no período, no meio rural verificou-se uma expansão da atividade manufatureira. Isso não demonstra tanto a predominância do “mundo rural” frente ao urbano, mas antes, que a produção que podemos considerar industrial pouco se modificou tecnicamente em pouco mais de 20 anos. Naturalmente, a produção secundária regional não se limitava basicamente, como na década de 1940, a fabriquetas de aguardente de cana, farinha de mandioca, massas alimentícias e rapadura. Ocorreu certo desenvolvimento da metalurgia, da mecânica e da indústria madeireira, com ligeira vantagem para as atividades sediadas na microrregião litorânea.

Em 25 anos houve redução (proporcional) da população rural no extremo sul da Bahia. A virada de 1960 para 1970 marcou o momento em que a população rural brasileira foi pela primeira vez calculada como menor do que a somatória das pessoas que viviam em todas as aglomerações urbanas do país. A tendência de redução da população rural também se verificou no extremo sul, porém aqui ela foi mais intensa na década anterior. A maior redução proporcional ocorreu no decurso da década de 1950, quando a população rural do extremo sul passou a representar aproximadamente 79,5% no conjunto da população. Nos dez anos seguintes essa taxa praticamente não se alterou (79,3%).

Esta é mais uma possível evidencia de que as mudanças socioeconômicas ocorridas no extremo sul após os anos 1950 se explicam não apenas pelo expressivo desempenho da economia nacional, havendo também razões particulares para tanto²²⁹. A floresta atlântica e as

²²⁹ Entre 1940 e 1960 o PIB brasileiro cresceu a uma média próxima de 6% ao ano, enquanto a agricultura brasileira 4,7% e a indústria expressivos 8,3% (CASTRO, 1969, p. 100).

terras “sem dono” eram os principais fatores de atração humana. A abertura dos mercados mundiais no pós-guerra aos “países em desenvolvimento”, a elevação dos preços dos gêneros agrícolas de exportação e o crescimento da economia brasileira levaram os agentes econômicos a procurar (e encontrar) no extremo sul da Bahia uma enorme fonte potencial de recursos naturais e de meios de produção disponíveis (terras), podendo ser rapidamente transformados em dinheiro e capital. A apropriação capitalista dos recursos naturais passava a ser organizada sistematicamente em toda a região. A isso denominamos extrativismo madeireiro sistemático, ou propriamente capitalista. A primeira década de acumulação serviu à expansão das fazendas e dos núcleos urbanos. Em seguida, o ímpeto urbanizador refluíu um pouco, pelo baixo dinamismo do mercado consumidor regional. A tendência à urbanização não se extinguiu no extremo sul, mas fora contida, ao menos até o funcionamento da BR-101.

Contudo, a população rural continuava bastante elevada, mesmo para os padrões baianos do período. Mais de 80% da população regional dependia dos postos de trabalho gerados nas atividades ligadas ao campo. Ainda assim a “economia urbana” prosperou. O crescimento do setor de serviços expressava esta tendência de desenvolvimento. A prestação de serviços cresceu mais de 500% entre 1950 e 1970. Na indústria, na altura de 1970, pela primeira vez o número de pessoas ocupadas foi maior do que no comércio em geral. A expansão da indústria urbana se deu com boa vantagem na microrregião litorânea. Também nesta o comércio e os serviços foram mais significativos.

Ao lado do crescimento vertiginoso das atividades madeireiras e da pecuária bovina extensiva, as principais tendências da formação social e histórica do extremo sul da Bahia foram o incremento populacional e a degradação ambiental. Mas há uma outra tendência significativa: a *interiorização do extremo sul da Bahia*. Ela teve enormes consequências para o futuro da região. É preciso que se diga, nenhuma desses processos pode ser compreendido separadamente, pois não se obtêm qualquer sentido com o isolamento dos fatores. Ao contrário, é uma totalidade de interações, em que qualquer dos elementos alimenta o outro, qualquer um deles não existiria sem o outro.

A interiorização começou a alterar um dos pilares do desenvolvimento histórico na região desde o período colonial, a saber, a concentração de pessoas e estruturas na estreita faixa do litoral atlântico. Até 1950 a penetração com formação de povoados no interior do extremo sul era bastante restrita, com a constituição apenas de alguns pequenos núcleos, em sua maioria, de origem rural (SILVA, SANTOS, 2019). Pequenos povoados afastavam-se, embora não tanto, de suas cidades sedes litorâneas. Um prenúncio da movimentação social no

interior do extremo sul foi a chegada planejada dos primeiros frades franciscanos aos municípios da região, recebendo mais tarde das autoridades eclesiásticas competência provisão de administração paroquial (HOOIJ, 2011)²³⁰. Embora assumissem seus postos nas paróquias instaladas no litoral, onde estavam sediadas as sedes municipais, o trabalho de evangelização dos franciscanos visava também à expansão da fé cristã e da educação junto às localidades do interior, pois estas começavam a crescer em tamanho, juntamente com as cidades sede. Foi justamente esta dinâmica que atraiu para a região os primeiros franciscanos. Duas décadas depois de iniciado o avanço econômico em torno da exploração madeireira e da agropecuária e da chegada dos franciscanos, o IBGE revisaria a divisão intrarregional, admitindo duas sub-regiões na Zona Extremo Sul da Bahia: microrregião litorânea; microrregião interiorana.

Em 1970 a microrregião interiorana já contava com uma população mais numerosa e urbanizada do que a litorânea. Em grande medida o destacado número de habitantes residindo além da faixa litorânea decorreu da emancipação política de antigos distritos. Novos municípios como Itamaraju e Guaratinga contavam com populações residentes superiores em tamanho a de municípios seculares como Alcobaça, Caravelas, Prado e Santa Cruz Cabrália²³¹. Itamaraju, em particular, que se separou de Prado no início da década de 1960, ao surgir como município pertencente à sub-região do interior contava com a maior população do extremo sul. Em tamanho demográfico, Itamaraju possuía o dobro de habitantes do seu antigo distrito sede. Itamaraju e Guaratinga emanciparam-se no mesmo ano, 1961, e ao se separarem do Prado e de Porto Seguro ficaram com a maior parte da população destes municípios litorâneos. O segundo mais populoso município da região em 1970, Itanhém, também estava situado na microrregião interiorana, e, juntamente com Medeiros Neto, foram os primeiros municípios não litorâneos a se formarem no extremo sul²³². Por fim, também Nova Viçosa ao se tornar definitivamente independente de Mucuri arregimentou uma massa maior de habitantes do que a do antigo município sede. Porém, neste caso, a nova localidade pertencia à microrregião litorânea.

A emancipação dos distritos explica o incremento urbano na microrregião interiorana. Na microrregião litorânea aproximadamente 85% da população residia no campo em 1970,

²³⁰ Segundo Frei Elias Hooij (2011), foi Frei Samuel, instalado em Cachoeira da Meia Légua, na divisa da Bahia com Minas Gerais, o primeiro frade franciscano a penetrar as matas do extremo sul da Bahia, no ano de 1916. Mas foi a partir de 1939 que começou a sucessão de frades chegando aos municípios do extremo sul. Neste ano chegaram a Caravelas, Alcobaça, Mucuri (e Nova Viçosa), Prado e Porto Seguro os frades Feliciano, Celestino e Leobino, e os padres Antonio Avelino e Emiliano.

²³¹ Em 1970 a população residente de Guaratinga tinha praticamente a mesma dimensão da de Porto Seguro, respectivamente 33.118 e 33.108 habitantes (BRASIL, 1973a).

²³² Itanhém e Medeiros Neto, dois antigos distritos de Alcobaça, foram elevados à categoria de município por força da Lei Estadual no. 1.024, de 14 de agosto de 1958 (IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/medeiros-neto/historico>>).

enquanto na interiorana este índice caía para 73,5% (IBGE, 1973a). Os maiores distritos possuíam grande parte de seus moradores concentrados em nucleações urbanas. Assim, ao se tornarem politicamente independentes integraram aos novos municípios populações urbanizadas, dando origem, às vezes, a cidades sede mais populosas do àquelas as quais pertenciam. Para a microrregião litorânea o resultado foi o oposto, havendo recuo do tamanho absoluto e proporcional de sua população urbanizada após as emancipações.

Em relação à infraestrutura mais geral e ao acesso a serviços públicos básicos, como estradas, comunicação, energia elétrica, água encanada, educação e saúde, a situação era bastante semelhante nas duas microrregiões. Na média, 6,5% dos domicílios eram servidos de iluminação elétrica nas duas regiões. Com 31.856 domicílios particulares permanentes, a microrregião litorânea possuía 2.330 dos seus lares eletrificados, ou seja, 7,3% do total (IBGE, 1973a). A situação na microrregião interiorana era mais precária, com apenas 5,5% dos seus domicílios com acesso à energia elétrica. A situação se invertia quanto ao acesso à rede geral de abastecimento de água. Na sub-região interiorana em 472 domicílios (1,5%) a água chegava às residências pelas torneiras, já na litorânea somente 222 casas (0,7%) tinham água encanada. Quanto à existência de estradas para acesso e circulação de pessoas e mercadorias e pavimentação, a situação era ligeiramente mais favorável à microrregião litorânea.

A principal fonte energética e combustível dos domicílios era a biomassa retirada da floresta, tanto na Bahia, quanto no extremo sul do estado. Mas enquanto para o estado os domicílios que utilizavam basicamente madeira como recurso energético cotidiano era em média 68,5% do total em 1970, no extremo sul esse percentual subia para 93,4% dos lares (BRASIL, 1973a). Do conjunto dos domicílios pesquisados, somente no extremo sul quase 56 mil deles utilizam a lenha como recurso para geração de energia térmica, outros dois mil se serviam do gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido popularmente como “gás de cozinha”, e pouco mais de 1.850 residências satisfaziam suas necessidades com a adoção de outras fontes. Com menos domicílios instalados do que a zona do litoral, na microrregião interiorana encontravam-se mais da metade das moradias que queimavam lenha diariamente em toda a região (51%)²³³. O número de residências que utilizavam o gás como principal recurso combustível era proporcionalmente maior na microrregião litorânea, 3,6% contra 2,7%.

Saúde e educação também apresentavam duras realidades nas duas microrregiões. Da população em idade escolar, ou seja, pessoas com cinco ou mais anos de idade, 81% continuava

²³³ O Censo Demográfico de 1970 registrou 31.253 domicílios instalados na microrregião interiorana e 31.856 domicílios na microrregião litorânea.

com pouco (menos de um ano) ou nenhum nível de instrução na microrregião interiorana em 1970. Na litorânea o percentual era menor, 76,5%, mais ainda assim bastante elevado. Os estudantes com algum grau de instrução completo, o que implica ter dez anos ou mais anos de idade à época, eram de aproximadamente 3% e 4%, respectivamente no interior e no litoral²³⁴. Importa ressaltar que dos 10.649 estudantes do extremo sul que chegaram a concluir algum dos níveis de ensino, 5.397 eram homens e 5.252 eram mulheres, com percentuais muito parecidos de distribuição sexual entre as microrregiões²³⁵.

A infraestrutura em saúde no extremo sul praticamente não se modificou nos vinte anos que se seguiram a 1950. Como a grande maioria das unidades de atendimento à saúde – postos, farmácias, etc. – se encontravam concentradas nas antigas cidades sedes da região, com a emancipação dos distritos, dando forma e conteúdo à microrregião interiorana, a infraestrutura de saúde não foi ampliada. Diferentemente da situação educacional, em que diversas unidades escolares do sistema de ensino funcionavam afastadas das cidades-sedes, próximas aos povoados, na saúde a rede de atendimento no interior era inexistente. As pessoas com alguma necessidade sanitária ou de saúde incontornável precisavam acorrer para os lugares de atendimento nas cidades, muitas vezes localizados em municípios vizinhos ou mesmo fora da região. Os elevados custos de ampliação da cobertura de serviços em saúde também tornaram a condição do setor ainda mais precária no interior da região.

Como se pode notar, a infraestrutura básica e a prestação de serviços comuns simples estavam mais bem implantados na área de ocupação mais antiga do extremo sul. Mas isso não significava, como vimos, que as condições de infraestrutura e serviços fossem boas na microrregião litorânea, pelo contrário. Em segundo lugar, a discrepância das microrregiões neste aspecto não era substancial, o que demonstra mais uma vez os limites do desenvolvimento da vida moderna na região e entre as sub-regiões particulares. Caravelas e Itamaraju, nesta ordem, eram os municípios da região que apresentavam o maior consumo agregado (energia elétrica, água encanada e gás de petróleo). Logo em seguida vinha Medeiros Neto, com destaque para o número de domicílios particulares servidos por água encanada, proporcionalmente o maior da região, se posicionando ainda relativamente bem quanto à ligação das casas na rede pública de iluminação elétrica. Indicativos de que a situação poderia melhorar para o interior do extremo sul no futuro.

²³⁴ Os “graus de curso” existentes em 1970 eram: Elementar, Médio 1º ciclo, Médio 2º ciclo e Superior.

²³⁵ Microrregião litorânea: 50,5% (homens) e 49,5% (mulheres); microrregião interiorana: 50,9% (homens) e 49,1% (mulheres) (BRASIL, 1973a).

Embora mais populosa, a microrregião interiorana, ao que tudo indica, não havia superado a litorânea em termos econômicos até o final da década de 1960. A expansão observada das propriedades rurais e, em menor medida da indústria rural, foi mais significativa na microrregião litorânea. O mesmo ocorreu com a produção manufatureira urbana, o comércio e a prestação de serviços. Mesmo seccionados, municípios como Alcobaça, Caravelas, Prado e Porto Seguro mantinham em seus territórios os mais importantes negócios regionais. Contatos comerciais de longa data continuariam relativamente preservados em favor das rotas costeiras, ainda que o ligeiro predomínio das atividades agropecuárias na microrregião contrabalanceasse o peso econômico do litoral.

Fenômeno histórico regional importante, a interiorização do extremo sul, todavia, não produziu imediatamente a superação econômica dos municípios do litoral do extremo sul pelos novos instalados no interior, pelo menos até a instalação e pleno funcionamento da BR-101. À medida que a grande rodovia foi se tornando o meio de comunicação e de circulação de mercadorias mais importante do extremo sul, a microrregião interiorana foi ultrapassando a litorânea também no terreno econômico.

Em todo caso, não havia uma superioridade destoante entre as microrregiões em 1970. A atividade madeireira fez pender mais para o interior, menos protegido, e a partir de então mais devassado, o seu peso econômico. Parte substancial da riqueza produzida pela exploração madeireira era ocultada pela prática da ilicitudes, mas do que qualquer outra atividade, até mesmo da posse ilegal de terras. Essa situação certamente jogou um papel no equilíbrio econômico das microrregiões internas do extremo sul da Bahia. Primeiro, pela natureza clandestina de grande parte das operações envolvendo a exploração madeireira da Mata Atlântica, ademais, não oficialmente documentadas. Segundo, porque as duas microrregiões eram dotadas ainda de expressivos recursos florestais, disponíveis à atividade madeireira, muito embora já começassem a escassear ao final dos anos 1960. Mas não há qualquer dúvida sobre o fato de que a maior parte da floresta a ser devassada encontrava-se no interior. Por outro lado, processos de “ruralização” econômica, com a expansão do número e tamanho das propriedades rurais, eram mais destacados no espaço litorâneo.

CAPÍTULO 6 – DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO

O período a que se refere este trabalho está compreendido na “era do desenvolvimentismo” brasileiro (BIELSCHOWKY, 2004)²³⁶. Portanto, para podemos compreender a etapa de formação territorial do extremo sul da Bahia ocorrida entre por volta de 1945 e 1972, precisamos avaliar o período de fortalecimento das políticas desenvolvimentistas nacionais, favorecidas pelo crescimento sem paralelo da economia mundial entre 1950 e 1975²³⁷. Portanto, a história da relativa expansão socioeconômica do extremo sul no período se deu em meio a uma conjuntura econômica favorável no Brasil e no mundo.

O vigoroso e contínuo crescimento do PIB, do estoque de capitais, da produtividade do trabalho e de taxas de investimento (inéditas) nos países capitalistas centrais, sob a liderança dos EUA, possibilitou a emergência do ciclo econômico expansivo mundial do pós-guerra, que se iniciou antes mesmo do término do conflito e começou a se encerrar com a primeira crise mundial dos preços do petróleo em 1973 (GLYN, 1990 apud BONENTE, 2007)²³⁸. Mudanças fundamentais foram postas em prática no regime de acumulação/mo de regulação/ organização técnica do trabalho da economia capitalista, sintetizadas no que ficou amplamente conhecido como “acumulação fordista”²³⁹. Países capitalistas não centrais da economia mundial procuraram participar desta nova fase da acumulação do capital inserindo-se tanto nos circuitos de acumulação da economia real, quanto nos debates teóricos. Mas em razão de diferenças

²³⁶ De acordo com o historiador do pensamento econômico brasileiro, o professor e economista Ricardo Bielschowsky, que escreveu talvez o mais influente livro sobre o desenvolvimentismo brasileiro, a “era do desenvolvimentismo brasileiro” durou de 1930 a 1980.

²³⁷ A prosperidade econômica gerada pelo ciclo expansivo do pós-guerra foi mais bem aproveitada nos países capitalistas desenvolvidos. Contudo, no “países em desenvolvimento” verificou-se um aumento médio de 3% ao ano de renda per capita (BONENTE, 2007, p.8).

²³⁸ GLYN, A. et al. “The Rise and Fall of the Golden Age”. In: MARGLIN, S.; SHOR, J. *The Golden Age of Capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

²³⁹ A acumulação fordista, ou simplesmente fordismo, nasceu, como o próprio nome indica, nas fábricas da indústria automobilística da FORD nos EUA. De lá, o modelo de produção se expandiu pelo mundo, criando uma espécie de padrão produtivo global. Visava o aumento da produtividade do trabalho, a ampliação permanente do demanda e a contenção do ciclo de crise econômica, tudo isso em meio a uma conjuntura de forte industrialização mundial. O fordismo se aproveitou da sistemática racionalização do processo produtivo, que separando rigorosamente a formulação da execução no processo de trabalho, método este criado ainda na primeira metade do século XIX pelo engenheiro de produção estadunidense Frederick Taylor, conhecido como “administração científica” ou “taylorismo”. O fordismo acrescentou a este novos princípios econômicos, tais como: modernização da mecanização do processo produtivo, notadamente com a introdução das linhas de montagem; produção em série de mercadorias padronizadas (“produção em massa”); elevação da renda do trabalho (“poder de compra”); produtividade (“queda dos preços”); expansão permanentemente da demanda por mercadorias (“consumo de massa”). Para uma síntese objetiva do fordismo ver: Santos (2007); Bonente (2007).

históricas, estruturais e institucionais consideráveis das condições socioeconômicas a participação destes países no processo de acumulação se deu, em geral, de modo limitado, quase sempre com resultados muito aquém daqueles obtidos pelos países centrais. Ademais, a inserção de cada um dos países periféricos deve ser considerada particularmente, a despeito de aspectos comuns à condição geral de “países subdesenvolvidos”.

Em termos gerais, o germe do desenvolvimentismo brasileiro pode ser observado já no primeiro governo presidencial de Getúlio Vargas, ou seja, nos anos 1930: “[...] foi efetivamente a partir de 1930 que o ideário desenvolvimentista se tornou a principal corrente norteadora da política econômica nacional” (FONSECA; SALOMÃO, 2019, p.157). Mas foi com a imposição do Estado Novo (1937-1945) que se fortaleceu o plano do governo de fomentar a industrialização brasileira sob o comando do Estado. Um dos momentos mais decisivos do projeto nacional de desenvolvimento deste período foi a tomada de decisão política de implantar no Brasil uma moderna indústria siderúrgica, capaz de produzir internamente ferro, aço e derivados, no período que vai de agosto de 1939, quando se instalou a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional, à abril de 1941, data na qual se realizou a Assembleia Geral de Criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)²⁴⁰.

Mas foi a partir de final dos anos 1940, e mais claramente ao longo das décadas de 1950 – com o “segundo governo” nacionalista de Getúlio Vargas (1951-1954) – e 1960, que se consolidou o processo de industrialização iniciado ainda nos anos 1930, com o avanço da política de substituição de bens importados por mercadorias produzidas internamente, ao mesmo tempo em que se ampliava o consumo nacional de produtos importados (PRADO, 2011). Durante a “Era Vargas” se tem a implementação de um programa de desenvolvimento industrial para o Brasil que priorizou a participação do capital nacional, público e privado. Na história da economia do desenvolvimento brasileira o período varguista foi compreendido particularmente por importantes historiadores como o tempo do “nacional-desenvolvimentismo” (BASTOS, FONSECA, 2012; FONSECA, SALOMÃO, 2019). O programa francamente nacionalista de Vargas se desdobraria nos governos posteriores de JK, Jânio Quadros/João Goulart (Jango) e nos governos militares, mas com alguma diluição de seus princípios firmemente nacionalistas, com a abertura da economia nacional para uma maior participação do capital estrangeiro nos planos e projetos de desenvolvimento²⁴¹. No começo

²⁴⁰ Contudo, a CSN efetivamente iniciaria suas operações em junho de 1946, já no governo Dutra, quase um após a deposição do presidente Getúlio Vargas. Ver: FGV/CPDOC. *Companhia Siderúrgica Nacional*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-siderurgica-nacional>>.

²⁴¹ Entre 1937 e 1980 o desenvolvimentismo, de cunho mais ou menos nacionalista a depender do momento e do governo instalado, vigorou como projeto político hegemônico no Brasil. Durante quase meio século de políticas

dos anos 1950 o aprofundamento da industrialização do Brasil será sistematicamente pensada pelos desenvolvimentistas como condição imprescindível para o desenvolvimento nacional; nestes termos, a industrialização seria o correlato da “superação do subdesenvolvimento” (MANTEGA, 1991; BIELSCHOWKY, 2000; MALTA, 2011).

Por seu lado, as mudanças regionais no extremo sul da Bahia que ocorreram durante esta fase decisiva da história socioeconômica nacional, entre 1950 e 1975, não poderão ser bem avaliadas sem a compreensão do desenvolvimentismo brasileiro e seus impactos nos territórios e regiões. A política territorial que inaugurou as “regiões fisiográficas” do país foi, ela mesma, um elemento planejado do ideário organizativo do desenvolvimentismo nacional. Neste sentido, esta que foi a primeira regionalização completa do país, incluindo não apenas a definição de “grandes regiões nacionais” e dos estados da Federação, mas também das microrregiões internas aos estados, empreendida no âmbito do IBGE. A política territorial do período era perfeitamente adequada aos objetivos administrativos e econômicos do desenvolvimento brasileiro. A política geográfica não se limitava a definir e instalar circunscrições espaciais, mas possibilitava que as regiões fossem compreendidas, e em certa medida forjadas, em função dos efeitos potenciais esperados da criação destas. Concretamente, é no espaço ocupado e estabilizado que se realizam os investimentos, onde se dão os avanços industrial, comercial, dos serviços, etc. No território mercados se estabelecem, e, inclusive, o ultrapassa. Lugar onde a demanda interna por trabalho, por capital e por recursos naturais se processam. Em função do território ganham sentido fenômenos como o crescimento vegetativo, migrações, integração, etc.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina

Durante a grande depressão econômica mundial dos anos 1930, até por volta de meados da década de 1970, o pensamento econômico (e político) mundial foi fortemente influenciado pelos temas ligados ao desenvolvimento. Entre 1950 e 1970 o desenvolvimento econômico dos países foi entendido, não sem controvérsias, como sendo “um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país” (SINGER, 1977, p.38)²⁴². Mas, em termos

orientadas para o desenvolvimento do Brasil, a ideologia desenvolvimentista manteve como princípio orientador o intervencionismo econômico estatal planejado, tendo a indústria como setor chave do desenvolvimento nacional e o apelo a coalização de classes como estratégia política para a realização de seus objetivos.

²⁴² Havia no Brasil, pelo menos desde os anos 1940, três variantes discerníveis do pensamento desenvolvimentista: o desenvolvimentismo afinado aos interesses do setor privado; o desenvolvimentismo nacionalista do setor público (Estado); e o desenvolvimentismo não nacionalista (também ligado ao setor público do país) (BIELSCHOWKY, 2000). Disso resultaria certa variedade de posições teóricas e de proposições de política econômica. Para tornar o

históricos, é com a ascensão do Estado moderno, e o avanço nestes do modo de produção capitalista, inicialmente em partes setentrionais da Europa Ocidental e Central e depois para outras regiões do globo, que o desenvolvimento se impõe como a preocupação política central dos Estados e das burguesias nacionais. Está na base do modo de produção e reprodução capitalista a acumulação e a valorização incessantes do capital. O capital não é uma coisa, seja ela dinheiro, investimento, ou outra qualquer, mas um relação social que tende a submeter/subordinar crescentemente todas as coisas e as relações sociais à lógica de sua acumulação econômica, através do mercado e norteada pelo dinheiro e pelo lucro. Resulta desse movimento histórico o aumento incessante da riqueza material total por meio do incremento da divisão e extração do excedente do trabalho nos países e entre os países, a aceleração do progresso técnico e seu uso crescentemente econômico, a elevação da produtividade do trabalho e a modernização permanente das instituições. As motivações conscientes para o desenvolvimento da economia já estão presentes, de certa forma, no período de consolidação política e mercantil dos modernos Estados nações, momento em que estes definem a sua estabilidade política interna e vão se constituindo como formações sociais capitalistas (BRESSER-PEREIRA, 2006). Enquanto a “Economia Política”, ciência que se ocupará do estudo sistemático da “riqueza das nações”²⁴³ e suas condições, surgirá depois, na segunda metade do século XVIII. E somente um século mais tarde é que aparecerá a elaboração sistemática do conceito de desenvolvimento, ou seja, a sua teorização pela economia política, primeiro como “desenvolvimento econômico”.

Os estudos sobre o desenvolvimento consolidaram um ramo próprio no campo da ciência econômica, denominado “Economia do Desenvolvimento” (BONENTE, 2007)²⁴⁴. Esta, começa a surgir como práxis (teoria/prática) logo após o final da Segunda Guerra Mundial, inicialmente na obra de teóricos que viveram em países de economia capitalista avançada, notadamente Inglaterra e EUA, embora alguns deles tivessem nascido em países periféricos da Europa²⁴⁵. A exceção foi o economista argentino Raúl Prebisch, que trabalhou primeiro como consultor, depois como Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e

quadro interpretativo mais complexo, duas outras correntes influentes do pensamento econômico e social brasileiro, o liberalismo e o socialismo, mantiveram intensos debates com as correntes desenvolvimentistas, chegando, às vezes, a ocorrer trocas teóricas entre correntes divergentes.

²⁴³ Título do mais conhecido livro de Adam Smith, filósofo moral e economista britânico, nascido na Escócia, conhecido como o primeiro grande teórico da economia moderna, chamada à época de “economia política”. O livro foi publicado pela primeira vez na Inglaterra, em 1776.

²⁴⁴ Traduzido do original, em inglês, *Development economics*.

²⁴⁵ Autores pioneiros da Economia do Desenvolvimento: Paul Rosentain-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Walt Whitman Rostow (BORJA, 2011).

o Caribe (Cepal). Prebisch foi um dos precursores do pensamento desenvolvimentista. Inicialmente, a economia do desenvolvimento foi adotada como política pública para superar o “atraso” dos países industrializados do “Terceiro Mundo”, designados como “subdesenvolvidos” (FURTADO, 2009 [1961])

Embora a referência inicial para os estudos fosse o histórico de avanços econômicos realizados pelos poucos países bem sucedidos do capitalismo mundial, alguns deles destroçados pela Segunda Guerra, os “pioneiros” da economia do desenvolvimento passaram a investigar os países “não desenvolvidos”²⁴⁶. Nestes, foram detectados uma série de problemas que as economias centrais haviam conseguido ultrapassar: óbices à industrialização, financiamento e investimento insuficientes, desequilíbrio entre os fatores produtivos (capital e trabalho), excedente de força de trabalho, integração regional precária, baixa formação de capital, problemas de integração das regiões industrializadas ao mercado mundial (infraestrutura, legislação, etc.), mercado interno limitado, instituições arcaicas, ausência ou carência de planejamento e coordenação, dentre outros obstáculos ao progresso do desenvolvimento (BORJA, 2011).

A despeito das diferenças no tratamento do desenvolvimento, um sentimento comum percorria a obra teórica dos pioneiros, a saber, a crença no progresso aberto a todas as nações. O desenvolvimento tornou-se, então, desenvolvimentismo, e assim foi entendido como possível de acontecer em todos os países e não apenas nas ricas nações capitalistas, desde que se aplicasse medidas corretivas adequadas. Era necessário que os pleiteantes estivessem politicamente empenhados na busca da superação do atraso, atentando-se para as experiências mundiais de êxito econômico e social. O contexto de conflitos mundiais foi importante para a reflexão dos pioneiros da economia do desenvolvimento. Se por um lado supunha-se que os horrores da guerra mundial haviam abalado temporariamente as economias capitalistas europeias desenvolvidas, por outro, o término do conflito serviria de oportunidade para que as autoridades políticas passassem a se ocupar com as condições de melhoria da vida de suas populações. O contexto geopolítico do imediato pós-guerra era de colaboração, tanto para evitar novos confrontos bélicos corrosivos da ordem econômica mundial, quanto para fazer frente à alternativa socialista que a “Guerra Fria” anunciava²⁴⁷.

²⁴⁶ O primeiro trabalho reconhecidamente desenvolvimentista foi escrito antes do término da Segunda Guerra, em 1943. Trata-se do artigo *Problema de industrialização da Europa oriental e sul-oriental*, escrito pelo economista Paul Rosentein-Rodan (1902-1985) (BORJA, 2011). Nascido na Polônia, Rosentein-Rodan estudou em Viena, na tradicional escola austríaca de economia, tendo se radicado na Grã-Bretanha em 1930.

²⁴⁷ Por quase meio século, entre 1944 e 1989 a situação internacional foi influenciada pelos desdobramentos da Guerra Fria. Nas palavras do historiador Eric Hobsbawm (1997, p. 223): “[...] a história desse período foi reunida

Os primeiros “desenvolvimentistas” compreenderam o Estado como um agente imprescindível para a se obter o desenvolvimento econômico. Entendiam que ao deixar a economia sujeita apenas aos movimentos do “mercado” os países não ainda desenvolvidos não lograriam resolver suas debilidades, ficando estes impedidos de promover o crescimento equilibrado e permanente de suas economias nacionais. A intervenção do poder público, de acordo com os pioneiros, levaria a realização de investimentos prioritários em setores deficitários em capital, mas com potencial expansivo, com a correta orientação das produções industrial e agrícola, realização de obras de infraestrutura, demanda garantida para produtos e insumos, inversões em ciência, tecnologia e educação, etc. Em suma, o Estado precisaria agir como orientador, planejador e coordenador, implantando políticas variadas – fiscal, monetária, cambial, externa –, tudo isso sem impedir o setor privado de atuar. O Estado para os desenvolvimentistas pioneiros seria um agente regulador e interventor. Daí a aproximação destes teóricos do desenvolvimento com a macroeconomia do economista inglês J. M. Keynes. O desenvolvimentismo e o keynesianismo foram correntes econômicas que surgirão em razão das mudanças provocadas na economia mundial com a grande depressão econômica dos anos 1930. Mas enquanto o keynesianismo ocupava-se das economias europeias desenvolvidas, o desenvolvimentismo voltava-se para os países subdesenvolvidos, inicialmente na Europa.

Segundo Castelo (2012), amparando-se na interpretação do cientista social André Gunder Frank²⁴⁸, um dos expoentes da “Teoria da Dependência”, havia porém uma componente conservadora instalada nas formulações dos pioneiros do desenvolvimentismo, para a qual colaboraram ainda o Departamento de Estado e setores acadêmicos do país que emergiu como a grande potência econômica após o fim do conflito mundial: os EUA. A certa altura interessou aos planos de expansão mundial dos EUA, portanto ao imperialismo estadunidense, favorecer o crescimento econômico dos países da periferia do capitalismo. Possivelmente o melhor exemplar teórico desse viés tenha sido a obra de W.W. Rostow, que desde os anos de guerra vinha se destacando como conselheiro de segurança dos EUA. Além de fazer parte do grupo de pioneiro do desenvolvimentismo, Rostow foi por certo o mais influente formulador desta nova teoria do desenvolvimento. Ele escreveu um artigo seminal sobre o tema em 1956. Nele o autor se referia ao desenvolvimento como uma “decolagem”. Para um economia decolar eram necessários permanentes esforços, capazes de pôr em funcionamento o “desenvolvimento

sob um padrão único pela situação interacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada “Guerra Fria”.

²⁴⁸ GUNDER FRANK, André. Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia. In. DURAND, J.C.; MACHADO, L. (Orgs.). *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975, v. II. Pp. 109-182

autossustentado” (BORJA, 2011, p.100)²⁴⁹. Mas o seu trabalho mais impactante foi o livro-síntese *The Stages of economic growth. A non-communist manifesto*, publicado em 1960²⁵⁰. Nesta obra Rostow defendeu com entusiasmo a necessidade da promoção do crescimento econômico dos países ainda não desenvolvidos. Ele criou, para tanto, um modelo dividido em “etapas”, que deveriam ser cumpridas em favor do desenvolvimento. O “sub-desenvolvimento” econômico foi entendido, então, como uma etapa a ser superada pelas nações retardatárias. Candidatas ao desenvolvimento, estas deveriam passar por estágios, bastando para tanto identificar em qual fase do processo rumo ao desenvolvimento cada país se encontrava.

Este pensamento foi logo apropriado por intelectuais e formuladores nos países dependentes (BORJA, 2011). Contudo, as ideias foram primeiramente criticadas, depois aprimoradas por pensadores latino-americanos, como o já citado Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e o chileno Osvaldo Sunkel, além de latinoamericanistas estrangeiros, como o alemão André Gunder Frank, dentre outros. Estes pensadores, críticos da teoria do desenvolvimento dos pioneiros, a maioria economistas, fizeram parte dos quadros da jovem Cepal, ou a ela se associaram teoricamente. Incorporaram dos pioneiros a caracterização particular do funcionamento da economia dos “países subdesenvolvidos”, também denominados “periféricos”, contrastando-os com as “economia desenvolvidas” do capitalismo mundial. Reconheceram que o desenvolvimento passava pela mudança de estágio nas economias subdesenvolvidas em direção ao progresso material, assim como fizeram, no passado, os países ricos. Mas refutaram a tese de que a condição do subdesenvolvimento era apenas uma etapa rumo ao desenvolvimento. Ao contrário, o arranjo sistêmico mundial “centro-periferia” era funcional para manter as economias capitalistas centrais desenvolvidas e as periféricas subdesenvolvidas. O desenvolvimento fora interpretado por estes novos desenvolvimentistas da periferia latino-americana do sistema capitalista mundial não como um modelo estático que poderia ser transplantado e ajustado de um país para outro, mas como processos nacionais diligentemente comprometidos com transformações estruturais, porém historicamente situadas. De certa forma, apesar das estruturas de dominação do mercado

²⁴⁹ De acordo com Rostow a “decolagem” dependia de: (i) elevar as taxas de investimento; (ii) desenvolver setores industriais com potencial de crescimento e transmissão do dinamismo para outros setores; (iii) montagem de uma estrutura política, institucional e social azeitada à expansão. O “desenvolvimento autossustentado” seria alcançado com a reposição permanente dos esquemas da decolagem, atentando para mudanças nos esquemas e nos setores dinâmicos. Concluído o processo, o que se esperava era o avanço da industrialização, elevando a produção (per capita) e modernizando as técnicas produtivas, bem como a melhoria da distribuição de renda, fortalecimento de mercado interno. Ver: Rostow (1969); Borja (2011).

²⁵⁰ No Brasil o livro foi traduzido com o título *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*.

capitalista mundial, as economias nacionais periféricas podiam contar com uma certa autonomia para superar a dependência, desde que se planejassem, se organizassem e realizassem reformas econômicas e políticas (WASSERMAN, 2017). Daí provém o nacionalismo (ou os nacionalismos) desta corrente, derivado das discussões em torno da soberania nacional²⁵¹. Os desenvolvimentistas latino-americanistas avançaram no estudo das particularidades históricas das economias nacionais subdesenvolvidas, criticando a mera aplicação de soluções exógenas às situações concretas específicas.

Por se tratar todas de economias capitalistas haveria, evidentemente, estruturas subjacentes comuns, portanto passíveis da formulação em conceitos gerais aplicáveis a qualquer país capitalista. Mas as economias nacionais deveriam ser analisadas a partir de sua própria espacialidade e temporalidade, ainda que estas dimensões não pudessem ser interpretadas como formações independentes no âmbito de uma economia que há muito havia se tornado mundial. Ganha terreno, nessa direção, formulações dedicadas a elaboração de uma “teoria do subdesenvolvimento”, ou, mais precisamente, sobre as estruturas do subdesenvolvimento latino-americano. A Cepal se tornaria o núcleo irradiador destas formulações teóricas²⁵².

Oswaldo Sunkel definiu em 1970, de modo conciso, a concepção cepalina de determinação estrutural, ou “estruturalismo da Cepal”, como ficaria mundialmente conhecido esse método de investigação, apesar da relativa imprecisão do termo. Escreve o economista chileno: “O enfoque que proponho consiste em apreciar as características do subdesenvolvimento como o conjunto de resultados inerentes ao funcionamento de um determinado sistema. [...] *dada a estrutura do sistema, fica definida a sua forma de funcionamento, e esta origina os resultados que o sistema produz*” (SUNKEL, 2000). Nesta direção, entre os principais problemas estruturais resultantes do subdesenvolvimento enquanto “sistema” estão os reduzidos níveis de renda, o baixo crescimento econômico, os desequilíbrios

²⁵¹ A ideologia nacionalista na América Latina não se restringiu apenas aos teóricos congregados no interior da Cepal, tendo sido um fenômeno que envolveu quase todo o pensamento progressista latino-americano do período desenvolvimentista, inclusive socialistas integrantes dos partidos comunistas. No Brasil, além dos desenvolvimentistas da Cepal o pensamento nacionalismo, com suas diferentes expressões, era defendido por intelectuais abrigados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e no Partido Comunista Brasileiro (PCB) (BIELSCHOWSKY, 2004; WASSERMAN, 2017).

²⁵² O primeiro livro de Celso Furtado a colocar no centro de sua investigação o tema do subdesenvolvimento foi por ele intitulado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961. Embora a corrente de pensamento econômica a qual se filiaria posteriormente Celso Furtado, primeiramente formulada no âmbito da Cepal, recebesse o nome de “estruturalismo”, esta pouco se inspirou no estruturalismo corrente do pensamento científico, que a partir da França se expande para o mundo nos anos 1960. Nesse sentido, há boas razões para essa tradição latino-americana do pensamento econômico ser melhor compreendida como “histórico-estrutural”. De certa maneira, esta perspectiva era funcional à análise comparativa de estruturas ao longo do tempo. Sobre problemas e lacunas teóricas do estruturalismo cepalino, como sua ambiguidade em relação ao uso da história, ver: Colistete (2001).

regionais, a instabilidade política, a ampla pobreza, a dependência econômica estrangeira e a crescente marginalização social dentro dos países. Estes são grandes temas singulares que requerem urgente investigação rigorosa. Por outro lado, estes problemas precisavam ser combatidos. Para os desenvolvimentistas cepalinos a teoria precisava ser completada com proposições efetivas de política econômica.

O fundamental das primeiras proposições cepalinas sobre o subdesenvolvimento foi escrito por Prebisch em um icônico texto de 1949²⁵³. De acordo com Colistete (2001), a primeira componente do núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento eram as estruturas econômica, política e social dos países de capitalismo dependente. Estes eram determinados pela baixa diversificação produtiva e pela precária integração dos setores econômicos nacionais. Nestas formações sociais a força do passado colonial continuava empurrando a sociedade. O setor econômico mais dinâmico era o dos empresários exportadores de produtos primários – no caso brasileiro, basicamente produtos agrícolas. Apesar do relativo dinamismo socioeconômico, este setor se mostrou “incapaz de difundir o progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais” (COLISTETE, 2001, p. 23). Nesse sentido, os países subdesenvolvidos eram associados, neste período, às economias agro-exportadoras especializadas, mas com mínima ou nenhuma diversificação industrial.

A outra componente do subdesenvolvimento referia-se às trocas no comércio mundial. Aqui entram em funcionamento duas variáveis estruturadoras dos países subdesenvolvidos: uma, o ritmo lento e insuficiente do incremento técnico, aliado ao baixo crescimento da produtividade do trabalho. A outra dizia respeito a assimetria de preços entre os produtos comercializados pelos países agro-exportadores e os bens manufaturados vendidos pelos países plenamente industrializados. Estas duas variáveis conjugadas levaria a uma desvantagem crescente do conjunto dos países latino-americanos no comércio internacional. A isso os cepalinos chamaram “tendência à deterioração dos termos de troca”. Na prática, os países capitalistas “periféricos” transferem riqueza para os países centrais, reforçando crescentemente a desigualdades entre eles, com impactos socioeconômicos internos distintos. Esta condição reiterada faz com que estas nações se tornem economias dependentes dos países capitalistas “centrais”. Dependentes de capital, inovação tecnológica e de processos técnicos, etc. Dependência, todavia, não significava imobilismo e estagnação. Com esta demonstração os

²⁵³ *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. O texto fora encomendado ao autor pela Cepal para ser apresentado na Conferência de Havana de 1949 (BORJA, 2021).

cepalinos feriam de morte o princípio liberal das “vantagens comparativas” no comércio internacional, desenvolvida pelo economista clássico David Ricardo no início do século XIX, mas amplamente aceita pelo *mainstream* econômico em meados do século XX.²⁵⁴

Tendo isso em comum, a partir daí o espectro de variações analíticas do subdesenvolvimento é amplo, pois cada país no interior do sistema tem também duas próprias contradições e impasses estruturais, que vão desde problemas históricos de funcionamento sistêmico da estrutura econômica, passando por idiossincrasias administrativas até processos culturais nacionais. Mas este é um assunto que escapa ao escopo deste trabalho.

Aqui, basta dizer que o objetivo da investigação da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento era compreender as limitações estruturais de certas economias nacionais, e elaborar planos, estratégias e medidas políticas específicas a cada país para se alcançar o nível de progresso econômico dos países capitalistas avançados. Para os teóricos e formuladores de políticas públicas dos países periféricos o objetivo era, evidentemente, superar o subdesenvolvimento. Portanto, a moderna teoria do desenvolvimento econômico passou a existir em razão do que se chamou, à época, de subdesenvolvimento, a despeito das diferentes caracterizações sobre o que seria um “país subdesenvolvido”²⁵⁵.

Não tardaria e a análise das economias tidas como não desenvolvidas, portanto campo de aplicação da teoria do subdesenvolvimento, passou a incluir entre seus objetos de investigação também os “países socialistas”, pois “verificou-se em vários países um processo de desenvolvimento nos quadros de uma economia não mais capitalista mas centralmente planejada” (SINGER, 1977, p.38). O desenvolvimento passava a ser observado tanto em países capitalistas, quanto em economia de planejamento central (“planejadas”). Com isso a ideologia do desenvolvimento econômico assume uma dimensão verdadeiramente mundial, se apresentando tanto em termos abstratos, como sistema teórico geral, quanto concretos, aplicada ao exame de economias nacionais específicas. Portanto, o estudo do desenvolvimento de qualquer região brasileira neste período não pode prescindir das determinações mais gerais da

²⁵⁴ De acordo com Ricardo, em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), cada país ao se especializar em um ou alguns produtos do comércio internacional, justamente aquele(s) que constituem a sua “vocação”, este obteria vantagens comparativas únicas em razão da capacidade e da experiência advindas da especialização produtiva, ampliando assim o nível técnico, elevando a sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, gerando ganhos para todos no comércio internacional (o “equilíbrio perfeito” do mercado).

²⁵⁵ Por certo o primeiro amplo estudo do desenvolvimento brasileiro, melhor dizendo, do porque não ocorria entre nós o desenvolvimento, é o clássico livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, do historiador Caio Prado Júnior, publicado primeiramente em 1942. Considerado por muitos a primeira obra de interpretação da história do Brasil a aplicar o método materialista, a obra lançou as bases da análise histórica do Brasil como um país onde o desenvolvimento se dá de modo “dependente”, em larga medida em razão do seu passado colonial não superado.

economia mundial, dadas as inter-relações que envolvem todos os espaços econômicos mais específicos (regiões) e as formações sociais (países) no âmbito da economia capitalista.

Não tardou para que a perspectiva do subdesenvolvimento fosse aplicada não apenas às nações, mas também aos territórios e regiões em seu interior. Como veremos mais adiante, a estrutura econômica subdesenvolvida está na base do tipo de dinâmica socioeconômica que o extremo sul baiano apresentou no período que vai de 1950 a por volta de 1970. O tipo de integração regional a que a região foi alvo a certa altura se caracterizou por inúmeras debilidades estruturais, algumas de longa data, como a precariedade das estradas, outras do momento, como a falta de recursos para viabilização de investimentos previstos e anunciados. Iniciado com sua delimitação espacial, o processo político de integração do extremo sul baiano – como o de outras tantas regiões brasileiras no período – aos movimentos de acumulação do capital em um país que vinha fomentando seu desenvolvimento industrial, onde o desafio de integrar certas regiões econômicas com níveis muito distintos era não apenas vital como também muito difícil de realizar, se deu em um período de grande expansão do capitalismo mundial. Estavam disponíveis diversas fontes de recursos, tanto dentro como fora do Brasil, e grandes somas financeiras, embora o seu acesso não estivesse ao alcance de todos. Ainda assim, os resultados nem sempre foram satisfatórios para as regiões.

Em suma, como processo, o desenvolvimento econômico liga-se a fatores objetivos e situações concretas, medido por meio de taxas de crescimento, índices de emprego e renda, oferta e demanda, nível educacional, etc. Mas foi também avaliado como um sistema composto de estruturas. Nesta chave de leitura o subdesenvolvimento e o desenvolvimento estão associados à cristalização de certas práticas e processos em estruturas de relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Mas as estruturas se constituíram de alguma maneira, em algum momento. Com efeito, foram constituídas ao longo da história:

A indagação histórica é necessária, precisamente, para identificar os referidos elementos estruturais, e não apenas para explicar o funcionamento do sistema quando se tem uma determinada estrutura, e também para a análise da própria mudança estrutural. Isso, em última instância, é o que há de decisivo na análise do desenvolvimento (SUNKEL, 2000 [1970], p.527).

Por isso foi atribuída também pelos estruturalistas latino-americanos importância à dimensão histórica das formações sociais subdesenvolvidas da América. O conhecimento histórico dos sistemas, estruturas e processos tornava-se para o cientista social condição imprescindível ao correto entendimento e para a modificação das estruturas que estão na base

do subdesenvolvimento dos países. Tratava-se, portanto, de um método histórico-estruturalista de investigação²⁵⁶.

O Ciclo Desenvolvimentista e Repercussões no Extremo Sul da Bahia

O ciclo do desenvolvimentismo no Brasil, como pensamento e como prática política, dominou a cena política no país entre 1930 a 1980 (BIELSCHOWSKY, 2004). Portanto, antes de se tornar objeto de formulação teórica de amplo alcance mundial, o “desenvolvimentismo” já vinha acontecendo na prática, notadamente em governos nacionalistas latino-americanos, a exemplo de Getúlio Vargas no Brasil, ou Lázaro Cárdenas no México. No Brasil, o desenvolvimentismo foi se constituindo com a montagem do “Estado varguista”, até 1944. A partir de então a industrialização tornou-se o centro do processo de desenvolvimento e passou a organizar os temas centrais deste no país. Os fortes abalos à economia mundial iniciados com a “crise de 1929” coincidiram com a chegada ao poder no Brasil de Getúlio Vargas. O velho modelo agro-exportador que até determinava os principais movimentos da economia brasileira entrava em lento, porém permanente, processo de crise. Assim, nos anos 1940 o desenvolvimento tornava-se sinônimo não de imensas lavouras monocultoras dedicadas à exportação, mas da industrialização brasileira.

Já no início dos anos 1950 a economia brasileira parecia entrar em uma nova crise. Os primeiros sinais já vinham sendo emitidos desde a década anterior, com a rápida apreciação cambial, resultante da fixação da taxa de conversão com a nova moeda internacional, diante do novo sistema mundial de pagamentos baseado no dólar, estabelecido em 1944 durante a Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas, na cidade estadunidense de *Bretton Woods*. A moeda brasileira se valorizou frente ao dólar. Com o tempo esta situação acabou por gerar déficits da balança comercial brasileira. Visando contornar o problema cambial, o governo eleito do general Eurico Gaspar Dutra (1946-51) procurou adotar a política de administração da taxa de câmbio, buscando favorecer a importação de certos bens

²⁵⁶ O estruturalismo cepalino exerceu grande influência sobre o desenvolvimentismo nacionalista brasileiro, expresso inicialmente na teorização do subdesenvolvimento latino-americano, com destaque para influentes economistas brasileiros: Celso Furtado, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares, dentre outros. A importante investigação realizada por Ricardo Bielschowsky sobre o pensamento desenvolvimentista brasileiro verificou ao menos três conjuntos básicos que caracterizariam estruturalmente os países subdesenvolvidos: (i) baixa diversidade produtiva, acompanhada de especialização em bens primários, com tendência a desequilíbrios da balança de pagamentos e baixo desenvolvimento técnico; (ii) propriedade concentrada, com oferta abundante de mão-de-obra (grande parte dela vivendo ao nível da subsistência); (iii) estrutura institucional arcaica, portanto, pouco permeável à inovação técnica (Estado, ciência e tecnologia, cultura empresarial, educação, etc.)

necessários ao esforço de industrialização do Brasil, por meio da criação em 1947 de “licenças prévias de importação” (FONSECA; SALOMÃO, 2019, p.164). Se por um lado a nova política cambial parecia resolver a questão dos preços de importação de bens para a industrialização, por outro ela foi seguida do aumento da inflação, que em 1950 já estava em 9,4% ao ano, percentual quase três vezes maior do que o índice de 1948.

No primeiro ano do “segundo governo Vargas” (1951-54), a decisão tomada foi a de “conter a atividade econômica temporariamente” (FONSECA; SALOMÃO, 2019, p. 166). Tratou-se de conter as despesas públicas e aumentar a arrecadação de impostos. Apesar das medidas de contenção, o governo manteve o discurso do desenvolvimento. Novos planos econômicos foram preparados, instalou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) – o que gerou expectativas positivas de aproximação entre os dois países –, e em 1952 foi criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)²⁵⁷.

O programa de estabilização do governo Vargas logrou êxitos: superávit fiscal; redução das despesas governamentais; elevação da arrecadação tributária da União; e a interrupção do crescimento da inflação. Porém, ao custo imediato da redução do crescimento do PIB, que em 1951 ficou em 4,9%. Nos anos seguintes (1952-3), com a expansão do crédito via Banco do Brasil, a ampliação das dívidas dos entes da Federação e a liberação de importações de bens de capital, o governo retomou parte das políticas expansionistas, e o PIB voltou a crescer: 7,3%. Mas novamente elevou-se o déficit da balança comercial brasileira. O governo procurou compensar com medidas de estabilização do balanço de pagamentos (tudo que entra e sai das contas de um país) e equilíbrio fiscal (gastar menos do que se arrecada), mas ao preço de um novo repique da inflação, que atingia elevados 20% em 1953. As despesas governamentais se ampliaram e com ela o endividamento do Estado. Para aumentar o desgaste do governo, a Guerra da Coreia (1950-53) e a sucessão presidencial nos EUA levaram à retração do comércio

²⁵⁷ Tratando dos seus interesses expansionistas na América Latina, e após críticas de que se encontravam em falta com os países latino-americanos aliados durante a Segunda Guerra, os EUA a partir de 1949 anunciam que ofereceriam apoio financeiro aos governos latino-americanos. Para o Brasil o Banco Mundial fazia exigências, e iniciativas políticas precisavam estabelecer agências de formulação de projetos. Em atendimento ao órgão, foi criada primeiramente a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). A Comissão funcionou de julho de 1951 a julho de 1953. Em seguida, foi a vez de um fundo nacional de aparelhamento econômico. Tornou-se, então, imprescindível também a criação de um banco de desenvolvimento no país, necessário à administração dos recursos obtidos, tanto com colaborações externas (neste caso, de recursos oriundos de fundos públicos nos EUA), quanto de financiamentos internos. Este banco será o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, criado pela Lei 1.628 de 20 de junho de 1952. Os técnicos que trabalharam nos três anos de funcionamento da CMBEU elaboraram, além de detalhados diagnósticos sobre obstáculos infraestruturais ao desenvolvimento brasileiro, 42 projetos para o Brasil. O BNDE se tornou a mais importante agência de fomento do desenvolvimentismo brasileiro, servindo como alternativa ao frustrado financiamento estadunidense. A partir de então o BNDE poderia se valer, como de fato fez, dos estudos produzidos no âmbito da CMBEU (Sobre isso ver: *Desenvolvimentismo Ontem e Hoje*. O vídeo traz uma entrevista realizado com o professor Ricardo Bielschowsky em 06 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FdOatYP97EY>>.

internacional, conseqüentemente das fontes internacionais de recursos financeiros, e a suspensão do financiamento do CMBEU. Somou-se às dificuldades internas a conjuntura externo desfavorável, fazendo com que se aumentassem as animosidades entre o governo Vargas e a oposição ao governo. A luta de classes se acentuou com o acirramento das disputas políticas entre os grandes sindicatos e a UDN, com a crise da indústria do algodão e com a campanha da criação da Petrobrás. Multiplicaram-se as greves. No último ano a crise interna acentuou-se ainda mais. A crescente insubordinação de parte dos militares, o reduzido apoio legislativo para empreender mudanças de política econômica, a estagnação econômica e o resultado imprevisto da malfadada tentativa de assassinato do político da oposição Carlos Lacerda tornou a situação política praticamente inadministrável para o governo. O desfecho se deu com a cartada final do suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954. Restaria ainda um último plano possivelmente viável, o “Plano de Metas”, elaborado por comissões – transporte, energia, etc. – ligadas à Assessoria Econômica da Presidência da República do governo Vargas.

O período presidencial de Getúlio Vargas é incontornável para quem deseja entender a origem e a evolução do desenvolvimentismo brasileiro. A crítica ao liberalismo ortodoxo, a oposição ao domínio do modelo econômico de especialização primário-exportadora e a afirmação do ideário nacionalistas não são temas introduzidos na política brasileira pela figura pública de Vargas e seu governo. Contudo, “o papel do desenvolvimentismo como guia para a ação política foi inaugurado, sistematicamente, no governo estadual de Vargas em 1928” (BASTOS, FONSECA, 2012, p.13). O estado do Rio Grande do Sul foi o laboratório primeiro do modelo de política que dois anos depois se aplicaria ao conjunto do país de modo inédito.

O desenvolvimentismo varguista constituiu o mais duradouro legado da política republicana brasileira, com grande parte de sua obra ainda hoje de pé no Brasil. O legado de Vargas extrapolou em muito o seu tempo governo e vida. Sua longevidade, ainda que modificada com a passagem dos anos, se deveu às inúmeras realizações que promoveu e inspirou. Sua política cristalizou-se em instituições estatais oportunas e eficientes, ancorada em setores econômicos alvissareiros, como siderurgia, petróleo e energia elétrica, voltada para a industrialização, o mercado interno, a integração regional e a modernização da sociedade, tendo sido sempre direcionada para a busca do “desenvolvimento econômico e social posterior do país” (BASTOS, FONSECA, 2012, p.12). Um projeto nacional bem montado, consciente da necessidade de sua continuidade, porém gerador de conflitos e fundado em contradições. Qualquer balanço econômico, social ou institucional da “Era Vargas”, por mais breve que seja, não pode deixar de enumerar um conjunto amplo de realizações que foram capazes de resistir

razoavelmente bem ao teste do tempo, a contragosto de muitos, mas também apoiadas por muitos outros desde então²⁵⁸. Mais do que indivíduos, o desenvolvimentismo varguista impactou classes sociais e frações de classe, organizações da sociedade civil, grupos de interesses (nacionais e internacionais), a estrutura política.

De acordo com Fonseca e Salomão (2019), a primeira metade da década de 1950 se apresentou para o ideário desenvolvimentista brasileiro como um desafio até então inusitado: a adoção de medidas políticas de estabilização econômica (balanço de pagamentos, câmbio, inflação, etc.). Mas como demonstraram estes autores, sendo o desenvolvimentismo uma concepção político-econômico expansionista e interventora, o rígido compromisso com políticas liberais de austeridade só poderia ser temporário, ou seja, presente em determinados contextos muito particulares, onde a manutenção da expansão econômica em economias subdesenvolvidas exige antes, por breve tempo, necessárias medidas de estabilização. Mas não poderia ter sido este período, ao contrário, marcado por obstruções à aplicação do projeto desenvolvimentista? Não seria um contexto de resistência liberal à sua execução política? Talvez. Em todo caso, se apresenta uma nova diretriz ao desenvolvimentismo nacional, derivada das contradições reais do funcionamento de uma economia capitalista dependente. Contudo, este não perdeu a compreensão de que o desenvolvimentismo é o caminho acertado para o desenvolvimento dos países da periferia capitalista, capaz de retirá-los de sua condição histórico-estrutural de subdesenvolvimento.

No governo de Juscelino Kubistchek (1956-61) a industrialização permaneceu como ponto central da política de desenvolvimento do país. Contudo buscou-se ampliar a participação do capital estrangeiro nos investimentos²⁵⁹. A poupança externa aparecia como mais uma fonte

²⁵⁸ Rômulo de Almeida, eminente assessor econômico de Vargas no seu segundo governo, resumiu as realizações que se converteram em um decisivo legado político, promissor ou “amaldiçoado”, a depender de quem o recebeu e foi obrigado a lidar com ele, de que aqui indicamos apenas algumas: (i) criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e Educação e Saúde Pública (1930), da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943); (ii) criação das empresas públicas (estatais) Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf (1945), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE (1952), Banco do Nordeste do Brasil – BNB (1952), Petrobrás (1953); (iii) criação do Fundo Federal de Eletrificação (1954), plano de criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (1954); (iv) criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (1937), da Companhia de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (1951), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1954); (v) expansão do crédito agrícola por meio de medidas como a criação da Carteira de Colonização do Banco do Brasil (1954), criação do seguro agrário, programas de reaparelhamento de ferrovias e portos, expansão da indústria de base – incluindo veículos motorizados pesados; (vi) apoio a criação da Cepal (ALMEIDA, 1992 apud BASTOS, FONSECA, 2012).

²⁵⁹ Com uma política interna conciliatória, o governo JK adotou claras estratégias para atração de financiamento privado externo, como a política de aproximação com os EUA, por meio da idealização da Operação Pan-Americana (OPA), medidas para melhorar a administração das instituições públicas. Também distribuiu favores públicos ao capital privado, como incentivos fiscais, cambiais e creditícios, mercados garantidos, simplificação da burocracia, redução de tarifas, etc. Associou tudo isso a outras medidas de estímulo, com a ampla atuação político-

de financiamento à indústria nacional (FONSECA; SALOMÃO, 2019). Diante de bons resultados econômicos obtidos nos anos anteriores, havia certo consenso político de que o futuro do desenvolvimento brasileiro dependeria da diversificação da produção industrial, embora se discutisse vivamente por quais caminhos se deveria trilhar e quais os agentes centrais do processo. No início dos anos 1960 houve aceso debate sobre as possibilidades da industrialização, apesar das fragilidades macroeconômicas e das polêmicas sobre a participação do capital estrangeiro e concentração da renda.

O audacioso programa de governo JK, denominado de Plano de Metas, surgiu neste contexto, por sugestão do presidente do BNDE à época, o economista Roberto Campos, ao recém eleito presidente. O Plano de Metas foi um exemplo de planejamento de governo. O documento indicou setores prioritários para investimentos e metas a serem cumpridas em prol da diversificação industrial, com investimentos, públicos (50%) e privados (35%), visando atacar alguns dos principais problemas de infraestrutura de estradas e transportes (ferrovias, construção e pavimentação de rodovias, ampliação de portos e aeroportos), expansão da indústria de base (siderurgia, mecânica, automobilística, papel e celulose, cimento, borracha), elevação da produção de energia (carvão, hidrelétrica, minerais atômicos), alimentação (modernização da agricultura, construção de infraestrutura de armazenamento, produção de fertilizantes) e educação (capacitação técnica), além da construção de uma nova capital para o país (“Brasília”) (CEDRO, 2019)²⁶⁰. A carência de planejamento, elaboração e execução de projetos nestes setores impedia, segundo se acreditava, o país de crescer, para assim começar a sair do subdesenvolvimento.

Neste ambiente foi instituído o primeiro órgão permanente de planejamento central, especificamente voltado para o desenvolvimento nacional, o Conselho do Desenvolvimento, e um outro dedicado à superação das desigualdades regionais e maior integração entre regiões com potencial econômico, a Sudene, criada em 1959²⁶¹. Enquanto a Cepal visava o desenvolvimento dos países latino-americanos, a Sudene mirava o Nordeste brasileiro. Os

econômica de órgãos de Estado, tais como o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (Iseb), a CMBEU, o BNDE e a Cepal, bem como a instituição de novos órgãos: Conselho do Desenvolvimento; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (CEDRO, 2019). Ademais, entre 1930 e 1945 foram criados grande quantidade de “Conselhos”, “Comissões”, “Institutos”, “Fundações”, etc., com vistas à centralização administrativa do poder político no país (CONTEL, 2014).

²⁶⁰ O plano previa a repartição dos investimentos na seguinte proporção por setor prioritário: energia (43,4%); transportes (29,6%); indústria de base (20,4%); educação (3,4%); alimentação (3,2%) (CEDRO, 2019, p. 230).

²⁶¹ O Conselho foi instituído pelo Decreto 38.744/56 e a Sudene pela Lei 3.692/59. Ver: FGV/CPDOC. *Juscelino Kubistchek: Conselho do Desenvolvimento*. Disponível em: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/conselho-desenvolvimento#:~:text=Criado%20pelo%20Decreto%20n%C2%BA%2038.744,car%C3%A1ter%20permanente%20institu%C3%ADdo%20no%20Brasil>>; *O Governo de Juscelino Kubistchek: a criação da Sudene*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>>. Acessado em 09/04/2022.

formuladores do plano estavam convencidos de que a diversificação da indústria brasileira requereria maior integração entre as regiões do país, sendo esta uma tarefa a ser executada fundamentalmente pelo Estado nacional. Sem apresentar estudos setoriais próprios, o Plano de Metas acabou por se apoiar nos levantamentos legados pela CMBEU, e na estrutura institucional então existente, como o BNDE, e, logo em seguida, na Sudene. O banco nacional e a superintendência regional se tornaram agências públicas centrais de planejamento e execução de investimentos²⁶².

Concluído o governo JK, o país obtinha resultados econômicos muito positivos: crescimento do PIB; aumento da taxa de formação bruta de capital fixo; expansão da indústria de transformação; implantação da indústria automobilística; consolidação da indústria siderúrgica; criação da indústria de eletrodomésticos; ampliação do mercado interno; construção de Brasília (CEDRO, 2019; PRADO, 2011). Mas para manter viva a política do desenvolvimento o país precisava avançar consideravelmente em infraestrutura nacional, na diversificação da produção de mercadorias intermediárias, no setor elétrico e em telecomunicações. Além disso, o governo JK deixava para os seus sucessores um legado contraditório que não se pode separar dos êxitos que obtivera, notadamente a tendência de alta inflacionária, déficit orçamentário, retração e ao mesmo tempo dependência do capital externo, dívida e inadimplência públicas, concentração industrial – econômica e territorial – e descaso com o meio rural. O Brasil emergia como um país mais industrializado, porém “com pouca educação, com uma profunda desigualdade e com desequilíbrios regionais acentuados” (PRADO, 2011, p.27). Os enormes gastos públicos durante o governo JK, não apenas para avançar a industrialização, mas também para se construir Brasília, ampliaram os problemas econômicos do Brasil. Abriu-se uma crise política corrosiva no interior do instável sistema de compromissos de classe que manteve o governo. As contradições do desenvolvimentismo de JK afetaram as alianças políticas (PSD/PTB) que permitiram o presidente governar com relativa calma durante aqueles “anos dourados”.

O breve período dos governos Jânio Quadros e João Goulart foram marcados por enormes dificuldades, que se mostraram incontornáveis. Manter o crescimento econômico, aplacar os descontentamentos no interior do bloco no poder e satisfazer o desejo de ascensão social de amplas massas trabalhadores e de camadas médias urbanas eram políticas difíceis de realizar num contexto de escassez de recursos para o financiamento de programas públicos e

²⁶² O BNDE reunia o maior número de técnicos especializados voltados em implementar projetos desenvolvimentistas. Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Desenvolvimentismo ontem e hoje*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FdOatYP97EY>>.

tributação ineficiente. Caiu o investimento, estagnou a demanda industrial e cresceram o déficit público e a inflação (PRADO, 2011). E a piora das contas externas deixou ainda mais ruinoso o cenário político e social interno. A reação ao acirramento da vivaz luta por reformas sociais e econômicas, chamadas genericamente de “reformas de base”, que ocorreu nos estertores do governo Goulart, acabou por se converter, contraditoriamente, na “pá de cal” que sepultou a juvenil democracia liberal brasileira. Foi um duro golpe no “desenvolvimentismo progressista”, que acreditou que a industrialização alteraria os fundamentos da “questão social” brasileira.

No correr dos anos 1960 as crises política e econômica levaram também a um crise das teorias desenvolvimentistas, e a “fórmula cepalina, segundo a qual a constituição de um projeto de desenvolvimento autônomo seria a solução para a dependência externa [...] começou a ser questionada” (WASSERMAN, 2017, p.72). Começavam a aparecer no início da década as primeiras formulações da “teoria da dependência”, que procurava inicialmente explicar o atraso das economia latino-americanas, a permanência nestas do subdesenvolvimento ou as possibilidades de sua superação nos países periféricos não em função de obstáculos e estruturas interpostas ao desenvolvimento nacional autônomo, mas pela relação de interdependência entre os países no interior da economia mundial²⁶³. Contudo, os resultados políticos desta concepção só seriam melhor verificados décadas mais tarde, já no período da redemocratização, a despeito de sua influência intelectual crescente no país já naquele momento. Os governos ditatoriais que se seguiram ao golpe militar de 1964, com apoio de grande parte dos políticos e das classes dominantes, portanto de civis, apesar das tergiversações iniciais, retomariam o fundamental do desenvolvimentismo nacionalista. Porém um nacionalismo mais moderado, que não se importaria com uma ideia que apareceria alguns anos depois no livro que se tornaria o mais influente da “teoria da dependência” no Brasil daquele período, escrito pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, este último chileno²⁶⁴. A tese defendida na obra afirmava que o desenvolvimento em países dependentes, tais como o Brasil e o Chile, poderia se dar de modo “associado”, ou seja, por meio da cooperação entre países dependentes e desenvolvidos, estes últimos também denominados “países imperialistas”.

²⁶³ Ao menos duas interpretações distintas da “teoria da dependência” surgiram no Brasil no período. A mais influente delas tomou corpo com o trabalho conjunto dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no interior do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), organismo ligada à Cepal. A outra, mais radical, foi desenvolvida nos trabalhos dos intelectuais e militantes políticos André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

²⁶⁴ CARDOSO, F.H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. A primeira publicação do livro se deu em 1969 no México, portanto em língua espanhola.

Não tardou e em 1965 o golpe se converteu em um regime ditatorial. O período aberto com o golpe militar de 1964 não ignoraria o desenvolvimentismo como projeto nacional. Ao contrário, a partir de 1968 tendeu a fazer do aparelho de Estado e do planejamento estratégico fatores indutores da industrialização nacional e do consumo da população²⁶⁵. Contudo, o regime abandonaria de partida os problemas sociais brasileiros – aumento salarial, distribuição de renda, acesso à terra, etc. – como temas orientadores da política de desenvolvimento do país, centrando a atenção no crescimento econômico (PRADO, 2011). Para tanto incorporou do liberalismo políticas de equilíbrio fiscal, monetário e controle inflacionário. Em suma, manteve a política desenvolvimentista, mas assumindo compromissos com a estabilização econômica e a repressão salarial. O programa desenvolvimentista continuou sendo levado adiante, purgado de alguns dos elementos tidos como preocupações originadas na esquerda política, a exemplo de medidas intervencionistas de combate à má distribuição da riqueza e política salarial e sindical²⁶⁶. Mas desta vez em um contexto político crescentemente autoritário, o que demonstra não o desenvolvimentismo expressão exclusiva de uma única das vertentes do espectro político de uma sociedade capitalista.

Foi durante a ditadura militar que se teve a fase em que o desenvolvimentismo nacional mais avançou em termos de crescimento econômicos medido pelo PIB, com o extraordinário, porém breve, ciclo de crescimento econômico ocorrido entre os anos de 1968 e 1973, o maior da história brasileira, conhecido como “milagre econômico” (PRADO, EARP, 2019). O PIB brasileiro continuaria crescendo ao longo de toda a década de 1970, embora a taxas inferiores. Mas na ditadura o ideário desenvolvimentista passou por uma renovação intelectual, como resultado da criação de novos centros de pesquisa, como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (Ipea), e de modificações organizativas em instituições já existentes, a exemplo do BNDE. Assistiu-se, então, a uma sequência de planos de desenvolvimento para o país: Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964); Plano Decenal (1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-70), Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-73); I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972-1974); e finalmente o II PND (1975-1979).

²⁶⁵ A produção industrial brasileira cresceu 18% ao ano entre 1971 e 1973, com destaque para a petroquímica, indústria de eletrodomésticos, setor elétrico, bens de capital, construção civil e telecomunicações. Mais tarde, em 1975, o governo Geisel projetou “completar a matriz industrial” brasileira, aprovando o novo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (ver: PRADO, 2011, p. 31-2).

²⁶⁶ A respeito do debate sobre a distribuição de renda no Brasil na ditadura ver: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

O II PND foi a última tentativa de um presidente militar daquele período de formular um plano para manter o desenvolvimento com investimentos no setor de energia, basicamente petróleo e energia elétrica, bem como na indústria de bens intermediários, todos setores ponta-de-lança do desenvolvimento industrial do período²⁶⁷. Mas o ambiente internacional vinha mudado dramaticamente a partir de 1973, resultado do primeiro choque internacional dos preços do petróleo, e as condições políticas, econômicas e sociais internas estavam se deteriorando: inflação, endividamento público (dívida externa), aumento da desigualdade social, queda da atividade econômica, etc. Pareceu, então, aos formuladores e as elites econômica, política e intelectual dos anos 1980 que o desenvolvimentismo como alternativa política (e modelo teórico) estava esgotado na abertura dos anos 1980.

No plano intelectual, o desenvolvimentismo brasileiro, como de resto o latino-americano, foi amplamente tributário da interpretação “estruturalista” elaborada pela Cepal. O auge da influência do pensamento cepalino no Brasil foram as décadas de 1950 e 1960 (COLISTETE, 2001). Período em que gradualmente suas ideias foram sendo absorvidas por políticos, técnicos do Estado, empresários industriais e intelectuais acadêmicos²⁶⁸. De acordo com este pensamento desenvolvimentista os países capitalistas não atingem o desenvolvimento naturalmente, mesmo em diferentes momentos da história. Nas palavras de Paul Singer, escritas ainda na primeira metade da década de 1960: “Para podermos compreender a *essência do processo de desenvolvimento*, isto é, abstraindo-se as circunstâncias concretas, históricas [...] é preciso caracterizar em primeiro lugar o seu ponto de partida, ou seja, uma *economia subdesenvolvida*” (SINGER, 1977, p. 38. Grifos nossos)²⁶⁹. Vê-se que o desenvolvimento é algo a ser atingido, podendo alguns países não obter sucesso na sua busca. Há nos países subdesenvolvidos estruturas limitativas, arraigadas, que se precisa necessariamente transformar para avançar na direção almejada do desenvolvimento socioeconômico das nações.

Segundo um dos maiores estudiosos do tema no Brasil, o desenvolvimentismo se caracterizou no país por alguns atributos comuns: 1) projeto nacional de desenvolvimento; 2) intervenção do Estado na viabilização – planejamento e execução – de projetos; 3)

²⁶⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Desenvolvimentismo ontem e hoje*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FdOatYP97EY>>.

²⁶⁸ Além de intelectuais brasileiros diretamente associados ao pensamento da Cepal, entre eles alguns dos mais destacados foram Celso Furtado, Rômulo Almeida, Maria da Conceição Tavares, duas das mais influentes correntes de pensamento sobre o desenvolvimento nos anos 1970, com forte presença na universidade brasileira, são herdeiras, em alguma medida, do estruturalismo cepalino: a teoria da dependência (em suas variadas perspectivas) e a teoria do capitalismo tardio (COLISTETE, 2001).

²⁶⁹ A primeira edição do livro *Desenvolvimento e Crise*, de Paul Singer, foi publicada em 1968 (Editora Difel). Todavia, os artigos que compõem o livro foram originalmente escritos entre 1961 e 1965. Ver: Prefácio, Singer (1977).

industrialização como meio de promover o crescimento, a produtividade e a modernização econômicas (FONSECA, 2015). Além dos atributos gerais, comum a todos as correntes desenvolvimentistas nacionais, algumas variantes podem ser também verificadas, a depender da tendência em exame²⁷⁰. Temas como maior ou menor ênfase na capacitação do corpo técnico e em planejamento econômico, interesse ou indiferença em relação a medidas políticas de redistribuição de renda e reforma agrária, necessidade ou não de banco(s) público(s) para financiar o desenvolvimento, aceitação ou recusa da luta de classes como componente a ser integrado ao projeto político-econômico-social, são alguns dos elementos cambiantes do campo desenvolvimentista brasileiro.

Na América Latina, dadas as distintas reações das classes dominantes, notadamente os setores agrários, Brasil, México e Argentina são os exemplos de maior êxito na aplicação de programas desenvolvimentistas (FONSECA, 2015). Isso porque as políticas desenvolvimentistas de estímulo ao crescimento exigiam modificações institucionais muitas vezes de amplo alcance e mesmo de consequências imprevisíveis, que envolviam burocracia, leis, códigos, marcos regulatórios, domínio político, interesses econômicos, etc. Nem sempre as frações de classe no interior das classes dominantes estavam de acordo sobre potenciais benefícios e malefícios da aplicação de programas nacionais de desenvolvimento em suas regiões e localidades. Além do que, a posição das classes subalternas – proletariado, camponeses, frações médias, etc. – em relação a tais projetos, na medida em que deles tinham alguma consciência e participação, tendia a gerar situações de aproximação ou choque.

De modo geral, os desenvolvimentistas concordariam com o diagnóstico que aponta um país subdesenvolvido como aquele que apresenta “um complexo produtivo relativamente indiferenciado em que atividades agrícolas e manufatureiras se acham estritamente entrelaçadas” (SINGER, 1977, p. 42). Portanto, uma divisão social do trabalho restringida pelo peso econômico relativo da economia rural tradicional, implicando reduzido grau de divisão e especialização do trabalho, baixo nível técnico-tecnológico, mercado interno não expansivo e pouco integrado, e tendência a desequilíbrios externos (balanço de pagamentos). Nestas economias – assim como no passado também os países capitalistas que posteriormente atingiram o desenvolvimento – “predomina a pequena propriedade camponesa ou em que as grandes unidades rurais são trabalhadas em pequenas unidades arrendadas ou em parceria” (SINGER, 1977, p. 39). Em suma, uma economia na qual convivem um “setor de subsistência”,

²⁷⁰ Segundo o autor, o desenvolvimentismo brasileiro, como teoria ou como prática, apresenta alguns “subtipos”: “nacional-desenvolvimentismo”; “desenvolvimentismo dependente-associado”; “novo-desenvolvimentismo”; “social-desenvolvimentismo”. Os dois primeiros situam-se no período que vai de 1930 a 1980.

por vezes amplo, e um “setor de mercado”, às vezes no interior de uma mesma unidade produtiva, a exemplo da grande fazenda (latifúndio).

O setor de subsistência pode ter sua produção totalmente voltada para o autoconsumo dos pequenos produtores que nela trabalham, como é o caso das áreas onde as terras são abundantes e a distribuição e o acesso ao seus produtos são impraticáveis. Neste caso, os produtores tendem a viver ao nível da subsistência e é comum que a força de trabalho esteja subutilizada. Apesar disso, o setor de subsistência pode produzir também algum excedente, direcionado para a venda no mercado. Parte da dinâmica do setor de subsistência depende da dinâmica do mercado. Alguns estudiosos, especialmente no âmbito da Cepal, viram na existência destes dois setores da economia dos países subdesenvolvidos um “dualismo econômico”, havendo a necessidade do setor mais moderno (capitalista) superar o atrasado (não capitalista)²⁷¹. Por outro lado, estes par de termos também pode ser visto no interior de um sistema contraditório de dependências mútuas, onde a existência de um se deve à manutenção do outro (OLIVEIRA, 2011).

Podemos dizer, então, que as mudanças produtivas que ocorreram em grande parte do território do interior florestado do extremo sul da Bahia a partir da segunda metade do século XX, que alteraram a dinâmica de constituição da região, dando a esta uma conformação socioeconômica própria, podem ser compreendidas por meio do estudo desta dialética dos setores produtivos. Mesmo a produção do litoral do extremo sul baiano, território de colonização muita mais antiga do que o interior, era destinada ao setor de mercado em pequena escala até os anos 1970.

Por outro lado, o processo de desenvolvimento implicaria a mudança da base técnica e territorial da produção de mercadorias, provocando fenômenos econômicos característicos, combinados com outros fatores de grande impacto social:

Transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural, elevação do seu nível cultural, etc. (SINGER, 1977, p.39)

Para o desenvolvimentismo brasileiro do período o processo de desenvolvimento está associado à industrialização crescente, expansão contínua e a autossuficiência do mercado interno (bens de consumo tradicional, bens de consumo duráveis, bens de consumo produtivo). Desenvolvimento, portanto, não poderia ser obtido sem expandir os setores da indústria

²⁷¹ Segundo Singer são três os setores, pois o “setor de mercado” é dividido em mercado externo e interno.

nacional, ainda que à diversificação da produção e ao crescimento econômico observado não se seguisse imediatamente o desenvolvimento geral da nação, aliás como tomariam consciência, nos anos 1960, alguns dos principais defensores da industrialização brasileira, entre eles os mais destacados especialistas do assunto, os economistas ligados à Cepal (SALM, 2011)²⁷². A política do desenvolvimento, como já foi dito, não se realizará sem a participação do Estado como coordenador dos investimentos. Sem industrialização crescente não é possível a expansão das rendas, em particular dos trabalhadores assalariados, portanto, do mercado interno de consumo, sem o que o desenvolvimento ficaria bloqueado.

Mas há que se dizer que a implementação do ideário desenvolvimentista desde os anos 1930 resultaram no Brasil, por diferentes governos e perspectivas políticas, como todas as suas limitações estruturais, em “elevadas taxas de crescimento [...] e significativos processos de modernização e urbanização” (PAULA, 2006). Da perspectiva internacional, com o fim do conflito bélico mundial, os países centrais do capitalismo passaram por forte expansão de suas economias e modernização de sua parque produtivo, com destaque para os EUA, a Alemanha e o Japão. Também países latino-americanos, a exemplo do Brasil, da Argentina e do Chile, se beneficiaram desta conjuntura internacional favorável.

Foi neste contexto de expansão da economia capitalista mundial, com repercussões na América Latina e no Brasil, que observamos, conforme verificado no capítulo anterior, o relativo avanço do extremo sul da Bahia, entre 1945 e 1970. As mudanças socioeconômicas ocorridas na região foram motivadas pelos efeitos do processo mais geral de crescimento econômico e modernização verificados nos países capitalistas mundiais e no Brasil. Contudo, o mesmo não pode ser dito de todas as regiões brasileiras no período; e naquelas onde ocorreram alterações nesta direção o grau de mudança foi variável. O que significa dizer que em um mesmo período as situações socioeconômicas apresentam ritmos de tempo diferenciados e uma expansão desigual sobre os espaços. Nos parece fora de dúvida que o extremo sul baiano participou inicialmente deste processo mais em razão de sua condição, à época, de reserva de recursos naturais demandados por um mercado em expansão, neste caso recursos florestais e posse da terras, e por sua posição geográfica de relativa proximidade ao centro econômico mais

²⁷² Entre 1963 e 1967 a taxa média anual de crescimento brasileira ficou em torno de 3,5%, bem abaixo do índice médio anual de 7,5%, obtido entre 1948 – primeiro ano de retomada econômica após o término da Segunda Guerra – e 1962 (ver: IBGE. *Brasil: População, PIB, PIB 'per capita' e deflator implícito do PIB, 1901-2000*. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>>). O esgotamento dos efeitos positivos do Plano de Metas sobre a economia revelou os limites da industrialização nacional: demanda concentrada, problemas de financiamento de novos investimentos, aceleração da inflação, crise institucional (SALM, 2011).

dinâmicas do país, localizado no Sudeste do país, do que pela dinâmica econômica própria à região. Evidentemente que se tratava de processos que se autoalimentavam. Estímulos externos tanto estimulavam iniciativas internas, ainda que não necessariamente levadas à cabo por agentes exclusivamente locais, assim como desenvolvimentos endógenos posteriores levaram a iniciativas particularmente regionais.

CAPÍTULO 7 – A BAHIA NA ERA DO DESENVOLVIMENTISMO

O desenvolvimentismo em governos baianos (1950-1975)

Com o término da Segunda Guerra Mundial o movimento incontrolável de acumulação e valorização do capital começou uma nova fase de seu desenvolvimento, em função não apenas do objetivo de reconstruir as economias nacionais arrasadas pelo conflito, mas sobretudo dedicado a ampliar os esquemas de acumulação que vinham acontecendo em escala crescentemente internacional. É este o contexto no qual surgem a “economia do desenvolvimento” e as “teorias do subdesenvolvimento”. Sob liderança dos EUA e, em menor medida, de países da Europa Ocidental, a nova fase aprofundou o movimento imperialista anterior, pois a acumulação, centralização e concentração do capital ampliaram-se crescentemente²⁷³. Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 o capital acumulou-se cada vez mais na forma do capital financeiro. Antes deste período o capital financeiro era basicamente a fusão do capital industrial com o capital bancário (LÊNIN, 1916). Mas a partir de então o capital financeiro passa a fundir todas as formas de capital proprietário disponíveis, centralizando-se e concentrando-se na forma pura do dinheiro (FONTES, 2010). Essa massa crescente de dinheiro concentrado e centralizado (capital financeiro) buscará tornar-se capital criando e recriando esquemas de valorização. Os empréstimos a pessoas, empresas e Estados, os investimentos diretos e os movimentos especulativos (“capital fictício”) tornaram-se cada vez mais intensos e a acumulação se ampliará enormemente.

A divisão internacional do trabalho do pós-guerra, com o seu ordenamento fundado na participação desigual das economias nacionais em termos de riqueza e poder, irá comandar a distribuição pelo mundo dessa massa gigantesca de dinheiro centralizado. O movimento do capital não é apenas temporal, mas também espacial. Esses “recursos” não chegaram ao mesmo

²⁷³ Na produção capitalista acumula-se capital na medida em que há o reinvestimento do lucro do capitalista na produção. Novos e mais eficientes métodos de produção ampliam a acumulação. A consecução desses métodos, por sua vez, depende de investimento em capital, aumentando o seu volume para os capitalistas particulares. A tendência é que ocorra um aumento da proporção de capital investido por trabalhador. A este processo Marx, em *O Capital*, denominou “concentração do capital”. Na medida em que os capitais entram em concorrência entre si no mercado a tendência é o crescimento do investimento. O acesso ao crédito também permite aos capitalistas particulares a elevação do investimento. Com isso amplia-se a concentração de capital. Por outro lado, o incremento da concorrência e do crédito leva à eliminação de parte dos capitalistas e a concentração da propriedade dos capitais em um número menor de agentes. A este processo Marx chamou “centralização do capital”. No seu movimento de acumulação o capital se concentra e sua propriedade se centraliza. Vê-se, portanto, que concentração e centralização do capital são momentos de um mesmo processo contraditório (SAIKH, Anwar. “Centralização e concentração do capital”. In. BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.57-58).

tempo, da mesma forma e na mesma quantidade em todos os lugares. Mas importa saber que o desenvolvimento, uma categoria abstrata, e que se tornou o “cálice sagrado” dos países capitalistas (e mesmo dos não capitalistas) do pós-guerra, tem por base concreta a ampliação da concentração e da centralização do capital em escala global, com ritmos diferentes a cada momento e em diferentes lugares.

Dado a sua abrangência nacional as políticas desenvolvimentistas alcançaram o extremo sul da Bahia (CERIS, 1966; SILVA, 2020). Sua chegada não se deu pela via convencional, ou seja, pela instalação na região de infraestrutura e/ou implantação de órgãos, com recursos provenientes de planos de desenvolvimento orientado. Na verdade, muito pouco do relativo progresso nesta região, conforme vimos, deveu-se a investimentos diretos. Dado que o movimento de acumulação/valorização do capital aconteceu de modo muito desigual nos países, regiões e localidades cabe antes de tratar do extremo sul percebê-lo no estado da Bahia.

No governado de Régis Pacheco (1951-1955) chegou ao extremo sul da Bahia a primeira agência associada ao desenvolvimentismo, o Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DER-BA). Trata-se, portanto, de órgão baiano. Porém, desde a criação pelo Decreto-Lei nº 8.463 de 27/12/1945 do Fundo Rodoviário Nacional os Estados da Federação passaram a receber verbas diretamente da União, por meio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), órgão responsável pelo plano nacional de proteção, melhoria e fiscalização das “estradas de rodagem” brasileiras. O Decreto de 1945 também tornou o DNER uma autarquia federal. Desde então o órgão passou a ter autonomia administrativa e financeira. Visando integrar os esforços em todo o território nacional foram sendo criados nos estados os Departamentos Estaduais, seguindo o modelo do DNER. Os Departamentos estaduais ficaram responsáveis não apenas por recepcionar os recursos federais, mas cuidar de aplica-los em favor da construção, conservação e melhoria das rodovias. O DER foi instituído na Bahia no ano seguinte, por força da Lei estadual 816 de 12/07/1946. Alguns anos depois, em 1954, a primeira agência do DER-BA seria instalada no extremo sul do estado, no município de Alcobaça, mais precisamente em um distrito por onde passava uma nascente rodovia federal, ainda não pavimentada naquele trecho, denominada oficialmente BR-5²⁷⁴.

Muito embora discussões sobre desenvolvimento econômico e institucional já viessem sendo feitas na Bahia antes de 1950, foi, contudo, no início do governo eleito de Antônio Balbino (1955-1959) que se instalou as primeiras agências governamentais baianas de perfil

²⁷⁴ O nome BR-5 refere-se à nomenclatura das estradas de rodagem baseada no antigo sistema de numeração das rodovias federais brasileiras, vigente até por volta do início da década de 1970. Com a mudança do sistema, a BR-5 passaria a se chamar BR-101.

claramente desenvolvimentista. Apoiador de Getúlio Vargas, tendo sido inclusive seu ministro de Educação e Cultura, como governador Balbino nomeou Secretário da Fazenda baiana o desenvolvimentista nacionalmente conhecido Rômulo de Almeida, quadro técnico influente e que também havia trabalhado com Vargas. Nos primeiros meses do governo Balbino foi criada a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). A Comissão combinou funções de promoção do ideário do desenvolvimento no estado, assistência técnica, elaboração de projetos, pesquisa, além de funcionar também como “fórum de debates” (FALCÓN, 2003, p.25). No ano seguinte foi criado o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagro). O fundo foi composto por onze empresas dos setores industrial e comercial do estado, e seu objetivo era reunir recursos para financiar projetos de modernização em infraestrutura, transporte, agroindústria, crédito, abastecimento, etc. Quase uma década depois, já no governo de Lomanto Júnior, a administração baiana, visando atender ao disposto na nova legislação federal sobre sistema bancário e mercado de capitais, converteria o Fundagro no primeiro banco público de desenvolvimento da Bahia, o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (BandeB), constituído por meio de lei estadual em 1966²⁷⁵. Caberá ao BandeB ser o órgão financiador do Plano Diretor e da infraestrutura de implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), entre outros importantes projetos de desenvolvimento no estado, atuando inclusive na interiorização dos investimentos.

Quando de sua inauguração em 1967 o CIA, situado entre os municípios de Simões Filho e Candeias, na RMS, era o “maior complexo contínuo de indústrias do país, concebido para atender as exigências da Sudene com relação as necessidades de infra-estrutura, sem o cumprimento dos quais a Bahia ficaria de fora do programa de apoio e incentivos à industrialização” (FALCÓN, 2003, p.31). O CIA deu forma a um complexo indústrias, integrado a um moderno sistema de distribuição e acesso, que contava com uma rodovia (BR-324), um ramal ferroviário exclusivo, um porto próprio e ligação com o aeroporto da capital Salvador, além de infraestrutura própria de adutoras para distribuição de água, redes de esgoto, energia e telecomunicações (TEMPOS..., 01/04/1967, p.11). Antes de começar efetivamente a operar 38 indústrias já haviam firmado “cartas de opção” para instalar suas unidades no CIA.

Voltando ao governo Balbino, foi construída a primeira usina do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. Com o funcionamento da usina Paulo Afonso I a capacidade de geração de

²⁷⁵ Trata-se da Lei 2.321 de 11/04/1966, que dispôs sobre a administração estadual e estabeleceu diretrizes para a Reforma Administrativa da Bahia. Quando da constituição do BandeB, o estado da Bahia já contava com um banco estatal estadual, o Banco do Estado da Bahia (BaneB), fundado em 1952. Diferentemente do BaneB que era um “banco comercial”, o BandeB foi inicialmente um “banco de investimento”, para depois se tornar um “banco de desenvolvimento”.

energia elétrica na Bahia multiplicou-se por dez (FALCÓN, 2003, p.36). À energia elétrica se somava a produção e o refino de petróleo realizados pela Petrobrás no Recôncavo Baiano desde os primeiros anos da década de 1950.

A partir de então a administração pública baiana passou crescentemente a se ocupar com a superação das estruturas econômica e de mentalidade ancoradas na produção puramente agromercantil/agroexportadora que tradicionalmente ditava os rumos da política econômica na Bahia. Planejamento técnico, escolha de setores estratégicos, arranjos institucionais, incorporação das regiões econômicas à economia do estado, integração da produção baiana aos circuitos dinâmicos da economia nacional, plano de intervenção política para contornar a escassez de capitais para investimentos, etc., em suma, todos os temas clássicos do desenvolvimentismo, passavam a fazer parte da agenda da administração dos governos modernizadores, fossem eles politicamente conservadores ou progressistas.

O governo baiano seguinte, de Juraci Montenegro Magalhães (1959-1963), foi eleito por sufrágio universal, segundo as regras da época. Juraci Magalhães não nasceu na Bahia e sim no estado do Ceará²⁷⁶. Muito cedo ele foi para o Rio de Janeiro continuar sua carreira militar iniciada em Fortaleza. Sub-oficial, iniciou-se na política por meio do seu apoio a causa do movimento tenentista da década de 1920. Mas foi com a sua participação direta entre os militares que integravam o movimento autoproclamado revolucionário de 1930 que passou a apoiar a causa que levaria Getúlio Vargas ao poder no Brasil. Com a vitória da “Revolução de 1930”, Juraci Magalhães deslocou-se pela primeira vez até a capital baiana, em outubro daquele ano, para nomear o interventor da Bahia, após o que regressou à capital federal do país. Um ano depois o próprio Vargas escolhe e nomeia Juraci Magalhães interventor federal na Bahia.

Militar de carreira, Juraci logo se descobre habilidoso político. Em 1933 inicia articulações com poderosas oligarquias regionais e funda na Bahia o Partido Social Democrático (PSD). O objetivo era conseguir para o governo Vargas o apoio político da classe dominante baiana sediada na capital do estado e na região do recôncavo baiano. As elites baianas eram reticentes à causa do movimento de 1930. Obteve êxito em conciliar interesses divergentes no estado, o que lhe permitiu, ademais, ser eleito em 1935 o primeiro governador baiano com base nas regras estabelecidas pelo Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, que previa a instalação de uma Assembleia Constituinte nos Estados da Federação para eleição

²⁷⁶ Sobre o histórico político de Juraci Magalhães ver: FGV/CPDPOC (Acervo). *Juraci Montenegro Magalhães*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdpc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>>.

de governadores e deputados. Para isso precisou contar com o apoio das principais oligarquias econômicas e políticas baianas.

Juraci Magalhães seguiu fiel e disciplinado defensor do governo Vargas até 1937, a essa altura já se definindo como um movimento mais duradouro, o “varguismo”, quando em novembro deste ano um golpe de estado é dado, tendo início a ditadura do “Estado Novo”. Este período marca o começo de uma segunda etapa, mais autoritária, no interior do “primeiro governo” de Getúlio Vargas, que durará até o final de 1945, quando da deposição de Getúlio da Presidência da República. Mas desde que tem início a sua desconfiança das intenções continuístas do varguismo, antes mesmo da deflagração do golpe, Juraci começa o seu processo pessoal de afastamento do governo federal, e logo em seguida ao golpe de 1937 renuncia ao governo da Bahia, rompendo daí por diante com o varguismo. Um rompimento mais com o estilo político do governo Getúlio Vargas e sua firme pretensão de firmar-se como uma ditadura, do que com o ideal modernizador deste. Tanto assim que a passagem de Juraci Magalhães como interventor e governador na Bahia foi marcada por uma agenda política que privilegiava a racionalização e a expansão da educação, da saúde e da assistência social no estado, além da melhoria dos transportes e da infraestrutura. Contudo, seu mandato limitou-se quase que exclusivamente a atender certas demandas da capital do estado e de algumas poucas cidades do recôncavo. As tramas políticas estaduais absorviam o governo e os recursos financeiros a disposição eram muito limitados.

Apesar da oposição ao getulismo, Juraci Magalhães decidiu retomar a sua carreira de oficial militar, ascendendo ao posto de major na hierarquia militar em 1942. Em nenhum momento foi perseguido pelo governo Vargas, o que revela a distinção que conseguia imprimir na cena política, a despeito de suas opiniões agora contrárias ao governo. Em 1945 Juraci retorna à arena política, onde passa a apoiar a candidatura à presidência do Brigadeiro Eduardo Gomes, em oposição a Getúlio Vargas. Retorna a Bahia para articular no estado a campanha presidencial do seu escolhido e organizar a criação de um novo partido, a União Democrática Nacional (UDN). Mesmo com a deposição no final de 1945 do presidente ditador, Eduardo Gomes foi derrotado pelo candidato de Vargas de então, o general Eurico Gaspar Dutra. Apesar desta derrota nacional, Juraci se elege deputado federal baiano pela UDN. E voltaria a apoiar Eduardo Gomes nas eleições de 1950, desta vez contra o próprio Getúlio Vargas. Mas desta vez a derrota não foi apenas do seu candidato, mas a sua própria, para o governo da Bahia.

Apesar da oposição que continuava movendo a Vargas, este, agora na condição de presidente eleito, convidou Juraci para fazer parte do seu governo. Tendo inicialmente recusado

um cargo de chefia no setor de energia, aceitou em seguida ser presidente da estatal Vale do Rio Doce. Tendo ficado à frente da companhia por apenas dois meses, foi em seguida nomeado adido militar do governo nos EUA, país onde anos antes fez um curso militar de Comando e Estado-Maior. Cerca de dois anos depois, em 1954, ainda no governo de Vargas, Juraci Magalhães se tornaria o primeiro presidente da Petrobrás, posto de grande importância estratégica. Mas sua presidência foi curta, apenas quatro meses, pois com a morte de Getúlio e a presidência interina de Café Filho o *staff* federal de governo foi trocado.

No ano seguinte Juraci Magalhães voltaria à política baiana, elegendo-se senador. O desaparecimento físico de Getúlio não o impediu de continuar a sua campanha política contra o “varguismo”. Da tribuna do Senado Federal, e nos corredores do poder, iniciou sua campanha contra as pretensões de JK à presidência da República, visto por ele como um herdeiro de Vargas. Embora opositor de JK mesmo antes do início do mandato deste, Juraci Magalhães não apoiou as movimentações golpistas que visavam não reconhecer a vitória eleitoral do ex-governador mineiro, agora presidente eleito pelo voto popular. Em 1956 tornou-se, pela primeira vez, presidente do partido que ajudou a criar, a UDN. No mesmo ano entrou para a reserva do exército, com a patente de General-de-Divisão. Nas eleições estaduais de 1959 foi novamente eleito governador da Bahia, porém desta vez pelo voto popular, tendo sucedido o governador que havia ajudado a vencer no pleito anterior, Antônio Balbino. Seu mandato se estendeu até abril de 1963.

Por certo já vai longe aqui esta breve biografia política de Juraci Magalhães. Contudo, ela nos pareceu necessária para demarcar o contexto histórico e situar a atração que o ideário nacional-desenvolvimentista exercia na política baiana do período, mesmo quando as forças políticas dominantes no estado estavam em confrontação direta com o governo e a figura política que personificava esta ideologia do desenvolvimento, Getúlio Vargas. Apesar disso, tanto a trajetória política geral quanto, sobretudo, a prática de governo na Bahia de Juraci Magalhães, foram guiadas pelo ideal de modernização presente no desenvolvimentismo. Pode haver sim um fosso entre o desejo político e a prática real de governo, atravessada por contradições de toda ordem. O contexto geral no país era de intensa instabilidade política e o último governo baiano de Juraci Magalhães esteve de fato muito envolvidos em articulações nacionais, sobretudo em torno das eleições presidenciais de 1960 e para a disputa ao Senado em 1962, o que exigiu esforços redobrados e dispersou energias no interior da política baiana. Ainda assim, Juraci Magalhães buscou empreender uma gestão modernizadora e desenvolvimentista:

Em sua segunda gestão no governo da Bahia, Juraci concluiu as hidrelétricas de Funil e Barranco, implantou a Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), prosseguiu as obras para o abastecimento de água em Salvador, construiu mais de três mil quilômetros de estradas, fortaleceu a Companhia de Navegação Baiana e construiu parte da avenida do Contorno, ligando a Cidade Alta à Cidade Baixa, em Salvador. Transformou o Banco de Fomento Econômico da Bahia no Banco do Estado da Bahia, construiu o Colégio Manuel Devoto, além de vários outros colégios na capital e no interior, criou o Setor de Educação Especializada para crianças excepcionais, surdos, mudos e cegos, instituiu dez cursos de aperfeiçoamento do professorado, promoveu a instalação de cursos de métodos audiovisuais e construiu postos de saúde, além de racionalizar o sistema de pronto-socorro. Estimulou também a Plantação de seringueiras no sul do estado, conseguindo condições de financiamento vantajosas junto ao Banco do Brasil²⁷⁷

Como se vê, o seu governo não fez nada de extraordinário em termos de política desenvolvimentista, mais atualizando a institucionalidade do que realmente expandindo com realizações o programa de desenvolvimento no estado. Ainda assim, mostrou-se um governo fortemente conectado com este ideário, tratando de reforma urbana (Salvador), geração de energia elétrica, construção de rodovias, transporte de mercadorias e racionalização dos sistemas de saúde e educação. Não havia propriamente um plano estratégico definido, mas uma percepção do que precisava ser feito em favor da modernização do estado, ainda que limitada geograficamente e claramente insuficiente em projetos, financiamento e obras.

Foi durante o governo de Antônio Lomanto Júnior (1963-1967) que a política do desenvolvimento avançaria mais rapidamente na Bahia e as inovações institucionais começariam a alcançar o extremo sul do estado. Apoiador do governo militar, à frente do estado da Bahia o governador levou adiante a premissa desenvolvimentista de aprimoramento do quadro técnico do aparelho de Estado. Com base em ampla reforma administrativa decretada e sancionada em seu governo (Lei 2.321 de 11/04/1966), recrutou quase todo o seu secretariado “nos meios empresariais e nas escolas superiores de Administração e Economia” (TEMPOS..., 1967, p.105). Ao final do seu mandato, em publicidade do governo publicada na revista O Cruzeiro, é afirmado “que tudo está pronto para receber o *progresso*: estradas, eletricidade, comunicações, escolas, assistência médico-hospitalar, desenvolvimento rural, planejamento” (TEMPOS..., 1967, p.105. Grifo nosso). Sobre tais realizações, trata-se não somente de propaganda política, mas também do otimismo típico dos implementadores desenvolvimentistas.

²⁷⁷ FGV/CPDPOC (Acervo). *Juraci Montenegro Magalhães*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>>

O governo Lomanto Júnior estabeleceu “metas” para a educação: número de matriculados para os níveis primário, ginásio e secundário; construção de escolas; investimento em Ensino Superior; melhoria da qualidade de ensino e da cultura. Entre unidades construídas e recuperadas, foram cerca de 500 escolas, a imensa maioria escolas primárias e ginásios (“primeiro grau”). As realizações para o “segundo grau” (Ensino Médio) foram bem mais modestas²⁷⁸. Durante a sua gestão novos currículos para as Escolas Normais e o Ensino Primário foram preparados.

Na saúde pública Lomanto Júnior ampliou, recuperou e equipou alguns hospitais regionais, embora tendo inaugurado um único hospital no estado, em Vitória da Conquista. Deu continuidade à campanha de vacinação e imunização da população contra varíola, tifo, difteria, tuberculose e poliomielite. Prometeu que integraria as medicinas preventiva e curativa a partir da estrutura de hospitais existentes no estado. Algo que não se verificou. De posse de poucos recursos frente ao tamanho do déficit de saúde do estado, o governo procurou atender ao seu programa de saúde firmando convênios com instituições variadas.

Apesar das enormes limitações orçamentárias de um estado com uma população em sua grande maioria pobre e desassistida de serviços públicos básicos, e dos poucos resultados obtidos, está claro que os esforços do governo em saúde e educação visavam a ampliação e a modernização destes setores. Desde pelo menos o Plano de Metas de JK, saúde e educação compareciam como setores centrais do planejamento desenvolvimentista, imprescindíveis para tornar possível a superação do subdesenvolvimento. Mas a ênfase maior continuava a ser dada em setores estratégicos como energia, transporte e comunicação, desenvolvimento agrário e indústria. Nestes pontos o governo Lomanto Júnior também se preocupou em empreender melhorias. Começou por tornar a administração destes setores afeita ao planejamento, mais técnica e melhor integrada ao projeto nacional de desenvolvimento.

Potencializar a oferta de energia no estado era imprescindível para os planos de desenvolvimento da Bahia. Para o setor de energético, basicamente a energia elétrica, a publicidade do governo anunciava a criação de um “órgão eminentemente técnico, de planejamento e orientação, com função normativa, coordenadora e fiscalizadora das empresas de eletricidade [...] em consonância com a [política energética] da união” (TEMPOS..., 1967, p. 110). Segundo informe publicitários de prestação de contas ao final do governo, o número

²⁷⁸ No governo Lomanto Júnior, enquanto o número de salas de aula atendidas passou de 1.500, incluindo as localizadas em unidades alugadas, entre 277 municípios baianos, apenas 36 estabelecimentos de ensino médio, totalizando 362 salas de aula, foram contempladas com financiamento, em 27 municípios apenas. Contudo, a cobertura e as condições de funcionamento das escolas de ensino médio antes do seu governo eram bastante piores.

de municípios eletrificados na Bahia passava de 53, em 1963, para 171 no começo de 1967; e mais de 1.400 km de linhas de transmissão foram construídas. A expansão das linhas de transmissão visava atender a necessidade de distribuir a energia gerada na Usina do Funil, hidrelétrica criada no governo anterior de Juraci Magalhães. Instalada no município de Ubaitaba, no Rio de Contas, a usina passou a atender a zona cacaueteira do estado e alguns centros de produção pecuária no sudoeste baiano, região de origem do governador. Além disso, o governo patrocinou estudos sobre o potencial hidrelétrico de outros rios, como o Paraguassu, Prado, Brumado, Jequitinhonha e Serinhaém. De acordo com o próprio governo, a infraestrutura elétrica visava desenvolver, principalmente, a jovem agroindústria do estado.

Oriundo do interior do estado (Lomanto Júnior nasceu no município de Jequié), o governador buscou descentralizar os projetos de infraestrutura. Foi assim que a energia elétrica chegou às zonas cacaueteira (sul), cafeeira (sudoeste), sisaleira (nordeste) e mineradora da Bahia. Mas independentemente de sua origem e interesses políticos, o impulso descentralizador de Lomanto Júnior correspondia bem aos objetivos do desenvolvimentismo dominante em sua época. Sabia também que o contexto estava favorável à realização de convênios institucionais para criação e a expansão da infraestrutura nos estados. Além evidentemente do uso de recursos próprios do estado, o governo Lomanto Júnior assinou convênios com a SUDENE, Eletrobrás, BNDE e o Ministério de Minas e Energia. Ou seja, procurou as mais importantes agências de desenvolvimento do país, com vistas a colaborar na implementação do seu programa de “progresso” para a Bahia.

Com relação as estradas e vias de comunicação “o Governo Lomanto Júnior conseguiu concluir, já no terceiro ano de mandato, mais rodovias pavimentadas que todas as que encontrou no Estado” (TEMPOS..., 1967, p.113). Da mesma forma como foi pensada a infraestrutura de energia elétrica para o estado, também as estradas visavam “à unificação e à integração socioeconômica da Bahia [...] Tôdas as regiões do estado foram atingidas pelo surto rodoviário governamental” (TEMPOS..., 1967, p.113). Neste aspecto, foi idealizada a “Operação Extremo Sul”. Com a “operação” visava melhor integrar uma região relativamente isolada do estado às linhas de potencial desenvolvimento econômico no estado por meio do acesso às riquezas encontradas na área da Mata Atlântica do extremo sul, como madeiras e recursos minerais, a exemplo da areia monazítica. Insumos a serem aproveitados no desenvolvimento de indústrias no estado, além do potencial de ampliação da distribuição e da circulação de mercadorias. A “Operação Extremo Sul” baseou-se na BR-5. Por pressão do governo Lomanto Júnior o DER-BA, que em 1964 instalou uma agência às margens da rodovia, no povoado de Teixeira de

Freitas, à época ligado aos municípios de Alcobaça e Caravelas, foi encarregado da construção de um trecho de 102 km que ligava Eunápolis e Itamaraju, considerado o mais difícil de executar na região. O trecho de rodovia estabeleceu pontos de contato rodoviário entre Eunápolis (à época distrito), Porto Seguro, Itamaraju, Prado e Alcobaça. Após séculos de caminhos intermunicipais extremamente difíceis de percorrer, a rodovia federal, parte dela construída pelo governo baiano, tornaria as ligações intermunicipais mais viáveis economicamente, potencializando de maneira até então desconhecida a circulação de mercadorias, capitais e pessoas em todo o extremo sul da Bahia.

O governador chegou a visitar o extremo sul oficialmente, com o objetivo de inaugurar uma colônia agrícola localizada entre o distrito de Helvécia e a cidade de Nova Viçosa (HOOIJ, 2011). A colônia foi batizada com o nome do governador, e segundo conta em seu livro o frei franciscano e memorialista Elias Hooij, esta foi inaugurada no último dia de mandato de Lomanto Júnior, em 15 de março de 1967.

Quanto a telecomunicação, o governo Lomanto Júnior priorizou a expansão dos serviços telefônicos por “redes de micro-ondas” (TEMPOS..., 1967, p. 114). A telefonia significava o que havia de mais moderno em termos de comunicação no período. Adotá-la sem o uso do fio era a modernização da telecomunicação que os estados da Federação almejavam alcançar. O uso de ondas eletromagnéticas de alta frequência direcionadas (“micro-ondas”) entre antenas de transmissão e recepção alinhadas faz com que o transporte do sinal seja feito pelo ar. Com isso estabelecia-se pela primeira vez contatos telefônicos de longa distância entre a capital do Estado e cidades do interior, como Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, etc., bem como outras mais próximas de Salvador, no Recôncavo da Bahia (Cadeias, Alagoinhas, Serrinha, etc.). Tratava-se, entretanto, de serviço de uso restrito, alheio ao cotidiano das famílias. Mas com isso, para além das estradas sobre a terra, procurava-se iniciar a expansão das “estradas pelo ar”.

O sucessor de Lomanto Júnior no governo da Bahia foi o deputado Luís Viana Filho. Viana Filho foi eleito pela Assembleia Legislativa da Bahia, conforme o que fora instituído nos Atos Institucionais 2 (eleições indiretas) e 3 (calendário eleitoral), em 1965 e 1966 respectivamente. Seu mandato teve início em março de 1967, e terminou em março de 1971. Viana Filho foi aliado de primeira hora do presidente militar Humberto Castelo Branco, tendo participado do governo na condição chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e por

dois breves momentos Ministro Interino da Justiça²⁷⁹. Permaneceu chefe do Gabinete Civil ao longo da presidência do general Castelo Branco, para só sair quando teve de se desimpedir do cargo para disputar a eleição de governador na Bahia. Esteve presente, portanto, em discussões de importantes e tensos momentos da vida política brasileira daquele período, como os encontros que prepararam os Atos Institucionais 1, 2 e 3.

À frente do governo baiano, a maior preocupação política de Viana Filho foi a educação. Advogado de formação, o governador fora também jornalista, professor e escritor. Sua dedicação a este assunto não decorre tanto das preocupações desenvolvimentistas, mas de sua consistente formação humanista, seu passado de militância estudantil e seu ofício como docente universitário. Ainda assim, não deixou de ter preocupações relativas a qualidade da educação como condição fundamental para o desenvolvimento industrial do estado da Bahia, bem como moral de sua população.

A primeira ação do seu governo foi a realização de um diagnóstico da educação em todo o estado, para que fosse possível estabelecer metas para posteriormente cumpri-las. A partir do diagnóstico foi elaborado o Plano Integrado de Educação, estabelecendo metas para o setor. Foi considerado urgente aumentar consideravelmente o número de salas de aula para as etapas do primário, 1^o e 2^o graus, contratar, via concurso público, muitos professores, além de expandir o ensino superior. Do ponto de vista institucional, o estado ocupou-se de realizar a reforma administrativa da Secretaria de Educação, o Estatuto do Magistério Público e a Lei Orgânica do Ensino. Além das salas de aula e dos professores contratados, foram inaugurados sete Centros Integrados de Educação, dois na capital e os demais em algumas das maiores cidades do interior. Houve a criação de faculdades de formação de professores em localidades do estado, além de um estudo para criação de uma universidade no interior do estado, a implantação do Centro de Educação Técnica em Salvador e a instalação de um inovador serviço de comunicação voltado para conteúdos educacionais, a TV Educativa da Bahia. Em suma, a expansão e modernização da educação foi o fio condutor do governo Luís Viana.

A despeito da retórica menos recheada de desenvolvimentismo, o governo Luís Viana não descuidou do principal tema desta ideologia do progresso, a indústria. Por meio de investimentos e incentivos fiscais atraiu várias indústrias para o CIA, gerando grande número de empregos industriais. No interior do estado implantou um programa de apoio à pequenas e médias empresas (PROINTER). Contudo, não elaborou planos para o estabelecimento de novos

²⁷⁹ Sobre Luís Viana Filho ver: FGV/CPDOC. *Viana Filho, Luís* (verbetes). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-filho-luis>>. Acessado em: 13/04/2022.

polos industriais dentro e fora da RMS. Quanto à energia, ampliou consideravelmente a extensão das linhas de transmissão e elevou a potência instalada da Usina do Funil. Implantou geração de energia no extremo sul da Bahia com a instalação de três usinas termelétricas, em Eunápolis, Medeiros Neto e Itamaraju. A implantação destas usinas cumpria o papel, assim como fez o governador anterior com investimentos em estradas, de procurar desconcentrar a economia baiana, com investimentos que pudesse minorar a baixa participação das regiões na economia do estado, com o fornecimento de infraestrutura mínima necessária a algum grau de desenvolvimento. Evidentemente, foram investimentos limitados, completamente incapazes de compensar os novos estímulos concentradores gerados no estado pelo parque industrial e de refino de petróleo sediado na RMS.

Algum destaque tiveram os projetos de saneamento básico, crédito rural e infraestrutura urbana. O saneamento básico era um dos mais graves problemas da Bahia, com uma cobertura praticamente inexistente. O governo Luís Viana executou projetos de saneamento em 25 cidades. Valeu-se do Bandeb para financiar o crédito subsidiado ao produtor rural. Não realizou nenhuma reforma urbana de fôlego, limitando-se à construção de algumas avenidas, a maioria em Salvador, escolas e a Central de Abastecimento da capital do estado.

Em todo caso, depois de criada a Zona Fisiográfica Extremo Sul da Bahia não era mais politicamente conveniente deixar de constar esta região baiana dos planos de desenvolvimento estadual. Em meio ao contexto desenvolvimentista que influía sobre a política baiana a integração interna, o fornecimento de infraestrutura e crédito, a diversificação econômica e a ligação com os centros dinâmicos da economia nacional eram temas centrais. Não por acaso desenvolvimento econômico e política territorial andavam juntas.

É emblemático que no início deste século a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), sucessora do Desenbanco, financiou a publicação de um livro que conta a história das “três décadas que mudaram a Bahia”. No primeiro tópico do livro, intitulado “O agente e o cenário – a batalha do desenvolvimento”, o historiador Gustavo Falcón escreve:

É necessários recordar que tudo isso tem origem numa formulação original de política de desenvolvimento estruturada em torno à (sic) Comissão Econômica para a América Latina, da Organização das Nações Unidas, cuja síntese era a condução deliberada do processo de industrialização, articulado com um bem organizado esquema de planificação do desenvolvimento dos países periféricos, de uma ação destacada do Estado [...] Esse caminho em consonância com os programas internacionais de colaboração do pós-guerra [...] vão permitir aos países pobres [...] e particularmente às regiões mais debilitadas como o Nordeste, o encontro de uma saída real para o atraso [...] (FALCÓN, 2003, p.10)

Mais adiante, desta vez se referindo diretamente a Bahia:

O despertar para a necessidade da recuperação econômica e o papel que o planejamento desempenhou no contexto da década dos 50 se responsabilizarão finalmente pela construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento, com a mudança de mentalidade e a construção de uma consciência social avalizadora do projeto, dele resultando iniciativas práticas de profundo significado para a Bahia em diversos setores: da infra-estrutura, dos transportes, da agroindústria, do crédito, do abastecimento, etc. [...] (FALCÓN, 2003, p. 27)

Em meados do século passado a economia capitalista passava por um dos seus grandes momentos de mudança estrutural e institucional. A “economia do desenvolvimento” lançava as suas bases sobre os desafios do progresso econômico dos países no contexto mundial do pós-guerra, e, logo em seguida, particularmente dos países periféricos da economia capitalista. Evidentemente que os problemas destes último eram bem mais graves. Uma das máximas consagradas foi a “superação do atraso”, daí porque o novo termo “países sub-desenvolvidos”. Vê-se que desde cedo o centro da política baiana, com os governadores, começou a aderir a este ideário. A Bahia foi um dos primeiros estados da Federação, senão o primeiro, a criar uma agência pública dedicada ao planejamento econômico estratégico, a CPE. Mas para avançar nesta direção era preciso não apenas instalar novas instituições e elaborar/executar projetos de desenvolvimento. Para os desenvolvimentistas era fundamental ainda a gestação de uma “nova mentalidade” e “consciência social”, em prol do desenvolvimento e reticente aos arcaísmos dos esquemas e estruturas centrados no tradicional modelo agromercantil. Todavia, nenhum governo deste período se opôs ao modelo agroexportador ou combateu o latifúndio, embora todos tivessem consciência dos limites de uma economia agrícola tradicional. Com o tempo, acreditava-se, a implementação crescente do programa desenvolvimentista forjaria e nova subjetividade social requerida. Mas não seria tarefa fácil. Os primeiro e modestos passos começaram a ser dados ainda nos anos 1950.

Junto a intelectualidade baiana do período as políticas desenvolvimentistas podiam ser encaradas como possibilidade de superar o atraso histórico da Bahia diante dos estados mais desenvolvidos do Sudeste e, internamente, aproximar as regiões e com isso modernizar as forças produtivas e alterar as relações sociais de produção naqueles espaços ainda carentes de capital, infraestrutura, tecnologias e adensamento populacional. Num artigo publicada no jornal O Globo o geógrafo Milton Santos, ao traçar um “breve retrato da Bahia”, tece críticas ao conceito espacialmente genérico que fundamenta a classificação espacial em “regiões fisiográficas”, pois apesar da comunidade dos aspectos morfoclimáticos e fitogeográficos, a lógica fisiográfica acabava por eclipsar “a história da ocupação da terra e as técnicas mobilizadas para a sua valorização” (SANTOS, 09/07/1960, p. 9). Contudo, Santos não deixa

de admitir que a integração de regiões do estado tão distintas entre si pela modernização dos transportes, dos setores econômicos e de outras infraestruturas regionais e locais, possível com o aumento dos capitais empregados na economia, poderá retirar a Bahia do seu atual estado de “subdesenvolvimento”. Este argumento em favor do desenvolvimento econômico não implica o abandono da política desenvolvimentista de divisão, classificação e administração territorial vigente no período, mas, ao contrário, procura criticamente atualizar o conceito de região adotado ao final dos anos 1940, e que irá presidir a reforma administrativo-territorial de 1950, levado a cabo pelo Estado desenvolvimentista por meio de órgãos públicos como o Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, etc. A classificação territorial em regiões fisiográficas, por mais que em teoria tentasse extrapolar suas auto-evidentes dimensões naturais, ainda parecia aos olhos dos desenvolvimentistas mais progressistas demasiado reducionista, se observada à luz da história.

Não se podia contar na Bahia com os capitais privados para realizar as muitas tarefas exigidas pelo desenvolvimento econômico e social. Na ausência de capitais privados dispostos a investimentos era, como se pensava, tarefa do poder público promover ações nesta direção. Até por volta da primeira metade da década de 1970 a acumulação de capital no estado estava bastante aquém dos enormes problemas socioeconômicos da Bahia, com destaque para a enorme concentração geográfica do capital e a precária integração e complexa desigualdade das regiões internas do estado.

Mas nenhum governo baiano no período que cobre este estudo fora mais notoriamente ocupado com o desenvolvimentismo do que o de Antônio Carlos Magalhães. E nessa direção a conjuntura nacional lhe foi favorável. Quando da sua chegada ao Palácio de Ondina, nova sede oficial do governo baiano, o Brasil vivia os anos finais do “milagre econômico” brasileiro. O primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães foi muito comentado por suas realizações, assumidas como necessárias à superação do “subdesenvolvimento”, e em prol do “desenvolvimento auto-sustentado”²⁸⁰. Político conservador, apoiador firme do governo militar, a esta altura já claramente uma ditadura, Antônio Carlos foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa da Bahia para um mandato de quatro anos (1971-1975). ACM, acróstico pelo qual ficaria depois popularmente conhecido dentro e fora da Bahia, faria uma gestão

²⁸⁰ Estas foram expressões usadas pelo próprio ACM em um texto de abertura que escreveu como introdução a um suplemento jornalístico publicado no jornal O Globo intitulado “Bahia”, em 03 de julho de 1974. O suplemento pretendia apresentar para um público mais amplo um panorama das realizações do governador baiano, ao mesmo tempo em que se referia à Bahia como um estado “progressista”, na “vanguarda do avanço sócio-econômico nacional”. O editor do jornal entendeu ser oportuno publicar o material no contexto das comemorações na Bahia do 02 de julho, data histórica da independência da Bahia frente ao governo português, como uma homenagem a Bahia, seu povo e seu governo.

desenvolvimentista e atenta aos planos do Governo Federal. No final de 1971 o país passaria a se conduzir pelas diretrizes e prioridades sancionadas no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

O apoio integral do governador ao programa dos militares no poder faria de ACM um político ao mesmo tempo modernizador e conservador, embora à maneira típica dos modernizadores politicamente conservadores, ou seja, costumeiramente envolvidos com práticas políticas hierarquizadas e autoritárias, além de complacentes, quando não em franca aliança, com as velhas classes dominantes, no caso da Bahia notadamente as oligarquias agrárias. Mas tudo isso sem perder de vista a vinculação como as novas classes dominantes emergentes, a exemplo da burguesia indústria e financeira do estado.

Em 1971 o governo desenvolvimentista de ACM faz a opção política pelo planejamento técnico e realização de grandes investimentos em obras de infraestrutura. O objetivo declarado era o “progresso da Bahia”. Ao final daquele ano de mandato, o secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, Mário de Mello Kertész, publicou uma matéria no Jornal do Brasil na qual se referia a atenção especial dispensada ao planejamento no estado:

Foi o atual Govêrno quem veio a dar contornos definitivos e posição adequada à atividade de planejamento na administração pública baiana, com a criação da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Este governo reuniu as antes separadas secretarias de Planejamento e Ciência e Tecnologia [...] Em relação ao planejamento, a diretriz fundamental, resultante de recomendação expressa do Sr. Governador, é no sentido de que, sem prejuízo da qualidade técnica dos trabalhos, devemos nos despreocupar da utilização de técnicas sofisticadas que, no Brasil, sempre produziram planos destinados ao enriquecimento das estantes, em favor do estabelecimento de objetivos e da fixação de metas perfeitamente viáveis, ao alcance da capacidade dos órgãos executores (PLANEJAMENTO..., 1971, p. 2)

O secretário estadual de governo reconhecia que o planejamento estratégico como objeto da política na Bahia fora iniciado em governos anteriores. Mas apresentava a contribuição estratégica do novo governo para com a aceleração do desenvolvimento no estado:

[...] buscando atender as peculiaridades do atual estágio de desenvolvimento da Bahia dentro dos objetivos básicos definidos pelo Govêrno Federal para o desenvolvimento do país, o Programa de Ação do Governo do Estado da Bahia para o quadriênio 1971/1975 estabeleceu uma estratégia que visa acelerar o ritmo de desenvolvimento do Estado com base numa rigorosa hierarquização de prioridades setoriais e espaciais, na reorganização e modernização do aparelho administrativo, na coordenação e integração institucional (PLANEJAMENTO..., 1971, p.2)

O Programa de Ação, e o próprio nome revela, foi elaborado para execução de projetos que se mostrassem viáveis. Nesse sentido, não seria executável aquilo que se mostrasse fora do

alcance do governo. Para isso foi criada uma secretaria de planejamento. Caberia à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia organizar e conduzir todas as etapas do plano de desenvolvimento. Definidos os setores prioritários e as regiões alvo, o primeiro passo previsto era coordenar o envio de equipes técnicas às localidades. Composta de vários especialistas, estas equipes tinham por objetivo elaborar um “Relatório Preliminar”. Neste constaria o levantamento da atual situação socioeconômica e uma avaliação da “vocação regional”, basicamente econômica, da microrregião alvo. De posse dos relatórios preliminares a Secretaria de Planejamento se encarregaria de enviá-los às demais secretarias de governo para que elas levassem adiante seus trabalhos. A pasta do planejamento se encarregaria ainda de organizar os contatos e as articula es entre as secretarias de estado envolvidas nos projetos. Assim, segundo se acreditava, o governo do estado poderia elaborar com maior racionalidade o seu “programa de atividades”, além de definir os “investimentos a serem realizados”. O objetivo, portanto, era aprimorar a integra o entre os setores do governo, tendo por base levantamentos setoriais e regionalizados preparados por “equipes técnicas multiprofissionais”.

Concluída a etapa do planejamento, o passo seguinte seriam as primeiras medidas concretas: “Posteriormente o Govêrno para aí [microrregião] se deslocar , por dois ou três dias, para a ado o das primeiras medidas, as quais têm por fim o envolvimento e o comprometimento das popula es locais no processo [...]”. Neste meio tempo “equipes técnicas agora mais amplas e por um período mais demorado de tempo começam a estudá-las em profundidade, visando o estabelecimento de uma estratégia definitiva”. Em suma,   Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia coube a responsabilidade pela execu o de tarefas técnicas – levantamento e análise –, coordena o e compatibiliza o – equipes técnicas e secretarias – e adequa o das proposi es aos objetivos políticos do governo. O planejamento das políticas, tema tão caro aos desenvolvimentistas, estava sendo conscienciosamente posto em prática na Bahia neste período. Buscava-se aperfeiçoar o que vinha de antes, mas desta vez com maior aten o aos limites e as reais possibilidades de realiza o política.

Num primeiro momento foram considerados setores prioritários a agricultura, a minera o, o turismo, a educa o e o saneamento básico. Mas logo em seguida indústria e transportes seriam incluídos. A escolha por tais setores foi defendida em fun o do seu “papel catalisador” dentro do sistema econômico como um todo. Além de indicar os setores prioritários para investimento, o programa foi montado levando em conta a “perspectiva regional”. Assim, considerando “a extensão geográfica [...] e a irregular distribui o dos recursos humanos e materiais ao longo do território” foram listadas no primeiro ano de governo as microrregiões

alvo do planejamento e execução de projetos. Constavam do programa inicialmente as “microrregiões” do Recôncavo, Irecê, Vale do Paraguaçu, Cacaueira e Extremo Sul. Em seguida foram incorporadas outras: Vitória da Conquista e Nordeste baiano. De acordo com o secretário, no primeiro ano de governo três destas “microrregiões” já haviam sido visitadas e algumas obras tiveram início: Irecê, Nordeste e Extremo Sul. A escolha destas regiões deixava evidente a preocupação do governo com as principais região agrícolas do estado, principalmente o feijão em Irecê e o cacau no litoral sul.

O governo também elegeu o turismo como prioridade econômica. Sua gestão parece ter sido uma das primeiras a se ocupar prioritariamente com o turismo não apenas como atividade econômica dinamizadora, mas também por sua capacidade de afirmação em diferentes microrregiões do estado. No governo anterior de Viana Filho havia sido criada a Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A., empresa pública criada por lei estadual. Seu objetivo era fomentar o setor hoteleiro no estado. Mas na verdade sua atuação limitava-se basicamente a capital Salvador e ao Recôncavo baiano, áreas de atratividade turística de longa data, dada o seu reconhecido valor histórico e cultural. A Hotéis de Turismo S.A. passou por uma reorganização na gestão ACM, a pedido da Secretaria de Indústria e Comércio. Rebatizada de Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa), a empresa ampliou o seu escopo de atuação e colocou o turismo no centro da política de planejamento econômico da Bahia²⁸¹. A expectativa era de um vigoroso crescimento da atividade turística no estado com a conclusão da BR-101. Segundo o governo, nos primeiros anos da década de 1970 o crescimento do turismo na Bahia era “da ordem de 25 por cento ao ano, quando [n]a Europa não passa de 12 por cento” (A NOVA..., 03/07/1974, p. 3). A “vocaçãõ” para o turismo das regiões baianas se verificaria em função das “belezas” naturais existentes, guiaria os projetos de investimento. Além de investimentos, com o turismo o governo esperava atrair recursos de outros estados, favorecer o surgimentos de empresas, gerar rendas, ampliar as trocas e estimular o avanço da infraestrutura nas localidades. O governo ACM visava aproveitar o enorme potencial turístico em razão de cultura e do patrimônio históricos do estado, com centro na capital Salvador, e pelas suas variadas paisagens naturais, estas não apenas circunscritas ao extenso litoral, mas espalhadas por todo o estado. Faltava contudo, segundo pensava o governo, estabelecer políticas e desenvolver projetos de aproveitamento econômico racional destas paisagens humanas e naturais, na forma do turismo.

²⁸¹ BAHIA. *Bahiatursa – Superintendência de fomento ao turismo do Estado da Bahia (Apresentação)*. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.ba.gov.br/institucional/apresentacao/>>.

Antes de terminar o mandato o governo publicou um informe publicitário no qual afirmava sobre o extremo sul: “A base da sua economia é a pecuária, a cultura do cacau e extração de madeira de lei, além do potencial turístico em franco desenvolvimento” (O EXTREMO..., 08/03/1975, p. 11). O plano de governo anunciava os setores que caracterizavam a economia da região no período de sua gestão, ao mesmo tempo em que sinalizava que o futuro do extremo sul dependeria do desenvolvimento destes mesmos setores. Uma região vocacionada a agricultura, a pecuária, ao turismo e a indústria madeireira.

No amplo setor de transportes, a construção de rodovias era uma das prioridades do programa de governo. Com a crise das ferrovias, as rodovias passaram a ser a grande aposta dos governadores para promover a circulação de mercadorias e pessoas e integrar economicamente as regiões internas. No Bahia, um estado de território extenso, as ligações rodoviárias eram em geral precárias, embora viessem sendo priorizadas desde os governos anteriores. Em regiões como o extremo oeste e o extremo sul do estado a situação era especialmente dramática. O extremo sul, por seu lado, vinha se tornando uma estratégica passagem rodoviária para se chegar ao rico Sudeste do país pelo litoral. Os portos da região, a exceção do novo porto de Ilhéus (1971), não eram vistos como setores promissores para investimento. Já para as regiões agrícolas mais dinâmicas do estado foram previstas grandes obras. A primeira realização entregue pelo governo ACM foi a conclusão, no início do segundo ano de governo, da primeira etapa da “Estrada do Feijão” (BA-052). Com 187 km de rodovia pavimentada, o cálculo era que a rodovia ligaria 21 municípios na microrregião de Irecê. Dois anos mais tarde a rodovia já contava mais de 460 quilômetros de extensão, chegando até Feira de Santana e se aproximando da RMS, tendo sido inaugurada em novembro 1974. Na região cacauera foi posto em marcha um programa de construção de “estradas alimentadoras e vicinais”, que tinha por objetivo conectar estas rodovias subsidiárias à BR-101.

Considerada pelo Governo Federal também como “uma via estratégica da defesa de nossas costas”, o presidente Costa e Silva acabou por assumir o compromisso de concluir a grande rodovia federal a tempo (COUTINHO, 07/09/1968, p. 131). O ministro dos Transportes do governo, Mario Andreazza, reafirmou em seguida o propósito em cumprir o previsto no Plano Trienal para a BR-101, “que determina a implantação de todo o trecho do Estado da Bahia” (COUTINHO, 07/09/1968, p. 134). A conclusão das obras federais da BR-101, acreditava-se, levaria a interligação de regiões diversas, de estradas, portos e sistemas

elétricos²⁸². Melhoraria o acesso ao extremo sul da Bahia, possibilitando aos governos vislumbrarem a oferta de transportes e o desenvolvimento de setores industriais, turísticos, extrativistas, agrícolas e comerciais. Os defensores da rodovia esperavam a interligação imediata da região salineira carioca e da zona cafeeira capixaba às regiões baianas cacaueteira, madeireira, bovina, seringueira e fumageira. O DER-BA buscou construir conexões asfálticas com a BR-101 no extremo sul, a exemplo das ligações entre núcleos produtivos do pretendido polo madeireiro de Itabela/Eunápolis (PÓLOS..., 03/07/1974). Em 1973 o DER-BA já havia realizado 12 ligações rodoviárias entre municípios do extremo sul e a rodovia federal (AS ESTRADAS..., 03/07/1974)²⁸³.

Instalado no governo anterior, o Consórcio Rodoviário Intermunicipal da Bahia S.A., uma sociedade anônima de economia mista que contava com a participação dos municípios baianos, de entidades federais e estaduais, além de empresas privadas e pessoas físicas interessadas, foi criado para “realizar estudos, projetos, construção, reconstrução, conservação e pavimentação de estradas municipais e rurais” (BAHIA, 08/08/1966). No governo ACM o Consórcio foi integrado ao DER-BA, ficando estabelecido que caberia a este órgão “a implantação das vias principais e das estradas secundárias, e ao Consórcio Rodoviário a política de estradas vicinais e de apoio aos municípios do Estado” (A BAHIA..., 03/07/1974, p.10). Segundo o diretor do DER-BA à época, Antônio Franco, o objetivo era promover uma redução do custo dos transportes no estado, o que seria feito substituindo “a canoa, o lombo do burro e outros meios primitivos de transporte [...] por modernas rodovias” (A BAHIA..., 03/07/1974, p.10). No Brasil, e na Bahia, veículos movidos à combustão interna e rodovias eram cada vez mais para os formulares de políticas públicas símbolos máximos do progresso nos transportes.

Em caderno jornalístico especial dedicado à Bahia, o jornal o Globo publicou que o governo ACM planejava construir algo em torno de nove mil quilômetros de estradas até o final de seu governo, e que mais de três mil quilômetros em rodovias estaduais já havia sido entregues (A NOVA..., 03/07/1974). O discurso político do desenvolvimento econômico, tão claramente anunciado nos meios de comunicação em uma conjuntura de recrudescimento autoritário, não deixa dúvida quanto a centralidade da implantação da infraestrutura de rodovias e energia para

²⁸² “Essa estrada [...] no norte do Espírito Santo e no trecho da Bahia até o porto de Salvador, terá como primeira função a interligação dos portos de Ilhéus, este recém construído, de Campinho, em construção, e o da capital baiana, em ampliação [...]”; “Por fim, ainda como fator positivo a aconselhar a construção total da BR-101, destaca-se o fato de ser ela que acionará o interesse para a interligação dos sistemas elétricos do Norte e do Sul [...] o aumento do índice demográfico e a oferta de transporte conduzirão à construção da hidrelétrica do Salto da Divisa, no rio Jequitinhonha” (COUTINHO, 07/09/1968, p.131; 134).

²⁸³ Exemplos de estradas asfaltadas: Ibirapuã-BR 255 (trecho de 32 km); Mucuri-BR101 (trecho de 35 km); Nova Alegria (Itamaraju)-Jucuruçu, na divisa com Minas (trecho de 75 km).

o desenvolvimento futuro da indústria nos estados, nas regiões: “O trabalho de hoje é tanto maior quando se sabe que, em muitos pontos de infraestrutura nada existia. É o caso, por exemplo, da parte energética e do sistema viário, com planos bastante ambiciosos [...] e da urgência das áreas de desenvolvimento industrial” (AS ESTRADAS..., 03/07/1974, p. 17). Onde não houvessem rodovias não haveria indústrias.

Enquanto isso o extremo sul da Bahia era apresentado como um “grande vazio” no estado, não apenas em relação aos transportes, mas também quanto a energia elétrica. Em razão disso o governo, por meio da Secretaria de Minas e Energia e da Coelba, estabeleceu um plano de instalação e ampliação da rede elétrica do estado e, particularmente, de todo o Litoral Sul (sul e extremo sul). Na Bahia, um estado ainda dependente de fontes de biomassa para produção de energia, o consumo de energia elétrica cresceu 30% em 1973 (A NOVA..., 03/07/1974). Neste mesmo ano cinco usinas termoelétricas foram postas em operação nos municípios de Porto Seguro, Itamaraju e Medeiros Neto, e nos povoados de Teixeira de Freitas e Eunápolis (AS ESTRADAS..., 03/07/1974). Para o ano seguinte eram previstas a instalação de outras duas, uma no município de Nova Viçosa e outra no distrito de Aparajú. O objetivo era atender a demanda presente e futura do polo madeireiro e 21 localidades integradas na microrregião do extremo sul. O aumento da potência instalada seria obtido pelo acréscimo de 530 quilômetros de linhas de transmissão, ligando ao menos 30 localidades regionais.

A obra do “Programa de Eletrificação do Extremo Sul” foi inaugurada no dia 08 de março de 1975, conforme o informe publicitário publicado no jornal O Globo na mesma data (O EXTREMO..., 08/03/1975, p. 11). De acordo com o Informe do governo, a obra foi executada em 15 meses, tendo sido administrada pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). A CAEEB, originalmente um grupo empresarial privado estadunidense, depois de 1927 passou também a coordenar empresas privadas ligadas a serviços de concessão de energia elétrica no Brasil. Com a criação da Eletrobrás em 1962, as concessionárias de energia elétrica passaram à condição de subsidiárias da empresa estatal brasileira. E a partir de 1968 às concessionárias privadas de energia elétrica da CAEEB foram sendo pouco a pouco encampadas pelas concessionárias públicas estaduais. Em 1971 a CAEEB alterou o seu modelo de negócio no país e passou a atuar no Brasil como sociedade por ações e empresa de economia mista, prestadora de serviços especializados de engenharia, compras, inspeção e transportes, vinculando-se ao Ministério das Minas e Energia do Brasil. Em razão

desta mudança a empresa passou a ser regida pela Lei federal 5.736/71²⁸⁴. Este modelo de participação mista no setor elétrico, assim como em outros setores, vinha sendo bastante adotado pelo desenvolvimentismo brasileiro do período.

Além da CAEEB, a execução do programa de eletrificação do extremo sul baiano contou com a participação de outras 10 empresas nacionais, públicas e privadas, baianas e não baianas²⁸⁵. De acordo com dados oficiais, o programa foi o maior do setor para o interior do estado até então, e teria capacidade de fornecer energia elétrica para 24 localidades situadas nos 13 municípios do extremo sul baiano, cobrindo uma área territorial de aproximadamente 21 mil quilômetros quadrados e atendendo a uma população de cerca de 500 mil habitantes. Foram implantadas 370 quilômetros de linhas de transmissão e cinco subestações em Eunápolis, Itamaraju, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas e Aparajú. Conforme dados censitários do IBGE divulgados no Censo Demográfico de 1970 a população desta região vinha crescendo a uma taxa expressiva de 7,5% ao ano. Em função da demanda potencialmente crescente a energia prevista para o extremo sul seria gerada pela mais antiga das grandes hidrelétricas do país à época, a de Paulo Afonso. Localizada na Bahia, na divisa com o estado de Alagoas, o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso vinha expandindo sua capacidade de geração de energia desde a sua inauguração em meados dos anos 1950, e em 1975 já tinha três usinas em operação e uma quarta sendo construída. Apesar da principal fonte de geração de energia do extremo sul da Bahia se situar distante, no extremo norte do estado, no vale do rio São Francisco, o objetivo do programa era estender a eletrificação para reduzir a dependência desta região da geração de energia por pequenas usinas termoelétricas. Tamanho investimento, neste caso da ordem de Cr\$ 58,5 milhões, demonstrava que o extremo sul era tido pelo governo baiano como uma região de grande potencial econômico.

Articulado ao programa de transportes e energia elétrica, o plano de expansão das telecomunicações do primeiro governo ACM definiu que a extensão do serviço de telefonia no estado deveria contemplar ao menos 336 municípios baianos de então. Mas para isso estabeleceu-se uma meta de 20 anos, ou seja, não seria possível de ser cumprida no tempo de duração de uma única gestão política. Mais um vez o extremo sul foi priorizado, dada a completa inexistência anterior do serviço (AS ESTRADAS..., 03/07/1974). Em 1974 Eunápolis, Medeiros Neto e Itamaraju já tinham recebido aparelhos de Telex. E para os anos

²⁸⁴ Ver: Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB. In. *Memória da Eletricidade* (Acervo). Disponível em: <<https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/21336/empresas-electricas-brasileiras-eeb>>.

²⁸⁵ Além da CAEEB, fizeram parte do consórcio: Coelba (empresa pública baiana), Sade S.A., Sotem Ltda., Semisa S/A, Montreal Engenharia S.A., Electra S.A., Civeleto Ltda., Berenhauser S.A., Companhia Morrison-Knudsen de Engenharia e a Sociedade Brasileira de Eletrificação S.A.

seguintes foram feitas garantias de entrega do equipamento para Porto Seguro, Caravelas e Lajedão (1975), Itanhém e Prado (1976), Santa Cruz de Cabrália, Alcobaça, Nova Viçosa, Ibirapuã, Mucuri e Guaratinga (até 1978).

Para completar o circuito do planejamento, o programa do estado propunha prestar orientação aos municípios com a “racionalização administrativa das Prefeituras” (BAHIA..., 23/01/1971, p.3), colocando os municípios em sintonia com os objetivos do governo e buscando integrar os planos municipais à estratégia de planejamento estadual. Para isso as prefeituras eram chamadas a colaborar com o governo, portanto aceitar os seus planos. Com um tom político direto e duro, que se tornaria uma de suas mais expressivas características como “homem público”, ACM costumava dizer publicamente que o seu governo estava aberto a todos os grupos políticos, mas que não via problemas nenhum em privilegiar aqueles que o apoiavam.

Em resumo, ao menos três eram os pontos centrais da estratégia de planejamento econômico do governo ACM: hierarquia de prioridades regionais e setoriais, integração institucional e reorganização administrativa. Todavia, o programa precisava ser concretizado. A gestão considerou fundamental o foco no cumprimento das metas, em obter realizações e em conseguir a recuperação financeira do estado. E ainda que o programa de reorganização administrativa e das integrações regional e institucional não tenha ocorrido na prática exatamente como se pensou, a despeito da moderação técnica na seleção, aprovação e execução dos projetos, o repertório administrativo e econômico estava adequado ao desenvolvimentismo dominante no período no país, pois o fundamental não era tanto o cumprimento de todas as metas e o acerto pleno das execuções, mas tê-las na devida conta, além de subordinadas ao rígido comando dos governadores indiretamente eleitos e comprometidos com o desenvolvimentismo autoritário dos militares.

Naturalmente a indústria não ficaria de fora dos planos de desenvolvimento do primeiro governo ACM. A condução da política industrial do governo ficaria a cargo da Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia (SIC), articulada com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. O governo baiano alinhava-se completamente com a política nacional de desenvolvimento, com a Bahia sendo um dos estados de maior envolvimento. Não sem razão a Bahia recebeu à época grande atenção dos editoriais dos principais jornais do país, em geral favoráveis ao modelo de desenvolvimento dos governos militares, o que revela uma vez mais o ambiente desenvolvimentista do período e o que esperar do importante papel estratégico da Bahia nesse contexto.

O primeiro objetivo do governo ACM foi fortalecer o núcleo industrial já instalado na RMS e no Recôncavo, o que implicava investimentos diretos e políticas de incentivo para atração de empresas. Fazia parte do programa econômico do governo a expansão industrial do CIA, a implantação do Porto de Aratu, a extensão dos sistemas de transportes rodoviário, ferroviário e dutoviário, o reflorestamento de áreas degradadas (silvicultura) e obras de saneamento básico (A NOVA..., 03/07/1974). Para a realização destes investimentos o governo havia assegurado recursos que seriam aplicados até março de 1975, período de término do mandato do governador.

Localizado na RMS, entre os municípios de Simões Filho e Candeias, desde 1967 o CIA passava por uma expansão do número de suas indústrias instaladas, saindo de 22 para 66 empresas, além de 22 outras que já se encontravam em fase final de instalação. A ampliação da infraestrutura de energia elétrica no país e o salto de produção de energia na Bahia nos últimos anos, tornando o estado o maior consumidor deste tipo de energia no Nordeste desde 1972, permitiriam o importante avanço industrial no estado a partir de meados dos anos 1970.

Muitíssimo aguardada era a instalação de um polo petroquímico da Petrobrás, a ser sediado também na RMS, no município de Camaçari, distante 50 km de Salvador. O secretário da SIC, Fernando Talma Sampaio, exalava otimismo com a instalação na Bahia do segundo polo petroquímico do Brasil, que acreditava ocorrer em breve. Segundo Sampaio a petroquímica “constituirá a principal força motriz da industrialização do Estado” (BAHIA..., 03/07/1972, p.37). Acreditava-se que o Polo Petroquímico de Camaçari seria “o maior impulsionador da economia baiana” (A NOVA..., 03/07/1974, p.3). Até o fim do primeiro governo ACM o polo de Camaçari não havia sido concluído, apesar de algumas unidades industriais terem começado a operar isoladamente em 1974. Mas o polo só entraria mesmo em operação anos mais tarde, em 29 de junho de 1978.

Apesar do atraso nas obras, o Porto de Aratu, “destinado a servir ao Pólo Petroquímico e ao Centro industrial de Aratu” (A NOVA..., 03/07/1974, p.3), chegou a ser entregue ainda no mandato de ACM, nos seus estertores. Previsto para construção desde 1968, somente em 1971 o Ministério dos Transportes do Brasil autorizou o início de suas obras. A previsão inicial era de que após entrar em operação o porto localizado na Baía de Todos-os-Santos tivesse capacidade para movimentar algo em torno de 12 milhões de toneladas por ano (2 mil toneladas por dia), entre produtos líquidos e sólidos.

Diante dessa conjuntura favorável, o governo baiano projetava a formação de dois parques industriais, um petroquímico e outro metalúrgico. Estes seriam capazes de organizar

no estado um inédito complexo industrial, constituindo uma cadeia produtiva de setores industriais “de ponta” em expansão no país. Portanto, consolidar e expandir as ricas zonas industriais da Bahia eram prioridades econômicas absolutas do primeiro governo ACM. Outra seria implantar distritos industriais no interior do estado.

O plano de interiorização produtiva do governo contou inicialmente com a instalação de cinco “distritos industriais”, em diferentes “microrregiões”. Todos os distritos seriam situados em cidades-polo, ou seja, localidades com capacidade de irradiação regional dos efeitos socioeconômicos produzidos. Entre os objetivos da interiorização produtiva admitidos pelo governo estavam o incremento do produto industrial, a fixação de força de trabalho, o aproveitamento dos recursos regionais e a melhoria e redistribuição de renda (BAHIA..., 03/07/1972). A SIC ficaria à frente dos projetos, prevendo investir Cr\$ 20 milhões até 1974. Para isso contaria com a reforma administrativa e financeira da Secretaria da Fazenda, o que aumentaria a capacidade do estado de obter “recursos financeiros necessários à realização do seu vasto programa de obras” (A NOVA..., 03/07/1974, p.3). Houve isenção de ICM e a abertura de linhas específicas de financiamento empresarial. O plano estratégico definiu um prazo de até cinco anos para implantação dos distritos e o início do retorno sobre os investimentos feitos.

A Sudene era vista como fundamental para os planos de expansão industrial baiana. Nos dez anos anteriores a Superintendência do Nordeste já havia aprovado mais de 150 empreendimentos industriais somente na Bahia, destinando a eles Cr\$ 4,6 bilhões em investimentos. Além disso o governo baiano ofereceu condições favoráveis às empresas que desejassem se instalar nos distritos, estabelecendo programas de incentivo fiscal, com redução da alíquota entre 30% e 60% sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), além de criar linhas especiais de crédito.

De saída a SIC recebeu 31 propostas de projetos industriais. O primeiro a se estabelecer foi o Distrito Industrial de Subaé. Instalado na segunda maior cidade em população da Bahia, Feira de Santana, o Subaé ficava distante pouco mais 100 km da capital do estado. Feira de Santana situa-se na fronteira oeste do Recôncavo, portanto próxima da RMS. Em meados de 1972 o Distrito Industrial de Subaé estava em processo adiantado de implantação. Foi pensado para articular-se com o CIA. Outros quatro distritos estavam em vias de implantação: Distrito Industrial dos Imborés, em Vitória da conquista, entre o sudeste e o sudoeste do estado; Distrito Industrial Rio de Contas, em Jequié, na porção centro-leste; Distrito Industrial do Malhado, na microrregião Ilhéus-Itabuna; e o Distrito Industrial de Juazeiro, no extremo norte da Bahia. A

escolha das regiões e das localidades para a implantação dos distritos foi tomada por meio de critérios técnicos, definidos por equipes formadas com integrantes de diferentes secretarias estaduais. Equipes multissetoriais haviam sido criadas para assumir esta finalidade. A escolha da localização contou ainda com a participação de empresas interessadas²⁸⁶. Segundo informações publicadas pela sucursal do Jornal do Brasil em Salvador, a SIC acalentava ainda a “possibilidade de implantação de zonas industriais municipais”. Contudo, este intento não se concretizou. Segundo estimativas da SIC, depois de entrarem em funcionamento os distritos teriam potencial de impactar a vida de até quatro milhões de baianos, direta e indiretamente (BAHIA..., 03/07/1972). Claramente era uma expectativa exagerada. Além do que, confiava-se na conclusão dos distritos até o final do mandato de ACM, algo que não se verificou.

Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul da Bahia

O CIA contava em 1972 com 46 indústrias em operação e empregava mais de 10 mil funcionários em todas as áreas (BAHIA..., 03/07/1972). O bom resultado econômico obtido pelo estado da Bahia com a implantação do CIA resultou em crescente arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), o que motivaria o governo do estado a buscar implantar unidades industriais também no interior. A interiorização produtiva seria realizada com a instalação de “distritos industriais”. Desde aquele ano a SIC já aventava a possibilidade de um sexto projeto industrial no interior do estado, a ser instalado no extremo sul: “Em Eunápolis [...] primeiro combinado madeireiro para aproveitamento integral e racional das reservas florestais da micro-região, e um segundo em Itamarajú” (BAHIA..., 03/07/1972). O “pólo industrial madeireiro” teria duas unidades, uma instalada Itabela, distrito de Porto Seguro, e outra no município de Itamaraju. As duas localidades eram áreas conhecidas áreas de atuação de serrarias. No primeiro momento este seria apenas uma “zona industrial”, mas a pedido do governador ACM logo a ideia avançou para a criação de um distrito (PÓLO..., 11/04/1974). Tendo por base o plano de reflorestamento do governo, a SIC decidiu retomar um estudo anteriormente realizado sobre o potencial econômico da região:

Os estudos visando ao aproveitamento do mais importante recursos natural do Extremo sul, a madeira, começaram em 1971. Estes estudos foram realizados por um especialista das Nações Unidas e indicam a viabilidade da implantação no eixo Eunápolis-Itabela de um combinado madeireiro integral e racional das reservas de

²⁸⁶ Até meados de 1972 foram apresentados ao governo do estado 31 projetos empresariais para futura instalação de unidades produtivas nos novos distritos industriais baianos (BAHIA..., 03/07/72).

madeira ali existentes, consideradas as maiores do Estado (ITABELA..., 04/12/1974, p. 69)

O estudo oferecia o indicativo de uma nova área para a montagem de um possível “pólo madeireiro”. Trata-se de uma área total de aproximadamente de 650 hectares, com duas unidades industriais, uma situada em Itabela (612 ha), e uma outra agora em Eunápolis (40 ha), também distrito de Porto Seguro (PÓLOS..., 03/07/1974). Os locais ficavam na margem de uma rodovia estadual, a BA-989, e próximo a BR-101, que serviriam como pontos de escoamento da produção. Pela legislação em vigor a presença de um distrito industrial permitiria ao governo priorizar a instalação de infraestrutura básica necessária ao estabelecimento de manufaturas, oficinas, fábricas, etc., além de acesso ao crédito subsidiado e de longo prazo oferecido pelo Desembanco. Tomada a decisão pelo distrito industrial, o ato seguinte seria a instalação na localidade de uma superintendência regional, “encarregada da administração e promoção do empreendimento” (PÓLO..., 11/04/1974, p.28).

Calculou-se à época que o extremo sul da Bahia apresentava disponibilidade industrial de mais de 230 milhões de metros cúbicos de madeira²⁸⁷. Segundo o governo a instalação do Distrito Industrial de Itabela/Eunápolis contribuiria para equacionar o “déficit do setor [...] da ordem de 21 milhões de árvores que deveriam ser plantadas, de acordo com a legislação em vigor e não o foram, com sérios prejuízos do programa de reflorestamento, que tem merecido atenção especial do Governo federal (sic)” (ITABELA..., 04/12/1974, p. 69). Além de promover o desenvolvimento industrial da região, o governo esperava com a criação da indústria madeireira atacar a evasão de divisas estaduais (PÓLOS..., 03/07/1974). A intenção era atrair para a região empresas do setor.

Com a decisão de estabelecer um distrito industrial no extremo sul o governo ACM pode ainda reforçar a sua política de “intervenção disciplinadora no processo desorganizado e predatório da madeira no Extremo Sul do Estado” (ITABELA..., 04/12/1974, p.69). Combinava a industrialização com a necessidade de manutenção da floresta, além de assegurar o plano de reflorestamento. Além de procurar meios para fomentar a economia do extremo sul, uma das regiões mais isoladas da Bahia, o governo procurou justificar-se combinando desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Lembremos que pelo menos desde 1972 o mundo, por meio da Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano organizada pela ONU,

²⁸⁷ Embora o Distrito Industrial de Itabela favorecesse diretamente o desenvolvimento dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, o governo baiano reconhecia que a “zona madeireira compreende toda a “Região Administrativa-17”, englobando Itamaraju, Medeiros Neto, Alcobaça, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Lagedão, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália e Itagimirim” (ITABELA..., 04/12/1974, p. 69).

começava a discutir o paradigma do “ecodesenvolvimento” que redundaria, anos depois, no internacionalmente mais conhecido e debatido “desenvolvimento sustentável”.

Em 1974 a população de Itabela era de aproximadamente quatro mil moradores. Nesta data 20 empresas ligadas à exportação de madeiras já estariam operando no distrito (A NOVA..., 03/07/1974). Em Eunápolis outras três haviam se estabelecido. Visando a urbanização das localidades, o Plano Diretor do Distrito Industrial estabelecia o “zoneamento flexível”, permitindo a coexistência de uma zona industrial com áreas residenciais. Os esforços para implantação do distrito industrial madeireiro contaria também com a parceria entre o governo da Bahia e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Sob o argumento baiano de promover a industrialização e a urbanização do interior baiano, o órgão da Presidência liberou Cr\$ 9,6 milhões para a formação do polo madeireiro de Itabela. Segundo estimativas da época o custo total de implantação do polo madeireiro ficaria em torno de Cr\$ 14 milhões, feito com investimentos públicos. O governo baiano previu gastar outros Cr\$ 3,4 milhões.

Nem todo o recurso originalmente previsto para investimento foi levantado, e houve problemas de execução. Mas apesar das limitações da infraestrutura montada de energia, água, transporte e comunicações, ao final do ano de 1974 o distrito madeireiro de Itabela contava com 22 empresas em implantação, 10 com cartas de intenção e 24 já operando. Para o governo do estado:

O Distrito Industrial terá importante papel no desenvolvimento econômico da região, pela diversificação da indústria que se implantará e uma vez que vai diminuir, no caso específico da madeira, o grande volume do produto que a Bahia exporta anualmente para abastecer mais de 600 indústrias no Espírito Santo e Minas Gerais, recebendo-a de volta industrializada por preços muitas vezes superior. Além disso, vai aproveitar e fixar na área a mão-de-obra local (PÓLO..., 11/04/1974, p. 28).

Alguns meses depois, em matéria publicada no jornal O Globo, foi informado que o número de empresas de beneficiamento de madeira em efetivo funcionamento no distrito subiu para 27, e outras 24 estavam em processo de implantação, contabilizando 2.500 pessoas já empregadas (DISTRITOS..., 14/03/1975). Após a devastação descontrolada das últimas duas décadas, parecia que o polo industrial madeireiro do extremo sul da Bahia havia enfim se tornando realidade. Para os agentes do governo iniciava-se um novo período de exploração supostamente racional dos recursos da Mata Atlântica regional, ou seja, baseado na lógica capitalista industrial: racionalização dos recursos naturais e dos meios de produção, alocação de recursos financeiros, organização do processo de trabalho, reinvestimento de capital, geração de receitas tributárias, etc.

O Brasil vivia ainda sob a atmosfera do vigoroso crescimento produzido pelo “milagre econômico” (1968-1973). Isso explica a euforia industrializante dos governos estaduais. No Brasil muitos investimentos foram realizados em alguns estados, levando à instalação de parques industriais e indústrias, segundo critérios técnicos e de planejamento. Mas os anos que se seguiram ao fim da “era dourada” da economia brasileira, ademais deprimida pelas enormes dificuldades nacionais do primeiro “choque do petróleo” (1973) sobre a economia capitalista mundial, levariam muitos destas regiões industriais à estagnação, quando não ao fracasso. Entre o final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970 a Bahia teve o seu melhor momento de industrialização, com pretensões político-econômicas, inclusive, de minorar uma das mais lastimáveis e duradouras condições regionais do estado: a grande concentração de investimentos na capital do estado, na RMS e no Recôncavo Baiano – esta última em franco declínio econômico. Em 1978 teve início as operações industriais do Pólo Petroquímico de Camaçari. A Bahia se destacava em relação a outros estados do Nordeste no período, sobretudo a Pernambuco, principal rival na região. A industrialização do período foi suficiente para manter a Bahia na lista do dez mais ricos estados da Federação, mas insuficiente para melhorar as condições de vida de toda a sua população.

A tentativa de levar indústrias para o extremo sul do estado foi um dos exemplo de como a industrialização baiana do período foi restrita, concentrada, de limitada capacidade integrativa e de baixo efeito sobre os outros setores da economia e segmentos de classe da população. Com a implantação do distrito industrial madeireiro de Itabela/Eunápolis procurava o governo reforçar a integração econômica entre os municípios de Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Itamaraju e Prado. Nessa sub-região havia prosperado o negócio de beneficiamento de madeira, com o surgimento de dois potenciais polos industriais promissores, que poderiam se converter, segundo planejava o governo desenvolvimentista baiano, em parques industriais regionais (PÓLOS..., 1974; AS ESTRADAS..., 1974). A autorização de implantação do Distrito Madeireiro de Itabela visava também a tomada de medidas legais capazes de minorar os críticos problemas de infraestrutura da região. Contudo, logo surgiram problemas para a implantação do distrito industrial do extremo sul, como fornecimento de energia, água, transporte, comunicações, etc. Os investimentos realizados foram insuficientes para os velhos problemas. Os custos de realização dos investimentos pareciam também além das possibilidades econômicas apresentadas pelas finanças baianas e pela iniciativa privada interessada. Para piorar, este momento foi marcado pelo início de mais um ciclo depressivo da economia brasileira. O governo baiano tentou alguns esforços. Por meio da Coelba, empresa estatal, e do

DER-BA, órgão público, buscou-se ampliar a oferta de energia elétrica e a construção de estradas para beneficiar o distrito industrial de Itabela. No entanto, as medidas não obtiveram o resultado esperado, e diversas empresas implantadas, algumas oriundas de outros estados e países, não prosperaram. Muitas empresas encerraram suas atividades poucos anos depois de implantadas no Distrito, deixando atrás de si planos, expectativas, recordações e esquecimentos.

Mais tarde, ao longo dos anos 1980 e 1990, ficaria demonstrado que o plano de industrializar o interior da Bahia, com o objetivo pretendido de desconcentrar a economia baiana, não seria atingido (SANTOS, 2007). Ao contrário, houve ampliação da concentração econômica e demográfica na RMS, não apenas, mas também em razão das escolhas político-estratégicas tomadas nos anos 1960-70. Por certo houve ampliação, modernização e diversificação da indústria baiana, mas o processo acabaria por reforçar a concentração produtiva, portanto a geração de riqueza em Salvador e seu entorno, sem resolver os graves problemas socioeconômicos observados ao longo da história na Bahia e na capital do estado: pobreza, desemprego, desigualdade social, baixos salários, concentração de riqueza e renda, violência, etc.

Priorizada como uma das microrregiões para o desenvolvimento econômico pelo Secretaria de Planejamento do estado, o extremo sul da Bahia logo despertou a atenção do governo ACM. A razão maior foi o grande potencial madeireiro da Mata Atlântica do lugar. E em seu entorno logo foram notados interesses outros que não a integração econômica da Bahia. A primeira manifestação de descontentamento do governo ACM com a exploração madeireira no extremo sul se deu por uma cobrança de impostos atrasados por parte do estado da Bahia a uma empresa de laminação de madeiras instalada em Nova Viçosa. A empresa era a Elecunha S.A., madeireira pioneira na região. O município de Nova Viçosa tinha à época aproximadamente quatro mil habitantes. O valor em impostos atrasados devidos pela empresa totalizava mais Cr\$ 615 mil, superior a receita total prevista para todo o pequeno município em 1971, que foi de Cr\$ 567 mil. A Elecunha se defendeu afirmando que havia construído 300 quilômetros de estradas, sem pavimentação, entre os municípios da região, alegando que havia negociado em troca uma isenção de impostos, e que esta lhe fora concedida pelo estado em fins de 1965 pelo prazo inicial de seis anos, podendo ser prorrogável por mais dois anos. Sendo assim, a empresa considerava que não possuiria dívidas com os fiscos baiano e municipal.

Em meio ao imbróglio a Elecunha, maior empregadora de Nova Viçosa, foi também denunciada por alguns empregados por não cumprir obrigações trabalhistas, atrasar o pagamento de salários e cobrar muito caro por produtos que vendia em seu armazém aos seus

próprios trabalhadores. A situação da empresas se complicou, e o governador então “mandou fechar as barreiras fiscais aos caminhões da Elecunha, para obriga-la a pagar os impostos estaduais e municipais atrasados” (FÁBRICA..., 01/06/1971, p.7). A empresa, então, ameaçou fechar as suas portas em Nova Viçosa e demitir os seus cerca de 300 funcionários diretos. Ao que parece a pressão do governo sobre a empresa arrefeceu.

Quatro meses depois, uma matéria publicada no Jornal do Brasil no final de setembro de 1971 noticiou que o governador baiano, por meio de entrevista concedida ao jornal, revelou que grande quantidade de árvores extraídas da floresta do extremo sul da Bahia estava sendo enviada ilegalmente para o estado vizinho de Minas Gerais (ANTÔNIO..., 24/09/1971, p.3). O governador informava também que havia encaminhado à Assembleia Legislativa da Bahia um projeto de lei que proibia a exportação de madeira baiana sem beneficiamento. O assunto foi então discutido pela casa legislativa, tendo sido aprovado o projeto e imediatamente transformado na Lei Ordinária nº 2.953, publicada em 16 de setembro de 1971. A lei autorizava o governador proceder ao “fechamento das barreiras para impedir a saída de madeiras para Minas” (ANTÔNIO..., 24/09/1971, p.3). A texto da lei proibia a exportação de madeira baianas em toras, e justificava a medida como necessária à proteção do “patrimônio florestal baiano”. Procurou-se apresentar a lei não como tendo por objetivo o “bloqueio econômico” ou a proibição do “direito de comerciar”, mas sim como direito legal à proteção das florestas nativas que se julgava ameaçadas (DELFIM..., 25/09/1971, p.13). ACM disse ao jornalista que se essa situação perdurasse a Bahia muito em breve teria, inclusive, de importar madeira de outros estados. O governador pronunciou-se também sobre a questão da evasão fiscal, quando afirmou que o modo como era realizada no extremo sul a exploração madeireira não deixava nos cofres públicos os recursos “de que as diferentes zonas se vêem despojadas, muitas vezes as únicas que de início poderiam dispor para se capitalizarem e se desenvolver” (DEVASTAÇÃO..., 28/09/1971, p.16).

Desde o início do seu mandato ACM voltou o seu olhar político para a imensa riqueza florestal ainda existente no extremo sul da Bahia. O governador visitou a região algumas vezes ao longo do seu primeiro mandato. Embora muito da Mata Atlântica já tivesse sido degradada em princípio dos anos 1970, o que restava fazia do extremo sul, juntamente com o sul, a maior reserva florestal do estado. Após retornar de uma viagem à região e ver com seus próprio olhos “a devastação desordenada e criminosa”, conforme disse, o governador iniciou denúncias públicas de que toda a madeira extraída das matas do extremo sul baiano por madeireiros mineiros e de outros estados era levada para fora da Bahia, sobretudo para Minas Gerais.

Afirmou na imprensa nacional que a madeira extraída na Bahia era beneficiada e comercializada em outros estados por empresas madeireira não baianas, e que estas empresas estavam desobrigadas de proceder ao correspondente replantio das árvores retiradas na Bahia (DEVASTAÇÃO..., 28/09/1971)²⁸⁸. A exposição pública do assunto pelo governador baiano rapidamente repercutiu no meio político mineiro, como veremos.

O “reflorestamento” havia sido indicado no Código Florestal de 1965 (Lei 4.771/65) apenas em certos casos muito específicos. Mas o “reflorestamento com espécies florestais adequadas” se tornaria obrigação legal a partir de janeiro de 1969, quando foi especificamente regulado pela Portaria nº 784, autorizada pelo presidente de então do IBDF Sylvio Pinto da Luz (IBDF, 1969). Mas, segundo o governador baiano, um outro ato instrutivo do IBDF sobre extração de árvores e plantio obrigatório, a Portaria 1.900, permitia a derrubada “desde que seja feito o replantio dentro de uma faixa de 200 quilômetros quadrados (sic)” (ANTÔNIO..., 24/09/71, p.3). Publicada entre o final de 1970 e início de 1971, a portaria foi assinada pelo até então presidente do IBDF Newton Isaac da Silva Carneiro. A portaria desobrigava os compradores de madeira, fossem estas pessoas físicas ou jurídicas, de realizar o reflorestamento no estado de origem das árvores extraídas, em razão de cálculo arbitrário de faixa de distância (200 km). Diante da exploração madeireira no extremo sul do estado sem o controle da administração baiana, e informado da portaria do IBDF, ACM tomou a decisão de enviar uma carta ao novo presidente do IBDF, João Maurício de Mello Franco Nabuco, pedindo a revogação da Portaria 1.900 (DEVASTAÇÃO..., 28/09/1971, p.16). Lembrou ainda que grandes áreas de floresta haviam sido anteriormente desmatadas por empresas madeireiras nos estados vizinhos do Espírito Santo e Minas Gerais.

A vigência da Portaria 1.900 deixava todo o território do extremo sul baiano suscetível às operações de empresas madeireiras oriundas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Boa parte do volume da exploração florestal do extremo sul era carregado por empresas mineiras. Dada a proximidade de todos os pontos da região baiana com a fronteira mineira e capixaba, o fato de grande parte das empresas madeireiras estarem situadas em estados vizinhos e a desobrigação legal de reflorestar na Bahia, tornou-se claro para o governo que a Bahia estava acumulando prejuízos econômicos e ecológicos. Sabendo disto, ACM revelou que vinha mantendo contato com a Presidência do IBDF, para que o órgão, desde então ciente da situação real de fragilidades observada no caso baiano, revisse a portaria. O governador concluiu a sua entrevista dizendo

²⁸⁸ Além de empresas madeireiras mineiras, derrubavam árvores na região baiana empresas oriundas de outros estados, como Espírito Santo, Guanabara e Paraná.

que o replantio legal não era feito no estado da Bahia, mas em Minas Gerais. Em outra matéria para o Jornal do Brasil chegou a dizer que nem mesmo sabia se o replantio vinha sendo realizado no território mineiro (DEVASTAÇÃO..., 28/09/1971)²⁸⁹.

Em outra entrevista, concedida dias antes também para o Jornal do Brasil, falou que o estado de Minas Gerais ficava com os “benefícios” da extração madeireira, enquanto a Bahia tinha suas matas devastadas crescentemente (ANTÔNIO..., 24/09/71, p. 3). Justificou-se lembrando que o Código Florestal de 1965 previa que os Estados da Federação podiam tomar providências para a proteção de sua “flora”. Considerou particularmente preocupante a situação do “jacarandá-da-bahia”, árvore à época muito apreciada e procurada para a fabricação de móveis, placas laminadas e objetos de decoração, tanto no Brasil quanto em outros países. O governo baiano falava em mais de 200 mil quilômetros quadrados de floresta atlântica nativa perdida desde 1.500, e que esta estaria agora reduzida a aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados (DELFIN..., 25/09/1971, p. 13). Por fim, ACM citou como exemplos de normas legais semelhantes à Lei 2.953 sancionada por ele na Bahia, leis anteriores entre estados do Brasil praticadas nos estados de Mato Grosso e Paraná.

Mas para o então deputado estadual mineiro Dênio Moreira o governo da Bahia havia de fato decretado um bloqueio econômico para atingir os madeireiros mineiros, e que este teria sido o primeiro caso praticado entre estados brasileiros até então. Teve ciência de que os postos fiscais baianos na divisa com Minas Gerais foram guarnecidos por policiais baianos bem armados, e que haviam sido montados bloqueios nas estradas de acesso em trechos de fronteira com Minas Gerais e Espírito Santo. Caminhões carregados de toras de madeira que por ali passavam eram retidos.

Outra nota do Jornal do Brasil informava que o deputado mineiro afirmou que se o bloqueio baiano vigorasse haveria um colapso total da indústria mineira de beneficiamento de madeira, com enormes repercussões no mercado de trabalho do setor (BAHIA..., 24/09/1971). A medida atingiria em cheio as operações da Bralanda na Bahia e, especialmente, sua unidade em Nanuque-MG. Segundo levantamento feito pelo deputado somente na Bralanda algo em torno de dois mil trabalhadores perderiam o emprego com o fechamento da indústria, e até dez

²⁸⁹ A legislação em vigor no período não obrigava o “reflorestamento” com o mesmo tipo ou espécie de árvore extraída das florestas nativas, mas autorizava o reflorestamento com “espécies florestais adequadas”. No Art. 1º, parágrafo 2º, da Portaria nº 784/69 do IBDF ficava estabelecido que o plantio obrigatório de árvores em área de floresta natural “deverá ser feito com essências típicas da região, especialmente das mais valiosas [...]”; para em seguida, valendo-se do Art. 19 do Código Florestal, emendar o texto jurídico: “[...] exceto se o responsável pelo reflorestamento optar pela transformação da floresta heterogênea em homogênea” (IBDF, 1969). Na prática, “os responsáveis” estavam livres para reflorestar com “essências que se adaptarem às condições ecológicas da região”, a exemplo de pinus e eucalipto.

mil em todo o estado. Em discurso na Assembleia Legislativa do seu estado, o deputado disse que a economia de outros municípios do nordeste mineiro, além da própria capital do estado, também sofreriam efeitos negativos. O deputado não se limitou a discursos e a falar com a imprensa. Informou que havia comunicado o ato de bloqueio ao governador mineiro, aos ministros da Fazenda e da Justiça do Brasil e ao próprio presidente da República.

No dia seguinte, também no JB, foi publicada a informação de que o governador mineiro, Rondon Pacheco, havia entrado em contato com o governador baiano, e que este teria afirmado a Pacheco em conversa que suspenderia o bloqueio (ANTÔNIO..., 25/09/1971, p.13). De fato, ACM suspendeu o bloqueio em 24 de setembro, apenas uma semana após a sua decretação. Concluída a conversa por telefone, Rondon Pacheco tratou logo de anunciar que o fornecimento de jacarandá e de outras madeiras baianas para a indústria mineira seria imediatamente reestabelecido, e que fora acertado entre os governadores uma reunião de seus secretários estaduais de Fazenda com o ministro da Fazenda Nacional Antônio Delfim Neto Fazenda Nacional. O acerto político sinalizava a busca por uma saída definitiva para a “questão da madeira” no extremo sul. Enquanto isso ACM continuaria “lutando pela revogação da Portaria 1.900 do IBDF” (DELFIM..., 25/09/1971, p.13). Poucos dias depois, também nas páginas do JB, foi noticiado que a Portaria 1.900 havia sido revogada. As empresas que operavam no extremo sul da Bahia teriam então que plantar no estado de origem da madeira quatro mudas de árvores para cada metro cúbico de madeira extraída, retomando a determinação anterior da na Portaria 784/69. Contudo, continuou desobrigado o replantio de árvores da mesma espécies daquelas retiradas.

No episódio da crise política da madeira, apesar do argumento do governador baiano apontar para preocupações de fundo ambiental, de preservação do que restava das florestas do extremo sul da Bahia, fica evidente, todavia, que ACM não condenava a atividade madeireira, nem a sua exploração na região por empresas privadas. Ao contrário, compreendia que esta atividade econômica deveria ser expandida na região, mas apoiada na racionalidade econômica e institucional, o que exigia a organização político-administrativa da região, para assim criar melhores condições para a expansão da indústria madeireira baiana e do progresso na Bahia. A instalação, muito em breve, do polo madeireiro de Itabela/Eunápolis seria a confirmação deste cálculo político-econômico da primeira gestão ACM.

Mas, para não furtar-se às preocupações ecológicas em torno das florestas baianas, a Assembleia Legislativa decretou, e o governador sancionou, a Lei nº 3.042 de 17 de outubro de 1972. Tratava-se de um lei composta de apenas sete artigos, sem parágrafos, incisos e itens, que

regulava a proteção das “paisagens naturais notáveis” encontradas em “locais de valor histórico”. Ao que parece o lacônico texto jurídico e o sentido claramente vago das expressões chave contidas na letra da lei indicavam a pouca disposição para a adoção de uma política de proteção ambiental mais rigorosa. Com a Lei 3.042/72 ficaria proibido o “corte extração” de árvores em área de paisagem natural notável ou encontradas em locais de valor histórico. Caberia desde então ao Poder Executivo baiano identificar e delimitar tais paisagens e locais. Nas demais áreas, ou seja, na maior parte dos territórios florestados, tornou-se obrigatório o reflorestamento no estado de origem, nos termos que foi determinado desde janeiro de 1969 na Portaria 784 do IBDF. Todas as empresas ou pessoas físicas ocupadas, ou que pretendessem se ocupar, com a extração, industrialização e comercialização de “produtos e subprodutos florestais” na Bahia deveriam a partir de então obter registro expedido pela Secretaria da Agricultura da Bahia. A fiscalização regional ficaria a cargo da delegacia do IBDF na Bahia. A lei definia também penalidade e ação do Estado na formalização de denúncia jurídica para seus infratores. A publicação da lei revogou, em definitivo, a Lei 2.953, a mesma que um ano antes havia dado início à crise política em torno exploração madeireira no extremo sul da Bahia.

Ainda na esfera ambiental, em 4 de outubro de 1973 foi publicada outra norma, a Lei nº 3.163, que criou o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM (BAHIA, 04/10/1973). Porém, ficou estabelecido prazo de 90 dias a partir da data de publicação desta para que o Poder Executivo procedesse à regulamentação da lei, e mais 60 dias após a regulamentação para elaboração do Regimento Interno do órgão. O estado da Bahia não possuía uma secretaria específica para assuntos ambiental, e o CEPRAM foi instituído junto a Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Mais uma vez o governo ACM afirmava a centralidade política dada à Secretaria do Planejamento do Estado. Além de criar a CEPRAM, a Lei 3.163 tinha também por finalidade definir o conceito de “poluição ambiental” e instituir os limites da poluição do solo, da água e do ar no estado. De acordo com o texto da lei a ausência de controle sobre a poluição ambiental era “nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações”, propiciava “condições inadequadas para fins domésticos, agropecuários, comerciais, industriais e públicos” e ocasionava “danos à fauna e a flora”.

Desde o final da década de 1960 o controle da poluição ambiental sobre água, ar e solos, principalmente a provocada por resíduos industriais, tornou-se um dos temas centrais do debate ambiental mundial, em torno do qual surgiram movimentos ambientalistas. No Brasil foram criados órgãos de controle ambiental, como a pioneira Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB (1968), a Secretaria de Especial do Meio Ambiente – SEMA, órgão federal

criado em 1973, e a Fundação Estadual de Engenharia do Rio de Janeiro – FEEMA (1975). Nesse sentido o primeiro governo ACM se mostraria atento ao debate mundial e a política ambiental de conservação do meio ambiente, uso racional dos recursos naturais e controle de poluição que começava a aparecer no Brasil. Todavia, o paradigma ambiental dominante nos anos 1960-1970 fundava-se na dimensão econômica da questão ambiental, pautado nos efeitos contraproducentes que o excesso de poluição provocado pelo desenvolvimento econômico dos países industriais poderia causar a estes mesmos países. Nestes termos, não seria estranho aos governo brasileiro e baiano do período aderirem à política de controle ambiental.

Podemos depreender do discurso planejador do governo que a baixa integração do extremo sul na política econômica baiana levou a que a região apresentasse problemas tais como contrabando e roubo de madeira, sonegação de impostos, evasão fiscal, corrupção administrativa e policial, bem como uma precária cobertura de serviços públicos (SUL..., 28/09/71, p.16). O governo ACM, então, procurou se aproximar das elites locais, difundir ideias de modernização política e econômica e modificar este estado de descontrole político. Ademais, procurou conter insatisfações e apaziguar ânimos de elites regionais que podiam alimentar discursos e projetos de independência político-territorial, a exemplo do médico, fazendeiro, empresário e líder político radicado na cidade Nanuque-MG, Raphael de Castro, que desde pelo menos o início dos anos 1960 defendia a criação de um novo Estado da Federação que integrasse o nordeste mineiro e o extremo sul da Bahia. Entre 1963 e 1965 “Dr. Raphael”, como era conhecido, escreveu diversos artigos em seu jornal defendendo a descentralização político-administrativa e a criação do “Estado de Cabrália”, chegando até mesmo a viajar para Belo Horizonte, em agosto de 1967, para reunir-se com políticos mineiros e discutir a criação do novo estado (MÉDICO..., 26/08/1967, p. 6)²⁹⁰.

²⁹⁰ O extremo sul baiano, o nordeste mineiro e o norte capixaba tem entre si relativa homogeneidade morfoclimática, fitogeográfica e edáfica. Além disso, a história um tanto comum de ocupação humana da terra e o relativo isolamento socioeconômico ulterior no interior dos três estados de que fazem parte estes territórios levaram a que em alguns contextos movimentações defensoras da redivisão territorial fossem encampadas por lideranças locais. Em meio a conjunturas de aceso debate público em torno de novos projetos nacionais de divisão política do Brasil tais movimentos separatistas regionais podiam ganhar força. Debates nacionais sobre a necessidade de atualização da divisão política do Brasil se intensificaram com a ascensão do pensamento nacionalista antes e, sobretudo, após a “Revolução de 1930”, de que são exemplos o projeto de “redivisão territorial do Brasil” do geógrafo Mario Augusto Teixeira de Freitas, que em 1932 defendeu a formação de estados, territórios e departamentos com base nos conceitos de “equivalência territorial” e “equipotência demográfica”; o projeto do oficial militar do exército João de Segadas Viana, também dos anos 1930, que propôs uma nova divisão das UFs, no interior da qual defendia a criação do “Estado de São Francisco”, que então reuniria o nordeste mineiro e o sul baiano; dentro outros projetos. As décadas de 1950 e 1960 foram também pródigas em discussão pública de política territorial, e novas propostas de revisão territorial do país foram conhecidos, como a defendida no documento “Subsídios para uma nova divisão política do Brasil”, publicado no Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia, em 1964, que argumentava em favor da criação de novos “Territórios Federais”. Aproveitando desta conjuntura Raphael de Castro, paranaense de nascimento, mas que havia se mudado para a cidade mineira de

Em 1970 a receita tributária do extremo sul era de apenas 2,4% do total do estado. O governo estadual pretendeu aplicar Cr\$ 83 milhões para fortalecer a economia regional, principalmente o setor madeireiro. Com a clara intenção de desenvolver e integrar economicamente o extremo sul ao estado da Bahia, o governador ACM tomou a casuística decisão de “transferir para a região, por dois dias, a capital administrativa do Estado” (SUL..., 28/09/71, p. 16). A decisão não foi, entretanto, transloucada, pois o extremo sul à época detinha as maiores reservas de madeira da Bahia e do Brasil, e um dos maiores bancos pesqueiros do país, situado no Arquipélago de Abrolhos, além de uma vastidão de terras públicas sem destinação, que vinha há pelo menos duas décadas sendo predatória e sistematicamente ocupadas. A precariedade da infraestrutura de transportes e comunicação, e a baixa produtividade da agricultura comercial preocupam muito o governo desenvolvimentista de ACM. A região era abastecida por bens provenientes de estados do Sudeste do país. Planejou-se aumentar a produção agrícola, ampliando as lavouras de arroz irrigado e cacau, a pecuária, e diversificar a produção com o plantio de novas espécies de árvores, a exemplo da seringueira, que possibilitaria a produção de látex, visando atender à crescente demanda da indústria nacional por borracha.

Quanto aos serviços básicos de saúde e educação, estes eram bastante precários no extremo sul no início dos anos 1970. Alguns destes só eram encontrados em cidades mineiras adjacentes, a exemplo de Nanuque, ou em cidades baianas de regiões vizinhas, neste caso Ilhéus e Itabuna. A saúde era certamente o serviço público mais negligenciado na região. Não havia sequer um modesto hospital público²⁹¹. E somente duas escolas ofereciam o ensino normal

Nanuque, reavivou a ideia do major Segadas e passou a pensar o seu próprio “projeto” para a região, idealizando a criação do “Estado de Cabrália”. O novo estado unificaria o nordeste mineiro ao extremo sul da Bahia – e talvez mesmo algumas localidades do norte do Espírito Santo situadas na área do vale do rio Mucuri. Outra liderança mineira do período, desta vez sediada na cidade de Teófilo Otoni, Archibald Scofield, levando adiante a bandeira de Raphael de Castro buscou organizar um movimento separatista em prol da criação de um novo estado. Na proposição de Scofield Cabrália seria formado por 70 municípios mineiros do médio e alto Jequitinhonha e do vale do Mucuri. Além de Cabrália, outros nomes também foram sugeridos para designar o novo estado. Já entre Bahia e Espírito Santo, um litígio fronteiriço teria ocorrido bem antes, no início do século passado, entre localidades situadas entre o extremo sul da Bahia e o extremo norte do Espírito Santo, no entremeio do rios Doce e Mucuri.

²⁹¹ “O diretor do Hospital Regional de Nanuque, Sr. Agenor Mota Lopes [...] assegura que no Nordeste mineiro, Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo não existe nenhum hospital do governo” (TANTO..., 12/06/1972, p. 31). O único hospital público da região, sediado em Caravelas, seguia em construção. Um hospital privado começou a funcionar no povoado de Teixeira de Freitas no início do anos 1970, ainda assim com poucas instalações e deficiência de profissionais. O governador ACM veio pessoalmente à localidade para participar do lançamento da pedra fundamental. Na oportunidade o governador decretou o hospital como de “utilidade pública”. Idealizado pelo médico Raphael de Castro, que havia chegado alguns poucos anos antes ao povoado, o hospital recebeu o nome de Hospital Gov. Antônio Carlos Magalhães (HOSPITAL SOBRASA. *Um pouco de história*. Disponível em:

<http://hospitalsobrasa.com.br/novo/sobre-o-hospital/#:~:text=Fazendeiro%2C%20jornalista%20e%20tamb%C3%A9m%20idealista,constru%C3%A7%C3%A3o%20convidamos%20o%20ent%C3%A3o%20gov.>>)

secundário. Tal limitação da formação de novos professores impedia, conseqüentemente, o avanço da educação básica das populações locais. Por essa razão, o governo planejava construir “um centro de treinamento e supervisão e três ginásios polivalentes”, além lançar de imediato “a pedra fundamental para a construção de um ginásio estadual em Teixeira de Freitas” (SUL..., 28/09/71, p. 16). Foi no governo ACM que o então distrito de Teixeira de Freitas começou a ser encarado como um potencial núcleo de irradiação do progresso para a região, articulando o litoral ao interior. Em maio de 1971 ele veio a Alcobaça exortar o desenvolvimento da região, e retornou três anos mais tarde para anunciar o fornecimento de luz elétrica produzida pela hidrelétrica de Paulo Afonso, que chegava ao extremo sul por meio de linhas de transmissão (HOOIJ, 2011). Por meio da expansão do ensino básico o seu governo procurou fomentar a preparação de professores primários para atender a demanda regional de crianças e adolescentes em idade escolar, além de ampliar o ingresso de jovens e adultos no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), órgão instituído pela Ditadura Militar em março de 1968 no então governo do presidente Arthur da Costa e Silva. A educação era encarada pelos desenvolvimentistas como um dos setores prioritários para o desenvolvimento econômico, embora esta sofresse por parte dos seus governos subfinanciamento crônico.

A Integração da Bahia e do Extremo Sul à Economia do Sudeste

Como se viu, o estado da Bahia entrou propriamente na rota da política desenvolvimentista na década de 1950, tanto por motivações internas quanto por forças de fora do estado. Enquanto no extremo sul do estado isso começou a ocorrer na década seguinte, no governo de Lomanto Junior. No início dos anos 1970 o governo ACM procurava desenvolver a indústria no estado, inclusive indo além da RMS, com a implantação de distritos industriais em diferentes regiões. Planos, programas e órgãos de governo de perfil desenvolvimentista foram sendo criados ou aperfeiçoados na Bahia.

Estado situado entre a região economicamente mais dinâmica do país, o Sudeste, e a grande região Nordeste, esta ainda fortemente dominada por longevas oligarquias rurais tradicionais, a Bahia foi gradativamente despontando para o progresso capitalista do pós Segunda Guerra, aproveitando-se de sua posição “de ligação” foi se mostrando um território politicamente aberto ao ingresso do capital, à perspectiva de modernização econômica e a racionalização administrativa. Porém, sem romper com o autoritarismo político que caracterizava a Bahia. Com a Divisão Regional de 1968 do IBGE houve a reformulação das

“grandes regiões” brasileiras, e a Bahia passou a se situar no interior da região Nordeste²⁹². Isso se deveu a razões de geografia natural, assim como pela sua caracterização econômica de proximidade com os outros estados desta região. Mas não podemos deixar de constatar que a situação econômica relacionava-se com as formas da dominação política no estado. A Bahia ainda era compreendida como um estado “atrasado”, “subdesenvolvido”, não apenas por especialistas externos, mas também por sua modesta elite desenvolvimentista, que apesar de numericamente pequena chegou ao poder no estado e por lá se manteve por décadas, por meio de articulações complexas envolvendo velhos e poderosos grupos dominantes, assim como uma pequena, porém animada, burguesia, composta de grandes comerciantes, financistas e industriais. Para isso também contribuíram o relativo sucesso dos governos desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e JK, e o capital nacional, provenientes de outros estados, e internacional, que tinham planos de se instalar no estado, sobretudo após a decisão de implantação na Bahia de um complexo petroquímico.

Com um parque industrial limitado, rudimentar, lacunar e muito concentrado, os políticos baianos viram com a descoberta do petróleo no estado, e no interesse nacional em retirá-lo do fundo mar, a grande oportunidade de alterar sua realidade socioeconômica. As conjunturas mundial e nacional mostravam-se, em geral, um pouco mais favoráveis ao desenvolvimento dos países periféricos do capitalismo, e dentro destes de suas regiões internas. Foram exploradas possibilidades de financiamento industrial, um dos grandes obstáculos para se tirar do papel no estado os grandes projetos, transformando-os em obras de infraestrutura e indústrias. A grande infraestrutura de transporte, comunicação e industrial passou logo a ser contemplada na Bahia com o maior volume de investimentos entre os estados do Nordeste. Na segunda metade do século XX a Bahia era, portanto, um estado decisivo no projeto de industrialização e integração econômica sul-norte do Brasil. O deslocamento motivado pela busca por valorização do capital foi lentamente penetrando nas brechas abertas da economia baiana, num interior de um processo que avançou em diversos territórios, mas com diferentes escalas e de modo desigual entre as regiões.

Na segunda metade da década de 1960 foi ficando politicamente claro que o nível de concentração social e econômica da Bahia era um empecilho para o desenvolvimento do estado. A extrema desigualdade regional, que se mostrava negativamente com o parco excedente econômico, a larga pobreza social e do abandono político, precisaria ser combatida sob pena

²⁹² Até 1968 a Bahia era incluída na Região Leste do Brasil, juntamente com os estados de Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, além do Distrito Federal (depois de 1960, Estado da Guanabara) (MAGNANO, 1995, p.69).

não apenas da persistência do quadro social dramaticamente estabelecido, mas do aprofundamento da pobreza, dado que outros estados e regiões vinham se esforçando para superar sua condição material, competindo pela atração do escasso capital. É neste contexto que as preocupações políticas com o extremo sul da Bahia emergem, uma das regiões mais economicamente isoladas do estado. Logo ela, que no passado constituiu no litoral os primeiros focos de colonização europeia da “América portuguesa” e, posteriormente, brasileira. Na virada da primeira para a segunda metade do século XX afora as cidades sedes, nesta altura da história nenhuma delas próspera, o extremo sul baiano era um território quase todo ele florestado com vegetação nativa. No seu imenso interior relativamente poucos fazendeiros, posseiros, quilombolas, indígenas, trabalhadores, etc. habitavam. Poucos e pequenos povoados pontilhavam o território que a partir de 1950 passou a ser oficialmente conhecido como Região Fisiográfica Extremo Sul da Bahia, apartando-se do antigo “grande sul” do estado. Alguns anos mais tarde os desenvolvimentistas baianos voltariam a sua atenção para esta região, assim como para outras do estado.

Em matéria publicada em 04 de maio de 1968 no jornal Folha de Nanuque, de propriedade do médico Raphael de Castro, lê-se o seguinte: “O Extremo sul da Bahia está assim, unido para o seu desenvolvimento e progresso baseado no seu potencial econômico e no alto nível de crescimento demográfico” (EXTREMO..., 04/05/1968, p. 1). Como vimos antes, neste período de fato a região vinha passando por um forte crescimento de sua população e alguma diversificação econômica, mas sem consideráveis modernizações. Ao que parece, algumas lideranças políticas locais vinham discutindo meios de se aproveitar a situação e encontrar saídas para se começar a retirar a região do “subdesenvolvimento”, conforme se lê neste outro trecho da matéria:

Os prefeitos do Extremo Sul da Bahia voltaram a se reunir novamente, pela terceira vez, em Caravelas, dia 27 do mês passado, em campanha que estão encetando para que aquela vasta região saia do subdesenvolvimento, apresentando recursos suficientes para fazer suas reivindicações junto aos postos públicos estaduais e federais. Está sendo feito um movimento [...] sob a liderança do deputado federal Oscar Cardoso e deputada estadual Ana Oliveira, além do líder regional Achilles Siquara (EXTREMO..., 04/05/1968, p. 1)

De acordo com o jornalista faltaram à reunião do dia 27 de abril “somente os prefeitos de Ibirapoã e Itamaraju”. E outra reunião foi marcada, para o dia 21 de junho seguinte, desta vez a ser realizada na cidade baiana de Itanhém. Como se vê os prefeitos estavam buscando se articular com políticos nacionais próximos, tudo indica, para levar adiante projetos de desenvolvimento local e regional. Não temos informações sobre os debates ocorridos neste

encontros, nem mesmo sabemos se ocorreram outros. Mas a julgar pela motivação das reuniões, a presença de tantos prefeitos e a disposição de ampliar o alcance político das reivindicações, nos parece possível afirmar que havia forte interesse regional na questão do desenvolvimento, ao menos entre as principais lideranças políticas do extremo sul. A esta altura, como dissemos antes, o extremo sul já vinha sendo alvo de programas de governos baianos.

Outro encontro de prefeitos, desta vez com representantes municipais do vale do Mucuri, alto Rio Doce, baixo Jequitinhonha e São Mateus, municípios situados entre o nordeste de Minas Gerais e o extremo norte do Espírito Santo, ocorrido em Teófilo Otoni em 14 e 15 de agosto de 1971, colocou em pauta os “mais sérios problemas socioeconômicos da região”. O prefeito anfitrião, Luiz Porto Salman, disse a respeito do encontro:

Sabemos das metas prioritárias do Govêrno Federal e do Govêrno Estadual; sabemos das preocupações desses governos em equacionar a vida brasileira, nós preparamos esse encontro não para simplesmente perguntar o que farão por nós, mas sim para sentir uma orientação segura, para sabe qual a nossa participação e dizer que nós estamos integrando urgentemente nessa patrióticas metas para ajudar, para trabalhar, porque o Brasil tem pressa. Pretendemos examinar os nosso problemas no seu aspecto global e estabelecer plano de trabalho com o objetivo de fortalecer todos os municípios (PREFEITO..., 18/09/1971, p. 4).

O espírito era de colaboração com os governos federal e estadual, portanto de reconhecimento e aceitação dos programas de desenvolvimento nacional do governo Médici e do governador de Minas Gerais à época Rondon Pacheco. Pacheco foi um político civil conservador que colaborou com os governos militares, embora não fosse afinado com a “linha dura” das forças armadas. O governador mineiro foi chefe do Gabinete Civil no governo do general Costa e Silva. Foi durante o seu período à frente do governo (1971-75) que a fábrica de automóveis Fiat S.A. se instalou em Betim-MG. Pacheco participou do encontro de prefeitos em Teófilo Otoni, que contou com a presença de deputados federais e estaduais, vereadores e representantes de entidades de classe. A postura de submissão e a linguagem política do prefeito de Teófilo Otoni não deixam dúvidas quanto ao compromisso que procurava assumir frente as autoridades políticas e ao ideário desenvolvimentista autoritário do período, difundindo-o, na oportunidade, entre os seus pares na região.

É provável que já estivesse ficando claro entre as principais lideranças políticas regionais o entendimento de que o desenvolvimento econômico levaria ao fortalecimento dos grupos políticos com ele comprometidos, e que a virtual melhoria das condições de vida material das populações geraria satisfação e, conseqüentemente, apoio popular. Contudo, deve-se considerar que a preocupação dos políticos locais com a obtenção de apoio popular talvez

fosse algo secundário em um contexto no qual o voto direto para cargos políticos majoritários de presidente da República, governador, prefeito e senador fora proibido no Brasil com o golpe militar de 1964²⁹³. Portanto, uma das principais razões para a adesão ao desenvolvimento talvez fosse o conhecido fato de que o desenvolvimentismo poderia oportunizar melhores condições para os negócios, favorecendo mais os empresários e fazendeiros dinâmicos e, com isso, a arrecadação tributária do Estado, em todos os níveis de governo. Com a continuidade da “economia do desenvolvimento” após o golpe militar de 1964, ainda que combinada com maiores preocupações de austeridade econômica, ficava claro que o desenvolvimentismo não era sinônimo, fundamentalmente, de políticas sociais, tais como, por exemplo, a reforma agrária. O tema da reforma agrária, inclusive, assombrava a elite econômica da região, levando a criação de “ligas anti-comunistas” em algumas cidades, a partir de onde iniciavam suas campanhas de agitação e propaganda²⁹⁴.

Mas se a aceitação do desenvolvimentismo por parte de políticos, ou até de empresários locais, ganhou corpo no extremo sul da Bahia na segunda metade dos anos 1960, não podemos afirmar, apenas com base na informação das reuniões, que o mesmo tenha ocorrido com os fazendeiros da região, ou a menos com grande parte deles. Isso porque a modernização das relações sociais que costuma acompanhar a implantação de políticas econômicas desenvolvimentistas ao longo do tempo, outro fator também de conhecimento geral, pode afastar os proprietários rurais tradicionais da defesa destas políticas. Ademais, como veremos mais adiante, neste período as formas de apropriação da terra eram, crescentemente, determinadas por ações ilegítimas, ou mesmo ilegais, não raro com recurso à violência para a sua aquisição. A chegada do aparato do desenvolvimento, então, poderia lançar alguma luz sobre práticas que muitos proprietários rurais desejassem manter escondidas. O avanço do desenvolvimento implicava, inclusive, maior circulação de informações e uma melhor

²⁹³ O voto direto nas eleições para prefeito em cidades que não fossem capitais de estado seriam restauradas alguns anos depois, em 1972.

²⁹⁴ A Associação rural de fazendeiros de Nanuque realizou em 17 de fevereiro de 1963 um protesto no Tênis Clube municipal. Além de grande número de fazendeiros, participaram da concentração empresários, profissionais liberais, políticos, outras associações e populares. O objetivo da reunião foi condenar “invasões” e “desapropriações injustas” de terra, que os organizadores e oradores do evento diziam ser o resultado vindouro da aprovação do projeto de reforma agrária do governo João Goulart que vinha sendo discutido no Senado federal. A audiência presente rechaçou a reforma agrária e aplaudiu o chamamento para se “combater o comunismo”, “armar os fazendeiros” e, se necessário for, “derramar sangue” em defesa dos “direitos” de propriedade. Neste encontro foi criada a Liga Anti-Comunista de Nanuque. A partir de então a liga de Nanuque iniciou seu trabalho de organização e propaganda, chegando a promover encontros com ligas anti-comunistas de outras cidades da região, em Minas e na Bahia (FAZENDEIROS..., 28/02/1964, p. 1). A escolha da expressão “liga” para nomear os movimentos anti-comunistas desta natureza foi, tudo indica, um contraponto às “ligas camponesas”, movimentos de pequenos produtores rurais que defendiam a reforma agrária, e que entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 se fortaleceram politicamente no Brasil, sobretudo no Nordeste, particularmente em Pernambuco, estado onde surgiu um pouco antes a “primeira liga”, sob influência do Partido Comunista do Brasil (PCB).

integração entre as regiões, envolvendo melhoria dos transportes e comunicações, notadamente rodovias e telecomunicações. Temas delicadas como ocupação ilegal de terras públicas, violência contra pequenos proprietários rurais e destruição de floresta, dentre outros, estariam mais sujeitos a observação pública com a “chegada do progresso”. Tai mudanças certamente não interessavam a muitos da região neste período, não apenas aos fazendeiros, mas também a outros grupos sociais.

A existência de fazendeiros “progressistas”, ou de frações outras no interior das classes proprietárias regionais, dispostos a aceitar alguma mudança nas relações sociais de produção, indica apenas que no interior de qualquer classe social há divisões, divergências, oposições e conflitos. Não se pode afirmar, portanto, que havia qualquer consenso mais amplo entre as elites locais sobre benefícios, riscos e admoestações do ingresso das localidades na “política do desenvolvimento”. Por outro lado, em um depoimento publicado no Jornal Diário Teófilo Otoni, o jornalista e escritor Sebastião Lobo recorda que 40 anos antes, segundo ele “naquela época distante”, a madeireira Brasil Holanda “era a toda poderosa do Vale do Mucuri. Mandava e desmandava em Nanuque onde era sediada”²⁹⁵. Segundo Lobo “a Bralanda é (sic) um lagarto insaciável da mitologia grega que veio devorar nossas florestas”. Conta ainda que já naquele tempo a empresa tinha um arguto crítico, o “Dr. Raphael de Castro”. Homem “rico [...] de espírito irrequieto e aventureiro [...] de estatura frágil [...] [mas] ágil feito um felino, sonhador e progressista que *defendia Nanuque como se fosse sua*” (Grifo nosso). O jornalista recordou que quando jovem ouviu do próprio Raphael um alerta um tanto profético: “Não se espante, rapaz, é o que estou lhe dizendo. A Bralanda vai acabar, se não repor o que está destruindo imediatamente, dentro de no máximo vinte anos. Vinte anos. Ouviu? Anote”. Lobo, que nos anos 1960 foi redator-chefe e presidente do jornal de propriedade de Raphael de Castro, é firme em dizer que o médico era “ecológico por índole”, um “defensor ardoroso de nossos recursos naturais”. Contou também que Raphael poucos dias depois escreveu para o jornal do qual era proprietário, a Folha de Nanuque, em “num artigo violento”, tudo aquilo o que ele havia lhe dito em conversa privada. Ao final, o agora velho jornalista conclui sobre o já falecido médico, empresário, liderança política e fazendeiro: “[...] corajoso e vidente estava profetizando o futuro desastroso da Bralanda em Nanuque [...]. Hoje, dela nada mais resta, senão a amarga lembrança de alguns mutilados que ainda sobrevivem, como remanescentes de um sonho dourado que se transformou em pesadelo”.

²⁹⁵ JORNAL DIÁRIO TEÓFILO OTONI. *Brasil Holanda: era uma vez o império dos compensados*, 03/07/2015, s/p. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornaldiario.teofilootoni/posts/1474046076221072/>>.

Exagerado ou não, este depoimento pessoal de um ex-funcionário sobre as preocupações e embates “ecológicos” de Raphael de Castro nos parece indicar a complexidade de certas personagens da elite política daquele tempo. Tanto as reservas do médico com relação a atuação da Bralanda, quanto anteriormente o seu empenho, aliás fracassado, de criar na região o Estado de Cabrália, são indicativos da existência de indivíduos, e talvez mesmo grupos, modernizadores na região. É importante lembrar que além de médico e liderança política, Castro foi também um próspero fazendeiro. Castro se mudaria da cidade mineira de Nanuque para o povoado alcobacense de Teixeira de Freitas no início dos anos 1970, onde alguns anos depois iniciaria a construção do primeiro hospital privado do extremo sul, com o que contou com o apoio do governador ACM (HOSPITAL..., 2022, p. 18). Mas certamente o médico, também empresário e fazendeiro, foi mais uma exceção do que a regra entre os fazendeiros do extremo sul e nordeste mineiro. Seja como for, este é um tema que merece maior aprofundamento de pesquisa. Do mesmo modo, os posicionamentos das classes subalternas diante das políticas desenvolvimentistas. Pois, se de um lado há interesses econômicos poderosos não dispostos a ceder espaço de informação e controle, o que levaria a aumentar o seu grau de exposição social e política, de outro lado a propaganda do progresso ganhava cada vez mais espaço na opinião pública brasileira, algo que não se alterou com a chegada ao poder dos miliares.

Por outro lado, era importante que as principais lideranças políticas locais contassem com o apoio das classes econômicas dominantes, ou ao menos de parte substancial destas. Na região as elites eram, no período, compostas basicamente por fazendeiros, seguidos por comerciantes e profissionais liberais, estes últimos bem poucos, em função do baixo desenvolvimento no extremo sul da burocracia e da administração pública e privada. O fato de prefeitos aderirem ao discurso do desenvolvimento e procurarem colocar suas administrações sob influência de políticas desenvolvimentistas indica uma certa abertura das classes dominantes locais à modernização. O conservadorismo destes segmentos regionais bem pode ter sido amolecido pela presença de forças políticas conservadoras na gestão do estado e da nação a partir da segunda metade da década de 1960. Mesmo governadores menos diretamente ligados aos governos militares procuraram articular alianças políticas com as oligarquias regionais na Bahia, em busca de apoio as suas gestões. Todavia, certamente continuavam a existir grupos bem mais dispostos à modernização da estrutura econômica, sobretudo a agrária. Mas o fato é que representantes de segmentos mais desenvolvimentistas começavam a avançar no interior das administrações municipais do extremo sul da Bahia neste período. Muitos

fazendeiros, empresários, etc., já assentados e regularizados em suas propriedades certamente já se preparavam para os “novos tempos”, sobretudo quando eram diretamente procurados por autoridades públicas de governo que vinham lhes contar sobre as boas novas do investimento de capital, do crescimento econômico, do progresso, da diversificação dos negócios, de maiores lucros, etc.

Resistências e conflitos no interior das classe dominantes haviam, mas o movimento expansivo do capital, nesta altura estimulado pelas obras do desenvolvimentismo autoritário, não pôde ser contido amplamente, nem mesmo completamente indesejado. No âmbito nacional, tendo sido impedida a reforma agrária de acontecer, o sindicalismo independente combatido e posto sob controle, e contida as aspirações mais radicais de política social, o contexto bem podia parecer a setores significativos das classes dominantes no extremo sul como favorável. Não tanto sobre o desenvolvimento de um mercado interno consumidor para os produtos regionais, mas o aproveitamento da demanda nacional criada para os produtos da terra e os recursos naturais de que o extremo sul eram pródigos. Neste posto estavam melhor posicionados os pecuaristas e os exploradores florestais locais. A grande lavoura, a pecuária bovina extensiva e a exploração madeireira sistemática, que já haviam se materializado em todo extremo sul baiano desde a década anterior, podiam agora ampliar ainda mais a sua capacidade produtiva com planejamento e investimento públicos, melhor infraestrutura e crescente demanda externa para seus produtos.

Apesar dos desdobramentos dos programas de governo desenvolvimentistas para o extremo sul, cujo o maior resultado concreto foi a criação do distrito industrial madeireiro de Itabela/Eunápolis no início dos anos 1970, a região não sofreu, em função disto, um amplo processo de transformação social, econômica e política. Durante a formação inicial do extremo sul da Bahia, entre por volta de 1945 e 1972/4, a abertura do BR-101 nem mesmo pode ser avaliada, pois seus resultados positivos para a economia, só aparecerão mais tarde, e assim mesmo na medida do grau de desenvolvimento produtivo bastante limitado alcançado pela região. A silvicultura do eucalipto era ainda restrita, rudimentar e sem apoio governamental. Como vimos, não ocorreu aqui industrialização e a diversificação agrícola e comercial foi restrita. Para limitar ainda mais o desenvolvimento econômico regional, o polo madeireiro do extremo sul fracassou, com as maiores empresas deixando ainda muito cedo o projeto.

A dinâmica observada no extremo sul no período, com destaque para a apropriação privada da terra, o crescimento populacional, a expansão assustadora da exploração florestal predatória, o forte incremento da pecuária bovina e a interiorização regional se devem menos

aos investimentos dos governos estaduais ou a instalação de órgãos de desenvolvimento na região, e mais à demanda de outras regiões do país, principalmente do Sudeste, por matérias primas do extremo sul e sul baianos. O crescimento da economia brasileira no pós Segunda Guerra, mais acentuado nos principais centros industriais do país instalados em regiões nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, explica como o desenvolvimentismo vinculou o extremo sul da Bahia à acumulação do capital nacional e mundial, no momento mesmo de sua formação territorial inicial (1950-1975). Desenvolvimento desigual, como se sabe, mas que envolveu em novas bases diferentes regiões do país no circuito econômico da produção, distribuição, circulação e consumo de mercadorias.

Durante o período de sua formação regional inicial a madeira nativa da Mata Atlântica foi a principal mercadoria de exportação do extremo sul da Bahia. Uma mercadoria sem praticamente nenhum beneficiamento técnico mais elaborado, dada a ausência de uma moderna indústria madeireira na região. A partir dos anos 1960 unidades produtivas madeireiras, conhecidas como “serrarias”, foram gradualmente se instalando no extremo sul, porém estas unidades limitavam-se a realizar operações produtivas restritas. Em geral, as etapas produtivas da extração madeireira na região iniciava-se com a derrubada das árvores na floresta, transporte e beneficiamento básico. Após cortadas as árvores derrubadas nas matas podiam ser logo embarcadas em caminhões e transportadas diretamente para o seu destino fora do estado, sem passar por beneficiamento, ou podiam ser direcionadas às serrarias locais. A madeira que saía da região não incorporava grande quantidade de valor (força de trabalho e capital). Por valor entendemos a propriedade imanente não visível, portanto oculta, da mercadoria, que se expressa na forma do preço e se materializa na forma do dinheiro. O valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho humano socialmente necessário para a sua produção. A indústria madeireira regional se limitava, basicamente, a produção de madeiras cortadas em peças padronizadas, que passavam por processos simples de corte e laminação. Depois eram transportadas por embarcações, trem (até 1966) e caminhões até o seu próximo destino, que podia ser a construção civil, as indústrias de transformação, siderúrgicas, portos, etc. Em geral, a elevação do seu valor (“valor agregado”) se dava quando a madeira já estava fora do estado, servindo como matéria prima para a indústria moveleira e de decoração. A madeira retirada de menor valor era diretamente consumida nas obras de infraestrutura e na construção civil, ou para alimentar os fornos em usinas e siderúrgicas (“indústria de base”).

Por volta do final dos anos 1960 caminhões carregados de madeiras em toras (“toros”) ou madeira serrada em lâminas desciam frequentemente do extremo sul em direção a outras

regiões, sobretudo para as centros industriais do Sudeste brasileiro²⁹⁶. Ademais, madeiras nobres e “madeiras brancas”, como em geral eram conhecidas as madeiras provenientes de árvores mais leves, alimentavam as centenas (talvez milhares) de serrarias que foram se instalando no extremo sul a partir da segunda metade dos anos 1940, e ganharia novo impulso econômico duas décadas depois.

Antes da conclusão das obras da BR-101 na região, em 1972/3, estrada litorânea que juntamente com a interiorana BR-116 se tornaria a principal interligação rodoviária entre o Sudeste e o Nordeste brasileiros, os primeiros movimentos no sentido de integrar o extremo sul à economia baiana e nacional já haviam se iniciado. Diferentemente do passado, quando apenas as áreas litorâneas do “grande sul” baiano eram zonas economicamente ativas, a partir da segunda metade do século XX, e na esteira da expansão da fronteira agrícola no norte capixaba e no nordeste mineiro, todo o território do extremo sul da Bahia passou a ser alvo de renovados movimentos de acumulação de capital, que levaram à certa ativação socioeconômica regional, possibilitada pelo contexto mais amplo de expansão do capital no Brasil e no mundo, sob a orientação de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico. Por certo foi uma integração regional limitada com desenvolvimento socioeconômico restrito, ainda assim obtidos ao custo da enorme degradação ambiental de toda a região.

O relativo desenvolvimento socioeconômico do extremo sul da Bahia observado entre a segunda metade dos anos 1940 e a primeira metade da década de 1970, momento no qual a região se constitui e começa a se consolidar não apenas em termos territoriais, mas também econômicos, não se deve à instalação de órgãos desenvolvimentistas na região. Estes foram poucos, e quando chegaram funcionavam como agências regionais, cujo comando era sediado fora do território, portanto sem função decisória e carente de autonomia administrativa e financeira. O modesto dinamismo socioeconômico do período, cujo resultado social mais destacado foi a interiorização regional, com o surgimento de municípios não litorâneos e a ampliação do número e do tamanho dos distritos, não se deve essencialmente à afirmação e consolidação de setores econômicos mais modernos do que a agricultura e extrativismo até então dominantes na região. Ao contrário, foi antes resultado do estabelecimento de uma incipiente indústria madeireira e, sobretudo, da expansão tradicional da fronteira agrícola, em

²⁹⁶ Em entrevista com antigos trabalhadores do setor madeireiro que exerceram entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1970 suas atividades profissionais nas áreas de mata e fazendas entre os municípios de Alcobaca, Caravelas e Mucuri, nos foi relatado que muitas árvores extraídas no extremo sul e convertidas em mercadorias foram empregadas em grandes obras de infraestrutura urbana nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a exemplo da ponte Rio-Niterói e do primeiro metrô do país instalado na capital paulista. Entrevistas e conversas realizadas com os senhores Domingos Cajueiro, Antônio dos Santos, Edésio Bonadiman, Ivanildo Ivo do Nascimento Correia, João Manoel dos Santos e Luiz Checon.

espacial da pecuária bovina extensiva. Na base deste movimento está a adoção de modalidades de “acumulação primitiva”²⁹⁷ do capital, organizada em torno da invasão avassaladora da floresta e da exploração predatória e permanente dos seus recursos, da expropriação e concentração da terra, da expropriação dos camponeses, da super-exploração da força de trabalho e do uso da violência como recurso fundamental para a resolução de conflitos. A tudo isso se soma ainda o reforço da marginalização e a destruição dos povos e grupos indígenas, que ao longo de séculos sofreram, e continuam a sofrer, processos de exclusão social, tentativas de apagamento cultural, violências e campanhas etnocidas.

O desenvolvimento econômico capitalista da segunda metade do século XX elevou a degradação dos recursos naturais do extremo sul baiano a um novo patamar: da exploração predatória à destruição sistemática²⁹⁸. Desde então o interesse econômico pela área da Mata Atlântica assumiu duração e alcance inéditos. A degradação ambiental setorial passava à condição de destruição florestal total no extremo sul da Bahia.

²⁹⁷ A interpretação burguesa da “acumulação primitiva” foi criticada por Marx no capítulo 24 do livro primeiro de *O Capital*. Segundo esta interpretação a etapa “primitiva” da acumulação capitalista, portanto o seu momento inicial, é compreendida como uma fase histórica específica, que antecedeu às modernas formas de acumulação de capital. Nesse sentido, com o desenvolvimento do capitalismo as formas primitivas teriam sido definitivamente deixadas para trás na história. Marx, diferentemente, procura demonstrar como esta é uma análise histórica falsa, na medida em que “a assim chamada acumulação primitiva” é um processo recorrente da acumulação capitalista em qualquer época. Portanto, os processos que se verificaram no início da formação histórica do capitalismo, marcados pela expropriação dos produtores diretos (camponeses, artesãos, etc.), pela apropriação dos meios de produção pelos capitalistas (terra, instrumentos, recursos, etc.) e pela adoção de meios violentos de expropriação (saques, roubos, escravização, repressão, mortes, etc.) são práticas recorrentes ao longo da história do capitalismo.

²⁹⁸ “A ânsia por terras e a contínua exploração destrutiva das floresta enquanto recursos não-renovável provocou inevitavelmente um declínio acelerado das faixas remanescentes relativamente intactas da Mata Atlântica” (DEAN, 2018, p.281)

CAPÍTULO 8 – O PROCESSO DE DEVASTAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Começamos com dois relatos históricos separados no tempo por 460 anos de distância. O primeiro, célebre, é um documento amplamente conhecido na cultura brasileira, embora pouco lido na íntegra:

Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz (sic), dum pau, que ontem para isso se cortou. [...] Quando saímos do batel, disse o capitão que seria bom irmos direitos à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles [os “índios”] verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. [...] E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor cantar a Cruz, para melhor ser vista [...] Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, [...] armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique [...]. Ali estiveram conosco a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.²⁹⁹

Trata-se da carta escrita ao Rei Dom Manuel I de Portugal contando sobre o “achamento desta vossa terra nova” redigida por Pero Vaz de Caminha, escrivão oficial embarcado na esquadra de Pedro Álvares Cabral. A carta foi enviada nos primeiros dias da chegada dos navegantes ao solo do território que mais tarde seria a primeira colônia portuguesa da América. Os trechos acima contam brevemente como foi produzida uma grande cruz cristã de madeira que serviu para demarcar um bom terreno para o avistamento, à distância, do lugar então alcançado. Não se tratava da cruz que foi usada dias antes na realização dos trabalhos litúrgicos da “primeira missa” do Brasil, realizada em 26 de abril do ano de 1500, um domingo de Páscoa, pelo frei Henrique Soares (que ficaria conhecido como Henrique “de Coimbra”, em razão de sua cidade natal). Fundida em ferro, a cruz da primeira missa era menor, tendo sido embarcada em uma das naus da esquadra quando de sua partida de Portugal quase dois meses antes, em 09 de março de 1500. Já a cruz de madeira foi a primeira a ser produzida naquele território, tendo sido fincada no chão em 01 de maio, uma sexta-feira, momento em se realizou outra missa católica. Esta era uma cruz bem maior do que a primeira. Foi confeccionada com madeira de árvore derrubada da floresta litorânea, a qual os portugueses tiveram acesso pela primeira vez em sua história naqueles dias. Uma árvore que hoje poderíamos corretamente dizer foi extraída da floresta do extremo sul da Bahia.

²⁹⁹ BRASIL (Ministério da Cultura). *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (Grafia atualizada). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (Acervo) / Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>.

Já durante o desbravamento da “América portuguesa” estava claro que a empreitada teria uma dupla finalidade, uma material e outra espiritual. A material se referia à necessidade do início da exploração econômica do território encontrado, enquanto a espiritual dizia respeito à cooptação das “almas pagãs” para a religião cristã. Uma e outra contariam com grandes e demoradas dificuldades de realização, cujo enorme esforço se justificava para os colonizadores como uma conquista da civilização sobre o mundo selvagem, primitivo, que embora belo, era também ameaçador. Para tanto foi necessário combater os “homens” do lugar, as crenças nativas e a natureza. Como bem salientou o historiador ambiental Warren Dean a conquista da América não foi iniciada decretando-se uma guerra apenas aos povos originários, mas também fomentando a conquista biótica do território natural – além da guerra biológica que empreenderam, espalhando microrganismos mortais em meio às populações nativas. Para além do combate contra os povos nativos, instalou-se a “guerra contra a natureza” (SEVCENKO, 1996, p.110). Os brancos europeus empunharam, além das armas, o seu “machado civilizador” (DEAN, 2018, p.20). E neste aspecto interesses materiais e espirituais se confundiam na promoção da colonização, profeticamente unificadas na cruz de madeira descrita por Caminha. Desde cedo a madeira se tornaria o primeiro gênero econômico de exportação da colônia para a metrópole e para a Europa. Pau-brasil, madeira que depois daria nome à colônia, substituindo a denominação anterior “Terra de Santa Cruz”.

O relato de Caminha sobre missas e cruzeiros revela não apenas a forte dimensão religiosa envolvida na empresa colonial, uma espécie de coroamento simbólico (sagrado) para a exploração socioeconômica que estava por vir, mas também já apresentava os recursos naturais abundantes do lugar, que depois se saberia serem muito maiores do que se pensava nos primeiros dias de exploração territorial. A profusão de árvores (“arvoredos”) da “nova terra” foi evidente desde o início, quando ainda se avistava a terra do oceano, embora as consciências navegantes sonhassem enormemente mais com os tesouros de ouro. Eram tantas, tão grandes e belas as árvores que podiam ser cortadas por qualquer motivo, a qualquer instante e por longo tempo. Mas a selva se apresentava contraditória aos portugueses. Ao mesmo tempo que oferecia oportunidade de riquezas, a mata seria também um obstáculo ao avanço do tipo de civilização que os europeus em breve almejavam ali expandir: a cultura urbana. Muito cedo, com a crise de escassez do pau-brasil, a floresta tropical foi encarada pelos colonizadores como o óbice a ser removido do caminho do progresso material do Estado monárquico. Nos primeiros dias da colonização nada parecia mais trivial do que um árvore ser abatida, em meio a milhões de outras de pé, para a produção material de um símbolo espiritual, a um só tempo manifestação de crença

religiosa e de poder de um povo piedoso. Talvez não se pudesse ainda dizer que já se tratava de um ato de indiferença em relação à natureza daquele lugar desconhecido e inóspito. Mas a degradação florestal que se seguirá, sempre se expandindo para novos espaços naturais, revelará a notável capacidade destrutiva da natureza de sociedades de classe em seu processo de formação capitalista.

O segundo relato refere-se a uma matéria publicada no Jornal Diário de Notícias em 03 de fevereiro de 1959. O texto foi recolhido como fonte de pesquisa pelo historiador Sandro Dutra e Silva (2012, p.147-8) e nos informa:

Uma intensa movimentação de tratores soprava, arrogantemente, fumaça preta sobre a selva amazônica. Aviões sobrevoavam o imenso dossel [...]. Era dia 02 de fevereiro de 1959, e essa grande movimentação ocorria em função da solenidade de inauguração da rodovia Belém-Brasília, a se realizar no município de Açailândia, Estado de Maranhão. [...] O fato de a estrada ser completada era tratado como uma epopeia [...]. O público era democrático, incluindo mateiros, exploradores, topógrafos, maquinistas e diferentes trabalhadores, orgulhosos dos serviços prestados. Contava-se, ainda, gente importante que havia se deslocado para a selva para comparecer ao evento, destacando-se a presença do presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado da esposa Sara e das filhas [...]. Vários ministros de Estados, embaixadores, autoridades civis, militares, jornalistas nacionais e estrangeiros [...]. A cerimônia começou com o hastear do pavilhão nacional pelo presidente [...]. A solenidade prosseguiu com discurso de Valdir Bouhid, da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia [...]. Bouhid destacou a gigantesca realização da rodovia e prestava homenagem aos “heróis” mortos nesta empreitada. O Presidente de República falou logo depois, exaltou os técnicos e trabalhadores e o seu espírito patriótico [...]. Foi rezada uma missa campal, com ofício de freis capuchinhos vindos de Brasília [...]. Como ato final da solenidade, as autoridades responsáveis haviam preparado um “patíbulo” simbólico em que seria abatido um jatobá gigante, festejando a conclusão da rodovia [...]. O próprio presidente acionaria os motores de um [dos] tratores, dando a partida para a execução capital do jatobá.

Parte da atenção recebida e do tom professado durante a inauguração oficial da Belém-Brasília seu deu em função da trágica morte do engenheiro agrônomo Bernardo Sayão Carvalho Araújo, que semanas antes fora esmagado pela derrubada de uma árvore que ao ser abatida o abateu junto. Como funcionário do Ministério da Agricultura do Brasil e engenheiro-chefe encarregado de promover o avanço das frentes de desbravamento da rodovia federal por dentro da floresta amazônica, o que lhe valeu a alcunha de “capitão desbravador”, Sayão foi um desenvolvimentista. O trabalho de desmatamento da área de floresta amazônica necessária à passagem da rodovia na fronteira entre os estados do Pará e do Maranhão estava em derradeiro curso quando o incidente mortal aconteceu³⁰⁰. O “bandeirante moderno”, outro de seus apelidos qualificativos, encarnava o combate que o progresso precisava fazer contra a selva. A solene

³⁰⁰ AGÊNCIA BRASÍLIA. *Bernardo Sayão: um herói do Cerrado*. Texto escrito por Lúcio Flavio. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/07/04/bernardo-sayao-um-heroi-do-cerrado/>>.

execução do jatobá foi uma espécie de “justiçamento”, e também uma resposta simbólica à resistência da floresta à modernização do Brasil.

Desde pelo menos meados do século XIX o ideário do progresso e da civilização como enfrentamento à natureza vinha sendo amplamente difundido no Brasil (SILVA, 2012). Um século mais tarde a rodovia Belém-Brasília (BR-153) continuava o esforço nacional de integração das regiões do país. A ligação das grandes regiões Centro-Oeste e Norte começou tardiamente, no final dos anos 1950, último capítulo (e inconcluso) da integração nacional. Ocorreu no contexto de forte crescimento demográfico nacional e na esteira da integração do Nordeste e do Planalto Central ao polo dinâmico da economia brasileira localizado no eixo Sudeste-Sul. A longa conquista territorial já havia experimentado trilhas, picadas, vias de navegação, estradas de tropas e ferrovias, quando a rodovia foi adotada como a resposta brasileira para se vencer longas distâncias territoriais quase intransponíveis. A natureza era vista como um desafio a ser enfrentado e vencido, em benefício da conquista dos territórios, da acomodação populacional e da afirmação das regiões. Edificar o progresso, portanto, significava combater a natureza, abrir caminhos, integrar povos selvagens à nação, nomear a geografia, estabelecer fronteiras, descobrir riquezas, promover unidade territorial e cultural, fundar e desenvolver cidades.

Assim como nas cerimônias naqueles dias iniciais do “achamento” do Brasil, meio milênio depois, na inauguração da rodovia estavam representados os poderes temporal (Estado) e espiritual (Igreja), ferramentas modernas compareciam, antes machados e facões de ferro, agora tratores motorizados; árvores eram sacrificadas. Passado o encantamento do contato inicial entre os portugueses e os “homens da terra”, os principais objetivos posteriormente perseguidos pelos colonizadores foram a obtenção imediata de riquezas materiais, sobretudo ouro e prata – e logo em seguida a terra –, e também a conversão de “almas” à cristandade.

Desde o início da colonização portuguesa da América, portanto, a floresta atlântica brasileira passou a ser sistematicamente devastada, assim como também as populações nativas. Passados tanto anos, e guardadas as devidas proporções, no final dos anos 1950 o que se verificava era a continuidade do fundamental da percepção dominante da natureza selvagem como um dos obstáculos ao desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, assim como o meio natural encarnava restrições ao “desenvolvimento”, ele também se apresentava como fonte de grande riqueza econômica.

Os Agentes da Devastação da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia

Originalmente, a floresta atlântica e os ecossistemas de restinga, mangues, etc. a ela associados cobriam mais de um terço de todo o território hoje pertencente ao estado da Bahia (CAMPOS, 1912 apud RÊGO, HOEFLICH, 2001, p.13). A Mata Atlântica baiana correspondia a cerca de 16% de toda a Mata Atlântica brasileira. O historiador Warren Dean considerou exageradas as estimativas florestais de Campos para os atuais estados do Sudeste do Brasil, julgando que este havia possivelmente incluindo em seu levantamentos outros tipos de vegetação (DEAN, 2018, p.261). Para a Bahia, segundo o mapa florestal de Campos, a Mata Atlântica chegou a ocupar aproximadamente 215 mil quilômetros quadrados do seu território dos quase 600 mil quilômetros quadrados do estado atualmente. A densa floresta percorria toda a extensão do litoral. A partir do sul do estado a área da Mata Atlântica alarga-se consideravelmente, com o bioma cobrindo todo o território sudoeste, sul e extremo sul da Bahia, do litoral até as elevadas serras à leste (Figura 21).

Figura 21 – Mata Atlântica da Bahia em 1500



Fonte: DEAN, Waren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 21. Editado.

Praticamente toda a Mata Atlântica já havia passado por algum grau de intervenção humana no passado. Até meados do século passado a maior parte da cobertura florestal do extremo sul da Bahia era ainda primária e secundária, esta última em estágio avançado de

regeneração³⁰¹. Até então na costa atlântica, lugar de ocupação colonial secular, a floresta litorânea havia sofrido mais intervenções do que a floresta interiorana, fazendo com que a Mata Atlântica no litoral tivesse mais setores secundários. Além da “mata fechada”, parte dela primária, havia um número bem maior de áreas de vegetação sucessória em estágios variados de recomposição, além de áreas ocupadas permanentemente por lavouras e, em menor medida, por pastos (KUHLMAN, 1983, p. 409). Na sub-região interiorana a paisagem florestal apresentava-se bem mais homogênea do que a litorânea até por volta de 1950. Mas a partir do final dos anos 1940 o início da degradação dos ecossistemas levada a efeito pela ação humana foi se acentuando.

Em 1960 49% das propriedades agrícolas na Bahia possuíam menos de 10 hectares, e juntas somavam pouco mais de 4% do total de terras ocupadas (CERIS, 1966). Por outro lado, menos de 1% das propriedades era maiores do que 1.000 hectares, ainda que estas ocupassem um terço de toda a terra particular do estado. Embora o litoral sul fosse uma área de ocupação socioeconômica secular, e que teve com a expansão das lavouras de cacau a partir do final do século XVIII uma elevação crescente de sua capacidade produtiva, o extremo sul, por seu lado, seguiu sendo um território economicamente menos explorado até por volta da metade do século XX. Apesar do crescimento “vertiginoso” da produção de cacau no sul da Bahia entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do XX (ROCHA, 2008, p. 48), a cultura não se expandiu tão amplamente no extremo sul quanto no sul do estado³⁰². Algum avanço da

³⁰¹ A cobertura vegetal natural pode apresentar, basicamente, duas fisionomias: primária e secundária (BLINDER, 2005). A floresta primária é “de máxima expressão local”, enquanto que a floresta secundária é aquela que sofreu processos de degradação. Os remanescentes florestais secundários apresentam estágios diferenciados de regeneração: inicial, médio e avançado. Nos remanescentes primários os efeitos da ação antrópica sobre a estrutura e a florística originais são mínimos. Nos estágios avançado e médio-avançado de regeneração predominam os estratos arbóreo e arbustivos. A diversidade biológica é alta. O dossel é uniforme e fechado, enquanto no estrato intermediário ocorre a formação de sub-bosques e abundância de epífitas, lianas (cipós) e outras plantas trepadeiras. No fase mais avançada são observadas “árvores emergentes”, espécies altaneiras que crescem acima do nível normal da floresta. No estágio médio de regeneração a fisionomia dominante pode ser arbórea ou arbustiva, porém a cobertura arbórea pode variar entre aberta e fechada. Há significativa diversidade biológica, com presença ainda mais abundante de espécies epífitas e trepadeiras. No estágio inicial a vegetação dominante é de baixo porte (herbácea/arbustiva), com poucas e pequenas espécies arbóreas. A diversidade biológica é variável, sendo relativamente baixa. Neste estágio de regeneração não há sub-bosques e a presença de plantas epífitas, trepadeiras herbáceas e serrapilheira é eventual. Em relação à degradação pode-se falar ainda em “áreas antropizadas”. Estas, são formações campestres degradadas – lavouras permanentes e temporárias, pastagens, aglomerados urbanos, etc. –, em geral com pequeno número de árvores de baixo porte (cinco metros em média) esparsamente distribuídas sobre uma cobertura rasteira de gramíneas. Os solos são lixiviado, pela ação de reiteradas queimadas, e compactado, pelo pisoteio do gado. O grau de degradação é máximo, podendo se chegar à destruição completa dos ecossistemas.

³⁰² Apesar dessa expansão na cacauicultura no sul baiano, particularmente no eixo Itabuna-Ilhéus, a atividade amargou na região uma fase de descenso, atingida por pragas e doenças, que duraria de mais ou menos 1935 até por volta de 1960, o que levou muito produtores a abandonar o seu cultivo. Situação que começaria a ser revertida no governo JK, com a criação em 1957 da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), agência

integração da região ao território baiano só iria começar a ocorrer a partir da segunda metade da década de 1960. O sul e extremo sul da Bahia encontravam-se em estado crônico de subdesenvolvimento. Isso se deveu a “grande extensão territorial, a baixa densidade de capital e a variedade das formas de produção” (CERIS, 1966, p.7), que aliadas à concentração do capital – na RMS, na região do recôncavo baiano e em setores do vale do rio São Francisco – e ao baixo dinamismo da economia baiana, marcada em grande medida pela agricultura de subsistência, explicam o atraso econômico desta região geograficamente tão afastada do polo mais dinâmico da economia baiana. Este quadro de desenvolvimento socioeconômico pode explicar também porque é nesta região do estado que a floresta atlântica estava ainda tão bem preservada até a metade do século XX, a despeito da permanente ocupação humana e da atividade madeireira no sul do estado desde o período colonial³⁰³.

Antes dos primeiros governos baianos se ocuparem politicamente da integração econômica regional, a região do extremo sul sofreu primeiro o impacto da atividade madeireira proveniente dos estados vizinhos de Minas Gerais e Espírito Santo. A expansão da fronteira dos recursos naturais florestais nativos ocorreu alguns anos antes no nordeste mineiro e no norte capixaba³⁰⁴. Em Minas foi resultado da incessante caça ao ouro e, em seguida, de terras, para alocar culturas agrícolas e, cada vez mais, gado bovino. Mas o progresso da exploração da Mata Atlântica mineira, tanto no nordeste quanto no sudeste (“Zona da Mata”) do estado, começou quando “os garimpeiros finalmente perderam a esperança e adotaram a lavoura e a pecuária [...] [e] estenderam seus domínios cada vez mais para o interior da floresta ainda intocada” (DEAN, 2018, p.109). No início do século XIX a pecuária mineira já havia adentrado a província de São Paulo, visando os emergentes mercados de consumo de carne bovina fresca da sede do Império no Rio de Janeiro e das plantações de cana-de-açúcar de São Paulo (DEAN, 2018, p.218). Entre o final do século XVIII e o início do XIX os recursos naturais do nordeste mineiro também

que ficaria responsável pela recuperação da cacauicultura através de estudos científicos do setor e de financiamentos para a retomada da atividade (ROCHA, 2008, p.48-9).

³⁰³ Além da enorme quantidade de pau-brasil retirado das florestas do sul da Bahia, destinada à exportação, destaca-se também a extração de grandes quantidades de madeira das florestas das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro para abastecer a indústria de construção naval que o Império português implantou em Salvador em meados do século XVIII (DEAN, 2018, p.151). Dadas as dificuldades à penetração da densa floresta, a maior parte da madeira por certo foi extraída em áreas não muito afastadas das ocupações de aldeia, nas proximidades da faixa litorânea.

³⁰⁴ A palavra “capixaba” tem origem nas línguas faladas pelos povos indígenas que habitavam o território onde se situou a capital do Espírito Santo. A palavra refere-se a pequenas plantações realizadas pelos nativos, mas que aos poucos foi sendo adotada para se referir aos moradores da Ilha de Vitória. No século XX a expressão se generalizou e passou a identificar todos aqueles nascidos no estado (ver: VAIS, A. Vitória 466 anos: expressões e características que identificam a capital. **Prefeitura de Vitória**, 06/09/2017. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-466-anos-expressoes-e-caracteristicas-que-identificam-a-capital-24715>>). O jornalista e autor da matéria se baseou em informações obtidas em entrevista com o historiador Fernando Achiamé.

passaram a ser alvos preferenciais da cobiça econômica e cultural de fazendeiros, negociantes, políticos, religiosos e migrantes (MARTINS, 2018, p.109-10). Entre os recursos disputados estão “drogas” (plantas consideradas medicinais), terra e madeira.

No vale do Jequitinhonha as matas foram minguando, conforme podemos ler em um artigo de exortação literária publicado do Jornal Folha de Nanuque:

Há menos de dez anos, levas de sertanejos transpuzeram o Jequitinhonha em verdadeiro êxodo sem Moisés e sem maná, em busca das novas Canaãs anunciadas: Lagedão, Cachoeira do Mato, Água Fria, lá pelos municípios do extremo sul da Bahia [...] atingiram a terra prometida e já a encontraram apropriadas pelos ricos que lhes alugaram os braços, a força e a coragem, exploram-lhes a fome para abertura de grandes fazendas (DUARTE, 01/02/1963, p. 2).

Passado o período de domínio absoluto da devoradora lavoura itinerante, que organizava o abastecimento das áreas de mineração ao longo do século XIX, a terra em Minas Gerais foi se concentrando. No nordeste mineiro, um das rotas da pecuária bovina, à medida que as áreas antes impenetráveis das florestas foram sendo ultrapassadas o desflorestamento para a expansão da fronteira agropecuária foi formando uma paisagem pontilhada de lotes, posses, sítios e fazendas³⁰⁵. Dadas as condições econômicas e ambientais, a pecuária mineira continuava a ser tanto extensiva quanto expansiva: “[...] a criação de gado tornou-se quase tão itinerante quanto a agricultura” (DEAN, 2018, p.131). Com o tempo a concentração fundiária, expressa na expansão das fazendas, foi empurrando o homem da mata para adiante nas áreas de floresta, em busca de terra para que pudesse ele próprio cultivar e nela cuidar dos animais: “Abertas as fazendas foram dispensados todos aqueles trabalhadores, e a marcha da fome, apenas interrompida, foi reiniciada sem rumo certo, sem nova Canaã” (DUARTE, 01/02/1963, p.2). Imigravam os “habitantes daquele carrasco por eles feito [...], fugiram acoitados pela fome em demanda de terras novas, da mata virgem”. Mas quando chegaram aonde ainda restavam florestas, portanto terra, descobriram que também lá já haviam proprietários ocupantes. Acostumados à submeterem a sua “mão-de-obra” ao comando de outrem, mais ricos e poderosos, aqueles homens “atiram-se ao trabalho na esperança da fartura provinda das roças imensas dos patrões que lhes permitiam a planta de mantimentos no primeiro ano, antes do

³⁰⁵ O forte crescimento da pecuária resultou na redução das áreas de pasto nativo em Minas Gerais ainda no século XVIII, e acabou por empurrar o gado para o interior das florestas secundárias: “A deterioração do pasto nativo o tornava, paradoxalmente, uma mercadoria escassa. Dessa forma, o gado se espalhava sobre terra da floresta, que havia sido cultivada mas estava abandonada” (DEAN, 2018, p.130). A vinda da corte real para o Rio de Janeiro no início do século XIX obrigou a monarquia portuguesa abrigada na colônia a promover medidas de estímulo econômico para a agricultura e a pecuária, bem como a abertura de novas vias de comunicação para o escoamento da produção e abastecimento das populações, ativando antigos núcleos coloniais, como as capitânicas de Minas Gerais, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo (CANCELA, 2020, p. 29).

colonião tomar conta do terreno”. Na nova terra as condições de existir pareciam melhores: “a vida dos imigrantes melhorou, afugentaram a fome”. Mas, para a maioria dos retirantes da floresta, apenas por algum tempo: “[...] tudo tem fim e mesmo sendo substituído por pastagens, sem o aparecimento das capoeiras, ‘o mato acabou’, e com ele acabou-se a fartura, escassearam os caititus e outro bichos”. O latifúndio tornava escassa a terra abundante.

Não era incomum que estes homens em busca de espaço, quando o encontravam se viam nele diante de conterrâneos seus, outros mineiros que, em meio aos nativos, chegaram antes àquelas paragens e por lá se estabeleceram. Uma parte dos recém chegados se tornaria, com o tempo, proprietários: posseiros, fazendeiros, comerciantes, madeireiros, pecuaristas. Também chegaram autoridades religiosas. Há quem afirme que a expansão da pecuária bovina extensiva para o extremo sul foi, fundamentalmente, obra dos mineiros³⁰⁶. Desde 1923 a destruição da vegetação primária do nordeste mineiro para o estabelecimento de áreas de pastagem havia atingido 60% (DEAN, 2018, p.262). Mas certamente o avanço da pecuária na região se deveu também à movimentação de pecuaristas provenientes de outras regiões da Bahia:

A expansão pastoril teve origem em dois centros situados a oeste. O primeiro com centro no nordeste de Minas, na área de Montes Claros e o outro em território baiano, possivelmente de origem sanfranciscana e se estabeleceu primeiramente em torno de Itapetinga, expandindo-se no sentido leste e sudeste” (KUHLMANN, et al, 1983, p.402).

No Espírito Santo o avanço sistemático sobre a floresta foi iniciado pelas operações pioneiras da nascente indústria madeireira do estado. Tendo começado algum tempo antes, nos anos 1940 a extração madeireira era considerada “uma das mais florescentes indústrias do estado” (A CONSERVAÇÃO..., 26/08/1952, p. 6). No norte capixaba a exploração madeireira predatória e sistemática atingiu números fabulosos nos primeiros anos da década de 1970. Entre 1972 e 1974, quando a floresta atlântica do norte do Espírito Santo já estava em seus estertores, foram extraídos mais de 250 mil metros cúbicos de madeira (WEBER, 12/05/1975)³⁰⁷. Grande parte desta madeira foi convertida em carvão vegetal para ser consumido na produção de ferro-gusa nas siderúrgicas do Sudeste. As madeiras mais leves (“brancas”) eram as mais demandadas pela indústria metalúrgica e da construção civil, mas também as madeiras nobres eram procuradas. Em meados da década de 1970 as reservas florestais do Espírito Santo estavam reduzidas a apenas 2,3%, sendo 1,3% desta pertencentes à União. O esgotamento florestal levou

³⁰⁶ “Cidades do nordeste mineiro levaram a pecuária bovina extensiva a regiões do extremo sul. De Nanuque o gado se deslocou para as regiões que se tornarão Medeiros Neto, Lajedão e Ibirapuã; ao norte ele partiu de Salto da Divisa para as áreas dos atuais município de Itagimirim e Eunápolis (CERQUEIRA-NETO, 2014, p.41).

³⁰⁷ Apresentando números divulgados pelo IBDF a extração madeireira no Espírito Santo consumiu 45.551.391 m³ de madeira em 1972, 66.160.858 m³ em 1973 e 141.280.538 m³ em 1974.

definitivamente os madeireiros capixabas às matas do extremo sul da Bahia. Inicialmente, a madeira era comprada de lenhadores baianos por madeireiros do Espírito Santo. A madeira depois seguia para grandes centros urbanos, como Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dada a Portaria 784 do IBDF, os madeireiros estavam obrigados a replantar árvores nas áreas onde extraíam madeira, numa razão entre 4 e 6 mudas para cada metro cúbico de madeira extraída da floresta (WEBER, 12/05/1975)³⁰⁸. Os madeireiros que cumpriam a legislação em geral optavam por fazer o replantio com eucalipto, uma espécie exógena de crescimento rápido. Grandes projetos de replantio com eucalipto haviam começado no norte capixaba³⁰⁹. No Espírito Santo 90% do replantio era feito com esta espécie. A presença crescente do eucalipto foi modificando a paisagem vegetal e a fauna no norte do Espírito Santo. Enquanto isso, no extremo sul baiano, o replantio pelo madeireiros com eucalipto não era a regra, e em lugar do aparecimento de uma vegetação linear de espécies exóticas o que se verificava era a abertura de clareiras na mata e, cada vez mais, a formação de campos de vegetação secundária degradada e esparsa, chamados de “capoeira”.

O impacto da indústria metalúrgica sobre a floresta atlântica foi enorme. A produção de carvão vegetal para abastecer as empresas siderúrgicas e metalúrgicas instaladas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo irrompeu a extração madeireira no norte do estado. No estado do Rio de Janeiro desde 1946 estava em operação no município de Volta Redonda a maior usina de siderúrgica do Brasil, a Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em 1950, somente em Minas havia 12 siderúrgicas em funcionamento, com uma produção total até aquela momento de 4,2 milhões de toneladas de ferro-gusa³¹⁰. Expandindo suas operações de transporte e produção de minério de ferro no Espírito Santo a Companhia Vale do Rio Doce dá início à formação do Complexo Industrial de Tubarão, na baía de Vitória, implantando em 1966 o Porto de Tubarão, e três anos depois a primeira usina de produção de “pelotas” (pequenas esferas resultantes do fino do minério de

³⁰⁸ Nas área de extração de madeira destinadas à fabricação de carvão o número de mudas para o replantio previsto pela Portaria 784 era de seis unidades por metro cúbico de madeira convertido.

³⁰⁹ Empresas florestais com Aracruz (1970) e Flonibra (1974) já haviam iniciado grandes projetos de “reflorestamento” na região, envolvendo os municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra e Pinheiros, com reserva prevista de área de 500 mil hectares destinada ao plantio de eucalipto no norte do estado (WEBER, 12/05/1975).

³¹⁰ Embora não toda esta produção siderúrgica tenha sido obtida exclusivamente por meio de biomassa e, da mesma forma, nem todo o carvão utilizado para este fim tenha sido produzida a partir de madeira extraída de florestas do sul e extremo sul baiano, é relevante informar que, pelo padrão tecnológico adotada à época, para cada tonelada de ferro-gusa produzido ao menos 4,5 metros cúbicos de carvão precisariam ser queimados nos altos-fornos das usinas. Em média um hectare de floresta primária pode oferecer 400 metros cúbicos de madeira para queima. Assim, cada hectare de floresta tem biomassa suficiente para se produzir quase 100 toneladas de ferro-gusa. Com isso dá para se ter uma ideia da quantidade de madeira que precisa ser transformada em carvão para que a partir disso a indústria obtenha o ferro (ver: DEAN, 2018, p. 267-8).

ferro). Criou-se no estado um poderoso complexo que integrava mineração, ferrovia (Estrada de Ferro Minas-Vitória) e porto (terminal marítimo de Tubarão), uma hinterlândia ligando o interior de Minas, Itabira e região, ao maior porto marítimo do Espírito Santo. São Paulo não apenas exibia o mais importante parque industrial metalúrgico do Brasil, como este encontrava-se em franca expansão. A indústria metalúrgica do Sudeste era fortemente dependente da biomassa retirada da floresta atlântica para atender à sua crescente demanda por carvão vegetal.

Não sem razão grandes serrarias se instalaram no extremo sul, provenientes destes estados vizinhos: a partir de Minas chegou a Bralanda, e do Espírito Santo veio a Elecunha. No final da década de 1960 esse movimento se acentuou, com a instalação de novas empresas, pequenas e médias, sobretudo do Espírito Santo. No início dos anos 1970 havia mais de 1.700 serrarias operando somente no norte do Espírito Santo (DEAN, 2018, p. 289)³¹¹. Nas áreas de municípios como Linhares e São Matheus “a ação indiscriminada do fogo e do machado” destruía “as últimas reservas florestais do Espírito Santo” (WEBER, 12/05/1975, p. 16). O movimento seguinte foi avançar para as florestas da Bahia.

Há a algum tempo “os madeireiros sem opção buscam o sul [na verdade o extremo sul] da Bahia” (WEBER, 12/05/1975). Muitos transportadores de madeira e madeireiros capixabas caçavam árvores em florestas e fazendas de Mucuri, Nova Viçosa, Itabatã, Posto da Mata, Teixeira de Freitas e Itamaraju. E inúmeras serrarias foram se instalando nestas localidades. Destes postos enviavam madeira serrada para várias partes do país, em especial para a construção civil e a movelaria instaladas nas principais cidades do Sudeste. Quanto às empresas metalúrgicas, estas costumam comprar material combustível de madeireiros itinerantes (DEAN, 2018, p.268). Estes alugavam as terras de proprietários para extrair madeira e fabricar carvão, improvisando carvoarias no interior da própria mata onde a madeira era retirada.

O extremo sul baiano foi um uma espécie de “destino natural” da exploração madeireira mineira e capixaba à medida em que as matas começavam a escassear em seus territórios. Também quando a ocupação da terra em outras regiões atingiam algum grau de saturação, dificultando a expansão da fronteira agrícola no lugar e elevando muito o preço da propriedade fundiária, migrações para áreas de terra pública abundante ocorriam. Foi isto que trouxe para o extremo sul gente de outras localidades baianas próximas, a exemplo de fazendeiros e aventureiros provenientes de área de pecuária bovina já consolidadas no sudoeste da Bahia: Itapetinga, Itororó, Macarani, Itarantim, Maiquinique, Potiraguá, etc. Tais movimento são

³¹¹ O jornalista William weber apresenta um número diferente de serrarias para o mesmo período, calculando-as em 1.062 no ano de 1974 (WEBER, 12/05/1975, p. 16).

indicativos, indiretos, de como a dinâmica econômica interna à região não fora suficiente para dar início ao período da exploração madeireira sistemática no extremo sul, a despeito da enorme abundância de madeira em toda a sub-região. A exploração madeireira sistemática, portanto expansiva, racionalizada, industrial e permanente, foi obra da chegada de agentes privados oriundos das regiões contíguas dos estados vizinhos, tendo sido também sua produção direcionada para mercados fora da Bahia. Quanto à expansão desmesurada da pecuária bovina no período, ainda não nos parece claro o quanto exatamente isso se deve à chegada de “forasteiros”, ainda que seja considerada importante a vinda de fazendeiros, sobretudo mineiros, ao extremo sul baiano.

A ação econômica dos primeiros fazendeiros mineiros que se instalavam no extremo sul gerou desde cedo devastação florestal. Em carta escrita pelo deputado baiano Ramiro Herbert de Castro em 25 de dezembro de 1947 ao governador do estado se lê: “[...] os mineiros difundiram-se pelo território baiano, e os que se acham fixados como ocupantes das fazendas, explorando o gado bovino e suíno e a cultura de cereais, têm contribuído para a devastação de imensas matas, de madeiras de lei”³¹². A pecuária extensiva bovina levada à cabo por mineiros chegados à Bahia logo assumiria o protagonismo frente a suinocultura e as lavouras, acelerando ainda mais a degradação da natureza. Juntas, pecuária e indústria madeireira, seriam as principais atividades econômicas responsáveis pelo desflorestamento da região.

A expansão da atividade madeireira sobre o extremo sul baiano acabou por reforçar o movimento de degradação florestal e ocupação da terra que já vinha ocorrendo no interior mesmo da região com a derrubada da mata para o estabelecimento de pequenas lavouras de cacau, café, mandioca, arroz, etc. Por seu lado, os madeireiros não costumavam ter interesse na aquisição de terras, salvo poucas exceções, preferindo negociar com os fazendeiros e posseiros a sua entrada em áreas de mata para a extração das árvores (KOOPMANS, 2005, p. 55). Há indicações que nas primeiras décadas do século XX a ocupação da terra no extremo sul se intensificou. Um relatório de 1922 do Ministério da Agricultura informava que as florestas do norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia começavam a sofrer as primeiras incursões (DEAN, 2018, p. 262)³¹³. No nordeste mineiro o desmatamento era anterior, portanto já estava mais avançado no período, em grande medida pelo desenvolvimento da pecuária. É possível que o crescimento populacional e fatores econômicos como o incremento do comércio de madeira, o crescimento do número de serrarias e a elevação da renda per capita tenham

³¹² Texto da carta publicado em Koopmans (2005, p. 37).

³¹³ O relatório foi denominado “Aspectos da Economia Rural Brasileira”, tendo sido preparado pela Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura.

empurrado a fronteira extrativista, primeiramente no norte capixaba e depois no sul baiano. Na Bahia a expansão da lavoura cacaueteira a partir do sul do estado também estimulou a formação e a concentração de propriedades rurais na região (KOOPMANS, 2005). Novas fazendas, sítios e posses vão se formar em todo o extremo sul, além daquelas que já estavam consolidadas, notadamente no litoral e adjacências.

A lavoura itinerante por certo ainda era atividade presente na paisagem agrícola na região na primeira metade do século XX. A grande extensão das terras públicas, a ausência e/ou dificuldade de fiscalização estatal e o recurso às queimadas levavam o pequeno camponês baiano à itinerância. Mas neste período era necessário que os plantios de fato se esgotassem, pois a derrubada da floresta era um trabalho árduo, quase sempre somente executado quando não havia outro jeito de se produzir. A agricultura itinerante devastava a floresta há séculos, e continuava a fazê-la. Porém mais destrutiva ainda era a agropecuária extensiva baseada em grandes fazendas como unidades de ocupação agrícola do solo: monoculturas, fazendas de gado. As grandes fazendas resultaram da concentração sem freios da propriedade fundiária, quando os pequenos proprietários (posseiros, sitiantes, camponeses, etc.) perdiam espaço para o “fazendeiro”. Não raro, os processos de expropriação do campesinato decorreram de expedientes violentos por parte dos latifundiários, pois nem sempre os mecanismos puramente econômicos eram suficientes para assegurar consenso sobre a transferência de propriedade das terras em causa.

No início dos anos 1950 começava a aparecer na imprensa capixaba várias denúncias sobre a destruição da floresta atlântica do estado (A CONSERVAÇÃO..., 26/08/1952, p. 3). Nas zonas limítrofes entre Minas Gerais e Espírito Santo a figura do “posseiro” recém chegado não deixou de despertar atenção também por sua ação predatória da floresta. Contudo, não se tratava aqui de antigos posseiros que ocuparam há muito pequenas e esparsas parcelas de terra, aquele tipo social um tanto romantizado na literatura por sua existência material baseada na subsistência e percebido como camponês que vivia em relativa harmonia com o meio ambiente à sua volta. Em meados do século passado o conhecido agrônomo Osvaldo da Cunha Valpassos publicou no Diário de Notícias uma dura crítica a ação de posseiros sobre as florestas situadas nos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. Nestas paragens o “posseiro” foi encarado por ele como um devastador:

Mais uma vez visitando as matas da promissora e vasta região florestal dos rios Mucuri e Itaúnas, zona limítrofe de Minas Gerais e Espírito Santo, tive nova decepção em testemunhar a crescente e nefasta obra dos “posseiros” que infestam àquelas matas, inutilizando-as para a exploração florestal, o que significa um prejuízo de

assombroso vulto, tanto para o Estado de Minas como para o Espírito Santo (VALPASSOS, 08/01/1950, p. 30)

O alvo eram as terras públicas: “Êsses ‘posseiros’, verdadeiros e incomparáveis arrasadores de matas, são os donos absolutos das terras devolutas. Garantidos pela impunidade e pelo número, abusam ostensivamente”. Contra a floresta, a técnica adotada era velha conhecida: “A floresta, que poderia ser explorada indefinidamente, está com o seu tempo contado, pois que a espreitam o machado e o fogo e a sua defesa é puramente lírica”. A mera posse de um pequeno pedaço de chão para plantar não era mais o objetivo declarado destes novos posseiros, mas sim o “comércio de posses”: “Abrem as clareiras e estabelecem entre eles os limites como verdadeiros donos”. Na verdade, pela sua ação os novos posseiros se tornariam grileiros e fazendeiros. A terra era muita e o governo pouco. Já em relação ao “madeireiro” industrial, lamenta o escritor, tendo perante si o precário juízo da lei vê-se “obrigado a entender-se com os intrusos”. A combinação de abundância de recursos, corrupção e invigilância contumaz criam boas condições para a disseminação do “posseiro infrator”. A situação é de tal ordem que “não é de admirar que o caboclo, em vez de fazer lavoura em terra apropriada, siga o caminho mais curto e mais fácil para se arranjar, em um ano, apenas com uma simples derrubada, o que não alcançaria em dez anos no árduo mister de cultivar a terra”. E o vaticínio não seria outro que não o desaparecimento da floresta muito em breve:

É pena que uma região florestal, destinada ao corte de madeiras, com tão grandes recursos [...] esteja condenada ao desaparecimento, pela facilidade com que os intrusos dela se apossam, prejudicando não só a continuidade da indústria madeireira que tem como base a floresta, como principalmente ao estado, cujo patrimônio é destruído em algumas dezenas de anos apenas (VALPASSOS, 08/01/1950)

Nota-se que o agrônomo se presta a defesa do madeireiro racional, industrialista, cumpridor da lei que o Estado patrocina. A extração florestal deveria limitar-se na região, segunda pensa, ao “corte de madeiras em toros [...], sem nunca se permitir a extração de madeiras para carvão, lenha ou dormentes, não há necessidade de reflorestamento, bastando para tanto que se mantenha rigorosa regulamentação adequada à conservação da floresta”. A ação do madeireiro sobre a floresta se encerraria, segundo crê, com a conclusão do contrato de compra da madeira junto ao posseiro. O problema ambiental passa a ser, então, a lavoura itinerante:

Tenho também observado a alarmante destruição das matas a pretexto de agricultura. Na vasta região limítrofe Minas-Bahia-Espírito Santo, não falta terra de graça para quem quiser de fato trabalhar na lavoura, mas naquelas paragens o caboclo [...] não quer terra para agricultar, quer unicamente mata para destruir, pois que o seu velho sistema é derrubar a mata, queimá-la e plantar, repetindo cada ano a mesma coisa,

pela facilidade de apoderar-se da mata, até mesmo das matas particulares [...] não precisa até a colheita de capinar a plantação e nem lidar com a saúva (VALPASSOS, 08/01/1950)

A pecuária também apresentava temores para a vegetação e o solos: “[...] acontece que, depois de explorada essa madeira em determinada área, a mata é derrubada e queimada para a formação de pastagens”. Portanto, a proposta do agrônomo para esta região de densas florestas e solo pobre não era a livre e desimpedida atividade agropecuária, mas a exploração racional dos recursos da floresta por agentes econômicos legalistas, desde que ordenada e fiscalizada pela autoridade moral, legal e policial do Estado. Assim, segundo o consciencioso agrônomo, em um prazo de “vinte ou trinta anos, essa mesma floresta poderia oferecer condições para nova exploração, e assim indefinidamente”. Para isso era preciso superar “a exploração florestal mais atrasada do mundo”, que constituía “um crime contra as gerações futuras”. Caberia ao Estado delimitar as zonas de lavoura, pecuária e extração madeireira. Mas o que se veria nas décadas seguintes na região foi não apenas uma agropecuária predatória de florestas e solos, mas também uma atividade madeireira igualmente destruidora da natureza, demonstrando que o ideário desenvolvimentista-progressista não cumpriria o que se esperava em termos de exploração e conservação dos recursos naturais e florestais. A suposta racionalidade ambiental dos agentes econômicos também não se verificaria nos anos seguintes. O processo de acumulação de capital no setor revelou-se desenfreado, à revelia mesmo das ideologias de conservação que às vezes os próprios agentes econômicos e políticos diziam defender.

No início dos anos 1950 Valpassos alcançou também o extremo sul da Bahia. O agrônomo visitou Caravelas. Notou que na fronteira deste município com Minas Gerais, na altura do Km 158 da EFBM, desenvolvia-se uma intensa atividade madeireira (VALPASSOS, 28/05/1950). Uma longa planície de mais de 100 quilômetros se estendia até quase a fronteira mineira, a partir de onde tem início uma topografia mais acidentada, com matas mais “pujantes” cobrindo, inclusive, partes do altiplano. A imensa planície praticamente não apresentava vegetação exuberante; ao contrário, estava coberta “quase inteiramente [por] vasto lençol de sapé raquítico, de tom verde-claro, atestando o profundo depauperamento do solo, hoje abandonado pelo homem”. A floresta nativa que há algumas décadas atrás ali existia foi sendo arruinada, e em seu lugar sequer a agricultura floresceu. Nos anos 1950 já se constatava uma das características naturais mais imediatamente visíveis de Caravelas, a de que o seu território não detinha grandes florestas, comparativamente aos demais municípios da região, incluindo a

zona litorânea³¹⁴. Caravelas era o exemplo de que desde esta década já se podia verificar no extremo sul um elevado nível de desflorestamento causado pelo “homem”, em razão da exploração econômica. Para isso contribuiu fortemente a EFBM. Desde o surgimento das primeiras estradas de ferro no Brasil em meados do século XIX as ferrovias aceleraram a degradação da floresta nativa, tanto servindo como eficiente meio de transporte para a madeira crescentemente extraída, quanto pelo uso deste recurso natural pelas próprias ferrovias, pois as operações de uma estrada de ferro tradicional demandavam muita madeira: lenha para queima, produção de dormentes, etc. Além da necessidade que as ferrovias tinham de manterem crescentes áreas como reservas florestais (DEAN, 2018).

Ultrapassando a desmatada planície caravelense, era nos setores florestados que se instalavam as serrarias. Tal como se verificou para o nordeste mineiro e o norte capixaba, também na Bahia Valpassos se referiu as matas do lugar como “tristemente sacrificadas pelos posseiros, que cometem verdadeiros atos de vandalismo”. Mantinha-se aqui o costume de derrubar e queimar as matas, plantando a cada ano em novo lugar, “sempre para adiante, deixando atrás o terreno devastado”. As poucas lavouras existentes eram todas de pequena escala e tecnicamente rudimentares, tais como as culturas do abacaxi, da abóbora, do dendê, do café e do agave (VALPASSOS, 28/05/1950, p. 38). Estas culturas podiam se aproveitar das férteis terras no interior do vale do rio Peruípe, como faziam a “colônia de prêtos” que o agrônomo observou cultivando, de longa data, o dendê, ou ainda o cultivo do café, que no passado não muito distante obteve relativa importância econômica para o município.

Contudo, até meados do século passado a destruição florestal, a apropriação privada da terra e o seu comércio não podem ser exagerados para todo o extremo sul, pois grande parte do seu território ainda permanecia florestado, conformando um imenso território público nacional. Mas seria um questão de tempo até que a expansão da fronteira agrícola, o “comércio de posses” e a exploração madeireira em área de florestas nativas se efetivassem também na região. Também isso pode explicar porque os conflitos entre posseiros (antigos e novos) e novos fazendeiros em torno da disputa da terra não foram tão destacados no extremo sul da Bahia até a década de 1970. A enormidade da área disponível, a precária fiscalização dos órgãos e autoridades públicas sobre a posse e o uso da terra na região e a penetração gradual do interior possibilitaram a muitos que ali se instalavam ocupar as áreas de mata sem que surgissem inicialmente entre eles incontornáveis disputas territoriais derivadas de escassez de “boas

³¹⁴ “Sem possuir grandes florestas, a flora do município conta, todavia, com madeiras de construção tais como peroba, cedro, pau paraíba, jatobá, plantas medicinais [...]” (IBGE, 1958a, p. 139).

terras”. A escassez de madeira e a concentração de terras que se observava por esta época no norte do Espírito Santo e no nordeste de Minas Gerais não eram ainda um dado definitivo para o extremo sul baiano até o final dos anos 1960, com a possível exceção do ponto mais extremo ao sul da região, entre Mucuri e Caravelas, na área de operações da EFBM. Mas a rápida diminuição da floresta já começava a preocupar seriamente as autoridades estaduais, os especialistas e os madeireiros locais. O desassossego não era sem fundamento.

Já havia se tornado prática recorrente entre os locais requererem terras devolutas para titular perante a autoridade legal constituída para tanto, denominada “Delegado de terras”³¹⁵. À medida que novos proprietários ocupavam as terras anteriormente públicas estes procuravam torná-las produtivas, instalando lavouras de culturas agrícolas já experimentadas na região. A regra era fazer uso da técnica largamente conhecida da “queimada” para assim retirar a cobertura vegetal e preparar o solo para o plantio, cujo adubo era a própria biomassa transformada em cinzas pelo combustão completa da vegetação acima do solo. Embora muito setores da floresta tivessem assim desaparecidos para dar lugar as lavouras, até por volta dos anos 1950 este tipo de degradação não pode ser considerada como a responsável pela destruição florestal sistemática na região. Não porque a derrubada seguida de queimada não fosse devastadora para a floresta, como bem atesta a história da destruição da Mata Atlântica brasileira, mas antes porque no extremo sul a dilapidação predatória e sistemática da atividade madeireira industrial chegou no mesmo momento em que a terra começava a ser alvo, em toda a região, da expansão da acumulação do capital estimulada por políticas desenvolvimentistas, no mesmo momento em que começava a ocorrer no mundo a “grande aceleração” produtiva industrial do Antropoceno. Foi a chegada das primeiras empresas madeireiras e de madeireiros autônomos que modificou o ritmo da expansão da fronteira agrícola no extremo sul da Bahia. Paralelamente, com a expansão da fronteira pecuária foi selado o trágico destino da Mata Atlântica do extremo sul da Bahia. Bastaria duas décadas para que a região natural fosse completamente desfigurada, produzindo sérias, permanentes e incalculáveis consequências ambientais.

A Grilagem de Terras

³¹⁵ Cf. o sr. Antônio dos Santos em entrevista concedida ao autor em 07 de setembro de 2019.

As notícias de grilagem de terras no extremo sul começam a aparecer com certa frequência na segunda metade da década de 1970³¹⁶. Isso se deve, em parte, porque o tema da grilagem passa a ter forte repercussão na imprensa nacional neste período. Mas também porque a partir de 1974 o Governo Federal inicia a criação de “Distritos Florestais” nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, abrindo os seus território para a atuação das primeiras indústrias de celulose, a exemplo da Empreendimentos Florestais S/A Flonibra³¹⁷ (GUERRA, 23/12/2013). É certo que havia grilagem de terras na região antes deste período, contudo com a chegada e expansão das empresas reflorestadoras esta prática delituosa recrudesciu. As grandes empresas deram continuidade a um crime que já vinha sendo perpetrado antes na região. O que elas fizeram foi amplificar a sua extensão, e reforçar as práticas de corrupção que dão sustentação à grilagem. A grilagem de terras foi praticada na região tanto por particulares, quanto por empresas.

Segundo o jornalista Dailton Mascarenhas, em março de 1975 o assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura na Bahia (FETAG-Ba), o advogado Virgílio de Sá, apresentou ao presidente da entidade um relatório sobre arbitrariedades cometidas por grileiros de terra no estado (MASCARENHAS, 08/04/1976, p.3). O relatório foi resultado de viagens que Virgílio fez por várias regiões da Bahia, motivado por denúncias recorrentes à Federação feitas por lavradores contra a ações de grileiros. No relatório são apontados, inclusive, nomes de responsáveis por ações violentas no campo. O relatório registrou ocorrências em vários municípios do extremo sul: Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Itamarajú, Prado, Alcobaça e Caravelas. Além da grilagem de terras, há indicação do cometimento de outros crime na região, tais como desmatamento predatório e contrabando de madeira. Os principais agentes envolvidos constituíam poderosos “grupos econômicos” e contavam com a colaboração de autoridades locais. Como dito antes, empresas também foram acusadas de promover a grilagem de terras.

³¹⁶ As expressões “grileiro” e “grilagem” foram comumente adotadas para indicar o sujeito e a ação da fraude fundiária na qual um proprietário privado se apossa de terra(s) alheia(s), pública(s) ou de particular(es), valendo-se da falsificação de documentos para justificar a suposta posse, portanto um procedimento ilegal. Na origem, a prática consistia em colocar falsos documentos de propriedade da terra em uma gaveta fechada com grilos. Com o passar dos dias os detritos do inseto juntamente com o desgaste provocados pelo animal deixam o papel amarelado e corroído, dando ao “documento” o aspecto de antigo, portanto aparentemente legítimo.

³¹⁷ No final dos anos 1970 existiam duas áreas de reflorestamento da Bahia, uma situada ao norte do estado, entre o Recôncavo e o município de Jandaíra, e outra no extremo sul. A Flonibra foi uma empresa florestal privada aberta em 26/11/1974. A matriz foi sediada na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Alguns anos depois a Flonibra passou a operar no extremo sul da Bahia. A atividade principal da empresa quando foi aberta era o “cultivo de eucalipto”. Além da Flonibra, atuaram entre o extremo sul baiano e o norte capixaba as empresas Aracruz Florestal S.A. e a Florestas Rio Doce S.A. Além de plantar árvores das espécies *Eucalyptus* e *Pinus* as empresas produziam também carvão vegetal (PINTO-JÚNIOR, JACOB, 1979). O registro do Cadastro Nacional de Pessoa Física da Flonibra está disponível em: <<http://cnpj.info/Empreendimentos-Florestais-S-A-Flonibra>>.

Em Porto Seguro, aponta o relatório, “o desmatamento é generalizado e seus efeitos podem ser vistos ao longo da BR-101 [...]. A destruição, em muitos pontos, é feita por queimadas” (MASCARENHAS, 08/04/1976, p.9). Tudo isso foi obra de fazendeiros interessados “em se apossar de mais terra”³¹⁸. Em artigo jornalístico sugestivamente intitulado “A posse ilegal de terras provoca mortes. A floresta cai, fica o deserto, nasce a violência”, o povoado de Eunápolis é descrito como um lugar onde as terras eram constantemente invadidas por grileiros, não raro em terrenos já anteriormente ocupados (MONFORTE, 15/05/1977, p.169). Isso levou o jornalista a afirmar que a “posse da terra” é o “grande assunto do extremo sul”. Em Santa Cruz Cabralia a empresa Aracruz foi acusada de apresentar escritura duvidosa sobre a propriedade de 12 mil hectares de terra, parte pública e parte já ocupada por posseiros. Chegou a dizer que a área pleiteada poderia chegar a 80 mil hectares. Outras denúncias também foram citadas no relatório. Virgílio Sá oferece indicativos de que nestes dois municípios a grilagem era orquestrada por grupos econômicos locais com contatos externos.

Já em Itamaraju havia “casos isolados”, segundo o relatório. Entretanto, o município não contava com qualquer “cobertura policial”, possibilitando que os casos de grilagem se multiplicassem, convertendo-se em prática reiterada. Fazendeiros locais forçavam a expulsão de antigos posseiros. Grandes madeireiras como Bralanda, Itamaraju Agrícola Madeireira e Sicam são citadas no relatório em casos de tentativa de despejo de famílias de suas posses. Em Prado a grilagem costumava se articular com a mineração: “[...] uma firma sediada no Rio e cuja sigla é Lapedra ajuizou Ação Reivindicatória contra a Sulba – também sediada no Rio – a fim de recuperar terras sobre as quais esta última pretende possuir direitos”. Na área em litígio instalou-se “mais de dez famílias”. Em Alcobaça o delegado de polícia admite que “a luta pela terra” faz parte da “rotina” do lugar. Entre Caravelas e Nova Viçosa, região onde a atividade madeireira estava mais avançada, “é excepcionalmente intenso o movimento no Registro de imóveis [...] inúmeras empresas capixabas inscrevendo o arrendamento ou registrando a compra de vastas propriedades”. Também aqui grandes empresas madeireiras, e alguns dos seus diretores, envolveram-se em pedidos de registro e disputas fundiárias³¹⁹. Segundo o relatório são praticados muitos “atos de violência contra posseiros” na região.

³¹⁸ O caso que mais despertou atenção foi o do empresário de origem italiana Césare Mangiapelo, radicado em São Paulo. Por volta de 1972 Mangiapelo chegou em Porto Seguro dizendo ser proprietário de uma área de “dimensão incerta” (entre 10 mil e 80 mil hectares). Na área reivindicada havia algumas glebas de terra tituladas pelo Estado, nas quais viviam cerca de 600 famílias. Entre anulações de títulos de posse, compra consentida de glebas e venda de posses a terceiros, muitos conflitos ocorreram na localidade (MASCARENHAS, 08/04/1976, p. 3).

³¹⁹ “A Fazenda Cruzeiro do Sul S/A pediu registro de 10 mil ha. A Flonibra registrou 700 há (sic). A Sul da Bahia Reflorestamentos (carioca) registrou 1.904 ha. A Rio Doce, só na condição de arrendatária, inscreveu subarrendamentos no total de 24 mil ha, e a Tecniflora 1.328 ha” (MASCARENHAS, 08/04/1976, p. 9).

A grilagem reforça o desmatamento e a desigualdade regionais: “[...] o que ocorre no sul [extremo sul] é uma sangria econômica. Mais ou menos 98 por cento das firmas que talam nossas matas são capixabas [...]. Além do desequilíbrio ecológico [...] a predação importa em transferir riqueza baiana para outras partes do país” (MASCARENHAS, 08/04/1976, p.9). Mais um vez os “capixabas” são indicados como os principais responsáveis pelo desmatamento no extremo sul baiano. Segundo o relatório “no mínimo TREZENTAS serrarias [...] funcionam no chamado extremo sul do Estado” (Grifo do autor). O quantitativo de serrarias funcionando na região é sempre um assunto um tanto impreciso, no entanto a sua notória presença é sempre reiterada pelos observadores. Entre o final da década e o início dos anos 1980 “cerca de 230 serrarias ainda estavam em operação, empregando 7 mil trabalhadores” (DEAN, 2018, p.314). Moradores locais no período costumam recordar de número maior de serrarias³²⁰. Possivelmente a dificuldade em precisar o número exato de serrarias se dá em razão da atuação clandestina de muitas delas, dificultando a organização de estatísticas confiáveis sobre o seu real número. Sabe-se, no entanto, que este era um dos tipos de negócio que mais prosperavam no extremo sul entre 1950 e 1975, juntamente com as fazendas de gado bovino.

O relatório de Virgílio Sá constata que o avanço da atividade madeireira industrial no extremo sul contradiz o discurso político oficial que afirmava a defesa dos “nossos últimos redutos florestais” por meio da organização da atividade madeireira industrial. Não temos notícia de que o negócio da exploração madeireira estivesse se desorganizando na região. Ao contrário, as evidências coletadas indicam que as empresas do setor – madeireiras, serrarias, reflorestadoras, etc. –, estavam cada vez mais atentas à organização técnica dos seus processos produtivos. A organização técnica do processo de produção estava, em geral, de acordo com a lógica de acumulação de capital, considerando os limites tecnológicos do setor na região. O que de fato havia era incompetência dos setores responsáveis pela fiscalização dos processos de exploração e observância do cumprimento da legislação em vigor. O relatório cita a comercialização de madeiras de jacarandá, sucupira e louro sem o menor controle público.

Sabemos que desde pelo menos o final dos anos 1940 a constante migração de mineiros e capixabas para o extremo sul baiano colaborou não apenas com o seu crescimento populacional, como também para a penetração humana das suas áreas interioranas pouco ocupadas, impactando toda os ecossistemas regionais, notadamente as florestas do centro-oeste do território. O incremento da exploração madeireira, da agricultura e da pecuária empurrou a ocupação para as “regiões naturais” do extremo sul baiano. Com isso “o extremo sul se tornou

³²⁰ Cf relato do sr. Domingos Cajueiro, em entrevista concedida ao autor em 13 de dezembro de 2019.

uma importante área de pecuária no Estado, suprimindo as necessidades em carne bovina, não só no mercado local, como ainda do Rio de Janeiro, via Vitória (E.S.), Campos (R.J.), e Belo Horizonte” (KOOPMANS, 2005, p. 39). A urbanização acelerou-se, com povoados se formando sempre próximos às áreas agrícolas: “A partir de 1950 as concentrações ‘urbanas’ aumentaram bastante, não nas cidades da zona litoral, mas em redor da BR5 [...] e na fronteira com Minas”, o que levou a “um número considerável de novas cidades, no interior, em pleno crescimento: Guaratinga, Itapebi, Itagimirim, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto e Lajedão” (KOOPMANS, 2005, p.50; 52). As atividades da indústria madeireira, cuja produção era quase toda destinada a atender o mercado interno da região Sudeste do país, foi se expandindo até atingir o apogeu no extremo sul no início da década de 1970.

Vê-se que as reservas naturais foram sendo crescentemente ocupadas ano após ano, e a certa altura, não claramente precisada por nós, esse avanço praticamente sem controle sobre a terra nua converteu-se em fonte de disputas mais intensas à medida que a população se avolumava, a ambição se tornava mais desmedida e os recursos e a disponibilidade de terras reduziam-se. Mas é certo que não há dúvidas sérias de que a disputa violenta por terras no extremo sul da Bahia não começou na segunda metade da década de 1970. O próprio relatório de Virgílio Sá é resultado de reiteradas denúncias de conflitos fundiários ocorridos na região desde antes. A grilagem de terras por latifundiários, e até por posseiros, e a expulsão de camponeses de suas propriedades rurais não são fenômenos novos no extremo sul da Bahia, mas o seu permanente avanço sobre toda a região é resultado do movimento de expansão territorial do capital do período desenvolvimentista, na etapa da grande aceleração econômica do Antropoceno. Nas novas fronteiras econômicas nacionais foram sendo introduzidos processos de “acumulação primitiva”³²¹, portanto, baseadas no saque, na usurpação, na violência. A exploração industrial madeireira, a agricultura expansiva e a pecuária extensiva deram continuidade, no extremo sul da Bahia, às modalidades primitivas de expropriação da terra iniciada com a grilagem. A violência no campo foi a estratégia empregada para expandir na região a valorização do capital, fazendo aumentar a circulação de mercadoria, de dinheiro³²². No contexto regional a terra era o principal meio de produção em disputa. Para converter a terra

³²¹ A “acumulação primitiva” de capital é tanto o momento histórico originário de acumulação do modo de produção capitalista, quanto uma prática permanentemente reiterada do processo de acumulação capitalista, na forma do uso de violência não diretamente econômica. Sobre a “acumulação primitiva ver: *A assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 2013, pp. 785-833); sobre os reiterados processos históricos de “acumulação primitiva” ver: *Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo* (FONTES, 2010, pp. 21-143).

³²² Mercadoria e dinheiro são formas manifestas do capital.

em mercadoria foi preciso antes se apropriar das matas. Em seguida, muitas pequenas propriedades foram formadas ou tomadas pela grilagem.

A grilagem de terras na Bahia foi um fenômeno particularmente destacado a oeste do vale do rio São Francisco e no extremo sul na segunda metade do século XX, pois se tratavam de regiões “de pouca densidade populacional e largas extensões de terra, que somente agora são objeto de interesse governamental” (BORGES, 30/04/1976, p. 6). Na maior parte do extremo sul tratava-se, inicialmente, mais de grilagem de terras públicas do que fraudes e rapina de posses particulares. A abundância da terra nua fez com que os conflitos fundiários mais encarniçados, por vezes sangrentos, envolvendo fazendeiros, posseiros, sitiantes, etc., não fossem tão recorrentes, ao menos até os anos 1970. Todavia, a situação de relativa calma não era a mesma quando se tratava da presença nos territórios dos povos indígenas. Como já dito, os povos originários desde o início da “colonização branca” não tiveram “momento de paz” quando o interesse era a tomada de seus territórios pelos colonizadores, depois retalhados e convertidos em propriedades, portanto em mercadoria. Um objetivo, é preciso que se diga, constante na história da ocupação territorial e fundiária do Brasil.

Embora não se saiba precisamente desde quando passaram os povos Pataxó a habitar o atual extremo sul da Bahia, há registros escritos feitos pelos colonizadores sobre a presença deste povo entre os rios Buranhém (Porto Seguro) e Cricaré (São Mateus) desde o século XVII (CARVALHO, 2009; CANCELA, 2020). Por certo a sua chegada nesta região é anterior. Em todo caso, o clérigo jesuíta Simão de Vasconcellos, em seu *Notícias Curiosas, e Necessárias das Cousas do Brasil* (1668), já se referia aos “Tapuias”, “Aimorés”, “Pataxós”, dentre outros grupos, como povos que viviam livremente na Capitania de Porto Seguro (cf. CANCELA, 2020, p. 22). Mais tarde, o cronista português radicado na Cidade do Salvador, Luís dos Santos Vilhena, baseado nas explorações do capitão-mor João Domingos Monteiro escreveu no seu livro de 1759, *A Bahia no século XVIII*, sobre a existência de “12 aldeias de índios bravos” situadas na área da serra do Monte Pascoal (cf. CARVALHO, 2009, p. 508). Os “índios bravos” a que se referia eram os Pataxó³²³. Anos depois, em 1788, foi a vez do padre jesuíta e missionário Cipriano Lobato Mendes relatar em carta ao rei D. Pedro III que vivia em aldeias nas imediações do Monte Pascoal o “gentio chamado Pataxó” (CANCELA, 2020, p. 20). Mas foi somente na década de 1860, no contexto avançado das políticas do Império de integração nacional dos “índios errantes”, que se estabeleceu o primeiro aldeamento Pataxó do Monte

³²³ Além dos Pataxó, outros grupos indígenas, como os Maxacali, também viviam no entorno do Monte Pascoal (CANCELA, 2020).

Pascoal, ao que parece inicialmente denominado de “Bom Jardim”, depois batizado de aldeia Barra Velha (CANCELA, 2020). Com este aldeamento os fazendeiros locais e o poder público pretendiam isolar os grupos indígenas tidos como pacíficos, porém ainda selvagens, e assim poder dispor mais livremente das terras para retirar madeira, plantar e criar animais.

Oitenta anos mais tarde seria instalado no território indígena do Monte Pascoal o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal³²⁴. A Unidade de Conservação (UC) se estenderia desde a praia até os limites com os rios circundantes, como o Caraíva e o Corumbau³²⁵. Além de ecossistemas florestais o então “parque monumento” abrigou também ecossistemas de mangue, restinga e formações campestres. Desde a criação do Parque o livre acesso dos indígenas ao seu território tradicional tornou-se problemático, gerando entre eles e os administradores e fiscalizadores do Parque diversas arengas, pois apesar da presença dos indígenas no território ser muito anterior à criação da reserva natural, as suas comunidades não foram reconhecidas no Decreto-Lei de 1943 como detentoras da área indicada para demarcação da unidade. Na verdade o documento não fez menção aos indígenas³²⁶. Para os indígenas de Barra Velha a notícia de que deveriam se retirar do seu território tradicional causou grande

³²⁴ Por meio de decreto o Interventor Federal no Estado da Bahia cria em 19 de abril de 1943 no município de Porto Seguro o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal (BAHIA, Decreto-Lei nº 12.729/43). A criação do Parque foi justificada com base em quatro objetivos: 1) “rememorar o descobrimento do Brasil”; 2) “preservar flora e fauna”; 3) “conservar as belezas naturais”; 4) “desenvolver o turismo”. O “parque monumento” ficaria diretamente subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, sob a administração e fiscalização de seu órgão interno, o Departamento de Terra e Proteção à Natureza. Embora tenha sido indicada no decreto de criação a área inicialmente destinada à delimitação do Parque, não consta do mesmo o tamanho da reserva. O Decreto conclui indicando que “para o estudo do plano definitivo de organização e instalação do Parque, designará o Governo do Estado [da Bahia] uma comissão”. Em 1961 o Parque foi recriado e a administração e demais atividades passaram para o âmbito do Governo Federal, subordinando-se a partir de então ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura (BRASIL, Decreto nº 242/61). Embora ainda carente de Regimento Interno, previsto para ser elaborado pelo Ministério da Agricultura, o PNMP obteve do Governo Federal o reconhecimento legal da sua área (CARVALHO, 2009). A reserva foi rebatizada, passando a se chamar Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP). Desta vez foi definida no documento a extensão inicial de sua área, aproximadamente 22.500 ha, entre o Oceano Atlântico (leste), a margem direita do rio Caraíva (norte), a margem direita do “rio” Cemitério (oeste) e a margem esquerda do rio Corumbau (sul). Mas a área definitiva seguiria em aberto, sujeita a futuras doações e desapropriações, indicando o decreto de 1961 que ela “será fixada depois do indispensável estudo e reconhecimento da região”.

³²⁵ Utilizamos aqui o termo genérico “Unidade de Conservação” de modo dilatado, ou seja, sem a rigorosa observância do seu primeiro uso pela literatura especializada. A expressão foi provavelmente grafada pela primeira vez no Brasil em meados da década de 1970, na esteira das reflexões sobre as Áreas de Proteção Permanente (APPs) previstas no Código Florestal de 1965. Porém a sua origem continua sendo tema de discussão entre os especialistas (Sobre isso ver: *Origem do termo “unidade de conservação”*, Disponível em: <<https://meioambiente.culturamix.com/ecologia/origem-do-termo-unidade-de-conservacao>>). A lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é de 18 de julho de 2000 (Lei nº 9.985). Esta lei federal determinou, pela primeira vez no código jurídico brasileiro, que os ocupantes anteriores ao ato legal de criação da UC manteriam o direito de continuar vivendo e fazer uso social, econômico, cultural e ambiental do território demarcado para a unidade criada.

³²⁶ É hoje lugar comum nos referirmos aos indígenas das aldeias do Monte Pascoal como integrantes da etnia Pataxó. Mas, na verdade, ao longo do tempo este território indígena foi local de encontro, vivência, miscigenação e trocas culturais de etnias diferentes, como Tupiniquim, Maxacali, Pataxó, etc. Mas os Pataxó era o grupo mais numeroso e influente (CANCELA, 2000).

indignação, pois além de serem obrigados a desocupar a terra ficariam impedidos de derrubar madeira, abrir roças, caçar e coletar nas áreas externas à aldeia (CANCELA, 2020).

Considerando apenas o período republicano, o assunto legal do direito à posse de terras pelo povos indígenas foi considerado desde a Constituição de 1934 (CAVALCANTE, 2016). A partir de então todas as posteriores constituições brasileiras incluíram em seu texto garantias legais sobre a posse das “terras habitadas” pelos “silvícolas”, fazendo acréscimos³²⁷. Contudo, o entendimento jurídico recorrente dos entes federativos, e quase sempre também do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), era de que a terra indígena legal era somente aquela que já tivesse sido demarcada pelo poder público, condicionando o conceito jurídico de “terra habitada” ao seu necessário e prévio reconhecimento pelo Estado (CAVALCANTE, 2016, p. 4). À época essas terras estavam limitadas praticamente às áreas legalmente reservadas aos indígenas e não necessariamente aquelas tradicionalmente ocupadas por eles. Foi com a Lei Federal 6.001 de 19 de dezembro de 1973, que dispunha sobre o Estatuto do Índio, que a demarcação administrativa das terras indígenas foi instituída, tendo sido pela primeira vez utilizado o conceito jurídico de “terra indígena” (TI). Mas, como sabemos, a instituição legal, portanto formal de um direito, não implica necessariamente a sua realização substantiva.

Em maio de 1951 ocorreu no entono do Parque do Monte Pascoal uma sequência de eventos violentos que envolveram índios, populações não-índias locais e forças policiais. A imprensa conservadora do período tratou os fatos como uma “invasão de caboclos” (índios) iniciada no povoado de Corumbau, em Porto Seguro³²⁸. Alguns jornalistas mais críticos falaram em “massacre de caboclos” da aldeia indígena Barra Velha, denominada à época Bom Jardim de Monte Pascoal (SCHAUM, 27/07/1951; ESPANCAMENTO..., 19/06/1951). Os Pataxó também têm a sua própria interpretação dos acontecimentos, denominando-os “Fogo de 51”. O acontecimento teve início quando dois homens provenientes do Rio de Janeiro, que se apresentaram como funcionários à serviço do governo federal, chegaram a Porto Seguro para supostamente realizar atividade de demarcação do território indígena na área do Parque. Não se sabe ao certo como, mas estes dois forasteiros convenceram alguns indígenas a participarem de um assalto a um comerciante morador do povoado de Corumbau. Segundo afirmado pela

³²⁷ A Constituição de 1937 além da posse da terra habitada pelos indígenas estabelece a sua inalienabilidade (Art.154). O direito ao “usufruto exclusivo dos recursos naturais” da terra habitada foi instituído na Constituição de 1967 (Art. 186), e a Emenda Constitucional 01/1969 reafirma a terra indígena como inalienável (Art. 198).

³²⁸ Ver: *Invasão de caboclos no Sul da Bahia*. Disponível em: <<https://coleccionadordesacis.com.br/2018/11/19/fogo51/comment-page-1/?unapproved=3852&moderation-hash=d6eb34d86dff9482771650f197be14ef#comment-3852>>. O jornal A Tarde em Salvador publicou uma sequência de matérias depreciativas sobre os Pataxó entre os dias 6 e 11 de junho de 1951 (CUNHA, 2010).

polícia e divulgado na imprensa à época os assaltantes cortaram os fios da rede telegráfica do povoado, levaram adiante o assalto, feriram o comerciante e fugiram.

O assalto foi alardeado e a reação policial não tardou. O delegado regional da Polícia Militar de Ilhéus, o major Arsênio Alves, comandou dois destacamentos policiais fortemente armados, um saído de Porto Seguro e outro de Caravelas, à região da aldeia indígena Barra Velha. Segundo informação do jornalista Nelson Schaum, após uma mal-entendido noturno que levou a um incidente de troca de tiros entre os destacamentos policiais, o major direcionou parte das forças policiais até a aldeia Pataxó. Um vez lá o que se seguiu foi uma reação policial desproporcional. Segundo informações divulgadas na imprensa a polícia atirou contra os moradores da aldeia, prendeu dezenas de homens, mulheres e crianças, e incendiou moradias (ESPANCAMENTO..., 19/06/1951, p. 3). Os relatos indicavam que teriam ocorrido o espancamento de prisioneiros e abusos sexuais contra mulheres indígenas. O “capitão” Pataxó das aldeias do Monte Pascoal, Honório Borges³²⁹, foi preso, espancado e enviado à Salvador, onde ficou incomunicável, até ser libertado, cerca de um mês depois, e enviado de barco a Ilhéus (SCHAUM, 27/07/1951, p.3). Outros índios, além dos dois forasteiros misteriosos, escaparam pela mata. Perseguidos e alcançados os forasteiros foram em seguida mortos pela força policial. Em posse dos dois a polícia encontrou identificações pessoais que traziam os seus nomes: Antônio e Jorge. Descobriu-se depois que se tratavam de documentos falsos.

A criação do PNMP no território dos Pataxó acabou por levar a conflitos étnicos e territoriais³³⁰. O Parque retirou dos Pataxó do extremo sul não apenas a terra tradicional, mas também o usufruto de grande parte do espaço no qual viviam. Esse entendimento legal levou os índios a iniciarem um longa luta pela demarcação do seu território. O “fogo de 51” foi um evento crítico para os Pataxó decorrente da instalação do Parque, cuja administração tornou a manutenção da existência dos povos aldeados muito difícil ao longo dos anos (CARVALHO, 2009). Para além da questão da demarcação, a dura realidade de privações dos povos das aldeias Pataxó no entorno do Parque motivou a ida do “capitão” Honório Borges ao Rio de Janeiro anos antes da sequência de atos violentos iniciados no povoado de Corumbau.

³²⁹ “Capitão” é uma espécie de título conferido à lideranças indígenas que dirigem aldeias. Honório Borges, à época com mais de 80 anos de idade, havia viajado às cidades do Rio de Janeiro e Niterói dois anos antes do “fogo de 51” para fazer uma apelo junto ao Estado em defesa do seu povo. O capitão indígena foi à capital federal buscar apoio para a demarcação da terra indígena, perdida desde a criação do PNMP, não olvidando de advertir sobre a grave situação de penúria material do seu povo, requerer ferramentas para o trabalho e vestimentas para as crianças. Foi durante a sua estadia no Rio de Janeiro que o “capitão” teria conhecido o “engenheiro” que anos depois desembarcaria em Porto Seguro se dizendo funcionário do governo e encarregado de demarcar o território dos Pataxó de Monte Pascoal.

³³⁰ Da mesma forma se deu, décadas depois, com a criação do Parque Nacional do Descobrimento (1999), instalado no município de Prado. O local também era considerado pelos Pataxó do extremo sul parte do seu território.

De todas as consequências traumáticas do “fogo de 51” para os Pataxó, possivelmente a mais dramática foi a dispersão duradoura dos povos que vinham há um século procurando se reconcentrar no território. Muitos Pataxó que escaparam do ataque não retornaram à sua aldeia, preferindo buscar um local mais seguro para poder viver com suas famílias. O norte/nordeste de Minas Gerais foi uma das áreas para onde acorreram parte dos indígenas. Mas a redução das matas e a avançada ocupação rural das terras nesta região não permitiram aos Pataxó viverem aí como antes viviam no extremo sul, em meio à floresta. Para poder sobreviver foram obrigados a empregar-se como trabalhadores rurais (DEAN, 2018, p. 351). Esse acontecimento possivelmente facilitou a ação dos grileiros na área do Parque e sobre aldeias Pataxó. Em razão disso alguns analistas do “massacre de Barra Velha” associaram a escalada de violência à ação de grileiros interessados em estender suas propriedades de terra em direção aos territórios indígenas do Monte Pascoal (ESPANCAMENTO..., 19/06/1951). Sabemos que havia na imprensa do período diferentes interpretações sobre os conflitos fundiários no Brasil. Contrapunham-se paladinos de fazendeiros e latifundiários de um lado e, de outro, defensores de pequenos camponeses e trabalhadores rurais. A atroz reação dirigida contra os Pataxó de Barra Velha em 1951 pode ter sido urdida também por grileiros que atuavam na região, ou ainda animada por ideologias difusas que atravessavam a consciência de setores mais conservadores da população, como o secular sentimento anti-índio, ou mesmo a condescendência com o igualmente longo latifúndio. Seja como for, tenham tido ou não os grileiros participação direta na agressão aos Pataxó da aldeia Barra Velha, o fato é que os atentados que expulsaram e dispersaram os indígenas do lugar favoreceriam posteriores ações de grilagem de terra na área do Monte Pascoal, uma área relativamente extensa de floresta atlântica, estuários e manguezais ainda preservados.

Com o desenvolvimento da extração madeireira, e do polo madeireiro do extremo sul em particular, a prática da grilagem não só manteve-se, como foi intensificada e se refinou. Pois não apenas os fazendeiros a praticavam, mas também as médias e grandes empresas madeireiras passavam a adotar métodos de grilagem para obter a posse da terra e, conseqüentemente, dos seus recursos naturais. De acordo com a legislação ainda vigente no período a aquisição privada de terra pública estava condicionada à sua ocupação prévia pelo adquirente (BORGES, 30/04/1976, p. 6). Essa exigência levou ao desenvolvimento de métodos sofisticados de grilagem. Uma das principais estratégias adotadas pelas grandes empresas interessadas em adquirir mais terras para suas operações na Bahia foi valer-se da ausência de documentação de propriedade por parte dos posseiros, tais como escrituras ou outros títulos de posse. Mas os

estratagemas empregados pelos grandes grileiros eram variados. Um deles, por exemplo, consistia

[...] na compra de terras, sem indicação de limites e com preços estipulados em “mil-réis” [...]. Na realidade uma escritura assim lavrada dá uma aparência de legitimidade à ação do grileiro, que a partir dela vai estender os limites da gleba comprada até onde lhe permitam a cobertura política, policial e a falta de resistência dos prejudicados (BORGES, 30/04/1976, p. 6).

Outra estratégia era cercar a posse de pequenos lavradores e criadores, provocando desmatamento, invasão de capim e rebanhos, bloqueio de acesso a recursos, etc., obrigando-os, assim, a venderem suas propriedades. Outra ação comum dos grandes grileiros era o oferecimento de pequenas quantias em dinheiro, abaixo do preço de mercado, pela terra de cada um dos posseiros de uma mesma área alvo. Aqueles poucos camponeses que resistissem à oferta inicial acabariam por ficar “ilhados”, dificultando a continuidade de sua resistência, tornada agora solitária. O passo seguinte poderia ser tanto uma nova oferta de compra, em geral mantendo o valor baixo ou, no limite, o uso explícito da violência, com o que contavam os grileiros, muitas vezes, com a participação de agentes políticos e autoridades policiais. O grileiro, não raro pessoa influente e/ou próxima de pessoas poderosas, quanto partia para o uso da violência direta empregava ameaças, agressões, uso abusivo de forças policiais e até assassinatos (o propalado “crime de pistolagem”).

Um acontecimento resume bem o contexto de violência em torno da disputa pela terra na região. Em 1974 no Vale Verde, distrito de Porto Seguro, teve início um conflito fundiário envolvendo a Bralanda e agricultores que viviam em uma área de terra que teria sido comprada pela madeireira (EMPRESA..., 19/10/1978, p. 26). Segundo contaram posseiros que foram a capital do estado anos depois, em 1978, para denunciar à Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-Ba) os reiterados atos de violência da Bralanda, o então diretor da empresa, Artur Tisse, iniciou os atritos quando tomou a decisão de não apenas desocupar a gleba adquirida pela empresa, como também anexar a esta propriedades vizinhas. Tiveram início as primeiras propostas de compra de posses. Informados, os posseiros de Vale Verde afirmavam, porém, que 70% das terras adquiridas pela Bralanda tiveram seus títulos de propriedade falsificados e que, portanto, não era justa a saída das famílias das terras não pertencentes à empresa (LAVRADORES..., 12/06/1979, p. 17).

Segundo os agricultores que foram a Salvador “30 por cento dos posseiros não resistiram às pressões e venderam as posses a preços irrisórios” (LAVRADORES..., 12/06/1979, p. 17). Entretanto, os camponeses insatisfeitos resolveram resistir e procuraram unir os descontentes.

Os posseiros disseram depois que esta atitude de resistência deu origem a escalada de atos de violência da empresa. Alegando sua propriedade, a Bralanda fechou a única estrada de acesso a Vale Verde. Para isto mantinha a cancela fechada e vigiada permanentemente por homens armados. A única forma de passar era conseguindo um “salvo-conduto, fornecido pelo delegado de Itabela”. Enfurecidos, os posseiros destruíram a cancela. Em represália casas de agricultores foram incendiadas a mando da direção da empresa. Vendo o retorno de algumas famílias de posseiros ao lugar, o diretor da Bralanda decidiu tomar uma nova decisão drástica. Solicitou, e conseguiu, junto ao juiz local, Antonio Faria Lima, autorização para retirada dos posseiros da área em litígio. Prepostos da empresa acompanhados de 16 soldados da Polícia Militar “atearam fogo em 12 barracas de lona [...] além de expulsar a tiros os seus ocupantes”. Segundo a denúncia cerca de 130 casas foram incendiadas e mais de 100 famílias de lavradores teriam sido obrigadas pela Bralanda a deixarem as suas posses ao longo de três anos de conflito.

Segundo a denúncia dos posseiros de Vale Verde a conduta violenta da Bralanda era possível graças a corrupção patrocinada pela empresa no município de Porto Seguro: “[...] para agir impunemente, a Bralanda suborna com dinheiro e presentes o delegado regional de Porto Seguro [...] e o delegado de polícia do distrito de Itabela [...] A denúncia de corrupção também envolve o juiz da comarca” (EMPRESA..., 19/10/1978, p. 26). Por meio da FETAG-Ba, os posseiros pediram a abertura de inquérito policial junto à SSP-Ba, além de oficiar o Instituto de Terra da Bahia (Interba) a respeito da “real situação das terras que a Bralanda ocupa e das áreas que a empresa pretende tomar dos posseiros”. No processo os posseiros denunciaram autoridades locais envolvidas na grilagem e expulsão de camponeses de suas terras. Tendo passado quase um ano da abertura do inquérito nenhuma providência havia sido de fato tomada pelos órgãos do estado (LAVRADORES..., 12/06/1979, p. 17). Em meio à lassidão das autoridades públicas a luta de classe se aprofundava no campo baiano³³¹.

O Avanço da Pecuária Bovina

A situação socioeconômica nas área de domínio da pecuária bovina também não era boa para a maioria das pessoas. No “Nordeste de Minas Gerais e Extremo Sul da Bahia, onde a economia é baseada na engorda do boi, a carne para o pobre é produto raro e o leite para as crianças é somente o da mãe. Lá é difícil de se viver, tanto faz ser mineiro ou baiano”

³³¹ Ocorreram no extremo sul inúmeros outros casos de grilagem apontados em documentos e inquéritos policiais de delegacias municipais, da SSP-Ba e do Interba (cf. GUERRA, 23/12/2013, s/p.).

(TANTO..., 12/06/1972, p. 31). Além de promover devastação ambiental a pecuária extensiva gerava pobreza à sua volta. O dinheiro que a expansão crescente da atividade bovina extensiva possibilitava, em razão da expansão do mercado de proteína animal em outras regiões, ficava quase todo ele concentrado nas mãos de uns poucos fazendeiros. As carências alimentares e sanitárias levavam, frequentemente, ao aparecimento de doenças endêmicas: “Malária e tifo na Bahia, esquistossomose, verminose, tuberculose e subnutrição em Minas, assolam as populações rurais entre o nordeste mineiro e extremo sul, notadamente ao longo da Estrada do Boi que liga Caravelas e Teófilo Otoni”³³². Numa região de expansão pecuária a alimentação do pobre continuava sendo baseada na mandioca, no milho e, às vezes, no peixe; e “50% da população infantil sofre de distúrbios alimentares”. Concentração de capital não significa, necessariamente, geração de empregos, distribuição de renda ou melhoria das condições de saúde da população.

Nas zonas de pecuária não se esperava muitas oportunidades de encontrar emprego. Isso nem mesmo nos lugares onde a pecuária incentivou a urbanização. A força de trabalho empregava-se mais na pequena agricultura e na extração e beneficiamento de madeira nativa. Mas mesmo nestes setores a demanda por trabalho não era suficiente para empregar parte considerável dos trabalhadores. Mesmo nos lugares mais economicamente dinâmicos a situação começava a se deteriorar no início da década: “Em Nanuque, o maior centro urbano da região, onde existe uma grande serraria da Brasil-Holanda, também o desemprego começa a ser uma ameaça” (TANTO..., 12/06/1972, p. 31). E muitos desocupados foram procurar trabalho em outros estado do Brasil, no Norte e no Sudeste do país³³³. Oportunidades de emprego surgiam também com a abertura de frentes de trabalho na região para a construção de rodovias, a exemplo das BRs 418 (“Estrada do Boi”), 116 (“Rio-Bahia”) e 101 (“Rio-Bahia litorânea”). Mas estes tinham ainda de disputar as vagas com trabalhadores depauperados deslocados de outros estados do Nordeste, não raro acompanhados de suas esposas e filhos. A redução da renda e a falta de empregos estimulavam migrações, “uma constante preocupação para os prefeitos”, tanto no nordeste mineiro, quanto no extremo sul baiano. E a economia regional já

³³² Na cidade mais próspera de toda a macrorregião, Nanuque, o número de médicos reduziu-se de 22 para 17 (1972). Enquanto isso, em Caravelas, a cidade com a melhor (ou menos pior!) situação de infraestrutura de saúde do extremo sul baiano, “dos sete médicos existentes anteriormente hoje há quatro”. Nos municípios mais novos, Itanhém e Medeiros Neto, próximos da fronteira com o polo pecuário mineiro, havia apenas dois e três médicos respectivamente. Itanhém tinha 34.810 habitantes, enquanto a população Medeiros Neto era composta de 29.356 moradores (TANTO..., 12/06/1972, p. 31).

³³³ “A população de Nanuque que era de aproximadamente 52 mil habitantes [...] baixou para 49.016” (TANTO..., 12/06/1972, p. 31).

não era mais capaz de absorver toda a força de trabalho disponível, que se convertia em mão-de-obra sobrando.

Por certo, o incremento populacional que se verificou no extremo sul ao longo das décadas de 1950 e 1960 alimentou o quadro de empobrecimento regional nas áreas de pecuária, ao mesmo tempo em que reforçou o avanço da propriedade privada da terra. A certa altura, ainda mais do que a exploração predatória dos recursos da floresta, a posse, portanto o controle da terra nua, passou a ser a principal fonte dos mais graves problemas em toda a região, incrementando, inclusive, a devastação ambiental. Embora este período tenha sido também de avanço da urbanização, inclusive na sub-região interiorana – e nesta até mesmo proporcionalmente maior do que na litorânea –, o extremo sul seguiu sendo uma região fundamentalmente rural. Não é de admirar que os reclames sobre as “terras devolutas” do estado tenham aumentado nestes anos, resultando no crescimento do número de propriedades rurais particulares em todo o estado e também no extremo sul, conforme registrado nos censos demográfico e agrícola do IBGE.

Tamanha é a extensão das terras que o aumento do número de propriedades rurais ocorre simultaneamente ao incremento da concentração fundiária, com a substituição gradual, porém constante, de pequenas posses e sítios por fazendas. Tudo isso ocorreu às expensas da redução das áreas de mata. Mas foi o avanço propriamente da fazenda de gado que alterou o nível de degradação da floresta atlântica no extremo sul. Este foi determinado antes pelo crescimento da pequena e média lavouras, pela expansão da exploração madeireira, iniciando um processo aberto de destruição florestal em grande escala, permanente e expansivo. À rigor, nem mesmo a exploração madeireira empresarial destruíra toda a mata a seu alcance na sua busca incessante por árvores vivas que se converteriam em madeira morta. A extração madeireira na floresta nativa empobreceu grandemente a biodiversidade dos domínios de natureza. Modificou, degradou e levou, inclusive, às mudanças de paisagem capazes de alterar definitivamente a fisionomia, a diversidade e mesmo a estrutura dos espaços naturais: “Clareiras produzidas para abrigar fazendas ou agricultura de grande escala podem impedir o retorno a um estado maduro por tempo muito mais longo ou, talvez, para sempre” (DEAN, 2018, p.32). Estamos diante de formas de perturbação natural características dos processos ecológicos de não-retorno à condição original.

Avançando paralelamente a exploração madeireira predatória e sistemática, a rápida expansão da grande pastagem bovina fez com que nos lugares onde esta atividade se instalava no extremo sul baiano praticamente não mais existissem árvores, arbustos e toda variedade de

plantas nativas, a exceção de algumas gramíneas naturais. A frequente “limpeza” das áreas de pastagem conhecidas como “mangas”, e o pisoteio do gado, impediam o retorno dos arvoredos e arbustos e, no limite, transformou setores do ecossistema em campos gramados permanentes. A floresta foi se fragmentando e, crescentemente, era encurralada em “reservas de madeira”. Algo semelhante se pode dizer da agricultura não itinerante, notadamente o latifúndio monocultor extensivo, embora este ainda permitisse em certos setores dos terrenos ocupados, em margens e lacunas, a existência de outras plantas, porém todas elas domesticadas³³⁴. Mas a grande lavoura não se espalhou tão amplamente no extremo sul da Bahia como a pecuária bovina extensiva.

O Jacarandá da Bahia

Como já dito, a floresta atlântica do extremo sul da Bahia, juntamente com a do norte do Espírito Santo, foram originalmente as áreas mais diversas da rica Mata Atlântica brasileira. Matas como estas podiam conter cerca de 400 metros cúbicos de madeira por hectare. Segundo informação publicada no jornal O Globo, Porto Seguro detinha à época “a maior reserva florestal do sul da Bahia” (ANDREAZZA..., 22/04/1973, p. 8). Somente em Porto Seguro o estoque de madeira era de cerca de 100 milhões de metros cúbicos, tendo em média, aproximadamente, 280 metros cúbicos de madeira serrável por hectare. Já para todas as reservas florestais nativas do extremo sul a estimativa era de mais de 230 milhões de metros cúbicos de madeira ainda em pé (ITABELA..., 04/12/1974). No período, quase metade da madeira consumida no Brasil vinha da Mata Atlântica, com o país consumindo em média 15 milhões de metros cúbicos por ano, em números oficiais (SANTOS, OLIVEIRA, HELLMEINSTER-FILHO, 2009). Mantendo-se esse ritmo, somente as reservas nativas estimadas do extremo sul poderiam sustentar o consumo nacional de madeira por pouco mais de 15 anos. Pode parecer muito tempo, mas em 1970 as reservas florestais nativas remanescentes do extremo sul não ultrapassavam muito 8.000 km², nem de perto do seu tamanho original de mais de 50.000 km².

É possível que as estimativas florestais do extremo sul baiano estivessem superestimadas, dado o alto nível de fragmentação de praticamente todos os setores florestais, a exceção dos 22.500 hectares (ou 225 km²) correspondentes à área inicialmente destinada ao

³³⁴ Este raciocínio não se aplica, por óbvio, às agroflorestas, modalidade de agricultura e sistema de produção que integram no mesmo espaço produtivo culturas domesticadas e plantas florestais.

Parque Nacional do Monte Pascoal³³⁵. Mas, por certo, o número correto não era muito diferente disto, pois com a implantação do polo industrial madeireiro na região a quantidade de madeira disponível para a indústria vinha sendo estimada pelos técnicos do Estado e das empresas privadas. Com a promessa do governo da Bahia de aumentar o potencial elétrico da região a expectativa era fazer funcionar no polo madeireiro ao menos 15 indústrias. Muita expectativa se tinha com a chegada de uma fábrica japonesa de processamento de madeira. A prefeitura de Porto Seguro planejava ainda convidar empresas de reflorestamento para se instalarem no polo, como a Flonibra e a Aracruz Florestal. O reflorestamento com espécies exóticas era visto pela autoridade municipal como uma saída para combater o “desmatamento criminoso”. Mas antes mesmo do início das operações do polo madeireiro, árvores muito apreciadas como o jacarandá e o cedro já vinham desaparecendo.

De acordo com dados divulgados pelo IBDF a produção baiana de madeira vinha crescendo fortemente no começo dos anos 1970, passando de 124.319 m³ em 1971 para 1.130.266 m³ em 1973 (BAHIA..., 04/12/1974, p. 23). Somente nos seis primeiros meses de 1974 o estado já havia retirado das matas mais de 730 mil m³ de madeira nativa. O que mostra que mesmo com a redução dramática da área de cobertura vegetal natural a exploração madeireira seguia acelerando. Órgãos de fomento continuavam a disponibilizar milhões de cruzeiros para atender projetos, instalações e operações de beneficiamento do setor³³⁶. Grande parte da madeira do estado tinha como destino o exterior. O Jornal do Brasil noticiou que em 1973 dos “612 mil metros cúbicos de madeira [da Bahia] em toros movimentados, 482 mil foram exportados, industrializando [no estado] apenas 21,3 por cento deste movimento”. Neste período a maior parte da madeira provinha das florestas do extremo sul do estado.

Muitas espécies de árvores estavam ameaçadas de desaparecer na Mata Atlântica. Em meados de 1960 surgiam “os primeiros sintomas de uma calamidade que se aproximava a passos largos” (Florestas..., 28/11/1970). Árvores como pau-brasil, pau-rosa, cedro, mogno, castanheira, peroba, araucária, imbuía e jacarandá já se encontravam em risco de extinção. A situação do jacarandá era particularmente preocupante. Em 1966 o jornalista Hélio Passos publicou nas páginas da revista O Cruzeiro um artigo intitulado “*Jacarandá, riqueza ameaçada*”, em que tratava desta “madeira nobre” que havia se tornado moda no Brasil e vinha “obtendo grande aceitação no mercado internacional” (PASSOS..., 23/10/1966, p. 45-9).

³³⁵ Apesar da generalizada destruição da floresta atlântica no início dos anos 1970, a criação do PNMP algumas décadas antes acabou por impedir o avanço do desflorestamento predatório neste território, com a área do Parque sendo no período “a maior faixa isolada de Mata Atlântica primária do Nordeste” (DEAN, 2015, p.351)

³³⁶ No primeiro semestre de 1974 somente “a Sudene liberou recursos da ordem de Cr\$ 157 milhões e 864 mil” (BAHIA..., 04/12/1974, p. 23).

Evidentemente, trata-se de bem de consumo de setores mais altos da classe média e dos ricos brasileiros. Existiam diferentes espécies de jacarandá no Brasil, quase meia centena delas, como o jacarandá mimoso, o jacarandá rosa, o jacarandá amarelo (ou do cerrado), dentre outras, distribuídas em muitas lugares da Mata Atlântica e de outros biomas, em diferentes regiões do país³³⁷. A espécie jacarandá-da-bahia, *Dalbergia nigra* na definição científica, é uma árvore nativa muito encontrada nas florestas do sul da Bahia, norte do Espírito Santos e nordeste de Minas Gerais. É uma das espécies mais altas, robustas e rijas da família. Sua tonalidade escura e marcada por listras fez com a árvore fosse conhecida também como “jacarandá preto” (“pau-preto”) ou “jacarandá rajado”. Sua presença no sul da Bahia era tão conhecida que a árvore foi denominada de “jacarandá-da-bahia”. Muito utilizada desde o século XVI, a sua extração foi se tornando cada vez mais predatória a partir de meados do século passado, quando a madeira caiu no gosto das camadas médias e alta de renda da população brasileira e mundial. Alguns observadores no final dos anos 1960, fazendo certo alarde, anunciavam que o declínio do jacarandá teria efeitos parecidos com aqueles ocorridos com fim do ciclo da borracha brasileira na Amazônia meio século antes, quando regiões produtoras antes prósperas tornaram-se então decadentes.

O jacarandá-da-bahia era alvo prioritário de buscas na mata, pois com a crescente procura internacional e nacional os preços da madeira subiam a cada ano³³⁸. Os principais países compradores do jacarandá brasileiro eram Dinamarca, Alemanha, França, Itália e EUA, sendo a maior zona produtora o sul da Bahia. De acordo com Passos os “caboclos” penetravam as matas em busca do jacarandá. Ao encontrarem boas árvores derrubavam-nas. As toras eram então arrastadas por bois para o local onde seriam descascadas e avaliadas. Ao chegar no porto de Ilhéus as toras eram colocadas em “barcaças”, de onde partiam pelos rios em direção aos navios. A procura por esta madeira é tão intensa que os caboclos muitas vezes entram em disputas pela sua localização na floresta, o que, segundo se noticiava à época, levava a “dezenas de mortes na região” (PASSOS, 23/10/1966, p. 46). Um jacarandá adulto leva mais de 50 anos para atingir o ponto ideal de corte, e nesta fase um único indivíduo pode oferecer até cinco metros cúbicos de madeira. Mas eram poucos os fazendeiros produtores de mudas, e mesmo

³³⁷ AGRO 2.0. *Jacarandá traz beleza e equilíbrio ao meio-ambiente*. Disponível em: <<https://agro20.com.br/jacaranda/>>.

³³⁸ Em 1965 o Brasil exportou 15.295 toneladas de jacarandá, ao preço de 227,85 dólares a tonelada. Beneficiado pela indústria e transformado em lâminas para a produção de móveis finos, a madeira atingia valores bastante elevados: mais de 1.300 dólares o metro cúbico, a preço de 1965. Em 1961 o metro cúbico exportado custava 800 dólares (PASSOS, 1966, p.46). Em poucos anos a exploração de madeira nativa no sul da Bahia, via o limitado porto de Ilhéus, havia contribuído “para o comércio de exportação do Brasil com 200 milhões de dólares” (COUTINHO, 07/09/1968, p. 133).

estes não esperam “o tempo azado para o abate”. A despeito da previdência de alguns particulares, não havia esforço mais amplo de conservação da planta. Entre 25 e 30 anos de idade um pé de jacarandá nativo apresentava-se economicamente viável para o abate³³⁹. Ainda assim era tempo demais para que os agentes econômicos “racionais” fossem estimulados a realizar o seu replantio.

A extração e venda do jacarandá não diferia essencialmente do de outras madeiras nobres da região. Irineu Guimarães, jornalista que visitou o sul baiano e acompanhou de perto a exploração do “jacarandá da Bahia”, escreveu sobre o desaparecimento da “mais elegante de todas as madeiras nobres do mundo”, cujo processo se organizava da seguinte forma:

Normalmente, a primeira etapa se inicia por um encontro com o marcador, isto é, o homem que procura a árvore na mata [...]. Este marcador, via de regra, já negociou a árvore com o dono da propriedade: é o primeiro intermediário. O madeireiro, que compra do marcador, é quem tem de ir buscar o pau a mata. Leva as traçadeiras (enormes serras manuais), os homens, manda traçar os toros no local e abrir picadas para a junta de bois que vai trazer a madeira até a beira da estrada de terra batida onde passe um caminhão. Os toros são estocados em um tombador, que é em geral um simples galpão abrigado das chuvas, mas aberto a todos os ventos [...]. Quando existe quantidades mais ou menos grandes de toros, chegam os agentes das grandes empresas de laminação do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e começa então a terceira operação do garimpo que se parece muito com um grande encontro de compradores de gado-em-pé. Os toros foram medidos pelo madeireiro e o comprador jamais vai exigir nova medição [...]. Os cálculos de preço são feitos de acordo com a média estabelecida entre toros ótimos e toros menos bons [...]. O lote é vendido por inteiro (GUIMARÃES, 20/11/1971, p. 104).

No início da exploração econômica do jacarandá, apesar da sua dispersão natural, a planta era encontrada com certa regularidade nas matas. Em meados de 1960 já não era mais esta a realidade de sua exploração econômica em toda a região. A árvore se encontrava-se em vias de extinção. Tal era a gravidade do iminente risco do desaparecimento de importantes espécies arbóreas comerciais da Mata Atlântica, como o jacarandá, que a questão acabou por apressar a sanção da Lei 4.711 pelo presidente Castelo Branco, que criou o “Código Florestal de 1965” (FLORESTAS..., 28/11/1970). O novo código não obrigava, entretanto, os madeireiros a replantarem com espécies nativas, mas criava estímulos fiscais para o reflorestamento, basicamente com árvores exóticas, a exemplo do eucalipto e de pinheiros. Ninguém parecia estar disposto a aguardar décadas anos para que novos jacarandás estivessem à altura para o corte.

³³⁹ Nesta fase a planta tem, em média, circunferência de 1,10 m e cubagem de 0,600 m³ (PASSOS, 23/10/1966, p.46).

Um fato curioso em torno da caça ao jacarandá foi o grande movimento de pessoas que a busca pela nobre “madeira negra” provocava. Conta-se que a corrida pelo jacarandá foi de tal monta que fez com que fossem abertas “estradas em tôda a região, a ponto de ser responsável pela interligação rodoviária de todo o Extremo Sul baiano e Norte mineiro e capixaba” (PASSOS, 23/10/1966, p. 46). Tratava-se, evidentemente, de estradas vicinais. Mas o anedotário popular não perdeu a oportunidade e tratou de apelidar o jacarandá de “Deputado”, pois além de “construir estradas”, ele foi um “grande implantador de povoados”. Por certo há exagero quanto a capacidade da “economia do jacarandá” em fomentar infraestrutura de comunicação, mas numa região tão carente de meios como o extremo sul as trilhas do jacarandá se apresentavam como progresso. Ademais, a sua venda deixava nas mãos de “caboclos” (lenhadores) e madeireiros algum recurso financeiro. Mas não nos enganemos, o grosso do dinheiro ficava sob posse dos atravessadores madeireiros, negociantes e beneficiadores industriais. A riqueza do jacarandá não fez ricos os seus exploradores locais, com exceção de alguns poucos lenhadores e comerciantes austeros.

As queixas na imprensa não parecem ter surtido efeito e no início da década de 1970 seguia em ritmo acelerado a exploração do jacarandá. A retirada predatória de madeiras nobres de uma floresta, além de modificar a sua fisionomia vegetal, é suficiente por si só para alterar a estrutura biótica que define o potencial de retorno à sua condição anterior (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983). Os especialistas calculavam que a extinção da planta estava próximo de acontecer. Ocorre que o “replante dessa essência não suscita, até o momento, o interesse de nenhuma companhia madeireira” (GUIMARÃES..., 20/11/1971, p. 100). Nem mesmo o período no final dos anos 1960 marcado por problemas de comercialização, carências de meios de transporte eficientes e dificuldade de encontrar espécies, provocando “uma pausa relativamente longa na caça do jacarandá”, impediu que a sua exploração retornasse “com redobrada fúria” no início da década seguinte. Por seu lado, o governo baiano, ciente dos problemas de contrabando em suas fronteiras e informado pelos especialistas dos órgãos florestais e técnicos agrícolas, sabia dos riscos à produção de madeira no estado. Decidiu entabular conversas com autoridades federais e resolver o assunto, apelando para mudanças na legislação em vigor. A evidência então disponível não era nada animadora, pois o jacarandá já havia desaparecido completamente do Recôncavo baiano. Era o sinal de que outras espécies poderiam seguir pelo mesmo caminho, e de que o tão requisitado jacarandá-da-bahia poderia desaparecer completamente das florestas do estado.

O governo baiano iniciou uma forte campanha política na imprensa e municiou-se de dados: “Dos 320 km² de matas existentes na Bahia à época do descobrimento, sobreviveram hoje apenas cerca de cem mil” (GUIMARÃES..., 20/11/1971, p. 105). Certamente este dado sobre a extensão das matas baianas não se refere exclusivamente à floresta atlântica original, pois esta possuía tamanho consideravelmente menor, de aproximadamente 215 mil quilômetros quadrados (CAMPOS, 1912 apud RÊGO, HOEFLICH, 2001). Mas pressionada pelo governador ACM a Assembleia Legislativa baiana aprovou uma lei que fecharia a fronteira sul do estado à saída de madeiras nativas: “Durante setenta e duas horas houve correrias nas laminações das grandes cidades [mineiras] e os governos dos estados vizinhos apelaram”. Cobrava-se dos madeireiros o replantio obrigatório de mudas para cada árvore nativa derrubada, tal como previsto no Código Florestal de 1965. No centro da disputa estava a “crise do jacarandá”, que prenunciava o que poderia acontecer com outras espécies baianas à medida que o descontrole se mantivesse na fronteira meridional do estado. O objetivo não era, entretanto, proibir a exploração madeireira, mas racionalizar a extração e reverter os benefícios fiscais da atividade para a Fazenda do estado. O governo baiano cobrava também da União o repasse de recursos para reflorestamento do programa de incentivos fiscais do governo federal, com previsão de que as empresas pudessem deduzir 50% do imposto de renda devido no caso de realização de investimentos destinados à conservação florestal.

Nesse meio tempo os madeireiros mineiros e capixabas logo se encarregaram de desviar o foco de sua atuação predatória no extremo sul da Bahia noticiando que 80 mil famílias tiravam o seu sustento do conjunto das atividades madeireiras. Aproveitaram para acusar os governos baianos de não criarem na região infraestrutura básica, tornando inviável o estabelecimento de empresas madeireiras no sul/extremo sul da Bahia (GUIMARÃES..., 20/11/1971, p. 109). Ainda acusaram os fazendeiros baianos da destruição da floresta estadual ao abrir roças e pastagens por meio do corte e da queima da vegetação. O governador mineiro também reagiu, e o imbróglio político foi parar na mesa do Ministro da Fazenda Federal, Delfim Neto. A intervenção do ministro civil do governo militar aplacou os ânimos e compromissos foram firmados entre os governadores mineiro e baiano. O problema político se resolvia, mas o jurídico ainda levaria algum tempo.

Da Exuberância Florestal à Devastação Sistemática

Não apenas o jacarandá era alvo da atividade madeireira predatória. Para além do lenhador, em geral um trabalhador mal remunerado pelos seus serviços, os grandes personagens da epopeia da devastação florestal eram madeireiros, fazendeiros e pecuaristas. O madeireiro é, na verdade, um explorador negociante que compra as árvores dos fazendeiros donos das terras. Muitas vezes após a retirada das melhores árvores o que restava da mata era queimada para o estabelecimento de lavoura e, cada vez mais, de pastos para o gado bovino: “O madeireiro compra as árvores do dono da terra, tira o que tem de melhor. Depois, aproveitando a folhagem seca, o pecuarista toca fogo e semeia capim, colônio, que cresce e recebe mais fogo, até virar pasto” (MONFORTE, 15/05/1977, p. 168).

Na reportagem que gerou polémica à época, intitulada “A posse ilegal de terras provoca morte. A floresta cai, fica o deserto, nasce a violência”, jornalistas do jornal O Estado de S. Paulo levantaram informações e dados alarmantes sobre a extração de árvores no extremo sul da Bahia. Segundo informavam, entre os vales dos rios Doce e Jequitinhonha, estavam em operação “2.500 serrarias” (MONFORTE, 15/05/1977, p. 168). Estimava-se que cada serraria cortava, em média, “20 árvores por dia”. Assim, algo em torno de 50 mil árvores eram abatidas diariamente em todo o extremo sul da Bahia. As espécies mais procuradas eram as “madeiras nobres”: jacarandá, cedro, peroba, jatobá, vinhático, macanaíba (sucupira), pau-d’arco (ipê), paraju (maçaranduba), juerana, loureiro, acá-de-leite, oiticica, canela, pequi, putumuju, araribá, bicuíba, gonçalo alves, dentre outras (DEVASTAÇÃO..., 28/09/1971; SUL..., 28/09/1971; MONFORTE, 15/05/1977). Segundo Morforte em meados da década de 1970 algo como “14 milhões de árvores” era extraídas todo ano, em média, da floresta atlântica situada no extremo sul da Bahia.

Monforte, no entanto, não informou na matéria de onde extraiu os dados sobre árvores que divulgou. Não encontramos estatísticas sobre o número de árvores abatidas por madeireiros para a região no período deste estudo. Assim, não tivemos como confirmar os números apresentados pelo jornalista para a região. Contudo, com base em informações que colhemos ao longo da pesquisa sobre extensão das florestas primária e secundária, capacidade das reservas de madeira, cubagem (metro cúbico por hectare) das reservas nativas, densidade da floresta biodiversa (número aproximado de árvores por hectare para a região), e considerando dados divulgados pela indústria madeireira nos anos 1970 para o extremo sul da Bahia, a reserva estimada de madeira nativa útil para a indústria entre o final dos anos 1960 e início da década de 1970 era de cerca de 233 milhões de metros cúbicos. Tomando por referência a quantidade média de metros cúbicos por hectare de floresta situada no município de Porto Seguro

(aproximadamente 280 m³/ha), chegamos a uma extensão de floresta útil para indústria madeireira, o que inclui vegetações primárias e secundária médio-avançada, de pouco mais de 832 mil hectares para todo o extremo sul no período, ou aproximadamente 8.320 km².

Outros dados sobre remanescentes florestais do sul e extremo sul da Bahia, todavia, já foram publicados. Warren Dean (2015, p.314), baseado no “Inventário Florestal das Matas Remanescentes do Sul da Bahia” de Máximo Hori³⁴⁰, afirmou para o sul da Bahia (ele possivelmente se referia a toda a parte meridional do estado, o que inclui as regiões Litoral Sul e Extremo Sul) a existência de cerca de 11 mil quilômetros quadrados de floresta preservada em 1971 (DEAN, 2015, p. 314). Todavia, ele se referia aqui apenas a “floresta intacta”, ou seja, primária. No extremo sul a floresta primária ocupava uma extensão territorial inferior à do litoral sul. Já o estudo de Blinder (2005) tomou por base mapas de vegetação da Ceplac sobre as regiões meridionais da Bahia, produzidos nos anos 1970 a partir de imagens de satélite. Segundo sua pesquisa o extremo sul possuía apenas 3.046,71 km² de floresta primária em 1975 (10,42%). Outros 12.285,60 km² eram de Mata Atlântica alterada, ou seja, vegetação sucessória em diferentes estágios de regeneração. Mas apenas os remanescentes em estágio médio-avançado e avançado podem ser considerados produtivos para a indústria madeireira. Nesse sentido, para o cálculo empresarial da reserva de madeira a disposição do setor não tem sentido proceder à simples somatória do volume de biomassa das áreas primárias e secundárias, pois parte deste não teria aproveitamento econômico na produção, nem tão pouco é correto considerar no cômputo apenas os remanescentes primários, pois certas florestas em estágio médio e avançado de regeneração podem oferecer matéria-prima útil para a indústria.

Assim, podemos dizer que entre 1500 e 1975 mais de 80% da Mata Atlântica do extremo sul da Bahia sofreu algum grau de degradação antrópica. Segundo um levantamento feito por pesquisadores florestais e publicado na Revista *Árvore*: “Em 1945 o extremo sul da Bahia apresentava mais de dois milhões de hectares de floresta” (OLIVEIRA et al, 1997, p. 503)³⁴¹. Portanto, algo em torno de 20.000 km² de matas remanescentes existiam na região em meados do século passado. Isso significa que entre a chegada dos primeiros europeus ao extremo sul da Bahia e 1946, primeiro ano de medição por satélite da floresta regional, a taxa de devastação

³⁴⁰ HORI, Máximo. “Inventário florestal das matas remanescentes do sul da Bahia”. *Simpósio Florestal da Bahia*, 1, 1987, Salvador, Anais. Salvador: Instituto de Pesquisa do Leste, 1987, p.25-31.

³⁴¹ O artigo é parte de um trabalho de mestrado de um dos autores. Consideramos a hipótese de que em 1945 a área florestada fosse mais extensa. Visualizando as imagens de satélite produzidas no âmbito do “Projeto Mata Atlântica Nordeste”, realizado em convênio entre a Ceplac (Ilhéus) e o Jardim Botânico de Nova Iorque, estas são sugestivas ao observador de uma maior extensão de floresta preservada. Contudo, sabemos que as imagens de satélite da época não apresentavam grau de detalhamento muito bom, podendo acontecer de áreas fragmentadas aparecerem integradas às áreas de floresta contínua (ver: RICKLEFS, 2003, p. 451).

florestal foi de 37%. Em termos comparativos, somente entre 1945 e 1970 a perda de floresta na região foi superior a 41%. Em 25 anos destruiu-se no extremo sul baiano mais Mata Atlântica no que nos 450 anos anteriores³⁴². E não parou por aí. O andamento das rodovias, a demanda crescente por madeira, a implantação do polo madeireiro em Porto Seguro e a expansão da fronteira agropecuária regional seguiram impactando fortemente o bioma no extremo sul: “De 1971 a 1974, cerca de 40% das matas existentes foram destruídas” (OLIVEIRA et al, 1997, p. 503). Para tornar a situação ainda mais ameaçadora para o bioma e os ecossistemas atlânticos, ao final dos anos 1970 a capacidade das madeireiras de extrair madeira e das serrarias de as processarem se aproximava de 1,5 milhão de metros cúbicos por ano.

De acordo com estudos de estrutura e composição de floresta atlântica (secundária) e densidade de espécies arbóreas para a implantação de projetos de restauração de trechos de mata atlântica, entre 1.400 e acima de 2.000 indivíduos podem ser encontrados em um hectare de floresta ou remanescente florestal³⁴³. Considerando uma floresta densa, complexa e biodiversa como a extremo sul baiano não é absurdo estabelecer para fins de cálculo aproximado uma estimativa média acima de 2.000 árvores para cada hectare de floresta nativa. Assim, acreditamos que a floresta atlântica do extremo sul possuía neste período algo em torno de um 1,6 bilhões de árvores em pé³⁴⁴.

Considerando a razão de 14 milhões de árvores abatidas por ano, e mantendo tudo o mais constante para fins meramente de cálculo aproximado, as árvores da Mata Atlântica do extremo sul seriam completamente eliminadas num prazo de 118 anos. Todavia, este era o número de todas as árvores das florestas e não apenas daquelas que eram o real alvo dos

³⁴² No final do século XVII a coroa portuguesa proibiu os colonos de avançarem sobre os territórios interioranos das antigas capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, com o objetivo estratégico de criar, segundo a historiadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, uma “zona tampão” que impedisse o acesso pelo litoral das grandes áreas de mineração do “sertão”, localizadas inicialmente na área de jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, mas em 1709 separada e integrada à nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro criada por Carta Régia (mais tarde toda esta área seria integrada à Capitania de Minas Gerais, criada ao final de 1720). Entre as atividades proibidas aos colonos nesta grande área estava a derrubada das matas. A proibição régia foi perdendo força e a partir do final do século XVIII a política da zona de exclusão foi sendo gradativamente abandonada por conquistadores e pelas autoridades das capitanias de Minas e Espírito Santo (ver: PARAISO, 2014; CANCELA, 2020).

³⁴³ Ver: DRUMOND, M.A. et al. Alterações fitossociológicas e edáficas na mata atlântica em função das modificações da cobertura vegetal. *Revista Árvore*. Viçosa-MG, v. 10, n. 4, 1996, p. 451-166; TANUS, M. et al. Estrutura e composição de um trecho de Mata Atlântica no Parque estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, SP, Brasil. *HOEHNEA* (Revista Digital), v. 39, n. 1, 2012, p. 157-168 (Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hoehnea/a/DqXqDhLLwcv8fHLrk4ddTCH/?lang=pt#:~:text=A%20estrutura%20e%20composi%C3%A7%C3%A3o%20de,%20C5%20m%20de%20altura>>).

³⁴⁴ Para este cálculo são consideradas as árvores com DAP maior do que 0,05 m. O DAP (diâmetro à altura do peito) é um variável de medição costumeiramente adotada para o cálculo de inventários florestais. Os inventários florestais verificam as dimensões das árvores de uma floresta, ou trecho de floresta, para determinar o seu volume e estoque de biomassa. No Brasil esta medida de diâmetro é empregada em espécies com altura mínima, a partir do solo, de 1,30 m (IBF. *O que é DAP de uma árvore?* Disponível em <<https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/o-que-e-dap-de-uma-arvore>>).

madeireiros, ou seja, as árvores de maior rendimento, portanto as maiores, fossem elas “madeiras nobres”, preferidas pela indústria de móveis e decoração, ou as madeiras leves, também chamadas “brancas”, muito procuradas para a produção de carvão vegetal e lenha, sobretudo quando as madeiras duras começavam a escassear. Por outro lado, grande número das árvores nativas eram inadequadas para o corte, em razão de sua espécie, tamanho e espessura. Portanto, o número de plantas consideradas adequadas para a extração industrial era consideravelmente menor do que o número total de árvores existentes na floresta. Além disso, sabemos que a ação sistematicamente conduzida dos madeireiros, mesmo para os fins industriais a que se pretendia, não eliminava as árvores completamente. Após a derrubada de parte do arvoredo composta por indivíduos tidos como viáveis para a atividade comercial, o restante da mata seguia de pé. Por certo a extração abria clareiras e lacunas, e a queda das maiores espécies podia levar junto outras tantas árvores menores e arbustos, mas a mata não era totalmente destruída. Com base nisso, os números informados por Monforte bem podem estar próximos ao real grau de exploração madeireira no extremo sul baiano, não nos parecendo, portanto, despropositados, embora possa haver algum excesso³⁴⁵.

A ausência de espécies importantes levava naturalmente a desequilíbrios ecológicos, com potencial de redução da densidade das matas. Ainda assim, apesar da atividade extrativista predatória, parte da vegetação se mantinha, e uma nova floresta, secundária, poderia ali se desenvolver caso o terreno fosse deixado em paz por anos. As áreas perturbadas eram convertidas crescentemente em pastos, lavouras e campos abertos. Portanto, a atividade econômica que se seguia ao extrativismo madeireiro industrial era o que eliminaria completamente trechos inteiros de floresta nativa, seja liquidando para sempre a cobertura

³⁴⁵ A reportagem foi preparada por quatro repórteres que visitaram a região, porém o texto da matéria fora redigido apenas pelo jornalista Carlos Monforte. A matéria gerou insatisfação em ao menos um dos entrevistados locais. Uma semana após ter sido publicada a matéria, O Estado de S. Paulo publicou uma carta enviada à redação do jornal por Rui Barbosa Romeu, advogado, empresário imobiliário e pecuarista, morador do povoado de Eunápolis. Na carta o sr. Rui Romeu protestava afirmando que a entrevista que concedeu aos jornalistas recebeu “conotação diversa” no texto da matéria, tendo sido confundida a sua confirmação sobre a existência de crimes de pistolagem na localidade com licença para que seus clientes cometessem crimes. Disse ainda que a matéria atribuía a sua pessoa outras inverdades, tais como futuros interesses políticos, obtenção de favores de proteção pessoal em troca do livramento jurídico de pistoleiros e especulação imobiliária. O Redator-Chefe do jornal, tendo conversado com os autores da reportagem, escreveu aos leitores o que considera equívocos contidos na carta de Rui Romeu e afirmando confiança em seus profissionais. Outra polêmica da matéria foi o número atribuído de prostitutas que atuavam no povoado Eunápolis. À época Eunápolis, maior povoado de Porto Seguro, definido na matéria como “terra de ninguém”, “ex-polo madeireiro do estado”, além de outras qualificações depreciativas, tinha por população expressivos 65 mil habitantes. Até aí tudo bem. O problema foi ter afirmando que no interior desta população havia 14 mil “prostitutas” (21,5% de toda a população). O texto não revela de onde extraiu esta informação, mas é provável que se tratava de número exagerado. Não sabemos se este dado foi repassado ao jornalista por algum morador do povoado, ou ainda se teria sido um erro de digitação. Seja como for, esta informação não foi questionada por Rui Romeu em sua missiva publicado na seção “Dos Leitores” do jornal (SITUAÇÃO..., 20/07/1977, p. 23).

vegetal, ou então formando grandes campos abertos onde aos poucos setores de floresta podiam novamente florescer, porém modificada (floresta secundária). No extremo sul da Bahia foi basicamente o avanço irrefreado da pecuária com o estabelecimento do gado bovino – e em menor medida com a abertura de lavouras de cacau, café, mandioca, coco, etc. – que liquidou com setores inteiros da floresta atlântica regional. Era comum, como nos foi informado em entrevistas com antigos lenhadores, que os fazendeiros já estivessem prontos para, ao final da atividade extrativista realizada em suas propriedades, liquidar com o que sobrasse aplicando fogo no restante da vegetação. Com isso, fazendeiros e posseiros podiam ampliar mais facilmente os seus pastos. Havia casos em que nenhuma medida de queimada ou “limpeza” era tomada pelo proprietário da terra após a derrubada das árvores, algumas delas, apesar de caídas, sequer aproveitadas pelo madeireiro. O destino dos restos mortais vegetais, então, era apodrecer lentamente sobre a terra. Em geral, eram pedaços de tronco não aproveitados, mas também acontecia com árvores inteiras que iam ao solo. A situação era ainda pior nas áreas públicas onde a exploração madeireira também ocorria, em que a ausência total de regras e a conduta apressada dos agentes em dizimar a mata e estabelecer uma nova “propriedade” acelerava a destruição completa da vegetação.

Desde o início dos anos 1970 o IBDF exigia do fazendeiro que desejasse cortar árvores guias, com o que este se comprometia a plantar o mesmo número de árvores cortadas. Ocorre que “existem apenas dois fiscais do Instituto para toda a Bahia, o que torna o controle impossível. O pecuarista pode queimar o quanto quiser, sem dar satisfação” (MONFORTE, 15/05/1977, p. 168). Antes disso, sequer havia qualquer exigência legal de plantio, com a degradação da floresta “correndo solta”. Assim, quando o assalto à floresta regional se intensificou a partir da segunda metade da década de 1960 as normas de controle que passaram a existir com o Código Florestal de 1965, suplementado por portarias e decretos ulteriores, não eram aplicadas por carência de fiscalização, ao que se somava a atividade clandestina dos agentes econômicos e a corrupção das autoridades.

Desde pelo menos o final dos anos 1940 teve início o padrão extrativista madeireiro que ao longo deste trabalho chamamos predatório-sistemático. Na verdade, este padrão refere-se à exploração madeireira em área de floresta nativa, pública e privada, guiada pela lógica de acumulação do capital industrial. Não se trata apenas, como antes, de um extrativismo conduzido pelas formas de exploração, também predatórias, do capital comercial, ou de breves momentos de exploração proto-industrial, como os verificados no passado. A industrialização da extração madeireira em áreas de floresta nativa do extremo sul da Bahia data do início da

segunda metade do século passado, tendo sido basicamente organizada por indústrias de fora do estado. Em 1947 serrarias importantes já atuavam na região: “Reuter e Saback já construíram cerca de 150 km de rodovias dentro das matas baianas, ligando-as às estações da Estrada de ferro (sic) Bahia-Minas [...] para exploração da indústria madeireira”³⁴⁶. Um ano depois chegaria uma grande madeireira à região, a Eleosippo Cunha & Companhia Limitada (depois Elecunha S/A). Empresas grandes como Bralanda S/A, Elecunha S/A e a Itamaraju Agrícola Madeireira instalaram unidades fabris na região. Mas a maior parte dos estabelecimentos madeireiros era de pequenas e médias serrarias locais, ao menos até o início dos anos 1970. Com a industrialização não se iniciou propriamente a exploração predatória da floresta, particularmente da madeira, pois esta sempre foi a forma como o extrativismo foi conduzido desde o início da colonização portuguesa, não apenas na região mas em toda a extensão do território da Mata Atlântica brasileira (e latino-americana). Mas teve início a exploração econômica sistemática (industrial) da floresta atlântica, não apenas no litoral, mas em todo o extremo sul da Bahia.

A fundação de povoados, a abertura de estradas e a implantação de projetos hidrelétricos aumentavam ainda mais a devastação da floresta. Muitos especialistas não apresentavam otimismo sobre o futuro do que restava da Mata Atlântica, a exemplo de Sérgio Lupattelli, membro da Sociedade Brasileira de Silvicultura, que afirmou em entrevista: “Evitar a devastação parece impossível no momento [...]. O que se pode tentar é racionalizar o máximo o corte. A mata atlântica (sic) já está perdida; a solução é aplicar o que se sabe na Amazônia” (MONFORTE, 15/05/1977, p. 169).

Também na política o ambiente era de apreensão. Em entrevista ao Jornal do Brasil o governador ACM se referiu assim à atividade madeireira no estado: “[...] a Bahia também estará condenada, em breve, à importação de madeira das áreas fora de suas fronteiras” (DEVASTAÇÃO..., 28/09/1971, p.16). Por certo a expectativa do governador baiano era de que a devastação florestal diminuísse e a produção madeireira se ampliasse com a organização empresarial da atividade na região do extremo sul, particularmente quando os agentes econômicos adotassem as estratégias de reflorestamento previstas no Código Florestal. O governo estadual estimou em mais de 20 milhões o déficit de árvores não plantadas na Bahia (BAHIA..., 04/12/1974, p.23). O objetivo maior, portanto, era assegurar o fornecimento de

³⁴⁶ Trecho de uma carta escrita pelo deputado baiano Ramiro Herbert de Castro, datada de 25 de dezembro de 1947, ao governador do estado da Bahia Octávio Mangabeira (Cf. KOOPMANS, 2005, p. 36).

madeira no estado³⁴⁷. ACM seguia firme no ideário desenvolvimentista de conciliação entre progresso econômico e (alguma) conservação da floresta nativa.

As florestas do sul/extremo sul da Bahia detinham no “início dos anos 70 os últimos grandes arvoredos acessíveis da Mata Atlântica” (DEAN, 2015, p.314). Mas antes mesmo de findar a década estas florestas nativas não eram mais economicamente viáveis para a indústria madeireira nacional. Não por acaso as grandes empresas de “reflorestamento” começavam a chegar à região. A presença cada vez mais destacada destas empresas não se deveu, como já dissemos antes, à esforços de recomposição da vegetação biodiversa originária, mas sim assegurar a permanência do fornecimento de matéria-prima da indústria nacional, que a esta altura negociava mais madeira no mercado doméstico do que no exterior.

A solução política que vinha ganhando força era o “florestamento/reflorestamento” das áreas degradadas, atraindo para as áreas madeireiras empresas reflorestadoras. Falava-se em “evitar a devastação”, e que para isso o “Governo do Estado” teria de obrigar “as empresas que industrializam madeira com projetos em pauta a compatibilizar seus investimentos com as necessidades de florestamento e reflorestamento” (BAHIA..., 04/12/1974, p.23). Por reflorestamento não se entendia, necessariamente, restaurar a floresta natural, mas basicamente plantar eucalipto:

O fato é que, ainda que fora dos planos do governo baiano, o eucalipto está se tornando a opção mais concreta da região. As reflorestadoras procuram, compram terreno, replantam, devastam [...]. Com toda a devastação que vai de Linhares a Itabuna o País parece estar perdendo uma boa chance de aproveitar a madeira como força energética – a opção para o reflorestamento (MONFORTE, 15/05/1977, p.169)

Tratava-se, antes, de encontrar uma solução energética para o país e econômica para os empresários, e esperava-se que as “reflorestadoras” cumprissem tais tarefas. A recomposição ecológica da Mata Atlântica era apenas o pano de fundo do debate sobre desenvolvimento econômico. O que havia sobrado das florestas da Bahia parecia aos poderes constituídos mais do que suficiente para servir aos objetivos políticos e aos reclames sociais de proteção da “mata original”. Já nesse período viabilidade econômica não significava sustentabilidade ambiental e justiça social. O “desenvolvimento sustentável” mal começava a dar os primeiros passos no mundo e já se portava no extremo sul como uma ideologia desenvolvimentista arrasadora do

³⁴⁷ Apesar da maior parte da madeira baiana ser extraída das florestas do extremo sul do estado, as maiores empresas do setor estavam instaladas no Centro Industrial de Aratu (CIA), na RMS. Indústrias que produziam chapas de madeira, placas laminadas, esquadrias, compensados, aglomerados, ripas, madeira aplainada e madeira serrada. Em 1974 mais de 300 empresas atuavam no CIA na industrialização da madeira no estado, a maior parte delas (249) grandes serrarias (BAHIA..., 04/12/1974, p.23).

meio ambiente (natural e humano). Como o jornalista não deixou de notar, a atuação das empresas reflorestadoras no extremo sul da Bahia levou à concentração de terra, devastação florestal. Mais adiante ficariam evidentes a degradação dos ecossistemas associados e os problemas ambientais decorrentes. Verifica-se o empobrecimento da paisagem natural, com redução da biodiversidade regional, pois a atividade madeireira ditada pelo ritmo industrial, a agricultura expansiva incipiente e pecuária extensiva levaram à quase completa destruição da floresta atlântica biodiversa no extremo sul da Bahia em pouco mais de duas décadas. Em seu lugar, dentro em breve, se afirmará a monotonia da paisagem de “florestas” de eucalipto plantadas (KOOPMANS, 2015).

Para a realização do trabalho de derrubada empregava-se uma variedade de equipamentos. O machado foi soberano por muitos anos, até a difusão do traçador, um tipo de serrote manual em que cada uma de suas duas pontas posicionava-se um homem. Com um movimento corporal coordenado dois lenhadores podiam “traçar” qualquer árvore em bem menos tempo. A motosserra só chegaria ao Brasil em 1960, como equipamento importado. A primeira fábrica de motosserras, a alemã *Stihl*, só se instalaria no país em 1975. Em razão disso, ao longo de todo o período aqui estudado o emprego da motosserra foi restrito na região, em geral limitado às maiores empresas madeireiras. A partir de meados da década de 1960 equipamentos mais eficientes tiveram o uso mais difundido, a exemplo do “cabo-de-aço”, utilizado para puxar a madeira derrubada ao chão (MONFORTE, 15/05/1977, p. 168). Para ser mais eficiente foi útil atrelar os cabos a tratores de arrasto. Nos tratores também se podia ligar robustas correntes (“correntões”). Quando em funcionamento os tratores acorrentados arrastavam tudo o que havia de vegetação mais elevada entre eles. O caminhão concluía o processo transportando as árvores derrubadas, recolhidas e ajuntadas em pontos específicos da mata. Na ausência de caminhões era empregado força animal para transportar as toras cortadas. Depois, a madeira era transportada até as serrarias, onde equipamentos mais modernos, em geral elétricos, preparavam a matéria-prima para as etapas posteriores da indústria madeireira. Carvoarias também eram destino da madeira capturada na mata. Nem toda a madeira extraída na região era processada por serrarias instaladas nas localidades, sendo transportadas por caminhões para destinos fora do estado da Bahia. São muitas as lembranças, e a imprensa até guarda algumas imagens de caminhões carregados com enormes troncos de árvores segmentados e bem arrumados nas carrocerias, deslocando-se em direção aos estados do Sudeste do Brasil. Esse movimento era parte da rotina diária nos pontos de transporte rodoviário das zonas de extração.

Ao que parece nenhum personagem se destacou mais na exploração madeira do extremo sul do que o “capixaba”. Sua disposição por consumir madeiras era tal que foram descritos na imprensa como “cupins”. A vida errante de um caçador de árvores poderia ser glamourizada como uma “aventura” em florestas, povoados e cidades exóticas. E de fato foi assim que era vista por alguns. Mas o que se tinha em mente era que a madeira poderia fazer do seu explorador alguém rico: “A aventura dos madeireiros, a instalação dos pecuaristas, os incentivos do governo, a esperança de se conseguir dinheiro abundante” (MONFORTE, 15/05/1977, p. 168)³⁴⁸. A madeira e a terra surgiam como fontes de riqueza em meio a uma região econômica pobre, precária em infraestrutura e de poucas perspectivas de ascensão social. Nada parecia ser capaz de deter o avassalador avanço econômico sobre a natureza que guardava ainda tantas riquezas, e de fácil acesso.

Para a maioria da população local ocupada com o extrativismo os recursos da floresta apareciam como fonte de sustento como outra qualquer, que com o trabalho poderia dispor. Os lenhadores eram geralmente baianos que trabalhavam sem registro para proprietários de serrarias, em geral, capixabas (MONFORTE, 15/05/1977, p. 169). Trabalhadores sem instrução, mal remunerados e precariamente equipados costumavam trabalhar afastados de suas residências, às vezes ficando longe por dias, e até semanas. Quando se acidentavam não contavam com qualquer assistência financeira de seus patrões, dependendo apenas da “boa vontade” dos mesmos. Para empresários e negociantes madeireiros as árvores nativas eram uma excelente oportunidade de obter bons lucros, comprando-as barato nos mercados locais e as vendendo o mais caro possível nos “mercados certos”. Mas para uma minoria de proprietários de terras, nem sempre legalmente adquiridas, disposta a enriquecer, a natureza pródiga

³⁴⁸ Nenhum madeireiro brasileiro obteve tanta fama popular e tamanha atenção da imprensa quanto o capixaba Rainor Grecco. Descendente de pais italianos, nasceu no Brasil em 1926, no município de Alfredo Chaves, no estado do Espírito Santo. Aos seis anos começou a ajudar o pai no ofício de lenhador. Desde então jamais parou de cortar árvores até se afastar diretamente da atividade em 1993, a partir de quando seguiu no ramo como empresário. Foi a grande referência de praticamente todos os madeireiros do país. Participante em quase todas as ciclos de extração de madeira da segunda metade do século XX, destruiu florestas em todo o Brasil, em especial na Mata Atlântica, mas também em outros países. Em entrevista concedida em 1984 para a Revista Manchete, quando tinha 57 anos e ainda em plena atividade, admitiu que durante a sua atividade como madeireiro já havia derrubado cerca de 20 milhões de árvores. Anos depois (1998) revelou em outra entrevista que não sabia o número exato de árvores que de fato abateu, mas que sempre mantinha sob seu comando centenas de homens munidos de uma motosserra, abrindo “fazendas sem parar”. Com insuspeita sinceridade, não escondia o que fazia e suas frases eram impactantes: “Arrasei verdadeiras catedrais ecológicas, santuários de árvores”; “Eu sou o carrasco de milhões de árvores”; “Eu punha abaixo, o que se podia aproveitar se aproveitava, no resto se tacava fogo”. Além de derrubar e beneficiar madeiras, exportou muito produto para a Europa. A Enciclopédia Britânica o cita como o terceiro homem que mais derrubou florestas em todo o mundo. No final da sua vida Grecco dizia que não tinha orgulho do que fez por mais de meio século com as florestas, mas procurava justificativa assumindo que foi um homem “de sua época”. Desde o final dos anos 1950 Rainor Grecco foi, possivelmente, o maior responsável pelo quase completo desaparecimento do jacarandá no norte do Espírito Santo, sul da Bahia e leste de Minas Gerais.

oportunizava bens a serem apropriados a todo custo, neste caso com a exploração do trabalho alheio. Para estes, a ordem era acumular dinheiro e gerar patrimônio, e as matas e as terras eram excelentes meios para que isso fosse realizado mais rapidamente, embora nem sempre de modo seguro. Não sem razão ampliaram-se ao final dos anos 1960 no extremo sul da Bahia os conflitos em torno da posse da terra e a degradação do meio ambiente.

CAPÍTULO 9 – EXPANSÃO ECONÔMICA E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

A Situação das Florestas do Extremo Sul da Bahia no Início dos Anos 1970

Para poder existirem as florestas, assim como quaisquer outros ecossistemas, precisam estar um estado de equilíbrio: “O ecossistema natural em seu estado clímax é, do ponto de vista da matéria e energia, caracterizado por um estado bem equilibrado entre seus diversos componentes e entre o sistema no todo e o seu meio abiótico” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 393). Em condições de equilíbrio ambiental, que é o estado normal da natureza, perturbações são controladas no interior dos ecossistemas. Contudo, os ecossistemas naturais estão suscetíveis a graves desequilíbrios “quando o homem tenta controlar e substituir os componentes naturais por plantas cultivadas e animais domesticados” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 393-4). Neste ponto, nos encontramos diante do problema dos limites do equilíbrio ambiental:

Somente dentro de certos limites específicos aos sistemas podem os processos de controle restabelecer a condição estável de equilíbrio. Entretanto se esse limite crítico é excedido, os valores dos fatores individuais constituindo os ecossistemas irão mudar, e o equilíbrio deverá se estabelecer de acordo com as novas condições” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 394).

A devastação da Mata Atlântica que se verificou no extremo sul na segunda metade do século XX é um dos capítulos finais da longa história de destruição deste bioma brasileiro. Também aqui a fauna, a flora, o solo, as trocas energéticas foram muito prejudicadas. A perturbação não incidiu somente sobre a vegetação, o elemento de paisagem mais visível da degradação, mas também sobre os demais componentes naturais. Embora não fosse ainda evidente por si mesmo em meados dos anos 1970 a região natural do extremo sul da Bahia já parecia exigir reorientações econômicas, sociais e ambientais. Como já dissemos antes, os ecossistemas do extremo sul da Bahia são frágeis, a despeito da exuberância de suas florestas. E o seu equilíbrio depende exatamente da manutenção dos delicados processos naturais: “A estabilidade do sistema é dependente dos fluxos energéticos, da diversidade da flora e do processo de reciclagem de nutrientes ligados à ação filtradora da vegetação” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 394). O desflorestamento para a instalação de fazendas, fator gerador de degradação permanente, provoca alterações das condições naturais de reprodução dos ecossistemas: “[...] uma área que pela ação depredatória de desmatamento intensivo e

substituição por um ecossistema florestal por pastagens (*grassland*) poderá, com o decorrer dos anos apresentar uma sensível alteração das condições ambientais traduzidas, principalmente, no empobrecimento do solo e erosão” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 394). Portanto, não bastam o volume e a regularidade das chuvas para se assegurar o equilíbrio dos ecossistemas florestais úmidos e associados, é necessário manter também a complexa vegetação, a distribuição natural das águas, a rica biodiversidade e a proteção dos solos.

Em termos do equilíbrio edáfico, por exemplo, alguns especialistas já apontavam na região setores cuja elevada degradação poderia provocar alterações nas condições ambientais naturais: “[...] notam-se sinais de um alto grau de degradação, como por exemplo a região situada a oeste de Caravelas” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p.394). Mas os autores deste artigo, analisando o extremo sul uma década depois do período em que se encerra esta pesquisa, ainda hesitavam em tratar a degradação da região em termos definitivos. Talvez porque seja corrente entre especialistas ambientais evitar certas predições taxativas, seja por segurança, pois o conhecimento do assunto se acredita ser limitado e o futuro é visto com algum grau de incerteza, seja em função de otimismo, pois alguns ainda mantêm a expectativa de que a introdução de inovações tecnológicas possa reestabelecer as condições anteriores de equilíbrio ambiental, ou mesmo criar novas, capazes então de assegurar os ecossistemas em novos termos. Por certo, novas condições de (r)equilíbrio vão surgir, mas as questões dos prejuízos ambientais e sociais e do que se perdeu para sempre não pode ser abandonada. Para os autores deste artigo as condições do solo são o tema primordial, dado que disto depende a sustentabilidade das atividades agropecuárias na região.

Os solos são sistemas naturais que hoje apresentam boa capacidade de recuperação em razão das tecnologias de regeneração desenvolvidas e empregadas pela indústria de fertilizantes, e talvez isto explique parte do moderado otimismo dos autores. Por outro lado, uma vez destruídas as coberturas vegetais jamais voltam a ser o que eram. Desta perspectiva não há qualquer razão objetiva para enxergar com algum otimismo o futuro da Mata Atlântica regional. Projetos bem sucedidos de reflorestamento com espécies exóticas em substituição da cobertura vegetal natural perdida só podem ser considerados soluções se em mente se tem a continuidade da floresta como recurso, ou seja, como insumo a ser aproveitado economicamente. Em termos ecológicos, entretanto, não há reparo possível ao que se destruiu. Uma nova resposta necessariamente não é uma solução. Em todo caso, revitalizar a capacidade fértil de solos degradados por meio do uso racional de fertilizantes artificiais, por exemplo, não significa o fim do desflorestamento, e o intento pode, ao contrário, estimular o seu

recrudescimento. Como as comunidades/sociedades não existem completamente fora de sua relação com a natureza, então o problema dos limites ambientais é, por definição, também uma questão social.

Nos anos 1970 a Ceplac, em parceria com o Instituto Americano de Ciência Agrícolas, começou a preparar os primeiros mapas de vegetação do sul da Bahia a partir de imagens de satélites obtidas por meio de um programa de observação de recursos naturais terrestres de origem estadunidense denominado LANDSAT³⁴⁹. As imagens exibiram a situação de como se encontrava a Mata Atlântica em toda a região sul da Bahia nos anos 1970, especificamente nos anos de 1973, 1975 e 1978. A Ceplac realizou o primeiro escaneamento dos mapas de vegetação da Bahia e apresentou o material em um amplo estudo publicado em 1975, intitulado “Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira” (BLINDER, 2005). Mapas de vegetação do extremo sul da Bahia para os anos de 1973 e 1978 foram publicados depois em um artigo da Revista Brasileira de Geografia no início do ano 1980 (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983). Neste trabalho os autores suplementam as imagens LANDSAT com imagens de radar, cartas geológicas e topográficas e mapas de solo, além do citado diagnóstico da Ceplac.

Os mapas de vegetação apresentam um quadro detalhado dos remanescentes florestais da região. Em razão dos recortes geográfico e temporal desta pesquisa, nos basta os mapas de 1973 já que praticamente não houve mudanças para o extremo sul no mapeamento seguinte feito em 1975, além de algumas informações relativas a este ano (BLINDER, 2005). O mapeamento nos permitirá avaliar mais precisamente o estado em que se encontrava os principais ecossistemas de floresta e ecossistemas associados decorridos cerca de vinte e cinco anos desde à chegada ao extremo sul da primeira grande empresa madeireira contemporânea.

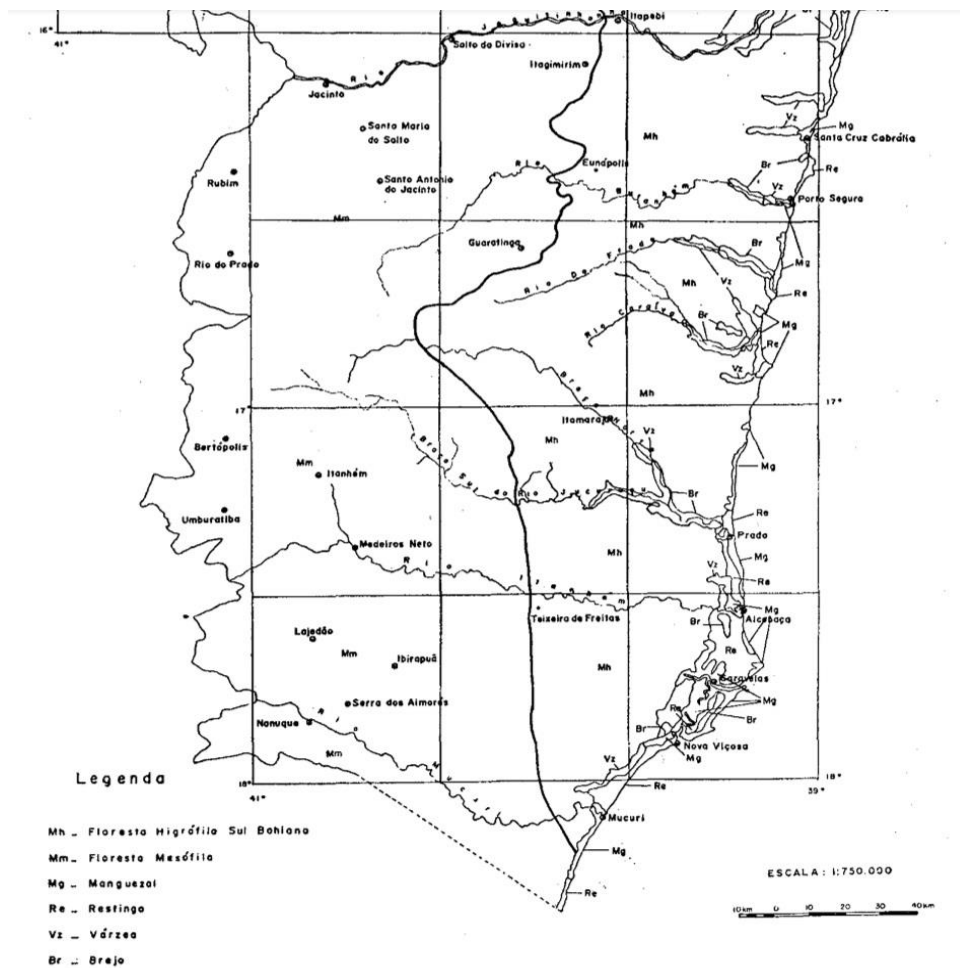
Com base em classificações fitogeográficas da vegetação brasileira comuns à época, Kuhlmann, Pereira e Silva diferenciavam no extremo sul da Bahia as florestas pluviais “higrófila” e “mesófila”³⁵⁰. A floresta higrófila se estendia desde a planície costeira até mais ou menos o centro do território regional, enquanto a floresta mesófila seguia a partir daí em direção às cadeias montanhosas do nordeste mineiro (Figura 22). O principal marcador fitogeográfico

³⁴⁹ A série de satélites multiespectrais da missão *Earth Resources Technology Satellite* (ERTS) começou a ser desenvolvida em meados da década de 1960 pela agência estadunidense de Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA). Em 1972 foi lançado ao espaço o primeiro satélite de observação dos recursos naturais terrestres do programa, o Erts-1, tendo sido também o pioneiro deste tipo de monitoramento aeroespacial do mundo. Em 1975 a missão passou a se chamar *Land Remote Sensing Satellite* (LANDSAT), e os satélites foram rebatizados de Landsat. Na década de 1970 outros dois satélites da missão foram enviados ao espaço, o Landsat 2 (1975) e o Landsat 3 (1978).

³⁵⁰ Edgar Kuhlmann, geógrafo e técnico do IBGE, e um dos autores do artigo, décadas antes havia elaborado um modelo de divisão fitogeográfica para o Brasil, destacando aspectos regionais da vegetação brasileira (IBGE, 2012).

de diferença entre os dois subtipos florestais da região era definido pelo regime de chuvas. Na zona da floresta higrófila, também conhecida como “hileia baiana”³⁵¹, o índice médio de pluviosidade era mais elevado, embora não muito mais, do que na floresta mesófila. Nesta, ocorria ao longo do ano um período mais demorado de ausência de chuvas, com uma estação climática anual inteiramente não chuvosa (no inverno). Em suma, embora fossem ambas florestas pluviais de vegetação densa, havia diferenças na quantidade e na regularidade pluviométricas.

Figura 22 – Cobertura vegetal primitiva / formações florestais do Extremo Sul da Bahia (1973)



³⁵¹ Esta definição veio substituir a anterior classificação da vegetação florestal característica das planícies costeiras e sub-costeiras brasileiras, então denominada “Floresta dos Tabuleiros Terciários”. A classificação Hileia Baiana para se referir especificamente à floresta do sul/extremo da Bahia foi adotada “pela primeira vez por Dárdano de Andrade-Lima, no mapa da vegetação do IBGE de 1966, devido a sua similar fitofisionomia com a Floresta Amazônica [...]. Andrade-Lima caracterizou a hileia Baiana como ‘Floresta Perenifólia Latifoliada Higrófila Hileana’” (cf. ALBUQUERQUE, N.; TORERSAN, F. A floresta da Hileia Baiana. In. ALBURQUERQUE, N. et al. (Orgs.). *Sementes Florestais da Mata Atlântica (Hileia Baiana)*. Programa Arborentum: Teixeira de Freitas-Ba, 2022, p. 28. Texto disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1150293/a-floresta-da-hileia-baiana>>).

Fonte: KULHMANN, E.; PEREIRA, J.; SILVA, Z. Alterações da cobertura vegetal do Sul da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro:* IBGE, ano 45, n. 3/4, jul./dez. 1983, p.393-418. Editado.

Em lugar das nomenclaturas higrófilas e mesófilas adotado pelos autores, correntes nos anos 1970 e 1980, atualmente é mais usual a classificação da vegetação brasileira estabelecida no “Sistema Fisionômico-Ecológico”, no interior do qual são encontrados os diferentes ecossistemas de vegetação (IBGE, 2012, p. 64)³⁵². Todavia, não há um sistema único de classificação da vegetação brasileira, e muitas vezes encontramos nos textos uma combinação de termos oriundos de categorizações distintas. Em 2012 o IBGE listou 21 classificações diferentes de vegetação. Somente para a classificação da vegetação brasileira foram formuladas 11 classificações até aquele ano. A variedade de classificações é determinada pelo exame comparativo cada vez mais pormenorizado dos espaços de vegetação feito pelas pesquisas fitogeográficas, envolvendo não apenas grandes regiões conhecidas, mas sobretudo as formações regionais, locais, de transição, enclaves etc.

Podemos substituir a definição de Floresta Higrófila e Floresta Mesófila, não sem alguma dificuldade, por Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual. A principal diferença entre os dois ecossistemas florestais não está tanto nos aspectos de densidade e diversidade, pois ambas são florestas pluviais exuberantes. Mas sim tem a ver com a variação climática. Na zona da Floresta Ombrófila Densa ocorrem chuvas ao longo de todo o ano, portanto não há ocorrência de estação seca, e o índice de precipitação é mais alto, enquanto na área de domínio da Floresta Estacional temos uma estação seca bem demarcada, geralmente no inverno, e menos chuvas. A Floresta Ombrófila Densa é encontrada em toda a faixa litorânea da Mata Atlântica do Rio Grande Norte até o estado do Rio de Janeiro, enquanto a Floresta Estacional é mais comum no interior do bioma. Por essa razão a Floresta Estacional é conhecida também como “Mata Atlântica do interior”, enquanto a Ombrófila Densa é referida também como “Floresta Pluvial Litorânea”, ou simplesmente Mata Atlântica do Litoral.

No extremo sul a zona mais chuvosa se estabelece verticalmente à leste, entre a planície costeira e a porção central do território da região. A partir daí entramos na faixa oeste, que se dirige em direção as cadeias montanhosas mineiras, e onde a precipitação é mais baixa e menos regular. Uma espécie de linha demarcatória entre as duas faixas é encontrada mais ou menos no centro do território, na altura de Eunápolis e Guaratinga na porção setentrional, e de Teixeira

³⁵² As principais formações florestais segundo esta classificação são: Floresta Ombrófila (Densa, Aberta, Mista), Floresta Estacional (Sempre-verde, Semidecidual, Decidual), Campinarana (Florestada, Arborizada), Savana Florestada), Estepe Arborizada, dentre outras. Cada um destes ecossistemas se subdivide em faixas de ocorrências: aluvial, terras baixas, submontana, montana, caatinga, cerradão, etc. (IBGE, 2012).

de Freitas e Mucuri na porção meridional. Tomando a linha de demarcação como referência, as duas faixas florestadas distribuem-se em proporções territoriais parecidas no extremo sul, com uma extensão de área de domínio da floresta estacional ligeiramente maior para esta última. Na faixa leste, no Domínio de Paisagem da Floresta Ombrófila Densa, a precipitação média anual fica em torno de 1.750 mm, enquanto na planície costeira as médias anuais ultrapassam os 2.000 mm. Já na faixa oeste, no Domínio de Paisagem da Floresta Estacional Semidecidual, o índice de precipitação médio anual é de 1.500 mm, com presença de estações secas no inverno e em parte da primavera (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p.395-6). Mas em termos de fisionomia da vegetação original os dois domínios são bastante semelhantes, sendo ambos florestas pluviais densas que apresentam grande diversidade e complexidade.

Um outro mapa de vegetação acantona a Floresta Estacional Semidecidual a uma pequena porção territorial, limitada a um ponta na divisa com Minas Gerais à oeste, entre os municípios de Guaratinga e Itanhém³⁵³. Isso pode levar algumas pessoas a concluírem que no extremo sul baiano existe apenas a Floresta Ombrófila Densa. Este entendimento, no entanto, pode ocultar variações importantes, notadamente climáticas. A primeira delas diz respeito à regularidade pluviométrica: “A faixa litorânea não apresenta estação seca, enquanto no limite sul da área, divisa Minas Gerais-Bahia, há secas de inverno e para norte secas de inverno-primavera” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 396). Embora sejam ambas florestas pluviais, à medida em que vamos penetrando o interior os índices de precipitação se reduzem. Apesar disto a pluviosidade não era à época muito diferente nos dois setores da região: entre 1.500 e 2.000 mm na faixa leste, e entre 1.250 e 1.750 mm na faixa oeste. Outra diferenciação se verifica na reação das plantas à diminuição do tempo de incidência da luz solar, mais comum no inverno, mas podendo acontecer também na transição desta estação. Visando poupar energia e se proteger da seca ou das temperaturas mais baixas as árvores em certos momentos do ano e em determinados setores dão início a queda das suas folhas. Quando a queda natural da folhagem é parcial o processo é denominado de semidecidual (ou subcaducifólia). As plantas semidecíduais são características da floresta estacional. Na área de domínio da ombrófila densa a perda de folhas não ocorre, pois nesta a redução da captação energética da luz natural é compensada pela maior regularidade das chuvas e temperaturas mais elevadas, produzindo no seu interior muita umidade.

³⁵³ IBGE. *Mapa de vegetação do Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Um destes mapas está disponível no endereço eletrônico: <https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/vegetacao/mapas/brasil/vegetacao.pdf>.

A dificuldade de uma definição mais precisa talvez se explique pelo fato de que não há, até onde sabemos, um estudo especificado de classificação da vegetação do extremo sul da Bahia. As informações que circulam a esse respeito sobre a região estão, portanto, mais baseadas em mapas gerais da flora brasileira do que em estudos pormenorizados da distribuição geográfica das vegetações regionais e locais. Estudos estes que são, é preciso que se diga, de elevado custo financeiro e dependentes de equipes técnicas altamente capacitadas. Mas apesar das lacunas da pesquisa fitogeográfica na região, adotamos nesta investigação a compreensão da existência de dois ecossistemas florestais distintos no extremo sul da Bahia, como fizeram no passado Kuhlmann, Pereira e Silva (1983), todavia com o uso de outras terminologias.

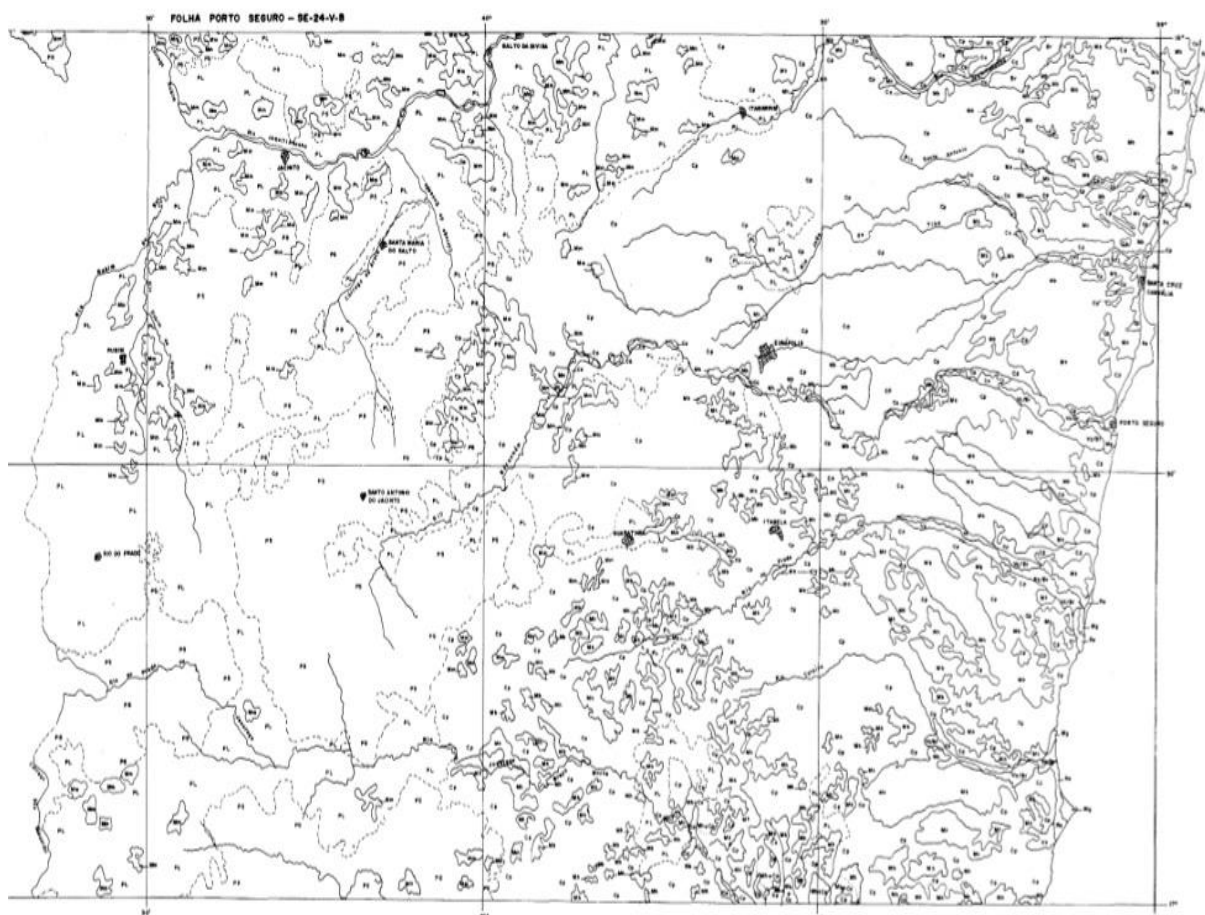
Tomando os mapas de vegetação do extremo sul para o ano de 1973 a primeira coisa a se notar é a profunda fragmentação da vegetação nativa (Figuras 23 e 24). De norte a sul, de leste a oeste, o que se observa são centenas de remanescentes florestais, quase todos pequenos e muito pequenos, separados entre si e isolados, entremeados por longas e contínuos intervalos de sucessão vegetal de pequeno porte, onde outrora haviam florestas praticamente sem interrupções. Apesar disto, encontravam-se nestas ilhas de mata tanto vegetação primária, quanto secundária. Algumas poucas exceções ocupavam área um pouco maior, neste caso remanescentes florestais encontrados na sub-região litorânea. Uma delas era a área já definida do PNMP, outras duas relativamente extensas eram observadas entre os municípios de Porto Seguro e Prado, onde décadas mais tarde, no contexto oficial da comemoração nacional dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”, seriam instalados o Parque Nacional do Pau-Brasil e o Parque Nacional do Descobrimento³⁵⁴. Além de um punhado de medianas faixas de floresta nativa, porém estreitas, situadas à leste da costa de Porto Seguro e Prado. Em direção a Minas Gerais a fragmentação das matas foi substancialmente mais intensa, a ponto de praticamente toda a floresta ter sido substituída por campos arbustivos, capoeiras e pastos³⁵⁵. A razão maior

³⁵⁴ Três das maiores Unidades de Conservação da natureza (UC) da Bahia se encontram no extremo sul do estado: Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal; Parque Nacional do Descobrimento; Parque Nacional do Pau Brasil. O primeiro foi instalado em 1961, enquanto os outros dois foram criados mais de três décadas depois, em 1999. As três UC estão localizadas entre os municípios de Porto Seguro e Prado.

³⁵⁵ “Campo arbustivo”, ou somente campo, e “capoeira”, eram nomenclaturas adotadas nos anos 1980 para descrever tipos de vegetação secundária em fases distintas de reconstituição. Os “campos arbustivos” se formavam em consequência da retirada da vegetação natural. Durante o processo de aparecimento de uma nova cobertura no lugar verifica-se o predomínio de vegetação campestre de pequeno porte, como as plantas herbáceas, a exemplo das gramíneas, e de subarbustos. A “capoeira”, por sua vez, era considerada um estágio um pouco mais avançado de vegetação secundária, cuja fisionomia vegetal podia variar entre o predomínio de formações arbustivas, até formações arbóreas com árvores pequeno diâmetro. Já os “pastos” eram áreas convertidas especificamente em pastagens para o gado bovino. Eram classificados em “sujos” e “limpos”. Os pastos sujos eram terrenos “originalmente transformadas em pastagens e que posteriormente foram substituídas por uma vegetação de plantas pioneiras ou invasoras, arbustivas e subarbóreas”, enquanto os pastos limpos eram áreas “manejadas para pastoreio

da intensa e reiterada devastação das matas do interior em relação às do litoral foi o domínio econômico quase total da pecuária bovina naquela região. Além da expansão da fronteira pecuária mineira e, em menor medida, baiana, o interior do extremo sul apresentava clima e solos favoráveis à atividade. Como consequência, nenhuma área relativamente extensa de floresta era observada na microrregião interiorana. Não por acaso foi precisamente nesta área de pequenos fragmentos florestais que se verificaria nos anos seguintes alterações evidentes na estrutura dos remanescentes. A acentuada fragmentação e isolamento favoreceu novas incursões contra os frágeis remanescentes.

Figura 23 – Mapa de vegetação remanescente do Extremo Sul da Bahia:
“Folha de Porto Seguro” (1973)



Fonte: KULHMANN, E.; PEREIRA, J.; SILVA, Z. Alterações da cobertura vegetal do Sul da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 45, n. 3/4, jul./dez. 1983, p. 393. Editado.

bovino, caracterizadas por possuírem um só estrato, formada por uma vegetação rasteira ou de pequeno porte, representada por gramíneas forrageiras” (BLINDER, 2005, pp. 2109; 2110).

O desmatamento e a sucessão de coberturas vegetais apresentaram variações no extremo sul da Bahia. Certas situações e condições eram mais acentuadas na microrregião litorânea enquanto outras eram mais comuns da interiorana, mas era observado também a ocorrência de alterações comuns nas duas sub-regiões. Algumas vezes a madeira era extraída e a área em seguida ficava abandonada, ocorrendo a sucessão vegetal natural. Em outros casos, após a derrubada e queimada o processo de sucessão era impedido ou interrompido pela formação de lavouras. Era comum ainda situações em que passados dois ou três anos de implantação da lavoura o proprietário a substituísse por pastagens. Em outros, eram instaladas culturas agrícolas permanentes. Ou então, logo após a derrubada da vegetação, as áreas desmatadas eram imediatamente convertidas em pastos para o gado. O pasto tanto podia ser formado a partir da invasão de relvas já existentes ou por meio do plantio de capim exótico.

Até meados dos anos 1970 áreas expressivas de pastagem eram encontradas na faixa litorânea apenas em Porto Seguro, mais especificamente no distrito de Eunápolis e no município de Mucuri. Ainda assim, apenas uma área de pasto é indicada no mapa de vegetação de Porto Seguro, localizada precisamente na fronteira entre os ecossistemas costeiros e a Mata Atlântica do interior. Em razão dos processos históricos de colonização socioeconômica, da dominância da grande lavoura monocultora e das particularidades morfoclimáticas, até meados da década de 1970 a microrregião litorânea apresentava uma economia mais diversificada. Nesta o campo combinava grandes lavouras, pastagens e vegetação sucessória em estágio inicial de regeneração, pontilhada de pequenos fragmentos florestais separados por longos intervalos de cobertura vegetal degradada. A pecuária extensiva instalara-se na faixa centro-oeste da microrregião, ou seja, afastada da litoral. Aqui, as pastagens começavam a ocorrer nos municípios de Eunápolis e Guaratinga, mas sua área total era ainda relativamente pequena em comparação às áreas de capoeira e até mesmo em relação aos remanescentes de floresta. Quanto mais penetração à oeste e sudoeste mais a paisagem era definida por pastos bovinos. Em municípios como Itanhém, Medeiros Neto, Lajedão e Ibirapuã grande parte da vegetação sucessória de capoeira e campos arbustivos foi tomada por fazendas de gado, e os remanescentes florestais eram bem poucos, diminutos e muito isolados uns dos outros. Neste setor regional do bioma podemos dizer que a fragmentação florestal atingiu níveis críticos. Praticamente eliminada a floresta do interior, a capoeira que restava no centro-oeste e, sobretudo, no sudoeste do extremo sul baiano, se concentrava em Guaratinga, Teixeira de Freitas (à época distrito de Alcobaça e Caravelas) e Mucuri.

Figura 24 - Mapa de vegetação remanescente do Extremo Sul da Bahia:
“Folha de Itamaraju” (1973)



Fonte: KULHMANN, E.; PEREIRA, J.; SILVA, Z. Alterações da cobertura vegetal do Sul da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 45, n. 3/4, jul./dez. 1983, p. 418. Editado.

Os mapas de vegetação indicam além da distribuição dos pastos também os seus tipos: “sujos” e “limpos”. Esta classificação indica aspectos importantes sobre a distribuição e o estado das coberturas de substituição florestal. Basicamente, a diferença fisionômica entre um e outro se dá em razão do manejo. No “pasto sujo” a vegetação natural sucessória não é permanentemente retirada, e o gado se alimenta em meio a plantas pioneiras e invasoras, algumas de porte mais elevado. Já nos “pastos limpos” os terrenos passam por manutenção periódica, evitando-se o aparecimento de qualquer outra vegetação que não aquela considerada adequada para a alimentação do gado, em geral gramíneas exóticas rasteiras, uniformes e plantadas pelos proprietários da terras ou dos rebanhos. Possivelmente, a ocorrência de pastos não tratados se dava pela incursão do gado em áreas de capoeiras, de queimadas ou desmatadas

pela atividade madeireira. A presença do “pasto sujo” indica ainda que a utilização de parte destes terrenos para a atividade pecuária acontecia com algum grau de eventualidade, ao menos inicialmente. Nos anos seguintes a tendência foi de eliminação dos “pastos sujos” em favor dos “limpos”, como se pode verificar nos mapas de 1978 (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983).

Em 1973 havia mais vegetação sucessória de capoeiras e campos arbustivos na faixa leste do que pastagens, diferentemente do que se verificava na faixa oeste. Isso indica que na área da Floresta Estacional Densa a degradação estava mais avançada, a despeito de sua ocupação humana mais recente. Mas ao final desta década a capoeira já havia dado lugar aos “pastos limpos” também na zona litorânea. Em praticamente toda a área de capoeira havia a presença do gado criado solto. Gradativamente foi acontecendo a conversão destas áreas, em diferentes estágios de sucessão, em pastos “sujos” e “limpos”. Na área de predomínio natural da Floresta Ombrófila Densa o estabelecimento de “pastos limpos” é anterior. Em 1973 já havia na faixa estendida do litoral um predomínio absoluto deste tipo de pastagem, muito embora esta ocupasse aqui uma área relativamente bem mais restrita do que no interior. No extremo oeste, ao longo da divisa com Minas Gerais, o pasto beneficiado predominou desde cedo. No mesmo ano a maior ocorrência no extremo sul era de “pastos limpos” em relação aos “sujos”, demonstrando que a atividade pecuária na região estava consolidada. Contudo, áreas extensas de pastos não tratados ainda podiam ser encontradas no município de Guaratinga e principalmente entre o município de Ibirapuã e o distrito de Teixeira de Freitas. Nos anos seguintes continuou a conversão de pastos “sujos” em “limpos”.

No interior as pastagens bovinas dominavam amplamente a paisagem da campo, a despeito de alguns núcleos urbanos em ascensão como Medeiros Neto e Itanhém. E mesmo estas localidades, que foram as primeiras cidades do extremo sul não situadas na faixa litorânea, cresceram em população e em acumulação de capital em função da rápida expansão da atividade pecuária nos anos 1960. Nas áreas de pecuária a presença de lavouras era pequena, pois “o desmatamento se fazia com a preocupação quase exclusiva de se estabelecer fazendas de criação” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 402). Posteriormente houve a instalação complementar de algumas lavouras, com o intuito de contribuir para o abastecimento das populações locais. A direção do avanço da pecuária bovina se deu no sentido oeste-leste, dando sequência à expansão anterior da atividade a partir do norte/nordeste mineiro. Porém, também da Bahia vinham ondas de colonização pecuária, que na origem seguiram o curso do rio São

Francisco, chegando às regiões do sudeste e sudoeste da Bahia, para daí partirem em direção ao extremo sul do estado, onde as “terras sem dono” eram abundantes.

O capim dava seguimento ao longo histórico de devastação das florestas e dos solos da Mata Atlântica na região, iniciado com a utilização do machado – seguido da traçadeira, da motosserra, do trator, das serras elétricas – e das queimadas irrestritas. Colaboraram também para o desaparecimento da floresta as operações ferroviárias e as obras de construção rodoviária das BRs 116, 101 e 418³⁵⁶. Os mapas de vegetação indicaram um “profundo desmatamento ocorrido na área compreendida entre Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas e Helvécia” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 405). O desmatamento nesta porção meridional da região foi acelerado “pelo traçado da estrada de ferro Bahia e Minas (sic), não somente ao facilitar o povoamento ao longo da linha, o estabelecimento de empresas de madeira, a facilidade de escoamento de produtos pecuários, bem como o próprio consumo de madeira pelas locomotivas” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p.405). Antes de dinamizarem na região a produção, a distribuição e a circulação de mercadorias e moeda, o pleno funcionamento das grandes obras rodoviárias ainda em execução já promoviam a elevação do consumo de recursos naturais locais, insumos necessários à construção, como também estimulavam a chegada de novos trabalhadores e consumidores, pressionando ainda mais o combalido meio ambiente natural.

Além da degradação dos ecossistemas de floresta e dos solos, também os ecossistemas associados de mangues, restingas, brejos e várzeas encontrados ao longo de toda a faixa costeira da região sofreram intensas perturbações ambientais. Devida a longa e crescente ocupação humana do litoral estes ecossistemas já vinham sofrendo degradações. A partir de 1950, com os processos sistemáticos de destruição da Mata Atlântica ocorreu a retomada da substituição da vegetação primária pela secundária, com o crescimento vertiginoso das áreas de vegetação de pequeno porte e de gramíneas. Essa degradação levou à diminuição das áreas de floresta, impactando o equilíbrio que assegurava a reprodução natural dos ecossistemas associados. Por sua localização próxima às praias e estuários, e por se tratar de ecossistemas frágeis, restingas, mangues, várzeas e brejos foram degradados e/ou contaminados, reduzindo a sua presença no domínio da Mata Atlântica regional, com efeitos perturbadores para a biodiversidade regional. Assim como aconteceu com as florestas do extremo sul também os ecossistemas associados passaram por um aumento da pressão antrópica na segunda metade do século XX, fazendo com a sua reprodução em muitos setores estivesse ameaçada, sobretudo os manguezais, pois estes

³⁵⁶ A ferrovia esteve em operação na região até 1966, ano que a EFBM esta foi definitivamente desativada.

estão mais suscetíveis de redução da sua biodiversidade e ao esgotamento de suas propriedades naturais, ao que se soma a reduzida extensão deste ecossistema em relação crescimento populacional humano. Não devemos esquecer que no extremo sul da Bahia, assim como havia ocorrido no nordeste de Minas Gerais e, até certo ponto, no norte do Espírito Santo, a expansão das atividades econômicas madeireira e da criação de gado influenciaram não apenas o crescimento vegetativo, mas também a distribuição de população na região. Na região baiana, onde a pecuária extensiva mais avançou foi aí também que a floresta mais recuou ou desapareceu.

Embora a intensificação do desflorestamento e da pressão antrópica sobre outros ecossistemas provocadas pelas atividades econômicas dominantes desde a década de 1940 tenha sido geral, na zona de domínio da Ombrófila Densa a situação fitogeográfica apresentava-se menos pior no início dos anos 1970. A maior diversificação econômica deste setor da Mata Atlântica regional, pelas razões já expostas acima, de certo modo conteve o impulso irrestrito do desmatamento. A cacauicultura aí existente, embora espacialmente restrita, pôde também ter limitado o raio de ação de madeireiros e pecuaristas, pois a técnica adotada no seu cultivo, a “cabruca”, preservava parte das grandes árvores, com isso protegendo os solos e poupando parcialmente os estratos vegetais inferiores³⁵⁷. E a quantidade de terras apropriadas privadamente mas ainda não completamente incorporadas à dinâmica da acumulação capitalista, combinada à presença de comunidades indígenas vivendo na/da floresta, pode ter desencorajado a ação de fazendeiros em certos setores da faixa litorânea. Por outro lado, a concentração fundiária continha a regeneração das matas, pastagens novas substituíam antigas áreas de capoeira e árvores outrora abundantes como o jacarandá-da-bahia e o pau-rosa estavam praticamente extintas. Portanto, embora um setor da zona costeira localizado entre os municípios de Porto Seguro e Prado apresentasse as maiores e mais bem preservadas reservas naturais do extremo sul e do estado, a fragmentação e o isolamento dos remanescentes florestais, a degradação de todos os ecossistemas, a obstinada conversão das formações nativas em campos arbustivas, capoeiras e pastos, a redução da biodiversidade, etc. eram igualmente aspectos incontornáveis do problema socioambiental do lugar.

Fragilidades Ambientais

³⁵⁷ “Foi notada a presença de cacau nos rios Buranhem a montante e a jusante de Eunápolis, no rio Jequitinhonha e no rio Jucuruçu (braço norte), a montante de Itamaraju e próximo a Guaratinga” (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 411)

Pela conjunção ótima de condições geomorfológicas e climáticas a floresta pluvial atlântica foi pródiga em fazer prosperar a vida, vicejar a extraordinária biomassa e habilitar os solos. A ausência de sua vegetação, por outro lado, revela fragilidades ocultas. Os solos da Mata Atlântica, por exemplo, em geral apresentam baixa fertilidade natural. A fecundidade da terra sempre dependeu da produção de enormes quantidades de matéria orgânica produzidas pela floresta. Esta se desenvolveu com as características que conhecemos em razão das chuvas abundantes e de temperaturas elevadas. Seu potencial se deve menos aos efeitos puramente nutritivos e a capacidade de retenção dos seus solos. Retirada a cobertura, a fertilidade decai muito na maior parte dos setores do bioma.

Os terrenos abertos a golpes de machado e ateio de fogo requerem balanceamento artificial para a atividade agrícola moderna, dado por manejo científico, com correção química de nutrientes e adubação. Os solos apresentam carência natural, além de dificuldade para a absorção da água da chuva. Essa condição torna a prática agrícola custosa, exigindo, em muitas situações, processos químicos de correção de acidez e neutralização, e a necessária adição de nutrientes alcalinos, com o uso de rocha calcária, óxidos de cálcio e magnésio, etc.

A aptidão agrícola da região foi apresentada em um cartograma produzido pela Superintendência de Planejamento da Bahia em 1978 (BAHIA, 2014, p. 70). Em linhas gerais o extremo sul apresentou potenciais distintos, dependendo do setor avaliado. Nenhuma área extensa foi considerada “sem aptidão” para o uso agrícola. Uma abrangente área de terras, que recobre quase toda a faixa litorânea florestada, se estendendo até às fronteiras com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo foi tida como de “aptidão regular para as lavouras”. No interior desta região de aptidão regular apenas duas pequenas áreas separadas entre si foram indicadas como setores de aptidão variável também para pastagens, tanto naturais, quanto plantadas, com avaliações diferenciadas de “boa”, “regular”, “restrita” ou “sem aptidão”. Considerando a divisão administrativa vigente nas décadas de 1940 e 1950, nesta expressiva área estavam situados os municípios de Prado e Porto Seguro, onde a pecuária até meados da década de 1970 pouco havia prosperado. As regiões mais adequadas para a pastagem destes municípios eram localizavam-se no interior. Assim, além de fatores históricos que contribuíram para que a faixa litorânea brasileira fosse o espaço econômico mais importante da agricultura brasileira até os anos 80, sempre priorizando a monocultura de produtos agrícolas voltados para a exportação, como a cana-de-açúcar, também fatores de ordem natural, como relevo acidentado, composição dos solos, regularidade pluviométrica, temperatura e umidade são relevantes para explicar porque a cultura do boi não se desenvolveu tão fortemente também nesta região.

Algo semelhante ocorria na faixa litorânea próxima da baía entre Caravelas e Alcobaça, considerada imprópria apenas como pasto natural. Exatamente neste setor encontramos as mais largas áreas de vegetação fluviomarinha da região, onde a restinga avança como em nenhum outro setor em direção ao interior. Se até o início da década de 1970 a pecuária não se estabeleceu na continuação desta ampla planície arenosa, por outro lado o desflorestamento foi intenso (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983). Em nenhum outro setor em toda a região encontramos campos arbustivos contínuos tão extensos quanto os da faixa imediatamente posterior à costa entre Alcobaça e Prado. Porém, no final da década a situação da vegetação degradada e abandonada dos campos continuava praticamente a mesma, indicando as dificuldades e os limites de se estabelecer aí a pecuária extensiva, a mesma que avançava rapidamente desde a fronteira mineira em direção ao centro-leste da Bahia. Outro setor contíguo, este ainda mais extenso, localizado à oeste de Porto Seguro e Prado, foi caracterizado também como apresentando variados tipos de solos, podendo ser bons, regulares ou restritos para a introdução da pecuária bovina. Não se observou aí grandes áreas pedológicas de fertilidade homogênea, mas praticamente uma miríade de situações diferenciadas. Em suma, ainda que a pecuária extensiva não tenha apresentado para a região litorânea grande ameaça, os ecossistemas associados de mangues, brejos e várzeas padeciam com o desaparecimento da floresta pluvial, ecossistema com o qual naturalmente interagia e se estruturava, impactando os microclimas, a distribuição da água na superfície e os solos. Com o tempo é provável que o regime de chuvas se altere em quantidade e regularidade, ativando processos locais que favorecem a mudança climática global.

Os solos do extremo sul da Bahia, em razão de suas condições geomorfológica e fitogeográfica naturais, relativamente uniformes em vegetação, clima e relevo, se apresentam como naturalmente regulares para a prática da agricultura tradicional, em geral intensiva e desenvolvida com baixo incremento técnico. Extraída a cobertura vegetal a fertilidade declina, podendo se reduzir bastante em certos setores. Embora isso seja razão insuficiente para explicar o avanço da pecuária sobre as terras da região, não pode ser também totalmente desconsiderado como fator relativo ao desenvolvimento da agricultura.

Não sendo os solos ideias para as grandes formações vegetais, por outro lado as chuvas regulares e o acesso a fertilizantes convencionais tornavam a agricultura possível na região. Evidentemente que o acesso a mercados, demanda por alimentos, preços em alta, boas taxas de lucratividade e adequadas condições de produção são fatores decisivos para a escolha da atividade a se desenvolver no campo pelos agentes econômicos. Mas a fertilidade (ou não) da

terra pode servir como fator de equilíbrio, podendo mesmo predominar sobre a cultura da pecuária em certos lugares, a depender dos tipos de solo e da capacidade destes de garantir a produção de mercadorias agrícolas lucrativas. Por outro lado, a ausência ou o baixo investimento de capital no campo inviabilizava a introdução de insumos, técnicas de plantio e equipamentos adequados, etc., tornando a situação ainda mais difícil para a média e grande agricultura. Entre 1950 e 1975 a pecuária crescentemente predominou sobre a agricultura no extremo sul da Bahia, e onde ela não prevaleceu foram buscadas alternativas na agricultura.

A pequena lavoura, limitada à criação de poucos animais, e o extrativismo – caça, pesca, coleta, extração de madeira, etc. – existiam antes como atividades econômicas no território, praticada por posseiros, agricultores tradicionais e mesmo alguns fazendeiros. A pequena lavoura, a criação de animais domésticos e o extrativismo do período anterior à intensificação da expropriação e acumulação de capital após 1950, pela expansão da fronteira agrícola, por certo apresentavam menor impacto ambiental do que indústria madeireira e a pecuária extensiva (KOOPMANS, 2005)³⁵⁸. Ainda assim, pela condições com que a agricultura tradicional foi conduzida no interior da imensidão das terras brasileiras “incultas”, não se pode dizer, como parecer sugerir Koopmans, que seu impacto seja desprezível ou irrelevante. A necessidade objetiva de existir das populações sob certas condições não faz com que o seu modo de interagir com a natureza seja necessariamente equilibrado e sustentável. Mas o fato é que o peso relativo destas atividades pouco intensivas em capital e trabalho foram decaído ao longo do período em estudo, ao tempo em que foi crescendo o número de médios e grandes fazendeiros, o que ampliou em muito a pressão sobre o delicado equilíbrio biótico e abiótico dos ecossistemas.

Quanto aos regimes de chuva da Mata Atlântica, estes não resultam da existência prévia da floresta. A intensidade das chuvas neste ambiente é dada pela combinação de correntes marítimas e das direções das massas de ar quentes oceânicas que penetram em grandes quantidades o continente e seguem sem direção aos paredões rochosos paralelos à linha pós-litorânea. No extremo sul da Bahia, as chuvas eram abundantes e regulares em toda a região, mas com variações, praticamente não havendo, em condições normais, longos períodos de completa estiagem. As massas de ar úmidas se convertem em chuvas entre a costa e os grandes maciços rochosas, estimulando assim com o tempo o desenvolvimento da vegetação. Mas há também setores que sofrem efeito das massas de ar frias provenientes da região Sul do país, em parte responsáveis pelas chuvas de outono e inverno.

³⁵⁸ No caso dos fazendeiros maiores, o trabalho na lavoura era executado por trabalhadores separados dos meios de produção nos quais labutavam.

A exuberância vegetal da floresta atlântica regional se dá em razão do potencial, da regularidade e da distribuição das chuvas. Contudo, o estabelecimento da floresta milenar no interior deste sistema climático aumentou a precipitação e, conseqüentemente, a variabilidade da vegetação e, por extensão, da fauna:

As formações florestais tropicais úmidas são complexas, hierarquicamente arranjadas, altamente organizadas, tendo um grande número de espécies e ecótipos e seus solos formam macroecossistemas estacionários [...]. Os altos fluxos energéticos da floresta tropical úmida se conjugam com as baixas reservas de nutrientes no solo causando a máxima diversidade da flora. (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983, p. 394).

Por outro lado, a degradação florestal pode provocar mudança no regime de chuvas em muitos setores do domínio ecológico. Onde estão presentes as árvores cumprem uma importante função ambiental no ciclo hidrológico. Elas absorvem a água retida no solo, bombeando parte deste recurso para a atmosfera na forma de vapor d'água, processo denominado "transpiração vegetal". A degradação da floresta leva a desequilíbrios climáticos, com redução das chuvas em esperadas épocas do ano, ou mesmo a acentuação da precipitação em outros períodos e lugares. Perturbações ambientais ocorridas em certas épocas do ano, como diminuição da vazão dos rios, escassez hídrica e inundações inesperadas, estão associadas a processos intensos de desflorestamento (FREITAS, et al, 2013). Evidentemente, o desprovento hídrico ou, contrariamente, as "cheias dos rios", não são fenômenos necessariamente ligados à antropização da natureza, podendo ter causas puramente naturais, ainda que as conseqüências possam ser também sociais. Em todo caso, são exemplos de perturbações naturais provocadas pela intervenção humana no ambiente. A disrupção do ciclo hidrológico, provocado por mudanças no regime de chuvas, retroalimenta a mudança climática, afeta os microclimas locais, ameaça a existência de habitats naturais, enfraquece a nutrição do solo, interfere na reprodução vegetal. A complexa vegetação que se desenvolveu no domínio morfoclimático da Mata Atlântica tem influência direta, por exemplo, na determinação do seus microclimas internos, diferente das condições gerais do clima que se manifestam no exterior à este espaço climático específico. A exuberância vegetal da floresta atlântica faz com esta seja capaz de obter "a máxima diversidade da flora", porque entre o dossel e o solo as condições de temperatura, umidade do ar, precipitação, velocidade e direção do vento e irradiação solar permitem a formação de microclima ótimo ao desenvolvimento da vida em múltiplas formas (ROCHA et al, 2005). A destruição de uma floresta, portanto, significa a destruição das condições climática específicas que a configuraram como floresta, interferindo em sua fisionomia, distribuição, complexidade, biodiversidade, etc.

A retirada da cobertura vegetal natural faz com que as chuvas atinjam diretamente o solo antes protegido pela vegetação superior, provocando erosões e alterações dos mananciais de água. Nos períodos chuvosos, a precipitação interna, aquela que impacta diretamente o piso florestal, gera uma carga hídrica que percorre intensamente a superfície, modificando a infiltração natural, a composição dos nutrientes e os níveis dos reservatórios superficiais e subterrâneos de água³⁵⁹. Nos períodos secos a ausência de cobertura permite aos raios solares incidir diretamente nos terrenos, modificando a capacidade de retenção hídrica dos solos, acelerando ressecamentos e a redução da capacidade de reciclagem natural. A destruição dos tipos de vegetação – florestas, matas ciliares, mangues etc. – dificulta ainda os processos naturais de filtração e purificação da água, acompanhada dos perigos de contaminação hídrica, risco potencialmente maior quando a degradação vegetal é resultado da expansão de atividades agropecuárias e da urbanização. É comum, nestes casos, a água se tornar turba e ver aumentado os seus teores de acidez. Sem contar outros tipos de contaminação, mais graves, decorrentes do uso de pesticidas químicos, ou o direcionamento de bactérias de esgoto aos cursos d'água e estoques hídricos.

As redes hidrográficas do extremo sul são dependentes da estrutura de relevo e da distribuição da vegetação. A floresta “desempenha importante papel na conservação dos recursos hídricos na medida em que serve de filtro de impurezas [...] fundamental no controle da erosão” (RIZZI, 1985, p.54). Portanto, o desequilíbrio dos ecossistemas florestais traz riscos à distribuição, concentração e qualidade natural das águas. A retirada de matas ciliares, por exemplo, colabora no assoreamento dos rios. Alterações nos níveis pluviométricos também causam transtornos hidrológicos. Rios perenes podem se tornar intermitentes, outros podem simplesmente desaparecer das superfícies, assim como as nascentes e os olhos d'água. Alguns rios perenes e lagos podem sofrer assoreamento em seus segmentos, enquanto outros podem ter intensificados processos naturais de acúmulo de sedimentos em razão da intervenção humana. Córregos e outros pequenos cursos d'água podem desaparecer.

A erosão do solo provocada pela chuva frequente costuma potencializar os desequilíbrios hídricos. A erosão pluvial pode levar a mudança no curso dos leitos de rios e riachos. Combinada com a erosão fluvial leva ao aumento da degradação das margens dos rios, um fenômeno ainda mais grave quando as funções da mata ciliar são prejudicadas ou tornadas

³⁵⁹ O potencial hídrico de uma floresta pode ser medido cientificamente: “O conhecimento do tamanho de cada uma das três frações na partição das chuvas, interceptação, precipitação interna e escoamento pelo tronco será um complemento indispensável para se obter valor preciso do balanço hídrico numa floresta” (FREITAS et al, 2013, p.100).

sem efeito. Além disso, o acúmulo de sedimentos e detritos provocado pela erosão é uma das fontes de perturbação dos mananciais hídricos, favorecendo processos de turvação da água por partículas suspensas. Associada à poluição urbana, a erosão transporta para as nascentes e cursos d'água outras partículas contaminantes, como resíduos do esgoto e do lixo, substâncias sintéticas, etc.³⁶⁰As formações florestais atuam como um obstáculo natural contra agentes poluidores: “A floresta intercepta a chuva, evita a ação desestruturalizada das gotas, propicia condições ótimas de infiltração, reduz o escoamento superficial evitando o fenômeno da erosão, que tem como efeito a sedimentação das águas” (RIZZI, 1985, p. 57). Por outro lado, o desflorestamento, mesmo restrito, tende a provocar erosões em certos locais e assorear cursos d'água.

Para impedir o assoreamento e a chegada de contaminantes nos rios é preciso preservar a vegetação à montante da bacia hidrográfica, ou seja, aquela próxima às nascentes. A eliminação da barreira vegetal expõe a bacia de drenagem dos rios à entrada de sedimentos e contaminantes, de onde seguem para os corpos d'água. Sem a proteção das matas e com o solo degradado ficam facilitadas a exportação de sedimentos e também a circulação de contaminantes dos rios para os oceanos. Ocorre a contaminação química dos ecossistemas aquáticos pluvial e marítimo. A proliferação ininterrupta de microrganismos nos meios aquáticos, gerados a partir da decomposição de resíduos presentes no lixo, no esgoto e por pesticidas agrícolas químicos poluem a água. A poluição do mar por dejetos estabelece condições orgânicas favoráveis à produção de novos organismos marinhos predadores, como as algas tóxicas. Estas, por sua vez, rivalizam com outras algas, benéficas às formações corais, podendo se incrustar nas colônias e asfixiar os corais. A conservação da floresta, portanto, além de operar a proteção a montante (nascente) e a jusante (foz) dos rios, estabelece também filtros protetores naturais para os ecossistemas aquáticos costeiros ameaçados pela antropização. A atividade econômica, a urbanização, etc. geram dejetos, detritos e resíduos poluidores dos solos e da água. A qualidade da água e a biodiversidade aquática se reduzem, com impactos diretos sobre os recursos pesqueiros e as formações marinhas, a exemplo dos corais. Sendo a Mata Atlântica o bioma brasileiro onde a presença humana ocorre de modo mais intenso,

³⁶⁰ Nos casos em que a água retirada das reservas de captação para uso humano recebe adequado tratamento a poluição urbana e os processos erosivos elevam os custos financeiros do tratamento sanitário de purificação, filtração, abrandamento, desinfecção e profilaxia. O tratamento sanitário convencional faz a adição de substâncias sintetizadas à água, como os coagulantes para a turbidez, substâncias químicas para assegurar o equilíbrio recomendado do pH (alcalinidade e acidez), além de substância reagentes, como sulfato de alumínio, cal hidratada, cloro e flúor (RIZZI, 1985). Já as tecnologias de tratamentos mais modernas são ainda mais caras.

naturalmente aqui a poluição se apresenta como uma questão não apenas de saúde pública, mas também de preservação natural, ou, se quisermos, de “saúde ambiental”.

A eliminação da vegetação das margens dos rios, a mata ripária ciliar, ou simplesmente mata ciliar, acentua os processos de erosão, assoreamento, contaminação e perda de biodiversidade. Em regiões urbanizadas ou de agropecuária consolidada a retirada da mata ciliar, ainda que afastada destes espaços, pode causar danos ambientais capazes de se converterem em problemas sociais amplos, pois a compactação dos solos agrícolas e urbanos reduz a infiltração do solo, fazendo com que a água da chuva corra de um ribeirão para outro até um rio maior, provocando enchentes capazes de inundar setores urbanos, arrastar infraestrutura, destruir patrimônios, propagar doenças, etc. A presença da mata ciliar protege as nascentes, o curso d'água, além do espaço no entorno destes. Ela desempenha importantes funções ecológicas de proteção dos ecossistemas hídricos e associados, tais como estabilização de taludes e encostas, manutenção da morfologia dos rios, retenção de sedimentos, nutrientes e contaminantes químicos, proteção contra inundações, regularização da temperatura da água, proteção da biodiversidade aquática, dispersão da água das enxurradas, descontaminação da água (direciona a água contaminada das enxurradas para o solo), estruturação das margens dos cursos d'água (as raízes das árvores evitam o desbarrancamento), preservação da fauna e da flora³⁶¹. Além dos ecossistemas hídricos, a mata ciliar protege os solos e promove a infiltração da água na superfície, recarregando os aquíferos. Entre 1945 e 1975 era comum no extremo sul a eliminação de toda a mata no interior das propriedades, portanto também da mata ciliar.

No limite, setores inteiros da floresta podem ser extintos. Derrubadas as árvores e extraída a vegetação arbustiva, abrem-se campos, depois limpos para a exploração econômica, seja por meio da agricultura intensiva, da pecuária extensiva, ou da formação de núcleos cada vez maiores de povoamento humano. Alvo de intervenção humana constante, os campos abertos, uma vez estabelecidos, são mantidos frequentemente “limpos”, compactados, pisoteados, pavimentados, etc., tornando-se permanentemente áreas sem vegetação natural. Na maior parte dos terrenos agrícolas não é dado ao solo tempo necessário para a regeneração e retomada do vigor originário. Além do mais, havia uma enorme resistência dos proprietários ao retorno da floresta em seus campos, independentemente de considerações sobre sua extensão e grau de modificação. Setores inteiros do ambiente antropizado ficaram impossibilitados de

³⁶¹ Cf. José Luiz Athayde, pesquisador da Associação Brasileira de Limnologia (Ablimno), Nurit Rachel Bensusan, professora da UnB e pesquisadora do Instituto Socioambiental (ISA) Sergius Gandolfi, professor da USP e pesquisador da Esalq/USP, em exposições para a Audiência Pública do STF sobre a Lei 12.651/12 (“novo Código Florestal”), realizada em 16/04/2016.

reproduzir a vida natural como antes, até o ponto de inviabilizar a revitalização natural. A vegetação como se conheceu tende desaparecer, com prejuízos incalculáveis para a biodiversidade, a hidrologia e o conjunto dos ecossistemas. Ou podendo ainda se modificar a ponto de se tornar comparativamente irreconhecível, a exemplo dos processos de “savanização”³⁶². Estes colapsos florestais são acompanhados de outros desequilíbrios e rupturas ecossistêmicas, além de acentuar processos que já vinham em curso nas fases anteriores de degradação.

A profunda fragmentação da floresta atlântica e o grave isolamento dos seus remanescentes que observamos no extremo sul no início da década de 1970, mas que já ocorria desde anos antes, colocava outro grave problema ambiental, que se combinava com as fragilidades típicas de um bioma em franco processo de degradação. A floresta atlântica é um grande espaço natural que se formou de modo contínuo. Nesse sentido, os ecossistemas no seu interior formaram-se desta (fito)continuidade e sob o abrigo da floresta, cujos delineadores naturais são as condições morfoclimáticas (clima, relevo, direção dos ventos, correntes marinhas) entre o oceano Atlântico e as cadeias montanhosas que o acompanham no interior, com distâncias distintas. A antropização da floresta, ou melhor dizendo, o consumo econômico capitalista dos recursos desta, ao seccioná-la e isolá-la em parcelas cada vez menores, impede o trânsito de material genético necessário à manutenção das espécies em um meio ambiente permanentemente sujeito a mudanças não naturais. Entre os fragmentos cada vez mais se expandem as paisagens antrópicas – lavouras, pastagens, estradas, povoados, cidades, etc. – fazendo recuar a biodiversidade animal e vegetal e, no limite, extinguindo espécies. Os vínculos naturais vão se perdendo e os ecossistemas vão se degradando, esmaecendo, desaparecendo. Florestas, mangues, brejos, várzeas vão se confinando, e o número de indivíduos vai se reduzindo, afetando a sua variabilidade genética. Uma exceção até aqui é o animal humano, que apesar das tragédias sociais e ambientais que frequentemente o assolam, segue crescendo em número de indivíduos.

Supondo que cesse o desflorestamento, a vida, agora reduzida, volta a ser organizada no espaço confinado, interrompendo a continuidade da perda imediata do número de indivíduos. Por outro lado, o fim do desmatamento não interrompe a queda continuada do fluxo genético, pois a movimentação das populações dos fragmentos isolados fica restringida, ou até mesmo

³⁶² A “savanização” é o termo comumente empregado para explicar o processo de conversão irreversível de áreas de florestas naturais em campos de vegetação de pequeno porte, com macro e mesofanerófitos isolados e predomínio de plantas gramíneas. A expressão faz referência ao bioma Savana, encontrado em grandes extensões no continente africano, situadas entre a floresta tropical densa e as estepes que circundam a região desértica do norte continental. No Brasil, o Cerrado é o correspondente aproximado da Savana africana.

impossibilitada. Entra em ação a “deriva genética”, fenômeno genético restritivo da quantidade de genes de uma espécie para a formação de uma nova geração, neste caso provocado pela redução do número de indivíduos em decorrência da fragmentação florestal e do isolamento dos remanescentes. A redução do número de indivíduos e a deriva genética são dinâmicas que se retroalimentam e podem levar à perda da diversidade genética das populações:

[...] quanto menor for a quantidade de um dos genes, mais provável é que ele não seja amostrado para formar a próxima geração. Assim a deriva genética em longo prazo pode causar a perda da diversidade genética em populações [...] quanto menor for o número de indivíduos de uma população, maiores serão os efeitos da deriva genética. Isto é, quanto menor o número de indivíduos de uma população, mais sujeita ela estará a perda de diversidade genética causada pela deriva³⁶³.

Processos intensos de fragmentação florestal não apenas conduzem à queda imediata do número de indivíduos das espécies sobreviventes, como também à redução da diversidade genética das populações. Assim, mesmo depois do desflorestamento os efeitos nocivos sobre a biodiversidade e reprodução genética das espécies se prolongam no tempo. Com a consolidação das paisagens antrópicas fica impossibilitada a regeneração natural de outras áreas, o que torna permanente o confinamento das espécies, com tendência ao incremento da substituição da floresta primária restante por vegetação secundária. Entre 1973 e 1978 o que se observou foi a continuidade da retirada de espécies de “madeiras nobres” nas áreas de remanescentes, mas com modificações evidentes apenas nos mapas de vegetação na zona de domínio da floresta estacional (KUHLMANN, PEREIRA, SILVA, 1983). A continuidade da extração de certas espécies já quase extintas reativa no interior dos fragmentos o mecanismo evolutivo da deriva genética, acelerando perda da diversidade juntamente com o declínio numérico dos indivíduos. No limite, têm-se a extinção de espécies vegetais e animais.

Outras incontáveis perturbações e danos ambientais foram causados ao meio ambiente natural com a degradação dos ecossistemas complexos, notadamente os florestais, no extremo sul da Bahia, além dos riscos comuns à Mata Atlântica em geral. A destruição da paisagem natural do extremo sul baiano não é um caso circunscrito, mas a continuidade da devastação da Mata Atlântica, que começou séculos atrás, com diferentes etapas e ritmos ao longo do tempo, em diferentes lugares, mas que ainda não cessou. A alma desta marcha no período aqui estudado foi a expropriação dos meios de produção e a acumulação reiterada de capital. A perda da biodiversidade é mais um incontornável exemplo, com suas consequências multiplicadoras de

³⁶³ ALVES-PEREIRA, Alessandro. *O DNA do reflorestamento*. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/dnaexplicita/2020/10/27/o-dna-do-reflorestamento/>.

problemas socioambientais. O extenso alcance da destruição florestal nos vinte e cinco anos que se seguiram à 1950 faz com que não apenas a floresta fosse quase totalmente liquidada, mas também comprometeu os serviços ecossistêmicos que a natureza nos fornece³⁶⁴.

O processo de formação regional do extremo sul da Bahia é também a história da devastação e da fragmentação da sua Mata Atlântica. Até 1950 a exploração econômica, a despeito dos diferentes momentos por que passou, mantinha-se um certo equilíbrio relativo com o meio ambiente natural, não em razão de qualquer tipo de consciência ambiental mais ampla, a despeito das preocupações com a natureza que povoou cabeça de um seleto número de intelectuais com formação europeia no início do século XVIII, dentre eles brasileiros, como o ilustre José Bonifácio de Andrada e Silva (PÁDUA, 2002), mas por razões instrumentais de limitações da capacidade produtiva, da expansão do mercado e da tecnologia adotada, bem como da dependência econômica externa. A maioria dos ecossistemas estava ainda preservada em sua dinâmica e equilíbrio com outros sistemas ambientais. As mais profundas mudanças na paisagem natural até então haviam sido realizadas num estreita faixa litorânea, com pouca penetração do interior. Até àquela altura a atividade econômica não haviam ainda destroçado toda a extensão da floresta atlântica neste setor do bioma brasileiro. Até que os ecossistemas começaram a ser alvo de intensos e expansivos processos antrópicos, provocados pela expansão do capital industrial, ou de outras formas de capital a ele ligadas, fora e dentro da região. Mas ainda levaria um tempo para que as pessoas comesçassem a perceber os problemas que poderiam advir da degradação ambiental. A dádiva da natureza parecia tranquilizar as comunidades humanas quanto aos problemas ambientais, até mesmo em relação aos seus efeitos mais imediatos, como a carência de água limpa ou de boas madeiras. Até a ativação da rodovia federal BR-101 no início da década de 1970 nenhuma das bacias, nem qualquer dos rios principais, contavam com barragens e usinas de geração de energia³⁶⁵. Não era simples fazer a água chegar às torneiras das residências, mas ela parecia estar lá onde “sempre esteve”, abundante e à disposição, em seus leitos e poços naturais.

Não foram imediatamente percebidos na região os transtornos quando a degradação ambiental iniciou-se com a destruição dos ecossistemas florestais e associados, com as erosões, com a redução dos estoques hídricos e com a desestabilização inicial dos processos que mantêm harmonizados os componentes ambientais de um espaço natural. Isso só começará a ser

³⁶⁴ Ar puro, água doce, alimentos, produtos terapêuticos, absorção de CO², regulação de temperatura, formação de solos, ciclagem de nutrientes, polinização, beleza paisagística, recreação, dentre tantos outros benefícios.

³⁶⁵ Situação que se mantém no extremo sul até os dias atuais. A Usina Hidroelétrica de Itapebi, instalada no rio Jequitinhonha, no sul da Bahia, inaugurada em 1999, é a unidade geradora de energia mais próxima.

amplamente notado quando os efeitos esperados das dádivas naturais começaram a não mais corresponder às expectativas materiais que a vida em comunidade julga poder esperar receber religiosamente da natureza, e os sofrimentos humanos não mais poder ser omitidos, incluindo os efeitos socioeconômicos. Quando se chega ao nível da desconfiança em relação à antiga certeza sobre o regular e sempre esperado abastecimento natural de água, ou sobre o reconhecimento da poluição urbana e seus males, então se atingiu um ponto de consciência coletiva em que algo insinua que se foi longe demais³⁶⁶. Essa “consciência ambiental” não era universal, mas difusa no interior da vida social. Pode ser tanto espontânea, quanto refletida detidamente. Costuma ter baixo potencial de apelo entre os que estão na linha de frente do desenvolvimento (e da degradação), seja entre os que trabalham ou entre aqueles que lucram. Mas, todos têm do problema que se avizinha, a certa altura, alguma percepção.

* * * * *

Os sistemas ecológicos articulam processos naturais dinâmicos. São suporte de interações internas e externas, fluxo contínuo de troca de matéria e energia, com extensão e complexidade variáveis, mantidos por princípios semelhantes. Podem se expressar em um organismo, num ecossistema, numa bacia hidrográfica, numa população, em uma comunidade, na biosfera, etc. A vida em equilíbrio depende dos “sistemas de suporte ambiental” (RICKLEFS, 2003). A perspectiva ecológica aborda as relações da vida consigo mesma e com o ambiente natural, orgânico e inorgânico. Interações complexas que se estabeleceram entre os organismos – animais, plantas, micro-organismos –, e entre estes e o mundo natural, que possibilitaram a complexidade da vida como a conhecemos.

Todos os sistemas ecológicos que chegaram até aqui existem em função, precisamente, dos processos de interação. Não é diferente com as formas de organização da vida humana. Até que ponto a ação humana que produz incessantes desequilíbrios ambientais poderá levar adiante sua empresa sem pôr em risco a organização da vida ou, no limite, a própria espécie, é uma questão candente. Até que ponto esta ação devastou e continua a devastar o “mundo natural”,

³⁶⁶ Mesmo a partir de final dos anos 1980, quando a implantação massiva da silvicultura do eucalipto no extremo sul começa a aglutinar pessoas em movimentos de resistência local ao novo avanço da nova fronteira agrícola, desta vez mais intensiva em capital e afeita à aplicação de novas técnicas, uso de tecnologias industriais e processos produtivos mais modernos, etc., começa a aparecer críticas à degradação ambiental provocadas pelas “florestas plantadas” (KOOPSMANS, 2005). Essa consciência do problema ambiental na região continuará sendo uma manifestação de poucas pessoas, notadamente de líderes empenhados em combater a concentração de terra, a violência contra os pequenos agricultores, a degradação dos modos de vida tradicional, ou da parte de alguns poucos proprietários preocupados com o esgotamento dos recursos naturais.

ainda que se possa divergir sobre os riscos maiores à espécie humana, também parece ser uma indagação crucial.

Tal como as plantas e os demais animais, o ser humano também se estabelece em um *habitat*. Nele interfere e dele obtêm restrições. Os humanos se valem, assim como qualquer outra espécie na natureza, dos recursos que se desenvolvem ao longo de sua evolução biológica particular. Mas somente o ser social é capaz de produzir, praticar, sistematizar, reelaborar e transmitir por meio da cultura conhecimentos às gerações sucessivas; ao tempo em que cada uma destas realizará a sua própria história, diferente das anteriores. O ser social dota-se, além da proclamada razão, do trabalho criador, da experiência, do aprendizado do erro e do acerto, da memória, da vontade e do desejo, da culpa, dentre outras capacidades e afetos. Tudo isto são, por assim dizer, potências da cultura humana. A história das sociedades humanas é também a história de como estas interagem com o meio ambiente (natural e construído), e no contato poder realizar. Mas o desenvolvimento humano não é um circuito fechado. A história humana comporta escolhas e lutas.

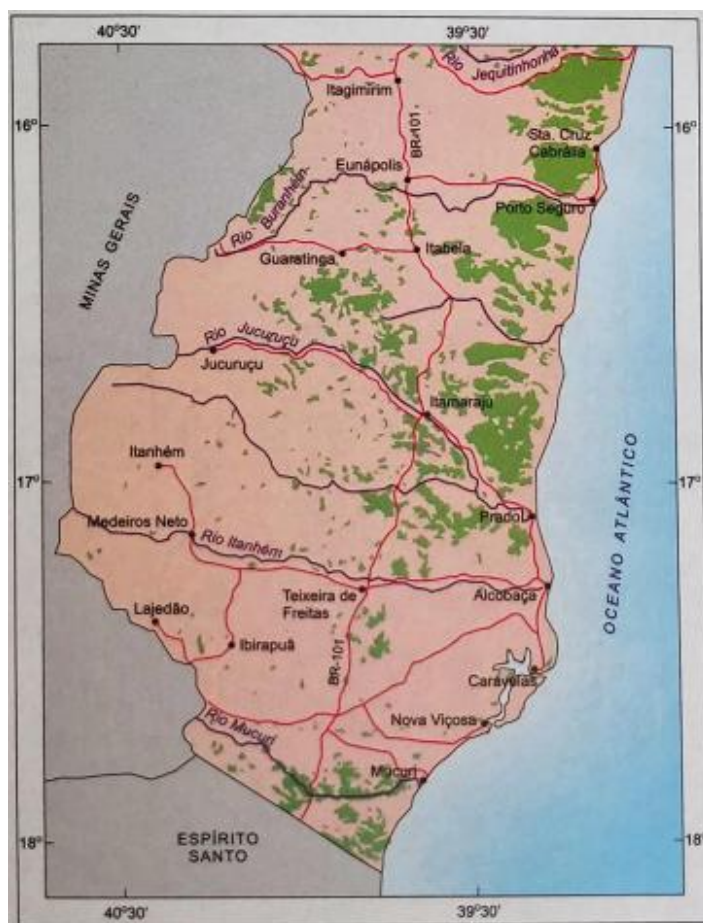
Acumulação de Capital e Devastação Ambiental no Extremo Sul da Bahia

Não poderíamos terminar esta pesquisa sem explicitar, ainda que de modo um tanto sumário, o que até então está subentendido ao longo de boa parte deste trabalho, ou seja, a força social que deu impulso ao limitado desenvolvimento social e econômico e a destruição sistemática do ambiente natural, notadamente a floresta atlântica do extremo sul baiano no período entre por volta de 1945 e 1975, e de como essa força social se apresentou na região.

Em meados dos anos 1970 a Mata Atlântica do extremo sul estava desfigurada (Figura 25). As pastagens uniformes foram ao longo desta década dominando a paisagem, e ao seu redor pequenos fragmentos de floresta, parte deles preservada em locais menos acessíveis, viviam sob o risco iminente do completo desaparecimento, dado o nível de isolamento dos remanescentes. Comparando-se a Mata Atlântica de 1975 com a de 1945 a paisagem florestal ficou desoladora. A maior parte da vegetação primitiva foi perdida e um conjunto considerável dos remanescentes estava em franco processo de fragmentação e contínua degradação. Para piorar, a conclusão das obras rodoviárias, sonho desenvolvimentista que se materializava no extremo sul da Bahia com a BR-101, liberava plenamente a estrada para mais desenvolvimento regional, conseqüentemente com maior degradação ambiental. A modernização regional que duas décadas antes se iniciava com a instalação das regiões fisiográficas receberia um novo

impulso com o término das obras que ligariam por meio de longas estradas federais o sul e o norte do Brasil. Ao mesmo tempo, a julgar pelos efeitos provocados desde então, a caminhada do desenvolvimento até aqui havia cobrado um elevado custo ambiental. A construção da rodovia já vinha aumentando o passivo ambiental. O que esperar, por conseguinte, do novo potencial rodoviário, capaz de ampliar muito as trocas econômicas e a movimentação de cargas na região? Aumento da circulação de mercadorias, capital e pessoas, o que significaria nova pressão sobre o meio ambiente, agora já profundamente perturbado. Inaugurada a BR-101, em breve se instalariam as primeiras grandes reflorestadoras de eucalipto, abrindo o próximo capítulo do desenvolvimento econômico e da devastação da natureza do extremo sul.

Figura 25 – Cobertura florestal do Extremo Sul da Bahia - 1974



Fonte: SILVA, Barbara-Christine (Coord.). *Atlas Escolar Bahia*. 2 ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2004, p. 70.

A razão da destruição natural foi, sem dúvida, a ação antrópica. Mas referir-se abstratamente à ação humana para explicar a degradação ambiental é ocultar as forças reais que conduziram à situação de devastação. No extremo sul da Bahia a devastação dos ecossistemas

ambientais, principalmente da floresta atlântica, foi resultado da expansão do capital sobre espaços não plenamente integrados e sobre outros ainda desconectados dos circuitos da economia capitalista. Nesse sentido, precisamos compreender o processo geral que vai da produção do valor por meio da força de trabalho até a reiteração contínua da acumulação e valorização do capital, para entendermos porque este se expande continuamente, inclusive em termos espaciais, e as atividades nas que se cristaliza. O princípio comum que move todas as atividades econômicas produtivas numa sociedade capitalista é a necessidade de valorizar e acumular capital. Mas, para entendermos a importância do processo de acumulação do capital e suas consequências precisamos antes compreender como esta forma de sociedade atribui valor às coisas e por que esse princípio de valoração é importante para a sua reprodução como sociedade.

O capitalismo é o modo de produção no qual a forma mercadoria se generaliza na sociedade: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como ‘uma enorme coleção’ de mercadorias [...]” (MARX, 2013, p. 113)³⁶⁷. A mercadoria é um tipo singular de produto social humano. Ela existe apenas como algo a ser trocado no mercado. Para ser aceita como objeto de troca a mercadoria precisa ter utilidade e valor. A mercadoria apresenta, portanto, duas propriedades inerentes: valor de uso e valor. O valor de uso é a capacidade que a mercadoria tem de satisfazer necessidades humanas³⁶⁸. Já o valor é a propriedade que possibilita às mercadorias serem trocadas no mercado, a propriedade que torna as mercadorias intercambiáveis. É através da criação do valor, ou seja da produção incessante de novas mercadorias, que se processa a geração de riqueza no capitalismo. Quanto mais mercadorias são produzidas mais valor é gerado, com isso amplia-se continuamente a valorização do capital. Para que o capital pudesse se instalar e se valorizar no extremo sul foi preciso encontrar na região produtos que satisfizessem necessidades humanas (valor de uso) e que fossem capazes de ser vendidos nos mercados regional e extra-regional (valor de troca). Esses produtos foram os recursos extraídos dos ecossistemas naturais, basicamente os florestais, como a madeira, a produção agropecuária, com destaque para as principais culturas agrícolas e, cada vez mais, o gado bovino, além da própria terra, que precisou deixar de ser um bem público para se tornar, crescentemente, mercadoria.

³⁶⁷ Toda a reflexão que se segue é baseada na minha interpretação de algumas das formulações feitas por Marx no primeiro volume de *O Capital* sobre valor, força de trabalho, trabalho, mais-valor, capital e acumulação de capital, basicamente os capítulos 1, 21, 22, 23 e 24 da obra.

³⁶⁸ O valor de uso não surgiu com o capitalismo, pois a satisfação de necessidades era também imprescindível para os modos de produção anteriores. Mas no capitalismo o valor de uso foi completamente subordinado ao valor. Antes do aparecimento do modo de produção/reprodução capitalista havia produção de mercadorias destinadas à troca, mas esta atividade era restrita e não dominava as relações sociais de produção e as relações sociais em geral.

Evidentemente que nada disto foi iniciado em meados do século passado, pois desde muito antes já havia na região excedente produtivo e, portanto, produção de mercadorias destinadas à comercialização nos mercados regional e extra-regional. O que mudou a partir deste período foi a intensidade da produção de mercadorias na região, ampliada consideravelmente desde então. E as principais atividades econômicas responsáveis por esta ampliação foram a exploração madeireira predatória e sistemática (industrial) e a pecuária bovina extensiva. No extremo sul foi basicamente sob essas duas formas econômicas que o capital se valorizou e acumulou a partir de meados do século passado.

No capitalismo a mercadoria se generalizou no interior das sociedades e a produção reiterada do valor se tornou lei econômica deste modo de produção. Sendo o valor de uso condição para que uma mercadoria seja produzida em qualquer tempo e lugar, pois sem utilidade não haveria porque algo ser produzido, o valor, por seu lado, é igualmente necessário para que as mercadorias sejam socialmente aceitas na troca econômica. Por isso não basta dispor de florestas, de árvores, ou de qualquer outro recurso natural, é preciso converter estes produtos da natureza em mercadorias para a venda. Ao expandir seu movimento de acumulação sobre as florestas e sobre as terras públicas e privadas do extremo sul baiano o capital submeteu esta região cada vez mais à sua lei de valorização. Como o capitalismo é um modo de produção expansivo, o processo de acumulação de capital torna-se incessante. Quando este se estabiliza ou se esgota em determinado lugar o processo de produção do capital prontamente procura novos espaços de valorização. No extremo sul da Bahia, onde a floresta, as árvores e a terra já não eram mais apenas valor de uso, mas também valor, na medida em que eram negociadas no mercado, o capital encontrou um espaço potencial de expansão. A abundância de madeiras e terras ainda não exploradas economicamente mais do que estimular os agentes econômicos locais e delas se aproveitar, atraiu crescentemente para a região capitais externos. A demanda por madeiras e a vontade de se apropriar das terras eram enormes. A dificuldade de acumulação em certas regiões, o avanço da fronteira agrícola e a expansão do capital nacional em busca de novas oportunidades de investimento modificaram a estrutura socioeconômica do extremo sul da Bahia já a partir dos anos final da década de 1940. Neste mesmo momento o extremo sul vai surgir como uma nova região do estado.

Para se afirmar e se desenvolver o capitalismo precisa expandir continuamente a produção de mercadorias. Para poder fazê-lo necessita expandir o trabalho remunerado. A produção incessante de mercadorias é igualmente criação incessante de valor. À medida que a forma mercadoria se dissemina socialmente o valor passa a configurar não apenas as relações

sociais de produção, mas também mediar o conjunto das relações sociais entre os indivíduos. À medida que o capital se expande o valor passa da condição de ser apenas mais uma das propriedades da mercadoria e se converte em relação social. Quanto mais se expande no interior das formações sociais capitalistas a produção de mercadorias, tanto mais o valor passa a definir as relações humanas e a interação entre os seres humanos e a natureza. Nesse sentido, as relações sociais humanas são cada vez mais determinadas pela produção de mercadorias. Por essa razão o movimento de valorização do capital em direção ao extremo sul, por meio da exploração madeireira industrial, da expansão das atividades agropecuárias, da ampliação do comércio e dos serviços, foi tornando cada vez mais habitual a mercantilização dos produtos retirados da natureza, e à medida que mais mercadorias circulavam na região, mais os agentes econômicos avançavam sobre a Mata Atlântica em busca de seus recursos. A valorização/acumulação de capital que se obtém com a expansão da produção e realização (venda) das mercadorias reforçava no seio da sociedade as relações sociais mercantis. No período aqui retratado o que se observou em todo o extremo sul da Bahia foi o incremento das relações sociais de produção capitalistas. A dinâmica de fortalecimento destas relações que se verificou no Brasil a partir dos anos 1930 com o início da industrialização do país começou a se manifestar no extremo sul da Bahia ao longo dos anos 1950, com ritmo particular, e segundo a sua própria lógica expansiva em uma região econômica ainda bastante inexplorada em termos de acumulação.

No capitalismo o valor se expressa monetariamente no preço das mercadorias, embora preço e valor não sejam exatamente a mesma coisa³⁶⁹. O valor é algo abstrato, que se expressa no preço das mercadorias, na forma de dinheiro. Como propriedade inerente da mercadoria o valor aparece no mercado como preço e se realiza no ato da troca mediado pelo dinheiro. Tendo se desenvolvido anteriormente como meio de troca eventual ao longo da história das sociedades mercantis, no capitalismo o dinheiro se disseminou. Nesta forma histórica de sociedade as

³⁶⁹ Para a economia neoclássica, também chamada de escola marginalista, valor e preços são equivalentes exatos. Esta corrente surgiu na segunda metade do século XIX, tendo como seus principais representantes William Jevons, Leon Walras, Carl Menger e Alfred Marshall. De acordo com os neoclássicos o valor de um produto se dá em função da sua utilidade para o seu consumidor, sendo a utilidade definida por critérios racionais dos indivíduos. Assim, o valor é subjetivo. Este entendimento não é capaz de explicar porque as mercadorias não são trocadas no mercado em função do seu conteúdo material real, ou seja, o trabalho social, ou o tempo médio necessário à produção das mercadorias. Diferentemente, partimos da teoria do valor desenvolvida por Marx em *O capital*. Nessa direção, o valor de uma mercadoria tem por substância a quantidade de trabalho humano socialmente necessário para produzi-la, enquanto o preço apenas expressa o valor em termos monetários, conforme flutuações no mercado. O preço da mercadoria não expressa, portanto, a quantidade de trabalho contida na mercadoria. No capitalismo as mercadorias não são vendidas conforme o trabalho nelas contidas, embora seja o trabalho que as produza. Assim como não há mercadoria sem trabalho, não há valor sem trabalho. E a negação da substância no valor das mercadorias ocorre porque no capitalismo o valor é criado com base numa relação de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, que Marx denominou “mais-valor”, ou seja, o tempo de trabalho não pago ao trabalhador.

trocas no mercado se generalizaram, e o dinheiro – primeiro produtos em natura, depois o ouro, o papel-moeda, etc. – assumiu a condição de equivalente geral, ou seja, sua função passa a ser expressar em termos monetários o valor de todas as mercadorias. Com o tempo cada mercadoria poderia ser adquirida no mercado por meio de frações de dinheiro. Ao tempo em que a base monetária cresce o dinheiro vai ficando cada vez mais socialmente desejado, pois como equivalente geral socialmente aceito o seu possuidor pode trocá-lo por qualquer mercadoria, desde que se tenha dele quantidades suficientes. O dinheiro se torna um mediador universal das trocas econômicas, e as mediações humanas vão sendo definidas pela sua presença ostensiva.

O preço é a expressão monetária de momento das mercadorias no processo de troca no mercado. O preço é determinado no mercado, onde atuam dinâmicas socioeconômicas próprias, como a dinâmica social de oferta e procura por mercadorias. No final de 1965, por exemplo, uma tonelada de jacarandá-da-bahia era vendida no mercado internacional por cerca de 228 dólares, ou seja, pouco mais de 500 cruzeiros à época, considerando a cotação de novembro de 1965 (aproximadamente 2,2 cruzeiros por dólar). Isso significa que este era o seu preço naquele momento. O mesmo é válido para a venda do jacarandá nos mercados locais, regionais e nacionais. Em suma, à medida que avança no interior da sociedade as trocas econômicas baseadas no valor capitalista, mais e mais as pessoas vão aceitando que as coisas têm preço, que estes variam e que obter dinheiro é a condição única de adquiri-las. Com o aumento da circulação monetária no extremo sul da Bahia, possibilitada pelo crescimento da produção de mercadorias e pela expansão das transações comerciais, as relações econômicas vão crescentemente sendo definidas na região em termos monetários.

A riqueza (o produto social) das sociedades capitalistas se materializa no conjunto de suas mercadorias. As mercadorias resultam do trabalho humano³⁷⁰. No curso de sua valorização o capital precisa ampliar nos territórios onde se movimenta o número de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho. Sem dispor de propriedade que lhe possa conferir renda para a sua sobrevivência, o trabalhador é lançado no mercado de trabalho para vender ao capitalista a sua capacidade de trabalhar³⁷¹. O trabalho é a capacidade dos trabalhadores posta em

³⁷⁰ No capitalismo, se por um lado o trabalho humano é o criador do valor que aparece como a forma social e histórica do produto do trabalho humano, por outro o valor das mercadorias não é calculado com base no tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Não podendo prescindir completamente do trabalho, o valor afirma a sua contradição, pois ao mesmo tempo em que o trabalho é substância do valor (qualidade) e medida do valor (quantidade), o valor não se expressa no mercado como trabalho social ou como tempo de trabalho. Na lógica do capital produtor de valores, o valor como propriedade da mercadoria oculta o trabalho e se expressa no mercado por meio do preço. O preço é determinado por forças caóticas travestidas de leis objetivas do cálculo do valor, como por exemplo a “lei da oferta e da procura”.

³⁷¹ A capacidade de trabalhar do trabalhador é vendida no mercado como força de trabalho. A força de trabalho é, portanto também uma mercadoria. Mas trata-se de uma mercadoria especial, pois é ela a única capaz de produzir

movimento. O conjunto de todos os trabalhos realizados é o trabalho social. O tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir as mercadorias, que Marx chamou de “trabalho abstrato”³⁷², é, como já dito, a medida de valor das mercadorias e não o valor em si. Sem trabalhadores não há continuidade na produção das mercadorias, portanto, não é gerado valor novo. Entre os anos 1950 e 1975 o crescimento da população do extremo sul, o avanço da urbanização, etc. corresponderam ao relativo desenvolvimento econômico do período, provocado pelo crescimento socioeconômico da região, principalmente da extração madeireira predatória e da pecuária bovina extensiva. O crescimento vegetativo atendeu às necessidades do capital na região por mais braços para o trabalho, enquanto outra parte da nova população proveniente de outras regiões chegava para ocupar a imensa área de terras desmatadas.

A apropriação reiterada de mais-valor faz o capital se acumular no extremo sul da Bahia. A tendência foi, de um lado, a concentração da produção em geral, do produto social e do comando sobre o trabalho nas mãos dos proprietários privados dos meios de produção (a terra), e de outro, a continuidade das expropriações dos meios de produção, a conversão dos meios de vida em capital e a ampliação do contingente de trabalhadores. A expansão não é tão somente da quantidade de riqueza apropriada no mesmo espaço, mas também sobre os espaços ainda não capitalizados. Assim, terras que outrora não serviram de base para a acumulação de capital passam a ser alvo para a criação de valor novo (valorização). A acumulação capitalista é um processo incessante, ou seja, o capital busca valorização continuamente; e não pode parar de fazê-lo, sob pena de ruir como sistema social³⁷³. O extremo sul da Bahia, como outras tantas regiões do país neste período, foi mais uma das fronteiras de expansão do capital.

A nova rodada de concentração e centralização de capitais iniciada após o término da Segunda Guerra fez com que este buscasse valorizar-se em antigas regiões, assim como

valor. O capitalista contrata os trabalhadores por jornada, medida em tempo de trabalho, em troca do pagamento de uma remuneração (salário). Ocorre que ao final do processo de trabalho os trabalhadores produzem um valor maior do que aquele que eles recebem de volta na forma do seu salário. Este excedente de trabalho, ou trabalho realizado e não pago ao trabalhador (mais-valor), é apropriado pelo capitalista. O mais-valor é a forma social e histórica do trabalho excedente típica do capitalismo. Da massa de mais-valor gerada os capitalistas financiam os seus custos operacionais e retiram o seu lucro, que é a remuneração do capital.

³⁷² Em linhas gerais, o trabalho concreto, ou “útil” como também se refere Marx, são os trabalhos produtivos específicos: do carpinteiro, do pedreiro, do alfaiate, etc. Quanto ao trabalho abstrato de que fala Marx, este sintetiza as diferentes formas concretas de trabalho que na produção capitalista não mais se distinguem uma da outra na produção do valor, passando todas elas a uma massa de trabalho humano indiferenciado, ou nos termos de Marx: “trabalho humano igual” (MARX, 2013, p.116).

³⁷³ Ao longo de sua história o capitalismo demonstrou ser um modo de produção essencialmente expansivo. Mesmo os seus ciclos de crises são resultado do excesso de valor produzido (sobreacumulação de capital e superprodução de mercadorias). O capital como relação social é, portanto, valor que se valoriza permanentemente. A acumulação é a afirmação contínua do valor capitalista. No capitalismo o valor se generaliza por meio da troca de mercadorias produzidas pelos trabalhadores explorados e se converte em capital. No capitalismo o capital encontra as condições ótimas para a sua expansão, e neste movimento incessante vai crescentemente subordinando as relações sociais.

encontrar novos espaços de valorização. Este momento favorável à acumulação foi de tal ordem que tornou-se impraticável para os capitalistas realizarem todo o valor gerado no âmbito da produção nos já conhecidos territórios produtivos. Na impossibilidade de se aplicar produtivamente todo o valor convertido em capital, o movimento incessante de acumulação necessitou se expandir para outros espaços, pouco ou não subordinados à lógica da economia mercantil capitalista. Desde sempre o capital necessitou incorporar novos espaços e reconfigurar outros já integrados ao circuito da acumulação, para assim ampliar a sua base territorial de valorização. A necessidade de reprodução expansiva, de converter dinheiro em capital, capital acumulado em mais dinheiro, dinheiro em capital a ser acumulado, e assim indefinidamente, fez expandir no extremo sul da Bahia aqueles setores econômicos voltados à exploração dos recursos naturais, que aqui eram abundantes, visando valorizar-se com o atendimento da demanda industrial por insumos, a exemplo da madeira, e da produção de mercadorias para o consumo das pessoas, como a carne de gado, além de transformar as terras públicas em mercadoria e reserva de valor privado.

As atividades econômicas madeireira e pecuária, já existentes na região, cresceram aproveitando-se do bom momento da economia, fomentando o desenvolvimento regional de forças produtivas (capital e trabalho), o incremento da expropriação de meios de produção e o alargamento das relações sociais de produção capitalistas. Isso significou não apenas o estabelecimento de empresas em locais de ocupação humana preexistente, como povoados, distritos e cidades, mas a movimentação do capital para territórios não mercantilizados³⁷⁴.

Não se tratou, como vimos, de alterações profundas da estrutura socioeconômica no extremo sul da Bahia, mas teve enorme importância para a incorporação de espaços insuficientemente mercantilizados, ou mesmo não mercantilizados, ao movimento de valorização/acumulação do capital. O ritmo de ingresso nas relações sociais de produção capitalistas foi comparativamente maior do que aquele observado até então. As políticas de reforma administrativa e territorial implantadas pelo Estado brasileiro neste contexto procuraram compatibilizar a gestão dos territórios ao novo momento da acumulação capitalista. No extremo sul a extroversão do capital a partir da segunda metade do século passado significou a retração do meio ambiente natural. Os meios de vida e produção de camponeses e trabalhadores – ferramentas, insumos, terra, etc. – foram sendo expropriados, convertidos em capital e concentrados. Para se realizar a incorporação econômica da região ao mercado

³⁷⁴ “[...] a acumulação capitalista se sustenta num movimento contínuo de criação e expropriação permanentes de espaços não mercantilizados [...]” (GONÇALVES, COSTA, 2020, p. 17)

capitalista (nacional e mundial) métodos violentos de expropriação foram amplamente empregados: rapinagem, dilapidação, fraude, grilagem, pistolagem, etc.

O processo de violenta acumulação de capital no extremo sul que se verificou na virada da primeira para a segunda metade do século XX produziu: (i) a expropriação dos produtores diretos e a apropriação de terras públicas e de particulares por agentes econômicos concentradores de riqueza; (ii) o deslocamento de populações; (iii) a tentativa de oferecer cobertura política e jurídica à propriedade no campo, visando acesso e regulação dos recursos naturais e fundiários; (iv) a gradual dissolução de relações sociais de produção tradicionais; (v) a superexploração da força de trabalho, com pagamento abaixo do seu valor de reprodução material, além da negação de direitos; (vi) a subordinação dos capitais locais aos capitais nacionais e internacionais; (vii) a ampliação da circulação de mercadorias, entre estas o dinheiro. Uma contradição, então, se instalava. O que se esperava do desenvolvimento econômico era o progresso social (nesse época não era comum se referir ao desenvolvimento ambiental). Mas, como demonstrado, o preço do progresso na região foi a rápida destruição ambiental. A acumulação originária de capital no extremo sul baiano confirmava a tendência histórica do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas paralelamente a expropriação dos produtores diretos e a degradação da natureza.

Na base do avanço da indústria madeireira e da pecuária extensiva sobre o extremo sul está a expansão sem paralelo da acumulação de capital ocorrida ao final da Segunda Guerra Mundial no mundo e no Brasil. Territórios e regiões podem existir e se desenvolver independentemente da constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no interior dos seus espaços, assim como territórios e regiões podem ser criados ou recriados em função do movimento incessante do capital característico do modo de produção e de vida capitalista. Este movimento não se refere exclusivamente ao aumento da produção do valor a partir de extração de excedente de trabalho (mais-valor) e sua concentração/centralização, mas se realiza também por meio de espraiamento territorial. Em relação ao espaço, a expansão do capital é desigual, razão pela qual, dentre outras, no capitalismo os territórios, as regiões, os lugares, etc. se constituem não apenas diferentemente, mas também como unidades espaciais sujeitas a processos permanentes de incorporação, integração e marginalização. As contradições do movimento de acumulação do capital não se anulam em função da participação diferenciada deste em territórios e regiões, mas as formas da acumulação podem variar nos diferentes espaços onde ele atua. No extremo sul da Bahia a valorização/acumulação do capital foi

basicamente impulsionada pela pecuária bovina extensiva e pela extração madeireira predatória e sistemática.

Quando impossibilitado, por várias razões, de realizar todo o valor que produz no espaço no qual atua o capital tende à expansão, e neste movimento procura articular aos seus circuitos de acumulação territórios e regiões até então marginais da economia brasileira. Esse movimento não iria transformar tais espaços, necessariamente, em regiões socioeconômicas dinâmicas, mas modificaria a participação destas na economia nacional, ampliando nos “novos espaços” a produção e circulação de mercadorias, as trocas comerciais, o consumo de bens e serviços, as transações monetárias, além de alterar as relações sociais de trabalho. Mas o ritmo no qual estes processos se desenvolvem são variados, dependendo de fatores específicos. O crescimento populacional, a expansão territorial e à urbanização são estimulados, mas com ritmos distintos. O capital, crescentemente centralizado nas empresas maiores, procura novos espaços de valorização, avança territorialmente. Como outras tantas regiões do país, também o extremo sul da Bahia foi alvo da acumulação capitalista. Havia muitos recursos a se explorar economicamente e a força de trabalho, ligada às atividades rurais, era abundante e barata. Dadas as condições sociais e ambientais encontradas na região o capital pôde valer-se de décadas da reposição de modalidades de acumulação francamente dilapidadoras, como a pecuária e indústria madeireira deste período. Portanto, o avanço da fronteira agrícola na região tem por fundamento a expansão da acumulação capitalista materializada nas formas de expropriação/apropriação da floresta e do campo. Aos poucos a floresta foi se convertendo em campos e depois em fazendas de cacau, de café, de cana-de-açúcar, de gado, etc.

A expropriação dos produtores e a conversão dos meios de produção e vida destes em capital colocou camponeses e trabalhadores à serviço e comando dos capitalistas. Expropriações, com ritmos diferentes, podem ser observadas em todos os lugares onde a acumulação de capital se deparou inicialmente com meios de produção não organizados em função da troca mercantil, portanto fora do seu campo de acumulação e desprovido de regulação estatal. Ao final dos anos 1940 o capital inicia o seu processo de estabelecer-se como relação social de produção dominante no extremo sul da Bahia. A exploração econômica de madeira nativa e a criação de “gado de corte” se tornaram as principais atividades capitalistas da região. Para isso foram implementadas neste “novo espaço” de valorização as “formas primitivas” da acumulação de capital, ou seja, aquelas baseadas na coerção. Isso explica a velocidade, o alcance e a virulência com que a floresta nativa foi devorada e a terra pública apropriada. Sistemáticamente, primeiro as árvores nativas, logo em seguida as terras e depois a força de

trabalho foram sendo convertidas em mercadorias, tendo a terra a função adicional de reserva privada de valor.

A expropriação dos camponeses locais assumiu formas violentas. No início a usurpação das terras públicas se dava com invasões e fraudes, depois vieram as trapaças e as negociatas, por fim a intimidação, o assalto, os assassinatos. À medida que o capital incorporava mais espaços regionais e os camponeses eram separados dos seus meios de produção, as relações de trabalho iam se modificando, dando lugar crescentemente a trabalhadores despossuídos, detentores de sua força de trabalho apenas. Mas as mudanças na organização das relações de trabalho foram lentas e restritas. Aliás, esta foi (e continua a ser) a lógica dominante na constituição do mercado de trabalho em países capitalistas dependentes como o Brasil.

Um mercado formal de trabalho custaria a se estabelecer no extremo sul. Em geral, o “salário” dos trabalhadores era definido com base em modalidades pré-capitalistas de cálculo da remuneração. Havia ademais a permanência de formas não monetárias de remuneração do trabalho, a exemplo da “meação”. Contudo, a “meia”, um tipo de parceria entre o dono da terra e o lavrador que nela trabalha, embora fosse uma relação muito comum no Nordeste brasileiro representava oficialmente apenas 1,8% da força de trabalho empregada no extremo sul em 1950 (IBGE, 1956; CERIS, 1966). Por outro lado, na década de 1940 a cidade de Porto Seguro, a mais antiga do extremo sul e uma das mais próximas do núcleo econômico mais dinâmico situado no litoral sul da Bahia, ainda podia ser descrita como um lugar “onde o dinheiro é de circulação quase nula [...] trocas [de produtos] são usuais” (NASSER, 04/01/1943, p.06). Numa economia pouco monetizada as condições para o pagamento de salários, por definição uma remuneração monetária, eram bastante restritas. Em toda a região a maior parte da “mão-de-obra” rural era composta de camponeses que trabalhavam a própria terra, e os empregados nas atividades rurais eram em sua maioria trabalhadores temporários, em geral contratados em época de colheita, podendo fazer outros trabalhos de “empreitada”. Em 1960 o tamanho médio de um estabelecimento rural no extremo era de 44 hectares, portanto uma região ainda definida por pequenas propriedades. Apesar do grande número de pequenas propriedades, o latifúndio já começava a despontar na região nos anos 1960, principalmente em Caravelas, Lajedão, Ibirapuã, Itanhém, Prado e Medeiros Neto (CERIS, 1966, p. 52). Em 1960, 32,8% todas propriedades particulares tinham entre 100 e 999 hectares. Com o avanço da média e grande lavouras e, particularmente, da pecuária extensiva, a situação da posse da terra vai se alterando

em favor da formação de latifúndios³⁷⁵, com isso as relação de trabalho vão se pautando cada vez mais no pagamento em base monetária, embora os trabalhadores do campo continuassem sendo em sua maioria não formalizados. Somente aos poucos, com o crescimento do número e da capacidade produtiva das empresas do setor madeireiro, notadamente as serrarias, o número de assalariados foi aumentando, e até mesmo registros formais de trabalho foram sendo constituídos na região³⁷⁶. Por outros lado, a formalização do trabalho não teve na atividade pecuária no período desta pesquisa sequer um momento de início.

A expansão da fronteira agrícola foi uma ação espontânea dos agentes econômicos, tendo sido politicamente estimulada. As políticas públicas nacionais e estaduais do período desenvolvimentista trataram o campo também como prioridade, a despeito do acento na política industrial e em infraestruturas urbanas. O preço dos alimentos produzidos no campo era uma variável econômica tida como fundamental pelos economistas para o controle da inflação brasileira. Por isso se apregoava além dos investimentos no setor a modernização tecnológica do campo.

Modernizar a política territorial foi também fundamental para o desenvolvimento da acumulação capitalista. Os projetos de divisão territorial e de planejamento, tão comuns no período em tela, eram estratégias fundamentais do projeto nacional estatal de aperfeiçoar a administração política da economia brasileira. O aperfeiçoamento da delimitação e administração do espaço buscava oferecer contornos aos processos de integração socioeconômica dos territórios, além de disciplinar as relações de trabalho nascidas da expropriações dos produtores diretos, a propriedade, o uso e a ocupação do solo. As legislações sociais e ambientais, por seu lado, também asseguravam direitos de posse, usufruto e propriedade da terra, do solo, da força de trabalho. Sem a intervenção do Estado dificilmente os espaços, sobretudo os não mercantilizados, seriam amplamente incorporados à dinâmica da acumulação capitalista. O desenvolvimento das relações sociais de produção, da disciplina da força de trabalho, depende de regulação estatal. O plano desenvolvimentista tinha também este objetivo.

³⁷⁵ Em 1960 enquanto na Bahia cerca de 10% dos proprietários rurais possuíam terras acima de 240 hectares, no extremo sul do estado esse percentual subia para quase 35%. Por outro lado, se na Bahia os 50% maiores proprietários ocupavam mais de 95% das terras do estado, no extremo sul os 50% maiores fazendeiros detinham 88% de toda a terra agrícola da região (CERIS, 1966, p.52). Isso significa que no extremo sul a tendência ainda era de expansão do número de médios e grandes proprietários rurais, enquanto na Bahia o que se verificava de maneira geral era a estabilização do número de latifundiários e, conseqüentemente, a maior concentração das terras nas mãos destes.

³⁷⁶ Sobre o aumento do número de registros formais em Carteira de Trabalho dos trabalhadores em serrarias, a informação nos foi passada pelo sr. Domingos Cajueiro, em entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019.

Entre 1945 e 1975 a usurpação e conversão da terra pública em propriedade privada, a separação do produtor direto dos seus meios de produção, a prática e o acobertamento da grilagem e de outros crimes, as formas violentas empregadas para a realização da acumulação capitalista, as reconfigurações espaciais e a destruição da Mata Atlântica provocaram derramamento de suor, sangue e lágrimas no extremo sul da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já anunciado, o objeto desta pesquisa foi a formação do extremo sul da Bahia entre o final da década de 1940 e a primeira metade dos anos 1970, período em que a exploração madeireira e a expansão da pecuária bovina se constituíram como as principais atividades econômicas regionais, ultrapassando a tradicional, porém pouco difundida nesta região, economia do cacau. A cacauicultura não deu unidade socioeconômica ao extremo sul. E o processo de formação socioeconômica da região não se separa das suas consequências ambientais decorrentes. A história da formação do extremo sul é simultaneamente a história do que se sucedeu com a Mata Atlântica regional. O desenvolvimento social e econômico resultou na intensificação sem precedentes da degradação ambiental em toda a região, notadamente o desflorestamento sistemático, fenômeno iniciado por volta de 1950.

Em torno deste objeto a investigação levantou outros assuntos associados ao desenvolvimento socioeconômico e aos impactos ambientais por este provocado, ocorridos durante o período formativo da região. Nesta direção, destacam-se no processo de formação do extremo sul da Bahia no período referido: (i) declínio econômico da cacauicultura; (ii) desenvolvimento social e econômico relativo (população, produção, circulação, ocupação, infraestrutura); (iii) emergência do interior regional (sub-região); (iv) desenvolvimentismo nacional; (v) a complexidade do meio natural.

Com o nordeste mineiro e o norte capixaba o extremo sul baiano compartilha o domínio ecológico da Mata Atlântica. A região está totalmente inserida neste bioma florestado. Vegetação, relevo, clima, solo e hidrografia, em suma, todos os componentes morfoclimáticos e fitogeográficos da região natural do extremo sul são devidos a um único domínio de natureza: o tropical-atlântico. Esta posição geográfica natural explica o predomínio e a exuberância da floresta e os seus ecossistemas associados, os níveis e a regularidade das chuvas, o potencial dos solos, a geomorfologia e a hidrografia da região. O conhecimento disponível hoje sobre os ecossistemas de floresta, matas, restingas, mangues, praias, etc. permite avaliar também restrições e limites ecológicos, apresentando obstáculos à ação humana. Assim como o sistema ecológico integrado de um lugar, independentemente de sua escala em extensão e nível de complexidade, passa por mudanças, também as condições ambientais da Mata Atlântica se modificaram com a intensidade da intervenção humana a que o bioma foi sendo submetido.

Em certos pontos do território nacional a Mata Atlântica se estende por algumas dezenas, às vezes algumas centenas, de quilômetros adentro, para além desta faixa litorânea

imediate de território. Isso explica porque, a despeito da relativa homogeneidade deste domínio florestado são encontradas paisagens variadas, áreas de transição, combinações de ecossistêmicas de diferentes domínios e quadros de exceção (AB’SABER, 2012). Com efeito, a região natural do extremo sul possui particularidades ambientais, sendo talvez a mais destacada entre estas apresentar o setor onde se encontra a maior biodiversidade, animal e vegetal, de todo o bioma.

Pode-se dizer que o extremo sul da Bahia foi um espaço “privilegiado pela natureza”. A combinação, sobretudo, de clima, relevo e vegetação dão à região não apenas a sua diluviana paisagem florestada, como também a sua rede hidrológica bem distribuída e potente. A estrutura geológica, a pluviosidade e a densa cobertura orgânica, produzida pela convivência dos organismos animais vivos com a floresta, explicam o vigor próprio e as adições naturais dos solos, ao tempo que informa sobre suas fragilidades diante da predação humana contínua. Em razão disto faz-se necessário compreender o extremo sul da Bahia também como espaço natural. Uma região é uma combinação de espaço natural e relações sociais. A região como espaço administrado é também produto do trabalho humano em intercâmbio com a natureza.

Oficialmente o “extremo sul” como região da Bahia surge como resultado dos trabalhos técnicos realizados sob o comando do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que cumpria ao final dos anos 1940 uma dupla função. Primeiro, atualizar a política territorial-administrativa do país por meio do estabelecimento de divisões internas às UFs: Estados e Distrito Federal. Segundo, valer-se da nova regionalização para proceder ao recenseamento nacional de 1950, previsto em lei. Tomando os termos instituídos com a Divisão Regional do Brasil de 1942, o IBGE definiu as “zonas fisiográficas”, para fins de conhecimento do território nacional e realização da pesquisa censitária obrigatória. No Recenseamento Geral de 1950³⁷⁷ apareceu pela primeira vez a *Zona Fisiográfica Extremo Sul da Bahia*, apartada do velho sul baiano, este desde então denominado “Zona Cacaueira”.

Ao final da década de 1940 o IBGE reconhecia, com base em novos estudos teóricos e metodológicos, critérios físicos, sociais e econômicos de definição da regionalização do país, revisando as circunscrições anteriormente estabelecidas³⁷⁸. Contudo, o fator dominante de definição continuava sendo os aspectos físicos, tais como clima, vegetação, etc. A nova classificação técnica procurava reconhecer, entretanto, que para definir as zonas fisiográficas

³⁷⁷ Os censos que constituíam o Recenseamento de 1950 só foram publicados em 1955 (Censo Demográfico) e 1956 (Censo Agrícola; Censos Industrial, Comercial e dos Serviços).

³⁷⁸ Após 1946, tendo sido feitas até esta data algumas modificações à Divisão Regional de 1942, reconhecidas constitucionalmente, o Brasil apresentava cinco grandes regiões – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste – 30 regiões homogêneas, 79 sub-divisões e 228 zonas fisiográficas (MAGNAGO, 1995).

era pertinente incorporar aspectos socioeconômicos particulares, admitindo a possibilidade de incluir junto aos fatores naturais de maior estabilidade territorial outros mais dinâmicos.

Da perspectiva histórica, contudo, uma região não se define por uma data precisa, em geral determinada pelo Estado. Tampouco a definição oficial de região deve ser abstraída de sua análise histórica. Com efeito, uma região será melhor compreendida se não for vista unicamente como uma área estritamente delineada em um mapa (“cartograma”), mas como processo, com graus diferenciados de dinamismo espacial. Nesse sentido, o nascimento, a evolução e a dissolução de uma região compõe uma síntese de interações e entrecruzamentos complexos, envolvendo e interligando meio ambiente, sociabilidade, relações econômicas, cultura, ideologia, formas políticas, jurídicas, religiosas, etc., tudo isso processando-se no tempo e no espaço. A região é multidimensional.

A formação de uma região é um fenômeno singular. Por formação entende-se o movimento histórico que vai do seu surgimento até atingir certo ponto de maturação, em geral indicativo de estabilidade. A definição de etapas no interior do processo formativo não deixa de ser um ato subjetivo do investigador. Por outro lado, trata-se de uma conduta que, aqui se acredita, não deve abdicar de critérios objetivos. Subjetividade e objetividade não se excluem mutuamente, assim como não são os dois termos de uma dicotomia. Conhecer algo implica admitir os seus termos, a ação recíproca entre eles e as mediações entre um e outro.

No curso da pesquisa foi sendo evidenciado que o extremo sul da Bahia começou a surgir no momento em que o território mais ao sul do estado começava a se separar do sul cacaueiro. A lavoura do cacau não avançaria no extremo sul como havia feito no litoral sul baiano. O “grande sul”, herança territorial de períodos anteriores, começou a se apartar e a se constituir em duas regiões distintas antes mesmo que uma fronteira linear fosse oficialmente estabelecida e reconhecida. A delimitação oficial dos anos 1950 apenas confirmava o movimento de afastamento do extremo sul do sul baiano. O rápido e contínuo avanço da atividade madeireira e a expansão da fronteira agrícola observadas depois de 1950 deu ao extremo sul, ao longo dos anos, a unidade socioeconômica e a paisagem que o caracterizariam.

A organização proto-industrial da atividade madeireira na região teve início nos anos 1940, primeiro com a chegada de algumas serrarias de pequeno e médio portes e, em seguida, com a instalação da primeira grande madeireira em 1948, a Eleosippo Cunha & Companhia Limitada (depois denominada Elecunha S/A). Em 1952 uma grande fábrica de beneficiamento de madeira, a Brasil Holanda de Indústria S/A (Bralanda), iniciou suas atividades, instalando-se em um distrito do município de Alcobaça. A culminância da atividade madeireira em

expansão no extremo sul ocorreu no início dos anos 1970, momento no qual o governo do estado buscou criar um polo agroindustrial madeireiro no extremo sul.

Ao longo dos anos outras madeireiras e incontáveis serrarias foram se instalando. Em menos de três décadas a exploração madeireira sistemática promoveu impactos ambientais sem paralelo histórico na região. A degradação de recursos naturais, o desflorestamento, o desmatamento, a fragmentação dos ecossistemas, o declínio da biodiversidade, a degradação das reservas hídricas, a contaminação dos solos, dentre outros passivos ambientais, geraram problemas econômicas, sociais e políticos que se estenderam, agravados com o passar do tempo, até os dias atuais.

A extração madeireira converteu-se rapidamente em exploração predatória, contínua e sistemática, puxada pela industrialização do país. A organização empresarial implicou na racionalização das etapas de extração, transporte, beneficiamento e comercialização de árvores nativas retiradas da Mata Atlântica. Com a política nacional de integração econômica regional ocorreu o reforço da vinculação do extremo sul da Bahia com os mercados nacional e mundial de madeira, levando ao aumento da acumulação de capital em toda a região. A exploração madeireira voltada para a comercialização não é, em si, novidade na região. A diferença a partir da segunda metade do século XX está na intensidade com que a exploração se processou, em sua articulação com as políticas de desenvolvimento e integração nacionais do período e a ascendência do capital industrial diante do tradicional capital comercial no setor.

Foram sendo introduzidos no setor madeireiro métodos industriais, primeiro por meio das maiores empresas madeireiras instaladas, depois por serrarias de variados tamanhos. A estrutura produtiva mais racionalizada e permanente teve potencial de promover em curto período de tempo intenso consumo de recursos naturais em todo o extremo sul. Nesse momento não se tratava mais do velho extrativismo, de atividades intermitentes limitadas a espaços restritos do território, mas de atividade econômica organizada em processos técnicos de produção e de trabalho, capaz de produzir mercadorias para atender a crescente procura por madeira, nos mercados nacional e internacional em expansão.

Até por volta de 1950 praticamente toda a ponta meridional do território baiano contava ainda florestas exuberantes, mesmo tendo o país já passado por séculos de exploração predatória dos recursos ambientais. O interior do extremo sul apresentava uma paisagem, podemos dizer, praticamente toda ela composta de matas. Mesmo no litoral centenariamente ocupado as florestas ainda compunham uma paisagem dominante. As populações estavam basicamente concentradas na costa, nas poucas cidades e em suas áreas rurais adjacentes. Além das poucas

idades com população escassa, pequenas vilas e povoados, o território era povoado por antigas comunidades nativas, que nele viviam e por onde transitavam: povos indígenas, comunidades descendentes de quilombolas, sitiantes, posseiros, meeiros e fazendeiros. À medida que se afastava do litoral os aglomerados humanos ficavam cada vez mais espaçados e a população rarefeita. Entre as cidades presenciavam-se grandes espaços sem povoamento contínuo. Duas décadas depois, como pudemos observar no decurso da pesquisa, as paisagens natural e humana haviam mudado.

O valor dos recursos naturais, notadamente as árvores e as terras “sem dono”, era incalculável. Enquanto isso, a administração fiscal da Bahia na região foi praticamente inexistente até bem perto do fim do período aqui investigado. O nascente extremo sul, portanto, aparece como uma enorme fronteira de recursos naturais e campo aberto às atividades agropecuárias, tanto para agentes locais, quanto para “forasteiros”. Não tardou e as atividades econômicas extensivas – agricultura e pecuária – ladearam a exploração madeireira na região. A floresta era a fronteira a ser empurrada para dar lugar às atividades econômicas expansionistas. O avanço contra a terra, as matas e as populações nativas realizou a conquista da biota. Uma tarefa que seria levada a cabo por poucos indivíduos relativamente ao conjunto da população, que se constituíram desde cedo como a classe dominante local: os fazendeiros.

Os negócios madeireiros e agropecuários prosperaram. Em razão da abundância de terras e das condições gerais de produção e mercado a pecuária extensiva foi a atividade econômica que mais se desenvolveu no período. A monocultura se mostrava uma atividade mais onerosa do que a pecuária, e a agricultura diversificada pouco lucrativa e penosa. A exploração florestal tinha evidentes limitações, dado que não se aplicava qualquer gestão conservacionista dos recursos, não havendo manejo, o que levava ao seu total esgotamento. Uma vez realizada a apropriação ou a expropriação dos meios de produção, as novas forças produtivas geraram algum desenvolvimento socioeconômico relativo para a região. Desenvolvimento com impactos mais gerais, e outros limitados a alguns setores econômicos e classes sociais, portanto, insuficiente para alterar substancialmente as condições materiais das populações locais, os modos de vida regionais e as infraestruturas básicas da vida comunitária.

Entre 1945 e 1970 observa-se um expressivo crescimento populacional em toda a região, inclusive fora da faixa litorânea. Ocorre também uma relativa diversificação econômica, com elevação da produção regional total – pecuária, agricultura, manufaturas, serviços –, o que levou ao incremento da circulação de mercadorias. Tudo isso propiciou a expansão da estrutura ocupacional, criando postos de trabalho para acomodar a aumentada população em idade

produtiva, muito embora as relações de trabalho fossem praticamente as mesmas do período imediatamente anterior. Contudo, o desenvolvimento socioeconômico não foi suficiente para superar os antigos problemas de infraestrutura: comunicação, saúde, educação, assistência social. Por outro lado, os vínculos econômicos (e culturais) da região com o Sudeste do país foram reforçados, elevando a pressão socioeconômica sobre a Mata Atlântica e as populações do extremo sul baiano.

A certa altura da expansão econômica e social o interior regional começou a se afirmar frente ao litoral. Novas cidades-sede e distritos surgiram, vila e povoados aumentam de tamanho, estimulando a urbanização na região, principalmente no interior e em direção às divisas com Minas Gerais e Espírito Santo. Com o término das obras de construção da BR-101 na região no início da década de 1970 e o início das operações de transporte rodoviário desta grande estrada federal o extremo sul baiano passou por uma nova etapa do seu desenvolvimento socioeconômico. O novo impulso dado pela BR-101 abriu paulatinamente caminho para a emergência de novas áreas regionais, situadas entre a costa e o interior. Neste ponto, a etapa formativa inicial do extremo sul da Bahia, aquela que vai do surgimento à estabilização da região como espaço econômico e social, parece atingir um momento limite, no qual já se anuncia a emergência histórica de uma nova etapa de sua formação socioeconômica, aberta com a implantação e funcionamento da rodovia federal, e em seguida reforçada com a afirmação da eucaliptocultura na região.

Entre 1945 e 1975 a queda da floresta e a ascensão do pasto, e em menor medida da lavoura, promoveram valorização e acumulação de capital, crescimento populacional, desenvolvimento econômico e mudanças significativas da paisagem do extremo sul. A atividade madeireira industrial abriu a região para a fase inicial de sua completa integração à economia capitalista nacional, antes restrita ao litoral.

É imprescindível considerar, contudo, que a formação e o desenvolvimento inicial do extremo sul da Bahia se deram no contexto internacional de retomada da expansão da acumulação capitalista no âmbito dos Estados nacionais em escala global, e de reafirmação do desenvolvimentismo político-econômico no Brasil, quando a economia capitalista mundial e as sociedades burguesas estavam às vésperas de décadas de crises que levariam ao desmoronamento da “era de ouro” do capitalismo, entre 1946 e 1973 (HOBSBAWM, 2005)³⁷⁹.

³⁷⁹：“[...] a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo [...] Durante as décadas douradas não houve fome endêmica [...] a produção em massa de alimentos cresceu mais rápido que a população [...] A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva [...] o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no ‘Terceiro Mundo’” (HOBSBAWM, 1997, p. 255-7); “A

Daí ser central considerarmos o papel da “economia do desenvolvimento” e do desenvolvimentismo nacional no processo formativo do extremo sul da Bahia. Desde os anos 1950 cada um dos governadores baianos assumiu algum compromisso em levar adiante o programa desenvolvimentista nacional e integrar tanto a Bahia aos centros mais dinâmicos da economia nacional, quanto as regiões internas ao estado. Mesmo que as realizações dos governadores estaduais não cumprissem tudo aquilo que seus programas de governo previam, ainda assim suas manifestações, práticas e desejos revelavam o esforço político para realizar o “espírito desenvolvimentista” do seu tempo. Nesta tarefa nenhum deles se mostrou tão comprometido com o desenvolvimento econômico da Bahia quanto o governador Antônio Carlos Magalhães, no que contou fortemente com a adesão dos ditadores militares ao desenvolvimentismo nacional (conservador).

O mais importante estímulo econômico veio com a retomada no Brasil, entre 1950 e 1975, das políticas desenvolvimentistas. Esse acontecimento alimentou no país o otimismo do progresso econômico e a esperança do desenvolvimento regional e nacional³⁸⁰. A certa altura, o progresso que vinha experimentando o Sudeste do país fomentou expectativas gerais. Algumas regiões acreditam estar próximas de fomentar o seu desenvolvimento, contando com o planejamento do Estado. O crescimento da economia brasileira impactou o desenvolvimento de regiões até então periféricas no cenário nacional. Foi o caso do extremo sul da Bahia. O crescimento da demanda por madeira e o avanço, muitas vezes ilegal, da fronteira agropecuária, foi alimentado pelos desenvolvimentistas, embora nem todos os grupos regionais envolvidos estivessem de acordo com as consequências possivelmente indesejadas com a exposição que o desenvolvimento poderia trazer às localidades e às elites. Seja como for, a integração comercial e o crescimento econômico potencializaram não apenas a acumulação de capital, dentro e fora da região, mas simultaneamente a destruição da floresta atlântica.

Foi durante o período histórico de formação do extremo sul que esta região da Bahia passou pelo maior processo de degradação ambiental de sua história até aquele momento. Degradação que pode muito bem ser reputada de destruição ambiental. O relativo progresso observado na região, insuficiente para minimamente equacionar os velhos dilemas sociais, econômicos e de infraestrutura, é resultado do crescimento da economia regional no período de sua formação. As principais atividades econômicas a desempenhar esse papel foram a

história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (HOBSBAWM, 1997, p. 393).

³⁸⁰ O Banco do Nordeste e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), duas das mais importantes iniciativas de promoção do desenvolvimento regional, surgiram em 1953 e 1959, respectivamente (BIELSCHOWSKY, 2004).

exploração madeireira predatória e sistemática (industrial) e a pecuária bovina extensiva (tradicional). Foi a expansão destas atividades que praticamente liquidou a floresta atlântica da região, reduzindo-a quase completamente e em quase todos os lugares à pequenos redutos verdes, fragmentados e isolados, cercados por aglomerações urbanas, em sua maioria pequenas, fazendas e pastos cada vez maiores. Mas é fundamental reconhecer que a natureza destas atividades econômicas, como quaisquer outras no interior de uma economia capitalista, é governada pelo processo incessante de valorização/acumulação de capital que as subjaz.

Nesse sentido, podemos concluir que o processo inseparável de evolução socioeconômica e devastação ambiental que ocorreu no extremo sul da Bahia durante o processo de sua constituição como região político-administrativa, social, econômica e cultural tem por fundamento o capital e seus agentes personificados: as classe sociais proprietárias. Evidentemente que processos dessa natureza não transcorrem sem resistências de outros agentes sociais – índios, camponeses, posseiros, trabalhadores, etc. – cuja a afirmação de sua existência é a negação dos processos (contraditórios) da acumulação capitalista. Em outras palavras, há conflitos, lutas, desentendimentos, fraturas, combates, resistências variadas. Sem desmerecer tudo isso, muito ao contrário, admitimos que o exame detalhado das formas de resistência não foi o tema central deste trabalho. Mas uma vez preparado o cenário e apresentadas as dinâmicas, o ato seguinte é a entrada dos atores em cena para conduzir a trama.

REFERÊNCIAS

Documentos:

BAHIA. **Decreto-Lei nº 12.729/43**, de 19 de abril de 1943 (Cria o Parque Monumento do Monte Pascoal)

_____. **Lei nº 2.360/66**, de 08 de agosto de 1966 (Organizar o Consórcio Rodoviário Intermunicipal da Bahia S.A.)

_____. **Lei nº 3.163/73**, de 04 de outubro de 1973 (Criação do Conselho Estadual de Proteção Ambiental)

_____. **Zoneamento dos Distritos Florestais do Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia / Fundação de Pesquisas, 1977.

_____. **Tipologia climática Thorntwaite & Matther – Estado da Bahia**. Salvador: SEI, 1998 (Anexo).

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia**. Salvador: SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Bahia, 2008a.

_____. **Uso atual das terras: bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha**. Salvador: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2008b (Série Estudos e Pesquisas, 81).

_____. **Anuário Estatístico da Bahia 2005**. Salvador: SEI, v. 19, 2008c.

_____. **Anuário Estatístico da Bahia 2013**. Salvador: SEI, v. 27, 2014.

BRASIL. **Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade, 2017.

_____. **Decreto nº 242/61**, de 29 de novembro de 1961 (Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal)

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Zoneamento Agroecológico de microbacias da Costa do Descobrimento**: Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003.

_____. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5 ed. Brasília-DF: Comitê Local de Publicações da Embrapa Solos, 2018.

IBDF. **Portaria nº 784**. Brasília-DF, 24 de janeiro de 1969 (Publicada no D.O. em 11/02/1969).

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão territorial dos Estados Unidos do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

_____. **Recenseamento Geral do Brasil - 1940: Censo Demográfico da Bahia – População e habitação.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1950, p. XII, t. 1. (Série Regional).

_____. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1951.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. XX, 1958a.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, v. XXI, 1958b.

_____. **Estado da Bahia. Censo Demográfico de 1950.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. XX, t. I, 1955.

_____. **Estado da Bahia. Censo Agrícola de 1950.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. XX, t. 2, 1956a.

_____. **Estado da Bahia. Censos Industrial, Comercial e dos Serviços de 1950.** Serviço Nacional de Recenseamento, v. XX, t. 3, 1956b.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1960 - Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1962 (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Demográfico de 1960 – Bahia.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. I, t. VIII, 1965 (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Industrial de 1960 – Sergipe/Bahia/Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. III, t. IV, 1966 (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Comercial e dos Serviços de 1960 – Sergipe/Bahia.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. IV, t. V, 1967a (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Agrícola de 1960 – Bahia.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. II, t. VIII, p. I, 1967b (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Agrícola de 1960 – Bahia.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. II, t. VIII, p. II, 1969 (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas – 1968.** Fundação IBGE: Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Censo Demográfico – Bahia (1970).** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. I, t. XIII, 1973a (VIII Recenseamento Geral – 1970).

_____. **Censo Agropecuário – Bahia (1970): Bahia.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. III, t. XIII, 1973b (VIII Recenseamento Geral – 1970).

_____. **Censo Industrial – Bahia (1970): Bahia.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. IV, t. XIII, 1974a (VIII Recenseamento Geral – 1970).

_____. **Censo Comercial – Bahia (1970):** Bahia. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. VI, t. XIII, 1974b (VIII Recenseamento Geral – 1970).

_____. **Censo dos Serviços – Bahia (1970):** Bahia. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. VII, t. XIII, 1975 (VIII Recenseamento Geral – 1970).

_____. **Manual técnico da vegetação brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Contas de ecossistemas: espécies ameaçadas de extinção no Brasil – 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Território brasileiro e povoamento: relações entre nativos e colonizadores.** Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/relacoes-entre-nativos-e-colonizadores.html>

PINTO-JÚNIOR, J. E.; JACOB, W. S. **Boletim Informativo da Região Leste.** Piracicaba-SP: Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais (IPEF), v. 7, n. 23, 1979, pp. 01-60.

AB’SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** 7 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. (Primeira edição de 2003).

SOSMA (SOS Mata Atlântica). **Relatório Anual 2018.** Fundação SOS Mata Atlântica, s/d. Disponível em: https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/11/RA_SOSMA_2018_DIGITAL.pdf

_____. **Qual é a área de cobertura da Mata Atlântica?** Fundação SOS Mata Atlântica, 27/03/2019. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/artigos/qual-e-area-de-cobertura-da-mata-atlantica/>

_____. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: Relatório Técnico.** Fundação SOS Mata Atlântica / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: São Paulo, 2021. Disponível em: https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2021/05/SOSMA_Atlas-da-Mata-Atlantica_2019-2020.pdf

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Regina. A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 37, n. 75, 2017. Pp. 17-38.

ALMEIDA, Maria Regina. **Povos indígenas no Brasil.** Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/povos-indigenas-no-brasil/>

ANDRADE, Eliziário. **Nova ofensiva do capital sobre o trabalho.** Salvador: Editora da UCSal, 2000.

AMORIM, Raul; OLIVEIRA, Regina. Degradação ambiental e novas territorialidades no Extremo Sul da Bahia. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v.8, n. 22, 2007. Pp. 18-37.

ARAÚJO, Marcelo; ALGER, Keith; ROCHA, Rui; MESQUITA, Carlos. **A Mata Atlântica do Sul da Bahia**: situação atual, ações e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 1998. (Série Estados e regiões da RBMA – Caderno 8).

AZEVEDO, Dayse. Estudos da fragmentação da paisagem na definição de áreas prioritárias para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Buranhém. Ilhéus: Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo; FONSECA, Pedro César (Orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BLINDER, Daniella. Análise da fragmentação da Mata Atlântica na região sul da Bahia: uma contribuição da geotecnologia para o estudo da dinâmica da paisagem. **X Encontro de Geógrafos da América Latina (Anais)**. São Paulo: Universidades de São Paulo, de 20 a 26 de março de 2005.

BORJA, Bruno. Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional. In. MALTA, M. (Coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. Pp.79-124.

_____. Raúl Prebisch e seus manifestos: momentos de formação da Cepal. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, v. 25, n. 1, 2021, p.1-19.

BONENTE, Bianca. A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica: novos rumos da disciplina. (**Dissertação de Mestrado**). Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2007.

BORMA, Laura; NOBRE, Carlos (Orgs.). **Secas na Amazônia**: causas e consequências. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

BRANNTROM, Christian. A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960. In. FRANCO, J.L.; SILVA, S.D.; DRUMMOND, J.A.; TAVARES, Giovana (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Pp. 39-75 (Coleção Terra Mater).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. (Texto de circulação interna do Curso de Desenvolvimento Econômico).

CABRAL, Diogo. **Na presença da floresta**: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CANCELA, Francisco. História dos Pataxó no Extremo Sul da Bahia: temporalidades, territorializações e resistências. **Abatirá – Revista de Ciências Humanas e Linguagens**. Eunápolis-Ba: Universidade de Estado da Bahia, v.1, n.2, jul./dez. de 2020, p. 18-49.

CANCELA, Francisco. Porto Seguro: o nome e o quando. Disponível em: <https://dibahia.com.br/2021/06/18/porto-seguro-o-nome-e-o-quando/>

CARVALHO, Ely. Um modo de vida na fronteira: uma história ambiental de Campo Mourão, Paraná, 1903-1939. In. FRANCO et al. (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Pp. 189-202.

CARVALHO, Maria do Rosário. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Cadernos CRH (Dossiê)**. Salvador, v. 22, n. 57, set./dez. de 2009, p. 507-521.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, pp. 613-639.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969. Vol. 1.

CAVALCANTE, Thiago. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História (Artigos Livres)**. São Paulo, v. 35, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/XRTp9SKrKRwMV6D4MjHPMsp/?format=pdf&lang=pt>

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 3, p. 207-244 (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3).

CERQUEIRA-NETO, Sebastião. **Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque – MG**. Uberlândia-MG: UFU / Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001 (Dissertação de Mestrado).

_____. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. Salvador: Edufba, 2014.

CONTEL, Fábio. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)**. *Open Edit Journals*, 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990#:~:text=As%20microrregi%C3%B5es%20substitu%C3%ADram%20as%20antigas,30%20no%20Centro%2DOeste9.>

CUNHA, Rejane. O Fogo de 51 – Reminiscências Pataxó. (Dissertação de Mestrado). Programda de Pós-Graduação em História Regional e Local. Santo Antônio de Jesus-Ba: Universidade do Estado da Bahia, 2010.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (1996)

DIAS, Luísa; SANTOS, Marcio. Atividade extrativista madeireira e urbanização no extremo sul da Bahia. In. FERREIRA, Gabriella (Org.). **Investigação científica nas ciências humanas**. Ponta Grossa-PR. Atena Editora, 2019.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro, v.4, no.8, 1991), p. 177-197.

ENGELS, Friedrich. “Introdução”. In. _____. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020. Pp. 37-59.

ESCHWEGE, William. Quadro Geognóstico do Brasil e a provável rocha matriz dos diamantes. **Revista Geonomos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 13, n. 1/2, 2005 (1822). Pp. 97-109.

FALCON, Francisco. O capitalismo unifica o mundo. In. REIS-FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX: da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial (O tempo das certezas)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (2000), vol. 1.

FALCÓN, Gustavo. **Três décadas que mudaram a Bahia**. Salvador: Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), 2003.

FERNANDEZ, Fernando; ARAÚJO, Bernardo. As primeiras fronteiras: impactos ecológicos da expansão humana pelo mundo. In. In. FRANCO, J.L.; SILVA, S.D.; DRUMMOND, J.A.; TAVARES, Giovana (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Pp. 97-116 (Coleção Terra Mater).

FERREIRA, Marcus; SALLES, Alexandre. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**. Vitória, v. 43, n. 2, mai./ago. de 2016.

FUINI, Lucas; MELLO, Márcia. Território e região: paradigmas, continuidades e rupturas na constituição dos conceitos na Geografia e em seu ensino. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**: Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 19, n. 1, p. 64-86, jul. de 2017.

FONSECA, Pedro César Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar; SALOMÃO, Ivan. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1959). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Col. O Brasil Republicano, v. 3).

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Editora da UFRJ, 2010.

_____. A transformação dos meios de existência em capital. In. BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

FRANCO, José Luiz; SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In. FRANCO, J.L.; SILVA, S.D.; DRUMMOND, J.A.; TAVARES, Giovana (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Pp.333-366 (Coleção Terra Mater).

FREITAS, João Paulo; DIAS, Herly; BARROSO, Thiago; POYARES, Lucas. Distribuição da água de chuva em Mata Atlântica. **Revista Ambiente e Água**. Taubaté, v. 8, n. 2, 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2009 [Edição original: 1961].

GALINDO-LEAL, Carlos; CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica: diversidade, ameaças e perspectivas**. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica / Conservação Internacional, 2005.

GARCEZ, Angelina; GUERREIRO, Antônio. **Diagnóstico socioeconômico da região cacaujeira: história econômica e social**. Rio de Janeiro: CEPLAC, v. 8, 1975.

GONÇALVES, Guilherme; COSTA, Sérgio. “Da acumulação primitiva à acumulação entrelaçada: desenvolvimentos da teoria marxista da expansão capitalista”. In._____. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOBBSAWM, Eric. “Os anos dourados”. In._____. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pp. 253-281.

HOOIJ, Frei Elias. **Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos**. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

KOOPMANS, Pe. José. **Além do eucalipto: o papel do extremo sul**. 2 ed. Centro de Defesa dos Direitos Humanos: Teixeira de Freitas, 2005.

KUHLMANN, Edgar, PEREIRA, João Batista; SILVA, Zelia. Alteração na cobertura vegetal do sul da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 5, nºs. 3/4: IBGE, jul./dez. de1983, p. 393-418.

KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo Editorial, 35, jul./dez de 2020. Pp. 55-78.

LAPIDO-LOUREIRO, Francisco. **O Brasil e a reglobalização da indústria das terras raras**. Rio de Janeiro: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Centro de Tecnologia Mineral, 2013.

LEAO, Zelinda; OLIVEIRA, Marília; KIKUCHI, Ruy. Os recifes de coral da APA Ponta da Baleia. **OLAM – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro-SP, Ano VIII, v. 8, n. 1, jan./jun. de 2008. Pp. 287-315.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

LÊNIN, Vladimír. Imperialismo, fase superior do capitalismo (Ensaio popular). In. LÊNIN, V.I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, pp.575-671, t. 1.

LIMA, Maria Helena et al. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

_____. Evolução da divisão político-administrativa brasileira de 1940 a 2007. In. IBGE. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências/IBGE, 2010. Pp. 35-41. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=247603>.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

MAGALHÃES, Clarissa et al. Território do Extremo Sul da Ba: avanços e limites para um desenvolvimento com coesão social. In. XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. **Anais do XVI ENANPUR**. Belo Horizonte, 2015. 17 p.

MAGNAGO, Angélica. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, out./dez. de 1995 (2001). Pp. 65-92.

MALTA, Maria (Coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

MARTINS, Marcos. **A formação regional do Mucuri: o homem, o rio e a mata no nordeste de Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2018.

MENEZES, Paulo. **O cidadão como sujeito de governo planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva**. Belo Horizonte: UFMG / Instituto de Geociências, 2006 (Dissertação de Mestrado).

MARQUES, Luiz. “Antropoceno. Rumo à hipobiosfera”. In. _____. **Capitalismo e colapso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. Pp. 461-523.

_____. “Colapso da biodiversidade do meio aquático”. In. _____. **Capitalismo e colapso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. Pp. 461-523.

MARTINS, Marcos. **A Formação regional do Mucuri: o homem, o rio e a mata no nordeste de Minas Gerais**. São Paulo. Annablume, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 (Livro 1- O processo de produção do capital).

_____. “Introdução”. In. _____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

MÉSZÁROS, István. “A ordem da reprodução sociometabólica do capital”. In. _____. **Para além do capital**. São Paulo: Editora da Unicamp / Boitempo Editorial, 2002. Pp. 94-132.

MOURA, Adriana. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In. MOURA, Adriana (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

NETTO, Augusto. **Modificações da zona costeira do Extremo Sul da Bahia nos últimos 150 anos, e a sua relação com a sedimentação do banco de Abrolhos**. Salvador: UFBA / Instituto de Geociências, 2008 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Luciana; SILVA, Elias; BRITES, Ricardo; SOUZA, Agostinho. Diagnóstico de fragmentos florestais nativos em nível de paisagem, Eunápolis-Ba. **Revista Árvore**. Viçosa-MG, v. 21, n. 4, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 (2003).

PÁDUA, José Augusto. 2 ed. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 68, 2010. Pp. 81-101.

_____. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In. OLIVEIRA, Luís Alberto (Org.). **Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html#:~:text=Ela%20vem%20sendo%20chamada%20de,a%20difus%C3%A3o%20de%20tecnologias%20inovadoras>.

PAIM, Antonio. **O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação**. São Paulo: Senac, 2019.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta; SANTOS, Ricardo (Orgs.). **Democracia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz / Abep, 2005.

PARAISO, Maria Hilda. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: n. 4, 1994. Pp. 173-187.

_____. “Introdução”. In. _____. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Salvador: Edufba, 2014. Pp. 21-34.

PAULA, João Antônio de. Caio Prado-Jr e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa e Debate**. São Paulo, v. 17, n. 1 (29), 2006. Pp. 01-19.

PÓVOAS, Hogana et al. Usos da terra do Litoral Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia. **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo**. Florianópolis, 28 julho a 02 agosto de 2013. Disponível em: <https://www.sbcs.org.br/cbcs2013/anais/arquivos/1109.pdf>

PRADO, Luis Carlos; EARP, Fábio. “O ‘milagre brasileiro’: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O tempo**

do regime autoritário: Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 4 (Coleção O Brasil Republicano).

PRADO, Luis Carlos. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. In. VV.AA. **O desenvolvimentismo econômico e a Caixa:** Conferências. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado/Caixa Econômica Federal, 2011. Pp. 23-34.

RALILE, Benedito; SOUZA, Carlos; SOUZA, Scheila. **Relatos históricos de Caravelas (Desde o século XVI).** Caravelas-Ba: Fundação Professor Benedito Ralile, 2006.

RÊGO, Gizelda; HOEFLICH, Vitor. **Contribuição da pesquisa florestal para um ecossistema em extinção:** floresta atlântica do Nordeste do Brasil. Aracaju: Embrapa, 2001.

RENGER, Friedrich. O “Quadro Geognóstico do Brasil” de Wilhelm Ludwig von Eschwege: breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. **Revista Geonomos.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 13, n. 1/2, 2005. Pp. 91-95.

RENGER, Friedrich; KNAUER, Luiz. Espinhaço - Quo vadis? (Onde está? Aonde vai?). A evolução dos conhecimentos sobre a Cordilheira do Espinhaço meridional em Minas Gerais entre 1979 e 1995. **Revista Geonomos.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 3, n. 1, 1995. Pp. 31-39).

RICKLEFS, Robert. **A Economia da natureza.** 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RIZZI, Nivaldo. Função da floresta na manutenção da qualidade da água para uso humano. **Revista Florestal.** São Carlos, v. 15, n. 12, 1985. Pp. 54-65.

ROCHA, Humberto et al. Ciclo hidrológico e microclima. In. PIVELLO, V.; VARANDA, E. (Orgs.) **O Cerrado do Pé-de-Gigante:** ecologia e conservação. São Paulo: SMA, 2005.

ROCHA, Lurdes. **A região cacaujeira da Bahia:** dos coronéis à vassoura-de-bruxa. Ilhéus-Ba: Editus Editora da UEFS, 2008.

ROSTOW, W.W. A decolagem para o desenvolvimento autossustentado. In: AGARWALA, A; SINGH, S. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969. Pp. 159-193.

SAADI, Allaoua, A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens, 1995. **Revista Geonomos.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 3.n. 1, 1995. Pp. 41-63.

SALM, Cláudio. “O debate sobre a tendência à estagnação”. In. MALTA, Maria (Coord.). **Ecossistema do desenvolvimento:** uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

SAMPAIO, José Augusto. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal. **Cadernos de História.** Belo Horizonte, n. 6, v. 5, 2000. Pp. 31-46.

SAMPAIO, Marcos. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil:** a companhia bahiana de navegação a vapor (1839-1894). São Paulo: USP / Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2006 (Tese de Doutorado).

SANTOS, Michele et al. Bacia do Rio Peruípe (Extremo Sul da Bahia): aspectos físicos e sócio-econômicos. **V Simpósio Nacional de Geomorfologia / I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia.** UFSM, 2004. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/2/Michele%20Silva%20Santos.pdf>

SANTOS, Milton. **Zona do cacau:** introdução ao estudo geográfico. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 (Col. Brasileira, v. 296).

SANTOS, Renata; OLIVEIRA, Raquel; HELLMEISTER FILHO, Paulo. Caracterização das Unidades de Conservação do Sul da Bahia. In: **XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada.** Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2009. v. 01.

SANTOS, Márcio. O processo de trabalho e a organização operária na Azaléia Nordeste à época da mundialização do capital. (**Dissertação de Mestrado**). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFAL: Maceió, 2007.

SANTOS, Márcio; MARTINS, Herbert. Por uma história ambiental do formação social do Extremo Sul da Bahia. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña.** Sociedade Latinoamericana y Caribeña de História Ambiental, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/484/494>

SARMENTO-SOARES, Luisa Maria; MAZZONI, Rosana; MARTINS-PINHEIRO, Ronaldo. A fauna de peixes nas bacias litorâneas da Costa do Descobrimento, Extremo Sul da Bahia, Brasil. **Sitientibus Série Ciências Biológicas.** Feira de Santana-Ba: Departamento de Ciências Biológicas, n. 2-3, v. 9, abr./set. de 2009. Pp. 139-157.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP:** São Paulo, n. 30, jun./ago. 1996. Pp. 108-119.

SILVA, Barbara-Christine et al. **Atlas Escolar Bahia:** espaço geo-histórico e cultural. 2 ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.

SILVA, Sandro D. No caminho um jatobá, enfrentamento e devastação a natureza na conquista de “último oeste”. In. FRANCO, J.L.; SILVA, S.D.; DRUMMOND, J.A.; TAVARES, Giovana (Orgs.). **História Ambiental:** fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Pp.147-170 (Coleção Terra Mater).

SILVA, Luísa; SANTOS, Márcio. Atividade extrativista madeireira e urbanização no extremo sul da Bahia (1948-1972). In. FERREIRA, Gabriella (Org.). **Investigação científica nas Ciências Humanas.** Ponta Grossa-PR: Atena Editora, 2019.

SILVA, Daniel. Notícias do Extremo Sul da Bahia (1950-1970). (**Monografia de Pós-Graduação**). Especialização em História, Cultura e Sociedade. UNEB: Teixeira de Freitas-Ba, 2020.

SOTTO-MAIOR, Leila Silvia; GAIA, Sara. **Relatório circunstanciado de Identificação e delimitação**: Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi). Brasília-DF: Funai, 2012.

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In. BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquentas anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. V. 2.

VERDI, Márcio et al. A Serra do Espinhaço Meridional. In. BRASIL. **Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção da Serra do Espinhaço Meridional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/CNC Flora/Lab Biogeografia da Conservação/Andrea Jacobson Studio, 2015.

WASSERMAN, Claudia. **A Teoria da Dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. Pp. 198-215.

_____. “A natureza e a desordem da história”. In. Franco e Silva e Drummond e Tavares. **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Pp. 367-384.

Jornais e Revistas:

A BAHIA constrói estradas para promover integração econômica. **O Globo**. Rio de Janeiro: Suplemento Bahia (Transportes), 03 de julho de 1974, p.10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740703>

A CONSERVAÇÃO das matas. **Folha do Povo**. Vitória, ano I, n.163, 26 de agosto de 1952, pp. 3; 6. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 163(1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=101800&pasta=ano%20195&pesq=%20A%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20das%22&pagfis=881>

ANDREAZZA inaugura ligação Porto Seguro à Rio-Bahia. **O Globo**. Rio de Janeiro. Caderno Geral, 23 de abril de 1973, p. 8. Acervo digital. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730422>

A EXTINÇÃO da Bahia-Minas mobiliza o Vale do Mucuri. **O Globo** (sucursal de Belo Horizonte). Primeira Seção, 16 de julho de 1966, p.14. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019660716>

A NOVA tradição baiana: o progresso. **O Globo**. Rio de Janeiro: Suplemento Bahia, 03 de julho de 1974, p. 3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740703>

ANTÔNIO Carlos diz que medida é ilegal. **Jornal do Brasil**. 1º Caderno (Política e Governo), ano LXXXI, n. 145, 24 de setembro de 1971, p.3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 145(3). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=218786

ANTÔNIO Carlos suspende medida. **Jornal do Brasil** (Sucursal Salvador). Edição 146 (1), 1º Caderno, 25 de setembro de 1971, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=218843

AS ESTRADAS do progresso. **O Globo**. Rio de Janeiro: Suplemento Bahia (Indústria), 03 de julho de 1974, p. 17. Acervo digital. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-acervo/?navegacaoPorData=197019740703>

BAHIA interioriza o progresso com mais quatro pólos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 1º Caderno (Desenvolvimento Regional), ano LXXXII, n. 74, 03 de julho de 1972, p. 37. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1972, edição 74(1), ocorrência 14/62, p. 37/70 http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Bahia%20interioriza%20o%20progresso%22&pagfis=238663

BAHIA já estabelece prioridades. **Jornal do Brasil** (sucursal de Salvador). Edição 248 (1), 1º Caderno (Política e Governo), 23 de janeiro de 1971, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=24733

BAHIA bloqueia a saída de madeira e Minas reclama. **Jornal do Brasil**. 1º Caderno (Política e Governo), ano LXXXI, n. 145, 24 de setembro de 1971, p.3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 145(3). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=218786

BAHIA no perde-ganha de suas reservas madeireiras. **Jornal do Brasil**. Caderno Especial: Bahia - O Novo Feitiço. Rio de Janeiro, ano LXXXIV, n. 240, 04 de dezembro de 1974, p. 23. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1974, edição 240(1). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Itabela%20C3%A9%20o%20p%20C3%B3lo%20do%20extremo%20sul%22&pagfis=114939

BORGES, Cléber. A ofensiva dos grileiros. **Opinião**. São Paulo. Seção Bahia, n.182, 30 de abril de 1976, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/Docreader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=123307&pagfis=4196&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

COUTINHO, Benedito. BR-101: A estrada da passagem e da fortuna. **O Cruzeiro** (revista). Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1968, p. 131-135. Hemeroteca Biblioteca Nacional, edição 0036 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20196&pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=171662>

DELFIM decide crise entre Bahia e Minas Gerais pela madeira. **Jornal do Brasil** (Sucursal Salvador). Edição 146 (1), 1º Caderno, 25 de setembro de 1971, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=218843

DEVASTAÇÃO existe desde 1500. **Jornal do Brasil**. 1º Caderno (Nacional): Rio de Janeiro, ano LXXXI, n. 148, 28 de setembro de 1971, p.16. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 148(1). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Sul%20da%20Bahia%20busca%20rumo%22&pagfis=219051

DIRETOR do DER: obras da Estrada do Boi chegam à Colônia até o fim do ano. **Folha de Nanuque**. Nanuque-MG, ano 7, n. 189, 04 de maio de 1968, p. 1. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1967, edição 189(1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829633&Pesq=%22Extremo%20Sul%20da%20Bahia%20quer%20sair%20logo%20do%20subdesenvolvimento%22&pagfis=1101>

DISTRITOS industriais aceleram o desenvolvimento do interior. **O Globo**. Rio de Janeiro: Caderno de Economia, 14 de março de 1975, p.18. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Extremo+Sul+da+Bahia&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1975&economia=on>

EMPRESA acusada de usar violência contra posseiros. **O Estado de S. Paulo** (Sucursal de Salvador). São Paulo: Caderno Geral, ano 99, n. 31.778, 19 de outubro de 1978, p. 26 (Acervo digital). Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19781019-31778-nac-0026-999-26-not>

ESPANCAMENTO, prisão e morte de homens, mulheres e crianças. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro: ano IV, n. 718, 19 de junho 1951, p. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 718(1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&Pesq=%22Corumbau%22&pagfis=781>

EXTREMO sul da Bahia quer sair logo do subdesenvolvimento. **Folha de Nanuque**. Nanuque-MG, ano 7, n. 189, 04 de maio de 1968, p. 1. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1967, edição 189(1), ocorrência 1/1, p.1/8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829633&pasta=ano%20196&pesq=%22Extremo%20Sul%20da%20Bahia%20quer%20sair%20logo%20do%20subdesenvolvimento%22&pagfis=1101>

FÁBRICA fecha e gera crise em Nova Viçosa, Bahia, para não pagar imposto atrasado. **Jornal do Brasil** (Sucursal Salvador). Edição 46 (1), 1º Caderno, 01 de junho de 1971, p.7. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=211272

FAZENDEIROS de Nanuque se preparam contra reforma agrária. **Folha de Nanuque**. Nanuque-MG, ano 3, n. 51, 28 de fevereiro de 1964, p.1. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 0051(1). Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829633&Pesq=%22Estado%20de%20Cabr%20c3%a1lia%22&pagfis=159>

FLORESTAS brasileiras (devastação e crise). **Jornal do Brasil** (RJ). Caderno Especial, edição 226 (1), 28 de dezembro de 1970, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=23340

GUERRA, Teoney. A grilagem terceirizada. **Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales**. Montevideo-Uruguay, 23 de dezembro de 2013, s/p. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/01/22/grilagem-terceirizada-por-teoney-araujo-guerra/>

HOSPITAL Sobrasa – há mais de 47 anos cuidando de você. **Jornal Alerta**. Documentário dos 37 anos de Teixeira de Freitas. Teixeira de Freitas-Ba, ano XXXIV, n. 1.927, 2022.

ITABELA é o pólo do extremo sul. **Jornal do Brasil**. Caderno Especial: Bahia: O novo feitiço. Rio de Janeiro, ano LXXXIV, n. 240, 04 de dezembro de 1974, p. 23. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1974, edição 240(1). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%201974&pesq=%22Itabela%20C3%A9%20o%20p%20C3%B3lo%20do%20extremo%20sul%22&pagfis=114939

GUIMARÃES, Irineu. Jacarandá: a mais bela madeira do Brasil está acabando. **Manchete** (revista). Rio de Janeiro, n.1.022, 20 de novembro de 1971, p. 100-109. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22Jacarand%20c3%a1%22&pagfis=118954>

LAVRADORES são expulsos, agora pela polícia baiana. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Caderno Geral, ano 100, n. 31.975, 12 de junho de 1979, p.17 (Acervo digital). Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790612-31975-nac-0017-999-17-not/tela/fullscreen>

MÉDICO quer nôvo estado. **O Estado de S. Paulo**. Caderno Geral, ano 88, n. 28.334, 26 de agosto de 1967. p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670826-28334-nac-0006-999-6-not/tela/fullscreen>

NASSER, David. Uma bandeira na paisagem deserta. **O Globo**. Geral, 04 de janeiro de 1943, p.7 (Acervo de O Globo).

O EXTREMO sul da Bahia está crescendo com muita força. **O Globo**. Rio de Janeiro: Primeiro Caderno, 08 de março de 1975, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019750308>

DUARTE, J. O mato acabou. **Folha de Nanuque**. Nanuque-MG, ano 2, n. 27, 01 de fevereiro de 1963, p. 2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 27(1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829633&pasta=ano%201963&pesq=%22Sonho%20de%20Dr.%20Raphael%22&pagfis=34> (primeira parte)
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_03&pasta=ano%201975&pesq=grilagem%20na%20Bahia&pagfis=23362 (segunda parte)

MACARENHAS, Dailton. Grilagem do interior da Bahia. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro. Caderno Especial, 08 de abril de 1976, p. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 8131(1). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_03&pasta=ano%20197&pesq=grilagem%20na%20Bahia&pagfis=23350

MONFORTE, Carlos. A posse ilegal de terras provoca mortes. A floresta cai, fica o deserto, nasce a violência. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: 11º Caderno, ano 98, n. 31.335, 15 de maio de 1977, p.168-169. Acervo digital. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770515-31335-nac-0168-999-168-not> (primeira parte)
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770515-31335-nac-0169-999-169-not> (segunda parte)

MOTA, Camila. **4 momentos que contam a história da destruição das ferrovias no Brasil**. São Paulo: BBC Brasil, 12/11/2021. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/4%20momentos%20que%20contam%20a%20hist%C3%B3ria%20da%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20das%20ferrovias%20no%20Brasil%20-%20BBC%20News%20Brasil_211225_011042.pdf

PASSOS, Hélio. Jacarandá, riqueza ameaçada. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXXIX, n. 4, 23 de outubro de 1966, p.45-49. Hemeroteca Biblioteca Nacional Digital, edição 4 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20196&pesq=Extrerno%20Sul%20da%20Bahia&pagfis=155226>

PLANEJAMENTO na Bahia. **Jornal do Brasil** (sucursal de Salvador). Autoria: Mário de Mello Kertész (Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia). Edição 211(1), Suplemento Especial, dezembro de 1971, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=224227

PÓLO madeireiro agora é distrito. **O Estado de S. Paulo**. Caderno Geral, 11 de abril de 1974. p.28. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740411-30380-nac-0028-999-28-not>

PÓLOS madeireiros, a opção industrial para o extremo sul. **O Globo**. Rio de Janeiro: Suplemento Bahia (Indústria), 03 de julho de 1974, p. 18. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740703>

PREFEITO de Teófilo Otoni vê êxito no encontro de colegas. **Folha de Nanuque**. Nanuque-MG, ano 10, n. 344, 18/09/1971, p.4. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, edição 344 (01). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829781&pasta=ano%20197&pesq=%20Prefeito%20de%20Te%C3%B3filo%20Otoni%22&pagfis=1052>

SANTOS, Milton. Breve retrato da Bahia. **O Globo**. Rio de Janeiro: Segundo Caderno (Coluna Porta de Livraria), 09 de julho de 1960, p. 9. Acervo virtual. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019600709>.

SHAUM, Nelson. Fui preso para não contar os horrores que vi. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro: ano IV, n. 744, 24 de julho de 1951, p. 3. Biblioteca Nacional Digital, edição 744. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&Pesq=%22Corumbau%22&pagfis=957>

SILÊNCIO sobre a Estrada do Boi é perturbador. **Folha de Nanuque**. Nanuque-MG, ano 7, n. 192, 25 de maio de 1968, p. 4. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1968, edição 192(1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829781&pasta=ano%20196&pesq=%20Te%C3%B3filo%20Otoni%22&pagfis=9>

SITUAÇÃO ecológica do extremo sul da Bahia. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Caderno Geral, Seção Dos Leitores, ano 98, n. 31.391, 20 de julho de 1977, p.23 (Acervo digital). Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770720-31391-nac-0023-999-23-not>

SUL da Bahia busca rumo de sua riqueza perdida. **Jornal do Brasil**. Edição 148 (1), 1º Caderno (Nacional), 28/09/1971, p.16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=219051

TANTO faz ser de Minas ou Bahia na vida pobre de sua fronteira. **Jornal do Brasil** (sucursal de Belo Horizonte). 1º Caderno (Nacional), 12 de junho de 1972, p. 31. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Tanto%20faz%20ser%20de%20Minas%20ou%20Bahia&pagfis=58911

TEMPOS de Lomanto: a nova Bahia. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1967, p. 105-114. Hemeroteca Biblioteca Nacional Digital, edição 0027(2). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20196&pesq=extremo%20sul%20da%20Bahia&pagfis=161290>

VALPASSOS, Oswaldo. Extensa reserva florestal vem sendo inutilizada pelos “posseiros”. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro: Quarta Seção, ano XX, n. 8.349, 08 de janeiro de 1950, p. 30. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, ano 1950, edição 8465. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pagfis=152

WEBER, William. Madeireiro deixa Espírito Santo sem matas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: Primeiro Caderno, ano LXXXV, n. 34, 12 de maio de 1975, p.16. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=Itamaraju&pagfis=122242

Entrevistas:

SANTOS, João Manoel dos. Entrevista concedida à Márcio Soares Santos [jun. 2017]. Teixeira de Freitas-Ba. Arquivo mp3 (1h, 07 min.)

SANTOS, Antônio dos. Entrevista concedida a Márcio Soares Santos e Domingos Cajueiro [set. 2019]. Teixeira de Freitas-Ba. Arquivo MP3 (36 min.)

BONADIMAN, Edésio. Entrevista concedida a Márcio Soares Santos e Domingos Cajueiro [ago. 2019]. Teixeira de Freitas-Ba. Arquivo MP3 (38 min.).

CORREIA, Ivanildo Ivo do Nascimento. Entrevista concedida à Márcio Soares Santos e Domingos Cajueiro [ago. 2019]. Teixeira de Freitas-Ba. Arquivo mp3 (1h, 22 min.).

CHECON, Luís. Entrevista concedida à Márcio Soares Santos e Domingos Cajueiro [ago. 2019]. Teixeira de Freitas-Ba. Arquivo mp3 (1h, 04 min.).

CAJUEIRO, Domingos. Entrevista concedida à Márcio Soares Santos [dez. 2019]. Teixeira de Freitas-Ba. Arquivo mp3 (1h, 25 min.).